

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

ANTONIO FONSECA DOS SANTOS NETO

**A Pátina do Tempo –
Concepção e Prática na Política Pública do Patrimônio Histórico em São Luís**

São Luís – MA
2014

ANTONIO FONSECA DOS SANTOS NETO

**A Pátina do Tempo –
Concepção e Prática na Política Pública do Patrimônio Histórico em São Luís**

Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. Tese apresentada como requisito para obtenção do título de Doutor em Políticas Públicas.

Orientador: José de Ribamar Sá Silva

São Luís – MA
2014

Substituir

**A Pátina do Tempo –
Concepção e Prática na Política Pública do Patrimônio Histórico em
São Luís**

ANTONIO FONSECA DOS SANTOS NETO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor.

Banca Examinadora constituída pelas professoras e professores-doutores:

José Ribamar Sá e Silva (orientador)

Áurea da Paz Pinheiro

Raimunda Nonata do Nascimento Santana

Carlos Sait Pereira de Andrade

Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos

São Luís – MA
2014

Para

Henrique Fonseca Ayres, mirando o futuro esperançoso

Luiz Phelipe Andrès, um presente das artes de pensar e fazer

Clóris Labre da Silveira Dias, farol-memorial e inapagável do tempo insistente: eis-me aqui,
senão padre, um dos três doutores dos seus sonhos

Ao povo trabalhador brasileiro que, com a riqueza do seu labor repassada à nação, garantiu realizássemos nossa formação escolar nas redes públicas de ensino, do Jardim de Infância ao Doutorado, incorrendo nesse protagonismo um valoroso quadro de agentes e regentes, cuja nominata inscrevemos ao final do presente estudo/texto, como que a pedir que o assinem enquanto co-responsáveis pelas experiências e saberes confluentes que ele exprime.

Aos meus familiares, e aos ufianos e ufmanos, pelo apoio que não faltou.

“Sol, toma cuidado!”

(A. J. Wiertz, *CEuvres Littéraires*, Paris, 1870, p. 374)

MUSGO

“Dias e dias deixaram
este musgo nos telhados.

Deixaram estes arbustos

crescendo nos beirais,

a umidade e o vazio

crescendo na madeira,

no ferro destas casas.

Deixaram a pátina do amor

Num coração que ninguém comanda” 6

(H. Dobal, em *A cidade substituída*)

“A cidade de São Luís, na ilha de Upaon-Açu, é
a capital do Estado.”

(Artigo 8º da *Constituição do Maranhão*, 1989)

LISTA DE SIGLAS

CDPR	– Conselho Deliberativo do Projeto Reviver
Cinec	– Centro Integrado de Educação de Colinas
CNRC	– Centro Nacional de Referência Cultural
DPHAN	– Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Func	– Fundação Municipal de Cultura de São Luís
iCOMOS	– International Council on Monuments and Sites
Iphan	– Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Minc	– Ministério da Cultura
PAC	– Programa de Aceleração do Crescimento
PCH	– Plano Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas
PPRCHSL	– Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís
Prodetur	– Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo
PT	– Partido dos Trabalhadores
Sebrae	– Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Sphan	– Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Sudema	– Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão
Unesco	– Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Cópia/reprodução do título de Cidade Patrimônio Cultural concedido a São Luís pela Unesco

Figura 2 Figura do Centro Histórico de São Luís em Planta representativa das áreas de proteção federal, estadual e municipal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

- 1.1 O estudo. Um motivo
- 1.2 A tese em transe
- 1.3 O trato do objeto: a prática, a teoria, a oficina
- 1.4 O relato: estrutura expositiva e forma narrativa

2 SÃO LUÍS: o patrimônio cultural historicamente criado

- 2.1 São Luís dos maraňaguas
- 2.2 Culturas cruzadas a ferro e fogo
- 2.3 Cidade mercantil-colonial
- 2.4 Cidade da ilustração? Póvoas, um iluminista no trópico?
- 2.5 Cidade, tulhas, industrialização e urbanização

3 SÃO LUÍS - PATRIMÔNIO: concepções decisivas

- 3.1 Patrimônio e mercadoria, cidade, memória, história, identidade, tempo, lugar, bens culturais, tombamento, valor de troca, valor de uso, valor cultural, patrimônio histórico, monumento e romantismo
- 3.2 Patrimônio urbano histórico e estética, cidade obra de arte, patrimônio histórico-cultural, indústria cultural, proteção, restauração/restauro, indústria patrimonial, turismo, patrimônio natural, centro histórico, valor de conhecimento e valor artístico
- 3.3 Patrimônio e esquecimento, representação, identidade nacional, arte, preservação, patrimônio artístico e identidade coletiva
- 3.4 Patrimônio e valor histórico (e de ancianidade, de novidade, e de desenvolvimento), humanidade, valor de conhecimento, valor estético, movimento, desenvolvimento, valores éticos, ambiência, artefato, patrimônio imaterial, memória social, tradição afro e direitos culturais
- 3.5 Patrimônio e tradição afro, direitos culturais, natureza, identidade e teoria jurídica

4 SÃO LUÍS – A POLÍTICA PÚBLICA DO PATRIMÔNIO: processos e práticas (ou o patrimônio politicamente tombado)

- 4.1 Monumentalizar e tombar: a configuração da política pública do patrimônio
- 4.2 A política pública do Iphan: do Brasil para o Estado do Maranhão
- 4.3 São Luís *colonial* no século XX: bota abaixo ou salvaguarda?
- 4.4 A Missão Parent
- 4.5 A cidade de arte de Andr s

CONSIDERAÇÕES FINAIS

RERERÊNCIAS

APÊNDICE/ANEXOS

RESUMO

SANTOS NETO, Antonio Fonseca dos. A PÁTINA DO TEMPO – CONCEPÇÃO E PRÁTICA NA POLÍTICA PÚBLICA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM SÃO LUÍS.

Orientador: José de Ribamar Sá Silva. São Luís. UFMA/PPGPP, 2014

Cuida-se de estudar, caracterizando, no ciclo da política pública, a concepção e a implementação das ações concernentes ao Patrimônio Histórico e Cultural, levadas a efeito na cidade colonial de São Luís do Maranhão (o Centro Histórico de hoje), nas décadas finais do século XX até o ano de 2006. Toma-se São Luís, a cidade, tal uma manifestação das forças dinâmicas e operantes no engendramento da aurora do sistema do capital, ainda mercantil, depois industrial-urbano, dada numa zona do mundo tropical, decupa-se-a, pela abstração de seus elementos estruturais, formais e funcionais historicamente dados, identificando, na motivação das referidas políticas públicas para “revivê-la”, o projeto de reconstruí-la e mantê-la, ajustada, a serviço das relações de troca. “Revivida”, pois, ou requalificada, para, com sua antiguidade, cumprir um novo papel, agora enquanto bem patrimonial-cultural ofertável num competitivo “mercado de cidades”, segundo as exigências do presente estágio das forças do sobredito capital em fluxos. Cuida-se de Patrimônio Histórico, expressão conceitual histórica e teoricamente elaborada sob a força cogente do tempo da modernidade e sob as plúrimas manifestações quanto à memória, identidade, tempo, espaço, representação, estética, valor, urbanismo, entre mais: a cidade inscrita para a proteção, em nível nacional e local, pelo Iphan, e internacional, pela Unesco, tal um anseio reivindicado em nome da humanidade; a cidade, um artefato, uma obra de arte, para usos e trocas; a cidade em cujo corpo se move uma diversidade simbólica espetacular pelo cruzamento de suas culturas, vibrantes nas fachadas do casario de seu imenso acervo, terreiros, telhados, calçadas, poética, lendas, e dos vestígios expressos na pátina primordial da matéria cultural artisticamente elaborada e reelaborada. Em suma: de como um assentamento humano erguido para organizar a troca das mercadorias entre mundos numa dada temporalidade, ele próprio, em suas metamorfoses, vem a tornar-se o objeto a ofertar no portfólio geral das cidades históricas do mundo de hoje, dando a contemplar e uso/fruir sua beleza e paixões, inserta na dinâmica da economia do turismo.

ABSTRACT

SANTOS NETO, Antonio Fonseca dos. THE PATINA OF TIME - DESIGN AND PRACTICE OF PUBLIC POLICY IN HISTORICAL HERITAGE IN SÃO LUIS.

Advisor: José de Ribamar Sá Silva. São Luís. UFMA/PPGPP, 2014

This research which studies the public policy cycle, the design and the implementation of actions related to the Historical and Cultural Heritage was carried out in the colonial city of São Luís do Maranhão (today's historic center), from the last decades of the 20th century until the year 2006. The city São Luís, a manifestation of the dynamic and active forces in engendering the dawn of the capitalist system, yet commercial, later industrial-urban, in a given area of the tropical world, was chosen by the abstraction of its structural, functional and formal historical elements, identified in the motivation of the referred public policy to "revive it", the project to rebuild and maintain it, adjusted to the service terms of trade. "Revived" or redeveloped, with its antiquity to fulfill a new role, as well as offer cultural heritage in a competitive "city market", according to the requirements of the present stage of the forces in the aforesaid capital flow. Care must be taken of the Historical Heritage, conceptual expression theoretically established under the binding force of modern times of and under the multiple manifestations of memory, identity, time, space, representation, aesthetics, value, urbanism, among others: the city is protected at national and local level by Iphan, and internationally by Unesco; such a yearning claimed in the name of humanity; the city, an artifact, a work of art, for use and trade; the city whose body moves a spectacular symbolic diversity by crossing its cultures, vibrant on the facades of the houses of its immense collection, patios, roofs, sidewalks, poems, legends, and traces expressed in the primordial patina of cultural matters artistically elaborated and reworked. In short: how a human settlement built a structure to organize the exchange of goods between worlds in a given temporality. The city itself, in its metamorphoses has become the object of presenting its portfolio to the historic cities in the world today, by the use/enjoyment of its beauty and passions, inserted in the dynamics of the tourism economy.

1 INTRODUÇÃO

“As cidades têm chão: o espaço que nos limita, as coordenadas de sua geografia, céus e clima, o sabor de seu alimento, a sombra que nos agasalha, deuses de nossos lares, culto de comuns antepassados. Mas as cidades têm tempo, e por isso têm alma, como as pessoas.

(Sebastião Moreira Duarte)¹

1.1 O estudo. Um motivo.

Na minha infância e juventude, lá nos sertões de cima, cidades sertanejas de Passagem Franca (onde nasci), São João dos Patos e Colinas, percebi as primeiras notícias sobre nossa capital como sendo uma “cidade-ilha” muito antiga, “histórica”, de muito poeta, tradição, praia e *nêgo*. Nesse tempo de criança é que também ouvi falar pela primeira vez de São Luís como cidade “cheia de assombração”. De um mar cheio de mistérios.

Para a criançada do meu tempo, São Luís era aquela cidade heroica, cenário maior da narrativa do hino maranhense que cantávamos, perfilados, quase todo dia, no pátio do Grupo Escolar Estado do Paraná: “Entre o rumor das selvas seculares... Era a guerra, a vitória, a morte e a vida... Maranhão, Maranhão berço de heróis/ Por divisa tens a glória / Por nome, nossos avós. Reprimiste o flamengo aventureiro / E o forçaste a no mar buscar guarida / Dois séculos depois, disseste ao luso / - A liberdade é o sol que nos dá vida”.

A minha era uma cidade cujo povo se dividia em intensas paixões *políticas* e São Luís para nós tinha esta referência de senso comum: o lugar da política, das decisões, origem e destino das *autoridades constituídas*. E cultivando os valores elevados de nossa comuna, infundia-se, nos filhos do lugar, um certo orgulho de ter nascido em Passagem Franca um dos prefeitos da capital do Estado.

Mas foi em Colinas dos anos 1960 que entrei em contato com o manancial das elaborações culturais de São Luís, pois nossa escola – o Colégio Colinense, depois Cinec – promovia anualmente um Ciclo de Estudos, notável reunião de ciências, letras e artes, que atraía

¹ São Luís. *Texto e história*. Fotos de Albani Ramos / Texto de Sebastião Moreira Duarte. São Luís: Instituto Geia, 2007, p. 12

gente de todo o Maranhão, notadamente da Capital. Foi num desses eventos² que conheci gente já famosa, então, a exemplo de Ubiratan Teixeira, o pintor Pavão, Reginaldo Teles, Jomar Moraes e outros mais.³ E desses encontros apareciam muitas respostas que nos desafiavam nesse tempo sobre o referido Estado, o Brasil e o Mundo, tudo estimulado por um sentido de emersão desenvolvimentista suscitada pela presença, do que se dizia ser, um “jovem escritor” à frente da administração maranhense, em que pese permear o cotidiano escolar e da cidade, de boca em boca, que a nossa escola era muito “livre” e que o nosso diretor poderia ser preso – era 1967, 68, 69, uma Ditadura atormentava o país... Somente aos 22 anos conheci a “cidade-ilha”, pisei o seu chão, já estudante universitário. Fora-me dada a oportunidade de conferir aqueles sentidos alardeados: em cada pessoa da cidade-capital, no corpo físico e também nos símbolos de sua perenidade heroica e civicamente cantada.

Com esses impulsos na alma, o presente estudo nada mais é que um mergulho profundo na essência de São Luís do Maranhão – sua morfologia e sua cultura –, examinando lhe a perenidade historicamente verificável nas vagas do mundo e as iniciativas concernentes à provisão da política pública que objeta a salvaguarda das heranças do seu passado que alcançaram o presente. Alertou-me o orientador

² Em 1968, o Ciclo de Estudos discutiu a *Amazônia*, com ênfase na inserção maranhense nessa região da qual São Luís fora, no Seiscentos, a capital. Havia um Documento Base, espécie de tese-guia, estudado durante um ano, com cada série escolar distinguindo uma tese como subtema de aprofundamento. Toda a cidade era chamada a entrar no debate. Em 1969, a um mês da chegada do homem à lua, e ao redor do primeiro transplante de coração, o Ciclo tematizou *O Homem no Mundo Moderno*, mirando os avanços da ciência e o próprio sentido do viver. O mote: “a ciência afasta ou aproxima o homem de Deus?”

³ Jomar Moraes, então, aos 28 anos, pessoa já referenciada no mundo das Letras, na Capital. Jovem bacharel em Direito, ocupava por essa época as funções de Delegado Civil da cidade de Buriti Bravo, vizinha da nossa, com importantes iniciativas locais no campo cultural, notadamente a criação de um curso ginásial, com muito impacto na vida da microrregião, porquanto um cometimento difícil de realizar na referida “nesga de sertão” sem uma articulação de liderança intelectual tal a do jovem escritor.

, com suas necessárias balizas de apontar rumos: “cuidado com as idealizações do passado”. Entendi: minha cidade-objeto é um poema, moldado em tambor, suor e letra; e a tese há que se amoldar no cânon de linguagem de certa *ciência*. Da ciência do humano; e do social.

Todavia, cada um de nós, movemo-nos pelas imantadoras forças que vinculam o brincar com as artes do tempo, a genialidade das falas ressoantes das gentes em caminhada, e o discursar dos sábios na fala estetizada. Por isto digo também e por fim, nesta espécie de *antífona* das minhas motivações essenciais, que me entendi, ainda cedo, qual um *ouvinte* diferenciado das histórias a capturar do fundo dos sertões das malhadas e *cincagens* da vaqueirama, e nas parafernalias tecnológicas já disponíveis lá na Passagem, na era da minha infância. No caminho da roça, no Elmiro, sol quente, ouvindo o canto da jaó, e o grasnar de araras em voo, sozinho andando pela “estrada do fio”, ao meio dia, ouvia também um zumbido intenso saindo do dito fio estendido do telégrafo, que eu imaginava serem os telegramas que estavam chegando e saindo..., e não continha a compulsão de encostar a orelha nos postes para tentar capturar a voz de dona Nair, a telegrafista, e de quem falava com ela de outras cidades. De outro modo, não posso esquecer-me do quanto ficava apreensivo lá no Poço (da Regina), nas rodas de roceiros e quebradeiras de coco a dançar o Lindô, e alguém pedindo para moderar o batuque e a cantiga senão as “rádias do ar ia escutar”... Em tudo, nas experiências sensíveis, a construção de um sentido de sondar e entender o jeito de como o tempo faz, e é, a própria história –nos marcos significantes como o/a aguilhoamos.

Disto, e de experiências formais dos estudos escolares, talvez uma explicação do meu apego primal a este dito de Rudolf Borchardt, e que me trouxe Walter Benjamin, atinando o “lado pedagógico” de seu labor filosofal e escritural, em *Passagens*: “Educar em nós o médium criador de imagens para um olhar estereoscópico e dimensional para a profundidade das sombras históricas. São palavras de Rudolf Borchardt, *Epilogomena zu Dante*, vol. I, Berlim, 1923, pp. 56-57” (apud BENJAMIN, 2007, p. 500).

Este o relatório de pesquisa que disponibilizo ao crivo dos que sabem mais que eu.

1.2. A tese em transe

“El Comité del Patrimonio Mundial ha inscrito el Centro Histórico de São Luiz do Maranhão en la lista del patrimonio mundial.

La inscripción en la lista confirma el valor excepcional y universal de um sitio cultural o natural que debe ser protegido para el beneficio de la humanidad”⁴

(Unesco, em Nápoles, Itália).

Proteger um sítio cultural e natural em benefício da humanidade? Porque as sociedades são movidas a fazê-lo e como procedem para alcançar essa objetivação eloquente é do que trata o presente estudo. Dizendo de outro modo sobre o que mais à frente se verá: de como uma cidade erguida sob a égide do trato das mercadorias se transmuta, ela própria, numa mercadoria.

Esse *porquê* e esse *proceder*, delinearemos a partir da análise da experiência-mundo significada na patrimonialização histórico-cultural da cidade de São Luís colonial, hoje um bairro dentro de uma *urbs* exponencialmente maior. A ênfase é na dimensão “cultural”⁵ expressa no decreto epigrafado, mais que em sua condição “natural” também ali declinada.⁶ Sua construção é essencialmente teórico-histórica, permeando corpos empíricos e por eles permeada. “Sitio” em seu significado primordial de arranjo socialmente dado num espaço que, de natural, transmutar-se-á em objeto do labor-cultura humano. Noutras palavras, a passagem do estado de natureza à história.⁷ Aliás, *porquê* e *proceder* – ou concepção e implementação de políticas –, assinalados com suporte entre a história e as ciências sociais, seguindo, entre outras, esta orientação:

⁴ Termos em que vêm vazados o decreto e o título/diploma do tombamento, dados durante a XXI Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco, em Nápoles, Itália.

⁵ No presente estudo, tomamos o conceito de cultura tal a experiência humana historicamente dada e mais precisamente na dupla dimensão, presente, por exemplo, nas expressões “sítio cultural” e “tradição cultural” dos documentos da Unesco.

⁶ No entanto, a dimensão do patrimônio natural nunca sairá do nosso horizonte de abordagem (v. nota seguinte), porquanto nos orientamos em Jozimar Paes de Almeida, para quem o “o patrimônio ambiental é histórico”, fixando que “a noção de patrimônio natural deve ser contextualizada no interior de uma noção de historicidade, na qual a ação e efeito de investigação, conhecimento e narração dos fenômenos históricos passados, tornam-se presentes por intermédio deste exercício humano, e poderão vir-a-ser novamente reconstruídos no futuro, no contexto da época, se um ser humano se dispuser a recriar essa prática [do que dita] historicidade se faz carne, transfixada nesse nosso instante, pelo cruzamento de duas temporalidades ‘infinitas’, o passado e o futuro, consubstanciando-se no nosso presente efêmero” (ALMEIDA, 2012, p. 362-363).

⁷ “O terceiro que me ocupava eram os costumes dos povos. Queria aprender deles como do encontro de necessidade e livre arbítrio, de impulso e querer, de movimento e resistência nasce uma terceira coisa, que não é nem arte nem natureza, mas ambas ao mesmo tempo”. Goethe, *Teoria da natureza*. (Apud EUGÊNIO, 2011, p. 73).

Muito antiga, a história, narrativa dos acontecimentos, só se iguala às artes e à filosofia; por isso, tem uma musa, Clio. Mas isso significa também que a história, como discurso, é anterior às demais ciências sociais, anterior às universidades. Isto significa, efetivamente, que, na história intelectual, pode-se examinar e analisar o impacto das ciências sobre a história, e não o contrário. (NOVAIS e SILVA, 2011, p. 9)⁸

Política Pública para o Patrimônio Histórico: eis um tecido temático cujo desfiamento e costuras teóricas e práticas atinentes dificilmente se os fará sem orientações tais.

SÃO LUÍS, a cidade colonial, foi declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco em 1997, providência tida por muitos e sob vários pontos de vista, notadamente sua autoconstrução imagética, como espécie de vetor auspicioso de seu desenvolvimento no tempo de hoje.

Dito de outra forma: a qualidade de ser uma cidade reconhecidamente muito velha nos padrões brasileiros, ou “cidade histórica”, como se costuma chamar, como que “salvaria” a capital maranhense de uma ruína ainda maior. E melhor: sua condição de antiguidade se transformado em fator relevante das vantagens possíveis de desenvolvimento social que ela sinaliza carecer hoje em dia e em escala não desprezível.

Nas últimas quatro décadas, têm sido decisivas várias iniciativas estatais referidas à transformação de São Luís numa metrópole modernizada, de maneira que, junto, reste aproveitado o fabuloso patrimônio histórico-cultural que seu conjunto urbano multissecular exprime, notadamente a monumentalidade de sua arquitetura secular de inspiração lusitana, ou “lusu-brasileira”, tal é referida por Olavo Pereira da Silva F.^o,⁹ em notável labor de pesquisa e texto sobre seu patrimônio edificado. Iniciativas estatais tomadas em nível de governo federal, com forte articulação com o governo estadual –o município parece ter sido nesse sentido um protagonista menor–, entre elas as que dizem respeito ao tombamento e à preservação do

⁸ Estes autores acrescentam, que “... a história como discurso é muito antiga, e passa por transformações (as diferentes formas do fazer historiográfico), nos vários momentos dessa trajetória. Momento decisivo é aquele em que se constituem as Ciências Sociais, desde os meados do século XVIII e ao longo do XIX; porque, a partir de então, engaja-se inexoravelmente o diálogo entre a história preexistente e as ciências sociais emergentes. Nem é por acaso que o século XIX ficou chamado ‘o século da história’. [...]. Pensamos mesmo que não seria fora de propósito chamar ‘tradicional’ a historiografia anterior àquele momento; e ‘moderna’ a historiografia que então se inaugura, e vem até os nossos dias. [...] ... com a emergência das ciências sociais, há um diálogo implícito na produção historiográfica, bem como no das ciências do homem”. (NOVAIS e SILVA, 2011, p. 9-10).

⁹ Cf. Olavo Pereira da Silva F.^o. *Arquitetura luso-brasileira no Maranhão*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Formato, 1998. O estudo do arquiteto Olavo Filho, publicado com esse título, constitui parte do “dossiê” técnico- documental sobre o Centro Histórico encaminhado à Unesco em busca da inscrição na lista do Patrimônio Mundial. É piauiense da cidade de Campo Maior.

patrimônio cultural respectivo, numa perspectiva de *reviver* a velha capital do Estado, recuperando-se as áreas decaídas e degradadas. Áreas que, noutro tempo, foram expressões de sua grandeza citadina.

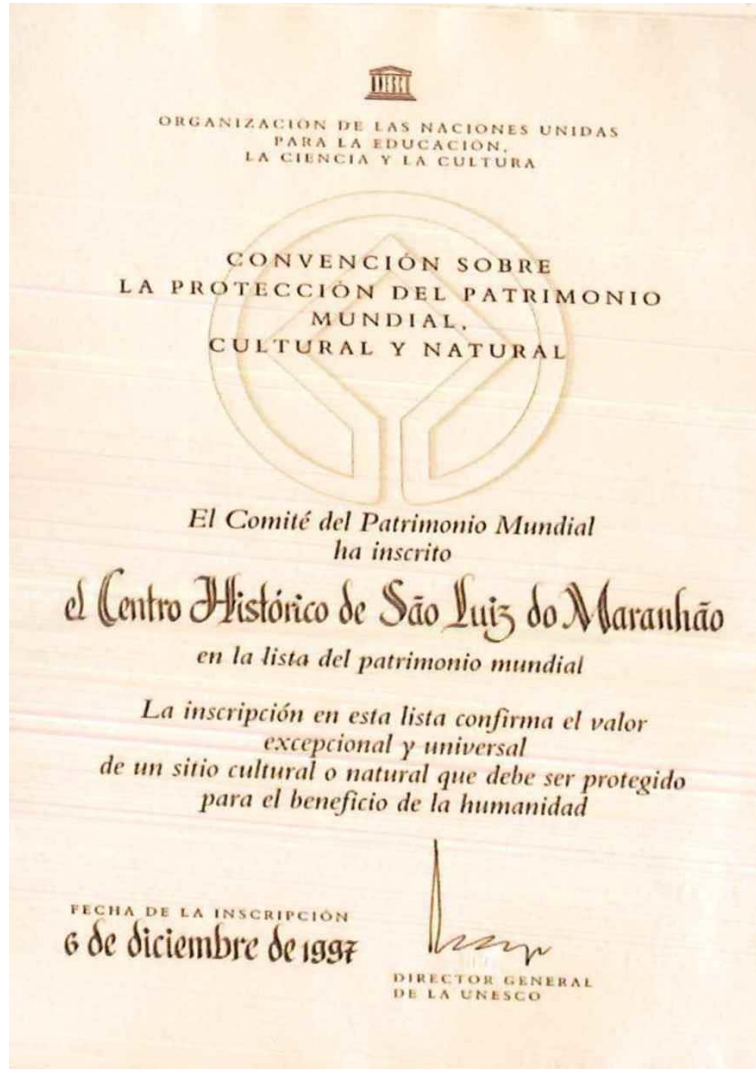


Figura 1

O diploma do tombamento mundial de São Luís
(In: Andrès, 2012, p.....)

Acresça-se que, já um pouco antes, mas sobretudo a partir do advento da Constituição Federal de 1988, além das articulações-mundo atinentes e encaminhadas pela Unesco, as políticas sobre o patrimônio histórico ganharam outros sentidos e cada vez mais expansão, muito disso significado no novo protagonismo de órgãos estatais tipo o Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural – Iphan, o Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Estado Maranhão e a Fundação Municipal do Patrimônio Histórico de São Luís, com seus diversos

programas para a área. Agora com força regulatória, o conceito de patrimônio alarga-se para incluir as expressões do que se vem chamando de *cultura imaterial*, com fortes repercussões no conjunto das iniciativas acima aludidas.

Todavia, tudo indica que as políticas públicas para o setor não teriam maior densidade se apenas tendessem ou ainda somente objetassem a preservação em si e para si de velhos monumentos – no caso, a cidade-monumento – e não direcionassem seus projetos no sentido de dilatar as possibilidades de novas fruições e usos dos bens patrimoniais, conferindo-lhes estatuto de coisa viva, ajustada às emergências de erguer sítios urbanos conforme as exigências do tempo presente, capazes, por exemplo, de ensejar a mobilização de meios de sentido econômico.

Os diversos programas e projetos em curso em São Luís desde os anos 70 do século findo incorporam cada vez essas variáveis de sentido, a exemplo do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCHSL) e o próprio tombamento mundial.¹⁰ Ações que articulam as três esferas público-estatais de governo: união, estado e município.

As iniciativas examinadas no escopo do presente estudo são, já, apreensíveis a olho nu em vários aspectos de sua positividade. Todavia, seu incremento tem gerado apreensões. Outros projetos secundam-lhe nas várias esferas da ação estatal no âmbito dessa política pública, a exemplo do chamado PAC das Cidades Históricas, cuja implementação teve começo em São Luís no ano de 2013.

A São Luís colonial, tal a própria colonização, é filha do chamado mercantilismo, espécie de primeira onda da *globalização* dos tempos modernos, assim de seu porto aberto aos mares com suas ondas movendo o leva e trás do comércio. Convém conhecer, ainda em maior profundidade, o que as marés quebradas de suas decadências e revivescências emergidas revelam aos gostos e proveitos do Maranhão e do Brasil neste tempo que tece a trama de uma espécie de neoglobalização.

O presente estudo está conformado, no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, dentro da linha de pesquisa “Estado, Cultura e Políticas Públicas”. E tem uma centralidade objetiva: **(a)** as linhagens da formação histórica da cidade mercantil e sua transmutação em patrimônio cultural da cidade-mercadoria; **(b)** exame qualitativo

¹⁰ Neste cometimento escritural, as expressões “cidade colonial”, “cidade velha”, “cidade antiga”, “centro antigo” e afins, têm o sentido geral de “centro histórico”, apenas um bairro na dinâmica urbana da cidade de hoje; dito de outro modo, um bairro que foi a própria unidade cidadina nos seus primeiros trezentos anos. No desenvolvimento do texto, sempre que possível, buscamos acentuar a referida e necessária distinção.

da concepção/formulação e implementação do conjunto das políticas públicas referidas à inscrição de São Luís enquanto Patrimônio Cultural da Humanidade, caracterizando, em linhas gerais, um determinado sentido de *presentificação*¹¹ da cidade colonial, real, na cidade colonial das representações.

A criação de uma cidade é evento cultural de alto impacto e assim sendo, para apreendê-lo em sua processualidade, e no caso de São Luís, incorremos na identificação e no inventário de suas polissemias culturais que suam, cintilam, exalam, ressoam, rufam, ecoam e timbram de cada toque do operário-restaurador em seu corpo físico e das nervuras capilares que irrigam a cidade velha que habita a memória coletiva de muitos. Também, e essencialmente, a própria *produção* dessa *urbs* enquanto cidade-filha do Estado Moderno projetado no trópico e no tempo.¹²

A propósito de falar em cidade, escreve José Saramago, pensando a cidade de Lisboa:

Fisicamente, habitamos um espaço, mas, sentimentalmente, somos habitados por uma memória. Memória que é a de um espaço e de um tempo, memória no interior da qual vivemos, como uma ilha entre dois mares: um que dizemos passado, outro que dizemos futuro. Podemos navegar no mar do passado próximo graças à memória pessoal que conservou a lembrança das suas rotas, mas para navegar no mar do passado remoto teremos de usar as memórias que o tempo acumulou, as memórias de um espaço continuamente transformado, tão

¹¹ Presentificação, conceito de uso mais largo em Filosofia e Historiografia que para aqui transpomos para pensar os impactos da reestruturação produtiva-reestruturação urbana. Orientamo-nos pelo sentido do conceito, consoante sua aplicação por Ana Clara Torres Ribeiro: “A atual fase do capitalismo – alimentada por contínuas inovações tecnológicas – intensificou as trocas mundiais de mercadorias, mensagens e pessoas. A intensificação dos fluxos expressa a amplitude atingida pela arena da produção e pela administração do consumo (individual e coletivo). Por outro lado, a intensidade das trocas e o seu caráter inseguro, incerto e múltiplo demandam investimentos em infraestrutura econômica de novo tipo: socialmente seletivo e de última geração. Privilegia-se, assim, os conteúdos técnicos que potencializam as ações que favorecem a versão hegemônica do mercado”. Diz, a propósito, que em “verdade, a reestruturação produtiva exige a sua compreensão também como reestruturação urbana, o que só é possível através da valorização analítica dos vínculos sociedade-espaço. Nesta direção, evidencia-se a necessidade de que as ciências sociais integrem, num único propósito teórico e empírico, tempo-espaço e ação social”.

¹² “Matéria fundamental da história é o tempo; portanto, não é de hoje que a cronologia desempenha um papel essencial como fio condutor e ciência auxiliar da história. [...]. O calendário é produto e expressão da história: está ligado às origens míticas e religiosas da humanidade (festas). Aos progressos tecnológicos e científicos (medidas do tempo), à evolução econômica, social e cultural (tempo do trabalho e tempo do lazer. [...]. À história estão intimamente conectados dois progressos essenciais: a definição de pontos de partida cronológicos (fundação de Roma, Era Cristã, Hégira e assim por diante) e a busca de uma *periodização*, a criação de unidades, mensuráveis, de tempo, dia de vinte quatro horas, século etc. Hoje, a aplicação à história dos dados da filosofia, da ciência, da experiência individual e coletiva tende a introduzir, junto destes quadros mensuráveis do tempo histórico, a noção de duração, de tempo vivido, de tempos múltiplos e relativos, de tempos subjetivos ou simbólicos. O tempo histórico encontra, num nível muito sofisticado, o velho tempo da memória, que atravessa a história e a alimenta”. (LE GOFF, 2005, p. 13).

fugidio como o próprio tempo. Esse filme de Lisboa, comprimindo o tempo e expandindo o espaço, seria a memória perfeita da cidade.¹³

E Giulio Carlo Argan convida a pensar a “cidade real”, a “cidade existente”, “agora convertida em um vasto campo de estudos, tanto de seus aspectos formais e materiais, quanto de sua história e natureza. Análises morfológicas, de sua imagem, a relação entre seus espaços públicos e privados, seus monumentos, marcos simbólicos e suas tipologias edilícias...”.¹⁴ Já David Harvey, sobre a cidade contemporânea,¹⁵ define-a como um “‘palimpsesto’ de formas passadas superpostas umas às outras”. E Gustavo Giovannoni:

Uma cidade histórica constitui em si um monumento, tanto por sua estrutura topográfica como por seu aspecto paisagístico, pelo caráter de suas vias, assim como pelo conjunto de seus edifícios maiores e menores; por isso, assim como no caso de um monumento particular, é preciso aplicar-lhes as mesmas leis de proteção e os mesmos critérios de restauração, desobstrução, recuperação e inovação. (GIOVANNONI, 1995, p. 154).

As inspirações, ideias e linhas gerais aqui prefiguradas, são desafiadoras, mas, ao mesmo tempo, potencializadas e, já agora, movidas de energias de paixão pela cidade, insistente e reiterada, ainda que corpo mutante veloz na elaboração coletiva de seu destino.

Este esforço de pesquisa tem arrimo num componente que significa algo fundamental articulando a diáde Estado e Cultura e suas interfaces com as políticas públicas relacionadas com ela: o indissociável amálgama que revela o que se vem chamando *patrimônio cultural* como lídima expressão de patrimônio historicamente elaborado no plano da experiência humana. Com efeito, a política pública de Estado que balda as dimensões supracitadas, para muito além das elaborações técnicas (engenharia, urbanismo, pedreiro, restaurador) detonam, por exemplo, processos de tomada de decisão que envolvem complexos componentes, cultural e simbolicamente elaborados em temporalidade dada. Toda essa elaboração – de caráter social-

¹³ Cf. José Saramago – *Palavras para uma cidade*. O Caderno de Saramago. Disponível em: <http://webinsider.globo.com/vernocia.php?id=1339>. Acesso em 23/09/09, 22h05.

¹⁴ A afirmação é de Laís Bronstein Passaro, em *A Cidade como Artefato*, citando livremente G. C. Argan, e acrescentando que, para ele, “a cidade é intrinsecamente artística”; não é “um invólucro ou uma concentração de produtos artísticos, mas um produto artístico ela mesma”. Segundo o crítico de arte romano, através da superação da estética idealista, “a obra de arte não é mais a expressão de uma única e bem definida personalidade artística, mas de uma soma de componentes não necessariamente concentrada numa pessoa ou numa época (ARGAN, 1995, p. 73)”.

¹⁵ E sobre essa *cidade contemporânea*, em suas imbricações processuais, acrescente-se logo que “está, cada vez mais, distanciando-se do sentido de ‘comunidade’, teorizado por Bauman (2003, p. 7-8)” (ANDRADE, 2007, p. 16-17/19) quando esse autor sugere “um lugar ‘cálido’, um lugar confortável e aconchegante”, e torna-se, reponta Andrade, qual a calvínia *cidade invisível* de Leônia, aquela cuja verdadeira paixão “está na possibilidade de consumo rápido de objetos novos...”.

histórico – clama alto por luz intensa sobre a dinâmica de seus organismos estruturantes, quando São Luís passa a ser inscrita entre as cidades do Patrimônio Cultural Mundial, em meio a esforços de “revitalização” e impulsos de certo “reviver”.

O fundamento dessa perspectiva considerada é possível de ser buscado, por exemplo, em Jacques Le Goff, para quem a história é “a forma científica da memória coletiva” (LE GOFF, 1996, p. 535). Ora, mexer com temática da cidade e sobretudo de cidades velhas é operar com essa memória coletivamente elaborada, com identidades, em suma, com “culturas cruzadas” em processo de reinvenção permanente. Acrescenta esse autor: “Toda história deve ser uma história social” (LE GOFF, 1996, p. 12).¹⁶ Isto infirma a evidência da franca superação daquele sentido de história enquanto sinonímia de factualidade datada e heroica, em regra, protagonizada por um ser tido e havido como individualmente deificado. A história é construção social, via láctea da criação cultural, despojada esta de qualquer sentido de inexorabilidade em face daquela.

No enquadramento que pertine a São Luís enquanto objeto de estudo, importa lembrar que a abordagem aqui intentada encontra também respaldo nos elementos embasantes e norteadores da ação do principal instrumento nacional-brasileiro de articulação e fomento da política pública no campo sob foco, o Iphan. Elementos que estão sintonizados com a “renovação epistemológica da segunda metade do século XX” (LE GOFF, 1996, p. 18), porque passaram os estudos históricos.

A propósito, discutindo o percurso das políticas do Iphan, e mais largamente, dos caminhos mais gerais percorridos por elas no Brasil, e dialogando com Aloïs Riegl sobre a díade conceitual de *valor de ancianidade* e *valor de novidade*, para situar a “renovação epistemológica” que ensejou nova paradigmática desse órgão nas últimas três décadas, Maria Cecília Londres da Fonseca também lembra que isso caminha “com a crítica à história factual, o surgimento da história das mentalidades e do conceito de longa duração, a ampliação da noção de documento e

¹⁶ A partir das décadas de 60 e 70 serão privilegiados estudos ligados à História das Mentalidades, assuntos marginalizados até então pela historiografia, num desabrimento que enseja a emergência, por exemplo, de objetos de estudo tidos como do campo da *cultura imaterial*. E é desse autor a afirmação de que a “... a história das mentalidades não se define somente pelo contato com as outras ciências humanas e pela emergência de um domínio repellido pela história tradicional. É também o lugar de encontro de exigências opostas que a dinâmica própria à pesquisa histórica atual força ao diálogo. Situa-se no ponto de junção do individual e do coletivo, do longo tempo e do cotidiano, do inconsciente e do intencional, do estrutural e do conjuntural, do marginal e do geral” (LE GOFF, 1976, p.71).

o desenvolvimento da historiografia, quanto nas políticas de preservação, com a ampliação do conceito de patrimônio” (FONSECA, 1997, p. 69 ss).

As políticas federal e estadual e os programas pelos quais se expressam na experiência de São Luís não seriam possíveis sem tais e novos enfoques, que trazem ao prosclênio a cultura, numa cidade reiteradamente por muitos identificada como “cultura”, além de secular, baldada em camadas de tradição referidas, especialmente, **(a)** ao texto escrito, no qual fala a cidade *branca*, por assim dizer; e **(b)** à cidade forjada nos terreiros das tabas de sua indioafricanidade. Esta outra cidade não para de vibrar para além das folhas impressas –e mesmo nelas, reconheça-se, quando se tem presente seus robustos retratos, literariamente elaborados, por exemplo, em *O mulato*, por Aluísio de Azevedo, *O cativo*, de Dunshee de Abranches, *n’Os Tambores de São Luís*, de Josué Montello. Não se conhece no Brasil o empenho do chamado mundo privado em relação ao patrimônio de expressão histórico-cultural, sua conservação e aproveitamento. A propósito, seguindo a França, ao discutir as políticas públicas de gestão de patrimônio, lembra em artigo Ana Lúcia Meira, que no Brasil, nesse campo, foi “implantada uma estrutura de preservação estatal e centralizada”, conformada (citando D. Lowenthal) na percepção do passado enquanto herança coletiva [que] “dava validade ao presente o exaltava [...] e intensificou o interesse por salvar relíquias e restaurar monumentos como emblema da identidade, de continuidade e das aspirações comunitárias”.¹⁷

Assim, conhecer as políticas públicas relativas ao patrimônio histórico, e também ao artístico, implica entender os fundamentos do Estado, força ordenadora de tais políticas. No caso aqui proposto, tal se afigura de uma centralidade inafastável, porque cabe ao Estado, por exemplo, criar “políticas oficiais responsáveis por elevar alguns artefatos à categoria de patrimônio, atuando no nível do imaginário e destacando elementos constitutivos referenciais no desenvolvimento da sociedade”. Ora, acrescenta essa autora, o “poder de instituir a proteção é atribuição do Estado – o Estado detentor do monopólio da nomeação oficial, da boa classificação, da boa ordem”.

Mas o Estado, explica mais, não é um ente que paira sobre a sociedade, desta desconectado; o Estado é uma criação histórica típica, aprisionado, ou não, “a interesses das classes dominantes” que não consultam o interesse coletivo amplo. Nesse passo, cita Márcia Sant’Anna, para quem as

¹⁷ Cf. A. L. G. Meira – Políticas públicas e gestão do patrimônio histórico. Disponível em www.ufpel.tche.br/ich/ndh/.../historia_em_revista_10_ana_meira.pdf - Acesso: 24/09/09, 1h44.

políticas públicas são um conjunto de ações que visam determinados objetivos, e podem se desenvolver tanto no plano de sua implementação efetiva, quanto no nível do discurso através de sua simples formulação. [...]. As políticas públicas também são perceptíveis e ou codificadas por meio de um conjunto de leis, decretos e outros documentos que regulam a ação do estado. (Apud MEIRA)

Dessas observações, que são apenas aproximações fragmentárias de um corpo de literatura mais sistemático, vê-se que um exame e caracterização qualitativos do conjunto das *políticas públicas* referidas à constituição de São Luís do Maranhão enquanto Patrimônio Cultural da Humanidade, e o correlato inventário de seu lastro cultural em diversa temporalidade, afiguram-se realizáveis, arrimados pelo fundamento teórico-conceitual e expressão histórica (práxis) do que se evidencia nesta parte do mundo sob a denominação de Estado e Cultura.

Dada no referido ano de 1997, a notícia do tombamento correu o mundo, em particular o Brasil; correu o Maranhão; invadiu e certamente tocou positivamente a alma da população de São Luís. Uma decisão de caráter internacional, atendendo uma propositura do Brasil, respaldada pelo governo local. Medida tão impactante veio no contexto de um processo bastante avançado para os padrões maranhenses quanto às políticas públicas propostas e já então várias delas em execução envolvendo os três níveis da ação estatal: desde os anos 1970, num crescendo, são muitas as medidas tendentes a deslocar o sentido e as percepções da questão do patrimônio histórico-cultural de São Luís, de uma percepção comum de decadência para outra conotada na preservação, requalificação e respectivo reaproveitamento dele.

De um dos arquitetos cuja arte foi colocada a serviço da construção desse momento novo no trato da cidade velha, colhe-se esta observação emblemática:

Em 1973, quando me dediquei ao estudo da arquitetura luso-maranhense, já assistia perplexo à mórbida transformação que sufocava e conduzia aquele acervo a perdas irreparáveis. Há muito, São Luís dissipava-se com a inusitada renovação de padrões... Passados vinte e quatro anos, não se pode ignorar os esforços preservacionistas e os resultados alcançados... De lá para cá, São Luís foi contemplada com os tombamentos federal, estadual e, agora, da Unesco e o Projeto Reviver vem resgatando a fisionomia da Praia Grande, através das restaurações e promovendo a difusão desse acervo. [...]. Embora trépidas, São Luís, Alcântara, Viana..., ainda permanecem vibrantes e encantadas, nos comovem e nos encorajam a resistir à mutação descomedida. Por isso devemos zelar por essas cidades [...] e evitar a visão fatalista do tudo se transforma, enquanto ao necessário fim das coisas. (SILVA F.º, 1998, p. 13)

Olavo Pereira da Silva Filho, com seus estudos especializados, juntamente com Luís Phelipe Andrès,¹⁸ e uma equipe multidisciplinar, partilhou a elaboração do dossiê encaminhado à Unesco com vistas ao *tombamento* mundial. Sua fala é expressiva de múltipla significância: traduz as perplexidades ante a ruína/revivescência da cidade; aponta o crescendo da atenção da esfera pública sobre a questão; alardeia o lúdico encantamento do ilhéu por ela; convida à participação na construção das experiências novas quanto à cidade velha; revela uma inquietação sobre o sentido daquilo que é comum se chamar de *progresso*, nos marcos do sistema social que articula a vida contemporânea.

No referencial mais difundido da cidade tombada aparece sua condição de *cidade colonial*, relíquia de eras pretéritas. De fato, a antiga São Luís que vem do início do Seiscentos ao fim do Setecentos, sob várias dimensões, é, assim, a *cidade colonial* em sua concreção, exprimindo o organismo histórico constituído nas linhas de força, cruzadas e conflitivas, da dinâmica colonial nessa zona do mundo, tensionada numa já complexa teia de interesses e navegando por aqueles ditos “mares [*talvez*] nunca navegados”. Ressalte-se a necessidade (na perspectiva de análise aqui intentada) de distinguir essa cidade colonial, corpo histórico dado, da “cidade colonial” objeto das representações inerentes aos processos da política pública de seu “tombamento” no presente contexto. Desses dois primeiros séculos, a título de exemplo, restam alguns elementos primordiais de sua cultura material (o próprio sítio em pedra do *burgo*¹⁹ original como diretiva do porvir) e imaterial (os signos de sua condição de capital e as identidades insulares ressoantes no rufo dos tambores e no canonicato letrado), cujo sentido de perenidade conforma e move as ações da referida política.

Diga-se que o tombamento contempla a *proteção* de um assentamento humano erguido à força da ocupação ibérica, estendendo a latinidade naquela dinâmica acentuada por Frederic Mauro, em “Colonizações Latinas”, que lembra ter Portugal incorrido no levantamento de um

¹⁸ Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès, nasceu em Minas Gerais. Em 1977 adotou São Luís do Maranhão. Veio em missão de pesquisa e ficou. Em 1979, integrou o Grupo de Trabalho para a criação do Plano de Recuperação do Centro Histórico de São Luís e, posteriormente, a coordenação do Programa de Preservação que nasceu como “Projeto Praia Grande”, depois “Projeto Reviver”, e finalmente “Prodetur”, mas que tinha um único fio condutor, o “Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís”. Em 1996, estava à frente da equipe que produziu o relatório técnico São Luís - Patrimônio Mundial para apresentação do dossiê à Unesco, e recebia do Ministério da Cultura-Iphan, o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, na categoria Inventário de Acervos e Pesquisas, por “Embarcações do Maranhão”. Secretário Estadual de Cultura. Membro efetivo da Academia Maranhense de Letras.

¹⁹ A cidade de São Luís seiscentista tinha muros que a configuravam qual um burgo dos que existiam – e em muitas cidades ainda existem – na Europa. Fisicamente restaram deles quase imperceptíveis vestígios na cidade de hoje. Porém, sua formação é o elemento estruturante a partir do qual a cidade se projetou entre o Anil e o Bacanga. Muralhas erguidas logo após as investidas holandeses, em meados do Seiscentos.

Império no sentido ateniense (marítimo) e não romano (territorial), tal fizeram os espanhóis (RISÉRIO, 2012, p. 82).

Inspirado e pensando esse aparente *emaranhado* de questões, e partindo de uma perspectiva de desvelamento das grandes linhas constituintes da formação da cidade enquanto praça mercantil desde o Seiscentos, articularemos um conjunto de aproximações temático-discursivas com vistas ao exame da produção e impactos das políticas públicas referidas ao patrimônio histórico-cultural levadas a efeito em São Luís a partir dos anos 70 do século findo. Mais: o estado da arte da cultura ludovicense referida às transformações patrimoniais em curso e o “Estado em ação” protagonizando as políticas públicas para o setor. Vê-se que o objeto do presente estudo é multifacetado; e grávido de polissemias.

Ainda nessa perspectiva, sobretudo pensando processos segregadores de espaço urbano, lembra-nos Raimunda Nonata do Nascimento Santana, que há um extraordinário encadeamento de determinações, mediações e circunstâncias que “faz com que a constituição de territórios segregados atravessasse diversas transformações produtivas, políticas, culturais e urbanas guardando com elas vínculos estruturais ou conjunturais, e uma correspondência com a lógica das relações sociais de produção capitalistas” (SANTANA, 2003, p. 17)

Na realização do objetivo central de conhecer o processo da patrimonialização histórico-cultural de São Luís enquanto política pública, assinalaremos, reitere-se, os lineamentos constituintes da formação da cidade de São Luís como entidade histórica, examinando a produção de seu papel, desde a taba e feitoria na franja da economia mercantil-escravista-colonial, às projeções da cidade nos séculos seguintes, além do travamento de certas transformações em face de sua condição periférica agro-escravista-exportadora. Ademais, estudaremos a cidade do presente, *patrimonializada* historicamente à luz dos valores que cultiva em suas tradições, para identificar os modos de apropriação e reelaboração desses valores enquanto *produção de sentido*²⁰, e enquanto *prática social*, tendo em conta a existência de diversa recepção da cidade

²⁰ Perspectivas de análise sugeridas em Maria Cecília Londres da Fonseca, no *O patrimônio em processo*, obra que nos referencia na apreensão das linhas elucidativas das concepções norteadoras, nas últimas décadas, dos estudos no campo patrimonial-cultural-histórico no Brasil. Evocam um sentido de história cultural, que tem como objeto, segundo R. Chartier (1990, p. 16; 1999, pp. 8-9; 2002, p. 93) “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler”, disto decorrendo uma dupla definição de “cultura”: (1ª) enquanto obras e gestos que configuram e justificam uma apreensão estética, um princípio de classificação e de demarcação intelectual do mundo; (2ª) enquanto práticas comuns, “sem qualidades”, que exprimem a maneira pela qual uma comunidade produz sentido, vive e pensa sua relação com o mundo. Sobre o conceito de representações proposto por esse autor e de quem houvemos os recortes citados, acrescenta Carvalho

velha segundo a condição de classe de seus moradores, identificando e caracterizando os impactos produzidos pela cidade histórica, tombada e “revivida”, especialmente no que diz respeito aos novos usos e às novas fruições que ela enseja no campo das manifestações culturais e destas enquanto “consumo” dos bens culturalmente patrimonializados. Por fim, caracterizando as iniciativas concernentes à patrimonialização, assinalando as condições em que foram formuladas, decididas e implementadas enquanto política pública.

No enquadramento dessas questões e secundando aquela interpelação ao ato da Unesco com que abrimos esta seção, propomos e nos orientamos por estas duas outras perguntas de pesquisa, chaves: a cidade-artefato de São Luís “foi salva pelo atraso”²¹ econômico-social? O sentido insular e universal da cultura de Upaon-Açu explica a cidade nessa travessia?

(2005, p. 149): “as representações são entendidas como classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. As representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais; aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. O poder e a dominação estão sempre presentes.”

²¹ Expressão mais ou menos corrente em São Luís, em círculos mais cultos e ligados ao debate *patrimonial* da cidade.

1.3. O trato do objeto: a prática, a teoria, a oficina

“... ao sofrer o impacto das ciências sociais e almejar ser uma delas, o discurso do historiador não abandona absolutamente – nem pode abandonar – os traços fundamentais que lhe deram origem, ou seja, o objetivo final de revivescência dos acontecimentos para a constituição da memória social”.

(NOVAIS e SILVA, 2011, p. 34)²²

Temos presente que objetar a política pública atuante sobre um corpo/objeto cidade, numa temporalidade de quatro séculos, à primeira vista, e contato, parece tarefa impossível de se levar a bom termo, sobretudo pela aparente dificuldade de assestar o instrumental metodológico respectivo. Mas é só aparência.

Nesta pesquisa, e em seu relatório, operamos o estudo de uma cidade multissecular. Inspiramo-nos, num plano mais geral, na contribuição de Fernand Braudel²³ sobre a construção do pensamento e da prática dos estudos históricos em face de outros subcampos das ciências humanas e sociais. Para ele, “tematizar a longa duração significa também pluralizar as fontes históricas: além dos documentos escritos – fonte privilegiada pela história tradicional...” (apud MEDEIROS, 2007). “Foi Braudel quem desenvolveu mais explicita e teoricamente a posição do movimento dos *Annales*²⁴ na construção social do tempo e das temporalidades [tendo em *A história e as ciências sociais* afirmado] a ênfase na *longue durée*, o tempo das estruturas em lenta evolução da vida social [deixando claro] que a *longue durée* não é o eterno e o universal imutável” (apud WALLERSTEIN, 1996, p. 18-19).

Assim, laborar nessa condução interdisciplinar apontada por F. Braudel, constitui uma possibilidade metodológica norteadora primordial para pensar e penetrar “o tempo das estruturas”

²² Acrescentam: “Apenas o que muda é a maneira de proceder a essa reconstituição: não mais diretamente por intermédio dos registros, mas atravessando os dados pelos conceitos, exatamente os conceitos elaborados pelas ciências sociais. Ou, noutros termos: *para reconstituir os eventos é preciso explicá-los* – o que tornaria ‘científica’ a sua reconstrução. Mas a revivescência do acontecimento continua sendo o *objetivo final*, pois somente dessa maneira se promove a constituição da *memória*. Ora, isso implica necessariamente uma posição específica da história no diálogo com as ciências sociais, e remete à distinção fundamental entre histórica e ciências sociais retrospectivas...” (grifos dos autores).

²³ Fernand Braudel, pensador francês (1902-1985), vinculado à “segunda geração” dos *Annales*.

²⁴ “*Annales*” ou “Escola dos *Annales*”: destacada referência da historiografia ocidental no século XX. É a designação de uma revista francesa, criada em 1929, por Marc Bloch e Lucien Febvre, “para promover a história econômica e social e favorecer os contatos interdisciplinares no seio das ciências sociais” (BURGIÈRE, 1993, p. 49). (v. também, nota 274).

constituintes da entidade histórica objetada pela política pública sob exame nesta pesquisa, além de ensejar outras aproximações de leitura instrumental a que virão confluir nela. Com efeito, os atos de pesquisa foram assim iluminados e as fontes contempladas em busca das respostas objetivadas.

Ora, em nosso horizonte de trabalho, esse *tempo de estruturas*, no qual constitui sua concretude a *cidade* objetada pela política pública, afigura-se um duplo pressuposto quanto ao tratamento do também objeto da pesquisa, a própria política pública. Isto é, o objeto política pública como ação de Estado e de seus protagonistas e as determinações dessa política pública atuando num modelo de cidade historicamente dado no tempo.

Numa dessas aproximações fecundas, movemo-nos num entrecruzamento teórico-metodológico articulado em Marx/Lefebvre, enquanto analisamos a cidade colonial como fragmento do tecido urbano atual, examinando lhe “as determinantes e mediações constitutivas da interface entre estruturas e dinâmicas produtivas” (SANTANA, 2003, p. 38), além de, no presente, a gestão estatal referida às ações da política pública para o patrimônio histórico. Acreditamos que nesse balizamento mais geral, flagraremos, desde as fontes, por quem se fará *falar* sua história, o “espetáculo” da reconstrução de São Luís enquanto fenômeno social-histórico-espacial no cruzamento das linhas de força do capitalismo mercantil em crise e suas permanências na formação social referida e suas transformações nos séculos seguintes. Em Novais, buscaremos, idem, balizamentos para explicar a upaônica cidade renascendo numa brecha aberta na dita crise, que é do “antigo sistema colonial”, e ante as portas por ela abertas para a acumulação capitalista industrial.²⁵

Lefebvre, Santana e Novais têm suas inspirações, e, além disso, a metodologia de construção de seus atos de pesquisa, iluminados pela compreensão da gênese do capitalismo elaborada no campo marxiano, agregadas outras valiosas contribuições constituintes do método dialético, do que, operando nessa paradigmática, possamos buscar a compreensão da *elaboração* da cidade transcorrente na temporalidade apontada.

²⁵ Em Soja, uma orientação aproximativa com Lefebvre que consideramos essencial, ao situá-lo no debate ocidental-francês do século XX e figura central do pensamento crítico respectivo: “Essa história oculta da espacialização tem sua ilustração mais aguda e volta a se tornar visível através da focalização da carreira de Henri Lefebvre [*o qual, depois de 1950*], se tornou o mais importante teórico espacial do marxismo ocidental e o defensor mais vigoroso da reafirmação do espaço na teoria social crítica. [...]. Lefebvre aceitou explicitamente a tese de Marx sobre a primazia da vida material na produção do pensamento e da ação conscientes – de que o ser social produzia a consciência, e não o contrário – mas se recusou a reduzir o pensamento e a consciência a determinado retoque posterior ou a uma ideia mecânica [assumindo] uma postura contrária ao reducionismo dogmático na interpretação de Marx”. (SOJA, 1993, p. 61/63).

No trecho a seguir – e é somente um exemplo –, falando com Henri Lefebvre, Santana concede-nos uma chave, quando diz:

Lefebvre (1999) identifica a cidade como categoria histórica subordinada às categorias econômicas, mas tem ela a propriedade de espacializar o tempo e se materializar por um processo social [integrando] a cidade, de modo constitutivo e irresistível, a longa história da cultura da mercadoria, a dinâmica espacial da acumulação e as reações entre classes sociais, frações de classe e grupos de interesse”. “Constitui tal dinâmica histórica e espacial a formulação, o esvaziamento e a resistência – protagonizada por uma diversidade de sujeitos – de projeto urbanístico que animou os momentos seminais da cidade moderna. [E na São Luís de 1800, tempo da] “lavoura de larga escala, assentada na produção mercantil, no trabalho escravo, nas atividades portuárias, no mandonismo aberto e nas explícitas práticas patrimoniais ... (SANTANA, 2007, pp. 49-50, 58 ss).

Nossas fontes são, notadamente, o manancial de elaborações escritas que têm São Luís como objeto, que dão conta da *produção* da cidade enquanto formação histórico-cultural com diversa tradição, desde o tempo final do Quinhentos. O recente aporte em terras brasileiras dos aproximados 100 mil documentos maranhenses guardados no Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal, são uma chance de fazermos oportunas revisitações às fontes documentais formais e paraformais sobre a vida da cidade até 1833. Fontes que são parte dos vários acervos arquivísticos e bibliográficos da capital maranhense.

Para uma aferição da apropriação da cidade do passado pela cidade do presente, e, assim, a caracterização das iniciativas concernentes ao tombamento, recuperação e preservação do patrimônio histórico-cultural de São Luís, buscaremos os elementos documentais que substantivaram as ações estatais no campo das políticas públicas atinentes,²⁶ ou que sejam outras fontes que deem conta da fala de atores sociais distintos na composição dos interesses em jogo nas decisões de Estado. Além, ainda que de plano, a compreensão de como operam as classes em luta na cidade tombada, cuja compreensão acreditamos advirá ao desvelar-se a real inserção da urbanidade ilhéu nas perdas maiores e ganhos menores das forças do capital no presente contexto de sua reestruturação, global, e, em particular, da requalificação do Centro Histórico.

De todas as fontes, aferiremos, em primeiro plano, o/s sentido/s de fundamentação que as informam. Esses elementos serão buscados junto aos entes públicos, associações ou grupos

²⁶ As fontes da pesquisa: (a) para o exame da política pública, os documentos primários formulados para propô-la, a fala de protagonistas e uma bibliografia que assegure embasar, interpretativamente, as questões que se vão colocando; (b) para conhecer a cidade, documentação primária e aporte historiográfico selecionado (em chave que) favoreça a evidência objetiva.

orgânicos que partilharam/partilham o debate respectivo e quiçá, a tomada de decisão. A fala de protagonistas decisores terá centralidade em tudo, pois ela é intrínseca e extrinsecamente polissêmica – e decisores no sentido dos titulares de lugares do poder de Estado, mas também de outros lugares sociais.

E como o tombamento mundial se traduziu na percepção coletiva da cidade tão caracteristicamente diversa? Para a compreensão do tombamento de São Luís num contexto mais amplo, explicitaremos as mudanças de paradigma quanto a questão do trato do patrimônio em nível de Brasil e de mundo, também os novos referenciais do ordenamento jurídico, ponto de muita relevância na consecução das ações de políticas públicas correlatas. Em idêntico sentido – em relação ao Patrimônio – intentaremos reconhecer as transformações correntes na constituição e fluxo de novas contribuições teórico-metodológicas no campo que se vem consolidando da “jovem tradição” dos estudos culturais, “suporte de parte essencial dos debates científicos contemporâneos sobre cultura” (MATTELART e NEVEU, 2004, “orelha”)²⁷. Afinal de contas, o tombamento diz-se que é “histórico” e/ou “cultural”, daí que nada mais genuíno que dialetizemos a cultura com as polissemias ainda mais densas do que chamamos de História.

Numa breve resumo introdutória, apontamos alguns elementos conceituais com os quais articulamos o processo da pesquisa. Tal assinalamos linhas atrás, a política pública é objeto nesse processo de pesquisa, que alcança a cidade, concreção histórica, por sua vez objeto da dita política. Afinal, o que objeta a política pública, senão a própria cidade colonial? Como estudar a política pública para a *cidade do passado* abstraindo os elementos intrínsecos de sua formação social? Na nossa compreensão, e para não ficar apenas no estudo das representações sobre São Luís, suas externalidades, entendemos que o método dialético é o que propicia elaborar uma análise articulando os sentidos e as determinações da política pública da revitalização do Centro Histórico e seus nexos profundos com as contradições da cidade. Encontramos na afirmação solar adiante recortada, o norte metodológico que nos orienta na presente condução e cuja aplicação o fazemos em diálogo com um corpo de ideias e sentidos atinentes ao escrutínio do objeto, tal apontamos linhas atrás em relação a Braudel. O autor mostra “a trajetória do pensamento de

²⁷ Diz Hall (2003, p. 123): “O que importa são as rupturas significativas – em que velhas correntes de pensamento são rompidas, velhas constelações deslocadas, e elementos novos e velhos são reagrupados ao redor de uma nova gama de premissas e temas. [...] também a maneira como os desenvolvimentos e as verdadeiras transformações históricas são apropriados no pensamento e fornecem ao Pensamento, não sua garantia de ‘correção’, mas suas orientações fundamentais, suas condições de existência. É por causa dessa articulação complexa entre pensamento e realidade histórica, refletida nas categorias sociais do pensamento e na contínua dialética entre “poder” e “conhecimento”, que tais rupturas são dignas de registro”. (Apud DIAS, 2011, p. 158)

Marx sob a perspectiva do método na sua determinação dupla, investigação e exposição, enquanto processo de apropriação e explicitação crítico-racional da imanência do próprio objeto pelo sujeito”. Aduz:

O método dialético de Marx enquanto método de investigação e de exposição distingue, sem separar, esses dois momentos, pressupondo que o objeto só pode ser exposto depois de ser investigado, analisado, criticamente em suas determinações essenciais. Por isso, tal método constitui uma oposição ao positivismo acrítico, próprio da economia clássica moderna, que toma o objeto como uma imediatidade factual, dada, sem a mediação do pensamento, assumindo e ratificando a positividade do fato, e ao idealismo acrítico, típico da especulação e da dialética hegeliana, que tem o objeto como resultado de uma construção abstrata do pensamento que sintetiza tudo em si e se movimenta a partir de si mesmo, sendo, por isso, incapazes de realizarem uma investigação sistemática da “lógica”, da “racionalidade”, imanente ao próprio real e uma exposição crítica desse real, reconstruindo, no plano ideal, a totalidade do movimento sistemático do próprio real. (CHAGAS, 2012)

Cidade, reiteramos, um “corpo” historicamente concreto e sujeito de uma temporalidade.²⁸ E cidade concreta porque seu corpo tem: (a) humanidade – e pessoas divididas em classe, por exemplo; (b) uma morfologia física – espaço de operação de formas e de um sistema de exploração, por exemplo; (c) expressa uma cultura – as leituras e o discurso de si e sobre si e sua história, por exemplo. Aliás, as políticas de proteção do patrimônio histórico-cultural são definidas em sede das chamadas “políticas públicas da cultura”.

Acreditamos que no tratamento de objeto tão complexo é necessário ter clareza do recorte respectivo, isto é, do objeto (**a**) política pública, o tempo e as ações incrementadas nesse tempo – no estudo vertente, as ações concernentes à proteção e revitalização das décadas de 80 e 90 do século passado; (**b**) cidade, entre o vivido e o presente – no caso, o tempo da política pública sob exame.

1.4. O relato: estrutura expositiva e forma narrativa

²⁸ Esta afirmação solar de Walter Benjamin, em suas teses, são como que uma verdadeira chave para penetrar-se no objeto cidade, aqui tratado, e no seu interior instalar o estopim de certo “progresso” e aproximando-se desse objeto qual mônada: “O materialista histórico não pode renunciar ao conceito de um presente que não é transição, mas pára no tempo e se imobiliza. (...) O historicista apresenta a imagem 'eterna' do passado, o materialista histórico faz desse passado uma experiência única. (...) Ele fica senhor de suas forças, suficientemente viril para fazer saltar pelos ares o *continuum* da história” (Tese 16). “Pensar não inclui apenas o movimento das ideias, mas também a sua imobilização. Quando o pensamento pára, bruscamente, numa configuração saturada de tensões, ele lhes comunica um choque, através do qual essa configuração se cristaliza enquanto mônada. O materialista histórico só se aproxima de um objeto histórico quando o confronta enquanto mônada”. (Tese 17). (Apud MARGENS, 2010)

“... patrimônio é o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio cultural e natural é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade”.

(Definição da Unesco)

O estudo vem apresentado em três capítulos, além da *Introdução* e das *Considerações Finais*, que podem e devem ser lidos em plano dialógico, intercambiante, uma vez que a orientação de sentido cronológico não se apresenta enquanto escolha metodológica substantiva. São os capítulos organizados em seções temático-analíticas e devidamente titulados. No capítulo 2, “São Luís: o Patrimônio Historicamente Construído”, buscamos certo desvelamento da cidade de São Luís como objeto de estudo. Qual o desafio metodológico? Como já lembrado, conhecer a cidade como formação social historicamente dada. Por que desafio? Porque nos coloca o imperativo de eleger recortes temporais de mais longa duração, e nessa mais longa temporalidade, identificar e caracterizar elementos determinantes da constituição de estruturas que tendem a conformar o presente. Aqui, toma-se o objeto das *políticas públicas* do patrimônio, a cidade, enquanto o próprio objeto nuclear da análise. Parte-se da compreensão de que a dialética²⁹ objeto/política pública constitui uma unidade de movimento inseparável, ou somente distinguível, exatamente para se conhecer tais determinantes e impulsões intrínsecas e mutuamente operantes de seu dinamismo. Com efeito, analisamos a formação da cidade sob as forças determinantes/ estruturantes da expansão da economia e cultura europeias entre os séculos XVI e XX. Digamos, já, que de caráter eurocêntrico o processo da dita expansão, mas a abordagem se reivindicando constituir uma releitura de suas metamorfoses entre a *cidade mercantil* do sistema do capital, das origens, e a *cidade mercadoria*, inscrita e esculpida consoante exigências do dito sistema no tempo, pelas políticas públicas do patrimônio no presente. É imperativo analisar o percurso da cidade, e do *urbanismo* que exprime em dois séculos, tendo em vista a polaridade destas duas *globalizações*: 1) a do tempo colonial, mais significada na era Póvoas, o comércio/manufaturaria intensificados, e; 2) a presente *globalização/mundialização*. Sob aquela, e a jusante, edificou a cidade, em concreto, o patrimônio arquitetônico, moldou-se nela formas de sentir e pensar em lavras/cultivos (Bosi³⁰) de

²⁹ “... o contrário da dialética é a metafísica que coloca a matéria como estática, e toda matéria é dialética; [...] a dialética é o estudo da contradição na essência mesma das coisas...”.

³⁰ Evocação de Alfredo Bosi e sua *Dialética da Colonização* (cf.).

diversa – e muito diversa – origem, e sob a segunda, as permanências e mudanças (materiais e espirituais), os novos saberes patrimoniais, as novas percepções sobre o impulsionamento das chamadas *revitalizações* ou populares reviveres.

Vem esse capítulo articulado e apresentado em cinco seções, muito implicadas umas em relação às outras.

Na primeira, “São Luís dos maraňaguas”, elaboramos uma caracterização geral da cidade nas vagas do tempo longo – o tempo que impõe a pátina inelutável –, intencionado em apresentá-la a partir dos móveis que se fizeram determinantes no movimento de sua formação. Também para examiná-la numa leitura dinâmica, tal um livro, assim como o faz Victor Hugo em sua metáfora parisiense. Perguntamos nessa seção o *que é* a cidade-objeto de “São Luís do Maranhão” no tempo. A cidade em concreção original donde um conceito com o qual apontamos as linhas que, de sua fundação nas tensões do mercantilismo em expansão no Atlântico-sul, projeta-se ao futuro, sempre norteadas pelos imperativos das *leis* duras das relações de mercado.

“Culturas cruzadas a ferro e fogo”: nesta seção apontamos a cidade elaborando seu destino num ambiente fronteiriço de experiências humanas diversas, jungidas nas tensões desconstrutivas de alteridades, confluindo para erguer um corpo físico e social único. Uma taba tupi, já esta filha de guerras nativas dadas numa ancestralidade recôndita, agora pilhada e perpassada por uma força senhorial, qual lâmina em brasa, que a transformará numa espécie de *ambiente de negócios* muito recuado no tempo. Aqui, São Luís, o referido *corpo social*, aparece, sobretudo pelo protagonismo do povo trabalhador, elaborando as sabedorias vontadosas de transformar o viver em sua cidade insular, ainda a dita fronteira de mundos diversos. São Luís é filha do cativeiro – cativeiro que recai sobre mulheres e homens, aborígenes amazônidas e filhos das Áfricas, empobrecidos em geral. Despojados, e depauperados, por uma das mais cruéis entre as colonizações de uns povos por outros na face da Terra. Essa a experiência de diversidades culturais que se fizeram e reinventaram em quatro séculos e se configuraram como insistentes, permeando seu corpo/espaco físico histórico-cultural. A cidade de uma zona de mescla de povos e culturas que se cruzam e metabolizam na aurora da chamada *revolução* copernicana e quinhentista. A taba tupinambá subsumindo-se em cidade da lusolatinidade expandida, aglutinando, à força, imantadora quanto revolta, o labor humano expropriado. Também fixamos alguns elementos da cidade meio índia e meio negra, uma referência na história da *Humanidade* em nome de quem ela foi protegida pela Unesco e daí, reitere-se, a política pública da revitalização. Temos presente na investigação o tombamento de São Luís os pares conceituais,

centrais, *patrimônio material* e *patrimônio imaterial*, que, cada vez mais, orienta as decisões desse organismo internacional. Patrimônio material, como se verá, a cidade edificada, de pedra; patrimônio imaterial, a cidade e as expressões de suas culturas manifestas.

A terceira contempla a “Cidade mercantil-colonial”, o assentamento humano erguido sob a tensão máxima da apropriação/produção/apropriação de riquezas acumuláveis e em prol de reis e *estados*³¹ negociantes. Estados que se organizam e apetrecham – sobretudo com leis regulatórias – para garantir o primeiro ciclo de acumulação primitiva capitalista europeia, articulada com a expansão e colonização sobre gentes e territórios amealhados pela expansão daqueles chamados *tempos modernos*. Aqui identificamos e analisamos os nexos determinantes dessa dinâmica com a constituição/modelação da cidade em sua dimensão morfológica e cabeça de um ente político municipal e da própria Administração régia na América Portuguesa, em nível de capitania e Estado geral, assim com o predicado/condição/dignidade de capital de um Estado colonial sem vínculos com o Estado do Brasil. De resto, linhas constitutivas do sítio e instituintes da cidade e os nexos operativos que transpõem séculos e repontam na cidade capitalista do presente – sítio citadino que no presente se o toma como Patrimônio – cultural e tradicional –, sujeito da proteção nacional e internacional. Cidade imolada, enfim, e ofertada, no altar sacrílego do mercado de *idades históricas*.

São Luís, uma *cidade colonial*? Sim, em dois sentidos: cidade colonial porque estruturada pelas determinações do projeto de colonização da era moderna; e “cidade colonial”, um título de livre atribuição e, por vários fatores, a mais perceptível representação sobre ela. Nessa parte, eis apontada uma equação nuclear na amarração teórico-metodológica do presente estudo – a cidade que ainda é, no concreto, um assentamento ajustado subalternamente à economia-mundo de hoje, espécie de *nova colonização*, e, ao mesmo tempo, “cidade colonial”, representação-mor de seu estado no presente e matéria de políticas públicas estatais.

Na seguinte, “Cidade da Ilustração? Póvoas, um iluminista no trópico?”, tendo como certo que o patrimônio imaterial de São Luís é expressão de processos culturais longamente agregados, o mesmo não ocorrendo com o seu patrimônio material, edificado em momentos de maior vigor em suas relações de produção e de troca, nessa parte, examinamos o evoluir de São Luís no tempo da chamada *Ilustração* – conceito eurocêntrico –, quando a cidade é marcada pelas

³¹ Sentido e significantes desse vocábulo transmutam-se, a essa época, enquanto a chamada “sociedade estamental” ou dos “três estados” transita para a formação social que instituirá o Estado Moderno.

políticas “modernizadoras” chanceladas pelo consulado pombalino. Na Upaon citadina, políticas que se expressam num maior dinamismo de sua economia monocultora nos albores do urbano.

Em “Cidade, tulhas, industrialização e urbanização” (ou *A cidade industrial: fisiocratas, liberais e limites da economia escravista*), examinamos a cidade encaminhando esforços para se constituir em polo industrial. Os limites estruturais (internos e externos) que impedem que ela avance nesse sentido. Os impedimentos opostos pela sociedade escravista, de acanhado mercado interno, à míngua de capitais, vivendo o imperativo de ser dependente dos fluxos de capitais da economia externa e, já agora, das relações com a burocracia e o poder central interno. Aqui, contemplamos o processo em dois planos (mas naquele sentido de indissociabilidade acima apontado): (a) a cidade e os impulsos da industrialização que vêm de fora, indutores da urbanização, centrífuga, em relação ao Centro Histórico; (b) o debate e as decisões internas concernentes às opções fisiocrática ou liberal que marcam a longa transição da economia maranhense por todo o século XIX. Século XIX/XX: São Luís se torna um relevante centro urbano; mais cresce que se desenvolve;³² decai, e esse decaimento pode ser lido, a contrário senso, como fator que explica a perenidade de seu patrimônio edificado e a conhecida afirmação de que fora “salva pelo atraso”, isto é, porque não sofreu as pressões literalmente demolidoras das forças do capital em sua expansão, notadamente imobiliária. Em tudo, porém, uma praça de tulhas, de secos e molhados, de atacado e varejo, articula-se, insistente, no permeio da cidade mercantil, como elo vivo a unir as suas intertemporalidades.

No capítulo 3, “São Luís – a política pública do patrimônio: concepções decisivas”, apresentamos sistematicamente os conceitos próprios dessa categoria e suas aplicações. É com elas que se movem as decisões concernentes às políticas públicas para o patrimônio. Cada uma dessas ideias que se fizeram categorias de pensamento nas ciências humanas e sociais têm suas linhagens maturadas no processo histórico, depois se projetando enquanto referenciais de interpretação da vida social. Assim, em busca de uma síntese em seu conteúdo explicativo enquanto aplicado a São Luís, tratamos, dentre outros, destes pares conceituais: patrimônio e memória; patrimônio e valor, patrimônio e história; patrimônio e cidade e patrimônio e identidade. Enfrentamos o desafio de escrutinar as concepções articuladoras da respectiva política pública. Concepções as quais não tomamos em abstrato, mas que as havemos desentranhadas da matéria objetual analítica dos capítulos 1 e 3. E na dinâmica de construção do capítulo 3, ao tempo em que se as desentranhava da respectiva matéria, fazíamos sua aplicação em busca da

³² Aqui tomando *desenvolvimento* no sentido de crescimento qualificado socialmente.

elucidação do conjunto da referida política pública, ali tratada, na espécie. Dada a sua característica de debate que se move estendido e num emaranhado de pontos e linhas de fuga e de chegada, e por temor de criar seccionamentos incontornáveis, esse capítulo vem formalmente apresentado em seções, mas, para útil e maior proveito, devem ser lidos, o capítulo e as seções, em chave dialógica. Como orientação de leitura e sugestão de nexos com o conjunto da matéria-objeto, o esquematizamos a partir de algumas palavras-conceitos-categorias que vamos articulando – e, claro, sob o governo da noção-âncora de patrimônio, pedra angular e mestra da presente pesquisa.

Tomando-se a questão aqui objetada e refletindo sobre ela na perspectiva histórica da “construção do patrimônio” enquanto categoria socialmente referida, convém atentar para o que sobre tal diz a já muitas vezes citada, Maria Cecília Londres da Fonseca, em sua obra recorrente *O patrimônio em processo*:

[a questão] do patrimônio se situa numa encruzilhada que envolve o papel da memória e da tradição na construção de identidades coletivas [e em tudo] a consideração do uso simbólico que os diferentes grupos sociais fazem de seus bens [i. é.] o valor que atribuem a esses bens enquanto meios para referir ao passado, proporcionar prazer aos sentidos, produzir e veicular conhecimento [e que] esses diferentes valores são, na civilização ocidental, regulados por duas noções que se articulam sobre as categorias de tempo e espaço –a noção de História e de Arte. (FONSECA, 1997, p. 49)

Tocar em patrimônio edificado, em objetos tangíveis e passíveis de restauração, por exemplo, coisa que em São Luís se tornou rotina nestas três últimas décadas, é como tocar em nervos, porque seus valores culturais timbram. No Brasil, e, claro, no Maranhão, a construção do patrimônio e das políticas públicas relacionadas à sua preservação/aproveitamento leva, assim, a que entrem em campo disputas, para além de simbólicas, na hora extrema da tomada de decisões sobre possibilidades a seguir. Numa espécie de babel, dois protagonismos são plenamente identificáveis nesse cenário: aquele que HOBBSAWN e RANGER (1984) chamam de papel dos “inventores da tradição”, e de outro, o que Eunice Durham alude como “papel da cidadania ativa [...] e as políticas estatais” referidas aos “direitos culturais” (apud FONSECA, 1997, p. 77-78) – aliás, tema recente nas agendas políticas nacionais. Nas políticas em curso sobre patrimônio, parece afirmar-se o imperativo de uma percepção que Le Goff distingue como “alargamento do horizonte histórico [...] pela necessidade de por fim ao etnocentrismo e de deseuropeizar a história” (LE GOFF, 1996, p. 137). E a propósito de São Luís e de suas tradições “inventadas” de

passado áureo e da monumentalidade *moderna* da era Póvoas, anote-se que ainda é o citado Hobsbawm que chama atenção para o “paradoxo curioso, embora compreensível”, traduzido no fato de “as nações modernas [*geralmente afirmarem*] o oposto do novo”, isto é, o enraizamento de sua antiguidade (HOBSBAWN e RANGER, 1984, p. 22).

Como se vê nessas pistas, o desenvolvimento do segundo capítulo nos impôs a ambição dos alargamentos do arsenal conceitual, indo à margem, quase à franja, das falésias do conhecimento concernente, elaborado e ancorado numa acentuada diversidade de estudos.

No capítulo 4, “São Luís: o patrimônio politicamente tombado”, os conceitos já falam e falam pela medida de sua aplicação. Ainda que em sede introdutória, desses rumos delineados nos capítulos um e dois, talvez já possamos intentar/forçar sínteses. Assim, podemos falar que os vestígios que se fazem bens *materiais* patrimonializáveis são rugas que o tempo deixa no rosto do espaço tangível. A pátina do tempo.³³ Os *imateriais* são a alma que pulsa criando sujeitos e a consciência condutores da História. Daí ser para nós exemplar e indicativa da importância de pesquisar sobre o patrimônio e sua política pública, atualmente, o que percebemos e nos orientamos como o “caráter francamente interdisciplinar dos estudos do Patrimônio [sendo esse caráter] uma importante característica que concorre para a afirmação dos conhecimentos produzidos no cenário do país na contemporaneidade” (PAULA et al, 2012, p. 7-8). Acentue-se que interdisciplinar, transdisciplinar e transtemporal. Senão, como haveria de concertar coisas e noções para entender uma cidade que vem do passado anterior à existência das ciências sociais, por exemplo? É seguir as já anotadas lições de Fernando Antonio Novais e Rogério Forastieri sobre os modos de fazê-lo.

Abraçamos por inteiro nesse capítulo o que Fonseca chama de a patrimonialização em processo. E acrescentamos: em processo e como política pública em São Luís. Processo em cujas pulsões se movimentam, qual numa babel concertante, os conceitos forjados no longo tempo, histórico e pretérito, vindos ao encontro do presente, ávidos de diálogo com os novos sentidos das coisas e que logo também se encorpam em conceitos e até categorias analíticas. Subdividimo-lo em quatro seções. Na primeira, “Monumentalizar e tombar: a configuração da política pública do patrimônio”, discutimos a centralidade dessa política para o patrimônio cultural no governo federal e o papel dos governos municipal e estadual na sua implementação – impasses e consolidações. A proeminência dessa política pública em sede federal confere-lhe um sentido

³³ No sentido geral da expressão, aqui especialmente “entendida como efeito deixado pela passagem do tempo nas superfícies exteriores dos elementos urbanos e nas práticas sociais ou cotidianas”. (ZANCHETTI et al, 2008, p. 1). Vem ao encontro e dialetiza com o sentido de *rugosidade* da lavra de Milton Santos (v. também, notas 50 e 245).

“progressista” que, no fundamental, tende a colidir com interesses arraigados opostos em nível estadual e municipal. Examinamos a questão, ainda que algo tangencialmente, em suporte conceitual também referido ao federalismo (tripartido). E, claro, discutimos o conceito de política pública e sua aplicação no campo da patrimonialização histórico-cultural, tudo isso, na prática, operando nas garras dos mananciais de conceitos confluentes examinados do capítulo dois.

A seção dois – “A política pública do Iphan: do Brasil para o Estado do Maranhão” – é a abordagem da construção dessa política pública em nível de Iphan e as iniciativas concernentes ao Maranhão, enquanto que na terceira objetivamos analisar a implementação dela, nos seus primeiros passos, em meio às tensões entre preservar a cidade colonial e “modernizá-la” em nome do “progresso”, evidenciando-se o papel, nesse cenário, de literatos e instituições culturais. Na quarta, “A Missão Parent”, analisamos o relatório da “missão” liderada por Michel Parent, a quem coube formular, ainda nos anos de 1960, as linhas fundamentais dos projetos que nas décadas seguintes dariam sentido às ações/intervenções da referida política pública no Brasil e particularmente em São Luís e Alcântara. Na quinta, “A cidade de arte de Andrès”, sobre atos e fatos relacionados ao objeto, apresentamos e caracterizamos as linhas centrais e impulsões significantes que articulam a formulação e a implementação da política pública de requalificação, ou *revitalização* levada a efeito. A revitalização como exigência de novas relações do mundo do capital, sujeita às contingências locais. Usos e desusos do Centro Histórico de São Luís do Maranhão protegido. No alvo, a Praia Grande, a qual, do ponto de vista das percepções comuns, é a própria São Luís antiga, feita uma poesia de pedra –agora parafraseando o já citado Victor Hugo, que de Paris disse ser “uma crônica”, idem.

Em sacada panorâmica, de uma visão geral das três partes que vêm a seguir, podemos assim forçar uma síntese esquemática: o objeto real se constitui (eis a História), é conceituado (do que uma teoria/historiografia a iluminá-lo) e sobre ele uma práxis de proteção patrimonial orientada por tais conceitos: a política pública, propriamente. A tudo seguem as “Considerações finais”, que expressam o estado das interpretações alcançadas, e sua reafirmação, sem pretender, contudo, absolutizações que obliterem novos e necessários diálogos, com o benefício da dúvida.

Os elementos pós-textuais, notadamente os “anexos”, e, entre estes, o “Caderno de registros iconográficos”, completam o quadro interpretativo em suas aproximações com a temática geral, sobretudo o que sugere a linguagem fotográfica. São Luís, natureza e cultura, é uma primorosa referência quando se trata de algo que desencadeia a compulsão do registro escritural, pictórico, além de fotográfico, em muitos que se postam a contemplá-la, extrair e

captar-lhe as cidades visíveis e invisíveis que nela existem. Tudo feito de matéria real e simbólica em processo de valoração indissociável da patrimonialização histórica. Ficando em poucos mas representativos exemplos, assinalemos a prosa de Nauro Machado em sua “Ruas velhas”, além de uma seleção de fotografias que “tiramos”, em campo, em plena cidade, imerso na pátina e na prístina inexoráveis de sua ancestralidade. Isto entre 2011 a 2013, quando elaborávamos a pesquisa e o presente texto.

Elementos que consideramos essenciais, junto com as epígrafes, para compor o repertório de sentidos que a cidade revela, muitos deles indizíveis somente com as palavras e linguagens até aqui inventadas. Muitos localizados entre a retina e o coração de artistas tais um Ricardo Cauto, Gaudêncio Cunha, Edgar Rocha, Albani Ramos, Péricles Rocha e Meireles Jr. E muito mais há entre seus moradores e entre tantos insondáveis *flaneurs* fotografantes que apessoam-se de suas paisagens e telurismo, agora compartilhados, em tempo real, e postos a face a *face*, livro no cristal líquido, a paisagem colonial e o telurismo do passado, com as matrizes culturais dos que vieram de longe ferir e ressignificar o viver em ocas e tabas na milenar Upaon-Açu.

2 SÃO LUÍS: O PATRIMÔNIO HISTORICAMENTE CONSTRUÍDO

“O Centro Histórico de São Luís do Maranhão é um exemplo excepcional de cidade colonial portuguesa adaptada às condições climáticas da América do Sul equatorial e que tem conservado dentro de notáveis proporções o tecido urbano harmoniosamente integrado ao ambiente que o cerca”.³⁴

“Testemunho excepcional de tradição cultural;
Exemplo destacado de conjunto arquitetônico e paisagem urbana que ilustra um momento significativo da história da humanidade;
Exemplo importante de um assentamento humano tradicional que é também representativo de uma cultura e de uma época.”³⁵

(*Convenção do Patrimônio Mundial, Unesco*)

Para o melhor proveito do método, já o vimos, problematizar, interpelando o material componente da pátina do tempo, talvez seja a melhor forma de se começar e impulsionar questionamentos.

Perguntamos: 1) o que é *São Luís do Maranhão*, que, tomando-a por objeto, e por essas razões fundamentais, a Unesco inscreveu ou tombou, em dezembro de 1997, na lista do Patrimônio Mundial, “para o benefício da humanidade”, dizendo ser um sítio cultural de valor excepcional e universal? Perguntamos: 2) São Luís é um sítio cultural? Taba? Feitoria, porto? Cidade, colonial, industrial? Capital?

Fixemos para começo de conversa esta baliza no solo profundo do Ocidente em invenção: muitas tradições entrecruzam-se como linhas orientadoras da criação de assentamentos humanos na península Ibérica, há mais de dois milênios tornada província colonial da antiga Roma. Fossem os espanhóis, ou fossem os portugueses da *era moderna* por eles expandida, em suas próprias colônias do Novo Mundo pós atlânticas, ergueram os primeiros, “núcleos urbanos localizados à madrilena [interior], Portugal tenha construído cidades talássicas [e] que para os

³⁴ Trecho do Parecer do International Council on Monuments and Sites (Icomos) que embasou a decisão da Unesco de inscrever São Luís na lista do Patrimônio Mundial.

³⁵ Textos, respectivamente, dos critérios III, IV e V da Convenção do Patrimônio Mundial (Unesco). Em Andrès (2012, p. 113).

lusos, era natural ter póvoas e centros urbanos marítimos como a própria capital portuguesa” (RISÉRIO, 2012, p. 81).³⁶

As *Leys régias*, contudo, ordenavam (em caso de assentamento a edificar em linha costeira, levar-se “em consideração a qualidade do porto”) “*en la costa del mar, sea el sitio levantado, sano y flerte, teniendo consideración al abrigo, fondo, y defensa del puerto*”.³⁷ Cingido nessa ordenação é que, em 9 de janeiro de 1616, havendo Alexandre de Moura se retirado para Pernambuco, “Jerônimo de Albuquerque volveu suas vistas para a fundação e edificação da capital [do Maranhão], dando-lhe *nova forma e ordem*,”³⁸ como tudo lhe foi ordenado pela Corte de Madri” (MARQUES, 2008, p. 501).

Portugueses e espanhóis alcançaram o nosso tempo, mas, habitando uma *Pene Insula* – uma quase-ilha escancarada aos mares e a mareantes milênios, são eles filhos de uma babel de culturas cruzadas cujo cadinho é um dos patrimônios comunicados a este lado do Atlântico, para Upaon-Açu do Maranhão, nos conformes da colonização. E diga-se logo, mobilizando para cá, habitantes, viveres e saberes de ilhéus de outros arquipélagos, tipo Açores, Madeira, Cabo Verde, Caribe, Madagascar, Ceilão. Além, idem, de outras continentalidades, a exemplo das Áfricas e Índias.

³⁶ Esse autor explica que não há nada de inexorável nessa orientação, falando mais alto o pragmatismo em face da possível localização geográfica, sendo muitas as exceções de núcleos castelhanos à beira-mar, tais Santo Domingo, Havana, Cartagena, Acapulco.

³⁷ Acrescenta Smith (apud TORRÃO F.º, 1988, p. 53), que, enquanto “os espanhóis desenvolvem na América o plano em grelha, ou tabuleiro, antes mesmo que ele se estabeleça e seja aceito na Europa, os portugueses reproduzem em suas conquistas o “desconfortável” sistema medieval baseado na defesa pela ocupação de lugares altos, daí a preferência dos portugueses pela ocupação das áreas litorâneas no Brasil, enquanto os espanhóis optam pelo interior...”.

³⁸ Ênfase minha. Olavo F.º (1998, p. 17) anota que a “esse código urbanístico, de origem renascentista e o primeiro do hemisfério ocidental, correspondem o traçado ortogonal dos arruamentos...”

2.1. São Luís dos marañaguaras³⁹

“Gedeon Morris relata que, em 1642, o Maranhão ‘teria 500 a 600 casas na ilha de São Luís, 700 a 800 homens, entre soldados e burgueses, dois fortes, defesa única numa cidade aberta, sem muralha e fossos circulando o casario. O lugar, pela sua fertilidade e amenidade, bem pode ser comparado ao Jardim do Éden’.”,

(*Olavo Pereira F.º*, 2010, p. 29).

O que é São Luís, o sítio histórico que se decretou seja protegido em benefício da humanidade? Um corpo morfo-espacial do ecúmeno, ruína e vida, situados pouco abaixo da linha do Equinócio, vestígio eloquente do poder criador, e ao mesmo tempo destruidor, das forças operativas do capital, na plena referenciação apontada por Karl Marx nesta formulação:

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todas os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas, súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra, e por isso tomamos esse país como exemplo, a expropriação se apresenta em sua forma clássica. (MARX, 2013, p. 787-788)

Marx também demonstra que “embora os primórdios da produção capitalista já se nos apresentem esporadicamente, nos séculos XIV e XV, em algumas cidades do Mediterrâneo, a era capitalista só tem início no século XVI”. Isto faz lembrar que, logo veríamos São Luís nascer, num país diverso e distante do centro europeu, sob os fluxos desses “revolucionamentos”, isto é, das viagens marítimas e comerciais do tempo. O que se processa depois nesse assentamento

³⁹ Diz Mário Martins Meireles: “Quando os franceses chegaram a Upaon-Açu, a hoje chamada Ilha de São Luís [...], encontraram-na habitada pelos marañaguaras (de *maranã*, por *paraná*, semelhante ao mar, e *guara*, habitante) que, tudo leva a crer, eram tupinambás chegados do sul, fugindo à ocupação portuguesa do Brasil. Eles falavam, mesmo, de um belo país – *Caetê*, Grandes Florestas – de que haviam emigrado” (MEIRELES, 1960, p. 27-28). Num texto escrito à época da chegada desses franceses citados por Meireles, sobre esse povo escreveu em seu relato o padre Claude d’Abbeville, testemunha desses acontecimentos, o seguinte trecho, publicado em 1614, em Paris: “Apoderaram-se alguns da grande Ilha do Maranhão, por julgá-la lugar muito seguro e de difícil acesso, e que talvez lhes tenha Deus reservado desde a eternidade para preservá-los da perseguição de seus inimigos e do Diabo, e assim salvar esta nação pela qual queria ser servido, adorado e glorificado, entre esses bárbaros que converteriam antes do fim do mundo pelas prédicas do Evangelho. Estes foram chamados maranhã euguare ([*c’est à dire les habitants de la maranhã*] ou habitantes do Maranhão). Outros ainda permaneceram à margem do rio Tabucuru e se chamaram tabucuru euguare [outros] meari euguare...”. (ABBEVILLE, 2008, p. 282-283).

humano colonizador-mercantil⁴⁰ é a exasperação do referido despojamento, súbito e violento, com “tonalidades distintas”, da população milenar desse país –no caso, de Upaon-Açu, e seu referente maior, o “Maranhão”, forma vocabular de como o chamaria o elemento invasor e agente principal da expropriação. O que o chancela são estados monárquicos centrais⁴¹ baseados no continente europeu, no caso exemplificado, terçando forças com a França e a Espanha, o Estado português e sua monarquia empresarial-comercial e porque não dizer, de forte acento patrimonial.⁴² Ora, a primeira tentativa expropriadora da costa e sertão adentro do Maranhão, ainda no Quinhentos, derivou exatamente de concessões de terra a fidalgos da corte lisboense, que deveriam explorá-la em “consórcio”. Tentaram aproximações com a terra, mas *naufragaram* em todos os sentidos.

Vale consignar que, quando os franceses se aproximaram do litoral ilhéu de Upaon-Açu, contactaram, já, no lugar, uma espécie de assentamento humano, a taba tupinambá – que Risério (2012, pp. 13-17),⁴³ – chama de “cacicado complexo” da Amazônia ou mesmo “cidades dos cacicados da Amazônia” ancestral. E contextualiza entre elas a “taba” tupi de Upaon, assinalando (agora também lendo Claude d’Abbeville) o caráter espacialmente mutável dela – “a aldeia era socialmente estável, mas geograficamente móvel. Infixa” – e o significado dessa mutação, na fala dos próprios tupinambás: mudava porque “era assim que os antepassados faziam”; mudavam, porque “as plantas se compraziam em terrenos novos e assim produziavam mais”. Tem-se que, um, motivo de “extração simbólica”, e o outro, de “feitio técnico” (RISÉRIO, 2012, p. 22).⁴⁴

⁴⁰ Aproximando seu foco analítico nesse objeto, Fernando Novais (cf.) chama a atenção para o que seria o caráter puramente comercial da impulsão das viagens marítimas em seu começo. Somente mais tarde – e sobretudo na América tropical – é que se configuraria a colonização como sinônimo de *locus* de submissão, reocupação e exploração de países inteiros. Na América tropical – a exemplo do Maranhão – somente mais a partir da quarta década das primeiras caravelas invasoras, é que um projeto assim de configuraria.

⁴¹ Portugal é o primeiro Estado que alcança a centralização na Europa (1139), assim, antecipando o que mais tarde a historiografia vai chamar de Estado Nacional, não sem antes passar por mutações profundas quanto à composição dos interesses que tal entidade deveria assegurar e conduzir. Em Avis (1383-85) tem-se um ponto de inflexão socialmente dos mais relevantes, que urdirá o teçume político, por exemplo, da impulsão marítima e comercial que os séculos seguintes conhecerão. (Citar Faoro, aqui ou sobre o Estado nacional).

⁴² Como se verá, com vagar, São Luís foi engendrada no puxa e repuxa das disputas por bases e rotas dessa exploração mercantil, enredando a Espanha e a França, mas, antes e após tudo, Portugal, a potência colonizadora em todos os sentidos. Nos instantes mais agudos da fundação da cidade, a França está estabelecida em Upaon-Açu e, vazio o já multissecular trono português desde 1578, a monarquia espanhola governa todo o Ultramar.

⁴³ A referência a esses “cacicados complexos” da Amazônia o autor tem de estudos recentes sobre a “pré-história” dessa região e cita Anna Curtenius Roosevelt, em “Arqueologia Amazônica”, para quem os “territórios de alguns dos estilos de horizonte amazônicos são comparáveis aos de muitas outras sociedades que foram classificadas como estados, tais como a civilização do Vale do Indus, as civilizações minoica e micênica e os estados do período anterior à escrita, como Ashanti e Benim”.

⁴⁴ Ressalta (página, idem) que “uma coisa, no entanto, permanecia, atravessando o ciclo das mudanças. Era o nome da aldeia. E a permanência do nome, frente à impermanência do sítio, é em si reveladora. Mostra que cada aldeia se via com personalidade própria, ciosa de seu caráter e autonomia. Ao carregar consigo seu nome, afirmava sua

SÃO LUÍS é, assim, um patrimônio que a humanidade de expressão eurocêntrica continuou a elaborar no tempo da transição dos séculos XVI ao XVIII. Primeiros séculos da expansão da latinidade nesta região tropical. Expansão movida pelos impulsos dos negócios comerciais, isto é, o alargamento da atividade mercantil da chamada “era dos descobrimentos marítimos”, no início dos “tempos modernos”.⁴⁵ Disso decorre que São Luís foi erguida para ser um porto-cidade, com sua dinâmica imbricando fortaleza militar, feitoria e capital de colônia.

A dinâmica instituinte da cidade de São Luís, numa espacialidade habitada muito antes dela, e ainda que tendo ocorrido em contexto de violência entre grupos humanos muito diferentes entre si, garantiu a permanência de fragmentos de sentido e linhagens de tradições e vivência milenares dos maraňaguas referidos no título. Essa póvoa⁴⁶ de traço europeu representa a invenção da *civitas* no território identificado depois como o Norte do Brasil.

Medindo a história da cidade pela escala do tempo datado, temos, como se nota, que a cidade de São Luís filia-se a uma ancestralidade que remonta ao Quinhentos. No recente ano de 2012, muito se falou em 4º centenário de criação dessa cidade enquanto fortim de franceses, fato este marcado numa ata instituidora, um tanto quanto mitificada em narrativa-mestra que transpõe séculos. Tupinambás, portugueses, franceses, holandeses, além de brasileiros ou “brasílicos”,⁴⁷ são os protagonistas dos primeiros séculos desse assentamento. A migração forçada oriunda da África e dirigida a essa nova cidade, começa no século XVII e agiganta-se nos séculos XVIII e XIX.

A povoação formada no entorno do fortim acima referido – benzido este por frades católicos em 1612 –, dotada de capacidade política desde 1619, já em 1621, torna-se a cidade-capital ou cabeça de uma parte significativa da Administração colonial na América portuguesa, o *Estado do Maranhão* –depois do *Maranhão e Grão-Pará*– (LOPES, 2008) condição régia e legal que gozou a par com Salvador, Bahia (1549-1763), e Rio de Janeiro (1763-1822): estas duas,

identidade”. Aldeia, aqui, significando aglomerados humanos da aurora das sociedades, e não, o assentamento forçado de aborígenes da época colonial, a exemplo do que aconteceu no Maranhão sob os auspícios de jesuítas. E esse “feitio técnico” de manejo da terra/cultivo nada mais é do que a roça/capoeira ainda hoje praticada nos campos maranhão-amazônicos.

⁴⁵ Expressões correntes na historiografia eurocêntrica.

⁴⁶ Esse vocábulo é do tempo, tipicamente lusitano e sugere a povoação nascente, pequena e nuclear.

⁴⁷ Outra expressão da escrita historiográfica de Mário Meireles, na obra citada, p. 27: “... grupo étnico dos brasílicos, mongoloides de origem, imigrados da Indonésia, via Polinésia, e América Central, há seis ou sete mil anos atrás”. E na sugestão de Risério (2012, p. 67-68), referindo-se a Salvador, acrescentamos que tais gentes migradas erguem, então, São Luís, tal uma cidade vitrúvio-friasina – concepção renascentista – implantando-a, lusotupinambamente, isto é, ao modo e sob os influxos da marcha colonizadora. Sobrevêm as dimensões das ordens estatais (planificação geométrica) com as condições locais-topográficas emaranhando-se à taba de Japiáçu.

sucessivamente, capitais do *Estado do Brasil* colonial. E Belém do Pará também foi capital dessa territorialidade colonial instituída em 1621, por menor tempo. São Luís é sede de bispado desde 1677. Episcopado que, até 1719, teve sua jurisdição correspondente à do referido Estado Geral do Maranhão (e Grão-Pará), isto é, estendido desde os atuais estados federados do Ceará e Piauí, compreendendo toda a grande região hoje chamada de Amazônia Legal.

Em certo sentido, nas décadas finais do século XVIII, São Luís já terá colocado sob camadas de escombros, muitas marcas da cidade das origens, em permanente reedificação material e mental.⁴⁸ A São Luís de hoje, edificada, e objetada,⁴⁹ lembre-se desde já, é a cidade elaborada e antes de tudo expressão de rugosidades (SANTOS, 2002, p. 140)⁵⁰ e de outros sinais tangíveis e intangíveis dessa temporalidade. Essas décadas setecentistas finais – como se verá mais adiante –, são um tempo tido como da crise e superação do “mercantilismo” – e de certo modo, do tempo da “ilustração” ou “iluminismo” – entendido este como o alvorecer, para São Luís, de um tempo de mudanças que fixaram marcas relevantes sobretudo no campo e domínio do urbano, como também se demonstrará na parte seguinte. Acrescente-se que estava se completando, então, a obra da centralização política que a historiografia caracteriza conceitualmente como *Estado Moderno*.

Como que para reiterá-lo, de Portugal à cidade de São Luís, sob tais reflexos, além de orientado por alguns raios dessa *modernidade*, para governar a capitania do Maranhão, e depois o *Estado do Maranhão e Piauí*, e às suas jurisdições, aportou o general Joaquim de Melo e Póvoas – aquele que por mais tempo ficou à frente do governo maranhense, de 1761 a 1779.⁵¹ Um parente próximo de Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras e depois marquês de Pombal, representante ibero-lusitano na galeria dos chamados “déspotas esclarecidos”.⁵² Na Europa britânica, a chamada “revolução industrial” expande, então, sua influência e impacta a

⁴⁸ Santana (2003, p. 31) escreve que os fragmentos de territórios urbanos segregados formam uma espécie de domínio ou sub-domínio, para realçar que a cidade de São Luís é um “espaço urbano tão antigo quanto a colonização da América Portuguesa, mas, espaço permanentemente arrastado na direção de novas relações, configurações, espoliações, mutações. Estas, por sua vez, não cessam de exigir, promover, ampliar e/ou manifestar novas desigualdades sociais, outras disputas territoriais, inéditas formas de segregação sócio-espacial”.

⁴⁹ Convém esclarecer que, do ponto de vista da morfologia urbana, a Unesco tomou como objeto e inscreveu na lista do patrimônio mundial apenas a cidade multissecular, isto é, o que se conhece como “centro histórico” da cidade atual.

⁵⁰ Para esse autor, rugosidade é o que “fica do passado como forma, espaço construído, paisagem; o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares.” “A rugosidade é o espaço como acúmulo desigual de tempos”.

⁵¹ Melo e Póvoas, capitão-mor, governou a capitania do Maranhão de 1761 a 1775; e como governador e capitão-general, governou o Estado do Maranhão e Piauí de 1775 a 1779. (MARQUES, 2008, p. 543).

⁵² É uma menção que a historiografia ocidental utiliza para designar alguns governantes do século XVIII que tomaram o ideário da “ilustração” como orientação política.

economia-colonial-mundo. E o Maranhão se torna um exportador relevante de algodão e de comida, sobretudo de arroz.

Os dois séculos seguintes, serão da cidade produzindo seu destino, sob o impacto de determinações relacionadas à processualidade de sua economia de base primária, aparentemente sem as condições favoráveis do tempo setecentista do algodão/arroz – também é fato que o algodão voltaria a constituir um diferencial na economia maranhense na segunda metade do Oitocentos, com sensível impacto de positividade na vida urbana de São Luís e da própria província. Mas estruturalmente dependente, por formação, logo esse segundo “ciclo” de produção algodoeira desvanecerá, quando esvaziado o fator sazonal externo que o ensejou – a guerra de “secessão” ou “civil” norte-americana. E até houve ensaio de uma industrialização interna à base desse produto – focada em São Luís e Caxias –, cujas perspectivas também esvair-se-iam já em meados do século XX.⁵³ E uma vez mais esse desvanecimento⁵⁴ faz repontar os mecanismos de bloqueio da economia capitalista na periferia do sistema colonial, afetando, antes de mais nada, suas neometrópoles. Como se examinará à frente, com mais vagar, ao algodão, e no passo de uma economia agrícola de semi-subsistência, com o arroz bem inserido, seguir-se-á uma época quase centenária em que se afigura auspicioso o extrativismo do babaçu, incapaz, porém, de abrir novo tempo virtuoso de animação do porto e alfândega, vetores de grandeza da velha cidade.

Com o passar do tempo – segunda metade do século XX – São Luís começa a encaminhar mais um esforço de inserção industrial⁵⁵ assentado na ilha-capital, e, como em toda a sua história, ancorado na zona portuária que, no limite, traduz uma nova inserção, continuamente subordinada e assim ajustada às linhas da acumulação capitalista central, no contexto de mais uma de suas reestruturações. Reestruturação que oferece muito pouco além de redimensionar o Maranhão enquanto área dinamizadora de exportação de matérias-primas, o que atualmente se chama de *comoditie*.⁵⁶

A São Luís de agora é uma imensa cidade. Seu porto grande de hoje já não é mais na Praia Grande, no centro antigo. Aliás, já não é mais uma cidade que se expresse com nenhum

⁵³ Cf. JACOBINA, Alberto P. *Dias Carneiro, o conservador*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938. Obra dedicada ao estudo da trajetória do industrial Francisco Dias Carneiro, fazendeiro e industrial, que liderou a implantação da indústria têxtil em Caxias no século XIX.

⁵⁴ Decorrente da abolição da escravidão (1988), como se verá mais adiante, fato que impactou enormemente a vida social-produtiva maranhense.

⁵⁵ O que vem se chamando de complexo minero-metalúrgico.

⁵⁶ A reestruturação capitalista aqui referida é a dos anos 1980 em diante, caracterizada, sobretudo, pelas mudanças no campo das relações de trabalho e da crescente financeirização dos processos econômicos. E as *comodities* são bens exportáveis, de baixo valor agregado, cujos preços são geralmente definidos pelo jogo dos mercados e das Bolsas de Valores.

sentido de coisa única – e já não tem somente um porto; tem portos. E ter porto para *tratar* com o mundo é dizer de um dos signos que marcam suas temporalidades e uma âncora de seus devires.

Falar em futuro, a cidade-capital do Maranhão, atual, em suas dimensões físicas e mentais, conserva-se, qual uma obra de arte, coletivamente elaborada, e assim sujeita das atenções especiais, interesses e políticas de sua gente e de governos. Estes também a fizeram um “monumento da humanidade”, na intenção de “revivê-la” e que assim, viva, continua a ser lugar e instrumento de novos protagonismos. E acrescente-se que somente no sentido da metáfora poética de Nauro Machado (2012), ela, e a própria província, teriam se tornado “o pó dos pósteros.” Mudanças e protagonismo citadinos objetados nas análises seguintes.

2.2. São Luís: culturas cruzadas a ferro e fogo

“Até ali os tambores da Casa das Minas tinham seguido seus passos, ele via ainda os três tamboreiros, no canto esquerdo da varanda, rufando forte..., com o acompanhamento dos ogãs e das cabaças, enquanto a nochê Andreza Maria deixava cair o xale para os antebraços, recebendo Toi-Zamadone, o dono do lugar.”

(*Josué Montello, n'Os tambores de São Luís*)

Convém aludir ao esforço exemplificado em estudos relacionados à compreensão da cidade de São Luís que certa lusitanidade *separou* de si: a cidade negra, de alma e corpo, nos domínios voluntários de uma espécie de Clio vodúnica. Clio quilombola, que faz história e conta histórias pelos rufos dos tambores.

Assinala, a propósito, Sérgio Ferretti, sobre as tradições negras de São Luís, que,

No Maranhão, embora até hoje não tenham sido adequadamente estudados, os quilombos foram numerosos especialmente nos séculos XVIII e XIX. São referidos apenas em breves passagens de escritos históricos como por exemplo num discurso pronunciado por Fran Paxeco em 1917 ...”. “Evidentemente não é fácil a localização de referências a respeito de relações entre terreiros de Tambor de Mina e quilombos ou revoltas de escravos como Balaiada. Do ponto de vista literário, o escritor Josué Montello, em “Os tambores de São Luís” (1976), cria a personagem da negra mina Genoveva Pia, vodunsi da Casa das Minas, que acoitava e dava fuga a grande número de escravos [do que] nos informou pessoalmente que sintetizou naquela personagem muitas estórias, que foram contadas pela preta mina Verônica, a quem dedica o romance. (FERRETTI, 1986, p. 225).

Esse autor, revelando o fenômeno da Casa das Minas, em mergulho amparado na recepção de estudos sobre essa S. Luís mística, mítica e real, historiciza a cidade como que segregada e proibida. Revela, também, os enleios dela com a cidade branca, católica, maçônica, política, tocando de perto os pontos de suas costuras interétnicas e inter-religiosas; leva-nos, assim, a compreender melhor seus pontos de esgarçamento, a luta de suas classes sociais, enfim, suas apartações seculares, mais reais que imaginárias.

Quanto a ser São Luís – a cidade velha, hoje o “centro histórico” da cidade nova – um sítio cultural de excepcional valor universal, em que pese óbvia demais a resposta, convém afirmar que sim, e já o demonstram o exame, ainda que de plano, dos elementos que concorrem para sua construção historicamente dada. E aqui é preciso que relembremos o que acima já se

disse sobre a marcante condição de ser São Luís uma cidade-porto, localizada e assentada, no início do século XVII, num ponto estrategicamente privilegiado das grandes rotas comerciais do mundo. Consideração que se faz, sobretudo, quando se tem presente que os extremos de tais rotas uniam, num só interesse, as metrópoles mercantis do continente europeu e as chamadas “Índias”, relações sob vários aspectos intermediadas por pontos de articulação localizados nas costas africanas e na imensidão da costa da América portuguesa, em 1612 já sabida de todos, mas não completamente dominada por um só soberano rei. Muito mais que hoje em dia, a posição da nova cidade-porto é crucial nas disputas pela distribuição dos ganhos materiais da colonização e ao mesmo tempo vai se constituindo num lugar destacado de cruzamento de culturas. Lugar que já tem habitantes e onde aportarão em pouco tempo centenas dos sobreditos franceses e portugueses, em guerra de posições ou tratando comercialmente com uma diversidade de outras gentes. São Luís, próxima dos arquipélagos caribenhos, assim foi idealizada e logo se tornou capital para sediar os esforços da conquista sobre todo o vale amazônico, abrindo rotas de contato, com tribos humanas e riquezas, por dentro do continente, com os espanhóis andinos. Potencializando e já fazendo o referido “caldo” de culturas tão marcante da cidade dos quatro séculos seguintes. Caldo cujo inventário demonstra foi produzido com muita cobiça e violência, exemplificadas sobretudo no tipo da extração das riquezas, em regra pela exploração do humano pela compulsão escravizadora.

Entre outras mais considerações sobre o processo formador da São Luís cultural e suas culturas cruzadas, assinale-se, nesse propósito, que a reocupação humana levada a efeito pela colonização europeia no antigo Maranhão a partir do Quinhentos – todos os aportes o atestam – cobra da população encontrada como nativa o seu maior tributo: o corpo, a energia laboral, os saberes e a própria vida. E na crueza desse processo ocorrido nas fronteiras entre mundos, o que transcorreu em terras do Maranhão, e em particular em sua cidade-capital, espécie de comuna-síntese, às vezes parece mais dantesco, às vezes incongruente, outras parecendo expressões de interesses entre confessos e inconfessáveis. E já estamos referindo a coisa que faz pensar em padres, por exemplo, figuras centrais no contexto. E também a maiores e régulos de diversas lutâncias e relutâncias.

É interessante colar a observação de Antonio Risério, na qual, tendo como pano de fundo a dicotomia euclidian de litoral e sertão, grosso modo “o país da cidade e país da roça”, *mutatis mutantis*, diz ser esta uma reiteração do sentido, de base tupi, da zona da Ilha do Maranhão, quinhentista, forjado por colonos e jesuítas, segundo o qual, os ditos tupis, vivendo na

orla do mar, viam-se a si mesmos como “civilizados”. Apontavam, à guisa de diferencial, para as terras interioranas, onde circulavam os tapuias, os bárbaros, donde os portugueses – que adotaram a distinção tupi – definiram com a denominação de sertão o que, para eles, estava sob o signo “da natureza e da barbárie.” E na “fachada atlântica, a mestiçagem produziu, principalmente, mulatos. No interior, caboclos”. (RISÉRIO, 2012, p. 189). E citando Euclydes da Cunha, recorta a observação deste sobre o litoral (“antropologicamente” elaborada) consistente na afirmação de que “a grande tarja negra que debruava a costa da Bahia ao Maranhão, mas pouco penetrava o interior”.

Em que pese essa autocontemplação de “civilizados”, fato é que os nativos a quem logo se atribuiu a designação geral de “índios” foram escolhidos logo de início para a sina da escravidão pelas leis escritas e não escritas do tempo. Escolha feita por antecipação, haja vista a bula *Romanus Pontifex*, de 1454, que o fez com todas as doutrinas e solenidades (v. parte seguinte) – e diferente da fábula da “amizade” de nativo e português sugerida por alguns ideólogos da agressão colonial: no Maranhão estes últimos foram desconvidados e solicitados a que não ficassem por ali.

É muito farto o acervo disponível de informações sobre o cativeiro dos nativos no Maranhão dos tempos da colonização. Do século XVI ao XVIII está na cabeça e nos projetos de todos os agentes-colonos a agregação dessa força de trabalho como riqueza amealhável na “terra nova”.⁵⁷ Os padres, e suas ordens, sócios privilegiados na ação colonizadora, são agentes centrais na elaboração cultural dessa fronteira longínqua de suas sedes europeias, lembrando-se que eles e elas não transitavam e agiam somente no Maranhão, mas, significativamente, seguiam junto com as naus até onde o interesse mercantil, maior, pudesse alcançar.⁵⁸

Mas apesar da fartura de fontes, sobretudo produzidas pela burocracia temporal-ecclesiástica, além dos memoriais expandidos de muitos padres e governantes, o drama que em larga medida trouxe os chamados “naturais” da terra, seguindo aquele cânone romano-pontifício,

⁵⁷ Escreveu Abbeville: “Mas não satisfeitos [os portugueses] com os escravos capturados na guerra, quiseram também os filhos dos nossos e acabaram escravizando toda a nação; e com tal tirania e crueldade a trataram, que os que ficaram livres, foram, como nós, forçados a deixar a região”. (Apud CARVALHO, 2014, p. 24). Diálogo do cacique Iapi Ouassou com os padres da Missão francesa encarregada da fundação da chamada França Equinocial.

⁵⁸ A cruz cristã que vem no alto dos mastros das caravelas é também um signo das mercancias mitigadas na ação dita evangelizadora. “Gandavo lembra que o nome de *Santa Cruz*, dado inicialmente por Cabral, fazia sentido não somente em razão da primeira missa, data da comemoração do Lenho Sagrado, mas porque as terras descobertas por portugueses cabiam à Ordem de Cristo, cujos cavaleiros traziam a cruz por insígnia. Não havia pois como negar à colonização o seu caráter sagrado, que deveria se refletir no nome da terra a colonizar”. É o que diz Laura Souza (2001, p. 5) escrutinando o longo debate que resultou na definição do nome Brasil (profano e comercial) em detrimento de Santa Cruz (divino) para designar as terras apossadas por Manuel, “o Venturoso” – e genro dos “reis católicos” Fernando de Aragão e Isabel de Castela.

foi, de certa forma, insignificado, no passar do tempo, e caindo sobre si muitas camadas de silêncio.

Contudo, a São Luís índia e africana manteria, em seu favor, as tradições culturais afluentes e disponíveis nos cenários de Upaon-Açu desde o Quinhentos. O labor da coleta de suas drogas tornando-se especiarias no trato mercantil; o labor das culturas algodoeira, arrozeira, canavieira e até do anil; as lavras no quintal, no horto e no pomar de casa grande e de convento; o labor doméstico em cozinhas, casa de forno e alcova – de tudo isso em São Luís se laborou, pode-se dizer, com atos sistemáticos ou simbólicos de irredenção. Lembra-nos Roldão Lima, nesse sentido, que o

regime de trabalho escravocrata implantado no período colonial brasileiro e baseado na mão-de-obra africana, configura uma completa estrutura de dominação cujos mecanismos básicos tinham a finalidade de reprimir, de todas as maneiras e em todos os níveis, as manifestações culturais dos dominados. (LIMA, 2002, p. 32)

O dançar em rodas nos batuques; o chão e ares de terreiros incensados; o convívio com seres deificados e infernais habitantes dos mares e das matas no limite dos seus insondáveis mistérios – por todos esses modos a população não lusíada-açoriana de São Luís, lavrou e assinalou em sua temporalidade transecular uma outra história, a história de uma gente vivendo em fronteiras de mundos – tal já se disse atrás. De tal maneira fortes e polissêmicas essas culturas se cruzando em pleno “golfão maranhense”, que ainda hoje, por exemplo, o “reggae” das vizinhas ilhas cururupuanas reponta, em São Luís, cruzado com os sons igualmente regueiros da Jamaica de Bob Marley.

O bloqueio produzido pelo chamado “cânone nacional”, literário, em São Luís confundido com o que é chamado de geração de “atenienses”,⁵⁹ além de outras afetações, poriam em plano de insignificância essas e outras experiências essenciais na história da cidade e do próprio Maranhão. Tendo, contudo, a sua força manifestada ao nível da cidade real e assim movendo-se em sua cotidianidade perene, tais experiências e saberes têm sua história passada em

⁵⁹ Para um exame em profundidade do que se chamou e chama de “Atenas Brasileira”, geração de literatos exprimindo um sentido de cidade letrada, no caso, São Luís, conferir LEÃO, Ricardo. *Os atenienses*. A invenção do cânone nacional. Imperatriz, MA: Ética, 2011. Cf., idem, BORRALHO, José Henrique de Paula. *Uma Athenas Equinocial: a literatura e a fundação de um Maranhão no Império brasileiro*. São Luís: Edifunc, 2010.

distintos padrões narrativos, daí que nunca sufocados, à aniquilação, pelo padrão ético/estético dos que escreveram – literal e literariamente – a história da colonização, tal um feito radioso da experiência humana na citada região – e que diga-se logo, parece vibrar com bastante intensidade no coração dos patrimonializadores iphânicos e unescianos de hoje.

A cidade que vive a explodir em certa contrição e folgança pelos terreiros de sua própria sacração e em rituais espetaculares para as alegrias de sua indústria turística, reitere-se, está sempre atualizando essa diversa história. Assim também as lendas que movem o juízo dos habitantes de Upaon-Açu e suas baixadas adjacentes, vocalizam antiquíssimas narrativas – delas arquetípicas, a exemplo da serpente que repousa sob as entranhas do chão da cidade e um dia se moverá, morderá o próprio rabo, sobrevivendo o apocalipse da cidade. Sentir de perto o estado de revolta aparentemente contida de parcelas significativas dos filhos segregados da metrópole de hoje, permite perceber os sinais de tais opressões que apartam o corpo da cidade e que ensejam formas e linguagens diferentes na disputa dos seus espaços e sentidos. Essas outras histórias de São Luís são apreensíveis pelas vozes estridentes aferidas do silêncio das ruas, becos e ruínas da cidade plurissecular, enquanto burgo semiabandonado às assombrações do presente. Mistérios e encantos da cidade-pedra, da cidade-lenda, da cidade-tambor. Antonio Risério oferece-nos um entendimento bem expressivo de tudo isso nestas palavras oportunas em nossa própria construção interpretativa sobre São Luís – e ele esteve pessoalmente pisando o chão em volta da cajazeira da Casa das Minas, na São Pantaleão. Diz, quase num cântico:

... terreiros não poderiam assumir a forma exterior de templo [assim estes] existiriam apenas para dentro de suas fachadas [materializados] em casas comuns. De feitio popular. Feitas de taipa. Casas de barro e palha em bairros urbanos ou chácaras. Dos calundus seiscentistas aos terreiros dos séculos XIX e XX, o mistério e a africanidade ficariam guardados em cômodos internos. Em espaços que não se desvelaram fisicamente em sua própria e real natureza. Que não davam na vista. Com isso, podemos ter perdido muito, em matéria de sensibilidade técnica e competência estética.

Inscrito no corpo da terra de uma cidade, o terreiro é o lugar onde se manifesta uma determinada força ou potência. [...]. Mas este *locus* da hierofania é, também, marco tópico de uma *diferença*. Configura-se como território específico, singularizando-se no espaço da etnia ou classe dominante. [Nunes Pereira lembra que a Casa das Minas em São Luís] “tem uma alma”. É o que interessa aos terreiros: não a arquitetura, que repete modelos conhecidos – mas a alma. (RISÉRIO, 2012, p. 161-162, grifos do autor).⁶⁰

⁶⁰ Risério nessa obra – *A cidade no Brasil* – acentua que enquadra e focaliza “aspectos e dimensões do fenômeno urbano no Brasil, de um ponto de vista predominantemente histórico e socioantropológico, mas também examinando temas que dizem respeito aos domínios da estética, da arquitetura e do urbanismo” (p. 9). Aliás, dá-nos uma pista para concertar um jeito de fazer andar a presente abordagem.

Essa cultura assim tão marcada em signos de vária mitologia tem, pois, suas maneiras próprias de manifestação, convindo lembrar, ademais, que tem ela força intercambiante entre os territórios de *neotribalidades*⁶¹ claramente justapostas da cidade fluente. Ainda aqui a manifestação plena da cidade-fronteira, com seus cruzamentos culturais se dando de maneira aparentemente mais veloz. Dir-se-á, dos temores da cidade fronteiriça, inclusive com o mar de profundezas abissais, muitos monstros e traiçoeiros boqueirões.⁶² Mar cujas ondas trazem à cidade-porto-aberto, como lembrado acima, entre triunfantes e estropiados, os mareantes cobiçosos, as cargas e culturas das Índias, os viventes sequestrados na Guiné, Daomé, Angola, Benim e Bissau; cidade-ilha que hospeda a dita serpente, que dança com o boi da lua, que assiste o desfilar das mulas sem cabeça das carruagens de Donana e que na época do carnaval, de suas vielas, repontam corsos insistentes dos entrudos de ontem.

Nesse propósito, cite-se Mary Del Priore (2012, p. 22), para com ela afirmar, sobre a cultura popular temerosa dos “monstros” insondáveis, que desde “sempre as pessoas tiveram prazer em sentir medo”. Adverte que não “se trata de um simples fenômeno de escapismo, mas cultivar seres fantásticos está relacionado ao uso da imaginação, que é o ‘pão nosso de cada dia’”. Ela é alimento para nossa cultura e nossa história [*além do que*] revela que nossa veneranda crença no racionalismo, bem como a visão de progresso inevitável, tem limites”. Invoca essa autora o médico Ctésias de Cnido, da corte de Artaxerxes II (405 a 359 a. C.) e que escreveu um texto que tornaria a Índia território dos prodígios, para acrescentar que “todas as histórias fantásticas que existem desde Homero são [*nele*] consignadas: pigmeus combatentes de gruas, ciápodes, cinocéfalos, blêmias”. E que animais “fabulosos migram da Índia para o Oriente e de lá para o Ocidente medieval, quando invadem a literatura, a escultura e a pintura”.

⁶¹ Queremos com esse falar referir-nos às várias expressões vocalizadas da cidade plural em busca de conferir sentido às percepções do viver nela. Seriam uma espécie de “tribalistas da nova era”, tal se refere a antropóloga Francisca Verônica Cavalcante (2006), em obra assim intitulada, refletindo sobre a quebra de enclausuramento dos modos de ser religioso e científico vivenciados pelos new agers...”.

⁶² No derredor oceânico profundo de Upaon-Açu está um dos mais misteriosos cemitérios de embarcações naufragadas do mundo. Em parte dessa zona estão os perigosos parcéis, entre os quais o de Manuel Luís, atualmente “zona de proteção” marinha estadual. Região engolidora de navios das que mais se tem notícia, tal um “Triângulo das Bermudas” brasileiro e por isso bastante procurada por “caçadores de tesouros e arcas perdidas”. Aliás, a narrativa mestra da fundação do Maranhão disseminada como epopeia percalçada, invariavelmente, deita falação sobre o naufrágio das caravelas do primeiro donatário da *capitania hereditária* (1535), Ayres da Cunha, quase encostando às praias do ilhéu.

E a dita serpente que mora sob o chão de Upaon-Açu e que morderá o próprio rabo e a cidade submergirá? Victor Hugo teria visitado São Luís quando dirigiu “ao homem” essa “passagem paralela à ode ‘Ao arco do Triunfo’”?

“E quanto às tuas cidades, Babéis de monumentos
Onde falam ao mesmo tempo todos os acontecimentos,
O que vale isso? Arcos, torres, pirâmides,
Eu ficaria pouco surpreso se em seus raios úmidos
A aurora os levasse juntos uma manhã,
Com as gotas de água da salsa e do tomilho.
E sua arquitetura superposta e soberba
Acaba não sendo mais que um amontoado de pedras e ervas,
Onde, a cabeça ao sol, assobia a serpente sutil”.⁶³

“Sutil” a serpente sob Upaon, cabeça debaixo da Sé e rabo no Convento de Santo Antonio que acordará para o Apocalipse e para eternamente retornar? Estaria combinada com o Encoberto da Ilha dos Lençóis para as tarefas do porvir...?

Não se trata apenas de um vislumbre, mas a São Luís fantástica de que se trata agora é uma cidade fronteira inclusive da Índia e ao mesmo tempo filha do Ocidente⁶⁴ em transição (outra fronteira) do medieval para ao moderno. Fronteira da Índia, assim também da África, porque aconchegadas as três pelo intercâmbio flutuante das rotas comerciais e articuladas enquanto engrenagens do sistema colonial do tempo de seus primeiros séculos. Com efeito, em São Luís repontarão, e mesmo reinarão, a razão calculada dos ganhos mercantis, a mítica de todo gênero recepcionada e filtrada pela catolicidade medievá expandida, além de elementos da cultura material e imaterial da Índia, assim da África, esta, sim, o berço da humanidade, consoante o estado da arte dos estudos que localizam o princípio da história dos hominídeos.

⁶³ Victor Hugo, *La Fin de Satan: Dieu*, Paris, 1911 (“Dieu-L’Ange”), pp. 475-476 (apud BENJAMIN, 2007, p. 139).

⁶⁴ “... o Ocidente, como no caso de qualquer ‘forma’ de sociedade é uma mistura do real e do imaginário, de fatos, padrões, produtos materiais e formas de pensamento que perfazem um formidável campo de atividade que, ao mesmo tempo, exerce poder de atração sobre outras sociedades [energia] obtida em quatro fontes diferentes [sendo o Ocidente] uma combinação de: economia de mercado, mas não de qualquer tipo de economia de mercado: uma economia baseada no sistema capitalista...; produção em massa industrializada de bens de produção e de consumo, de meios de comunicação e de destruição...; a democracia parlamentar combinada com o sistema pluripartidário...; a ideologia dos direitos humanos, que, conforme o caso, substituiu o cristianismo [podendo] a ocidentalização do mundo ser definida como a expansão para além do Ocidente de um ou outro desses quatro componentes...”. (GODELIER, 2001, p. 76-77). Este autor analisa a perspectiva antropológica social, ou etnologia, e associa sua origem à referida ocidentalização e daí questiona: “Será que isso condena a antropologia a nunca ter sido e nunca ser mais do que um conjunto de representações mais ou menos eruditas que sociedades dominantes têm das sociedades por eles (sic) dominadas, representações essas que, na prática, legitimam essa dominação?”.

Ainda na pista sugerida por Del Priore, acrescente-se, sobre São Luís, que também a literatura enquanto suporte narrativo – se tem um papel elisor dessas outras histórias porque não canonizáveis –, contém elementos constituintes de uma paradigmática, que, ainda que não querendo fazê-lo, rivaliza com aquele cânon segregador de que se tem falado com insistência. E para se continue a ensaiar a presente análise interpretativa da cidade é preciso se revisite, além de outras, também as fontes da criação literária, entendendo-as como matéria contributiva da produção do conhecimento e da escrita da história referenciada às origens e à formação da capital do Maranhão.

Quando se estilhaça, por exemplo, a poética romântico-indianista de Antonio Gonçalves Dias, obtém-se fragmentos narrativos de um passado maranhense denso de personagens e intenso de vida e signos. Conjunto de elementos que o poeta, nascido ao redor das seculares “aldeias altas” timbiras, certamente retirou de seu espírito infante e da alma adolescente tocada pelas sertanias do Maranhão de seu tempo. E nessa espécie de estilhaçamento, recolhe-se partículas essenciais deste teor: “Chame-lhe progresso / Quem do extermínio secular se ufana; / Eu modesto cantor do povo *extinto* / Chorarei nos vastíssimos sepulcros / Que vão do mar aos Andes, e do Prata / ao largo e doce mar das Amazonas”. Em foco analítico sobre essa construção obrada por Dias no contexto de plena construção romântica da mítica nacional brasileira oitocentista, e pensando a “dialética da colonização”, dirá Alfredo Bosi (1992, p. 185-186) com o verso incorporado do próprio bardo, que a nação havida nesta fronteira de mundos que se encontram no trópico, da qual São Luís é filha de corpo e cultura, é nação “que tem por base / Os frios ossos da nação senhora / E por cimento a cinza profanada / Dos mortos, amassada aos pés de escravos”.

Além dos maraňaguas, dos colonos *brancos* vindos da Europa cristã, os negros trazidos da África constituem um fundamento essencial da vida de São Luís, entre as capitais velhas, de par com Salvador e Rio de Janeiro, certamente a mais demograficamente afro do Brasil. Os negros, feitos trabalhadores escravizados na América portuguesa, são a força que ergueu a velha São Luís, fixando e modelando seu patrimônio material-arquitetural edificado e que restou para as atuais gerações, alvo principal, hoje, das políticas públicas de preservação e revitalização. Se são nesse sentido os operários da construção material da cidade, igualmente o são na elaboração insistente do que se vem chamando de cultura imaterial – igualmente hoje em dia também objeto de registros com fins de conservação, como veremos no capítulo 3. A população trabalhadora negra – e ainda quando foi sendo alforriada e engrossando os bairros afro

de São Luís – viveu como que nas brechas da cidade e com o que a cidade lhe deu como sobra.⁶⁵ Mas perseverou, até porque sinalizava resistência, os elementos essenciais de sua cultura ancestral, trazida, sincretizada, mas manifesta, sempre, ainda que de noite, clandestina. Eduardo Hoornaert (1977, p. 395), sobre o que chama de “cultos clandestinos” desses que viviam privados de publicamente fazerem seus rituais de origem, afirma que o

maior ambiente alternativo naquele tempo era a própria noite [podendo-se] dizer que o dia pertencia aos brancos e a noite aos escravos. De noite os caminhos do Brasil se fechavam aos brancos [...] com medo dos escravos. Estes aproveitavam-se da escuridão para exprimir uma vida social que não podia enquadrar-se nos moldes do sistema colonial e significava a sua identidade, como pessoas e como povo. (Apud LIMA, 2002, p. 33).

Diga-se de novo que os tambores – coração pulsante da História maior – se fizeram coração pulsante segregado e irredento da ilha e do próprio Maranhão, além dos maracás e outras artes, daí a razão das coisas e suas concreções tidas por reais que, para alguns, seriam a única matéria da história.⁶⁶ Assim também as narrativas do visto e do não visto; o pretérito, o presente e a elaboração real dos devires; o estranhamento e a comunhão, ou, misérias e belezas – talvez haja de tudo isso na história de qualquer parcela das gentes que algum dia organizou uma taba, ou uma cidade. A diferença de São Luís do Maranhão consiste no vigor da síntese desses elementos enquanto criando e movendo uma cidade que parece os séculos ficam (nela) a habitar suas estruturas mentais e matérias de viver. Com efeito, quando se tenta ler as linhagens que

⁶⁵ Observa Carlos Lemos: “Só o negro escravo não contribuiu na definição da casa nacional, embora tenha sido figura indispensável ao seu funcionamento”. Citado em (RISÉRIO, 2012, p. 155) que, agora citando Lúcio Costa, diz que “o negro escravizado foi, entre nós, elevador, guindaste, esgoto e ventilador. O sobrado senhorial não funcionaria sem ele. A urbanização das principais cidades brasileiras foi acontecendo, já desde o século XVII, no sentido da verticalização”, para arrematar com Nestor Goulart Reis Filho, em *Quadro da Arquitetura no Brasil*, que lembra que para “tudo servia o escravo. É sempre a sua presença que resolve os problemas de bilhas d’água, dos barris de esgoto (os ‘tigres’) ou do lixo, especialmente nos sobrados mais altos das áreas centrais, que chegavam a alcançar quatro [...]. Era todo um sistema de uso da casa que, como a construção, estava apoiado sobre o trabalho escravo...”. De tão marcante a presença dos “tigres” na via pública em São Luís que a cidade até mesmo tem o “beco da bosta”.

⁶⁶ Anote-se que o Maranhão (1822 a 1842) foi palco de uma insurreição entre as mais densas que o hoje Brasil conhece – a Revolução Balaiense. Uma conflagração de caráter nitidamente popular assustou o Império monarcolatifundiário, que, literalmente, a esmagou, pelas mãos ensanguentadas do governador-presidente provincial, Luís Alves de Lima, que Ribeiro do Amaral canonizou e Carlota Carvalho desnudou em corajoso juízo: “Nenhum [revolucionário] é inimigo da pátria, embora possuído por ideia de governo com forma ou com sistema diferente. Como homens – átomos da Humanidade –, todos são iguais. A farda agaloada, a libré, a blusa, a camisa suja, vestindo o corpo, não altera a substância do que encerram: o mesmo animal, a mesma matéria corruptível. Por que proclamar a identidade de espécie com os agaloados e negá-la aos que não possuem fardas douradas e títulos nobiliárquicos, invólucros e nada mais? Perdoe-nos o professor Amaral esta nota à margem de sua ‘História’”. (CARVALHO, 2011, p. 178).

constituem dessa cidade, aquele referido tambor ancestral logo se afigura em rufos, sugerindo que se puxe os fios das narrativas da celebração de seu passado.

Pensando a “Ilha do Maranhão”, suas baixadas e ribeiras do derredor, convém acrescentar que a mentalidade da gente ibérica – em especial os contingentes vindos de outro arquipélago, o dos Açores – trazida para “colonizá-las” é caldeada e movida à base de muita superstição e mitologia, que uma catolicidade medieva dilatada ao Maranhão, entre outros fatores de impulsão, somente retemperou. Com efeito, em Upaon-Açu, restariam cruzadas, e bem, com a cultura tupinambá e a dos filhos da África, outras percepções sobre o fenômeno da vida humana e da natureza-mãe e assim diversas maneiras de exprimi-las. A história de São Luís, nesse particular, é prodigiosa. Encantaria e santaria sincretizam-se de maneira literalmente auspiciosa.⁶⁷ O terreiro de tupã entre as ocas, orixá e o átrio de igrejas e conventos são cenários dessas manifestações. E quando rufa, acrescente-se, o tambor parece deificar a comum ancestralidade. Para muitos, isso tudo não é *a* história. Mas é história de São Luís, temperada nas suas linhagens plenas de vida, sentir, insistir.

Quando imergimos na São Luís dançante das noites juninas, do mesmo modo nas *baixadas*, por exemplo, percebemos em movimento histórias agitadas em narrativas daquelas tradições acima referidas. As festas do povo de qualquer lugar exprimem acúmulos de estimulações do vivido, do suposto, dos augúrios. Mas em São Luís essas festas parecem ressoar ainda mais fortes e repontar mais coloridas. E são tais festas “documentos” históricos de especial significado para a coletividade. Sem a capacidade perceptual de ouvir tambor e lhes sondar os

⁶⁷ “In credo in cruz, ê ê, Vige Maria,/ As preta véia se benze, me arrepiá// Ô, ô, ô Xangô,/ As preta véia não mente, não sinhô.// Não cantaram em vão/ O poeta e o sabiá/ Na fonte do Ribeirão./ Lenda e assombração/ Contam que o rei criança/ Viu o reino de França no Maranhão./ Das matas fez o salão dos espelhos/ Em candelabros palmeirais,/ Da gente índia a corte real,/ De ouro e prata um mundo irreal.// Na imaginação do rei mimado/ A rainha era deusa/ No reino encantado.// Na praia dos Lençóis,/ Areia assombração,/ O touro negro coroadado/ É Dom Sebastião./ É meia-noite, Nhá Jança vem,/ Desce do além na carruagem/ Do fogo vivo, luz da nobreza,/ Saem azulejos, sua riqueza,/ E a escrava que maravilha/ É a serpente de prata/ Que rodeia a ilha.” (ZE DI e MALANDRO, 1974). Letra do samba de enredo do Salgueiro (RJ), de 1974. Outra: “Tem magia em cada palmeira que brota em seu chão/ O homem nativo da terra/ Resiste em bravura/ A dor da invasão/ Do mar vêm três coroas/ Irmão seu olhar mareja/ No balanço da maré/ A maldade não tem fé sangrando os mares/ Mensageiro da dor/ Liberdade roubou dos meus lugares/ Rompendo grilhões, em busca da paz/ A força dos meus ancestrais// NA casa nagô a luz de Xangô Axé/ Mina Jêje um ritual de fé/ Chegou de Daomé, chegou de Abeokutá/ Toda magia do vodun e do orixá// Ê rainha o bumba-meuboi vem de lá/ Eu quero ver o cazumbá, sem a serpente acordar/ Hoje a minha lágrima transborda todo mar/ Fonte que a saudade não secou/ Ó Ana assombração na carruagem/ Os casarões são a imagem/ Da história que o tempo guardou/ No rádio o reggae do bom/ Marrom é o tom da canção/ NA terra da encantaria a arte do gênio João// Meu São Luís do Maranhão/ Poema encantado de amor/ Onde canta o sabiá/ Hoje canta a Beija-Flor”. (VELOSO et al, 2012). Samba de enredo da Beija Flor, Nilópolis, RJ, 2012.

ressoos, não se faria a história da África. E sobretudo não se conheceria a história dos filhos de suas diásporas, dos seus viventes⁶⁸ levados para outros lugares do mundo, a pé, atravessando o deserto, ou nas caravelas tumbeiras. Pois São Luís é um dos principais destinos dessa diáspora.

Alerta-nos, a propósito, Joseph Ki-Zerbo, na obra, em vários aspectos singular e significativa desse continente – *História Geral da África* –, sob os auspícios da Unesco, intencionada da construção historiográfica atinente e rompida com os comprometimentos eurocristocêntricos, que, depois das tribos, “chegou a vez dos povos impacientes com a opressão, cujos pulsos já batiam no ritmo febril das lutas pela liberdade”. Acrescenta que a história da África,

como a de toda humanidade, é a história de uma tomada de consciência. Nesse sentido, a história da África deve ser reescrita. E isso porque, até o presente momento, ela foi mascarada, camuflada, desfigurada, mutilada. Pela “força da circunstância”, ou seja, pela ignorância e pelo interesse. [*Por quem?*] Abatido por vários séculos de opressão, esse continente presenciou gerações de viajantes, de traficantes de escravos, de exploradores, de missionários, de pro cônsules, de sábios de todo tipo, que acabaram por fixar sua imagem no cenário da miséria, da barbárie, da irresponsabilidade e do caos. Essa imagem foi projetada e extrapolada ao infinito ao longo do tempo, passando a justificar tanto o presente quanto ao futuro. (HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA, 2010, p. XXXII).

A imagem que se faz da África por séculos no Brasil é exatamente essa. E certo tipo de ocultação na cantata ludovica do Maranhão nisso incorreu em larga medida.

Em São Luís domina certo imaginário de que as várias manifestações de sua cultura tradicional não seriam mais que meras brincadeiras “folclóricas”, nada tendo a ver com as forças que movem o processo de sua história, daí que a cidade tende a venerar, por exemplo, um ideólogo do tráfico negreiro, tipo Antonio Vieira, SJ, e a execrar Bento Cosme,⁶⁹ a consciência viva contra a opressão sobre seus irmãos desterrados da África. Mas Ki-Zerbo adverte para que não se faça o que chama de “história-revanche”. Todavia, lembra que há que se mudar a perspectiva e ressuscitar imagens “esquecidas”. “É preciso reconstruir o cenário verdadeiro. É tempo de modificar o discurso”. Diga-se que é tempo de tomar as sensações comunicativas dos

⁶⁸ O uso das expressões “trato”, “vivente”, e também algumas orientações quanto às relações de São Luís nas rotas do tráfico mercantil do tempo colonial, houvemos da obra seminal de (ALENCASTRO, 2000), *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*), que é uma tese, na qual examina o intrincado das relações comerciais entre América portuguesa, Índias e África na época referida.

⁶⁹ Bento Cosme das Chagas, líder de uma insurreição de negros no Maranhão, entre 1839 e 1841, julgado em São Luís e depois enforcado na vila de Itapecuru, em 1842 (cf. ARAÚJO, 2008).

folguedos e da ritualística da grande São Luís, enquanto manifestações plenas na experiência humana. Isto é, coisas não de uma “pré” que não é história, mas da História. Coisas e objetos que pertinem ao conhecimento histórico, mas cujas provas não são os decretos de el-rei, tal o insinuam, repita-se, determinado e preconceituoso cânon historiográfico. Aliás, é ler esses decretos sobre a escravidão para ter ante a vista as contraprovas do que vem afirmado. De igual maneira, cabe assim cultivar o ato intertextual: no caso de São Luís, isso é indispensável, porque dito cânone letrado para explicá-la incorre na “força” daquelas “circunstâncias” lembradas por esse autor. É oportuna a indicação legoffiana afirmando que a “área dos documentos, que a história tradicional reduzida aos textos e aos produtos da arqueologia, [configura uma] arqueologia muitas vezes separada da História. Hoje os documentos chegam a abranger a palavra, o gesto. Constituem-se *arquivos orais*; são coletados *etnotextos*” (LE GOFF, 1990, p. 10, grifos do autor).

Falar em ato intertextual, e em festas antigas em Upaon-Açu, aqui um exemplo do que se vem falando, nesta breve mas marcante passagem dos *Anais*, texto memorial-historiográfico que se fez fonte historiográfica, diz Bernardo de Berredo:

... porque celebrando uma grande festa os tupinambás, como a maior entre os índios da América é a do deus Baco, a que se segue a perda do juízo; alguns dos principais na perturbação dele, querendo fazer ostentações da sua valentia, parece que disseram, que com facilidade podiam destruir os portugueses, apontando o modo; e Bento Maciel mandando logo devassar desta beberria, se condenaram vinte e quatro dos da primeira estimação a morte natural, que por ordem sua se executou em um mesmo dia às cutiladas, e estocadas, pelas ferozes mãos de outros tapuias seus inimigos; cruel procedimento, que recebeu o povo com tão geral escândalo, que até perigaria o sossego público da capitania, se a certa mutação de teatro, que se esperava já há todos os instantes com a chegada do novo governador, não suspendesse por então os impulsos dos ânimos. (BERREDO, 1988, p. 150)⁷⁰

⁷⁰ Bernardo Pereira de Berredo, historiador, foi governador e capitão-general do Estado do Maranhão (colonial) entre os anos de 1718 a 1722. Por se tratar-se de figura ligada ao Maranhão daquele tempo, um destacado teórico e historiógrafo, João de Barros, que “ensinou” como deveria se escrever a História de Portugal – e que certamente Berredo conheceu a obra e ambos bebendo em Tito Lívio – concebia a História consoante três objetivos: a) a História, como tal, deve falar verdade, mas sem que infame as pessoas; b) tem de ser uma verdadeira lição de Moral; c) deve ser contada com uma correcta ordenação e um bom estilo. Adendava, porém, esse veredito, conforme escreve no Prólogo da Década III: “a primeira e mais principal parte da história é a verdade dela; e, porém, em algumas cousas, não há-de ser tanta, que se diga por ela o dito da muita justiça que fica em crueldade, principalmente nas cousas que tratam da infâmia d’algum, ainda que verdade sejam” (SOUZA, João Silva de. *João de Barros: um polígrafo do humanismo*. Disponível: < triplov.com/letras/Joao_Sousa/joao_de_barros/index.htm > Ac. 14/12/2011, 18h44. (V. tb. o biógrafo de Barros, Manuel Severim de Faria, *Vida de João de Barros*, in Discursos vários políticos, Évora, Manuel de Carvalho, 1624).

De que maneira e com que perguntas dialogar com esse tipo de texto/fonte? Alguns dialogam para aprender e ensinar a condenar os tupinambás pela “selvageria” e assim afirmar a justiça do crime; outros, dialogam para enxergar esses habitantes de Upaon como parte de uma guerra em que estava em jogo sua sobrevivência enquanto parcela da humanidade. Aquela, e esta, são visões muito diferentes entre si. Qual seria a *verdadeira*? Ou verdadeiras? Há “neutralidade” no perguntar e no responder?

Enquanto essa babel de falas e lendas vai decantando em condição identitária dos locais, não se deve esquecer a colonização mercantil em curso e que explica o surgimento da cidade de São Luís e impõe-lhe um modelo de relações de produção fundado no tráfico e no trabalho escravo; produção para o comércio (v. seção seguinte). No caso maranhense, o alvo dessa mão-de-obra será o nativo indígena, tal se disse acima, alvo, por cerca de quinze décadas, de uma guerra interna feroz disputando sua tutela. No limite, tutela e expropriação de sua força de trabalho. Vem depois o africano traficado, mais ajustado assim às leis positivadas do reino, à orientação mercantil e ao sentido da colonização do tempo.

Isto posto, neste esforço de dizer o que é São Luís e delinear pistas para se entender porque seu patrimônio cultural constitui objeto a ser protegido para o interesse da humanidade, não se deixe de reafirmar, em síntese forçada, que essa cidade é meio tapuia, meio tupi dilacerada, afro, amoldada a ferro, suor e fogo pela força das mercancias. Gente que o colono mercantil aldeou e traficou segundo as exigências da disciplina e racionalidade da extração de sua força produtiva. Mas nem os nativos daqui e nem os africanos de longe foram ignóbeis bestas humanas a serviço desse furor mortífero que feriu sua humanidade. Não; sua humanidade aflorou o tempo todo porque resistiu à barbarização que os atingiu – e em certo sentido resiste até hoje – orientados por esse imperativo superior da condição humana que é a resistência às dominações absolutas. *Condição*, aliás, para cuja insignificação mobilizou-se todo o discurso então disponível na alvorada das “luzes” contra a barbárie, oposição que foi ganhando nitidez conforme avançava os processos da industrialização-urbanização. Apagamento da condição humana como que para justificar a subtração de sua mão-de-obra, por exemplo, na atividade agrícola e de extrativismo vegetal do Maranhão do antigo.

2.3. Cidade Mercantil-Colonial⁷¹

“No século XVII o “diabo” do açúcar já havia se instalado e a América portuguesa e a costa ocidental da África formavam o mesmo complexo econômico, como nota Luiz Felipe de Alencastro, um fornecendo escravos negros, outro açúcar branco, consumido no mercado europeu. [...]. O ethos mercantil e a missão evangelizadora haveriam de conviver por séculos. O Brasil é filho da tensão entre a cruz e a espada. Deus e o Diabo convivem na terra do sol”.

(SCHNEIDER, 2012)

São Luís do Maranhão é conhecida hoje em dia por diversos motivos e sua perenidade infunde uma variedade de sentidos. Nada, porém, é comparável com a evocação agora positivadora, que cada vez mais se torna eloquente, evocando e marquetando sua antiguidade *colonial*. É o traço que a identifica como cidade velha, tal uma relíquia preciosa do mundo e da urbanidade típicas dos tempos coloniais.

Por que se costuma chamar São Luís de “cidade colonial”? Por que dela dizer-se, também, que é *moderna, iluminista, mercantil*?

Uma resposta-mãe abre um butim generoso de explicações pertinentes: dela se diz colonial porque a sua criação, fundamentos e determinações de existir,⁷² estão subordinadas à estrutura e dinâmica mercantil-colonialista, cujos signos vêm assinalados em diversa recorrência no corpo historiográfico, com as expressões “era dos descobrimentos”, “expansão comercial-marítima da Europa”, “América portuguesa”, “Brasil” ou “Maranhão colonial” (quanto a ela se relacionar as ideias de *iluminista* e *moderna* veremos na seção seguinte).

Vale observar que essas categorias conceituais-históricas têm sentidos intercambiantes, porquanto sejam construções referidas a uma dada temporalidade, no caso, a época da expansão da Europa, dilatada ao Além-Mar, tempo da constituição e desenvolvimento do capitalismo nesta

⁷¹ “Cidade mercantil” é um conceito delineado por Max Weber, inspirado em Karl Marx, significando “a cidade como mercado, ou cidade mercantil para produtores” (cf. SPRINGBORG, 1996, p. 88).

⁷² Diz Santana (2003, p. 19) que “não se pode objetar que ao ser fecundada pelo capital e submetida à conformação mercantil, a cidade passou a constituir-se expressão, instrumento e vetor cristalinos de uma inelutável determinação: pela particular modalidade de aglomeração dos meios de reprodução do capital e do trabalho, efeitos úteis são produzidos e deles o capital retira, ao mesmo tempo, no amplo campo da produção social, condições de sobrevivência, expansão e reestruturação”.

parte do mundo, impulsionado pela acumulação propiciada pelos ganhos da atividade comercial e sua transição para a sociedade industrial.

“Era dos descobrimentos”? “Expansão Marítima...”? “América Portuguesa”? “Brasil”, “Maranhão colonial”? Tais expressões, por si, não denotam, mas essa expansão através dos mares dos negócios do velho Portugal, implicará em processos de colonização, mobiliza um enorme potencial de violência, porquanto sua dinâmica invasora impactará as estruturas de vida em diversas regiões da face habitável da Terra. Aliás, a chamada *revolução copernicana*, terá impactos até em zonas não-habitáveis, tendo em vista que seu movimento afirmará, em definitivo, a esfericidade/finitude das grandezas terreares e seu movimento em torno do sol e não o contrário.⁷³ E as formações sociais historicamente novas que essa expansão articula, alterarão, em profundidade, as relações entre as coletividades humanas, seus saberes e fazeres.

Para entender as cidades coloniais é necessário ainda ter em conta que tipo de cultura urbana os colonizadores encontram nos territórios conquistados e quais os motivos e circunstâncias da colonização; em suma, essas cidades variam no tempo e no espaço, bem como na sua intenção. Assim, a cidade pode ser entendida como “uma ponta-de-lança da penetração econômica, política e cultural, segundo a qual a organização, ou reorganização, estrutural da sociedade ou do território colonizado tem lugar” (King, 1985, p. 13). No caso da colonização portuguesa e espanhola na América elas possuem, além de funções administrativas e econômicas, um caráter de difusoras da cristandade e do modo de vida europeu, que Anthony King (1985, p. 16) chama de “hispanicização” e “cristianização”. Dessa maneira, a manutenção de índios e colonos em aldeamentos e cidades facilitaria a difusão desses valores cristãos e europeus. [...]... é no espaço do Novo Mundo que as novas apreensões conceituais do território urbano, tematizadas pela Renascença, serão testadas e relativizadas (Bicalho, 1998, p. 41). As cidades coloniais atraem, ainda, os mais importantes funcionários da Coroa, encarregados da estrutura política, jurídica, administrativa, econômica e militar da colônia. Para essa autora a cidade colonial era “palco físico e simbólico das estruturas do poder político e econômico do Estado português, espaço de sua plena visibilidade e ao mesmo tempo lugar no qual nada deveria escapar à sua ação e controle” (Bicalho, 1998, p. 43). (TORRÃO F.º, 2003, p. 52-57).

⁷³ A chamada “teoria heliocêntrica”, que enseja a *revolução* de Nicolau Copérnico (1473-1543), tem, com a expansão marítima europeia a partir do século XV, uma relação dialética profunda: enquanto se vai afirmando novo paradigma quanto ao planeta Terra, no Cosmos, a prática das navegações para o “além-mar” e os novos conhecimentos que ameam, vão como que *atestando* a teoria. Trata-se de movimento que, sincrônico, entre o abrir horizontes espaciais e o abrir as mentes. É uma chave da chamada *renascença* – afinal, o que o heliocentrismo afirmará são formulações cogitadas e debatidas, por exemplo, por gregos e egípcios alexandrianos, a exemplo de Ptolomeu. Alguém o afirmou que as chamadas “descobertas” quinhentistas de *novos mundos* foi guiada pelo descortinar celeste de novas estrelas.

Nessa análise, Amílcar Torrão Filho (“Imagens de pitoresca confusão: a cidade colonial na América Portuguesa”) também cita Sérgio Buarque de Holanda, de “O semeador e ladrilhador”, para lembrar que a obra colonizadora portuguesa “teve um caráter mais acentuado de feitorização do que de colonização”. Também acentua que “os portugueses reproduzem em suas conquistas o ‘desconfortável’ sistema medieval baseado na defesa pela ocupação de lugares altos”, daí, como já mencionamos, “a preferência dos portugueses pela ocupação das áreas litorâneas no Brasil...” (TORRÃO, 2002, p. 53). Ideia que, em geral, vem associada a outra que diz respeito a um sentido de não planejamento das cidades nascentes do colonialismo português, ao contrário do espanhol. Interessante o entendimento desses autores e com eles chamamos a atenção para afirmar que São Luís do Maranhão – que provavelmente eles não conheceram a história – tem, sim, função feitorial, e a um só tempo, de defesa – fica num promontório relativamente elevado – mas é cidade planejada, como já o registramos em linhas atrás. Ainda que não seja uma singularidade em relação à cidade interiorana espanhola, apresenta ela uma racionalidade que, enfim, é expressão do *cálculo* que move os negócios sob a égide do colonizar. E é a projeção no Ultra-Mar, real e simbólica, do Estado e da sociedade dos quais emanam as forças ordenadoras de sua construção e submissão.⁷⁴

Nas linhas seguintes, apresentamos seis recortes – assim numerados de I a VI – de matéria documental primária, escrituralmente elaborada; registros feitos por agentes ligados, direta ou indiretamente, ao contexto da expansão mercantil e também da fundação do Maranhão e de sua cidade-capital. Em que pese constituírem um manancial de fontes primárias essenciais para se entender a expansão comercial da Europa, particularmente no que diz respeito ao estabelecimento da “Cidade do Maranhão”, trata-se de documentos raramente referenciados quando se trata de entender tais processos. Até se os menciona, sobretudo Claude d’Abbeville, mas em geral para realçar – à epopeia – a ação local dos franceses, sem, no entanto, óbvio, extrair deles outros significados que historicamente ajudam a explicar a constituição do Maranhão em zona da exploração colonial-mercantil e de São Luís como a referência mais recorrente desse processo na região da América portuguesa mais próxima e abaixo da linha equinocial.

⁷⁴ Numa interpretação que, uma vez mais, invoca Buarque de Holanda, além de lançar âncoras para se entender a cidade no Brasil de hoje como projeção real da cidade colonial no presente, faz este arremate: “Estereotipada por longos anos de vida rural, a mentalidade de casa grande invadiu assim as cidades e conquistou todas as profissões, sem exclusão das mais humildes” (Holanda, 1988, pp. 55-6). O oficial de carpinteiro descrito por Luccock e citado por Sérgio Buarque de Holanda, que se vestia à maneira de fidalgo e se recusava a usar das próprias mãos para carregar as ferramentas de seu ofício, é o exemplo de que o passado de dependência e de atraso do domínio português na América persistia e que a urbanização não estava completa pois, se a cidade tornara-se *urbs*, todavia não era *civitas*.” (TORRÃO F.º, 2003, p. 66).

(I)

[...]. 4 – Por isso nós, tudo pensando com devida ponderação, por outras cartas nossas concedemos ao dito rei Afonso a plena e livre faculdade, entre outras, de invadir, conquistar, subjugar quaisquer sarracenos e pagãos, inimigos de Cristo, suas terras e bens, a todos reduzir à servidão e tudo aplicar em utilidade própria e dos seus descendentes [assim] como para quanto posteriormente pode ou possa ser conquistado aos infiéis e pagãos, províncias e ilhas, portos e mares...: tudo declaramos pertencer de direito in perpetuum aos mesmos D. Afonso e seus sucessores, e ao Infante. [...]. 8 – Poderão fundar nessas terras igrejas ou mosteiros para lá enviar eclesiásticos seculares e, com autorização dos superiores, regulares das ordens mendicantes... (Apud RIBEIRO e MOREIRA NETO, 1992, 65-66)

Esse é um trecho da bula *Romanus Pontifex*, do papa Nicolau V, promulgada no ano de 1454, e que constitui a fonte jurídica primordial que municiará os reis de Portugal a promoverem a expansão de seus senhorios pelo mundo afora. Pioneiro no processo, por seu avanço na ciência náutica e por ter desde o século XIV uma dinastia reinante dedicada à atividade mercantil, associada ao interesse da igreja de Roma, Portugal tem, com essa bula, uma espécie de licença, por exemplo, para praticar a escravização – “subjugar quaisquer sarracenos e pagãos, inimigos de Cristo, suas terras e bens, a todos reduzir à servidão...”. Inclusive de “... ilhas, portos e mares”. Ora, esse decreto papal é um documento dos mais polêmicos, inclusive sempre contestado pelos reis da França, e os episódios havidos na “Ilha do Maranhão” entre os anos de 1612 e 1615, que levam portugueses e franceses à guerra, decorrem de choque de interesses por mares, terras emersas e, antes de mais nada, trocas comerciais. O primeiro nativo da África, negro, “infiel”, que Portugal subjuguou, por compra e venda, o fez com base nessa bula e seus aditivos. De igual forma, o primeiro nativo escravizado na terra das palmeiras e dos “papagaios amarelos”.⁷⁵ É saber disso e constatar o quanto esse conhecimento significa para São Luís, antes e no presente. Cidade construída por agentes da colonização, entre negociantes dos mares, padres e braços de gente submetida à servidão.

Essa pilhagem e expropriação da terra neste lado do Ultramar ibérico, dá-se sob uma medida de direito conforme assentado na formação social feudal e que tinha no papa uma espécie de chanceler de sua doação e posse, no papel de pontífice máximo e representante de Deus na terra. Essa a substância, por exemplo, da bula *Romanus Pontifex* (1454) e suas muitas bulas aditivas, inclusive a que consagrou os acertos e termos interdinásticos tratados em Tordesilhas

⁷⁵ Referências sobre a terra do outro lado do Atlântico que os primeiros navegadores europeus registraram em seus relatos de viagem nos primeiros séculos. Maurice Pianzola, autor francês, publicou livro assim titulado, referindo-se ao Maranhão seiscentista.

(1493) e donde emanou o direito dos reis de Portugal de concederem terras nas áreas “achadas”, constituindo-as em capitanias e gravando seus titulares com privilégios, tal o de concederem sesmarias, pedra angular da organização do empreendimento colonial e da própria formação maranhense e brasileira.⁷⁶

(II)

[Canto 1]

As armas e os Barões assinalados
Que, da Ocidental praia Lusitana,
Por mares nunca dantes navegados,
Passaram ainda além da Taprobana,
Em perigos e guerras esforçados,
Mais do que prometia a força humana,
E entre gente remota edificaram
Novo Reino, que tanto sublimaram;

E também as memórias gloriosas
Daqueles Reis que foram dilatando
A Fé, o Império, e as terras viciosas
De África e de Ásia andaram devastando,
E aqueles que por obras valerosas
Se vão da lei da Morte libertando:
Cantando espalharei por toda parte,
Se a tanto me ajudar o engenho e arte

(LUÍS VAZ DE CAMÕES)

Trecho de *Os lusíadas*, considerada obra prima, exatamente porque fixa a imagem do Portugal expansionista dos mares, dilatando a “fé e o império”, pelas “guerras”, edificando “novo reino ... entre gente remota”. Esse texto antecede apenas em três décadas a fundação do forte de São Luís. É um canto pretérito do *canto* lavrado no decreto e título que cancelam a São Luís o predicado de “exemplo excepcional de cidade colonial portuguesa...”. Cidade-reino novo edificada entre a “gente remota” para além, e muito além, da “praia Lusitana”. São Luís no Ultra-Mar, uma espécie de relicário, sim, “daqueles Reis que foram dilatando” a fé e o império.

⁷⁶ Vale acrescentar que a sesmaria é uma espécie de *instituta* insculpida no direito português desde o século XIII, consubstantiva do fundamento do domínio dinástico sobre terras em desuso. Na América portuguesa a concessão de sesmarias vigorou até as vésperas de sua separação de Portugal, em 1822, inicialmente como prerrogativa dos capitães das donatarias hereditárias, depois como ação direta do próprio Estado, delegada na pessoa dos governadores e capitães gerais. Em São Luís tais concessões se fazem desde os primeiros dias da cidade. “Nesse período, em que interessava ao Senado da Câmara incentivar, com cartas de sesmarias, a ocupação do então ocioso espaço urbano, os terrenos eram entregues aleatoriamente, sem maiores preocupações com o nível social dos ocupantes, numa democratização do acesso ao solo que a seguinte valorização modificará”. (BURNETT, 2007, p. 173).

Camões não soube, mas certamente se o soubesse cantaria a morada, ainda hoje, por perto de Upaon-Açu, debaixo de ilhas e *lençóis*, o mais afamado e rei do seu tempo, o “Desejado” e “Encoberto”, dom Sebastião.

(III)

[...]. De como se plantou a cruz no Maranhão e foi a terra benzida – Tudo se achando assim disposto, fizemos saber aos índios que se quisessem aliar-se aos franceses e adotar a religião católica, apostólica e romana, como tantas vezes haviam prometido, deviam antes de mais nada cantar e arvorar em triunfo o estandarte da Santa Cruz [...] atendendo ao próprio pedido que eles haviam feito ao nosso rei cristianíssimo [...] assim se tornariam eles [...] vencedores de todos os seus inimigos e libertados da dura escravidão ao bárbaro Jurupari.

De tal modo lhes agradou esse discurso, que deliberaram reunir-se a 8 de setembro, dia da Santíssima e Imaculada Virgem Maria. E nesse sacrifício da missa, na nossa capela, saímos em procissão até o forte. (ABBEVILLE, 2008, p. 101-104)

Desses documentos, essa espécie de auto de celebração da sagração do Forte, em 8 de setembro de 1612, é um dos mais referidos, e ao mesmo tempo, desconhecidos, na crônica e na historiografia sobre o fato. Contudo, em regra, sempre se o fez para exaltar a França e uma espécie de comunhão cordial que teria se estabelecido entre tupinambás e os intrusos franceses.⁷⁷ Relendo esse relato, nota-se o quanto ele informa sobre a violência simbólica sofrida pelos nativos, nessa missa-conversão inaugural. Note-se que o redator do memorial assinala que o ato fundador do forte e da própria colônia, é obrado por uma espécie de conversão dos índios ao franco-catolicismo, “como tantas vezes haviam prometido”, agradados estariam com o discurso missionário. Diz que a data de 8 de setembro para celebração do ritual da dita conversão foi deliberação tupinambá, afirmando, ademais, que, com o gesto, seriam os nativos “vencedores dos inimigos” e “libertos da escravidão ao bárbaro Jurupari”. Até parece metáfora, mas não. É muito evidente: a equação consiste na saída da escravidão do mundo do Diabo para cárem no cativeiro opressor colonial em nome de Deus. Se estão os tupinambás, nesse momento, pactuados contra os portugueses, não significa que seja atenuada a violência da invasão e dominação dos negociantes europeus nesse mundo. Conforme se notará nas seguintes linhas transcritas, o domínio do europeu é inequívoco sobre a terra e a gente da “ilha” e adjacências:

⁷⁷ São muito tortuosas as linhas desse registro, que, no limite, é uma espécie de auto de tomada de posse ritualizada. Primeiro, afirma-se que os índios “tantas vezes haviam prometido” passar ao catolicismo. Em seguida, que eles pediram ao rei para cantar a cruz. Querem dizer que eles prometeram “pedir” ao rei para se converterem? Não queremos com essa peroração insignificar a convergência de interesses manifestos pelos nativos. Mas também somente por isso não iremos sancionar que aquele não era um pacto de submissão.

(IV)

[Os] loco-tenentes-generais de Sua Majestade nas Índias Ocidentais, tendo empreendido, por graça de Deus, o estabelecimento de uma colônia francesa no Maranhão e terras adjacentes, e a conversão dos habitantes ao cristianismo, de acordo com as intenções do Rei de França [...] julgamos necessário e conveniente, antes de qualquer outro alicerce, decretar, para essa colônia, as mais santas leis, e as mais adequadas, na medida do possível, ao nosso princípio, tendo por certo que sem a Justiça ordenada por Deus aos homens, sua imagem, não pode existir república alguma. [...]; que o autor de qualquer homicídio, a menos de perpetrado comprovadamente em legítima defesa, seja punido de morte, para exemplo; [...] que quem quer se encontre furtando seja, da primeira vez, açoitado ao pé da forca, ao som da corneta, e sirva durante um ano nas obras públicas [...], da segunda vez seja o infrator enforcado. Em se tratando de criado doméstico, seja já no primeiro roubo enforcado. [...] ordenamos, para a conservação dos índios entregues à nossa proteção, e também para atraí-los pela doçura ao conhecimento de nossas leis humanas e divinas, que ninguém os espanque, injurie, ultraje, ou mate sob pena de sofrer castigo idêntico à ofensa; [...] que não se cometa adultério, por amor ou violência, com as mulheres dos índios, sob pena de morte, pois não seria só a ruína da alma do criminoso, mas também a da colônia; igualmente ordenamos, sob idêntica pena, que não se violentem as mulheres solteiras; [...] proibimos quaisquer roubos contra os índios [...].”⁷⁸

São as primeiras “leis fundamentais” adotadas localmente na “colônia” francesa no Maranhão – “santas leis” –, “lidas e tornadas públicas, neste dia de Todos os Santos, 1º de novembro de 1612, pelo chanceler-geral deste estado e colônia em presença de todos os franceses e [que] dos índios” receberam o juramento de fidelidade. Contém desde princípios mais próprios de cartas constitucionais modernas, até regras de ordem moral e penal. Isto é, o estatuto instituinte de uma ordem dominante. E num espaço já deferido a outro reino pela supracitada bula papal. Claro que esse episódio equivalia a uma declaração de guerra contra Portugal e, ao que tudo indica, a pactuação franco-tupi não tinha mais que objetivos táticos, tal se revelaria já nos enfrentamentos de 1615. Mas ficou, na cidadela do forte de São Luís – que em documentos escritos em francês é chamada por alguns de *Louisville* –, marcando para sempre sua história, essa infirmação de natureza constitucional, senão o mais antigo documento desse padrão sancionador de regras para a colônia, e, como ressaltam alguns, teria sido a primeira constituição das Américas. Não se deixe de reparar a menção a “estado” nessas “leis fundamentais”, inclusive para melhor se dimensionar os sentidos do vocábulo cidade, enquanto condição jurídica do

⁷⁸ Transcrito em ABBEVILLE (2008, pp. 171-175).

historicamente novo assentamento humano que se implantava naquele momento, por entre aldeias tupinambás.⁷⁹

Também muito relevante assinalar a composição de outros elementos fundantes da nova colônia-cidade, entre as quais a indicação de fontes e doutrinas que movem os franceses nesses episódios, do ponto de vista dos padres católicos, associados na “missão” empreendedora sobre essa fala. Nesse sentido, o trecho transcrito a seguir, é revelador dessa espécie de arqueologia das ideias e antigas crenças que animam os homens para viagens a terras tão longínquas. Claro que o que move a todos é o cálculo dos ganhos, cobiçosos, mas o embasamento de caráter ideológico nele revelado, funciona como uma espécie de força legitimadora. Particularmente, a menção à condição historicamente acatada quanto à França ser “a filha mais velha da Igreja” romana, no mínimo, serve para deslocar a força da bula acima citada e a exclusividade, como se viu, de Portugal, na partilha das terras, mares e gentes alcançados pela expansão mercantil. Essas considerações do frei Abbeville, unem no mesmo contexto de signos e falas desde os caldeus muito antigos aos habitantes das chamadas “Índias Ocidentais”, tomados como tais os citados “*maranhã eugware*”, (“habitantes do Maranhão”), “exilados” dentro de seu próprio país. Eis o trecho, no qual conservamos também a grafia no original em latim, tal publicado em Paris, em 1614.⁸⁰

(V)

[...]. E em verdade a paráfrase caldaica assim explica essa profecia da conversão das Índias Ocidentais: *Post cultum Domini ambulabunt, et verbum ejus sicut Les erit, qui rugit, statim enim ac rugiet, congregabuntur exules ab Occidente, sicut avis, quae apert venit, sic venient qui in exilium acti suerunt in terram Egypti, et sicut columba, quae revertitur ad columbare suum, sic redibunt qui deportati sunt in terram Assur. Caminharão após o culto e o Serviço do Senhor e a voz do Senhor será como a de um leão que rugir, pois, a partir do instante em que rugir, os banidos e exilados se irão congregando no Ocidente e, como o pássaro que se vê chegar, assim virão os exilados na terra do Egito, e os banidos na terra dos assírios voltarão como o pombo que retorna ao pombal*”.

Quem são esses banidos e exilados no Ocidente senão esses pobres índios tupinambás da Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas que, para fugir à crueldade e à tirania de seus inimigos, se viram forçados a deixar sua pátria e as regiões em que nasceram para refugiar-se nessas ilhas marítimas e plagas

⁷⁹ A presença de franceses em Upaon-Açu data, pelo menos, das três últimas décadas do Quinhentos. Então já mantinham relações de troca com os povoadores locais e em 1594 até uma povoação havia sido organizada – Miganville – a hoje conhecida “vila velha dos Vinhais” (cf. entre outros: LIMA, 2006, p. 183-184).

⁸⁰ Sem nenhum sentido de ufanismo, relembre-se que a fundação formal e solene desse forte-estado-cidade na ilha do Maranhão (1612), cuja narrativa e fundamento foram publicados, em livro, em Paris – já esta uma grande cidade do mundo ocidental – apenas dois anos (1614) depois dos acontecimentos, além da conservação pelos portugueses do nome do batismo francês da póvoa, confere certa singularidade histórica a São Luís, entre as antigas cidades brasileiras. Inclusive para a história do cristianismo.

próximas do mar em que se encontram agora? Ó pombas amáveis e louváveis! Sois vós, pombas sem fel, pombas de doçura e de simplicidade, pombas sem rancores ...

Mas quem será o Noé que estenderá a mão a essas pombas e abrirá as portas da Arca para recolhê-las e salvá-las do naufrágio?

Ó França, a ti, filha mais velha da Igreja, é que elas se dirigirão como a um novo Noé! Ó filha mais velha da Igreja, sol dos reinos, flor dos povos do universo...⁸¹

Citações um pouco mais extensas, mas essenciais. São trechos que revelam sentidos profundos da expansão mercantil-colonialista a partir do Quinhentos. Em que pese a fala aparentemente sacra de uns e a composição poética de outro, tais leituras permitem, como se vê, afirmar que a colonização portuguesa neste trópico ocorreu no ambiente de uma guerra quase de todos contra todos, sobretudo quando se contempla o contexto dos 200 anos que vão de 1454 (bula do papa Nicolau V) a 1650: nativos contra nativos; portugueses contra os nativos; espanhóis, franceses, portugueses, holandeses, ingleses, mouros,⁸² uns contra os outros; guerra contra africanos e destes, e de muitas de suas tribos, umas contra as outras e muitas contra seus agressores de além-mar. E entre todos, e até no seio dessas denominações, as mais variadas alianças para os enfrentamentos. No fundo, em tudo manifestado os interesses mercantis que vão se plasmando com muitos embates. É muito sangue derramado em nome dos interesses dos negócios portugueses em expansão e também de outras metrópoles, sob as injunções do movimento dos capitais, elaborando a sua autorreprodução, enquanto se embrenhando em “mundos novos”⁸³ e subjugando a “alteridade” da aldeia humana maior.

Essa guerra da colonização tem, assim, dois campos de desdobramento e protagonismo, o externo e o interno, movidos pela mesma força impulsora: a extração máxima das riquezas a auferir de terras e gentes que o mecanismo mercantil expandido promovia, protegido pelo aparato jurídico e de ciência que dispunha, então, em nome da autoridade pontifícia e régia. Dir-se-á externo, o desdobramento da guerra que leva ao enfrentamento de reino contra reino – as disputas sobre o Maranhão, por mais de um século, são um exemplo acabado dessa guerra sangrenta. Interno, a verdadeira e cruelíssima guerra que confronta os

⁸¹ “Prefácio” escrito por Claude d’Abbeville (2008, p. 26-28) à edição de 1614 de sua “História da Missão...”.

⁸² Insculpindo a acepção portuguesa do adjetivo, lastreando-se em Horácio e Plínio, o padre Bluteau diz que mouro é “*homem sem mais nada*”. É como viam os antigos portugueses, com vezo pejorativo, os árabes contra quem lutaram nas guerras de sua afirmação nacional. Do adagiário português: “Quem poupa seu Mouro, poupa seu ouro”; “Nunca de bom Mouro, bom Cristão”. (BLUTEAU, 1712-1728, p. 613).

⁸³ Alusão a Américo Vespúcio e seu *Mundus Novus*, primeiro relato impresso sobre esta margem do Atlântico, publicado em 1503-1504: “E se no mundo existe algum paraíso terrestre, sem dúvida não deve estar muito longe destes lugares”.

nativos do país e os intrusos brancos, que a tudo objetavam como mercadoria, inclusive seus corpos. Quando não propriamente o corpo, acentue-se, com certeza, estavam de olho no que resultava do seu saber-ciência e labor.

Do ano de 1500 – até os dias que correm – essa guerra interna jamais parou, modificando-se, em variada temporalidade, os mecanismos de sua ocorrência. Da mesma extração, ressalte-se, a inspiração que lhe move, isto é, o cálculo da sociedade mercantil branca e a sua afirmada posição do que seria a inutilidade de manter terras e águas superficiais reservadas a garantir a existência sobre a face da terra dos nativos há milhares de anos habitantes desses espaços⁸⁴ – aliás, nesse propósito, vale associar que a batalha em torno da terra da hoje chamada “Raposa Serra do Sol”, Roraima, é disso um exemplo eloquente. Não custando lembrar que esse território é do distrito do antigo Estado do Maranhão. E como já disse noutra parte do presente estudo, insinuar relação de *amizade* generalizada entre o nativo em geral e o europeu invasor, no contexto da ação colonizadora, trata-se de uma fraude historiográfica monstruosa, baldada em torpe ideologia de superioridade étnica, afirmando dogmas mitigados numa espécie de fé medievá e razão secular.

De sua parte, Portugal era cioso da manutenção de seu quinhão em Pindorama/Santa Cruz, no entanto, em que pese a demonstrada boa ciência de sua liderança política e negocial, parece não tinha noção do tamanho e complexidade no campo aberto entre o Prata e o Marajó – e os ainda muito desconhecidos sertões.

Nesse sentido de lograr a extração de riqueza, além da natureza em prodígio aos olhos do invasor colonial, logo o próprio corpo dos humanos diferentes, em Áfricas e neste “novo mundo”, tornar-se-ia objeto central dessa cobiça. Aliás, cativá-los estava entre os privilégios dados a Portugal e Espanha pelas bulas papais enfeixadas em Tordesilhas, a exemplo da que vem recortada linhas acima, da lavra do papa Nicolau V. A escravidão dos Tempos Modernos tem nisso seu fundamento e sanção.

No fluir do Seiscentos, as costas, e já suas vizinhanças aos sertões que se iam penetrando e afroportuguesando, de tais guerras, logo se alastrarão, internamente, o cativo dos gentios, e, nas duas margens do Atlântico sul – África e América –, o dantesco espetáculo do tráfico de humanos a fazer multiplicar os capitais que mais se iam acumulando nas metrópoles

⁸⁴ A presença indígena em terras férteis foi tida por muita gente, ao longo do tempo, como empecilho do desenvolvimento do Maranhão. Há bastante coisa em documentos coloniais sobre essa questão.

européias. Para a extensa zona portuguesa da América, navios de negros para a escravidão nos assentamentos coloniais produtivos, tendo a agromanufatura do açúcar como centro e vetor.

É conveniente notar que tal forma de trabalho compulsório, expandida nas áreas dessa servidão historicamente nova, parece contraditória com a dinâmica do progresso mental e material em curso nas sedes metropolitanas. Afinal, já se mencionou, eram tempos sobre os quais a historiografia ocidental mais tarde construiria as ideias e imagens de “renascimento”, de “humanismo” e “século das luzes”. E era sobretudo a época em que o trabalho humano se tornara uma mercadoria – separada a mão-de-obra do corpo-força que a produz – vendido por um valor chamado salário.⁸⁵ Como explicar que lá na Europa transitava-se da servidão feudal para o trabalho livre-assalariado e no outro lado do Atlântico acontecia exatamente a constituição de uma zona de produção de base escravista?

São Luís é a cidade mercantil típica, por constituir-se, o Maranhão, até o Oitocentos, área de extração (coleta) e produção colonial. Capital de Estado e porto comercial, com tais funções, assim é idealizada pelas metrópoles, num processo cuja trajetória evidencia a estruturação, em modo de subordinação, da economia europeia para o Além-Mar: primeiro Portugal, quando rateia o antigo Maranhão, em 1535, em lotes feitoriáveis; depois a França, quando credencia e arma Daniel La Touche, Senhor de La Ravardière⁸⁶ para a missão de erguer nela, igualmente, uma feitoria, logo nos primeiros anos do 1600; e os Países Baixos, com interesses e bastante capitais aplicados na agromanufatura do açúcar e sua compulsão “invasora”.

Ora, diferente das Índias, a nativa Upaon-Açu, então habitada por um gentio sujeito de uma cultura pré-comercial, isto é, sem o traquejo das trocas nos moldes euromercantis, era, no entanto, tida e havida como espécie de posto avançado para a articulação dos interesses coloniais, por sua localização próxima da embocadura de grandes rios originados dos maciços centrais, além de muito próximos de outras zonas de mais adiantado processo de assentamento da exploração colonial, a exemplo do Peru, no continente, e dos arquipélagos caribenhos. Ademais, a sobredita ilha, pela adversidade das correntes marítimas, estava em molde de articular-se mais facilmente com Lisboa, Madri, Amsterdã e Cancale/Paris do que, por exemplo, com a Bahia e as capitanias mais ao sul da América portuguesa. Uma feitoria na ilha do Maranhão –de Portugal, da França– articularia os circuitos das trocas comerciais entre os vários centros de sua animação: a

⁸⁵ Também separado do homem-labor os seus instrumentos de trabalho.

⁸⁶ A presença francesa no Maranhão encontra-se bastante registrada nos grandes textos já mencionados e até recortados acima e há alguns estudos interessantes sobre ela, entre outros, citados no corpo deste trabalho: A. Daher (2009), V. Mariz e L. Provençal (2010), C. de Lima (2006), L. H. Tavares (2012).

dita Bahia, Caribe, Áfricas, Índias e arredores, com o centro do sistema colonial ancorado na Europa. É, pois, “cidade mercantil para produtores”, acresça-se, porque a “máquina” colonizadora já ultrapassara, então, o tempo do mero extrativismo dos “imensos potenciais do novo mundo”, e opera, agora, na esfera da produção de mercadorias para alimentar o referido circuito negocial. Nesse sentido, São Luís, reitere-se, é idealizada como feitoria – mas também como capital de Estado, como se verá adiante – naquele papel que lhe definira o Portugal expandido.⁸⁷ E diga-se também que feitorias mitigadas em suas atribuições conforme a peculiar experiência da alteridade a tratar. Nas “Índias”, conceito largo do que se chama hoje de Ásia (índica), por exemplo, não se apossaram os portugueses do país para transformá-lo em “capitanias”, estabelecerem uma estrutura produtiva e o domínio político absoluto sobre ele. No máximo, intentaram articular feitorias, caso de Pedro Álvares e Vasco da Gama, em Calicute.

Diz, a propósito, Ronaldo Vainfas, sobre a opção modelar de feitoria intentada na América portuguesa, diferente de Áfricas e Índias, que a “especificidade das feitorias luso-brasileiras residiu, talvez, no seu acanhamento e modéstia, comparadas às das Índia ou África” (VAINFAS, 2000, 224). Com efeito, assinala, no Brasil, “não tiveram os portugueses que se defrontar e negociar chefaturas ou realezas africanas [mas] apesar do papel comercial, as funções diplomáticas e militares dessas feitorias se fizeram presentes em situações de acordo ou conflito com indígenas e corsários”.

Papel feitorial-comercial e um processo de colonização que ia se ajustando a ele enquanto era implantado naquele sentido de obter o desiderato de assegurar a extração de soberbos lucros e outros ganhos à metrópole. Mas não esqueçamos que a colonização não é a compulsão essencial dos europeus ibéricos no primeiro século. É o comércio. Daí o estabelecimento de feitorias. E daí também a decorrente função de defesa – militar – que haveriam de dispor e os assentamentos humanos que fixariam ao derredor.

Alguns desses estabelecimentos eram predominantemente militares. Outros, claramente comerciais. Mas, não raro, os papéis se combinavam, justapondo ponto de fogo e ponto de venda. E, de uma perspectiva antropológica, tinham o mesmo significado: eram, todos, focos de irradiação cultural. Lugares de troca não apenas de mercadorias, embora não devamos nos esquecer de que a própria troca de mercadorias tem sua semiótica e suas implicações culturais. As vestes, os gestos, os fazeres culinários, as armas, o mobiliário, os materiais, técnicas e estios de construção – tudo é linguagem. E os fortes e armazéns europeus

⁸⁷ Além, tal já se o afirmou, de cidadela militar, por seu papel de defesa inerente à manutenção da posse colonial-territorial em mãos de Lisboa/Madri/Paris.

instauravam, em sua vizinhança, uma zona de contato e convivência envolvendo e afetando brancos e negros. (RISÉRIO, 2012, p, 46).

Esse analista está pensando o exemplo da ocupação da costa da África ocidental pelos portugueses, mas o que observa tem todo proveito para se fazer luzes sobre a costa atlântica da América, sobretudo, do ano de 1500 ao 1600. São Luís é um exemplo desses estabelecimentos: “ponto de fogo” entre os mais importantes do tempo, pois fortaleza militar no centro das disputas interoceânicas, com papel estratégico fundamental para o domínio do vale amazônico; “ponto de venda”, por sua condição feitorial excelente, pois numa baía profunda ensejando a aportagem de embarcações de todo tipo e as trocas de bens através dos grandes mares mundo afora e rios sertão a dentro; “foco de irradiação cultural”, pois cidade que logo se torna um ponto de intercâmbio necessário entre povos os mais diversos.

O traço sobressalente das linhagens de São Luís, velha capital administrativa da América portuguesa amazônica, “é exatamente a sua condição colonial, sua criação, fundação e destino cingidos pela dominação de interesses operantes sobre si, capturando-a ao proveito de dinâmicas exógenas, de que é exemplo aquela sua função –primordial– de cidade portuária: assim nasceu, assim cresceu, assim rearranjou seu papel na periferia do capitalismo industrial, esgotado o desiderato central do Estado Moderno e de sua ‘política econômica’, depois chamada de *mercantilismo*.⁸⁸ E assim chega ao presente estágio da “globalização” de negócios, com seus portos a pleno vapor operando a exportação de minérios para uma variedade de mundos, sobretudo para aquelas antiquíssimas Índias, rigorosamente as bordas do oceano Índico, chegando ao Japão.

Tendo em mira essa paradigmática da colonização como dado da história dessas sociedades, cabe por em perspectiva o destino de nações, regiões, estados e cidades inteiras e lhes examinar as condições em que, no presente – era pós colonial –, se sustentam, assim como encaminham as heranças estruturalmente assentadas em proveito da solução de seus problemas sociais (OUTHWAITE E TOURAINE, 1996, p. 607) num enquadramento informado sobretudo pela política macroeconômica.

Do ponto de vista do funcionamento geral do sistema colonial e das formações sociais que se gestam no âmbito de sua estrutura e dinâmica – zona metropolitana e áreas feitoriais-coloniais tomadas em si – é imperioso realçar que o desenvolvimento das forças produtivas e

⁸⁸ Os conceitos de *mercantilismo* enquanto espécie de “política econômica” do Estado Moderno, e, de resto, a própria acepção e modelo explicativo da “colonização como sistema”, houve-se (e seguimos) de NOVAIS (1986).

transformações do universo das relações que as conformam, não encaminham processos em idêntico sentido. Com efeito, já se mencionou, enquanto na Europa ocidental passava a predominar o trabalho assalariado, nas zonas de exploração do chamado Novo Mundo – da economia colonial – organizava-se uma forte economia de base escravista, isto é, não assalariada, articulada no tráfico de trabalhadores, num peculiar do modo de sequestrar, na África, dirigindo-os, a seguir, rumo às colônias.⁸⁹ Num trato (ALENCASTRO, 2000, p. 41) altamente lucrativo, no qual, tal acentua Fernando Antonio Novais, para as zonas de “produção mercantil”, o tráfico justificaria a escravidão. Mais: assim ajustados, esse comércio e essa “mercadoria”, às linhas de funcionamento do sistema, restava promovida “a primitiva acumulação capitalista nos quadros do exclusivo da economia europeia ou, noutros termos [estimulava] o progresso burguês nos quadros da sociedade ocidental” (NOVAIS, 1986, p. 77 e 78). Anote-se que a economia maranhense e a vida na capital do Estado colonial a partir de meados do Setecentos, serão forte e positivamente alteradas aos impulsos ensejados pela criação da Companhia Geral de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, criada em 1755, conforme se verá mais adiante.

Contradição, num mesmo contexto histórico de desenvolvimento do modo de produção capitalista, em sua fase comercial, o portento escravista nas zonas de produção e exploração coloniais (América portuguesa), num lado, e a predominância crescente da forma assalariada de trabalho (Europa), na outra?

É ainda Novais, dialogando com a interpretação de Marx, em *O Capital*, que lembra que no imperativo e sentido das economias coloniais se realizam a

aceleração da acumulação primitiva de capital [isto obrigando] as economias coloniais a se organizarem de molde a permitir o funcionamento do sistema de exploração colonial, o que impunha a adoção de formas de trabalho compulsório ou, na sua forma limite, o escravismo. E assim a Europa pode contemplar o espetáculo deveras edificante do renascimento da escravidão, quando a civilização ocidental dava exatamente os passos decisivos para a supressão do trabalho compulsório e para a difusão do trabalho ‘livre’, isto é, assalariado.

⁸⁹ A propósito dessas mudanças no mundo do trabalho europeu, e das disputas de interesses que ali se articulam, acresça-se, por oportuno, a observação de Castel (2009, p. 212) de “que [*tudo o que*] a sociedade do século XVIII comporta de ‘progressista’ conspira para fazer do livre acesso ao trabalho a nova formulação da questão social”.

Trata-se de questão da maior recorrência no debate historiográfico atinente à gênese do capitalismo, à expansão mercantil e colonial moderna. Novais,⁹⁰ já aqui tantas vezes citado, agora pensando com Eric Williams o processo dessa colonização, lembra que “naquele momento da história do Ocidente, tratava-se de *colonizar para o capitalismo*, isto é, segundo os mecanismos do sistema colonial, e isto impunha o trabalho compulsório” (grifos do autor). Acrescenta que a “colonização da época mercantilista conforma-se no sentido profundo inscrito nos impulsos da expansão, ou seja, é o elemento ‘mercantilista’ – mercantil-escravista – que comanda todo o movimento colonizador”. (1986, p. 85, 97 ss). É, pois, nesse sentido, a afirmação de que São Luís é um rebento das engrenagens mercantis viçando em formas de colonização. Todo e quaisquer outros impulsos em sua criação articulam-se com essa sobredeterminação, que se manifesta tal uma espécie de trava estrutural que tem governado seu destino nos séculos de sua história.⁹¹

Mas, como ficaria essa evidência à luz do que tanto se sabe sobre escassez de trabalhadores escravizados no antigo Maranhão durante os mais de cem anos desde as guerras seiscentistas? Neste ponto, convém relembrar os habitantes nativos, os “bárbaros”, “índios”. Contra eles, a mencionada guerra da colonização, incorrendo pelos impulsos e meios que a dinamizam, mira-lhes a força laboral e os fará também escravos; “escravos da terra”, no dizer de Luís Felipe de Alencastro (2000, p. 117). Escravidão que também não se ajustará exatamente às linhas de força acima aludidas, por serem os nativos “da terra”, assim, não conversíveis na mercadoria a traficar lucrativamente desde a África até a esta América Portuguesa. Afinal, volte-se a Novais, quando diz que “o tráfico [negreiro] é que explica a escravidão” no chamado Novo Mundo. E São Luís é esse espaço de graves tensões confluentes aonde se vai erguendo um típico

⁹⁰ Cf. F. A. Novais – *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial*, São Paulo, 1986, p. 97 e segs. Aqui segue ele, por sua vez, e especialmente, E. Genovese – *The Word the Slaveholders Made*; E. Williams – *Capitalism & Slavery*; C. Prado Jr. – *Formação do Brasil Contemporâneo*; C. Furtado – *Formação Econômica do Brasil*.

⁹¹ Observando mais que as economias coloniais eram montadas tal uma “alavanca do crescimento do capitalismo” europeu no Ultramar, e que na “Europa moderna o desenvolvimento capitalista ‘libertava’ os produtores diretos da servidão medieval...”, anota esse autor que as “Colônias timbravam em revelar as entranhas da Europa”. Qual seja: revela e põe “a nu essa mesma exploração na sua crueza mais negra...” (reticências do autor).⁹¹ Com isso evidencia, retornando a Marx, “que nas colônias eram desfavoráveis as condições de constituição do regime de trabalho ‘livre’”. Descaracterizando ideias e menções de que isso seria uma contradição, lembra, a propósito, que sempre haveria “a possibilidade do produtor direto assalariado, apropriando-se de uma gleba de terras despovoadas, transformar-se em produtor independente” (NOVAIS, 1986, p. 84). Ora, um exame da criação e formação da chamada “Cidade do Maranhão”, feito com tais lentes e chaves metodológicas que permitem capturá-la em seu movimento, propicia a constatação de que ela exemplifica a típica cidade colonial concreta. E mais: exemplifica a cidade para o capitalismo que, entre crises e consagrações, reais e imaginárias, projetou-se pelos séculos seguintes.

“burgo” colonial, fortaleza, cidade. Uma taba arrebatada a Japiassu para os proveitos da Europa e de sua perversão desentranhada, para evocar a proposição acima colocada.

Índios? Isto não será problema intransponível: logo se argumentará que eles são bárbaros – e sendo assim “sem fé, sem rei e sem lei” – as “guerras” contra eles são “justas”. Chegar-se-á a criar em Lisboa a chamada Mesa da Consciência para apaziguar a mente cristã tendente à culpa. E pisa-se o pé no acelerador dessa que exemplifica a mais horrorosa guerra de exterminação havida sobre a face da terra. E nesse sentido, nas dimensões imaginárias, os africanos eram tingidos pela escuridão dos infernos e, além do mais, para exasperação portuguesa, de suas tribos, algumas, já viravam “mouras”. Assim, sequestre-se e venda-se-os, a essa espécie de *empreendedorismo* antigo, da Bahia, de Pernambuco, de São Vicente, das Índias de Holanda, e das de Inglaterra.

Traga-se a análise de Varnhagen, afirmando serem, nesse tempo, necessárias tais guerras: “Cremos, sim, que uma guerra de tempos a tempos pode erguer um país do seu torpor; cremos que a estranha, quando a costa brasílica acabava de ser ocupada na totalidade, com as cidades de São Luís e de Belém, no Maranhão e no Pará, poderia estabelecer, como estabeleceu, mais união e fraternidade, em toda a família, já brasileira” (VARNHAGEN, 1979, p. 84). Referindo-se ao século XVI e a grande parte do XVII, registra a intensa pressão e ataques das potências que disputavam com Portugal o butim colonial: “o maior perigo não estava em terra; estava no mar, ou além dele”. E mais aponta, informando que somente no “ano de 1616 haviam os holandeses tomado vinte e oito navios da carreira do Brasil [e] em 1623 subiu o número a setenta”. Aliás, convém lembrar que o ano de 1616 é o seguinte à repressão dos franceses do Maranhão. O temor aos “estrangeiros” – em face de Portugal, óbvio – até mesmo os impedia de ser feitores nos engenhos, incluía o medo de árabes, criando forte desconfiança dos cristãos-novos. Registra a guerra contra o estrangeiro como fundamental no rechaço à quase insuportável pressão de ataques às terras do luso domínio, atenuada a partir da batalha de Guararapes, que afastou o holandês da região de Pernambuco, assim também do próprio Maranhão pouco antes. Nessa perspectiva, a criação de São Luís e Belém – após as jornadas contra os franceses, portanto, sancionada “pelos sofrimentos” – significa aquela espécie de “união e fraternidade” que, noutro contexto, ensejaria a unidade nacional dos dias que correm. A criação (1621) do Estado do Maranhão, distinto do Brasil, logo a seguir, o atesta. Já o Estado do Brasil, propriamente, assegurara o domínio colonial luso nas capitanias meridionais, a do Rio de Janeiro, sobretudo, no século anterior, igualmente desalojando os franceses do governador Villegaignon, aí também aliados estes com aos nativos.

E quem julgaria “justas”, ou não, as tais guerras contra os nativos? A sobredita Mesa da Consciência, que o faria à luz da compreensão de que

lei antiga, e pela jurisprudência ainda de nossos dias, os prisioneiros feitos em guerra justa podem, em certos casos, sujeitar-se à servidão [notando-se que só] poderiam ser cativos legalmente, além dos aprisionados em guerra justa, os que fossem pelos pais entregues, a fim de cuidarem da sua educação, a novos padrinhos ou senhores, ou os que se vendessem tendo mais de vinte anos; cláusula admitida, segundo sabemos, na antiga legislação semifeudal da Europa e nas leis carlovíngias. (VARNHAGEN, p. 81-82)⁹²

Reitere-se: São Luís é uma derivação dessas guerras e exemplifica a situação de guerra de intrusos portugueses contra intrusos franceses; de índios contra índios; de índios (tupinambás) momentaneamente aliados com franceses contra portugueses aliados com outros índios. E acrescente-se que, até de colonos contra colonos – se se toma o exemplo da irredenção, no século XVII avançado, dos irmãos Beckman, sessenta anos depois da batalha de Guaxenduba, para ser mais preciso.⁹³ O componente afro dessa guerra em terras do Maranhão virá mais tarde. Registre-se, para ilustrar, que, sobre o cativo afro, é de 29 de março de 1559 a carta régia da regente dona Catarina, autorizando “que cada senhor de engenho deste Estado [*do Brasil*] poderia mandar vir até vinte e cinco escravos do Congo, pagando só o terço de direitos em vez da metade, como era costume” (VARNHAGEN, p. 86).

Lançando olhares sobre os dois primeiros séculos da ocupação colonial, Milton Torres elabora um interessante painel do Maranhão antigo, a partir de memórias e outros relatos sobre a situação local, desde 1624, no campo das relações marcadamente econômicas dos interesses do sistema colonial: Simão Estácio da Silveira, Xavier Campelo, Teixeira de Moraes, Antonio Vieira, Rosa Pimentel, Guedes Aranha, Joaquim José Sabino e José de Sousa Gaioso, são estes, entre outros intelectuais a serviço do Império lisboense colonial, que produzem documentos prospectivos com elementos de economia política, que bem revelam o intrincado dos referidos interesses imperiais em pleno viço e que fornecem indicações para se pensar o papel do Maranhão e de sua cidade-capital no processo. Vieira, por exemplo, jesuíta chegado a reis do tempo, em cartas e sermões, aponta o delineamento, por exemplo, de dois projetos do Seiscentos

⁹² Varnhagen escreve na segunda metade do século XIX.

⁹³ As chamadas “Batalha de Guaxenduba” (1615, contra a aliança franco-tupinambá) e “Sedição dos Irmãos Beckmam” (1684, contra o estanco mercantil), são manifestações sangrentas que marcaram a vida de São Luís no Seiscentos. Com sentidos e objetivos totalmente distintos, constituem, no entanto, marcas muito fortes no corpo e na alma da cidade.

em que o Maranhão estava no centro: a atração de capitais para a colônia de judeus portugueses emigrados para outras terras e a transformação da América portuguesa “no novo assento da especiaria asiática”, intento que moveria esforços régios desde a *restauração* até o tempo joanino no Brasil. Cita a preocupação já manifesta em *Diálogos das Grandezas do Brasil* (1618), de Brandônio (Ambrósio Fernandes Brandão). A transplantação dessas espécies (pimenta, canela, anil, cravo, gengibre, ...), era abalizada tendo em vista as disputas estratégicas pelo mercado respectivo, sobretudo com os interesses da Holanda (que dominava o Ceilão, p. ex.). Torres lembra que esses “narradores” exprimem as visões do interesse metropolitano e outros dos homens e interesses da terra (TORRES, p. 121-123).⁹⁴

Ressalte-se que, chegados o final do Setecentos e a *crise* do sistema colonial, a cidade de São Luís, cabeça dessas transações mercantis, com seu papel ajustado às exigências da dinâmica social do tempo, é uma grande cidade colonial-escravista, numa região fortemente assentada nessa forma de trabalho, do que cabe indagar: quais impactos a atingiram nesse contexto de trânsito da “modernidade” colonial-mercantil para o que se poderia chamar de contemporaneidade *liberal*, pós *revolução industrial*?⁹⁵

Advindas as transformações atrás aludidas, São Luís terá impactos, no imediato, mas sobretudo no plano da mais longa temporalidade de sua formação. Ultrapassada a era colonial, e enquanto aflorarão diversos problemas sociais em sua dinâmica, conotando certo declínio, que pode ser compreendido pela reengenharia geopolítica-imperial do Ocidente, outros papéis, e secundários, enredarão essa cidade e o próprio secular Estado do Maranhão, crescentemente integrados ao Brasil ao longo do século seguinte, politicamente marcado pelo Império dos dois Pedro.

2.4. Cidade da ilustração? Póvoas, um iluminista no trópico?

“A modernidade de uma cidade se mede por sua capacidade de se reapropriar das experiências humanas distantes da sua no tempo e no espaço.”

⁹⁴ Referindo-se à *Relação Sumária das Cousas do Maranhão*, de Silveira (1624-1625), recorda a visão “eufórica” e edênica que traz, plasmada, concitando “os pobres do reino” a acorrerem ao espaço colonial da América meridional, acenando “com a uberdade infinita das terras do Maranhão [sugerindo] que bem pode ter sido [esse] o paraíso terreal, onde habitaram nossos pais...”. Discurso destinado à atração de colonizadores, no qual ainda não há lugar para a questão da “demanda da mão-de-obra indígena e os choques disso derivados” (TORRES, 2006, p. 118 e 120).

⁹⁵ Revolução Industrial na acepção relativa às transformações europeias do final do século XVIII, com epicentro na Inglaterra.

(Alain Touraine em *Critique de la modernité*)⁹⁶

Moderna, São Luís? Diríamos, porque amoldada pelo Ocidente em construção, na conformidade significada na máxima de que modernizar é ocidentalizar, carregando “a sociedade moderna” [...] os marcos da sociedade ocidental desde o século XVIII” (KUMAR, 1996, p. 473).

Acrescenta esse autor que a sociedade moderna foi “industrial e científica [...] sendo sua forma política o estado-nação, legitimado por algumas espécies de soberania popular [além de atribuir] um papel sem precedentes à economia e ao crescimento econômico”. Acentua o fato de a “modernidade” ou “a moderna sociedade industrial”, ter recebido uma análise abrangente dos principais teóricos sociais destes últimos dois séculos, entre eles Hegel, Marx, Tocqueville, Weber, Simmel e Durkheim.

Na composição deste passo do presente estudo, como de resto em toda a presente elaboração sobre São Luís, reitere-se, desde logo, a compreensão que o orienta, qual seja, a da cidade estruturalmente única, porém, uma unidade mutante e analisada em seu movimento plurissecular. Cabível examinar, com efeito, as forças moventes da cidade nesse tempo de perceptíveis acelerações no mundo da produção, circulação e mesmo imobilização de riquezas. A ideia de “ilustração” e a representação que esta infunde, têm larga recepção e uso quando se trata das cidades do Setecentos na Europa e aqui vêm aplicadas em sentido convergente com essa tradição historiográfica, notadamente para realçar uma temporalidade na vida da capital do Maranhão que a singulariza, sob vários aspectos, no contexto da formação do Brasil.

Os estudos sobre cidades, em particular, e sobre o fenômeno urbano, em geral, dão conta de sua reemergência e de seus novos papéis sob os influxos da expansão comercial que caracteriza a referida *era moderna*. Assim, para uma caracterização da cidade moderna, ainda que em plano, recorremos a Patricia Springborg, em seu diálogo teórico, quando lembra que “Weber, seguindo a percepção de Marx, analisou a cidade sob quatro aspectos: a cidade como uma entidade ou local geográfico ou espacial; a cidade como mercado, ou cidade mercantil para produtores; a cidade fortificada; e a cidade consumidora, que se mantém à custa da corte” (SPRINGBORG, 1996, p. 88). Todavia, variando de autor para autor, os estudiosos do fenômeno urbano/cidade, sobretudo a partir do século XIX, propõem-lhe diversas dimensões explicativas, dando cabo de outros papéis que caracterizam a cidade. Historiada sob qualquer dessas

⁹⁶ Citado em Fonseca (1997, p. 49). E *modernidade* aqui em sua comum significante de tudo referente ao projeto da chamada *era moderna*, nos enleios do capitalismo expandido.

perspectivas analíticas, vê-se que São Luís é mesmo um exemplar da cidade colonial dos tempos modernos. Em certo sentido, tal se vem alinhavando, uma invenção cujas linhas de força estruturantes em geral derivam de junções e disjunções que lhe são externas. Todavia, acantonando-se num ponto do ecúmeno movida por essas determinações, aquela característica acima apontada, em Weber, de “local geográfico-espacial”, ensejará a São Luís elementos da aludida singularidade. E nesse aspecto, ser uma cidade situada à boca escancarada do estuário amazônico e palco e pasto humano de outras heranças, faz-lhe diferente, em alguns aspectos que importa realçar aqui, pelo propósito do presente estudo.

Antonio Risério, em busca de uma caracterização geral da cidade colonial amazônica, ressalta que

Para melhor entender o complexo de cultura que ali se configurou, em séculos de solidão, devemos notar que na Amazônia, ao contrário do que ocorreu nos litorais da Bahia, Pernambuco ou do Rio, o antigo catolicismo ibérico se encontrou, sobretudo, com sistemas religiosos ameríndios, principalmente tupis. Daí que os caboclos do vale amazônico, ao lado de santos católicos, falem de entidades como os anhangás, que podem aparecer sob a forma de veados de olhos de fogo; da cobra grande ou boiuna, despontando no meio da noite como um navio iluminado; dos companheiros-do-fundo, habitantes do leito dos rios e igarapés... [...]. ... a cidade geométrica amazônica não impedia as mesclas e genes e signos. (RISÉRIO, pp. 121 e 130).

Essa análise elide completamente um viés sub-reptício eurocêntrico de ocultar a existência de populações ancestrais habitando o vale amazônico antes da intrusão ibérico-quinhentista, enquanto realça a “tupinização” de suas populações indígenas.⁹⁷ Lembra o padre Claude d’Abbeville, levando rebentos de Uapon-Açu, e casando-os, com francesas, em Paris, em 1614, como prova dessa “mestiçagem e sincretismos culturais”. Pensando (e citando) Eduardo Galvão e Renata Malcher, para tratar do índio no horizonte pombalino do Diretório, além do registro de que os jesuítas instituíram um “apartheid”, atravancando “ao extremo as trocas genéticas e semióticas entre a população ameríndia e a população colonial, que, desde a criação de São Luís e Belém, incluía muitos açorianos”, lembra que “Pombal rompeu esses enclaves que cerceavam encontros. Importavam-lhe, a urbanização, o contato e a mestiçagem – caminhos para assegurar a ocupação física e humana do território, exigindo a integração do índio no processo

⁹⁷ “Tupinambás litorâneos, que se tinham aliado com os franceses em luta contra os lusos, migraram massivamente para terras amazônicas. Sendo exemplo dessa tupinização, o emprego, pelos colonos, inclusive missionários católicos, da ‘língua geral’, o que Darcy Ribeiro chamou ‘homogeneização linguística’”. (RISÉRIO, 2012, p. 133).

civilizador dos trópicos, conduzido por um Portugal iluminista”. Galvão afirma que as autoridades régias “concediam terras, forneciam instrumentos de lavoura e davam acesso a funções políticas a portugueses que se uniam legalmente às índias” (RISÉRIO, 2012, p. 135). Afirma também que o “urbanismo geométrico da Amazônia setecentista se inscreveu na linhagem das cidades planejadas no Brasil. Foi um urbanismo mais ‘de estruturação’ que ‘de expressão’, para trazer ao contexto a conhecida distinção feita por Fernando Pessoa [tratando-se de] linhagem que tem seu ponto de partida [nos casos de] Salvador e Rio no século XVI. De São Luís e Belém, no século XVII. [...]. No século XX, Goiânia e Brasília”. “Do plano original de Salvador às vilas amazônicas, o ordenamento urbano está sob o signo do colonizar-civilizar”. Civilização, aqui, segundo ele, não no sentido da *civitas* latina, cidade, que somente caberia aludir quando vier casada (Belo Horizonte) a díade “modernização-civilização”.

Pensando a Amazônia pombalina, lembra que seu projeto “era ocupar aqueles amplos espaços, urbanizar-colonizar-civilizar, fazendo a região avançar no plano econômico”, advindo dessa razão a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão [...] exclusividade da ação econômica que mereceu crítica explícita de Adam Smith [que escreveu ‘Marannon’] em *Riqueza das Nações*” (RISÉRIO, 2012, p. 137 a 139).

E o sentido de *modernidade*? No caso de São Luís, e mesmo no esquema do argumento de Risério, podemos perceber, além daqueles marcados como “pontos de fogo” e “de venda”, elementos da *civitas* latina no corpo citadino desde a sua fundação, tendo em vista que o projeto de sua criação estava intencionado que ela logo se tornaria cabeça de várias entidades políticas: de um Estado – ainda que tributário de outro –, de uma capitania, de um município, de uma diocese. O predicado de sede diocesana, e o de capital de Estado, induziam o status de *cidade* à povoação que as detivessem – aliás, *condição*, ou dignidade, tributária do lugar que abrigava a cadeira da soberana autoridade e da episcopal figura do representante da milenar Sé romano-pontifícia.

Sobre a ação urbanizadora-civilizadora do consulado pombalino, ressalta Renata Malcher que, prescindindo “de modelos rígidos, o urbanismo colonial português enriqueceu a experiência urbanizadora da modernidade com uma imensa variedade de exemplos e situações diferentes [medindo-se] a sua maturidade [...] pela sistematização que engendrou do fazer cidades instituído como legado do processo civilizatório” (apud RISÉRIO, 2012, p. 139). E o sinal dessa urbano-civilização é a *grelha* que fere e enrug a face física do espaço, exprimindo uma “ordem lógica”, simétrica, isto é, a “geometria da colonização” (RISÉRIO, 2012, p. 139). São Luís

exprime essas intencionalidades e características e a referida época pombalina a alcança já secular e sobre ela agirá alterando-lhe as feições “antigas” – derrubando, por exemplo, as muralhas que a fortificavam, qual burgo – em proveito de uma cidade com as linhas retas da original traça urbana alongadas, mas com um renovado repertório construtivo de seu casario, também de campos e praças mais propícios ao exercício da vida pública, aqui subtendido, por exemplo, a atividade portuária e os espaços demandantes de sua plena realização e não é à-toa que é dessa época a idealização da “Praça do Comércio” da Praia Grande.

“Pombal queria vilas – e não aldeias – de índios”. “aldeamentos missionários foram radicalmente transformados, convertendo-se em vilas planejadas no campo da racionalidade geométrica – projeto que recuperava, no meio da floresta amazônica, o *plano renascentista* da cidade ideal”. Seu irmão, governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governou o Estado Maranhão e Grão-Pará, incluído o Piauí, para implantar esse projeto transformador, indutor de urbanização, já marcado na “estrutura formal regular que vinha das fundações de São Luís e Belém, às primeiras *luzes do século* anterior” (RISÉRIO, 2012, p. 127 e 128).⁹⁸ Ênfase minha, no “plano renascentista” e em “luzes do século” para realçar as marcas que vincam a fundação e a construção de São Luís como projeção de elaborações emanadas no mundo europeu e que se caldearão entre o Anil e o Bacanga.

Ano de 1800: capital do Estado do Maranhão e Piauí, São Luís é uma das cidades estrategicamente mais importantes na América portuguesa. Somente Salvador, Recife e Rio de Janeiro a superam: a primeira, a antiga capital do Estado do Brasil, e esta outra, a nova capital, ostentando o título de vice-reino. São Luís continua uma referência destacada nas relações comerciais com o norte colonial. Desde a sexta década do século XVIII perdera a condição de capital do Grão-Pará, continuando a ser, porém, uma cidade dinâmica, tanto fazendo relações de troca com a metrópole, quanto com a África e as capitanias da referida América. A Companhia de Comércio já fora extinta e, como logo se verá, o longo consulado Pombal/Póvoas havia, já, se consumado.

⁹⁸ Para governar as capitanias reais do Piauí e do Maranhão, Pombal designará parentes ou pessoas muito próximas e afinadas com o espírito do tempo. Instalada em 1759, passou a governar o Piauí o coronel João Pereira Caldas, encarregado, entre outras, da missão de implantar vilas, a qualquer custo; para a do Maranhão, um sobrinho de Pombal, Joaquim de Melo e Póvoas – reformadores, ambos. Tenha-se uma ideia de certa unidade desse projeto urbano-civilizador-colonial na pessoa do ajudante de engenheiro italiano, a serviço do Estado, Henrique Antonio Galúcio, que serviu a Caldas no Piauí, depois na vila-modelo do projeto reformador pombalino, Macapá.

A São Luís que sobreviveu como sinal de pujança edificada é da segunda metade do século XVIII e sobretudo das primeiras décadas do XIX. E a essa temporalidade pertencem o conjunto de prédios “coloniais” e outros signos de sua formação material e mental mais perceptíveis. É também o tempo da maior expansão da população negra. Diga-se que esse tempo, e suas heranças, são aquela da expressão mais duradoura do Estado colonial-mercantil em transposição para este trópico⁹⁹ e da produção histórica de seu patrimônio material e imaterial.

A referência a São Luís como cidade da *ilustração* se dá, sobretudo, pela qualidade avultada de seu significativo conjunto arquitetônico referido ao final do século XVIII e primeira metade do XIX, condição que inequivocamente contribuiu para o tombamento mundial, conforme se verá, com mais vagar, na parte seguinte. Nesse sentido, a cidade hoje objeto da patrimonialização histórico-cultural, em que pese ter suas forças constituintes ajustadas numa temporalidade mais expandida – a partir do primeiro quartel do século XIV –, adquire sua condição “iluminista” a partir do governo metropolitano de Sebastião José de Carvalho e Melo,¹⁰⁰ marquês de Pombal e à frente da administração local maranhense, o seu sobrinho, governador Joaquim de Melo e Póvoas. Pombal, recorde-se, é reiteradamente tratado na história europeia como representante português na galeria dos chamados “déspotas esclarecidos”, os pró-homens da dita *ilustração*. Ascendendo ao poder a partir de 1750, como primeiro-ministro do rei José I, implanta ele reformas profundas na estrutura do estado português, impactando, em particular, a vida colonial do Estado do Maranhão e Grão-Pará, com a criação da Companhia de Comércio do dito Estado. São Luís, por sua vez, está na mira pombalina, pois cidade estratégica no cálculo da política econômica então levada a efeito. E as influências, por exemplo, da arquitetura lisboeta dessa época, reconstruída após o famoso terremoto, repontam em São Luís em impressionante semelhança. Diz Luiz Phelipe Andrès, a propósito, que há uma “relação com os métodos utilizados na reconstrução rápida de Lisboa, após haver sido destruída pelo terremoto de 1755, empreendida sob a liderança de Pombal, no mesmo período em que São Luís e Alcântara iniciavam seu crescimento” (ANDRÈS, 2012, p. 39). Acrescenta esse autor que tais

procedimentos construtivos implicavam, principalmente, padronizar elementos estruturantes em pedra, como vergas, portais e balcões, e pré-fabricar as cantarias em grande quantidade para a sua aplicação simultânea em dezenas de edificações [repetição] que culmina por caracterizar a arquitetura produzida sob

⁹⁹ Referência clássica às zonas do planeta Terra próximas da linha do Equador, caso da ilha do Maranhão.

¹⁰⁰ Viveu de 1699 a 1782. Chefiou o governo português, como primeiro ministro, de 1750 a 1777, reinado de José I.

a égide do marquês de Pombal, vista da chamada baixa pombalina de Lisboa, e também na arquitetura maranhense do mesmo período, com bastante ênfase em São Luís, nos conjuntos das ruas Portugal, Nazaré, do Giz, largo do Carmo e praça Benedito Leite.

A simbiose Lisboa-São Luís realçada nesses recortes e noutras evidências acentua a fixação dos elementos construtivos nos dois lados do Atlântico e São Luís, ainda que não assustada por terremotos, ergueria, na solidez da pedra, seu casario de diversas funções.

De fato, de mais ou menos 1750 a 1820, revoluções reais ou apenas intencionadas, varrem as estruturas sociais em todos os sentidos, especialmente no campo das ideias. E em São Luís elas se traduzem na concreção entre conceito e pedra, realizando aquele sentido mencionado por Araújo Porto Alegre de que “toda pedra colocada pela mão do homem na construção de uma cidade é uma letra no alfabeto da civilização”.¹⁰¹

Entenda-se, daí, ser a São Luís colonial a cidade configurada a partir das metamorfoses que experimentou desde a chamada era *iluminista*, valendo aduzir ser ela uma época em que já tantas vezes o referido colonialismo mercantil transitava por sua crise: processo que engendra as formações sociais típicas da Europa oitocentista, lembradas no que E. Hobsbawm (1982a) chama de “era das revoluções”, passando à “era do capital” (HOBSEBAWN, 1982b). Cabe acrescentar que diz-se *iluminista* porque submetida ao imperativo de um outro “modo de pensar [...] consequência da revolução científica [*e tendo*] como filosofia de trabalho o racionalismo”. (HAMPSON, 1996).

“São Luís é um engenho da construção material-cultural” dos seus séculos anteriores, sim, mas uma cidade que se sobressairá e *arrancará* ao futuro com os sinais dessa temporalidade *moderna*,¹⁰² repita-se, presentes naquela virada dos séculos XVIII/XIX, já “idade contemporânea”, conforme certos recortes didaticamente elaborados e relativos à história europeia. É, em toda acepção, uma *cidade colonial*, porque o conceito de colônia e a prática do colonizar são congruentes a essa condição. No caso em foco, o que se busca entender, é a cidade colonial-mercantil – já se viu –, cabeça de uma estrutura político-administrativa que, na Europa, corresponde aos núcleos governativos dos estados-nação que então se configuram.

A propósito, volte-se a Fernando Novais, para quem

¹⁰¹ Manuel de Araújo Porto Alegre, intelectual brasileiro do tempo do Império. Epigrafoado em Andr  s (2012, p. 9).

¹⁰² Na acepção corrente de Era Moderna consagrada na literatura atinente de inspiração europeia.

nem toda colonização se processa, efetivamente, dentro dos quadros do sistema colonial; fenômeno mais geral, de alargamento da área de expansão humana no globo, pela ocupação, povoamento e valorização de novas regiões – em suma, a organização do ecúmeno [...] –, a colonização se dá nas mais diversas situações históricas. Nos Tempos Modernos, contudo, tal movimento se processa travejado por um sistema específico de relações, assumindo assim a *forma mercantilista de colonização* [...], é o *sistema colonial do mercantilismo* que dá sentido à colonização”. E acrescenta: “A colonização moderna, portanto, como o indicou incisivamente Caio Prado Jr., [em *Formação do Brasil Contemporâneo*] tem uma natureza essencialmente comercial: produzir para o mercado externo, fornecer produtos tropicais e metais nobres à economia europeia – eis, no fundo, o ‘sentido da colonização’”. (NOVAIS, 1986, p. 13).

Para explicitar a condição de “cidade colonial” de São Luís – condição e grandeza obviamente influentes no julgamento que ensejou sua inscrição no Patrimônio Mundial – é essencial observar a análise desse autor quando delimita o conceito de colonização em geral, algo distinto do conceito mais específico de “colonização moderna” ou colonização para a esfera mercantil. Pois justamente essas linhas estruturais – percorrendo a formação da cidade-porto servindo ao comércio mundial – é que articulam a criação da própria cidade, no Seiscentos, seu ascenso econômico-social nesse tempo da *ilustração*, e, aponte-se, desde já, sua recepção no ambiente contemporâneo da realização das políticas públicas que lhe impõem as atribuições de “protegida” do mundo, consoante àquela força do *interesse* e *benefício* da humanidade que vincula tais políticas. E tal se verá mais à frente, a cidade de São Luís ainda hoje presa à lógica das condicionalidades estabelecidas de sentido sobretudo econômico, a cidade e sua gente articulando seu destino. Sem deixarmos de ter presente que ser colônia é ser dependente, é existir para realizar, antes, e no limite, os desígnios de interesses de longe.¹⁰³ Assim, ser a historicamente concreta cidade colonial numa dimensão espaço-temporal, é diferente de ter ela a condição de “cidade colonial”, agora, porque não dizer, apenas uma representação elaborada sobre ela; discursivamente elaborada.¹⁰⁴ Neste sentido, a cidade, sujeito de uma concreção, e a

¹⁰³ “*Colo* é a matriz de *colônia* enquanto espaço que se está ocupando, terra ou povo que se pode trabalhar e sujeitar” (BOSI, 1992). “Dir-se-á que é o movimento que passa, ou passava, de um agente para um objeto. *Agrícola*? Sim, vem das entranhas dessas formas verbais e deverbais. De Aegidio Forcellini a acepção de que colônia ‘é a parte de uma cidade [estado] ou de uma sociedade deslocada para algum lugar a fim de cultivá-lo e habitá-lo; colônia é igualmente o próprio lugar’. Sendo o Brasil este lugar, e sendo a colônia insistente que é, fácil é ver em volta que a ‘cidade-sociedade’ europeia não se deslocou para cá... Senão apenas deixou e deixa o buraco das devastações e o ferrão em brasa da violência do colonizar mercantil”. (SANTOS NETO, 2014, p. 27).

¹⁰⁴ Aqui é pensar com Benjamin (1985, p. 229-230), na Tese 14, pressupondo que para uma outra história haverá um novo tempo, construído, quando afirma: “A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo

cidade, sujeito de uma condição, sintetizam aquela outra condição maior, a de ser ela um exemplar de burgo-cidade ocidental – português – da modernidade, depois submetida ao imperativo urbano.

Examinando-se pelo menos outro elemento que essa colocação de Novais propõe, da cidade produtora e fornecedora para o mercado externo, em consonância com a dinâmica do tráfico negreiro do tempo acima referido, vamos encontrar aquele nexos essencial – os produtores diretos escravizados – articulando as temporalidades da capital maranhense, que é de pedra, letra, rufo e carne. Esta lembrança é para *re-alçar* o protagonismo da população negra de São Luís, ontem, esteio do trabalho produtivo criador de novas riquezas; hoje, expressão genuína do que, junto com os elementos de sua cultura material, pode-se identificar como a cidade afro e de toda a simbólica que a realidade suscita.

Não se deixa de dizer que é relativamente farta a disponibilidade de títulos tematizando a história da cidade de São Luís. Todavia, essas tematizações em geral são elaboradas para conotar factualmente determinados períodos e os chamados fatos marcantes, abstraindo-se as determinações observáveis que movem o processo de sua história. Esta e a cidade negra, convenha-se, que marca a “escritura” de sua história nos terreiros, tal lembra Antonio Risério, quando, evocando a lembrança da Casa das Minas, afirma ter esta uma *alma* – já o anotamos (RISÉRIO, 2012, 161-162).

Mas o que de fato constitui a relevância dessas quatro ou cinco décadas da história do antigo Maranhão, lembrada e até festejada de diversas maneiras, pelo patrimônio narrativo de caráter historiográfico, ou não? Quais determinações conjunturais se afiguram então nas margens atlânticas animadas pelos tráficos mercantis seculares? Melo e Póvoas teria sido, de fato, um iluminista neste trópico e São Luís uma “cidade da ilustração”? A Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão foi o vetor de mobilização de riquezas que explicaria essa espécie de *renascimento* da cidade septa-oitocentista? E quais impactos tais mudanças *iluministas* estão impondo à cidade de São Luís, estruturalmente colonial e geograficamente distante do centro europeu, na América portuguesa, quase sobre a linha equinocial? Com marcos estruturais

e vazio, mas um tempo saturado de 'agoras'. Assim, a Roma antiga era para Robespierre um passado carregado de 'agoras', que ele fez explodir do *continuum* da história. A Revolução Francesa se via como uma Roma ressurreta. Ela citava a Roma antiga como a moda cita um vestuário antigo. A moda tem um faro para o atual, onde quer que ele esteja na folhagem do antigamente. Ela é um salto de tigre em direção ao passado. Somente, ele se dá numa arena comandada pela classe dominante. O mesmo salto, sob o livre céu da história, é o salto dialético da Revolução, como o concebeu Marx". (Apud MARGENS :: Reflexões Sociológicas, 2010, s. p.).

fundadores fincados já, há dois séculos, poderíamos dizer São Luís seria uma espécie de cidade colonial *tardia* em determinado sentido?

São todas interpelações ao processo histórico e às suas literaturas cujas respostas podemos alinhar de maneira integrada. Uma possibilidade de resposta consiste mesmo em pensarmos a cidade, e como atuam, nela, as variáveis impactantes da mencionada crise do pacto colonial-mercantil sobre São Luís. E como são significativos para o presente alinhavo, apresentamos este recorte da “Carta e Instruções” que lhe passou o reino e com a qual se apresentou Póvoas ao tomar posse perante o Senado da Câmara de São Luís, em 16 de julho de 1761:

Justo me pareceu, depois de querer V.Ex^a estar instruído no seu generalato [...], que se **instruísse no gênio do povo** e em um breve método de governar, e dirigir suas ações com menos embaraço dos que acontecem a quem primeiro há de praticar para conhecer...O povo que V. Ex^a vai governar é obediente, fiel a El-Rei, aos seus generais e ministros: com estas circunstâncias, é certo que há de amar a um general prudente, afável, modesto e **civil**. [...]. A justiça e a paz [...] com uma e outra causa, se sustenta a saúde **pública**. [...]. Conheçam todos em V. Ex^a que El-Rei é pio [...], quem governa, se não pode conservar a saúde do corpo misto da **República**, por causa de um membro podre, justo é cortá-lo para não contaminar a saúde dos mais. [...]. V. Ex^a vai para um governo tão **moderno** que é o 4º general que o continua a criar; imite ao primeiro em tudo aquilo que achar ter sido grato ao **povo**, e útil ao serviço de El-Rei e **República**; ... o modo vence mais que poder. Esta doutrina é de Aristóteles; [ante as queixas...] ... e se a natureza deu com providência dois ouvidos, seja um para **ouvir o ausente** e o outro o acusador. [... Não consinta V. Ex.^a violência dos ricos contra os pobres; seja defensor das pessoas miseráveis...; esta recomendação é das leis **divinas e humanas**, e sendo V. Ex.^a o fiel executor de ambos, como bom católico, e bom vassalo, fará nisso serviço a Deus e a El-Rei. Toda **República** se compõe de mais pobres e humildes, que de ricos e opulentos... [...]. Tenha por descrédito, como superior, provar o seu poder na fraqueza dos miseráveis pretendentes...¹⁰⁵ (*negrito enfático nosso*).

Essa carta-regimento que trouxe Póvoas para governar o antigo Maranhão revela o estado da alma e da natureza racional-política do Estado Moderno, moldado no chamado “século das luzes” e sob os impulsos renascentistas da Europa do tempo. A explicitação da condição *moderna* e a referência direta a Aristóteles assim o atestam. Póvoas transporá o Atlântico com a missão primordial de ajustar a região maranhense da América portuguesa aos interesses mais amplos do

¹⁰⁵ Excertos de carta de Sebastião de Carvalho e Melo, a Joaquim de Melo e Póvoas, governador do Maranhão (depois do Estado do Maranhão e Piauí). In: SENADO FEDERAL. *Conselho aos governantes / Marquês de Pombal*. Brasília: Senado Federal / Conselho Editorial, 2010, pp. 648-656.

reino em *modernização*, naquele momento particular e estrategicamente destacado, como já se viu, pelo aumento dos fluxos comerciais interoceânicos e sob a liderança da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, espécie de grande *estatal* monopolizadora.

Em recente estudo da história das ideias econômicas do tempo em recorte,¹⁰⁶ pelo qual faz um inventário das correntes de pensamento e práticas intentadas e efetivadas no mundo Atlântico transitando do chamado mercantilismo ao liberalismo, o já citado Milton Torres afirma a proeminência da “economia algodoeira e rizícola na Capitania” do Maranhão, tal mola a mover o moinho comercial enriquecedor e acelerador de progresso material (TORRES, 2006, p. 27). É necessário tomar emprestado desse autor os argumentos com os quais analisa as políticas mobilizadoras da vida material do Maranhão enquanto variáveis da produção e circulação de bens, e, entre mais, a operação da arte de governar.

Trata-se de balizar as condições historicamente dadas para a reinvenção da cidade naquele contexto sabidamente de crise do sistema colonial mercantilista. Política mercantilista, ou *mercantilismo*, que, segundo alguns autores, especialmente para Novais – já tantas vezes citado – articula uma espécie de “política econômica do estado moderno”, isto é, um “esquema mais amplo de política econômica, que teoriza e coordena a ação estatal na época moderna”. Ainda que desde 1777 a arquitetura político-administrativa pombalina reste abalada, o ambiente interno da capitania e da própria cidade de S. Luís, são mais dinâmicos em todos os sentidos, ao ponto de, até mesmo o fato de deixar de perder o charme que tanto a distinguiu, ser a capital do velho Estado colonial expandido – apenas a capitania do Piauí lhe ficaria associada até 1811 –, não a impediria auferir alguns bons sucessos e modos metropolitanos.

Torres realça esse momento de relativa prosperidade, com acento no papel central que em tudo teve a dita Companhia de Comércio. Avultam, então, a lavoura do algodão e do arroz como vetores de riqueza social, convindo assinalar que eram produtos muito bem ajustados, e por isso assaz valorizados, nos circuitos das trocas interoceânicas – uma, voltada mais para o

¹⁰⁶ *O Maranhão e o Piauí no Espaço Colonial: a memória de Joaquim José Sabino de Rezende Faria e Silva* é o seu título. Trata-se de instigante análise sobre o Estado do Maranhão e Piauí do fim do Setecentos e começo do Oitocentos, sob a ótica da chamada Economia Política. Um estudo de “História, ou melhor, de análise do discurso histórico-político-econômico”. Relaciona o Maranhão com as esferas mais amplas do Estado do Grão-Pará e Maranhão, da América Portuguesa e também do Império Colonial como um todo, tendo no horizonte o paradigma da doutrina colbertiana, que permeia o texto-memória coetâneo de Sabino, um colbertista, e que constitui o objeto central de exame de Torres, o qual também acentua que o tempo dessa transição de séculos passa por “rápidas e profundas transformações, seja em Portugal, seja na América Portuguesa, seja na esfera mundial, onde se articula o espaço – dependente – desse mesmo universo luso-brasileiro” (TORRES, 2006, p. 11).

abastecimento da antiga metrópole, “secularmente louca por grãos” e a outra, voltada para os teares que cada vez mais fiavam o tecido para os usos comuns e, sobretudo, as novas tessituras da economia capitalista que naquele momento inaugurava sua expansão de maquinofaturados.

Pensando o Maranhão do tempo nessa contextualidade ampla de mudanças no campo das ideias e práticas econômicas, afirma que

os discursos filiados ao universo mental do Antigo Regime estavam já a entrecruzar-se com os que veiculavam as ideias novas [...]: discursos havia acordes com as novas ideias econômicas, mas ancorados no universo doutrinal do absolutismo, que já era o “antigo”, pois estava a desfazer-se, naqueles anos seguintes à Revolução Francesa; outros eram irremissivelmente ecléticos, buscando curar antinomias nem sempre curáveis; outros, por fim, eram “antigos” em face das novas ideias econômicas, mas atuais porque conformes à legislação vigente. (TORRES, 2006, pp. 11/12).

No discurso pombalino, em particular, identifica Torres “textos suavizados pelas tendências pré-românticas, rousseaunianas ou fisiocráticas da época [...] com reflexos nos discursos literário e social...”. No pensamento de Pombal “as questões agrícolas” não tinham tanta relevância quanto as comerciais e manufatureiras”. Para ele, o “mercantilismo é uma doutrina associada ao mundo moderno, tendo a ver, entre outras causas, com a formação dos grandes espaços coloniais, porquanto surgem, para alguns países, como a Espanha, fontes imediatas de moeda forte, e, para outros, o acesso à produção tropical (especiarias, a *plantation*¹⁰⁷ açucareira, etc.)”. (TORRES, 2006, p. 13-16).¹⁰⁸ Examinando os “escritos de interesse geral”

¹⁰⁷ “... a monocultura tropical que se expande como função da demanda do centro, com as características históricas conhecidas depois do advento da Revolução Industrial” (TORRES, 2006, p. 148).

¹⁰⁸ Em relação formal com nosso objeto, convém acrescentar a colocação de Torres, analisando o caráter e a intensidade do furor expansionista quinhecento/seiscentista para acentuar que no caso da França, “sociedade mais moderna, tocaria (grosso modo) captar essas riquezas [da esfera mercantil-colonial] pela conquista de parte significativa daqueles mesmos espaços coloniais, como o fizeram a Holanda e a Inglaterra...” (TORRES, 2006, p. 17). Também observa que neste espaço tropical configurou-se uma “ecumenidade luso-brasileira”, o que não ocorreu na região das Índias: “não ocorreu nenhuma ecumenidade luso-oriental...” e isto teria feito Portugal voltar-se muito mais ao primeiro”. Observa também que antes da “eclosão da agricultura exportadora da Capitania”, baseada nos “produtos-rei”, o Maranhão praticara a policultura, e que Campelo, da “Representação”, (de 1770) é exemplo de policultor. Policultura que tem foco nas especiarias cacau, gengibre, tabaco, café, além da mandioca (subsistência). Fala no “fértil Itapecuru, onde tudo são roças” (TORRES, 2006, p. 72/73). Acentua o caráter “complementar” da economia piauiense em face da do Maranhão (“com muito maior população a nutrir”) observando a ligação da atividade campino-pastoril do Piauí com Pastos Bons (TORRES, 2006, p. 74). Enfim, revelada pela Memória, a dissertação de Sabino é uma espécie de “decálogo mercantilista”/colbertista (TORRES, 2006, p. 75/76). Observa que “a Memória de Sabino pode ser entendida como uma grande isotopia do pacto colonial na sua vertente colbertista aplicada ao espaço do Maranhão, o notável *Compêndio* de Gaioso sê-lo-á do emergente liberalismo a proveito da classe dominial-exportadora, naquela mesma Capitania”. “Gaioso faz-se, ostensivamente, o porta-voz de toda uma classe” (p. 147) exportadora, em busca da expansão da *plantation* tropical.” Colbertista é referência a Colbert, Jean-Baptiste, ministro das Finanças no reinado de Luís XIV, na França. Um dos formuladores da política econômica estatista-mercantilista do tempo da expansão colonizadora europeia sobre o além-mar, atlântico e tropical.

constrói um bom painel de falas/discursos em busca de aquilatar o estado mental daquela passagem de século em São Luís e no Maranhão, infirma, com base nelas, a insistência das ideias mercantilistas/estancieiras/monopolistas em trânsito para o ambiente liberal que antecede a chamada a Abertura dos Portos e os nexos da região com a Inglaterra e o Portugal do tempo das Luzes. Sobre a fisiocracia portuguesa diz que esta “foi ambivalente, servindo, de um lado, conforme sua verdadeira perceptiva, para enfatizar a função agrícola, e, do outro, para velar, ou mesmo escamotear, pelo uso malicioso que dela foi feito, medidas de política colonial da mais perfeita índole mercantilista” (TORRES, 2006, p. 181). O pensamento fisiocrático em Portugal vem examinado nessa textualística, em particular quando trata da contribuição obra por Domenico Vandelli, elaborada naquela passagem de séculos e mudanças histórico-econômicas acentuadas¹⁰⁹ (TORRES, 2006, p. 191 ss). E é nesse ambiente que vai se configurando a sobredeterminação estrutural de que, a algumas nações/territórios deve caber o fornecimento das matérias-primas, e a outras, incrementar a indústria. Ao Maranhão colonial, assim ao Brasil, o trânsito da economia mercantil-monopolista para a economia do “porto aberto” [liberal], ia se configurando território da primeira função, cabendo-lhe organizar a *plantation* e tentar reposicionar a economia local na nova dinâmica da circulação de riquezas sem as linhas conformadoras do monopólio estatal de que era fatora a Companhia de Comércio.¹¹⁰ Em São Luís, cidade-porto colonial, filha das forças em movimento que fizeram a passagem da primeira para a segunda “onda” no processo histórico das civilizações, a *crise* do mercantilismo e o

¹⁰⁹ Fisiocratas? Doutrinadores da economia *agrária*, identificando na terra a fonte única de riqueza: uma semente é capaz de gerar mil, os recursos nela se reproduzem. Domenico Vandelli, professor italiano trazido para Portugal por Pombal, o qual elaborou muitas análises – “memórias” – sobre a economia e a sociedade portuguesas, uma delas, significativa, com o sugestivo título *Memória sobre a Preferência que em Portugal se Deve Dar à Agricultura sobre as Fábricas*. «Um dos mais destacados colaboradores da Academia e, certamente, o autor que melhor interpretou o sentido reformador e ilustrado das medidas preconizadas na globalidade dos textos publicados por esta instituição», segundo a Introdução, p. 25, da obra *Portugal como problema*, volume dedicado a «A Economia como solução 1625-1820 - Do Mercantilismo à Ilustração», Público/*Fundação Luso-Americana*”. In: (disponível) <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p10.html> e http://pt.wikipedia.org/wiki/Domenico_Vandelli ac. 16/04/14, 17h14.

¹¹⁰ “A agricultura era o principal tema desses textos, uma influência nítida do ideário fisiocrático, mas também uma tentativa de compensar as oscilações dos rendimentos provenientes da mineração e do comércio da cana-de-açúcar, ambos em baixa neste último quartel do século XVIII. Datam deste período a introdução do tabaco e do arroz dos estados norte-americanos da Virgínia e da Carolina do Sul na Bahia e no Pará e Maranhão, respectivamente, e de outros produtos como anil, cochinilha, cânhamo, algodão, cacau, gengibre e café”. (DIAS, 2005, p. 49). E segundo dom Rodrigo de Sousa Coutinho, então Ministro do reino, de Portugal, na “divisão das funções a serem desempenhadas pelas distintas partes do império, cabia à colônia o desenvolvimento da agricultura, afinal que artes pode o Brasil desejar por muitos séculos, quando as suas minas de ouro, diamante, etc., as suas matas e arvoredos para madeiras de construção, as indústrias já existentes e que muito podem aperfeiçoar-se, quais o açúcar, o cacau, o café, o índigo, o arroz, o linho cânhamo, as carnes salgadas, etc., e as novas culturas de canela, do cravo da Índia, da noz moscada, da árvore-pão lhe prometem justamente, com a extensão da sua navegação, uma renda muito superior ao que jamais poderiam esperar das manufaturas e artes que muito mais conta por uma política bem entendida, podem tirar da Metrópole?” (apud POMBO, s.d.).

advento da *era industrial* nas regiões metropolitanas europeias, rebateram como tradução desse tão referenciado período de transformações econômicas e demográficas.¹¹¹

Num quadro mais geral para a compreensão desse processo que ancoraria no passado o Maranhão e sua capital e a propósito de discutir o sentido da obra do mais destacado formulador liberal brasileiro do tempo, José da Silva Lisboa, depois Visconde de Cairu –, é ainda Torres que nos concede a observação-chave no que para ele seria a “irrealidade” de suas formulações, pois “o seu liberalismo não tem história, embora já houvesse uma história de desastres sociais na Inglaterra do tempo – corria o ano de 1804 – e já surgissem os primeiros sinais daquilo que levaria à ruína a tecelagem indiana (por exemplo), em consequência da divisão internacional de trabalho entre centro industrial e a periferia colonizada, a ancorar para sempre na produção da matéria-prima” (TORRES, 2006, p. 208). Lisboa elabora nas pegadas apaixonadas de Adam Smith, que augura o liberalismo puro na América portuguesa e, claro, detona o mercantilismo, e Pombal. Mas logo dita idealização lisbocairuense do liberal seminal se revelaria em seus limites, posto que essa “teoria enucleou-se nos primeiros tempos da industrialização, décadas antes de haver condições de observação de fenômenos tais que o monopólio, o oligopólio e demais mecanismos que obliteram a idealizada livre concorrência” (TORRES, 2006, p. 198-199).

De algodoais e arrozais verdes, produzidos em lavouras escravistas na América portuguesa e agora sob os fluxos e influxos da economia industrial nas garras mercantis britânicas, eis, repita-se, a São Luís seiscentista ressignificada por deliberadas políticas de fixação de novos marcos materiais e humanos de sua urbanidade. E, com efeito, enquanto novas leva migrantes aportam na expectativa de negócios, públicos e privados; enquanto intensificadas as rotas dos navios *tumbeiros*¹¹² trazendo a força de trabalho do outro lado do Atlântico. Enquanto avança a incorporação produtiva dos médios e altos sertões da capitania à dinâmica do Maranhão do mar – da confluência de todas essas linhas de força com potencial transformador, São Luís traduzirá pujança em suas feições edificadas, assim realizando o reforçamento, em seu *terreiro* ilhéu, daquela prefalada mistura de gentes e, claro, culturas de variado sotaque.

¹¹¹ Aqui tomamos de empréstimo a formulação de Alvin Toffler sobre as “três ondas” caracterizadas por sistemas diferentes “de criar riqueza”: “alteração da forma de produção de riqueza acompanhada, porém, de profundas mudanças sociais, culturais, políticas, filosóficas, institucionais, etc.” (TOFFLER, s. d.).

¹¹² Navios que serviam ao tráfico de escravos da África para a América portuguesa. Diz-se *tumbeiros* para caracterizar a qualidade desumana do tratamento que seus passageiros recebiam.

Uma entre outras questões que deve ser examinada em suas muitas dimensões, diz respeito a essa espécie de “renascimento” de S. Luís na virada do século XVIII para o XIX.¹¹³ No âmbito das relações-mundo referidas ao mercantilismo em superação, como se vê, trata-se de um tempo que expressa uma espécie de quebrada de esquina da história, movido por um processo conformado na transição da economia mercantil-escravista para a economia industrial-capitalista, além de mimetizado na ação de uma nova classe social chegada ao topo do poder – a burguesia –, superado o absolutismo do “antigo regime”. Para entender, no geral, essas alterações de engrenagem consistentes na referida “crise do colonialismo mercantilista”, em suas linhas de força e processualidade, retomemos e sigamos Novais, que assim expende explicativamente seu argumento, encaminhando-nos na elaboração de respostas sobre a São Luís entre mercantil e *iluminista* e a construção da teia macroestrutural que a reterá e manterá incapaz de dar passos largos enquanto galopante o sistema do capital. Diz:

Já sabemos que na base de todo processo de expansão moderna estão, em última instância, as tensões geradas no desenvolvimento do capitalismo comercial: a expansão europeia significou, no fundo, uma expansão comercial, abertura de novos mercados vantajosos, colonização. A colonização significava [...] também uma extensão da economia de mercado. Ora, bem encaradas as economias coloniais periféricas em conjunto e as suas relações com a economia europeia, como apêndice dela, a expansão colonial apresentava-se como expansão da economia de mercado; quer dizer, montavam-se núcleos que produziam para os mercados europeus. A colonização foi de fato um desdobramento da expansão comercial. Examinadas internamente, entretanto, na sua estrutura, as economias coloniais configuram um modo de produção escravista-mercantil, o que limita a constituição de seu mercado interno; há toda uma substancial camada da população (os produtores diretos) cujo consumo em grande parte se desenrola à margem das transações mercantis. Expansão na economia de mercado, sim, mas trazendo no seu bojo limitações estruturais. (NOVAIS, 1986, p. 97 ss, grifos do autor).

Acrescenta, tocando o núcleo da questão...:

Se recordarmos agora o que indicamos antes a propósito do capitalismo comercial como fase intermediária entre a desintegração do feudalismo e a

¹¹³ A ideia de que São Luís, antes de Pombal/Póvoas, fora uma cidade *decadente* e que reencontraria uma época de prosperidade com Póvoas, não se acha devidamente explicitada na historiografia dada. Alfredo Wagner o atribui a uma “descontinuidade produzida pelas memórias em relação ao Maranhão antigo”, “envolta em intenções políticas”, em nome e para incensar o pombalismo, instituindo como “data canônica” o tempo pombalino e insignificando o antes da cidade, caracterizado pelos memorialistas como tempo da barbaridade, espécie de “pré-história”. (ALMEIDA, 2008, p. 43-44).

Revolução Industrial, o sistema colonial mercantilista apresenta-se-nos atuando sobre os dois pré-requisitos básicos da passagem para o capitalismo industrial: efetivamente, a exploração colonial ultramarina promove, por um lado, a primitiva acumulação capitalista por parte da camada empresarial; por outro lado, a sua necessidade (expansão da procura por produtos manufaturados). Criam-se, assim, os pré-requisitos para a Revolução Industrial – processo histórico de emergência do capitalismo. Assim, pois, chegamos ao núcleo da dinâmica do sistema: ao funcionar plenamente, vai criando ao mesmo tempo as condições de sua crise e superação. (NOVAIS, 1986, p. 103 ss, grifos do autor).

Na América portuguesa, área de exploração-produção mercantil no âmbito do sistema colonial, essa expansão e superação tipificadas no espaço metropolitano, configuraram-se com vetores trocados. Com efeito, São Luís parece renascer e luzir nessa temporalidade de transição marcada pelo rompimento do pacto colonial e destravamento de seu mecanismo estruturante essencial, o “exclusivo” monopolista – tão impactante na vida do velho Maranhão, que o digam os irmãos Beckman do século XVII, e, sobretudo, as duas Companhias de Comércio que o velho Estado conheceu. Mas uma superação que, relembre-se, não abriu mão do trabalho escravo; pelo contrário, reforçou-lhe a expansão.

São Luís é uma cidade estratégica na política do reino-metrópole, cujos macro interesses já se encontram profundamente submetidos às intenções e ações do imperialismo inglês que se faz, então, hegemônico. Assim, exportará largamente a matéria-prima – ainda que semielaborada – da maquinofatura tecelã inglesa, mandará grãos abundantes para Portugal, além de atanados e outras primas especiarias para a indústria e consumo que se alargam no velho continente. Porém, industrializar-se, no padrão de inovação produtiva metropolitano, não; e não porque não queira como força de si, mas por limites estruturais. Em 1785, um decreto da rainha Maria I proibira as manufaturas no Brasil. notadamente em sua inspiração... qualquer tipo de manufatura na América portuguesa.

São Luís, enquanto exporta, cresce e vai criando a *precisão* de consumir os manu e maquinofaturados compráveis nas metrópoles – para além do imperativo de prover, localmente, sua própria subsistência. Mas, estruturalmente, logo impor-se-á aquela limitação consistente na condição do citado regime escravista de grande parte dos seus produtores diretos, do que a dinâmica da cidade resulta internamente bloqueada em seu desenvolvimento de médio e longo prazos. Ora, esse bloqueio interno articula-se contra o progresso da cidade colonial, ainda que em crise, pela própria lógica dos padrões desiguais de trocas nesse cenário do capitalismo industrial em expansão, cujo novo desenho da economia-mundo por ele articulado reservou às áreas de

exploração colonial-mercantil – reiteração do velho em bases historicamente novas – o destino de continuar produzindo para centros metropolitanos em padrões de dependência estrutural e trocas desiguais. Ainda assim, São Luís é competitiva, tal mostram vários estudos sobre o Maranhão econômico do tempo – e o atestado mais vistoso que ficou de seu progresso material são os monumentos de pedra e arte que sobreviveram – sua fabulosa edilícia colonial – até os dias do presente.

Convém realçar que é o próprio Novais que, no conjunto de sua formulação explicativa, sempre aponta a existência de *brechas* que impedem sentidos de inexorabilidade no funcionamento do sistema colonial – disto lembrando a constituição das chamadas “colônias de povoamento” do extremo norte continental americano que, ao fim do Setecentos, timbrando na crise, descolam-se da metrópole e, confederadas, reinventam-se numa espécie de República. Não há forças ou fatos intercambiantes entre aquele dinamismo das Virgínia e Nova Iork norte-americanas e o Maranhão, mas a S. Luís e o Estado colonial povistas são contemporâneos desses outros sucessos. E como já se viu atrás, El-Rei, *esclarecido* déspota, já falara sobre República na regimentação passada a Joaquim de Póvoas.

Caso examinemos a dinâmica interna da América Portuguesa nesse momento, notaremos particularidades que interessam ao conhecimento do Maranhão. E é Celso Furtado que contribui com argumento interessante em *O Maranhão e a Falsa Euforia do Fim da Época Colonial*, no qual aponta (nas últimas décadas do XVIII e primeiras do XIX) um recuo na economia açucareira e aurífera. Para ele, as duas grandes regiões marcadas pela dinâmica dessas produções (“sistemas”) estão em baixa pelas injunções da conjuntura-mundo e as transformações do tempo, assim as mudanças internas referidas aos atos de Independência de 1822... Ao “núcleo açucareiro”, articulava-se a “pecuária nordestina” e o “hinterland pecuário sulista” (este, mais ao “núcleo mineiro”). Acrescenta que

No norte estavam os dois centros autônomos do Maranhão e do Pará. Este último vivia exclusivamente da economia extrativa florestal... O Maranhão, se bem constituísse um sistema autônomo, articulava-se com a região açucareira através da pecuária... Os três principais centros econômicos – a faixa açucareira, a região mineira e o Maranhão – se interligaram, se bem que de maneira fluida e imprecisa, através do extenso hinterland pecuário”. “[E desses] três sistemas principais”, naquele último quartel do Setecentos, o “Maranhão foi o único que conheceu uma efetiva prosperidade”. (FURTADO, 2009, p. 152).¹¹⁴

¹¹⁴ “Animar as culturas do Brasil incluía outras medidas de caráter ilustrado, como o estabelecimento de comunicações para o comércio entre as capitanias e estudos sobre o potencial hidrográfico, mineral e agrícola de

Analisa que isso se deu pela conjugação de dois fatores: a criação da Companhia de Comércio capitalizada para financiar os esforços de desenvolvimento da região por Pombal e, igualmente decisiva, “a modificação no mercado mundial de produtos tropicais, provocada pela Guerra da Independência dos EUA e logo em seguida pela Revolução Industrial inglesa” (p. 153). Lembra ele que “os dirigentes da companhia perceberam desde o início que o algodão era o produto tropical cuja procura estava crescendo com mais intensidade”. E também constataram que não sofria nenhuma restrição do “pacto colonial” o arroz produzido nas “colônias inglesas” e altamente consumido nas zonas sudestinas da Europa. O engolfamento dessas “colônias inglesas” na guerra norte-americana interditou “temporariamente” sua participação no mercado mundial de arroz, abrindo a vez para o Maranhão (FURTADO, 2009, p. 154).

Celso Furtado acentua, também, que potencializa os negócios maranhenses (e até de outras regiões e produtos da América portuguesa) a crise geral/desarticulação das regiões de exploração colonial vinculadas à Espanha, em face das investidas napoleônicas. Por tudo isso afirma que “o valor total da exportação de produtos agrícolas praticamente duplica entre os anos 80 do século XVIII e o fim da era colonial”. Pode-se, pois afirmar que o Maranhão prosperou quando ocorreu um hiato involuntário dos controles do pacto colonial encabeçado pela Europa e que Novais (v) chama de *crise*? Que conclusões tirar disso? O que virá em seguida? Outras e conhecidas repactuações em torno da Inglaterra, Brasil independente, i. é., a submissão reinventada. E é o próprio Furtado que lembra, em seguida, que, superada “essa etapa, o Brasil encontraria sérias dificuldades, nos primeiros decênios de vida politicamente independente, para defender sua posição nos mercados de produtos tropicais” (FURTADO, 2009, p. 155).

Noutro passo de seu estudo, Celso Furtado analisa as primeiras décadas do Oitocentos, lembrando que, ao fim e ao cabo, a Inglaterra (até 1850) consolidará sua posição hegemônica sobre o Brasil (desde os tratados de 1810, reiterados em 1827), comprometendo a autonomia econômica do novo Estado. Processo conexo com esse mais geral foi a ascensão definitiva ao poder (em 1831, com a deposição de Pedro I) da classe senhorial latifundiária ligada

novas regiões. A abertura de estradas e a utilização mais intensa dos rios que cortavam as capitanias pelo interior esbarravam na resistência das comunidades indígenas. O ouvidor de Porto Seguro, José Marcelino da Cunha, queixava-se a d. Rodrigo das dificuldades que encontrava para manter afastados os indígenas sem ‘razão nem caridade’ e melhorar a circulação no interior do Brasil, solicitando ao ministro permissão para convocar oficiais desertores para o seu destacamento, “por serem homens que têm grande uso nos sertões e nos lugares do gentio”. (POMBO, s. d.).

à grande lavoura de exportação. Do que esse autor interpreta que é por essa razão e não pelos privilégios dados à Inglaterra pelos sobreditos “acordos”, “que o Brasil não se haja transformado numa nação moderna já na primeira metade do século XIX, a exemplo do ocorrido nos EUA” (FURTADO, 2009, pp. 157-158).¹¹⁵

Voltando a São Luís, o adentrar, porém, o século XIX, e em seu curso, descortinarão e imporão os impedimentos estruturais acima apontados e a cidade seguirá a produzir o seu destino aguilhada por estes, enquanto sua classe dirigente, entre ufana e decadente, a tudo assiste, enredada em glórias poetadas – quando não foge para a Corte carioca, potencializando a própria poética dos feitos antigos, claramente, no sentido e viés referido por Berno de Almeida (cf...). Diga-se mais que a “interiorização da metrópole”, em 1808, e a constituição do Rio de Janeiro, cidade e região, em cabeça de uma nova institucionalidade e centralidade política e econômica – levando à insignificância o antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará, em tudo, passados para trás. De resto, extinto esse formato administrativo colonial e advinda a centralização no Reino Unido (1815/16) e a criação do Império (1822), o que se chamaria depois genericamente de “províncias do norte” e também do que no século XX se denominaria de *nordeste*, entraria num processo, que tem se afigurado longo, de decadência, com espasmos de alguma prosperidade. Decadência que, num primeiro momento, ainda naquela primeira metade do século XIX, explodirá em protesto de caráter social, de que são exemplos, as insurreições ocorridas no território do extinto Estado. Aliás, prontamente reprimidas pelas forças da nova ordem imperial centrada no Rio de Janeiro. E São Luís, projeção de Lisboa na zona de colonização, tão positivamente afetada na transição *ilustrada*, ao cabo de mais cem anos, até que tentará ser projeção do novo centro, o Rio de Janeiro, mas será cada vez mais uma *ínsula* periférica, aquela “pedra de espera”, arruinada, que as políticas do patrimônio alcançarão mais tarde. E no poder local maranhense totalmente consolidada, aquela “classe senhorial latifundiária” de que fala Furtado, sem gratuita trocadilha, furtaria os horizontes da Província e desde então passaria a consumir, de si, o próprio passado havido por glorioso, enquanto fazendo erguer pontes com a nova centralidade – da Corte carioca

¹¹⁵ Acrescente-se esta análise de Nivia Pombo. Desde as reformas pombalinas o que se observa é a incorporação, por parte tanto da administração portuguesa quanto das elites letradas da colônia, dos princípios ilustrados e da economia liberal em voga na Europa a partir daquele final do século XVIII. No caso de Portugal e Brasil, a *ilustração* esteve presente em duas vias paralelas e contraditórias. A primeira vinculada à formação de um circuito de sociabilidade que permitiu a colonos e reinóis compartilharem ideais de progresso e civilização, capazes de unir os destinos da colônia e da metrópole em um só império. A segunda via, mais clara a partir da abertura dos portos, revela que havia interesses antagônicos, irreconciliáveis. Às vésperas de sua morte, d. Rodrigo escreveria a José Bonifácio: “Meu Amigo e Sr. de minha particular veneração. Sobre o seu Brasil pode estar descansado; são grandes os seus destinos...”. (POMBO, s. d.). Até agora, errou, relativamente.

– em busca das alavancagens imprescindíveis de sua marcha e prosperidade econômica, que a contento não virão, pela duplo travamento apontado por esse *intérprete* do Brasil.

O tempo da *ilustração* explicaria, assim, a São Luís edificada que hoje é Patrimônio Mundial? Decisivo, sim, porque as ideias transformadas em ação no dito contexto se tornaram os projetos de nação, em ação, do futuro Brasil independente, agora unificado ao antigo Estado do Maranhão, insignificado como apenas mais uma entre dezenas de províncias.¹¹⁶ Mas tal lembra Celso Furtado, no caso da ex-América portuguesa, e do Maranhão, em particular, reiterar-se, uma insignificância também decidida internamente pelos senhores do latifúndio e da agroexportação de matérias-primas – para trás ficaria a dimensão *iluminista* que na Europa apontava para a industrialização e a urbanização. Ao longo do século XIX até que São Luís conhecerá progressos em sua inserção nos butins da agroexportação, com sua produção impulsionada pelo trabalho escravo. Mas, como se verá adiante, abolida a escravidão, um movimento industrialista ocorrerá e fenecerá em algumas décadas, travado pelas forças macroestruturais que acabamos de esboçar e que examinaremos com mais vagar na seção seguinte.

Com variáveis, analisando, também, a partir das referidas “memórias”,¹¹⁷ essas décadas (1756-1822) de expressivo destaque da produção lavoural, Alfredo Wagner Berno de Almeida infirmará que essa “prosperidade” se explica pela “mercantilização da economia feita por fora, com a colocação da produção algodoeira no mercado externo, notadamente a partir das exportações de 1760 [*donde decorre que o*] desenvolvimento da lavoura tem o seu móvel determinado pela esfera da circulação de produtos” (ALMEIDA, 2008, p. 42). Debate esse autor a tessitura de relações entre os interesses de comerciantes, lavradores (conflitos e confluências) para assinalar que as ditas “memórias” assentam o pensar dos ditos “lavradores” e que revelam que há um conflito intra-elite agrária, cujo ponto central, não analisado por ele em sua dinâmica estrutural – tal sugere Furtado e as interpretações dialéticas –, é que a lavoura vai bem e os agricultores vão mal: comerciantes, negociantes, governo ficam com a melhor parte da riqueza

¹¹⁶ A *ilustração* estava em oposição ao Exclusivo Comercial, o qual, contraditória e estrategicamente persistia no *despotismo esclarecido* de Pombal-Póvoas, pelas companhias comerciais. O avançar, porém, do novo século (XIX), faz Portugal ir derrubando entraves fiscais e monopolistas – a citada “abertura dos portos às nações amigas” e os tratados de 1810, com a Inglaterra –, agora seguindo as novas inspirações ilustradas.

¹¹⁷ Já mencionados, em Milton Torres, as *memórias* e os memorialistas, muitos deles, escrevendo antes e depois da chamada era da *ilustração*, valendo lembrar que algumas foram *canonizadas* e outras esquecidas nos acervos arquivístico maranhão-portugueses.

social produzida. Isto é, a esfera da circulação, exaure – inclusive pela via tributária estatal – o resultado do labor/lavoura.

Os impactos que São Luís sofre, por exemplo, não são idênticos aos de Lisboa, Amsterdã ou da Londres do tempo da Revolução Industrial. Mas, naquelas que seriam cidades coloniais, superada essa condição, como a própria São Luís, o advento do liberalismo econômico, político e cultural do tempo, assumiram dinâmica diversa, conferindo outras perspectivas quanto às relações de produção em geral, e em particular, o mundo do trabalho, que no Maranhão e em São Luís, permanecerão fortemente marcados e bloqueados pela escravidão.

É que sua dinâmica parece determinada pelas exigências decorrentes da condição dependente do Brasil nas linhas de força –também assimetricamente concertadas– do desenvolvimento capitalista do presente, cujas reestruturações parecem não afetar, em favor do país e da cidade exportadora, na essência, aquele padrão de acumulação historicamente dado noutras eras do passado. E assim erguida, em sua feição patrimonial-histórica edificada, no contexto do que se poderia chamar de uma “era virtuosa” da dinâmica expansiva capitalista em face da dita Revolução Industrial no mundo europeu, São Luís, constituída na área fornecedora das matérias-primas dessa “virtuose”, inscreverá sua trajetória nos últimos dois séculos e meio, entre acelerações animadoras sazonais nos ritmos de seu polo produtor e exportador, e tempos de estagnação e certo desânimo, não chegando aos estados de involução.

São Luís, reafirmemos, uma construção de quatro séculos, é uma cidade que protagonizou uma fase de expansão no contexto da América portuguesa enquanto região de dominação e exploração coloniais, sofrendo, no curso do tempo, todos os impactos negativos decorrentes da sua condição de cidade pós-colonial da periferia do capitalismo que, ironicamente, no tempo presente, tem em seu patrimônio antigo “colonial” um objeto de políticas públicas referidas e profundamente ajustadas nas linhas centrais do sistema do capital e suas emulações de desenvolvimento. E além disso, não se deixe de observar, dessas metamorfoses, graves problemas sociais e ambientais agravados pelo processo de expansão urbana acentuada que experimentou na segunda metade do século XX, começo do século fluente. São Luís, cidade antiga, é “uma” espécie de ilha no conjunto do espaço de Upaon-Açu, a ilha-capital do Maranhão, articulando a metrópole espaiada em variada direção.

2.5. Cidade, tulhas, industrialização e urbanização

“... e a ideologia do plano estaria sendo substituída por uma outra, a ideologia da diversidade, das identidades locais, em que os conflitos seriam escamoteados por uma espécie de estetização do heterogêneo, logo recobertos pela transformação da superfície desencantada das cidades em cenários fascinantes de uma sociabilidade viva que há muito teria deixado de existir”.

(SANTANA, 2003, p. 215-16)

“São Luís foi salva pelo atraso”? Uma cidade, na periferia do capitalismo, teria escapado da destruição inerente à dinâmica desse sistema, exatamente porque estruturalmente irrelevada no movimento geral da economia-mundo. Sigamos essa pista e vislumbremos a cidade transfixada pelos sagitários do capital e enquanto resgatada pela arte/ciência das filhas-musas de Mnemosine e Zeus.

Havemos dito na parte anterior que em São Luís se manifestaram a partir das últimas décadas do século XVIII, os elementos que encaminham as transformações sociais compatíveis com a reconfiguração das relações de produção próprias da sociedade industrial, além de seus limites estruturais. As formas da organização social, as cidades no centro, são o lugar primordial de tais mudanças. Mais que lugar, são objeto de engendramento de novos arranjos do viver coletivo – de cidades, propriamente, passam a centros urbanos.

Pensando os nexos e determinações profundas que organizam estruturalmente São Luís, podemos dizer que ela é, de fato, uma cidade industrial? Em que medida e em quais dimensões a política pública para o Centro Histórico no século XX é explicada como parte das engrenagens que forjam a industrialização-urbanização de São Luís? E como se relacionam as iniciativas no âmbito dessa política com as emergências da chamada “reestruturação” econômica sob a égide neoliberal?

Tendo presente – tal se analisou nas seções acima – a formação da cidade, colonial, ajustada às linhagens da política econômica do Estado Moderno, buscaremos, em primeiro lugar, aquilatar as transformações citadinas locais nos marcos da economia em seu trânsito de comercial para industrial. E nos orientaremos, entre outras, nas chaves e categorias de pensamento e método sistematizadas por Henri Lefebvre, as quais permitem conhecer e analisar as transformações em São Luís enquanto processo de múltiplas e interconectadas emergências no plano da realidade e

suas mutações. Processo que as chamadas ciências parcelares, de per se, decompondo-o em migalhas factuais-explicativas, revelam-se impotentes em propiciar o necessário discernimento. As reflexões lefebvreanas fluem de seu labor em pensar a Europa, contudo, ditas categorias alcançam os elementos dinâmicos da cidade capitalista onde quer que ela se estruture enquanto concretude, claro, com absoluto rigor para colher e examinar e entendê-la consoante as singularidades de suas forjas. E quanto a São Luís, objetificada em seu destino e concreção historicamente dados, e agora objeto neste labor de pesquisa, quais pertinências e singularidades podemos brandir explicativamente à luz do suporte ensejado por esse autor?

Em linhas gerais, podemos apontar que discutiremos essa (a) cidade como parte de um país subdesenvolvido – se o cotejarmos com a Europa –, região com formação social-histórica periférica e dependente;¹¹⁸ (b) cidade erguida nos espaços da predação colonizadora e com as sobras desta permeando em suas brechas; (c) cidade que conhece, nessa processualidade, espasmos de relativas prosperidade e estagnações; (d) cidade configurada num espaço-temporalidade imbricado, movendo-se em “camadas” – sua prática social; (e) cidade cuja realização move simultaneamente os elementos de sua gênese agrária, colonial, mercantil e industrial, urbana, ou que se possa afirmar, neocolonial, neoliberal; (f) cidade impulsionada no tempo presente por políticas de revitalização de vários feitos e circunstâncias; (g) cidade portuária de ontem e de hoje, cujos fluxos sempre garantiram a saída da riqueza para mares-além, numa determinação que produz o de cá como o espaço periférico do prejuízo; (h) cidade, sociedade urbana, fenômeno urbano. Fenômeno que buscaremos compreender em seu movimento enquanto força – inclusive produtora de segregações em todos os sentidos –, que perpassa a cidade de São Luís, o corpo físico, o organismo social e as estruturas mentais/culturais. Chamamos ao diálogo analítico, neste passo, a Raimunda Nonata do Nascimento Santana¹¹⁹ e sua contribuição decisiva

¹¹⁸ Para Sérgio Martins, um dos sentidos de atualidade da obra de Henri Lefebvre é sua aplicação na análise de processos em formações sociais tributárias, tais a “nossa”, que “convivem com as implicações do período industrial sem terem resolvido problemas precedentes” (Apud LEFEBVRE, 1970, p. 11). Para o próprio Lefebvre, “os países ditos subdesenvolvidos caracterizam-se atualmente por conhecerem simultaneamente a era rural, a era industrial e a era urbana. Eles acumulam os problemas sem acumularem as riquezas [...]”. “Esses momentos correspondem à triplicidade que se reencontra, acentuada diferentemente, em toda prática social: necessidade-trabalho-fruição” – necessidade: período agrário; trabalho: período industrial; “fruição: sociedade urbana? Não basta afirmar, é preciso demonstrar”. (p. 41).

¹¹⁹ Santana é professora da Universidade Federal do Maranhão e estuda as metamorfoses da cidade de São Luís em sua configuração urbana historicamente dada, e de como os usos e desusos da terra/solo, apropriada privadamente e produzida como mercadoria, geram padrões de desigualdade social e segregação espacial. Examina o papel do Estado nesse processo, pensando-o, em chave gramsciana, tal o sujeito que “portará a natureza ferina e humana do centauro maquiavélico nas duplas: força e consentimento, violência e civilidade, autoridade e hegemonia”. Tem por “fundamental” a força/direito intervencionista do Estado (SANTANA, 2003, p. 15).

para iluminar a cidade e escrutinar as variáveis determinantes das opções que assume ante a contradição/imperativa de preservar seus acervos ruinosos ou *pedras de espera*¹²⁰ ao tempo em que os vende no competitivo mercado das chamadas cidades históricas.

Henri Lefebvre faz uma associação/distinção entre industrialização e urbanização. Assinala que sempre existiram cidades, que “a Cidade preexiste à industrialização” (LEFEBVRE, 2001, p. 11). Após caracterizar as várias “cidades” no tempo e particularmente fazê-lo em relação à cidade medieval europeia¹²¹ (com caráter político, mas principalmente “comercial, artesanal e bancário [integrando] os mercadores outrora quase nômades, relegados para fora da cidade”) assenta que “a industrialização pressupõe a ruptura desse sistema urbano preexistente; ela implica a desestruturação das estruturas estabelecidas”, após caracterizar o que entende ser a cidade-obra (que entesoura, tem obra de arte, imobiliza, monumentaliza) e a cidade-produto (dinamizada pelas trocas). No horizonte dessa cidade medieval que após a queda da romanidade tende a imobilizar, na sobredita forma, afirma que, quando “a industrialização vai começar, com a preeminência da burguesia específica (os empresários), a riqueza [da cidade medieval] já deixou de ser principalmente imobiliária”. E sobre essa base estrutural, caracterizada em dinâmica de verdadeira “rede de cidades”, se erguerá “o Estado, o poder centralizado [sendo causa e efeito] dessa centralização particular, a centralização do poder, uma cidade predomina sobre as outras” (LEFEBVRE, 2001, p. 11 a 14).

Fácil notar que esse autor foca a Europa e suas transformações internas, transitadas das estruturas sociais do medievo para as reconfigurações necessárias sob o Estado Moderno, sinônimo de centralização política, aparato de uma ordem econômica e social. Importante reter as condicionalidades dessa metamorfose entre cidade-obra que entesoura e cidade-produto que faz trocas, isto é, entre riqueza imobiliária e mobiliária.¹²² Algo metaforicamente se pode dizer que

¹²⁰ Em Risério (2012).

¹²¹ Interessante a observação de Antonio Risério sobre o pretérito dessa cidade medieval, quando assinala que “nem os focos episcopais nem os principescos eram, de fato, cidades”. E cita Henri Pirenne, direta e indiretamente, para quem “o polo principesco, instituição militar, não apresentava ‘a mínima característica urbana’ – o que ali se encontrava era uma população de fortaleza, não uma população de cidade”. Para Pirenne, dioceses e burgos tiveram, na história das cidades europeias, uma importância de ‘pedras de espera’, pois em volta de suas velhas muralhas formar-se-iam no futuro, em consequência da reativação do jogo comercial no continente, novos núcleos citadinos” (RISÉRIO, 2012, p. 31). Pertinente na presente análise, mais uma indagação método-conceitual: o São Luís militar-feitorial, feita *cidade colonial*, seria uma “pedra de espera” dos logros das políticas de revitalizações futuras?

¹²² Voltando àquela ideia de que a produção de produtos [mercadoria?] substitui a criação/produção de obras, Lefebvre formula a tese, segundo a qual “a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade

tal mobilização significa que o motor das relações capitalistas de produção entrava em operação acelerada e seus maquinistas eram os novos senhores do tempo – a camada enriquecida dos burgos e agora cidades, donos do novo poder, a classe burguesa. Note-se a menção alusiva a “redes de cidade”, num processo em que “uma cidade predomina sobre as outras”.

Parte ativa desse sistema encabeçado pela Europa, como opera São Luís, uma cidade-referência nos intercâmbios de Além-Mar? Já nos referimos a esse contexto da vida local mencionando o dinamismo da agroexportação, papel de ponta da velha Cidade do Maranhão, e agora perguntamos: de que modo esse postulado pode explicar a emergência de São Luís no contexto da expansão comercial e a criação do Estado colonial (ainda que este seja apenas dilatação/projeção do Estado-nuclear metropolitano), se não existiu uma formação social antecedente no espaço de Upaon-Açu que ao menos guardasse relação com as estruturas do modo feudal de produção em decomposição na Europa? Tomemos, pois, as chaves de análise renunciadas, para examinar essas questões e aquilatar os impactos da industrialização e os contornos e os limites do urbano em São Luís. Também o conceito do que esse autor – meio metaforicamente – formula como sendo o “tecido urbano” e suas ideias da relação “urbanidade-ruralidade”.

Refere-se ele como “tecido urbano”, a macrorregião sucedânea de cidades “implodidas-explodidas” (no Vale do Ruhr alemão, por exemplo, ou mesmo da região brasileira de São Paulo-Campinas-Santos), em que são visíveis apenas os vestígios de velhas cidades de outras funções, de outras divisões do trabalho, entre as malhas do dito “tecido”, persistindo “ilhas de ruralidade ‘pura’ e torrões natais frequentemente pobres [nem sempre] povoados por camponeses envelhecidos e destituídos...” (LEFEBVRE, 2001, p. 19-20). Olhando-se as transformações que certa industrialização levou a efeito em São Luís, não se observa que o processo urbano local tenha encaminhado essa espécie de implosão da urbanidade pretérita – colonial no caso – mas se vislumbra a ocorrência duma explosão urbana, sem os impactos tão acentuados quanto os que marcam os exemplos acima, mas bastante significativos. Façamos uma figuração aproximativa: o que hoje é o Centro Histórico, tombado, feito artefato, um dia foi a própria (toda) cidade de São Luís, sendo agora, apenas, uma parte do tecido urbano da aglomeração populacional da Ilha – que engoliu mas não matou vários núcleos de ruralidade pura – a exemplo da Vila de Vinhais Velho e

urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso” (LEFEBVRE, 2001, p. 14).

todo um entorno sesmeiro de vida rural, sobre o qual, metabolizando-o, lançou-se o tecido. Um pouco mais afastadas, mas as próprias São José de Ribamar e Paço do Lumiar podem ser assim consideradas. Nessa cidade e sobretudo no tecido urbano dilatado, o que são, ou que avultam deles, os conjuntos habitacionais “populares”, espacial e demograficamente enormes, senão, sinais muito evidentes de uma ruralidade em aglutinação, em que, “os antigos ‘gêneros de vida’ caem no folclore”? (LEFEBVRE, 2001, p. 18).¹²³

Cabe observar que, nas engrenagens centrais do sistema econômico-mundo referidas à industrialização e que enredam a cidade desde sua constituição¹²⁴, em certa medida, São Luís sucumbiu. Todavia, sobreviveu e em seu caso específico se devendo às “qualidades estéticas” do referido antigo núcleo enquanto desempenhando papel central em sua manutenção – com seus espaços de antigas sedes de instituições, além de monumentos, apropriados e servindo às diversões e festas tais, o núcleo urbano tornando-se, assim,

produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos. Sobrevive graças a este duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar. Assim, os antigos centros entram de modo mais completo na troca e no valor de troca, não sem continuar a ser valor dos espaços oferecidos para atividades específicas. Tornam-se centros de consumo. O ressurgimento arquitetônico e urbanístico do centro comercial dá apenas uma versão apagada e mutilada daquilo que foi o núcleo da antiga cidade, ao mesmo tempo comercial, religioso, intelectual, político, econômico (produtivo).

As qualidades estéticas desses antigos núcleos desempenham um grande papel na sua manutenção. Não contêm apenas monumentos, sedes de instituições, mas também espaços apropriados para festas, para os desfiles, passeios, diversões. O núcleo urbano torna-se, assim, produto de consumo [de fato, portanto] estamos frente a vários termos (três, pelo menos) de relações complexas, definíveis por oposições termo a termo, mas não esgotados por essas oposições. Existe tecido urbano portador dessa “urbanidade” e a centralidade, antiga, renovada, nova. Onde, uma problemática inquietante, sobretudo quando se deseja passar da

¹²³ “Folclore” que na metáfora riseriana serão imateriais “pedras de espera” das prospecções e indicativos de uso que mais tarde (1967) fará Michel Parent, relacionados ao chamado *turismo cultural* – v. capítulo 3).

¹²⁴ Numa referência sobre o conceito, prevalecente no Brasil, de a urbanização se acelerar com a industrialização, após 1930 (p. 232) – posição da qual discorda, com arrimo em F. Fernandes, justamente para pensar São Luís num contexto mais amplo, acentua Santana (2003, p. 32) que desde o “Brasil colônia até aproximadamente 1920, varias cidades, dentre elas São Luís do Maranhão, eram sede do capital comercial que, controlando a produção agroexportadora de bens primários fazem a sua ligação com a circulação internacional de mercadorias. Esse é o principal caráter assumido pela urbanização brasileira antes da fase de formação e expansão do capitalismo competitivo”. Quanto às metamorfoses ludovicais no presente, aponta, atuantes, “outras determinações materiais e políticas das quais decorrem medidas de *reestruturação produtiva*, cuja realização tem como uma de suas tendências empreendimentos ligados ao *turismo cultural*...” (grifos autorais).

análise para a síntese, das constatações para um projeto (para o ‘normativo’). (LEFEBVRE, 2001, p. 20).¹²⁵

Quanto a ser núcleo político mitigado em centro comercial, nunca deixemos de ter presente a particularidade da vida citadina sanluisense em sua condição de capital de Estado. E também é necessário lembrar Harvey sobre de como os padrões de consumo dos ricos se reelaborou nos domínios dos gostos e preferências estéticas diferenciadas referidas ao “projeto urbano”, enquanto os “planejadores urbanos” reenfatizavam “um forte aspecto da acumulação do capital: a produção do que Pierre Bourdieu chama de capital simbólico [o qual] se transforma em capital-dinheiro, que produz seu efeito próprio quando, e somente quando, oculta o fato de se originar em formas materiais de capital...” (HARVEY, 1992, p. 79).

Além das perguntas/oposições anotadas, o analista faz mais esta, altamente complexa: a “criação que corresponde a nossa época, as suas tendências, no seu horizonte (ameaçador) não seria o centro de decisões?” E logo aponta uma linha afirmando que esse “centro surge como nova centralidade, a do poder”. Isto é, centro de formação e informação, sujeito de capacidades de organização e de decisões institucionais impondo-se como “projeto” da dita nova centralidade. Reitere-se que Henri Lefebvre está com a França/Paris/Europa na cabeça, do que se impõe perguntar: e aqui, na periferia, ainda que tardiamente reflexa, é aplicável essa equação argumentativa? Parece que sim. Podemos raciocinar São Luís (núcleo seiscentista) como peça artefatada em proveito dessa outra valoração de uso e troca, que não é mais a cidade secular, apenas sua imagem edificada, com outros proveitos. E que forças moveram e que continuam a mover São Luís, esticando, por reprodução, tal a natureza biológica (como metaforiza o autor), o tecido em tessituras novas e de outros materiais, primeiro, subindo a orientação do Alto Anil e do Caminho Grande,¹²⁶ e depois, transpostos, para além do Anil e Bacanga, elaborando nova

¹²⁵ Confluindo com Vainner (2000) e Jameson (1986), anota Santana (2003, p. 33) a propósito da cidade-mercadoria e da espetacularização esteticista: “Acontece que, nos marcos da frenética estetização mundial de antigos centros urbanos (a partir de projetos de revitalização urbana, em pleno ciclo expansivo) e do *urbanismo de resultados*, a velha cidade de São Luís, a *cidade dos azulejos*, tornada recentemente *patrimônio cultural da humanidade*, vem apresentando tendências de transformar-se em mais uma cidade-mercadoria”. “Precisamente”, agora pensando com, “uma expressão da sociedade do espetáculo das imagens na qual acontece uma rendição ao brilho, não exatamente dos objetos, mas da imagem do objeto forjada com a contribuição da estreita ligação entre mercado (acumulação de capitais), as políticas culturais e ainda os meios de comunicação de massa. No caso da produção da imagem da cidade de São Luís, concorrem ainda certos aspectos relacionados à construção da identidade cultural e a construção dos imaginários sobre o Maranhão”.

¹²⁶ Repetindo uma explicação mestra sobre as transformações urbanas de São Luís a partir do baixo Império e sob os impactos da industrialização ensaiada desse tempo em diante, Lacroix anota que além “do centro, o bairro do São Pantaleão e seus arredores, descendo até a Madre Deus, Macaúba, Lira e Belira; o bairro dos Remédios, estendendo-se à Camboa, Matadouro e Diamante; casas se multiplicando às margens do Caminho Grande junto ao Cemitério dos

centralidade de sua vida comercial, social, econômica, além de política, enfim, de poder? Do que se pode dizer acerca disso é que, embrenhados no tecido dilatado, deixando para trás o centro antigo, seguiram os moradores, a governadoria do Estado e o Fórum (em parte), a Assembleia Legislativa e até o bispo com a Cúria.¹²⁷

Como se nota, na base da proposição lefebvreana está a industrialização como elemento movente desse processo, na Europa. E em São Luís, seus ensaios de industrialização – aparentemente tudo reflexo e tardio –, desde a fábrica de anil (no setecentos), o cinturão delas no Oitocentos inteiro, assim, as fábricas contemporâneas da zona do porto, permitiriam utilizar essa base analítica? Há variáveis de economia periférica que lhe agravariam as danças, a exemplo das crises que a congelaram em determinado marasmo econômico e nos travames da própria urbanidade/urbanização?

Além das interpelações do método de sua investigação, já anotadas, opõe ele esta outra pergunta inquietante, e depois mais outras: “Será necessário [...] deixar que o tecido prolifere espontaneamente”, isto é, deve São Luís continuar com a mesma lógica de seu “desenvolvimento” urbano? “É conveniente capturar essa força, orientar essa vida estranha, selvagem e fictícia ao mesmo tempo?”, “Como fortificar os centros?”, “Que centros?”, “Isso é útil?”, “que fazer enfim das ilhas de ruralidade?”). Ele mesmo lembra que são questões que devem ser enfrentadas pelos “normatizadores” da cidade. Os formuladores de suas políticas públicas, lembramos nós. No que diz respeito mais diretamente ao Centro Histórico, e consoante os fundamentos alinhavados no capítulo um, e neste, é o que analisaremos no capítulo três do presente estudo, quando apresentarmos as linhas mestras da política de “revitalização” implementada nele e na própria cidade. Mas indaga mais ele: é inexorável o fim desses núcleos/centros urbanos que definem a própria cidade? “Mortos”, ou “ainda que apodrecendo, o núcleo urbano não desaparece”. “E, no entanto, seu reinado parece acabar. A menos que se afirme mais fortemente, ainda, como centro de poder”.

O que fazer, no caso de São Luís, se a cidade-viva, da morada e dos negócios – os grossos tratos –, já se mudou, faltando apenas as cabeças (mais simbólicas que reais) dos poderes

Passos, formando a Vila Passos, os primeiros núcleos residenciais do Areal; o João Paulo, às margens dos trilhos do bonde e do trem e a Vila do Anil, de sítios e casarios de antigos afortunados, todos esses núcleos foram [nesse tempo] se formando pela população mais pobre” (LACROIX, 2012, p. 313-322). Caminho Grande é uma espécie de veredão que se tornou estrada interligando a cidade velha aos sertões continentais. É a grande artéria estruturante de São Luís, qual espinha dorsal tortuosa – dos caminhos do gado/boiadas/tropeiros, de carros de boi, de rodagem, de ferro e via expressa asfaltada dos usos e desusos da *urbs* dilatada de hoje.

¹²⁷ Notícia-se em São Luís sobre proposições de mudança da sede da Câmara Municipal para fora do Centro Histórico.

institucionais? Mas parece ser o caminho, mínimo – até porque essas instituições são de caráter permanente, além de configurarem uma centralidade que explica a existência da própria São Luís, em sua dialética tempo-espço/consciência-construção de si. Sim, mas qual consciência? É processo, é sua vida. É o que explica existirem Iphan, gestores do patrimônio etc., as associações de defesa dos bens culturais, a sensibilidade dos poetas e os apaixonados outros, e a própria impulsão de fazer este estudo; enfim, as militâncias, que são tantas e múltiplas. Todavia, em que pese a solidez, beleza, infraestrutura generosa, o conjunto de palácios, solares, igrejas, o Teatro monumental, nada parece mais forte que as impulsões dos interesses de classe ou frações de classe de produzir novo tecido urbano, chamando a si antigas e novas funções típicas do viver citadino do presente.

Analisando as metamorfoses em curso na reestruturação produtiva-urbana e sua relação (e até o imperativo da abordagem teórico-empírica, tempo-espço e ação social), além da observação de que apenas “esta integração, que depende de esforços transdisciplinares, permitirá o desvendamento da natureza dos vetores que hoje modificam, tanto a materialidade, quanto a sociabilidade na rede urbana da América Latina”, Ana Ribeiro, apoiada, inclusive, em Milton Santos, afirma

que a cidade corporativa que sucede com menor ou maior velocidade e violência a cidade fordista, traz desafios relacionados ao conteúdo técnico da acumulação, aos seus arranjos político-administrativos e à versão de ordem urbana que acompanha a globalização da economia. Esta ordem, tantas vezes imposta como diretriz para a ação do Estado, surge, basicamente, na forma de monitoramento de hábitos e costumes, padronização de ideários para a renovação urbana e intolerância.

Esta ordem recusa a singularidade dos lugares, as memórias e, as estratégias e táticas de sobrevivência das camadas populares. E, também, nega o acúmulo de experiências políticas que pode permitir a afirmação de sujeitos sociais portadores de alternativas de futuro, para a experiência coletiva. Constitui uma tarefa urgente, compreender a paisagem urbana esperada da instalação desta ordem. Estão ausentes, nos projetos que a defendem, a ação espontânea e a criatividade que costuram as tramas urbanas. Sem essas tramas, não existe urbanidade. Ao contrário, existe artificialismo, isto é, o cenário desejado pelas grandes corporações, pelos proprietários dos meios de comunicação e pelos donos de *grife*.

Lefebvre acentua que essas transformações se operam sob a vontade, calculada ou não, da luta de classes – lembra a suburbanização, a constituição dessa franja onde vai habitar o proletariado – e aqui está pensando a Paris do Oitocentos, mas, qual ecoos tardios na periferia do mundo, vê-se no Brasil também as vilas operárias desde a década vintina. Guisando espécie de

síntese, labora a distinção epistemológica e concreta/histórica entre *cidade* e *sociedade urbana*,¹²⁸ após observar que [a prefalada] “destruição prática e teórica (ideológica) da cidade não pode [...] ser feita sem deixar um vazio enorme [o qual, para a análise crítica], importa menos que a situação conflitante caracterizada pelo fim da cidade e pela ampliação da sociedade urbana”.¹²⁹ Lembra que “não existe uma marcha única ou unitária da reflexão urbanística [...] relacionada a [a seu] racionalismo operacional: [...] a) há o urbanismo dos homens de boa vontade (arquitetos, escritores). Suas reflexões implicam certa filosofia ... humanismo...; b) e o urbanismo dos administradores ligados ao estado [este se pretendendo] científico... tendente a negligenciar o “fator humano” [...] tais modelos só podendo entrar para a prática apagando da existência social as próprias ruínas daquilo que foi a Cidade”; c) “o urbanismo dos promotores de vendas” – elabora-se uma cidade e vende-se-a como centro de consumo privilegiado (São Luís para turistas, por exemplo), a “cidade renovada”. A convergência desses projetos, observa, por fim, comporta perigos, apresentando “politicamente” problemas da sociedade urbana. “Se uma estratégia unitária se constituísse e fosse bem sucedida, isso seria talvez irreparável”.¹³⁰

¹²⁸ Em *A revolução urbana*, Lefebvre a conceitua qual sendo “a sociedade que resulta da urbanização completa, hoje virtual [1970], amanhã real [equivalente a] sociedade pós-industrial, ou seja, que nasce da industrialização e a sucede [que] não se define como realidade acabada [que] responde a uma necessidade teórica...”. “Urbano ou sociedade urbana” situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como “virtualidade iluminadora” (pp. 13, 16 e 28). “Como forma que trans-forma, o urbano des-estrutura e re-estrutura seus elementos, as mensagens e códigos egressos do industrial e do agrário”. [...]. A natureza, o desejo, o que se chama de cultura (e que a era industrial dissocia da natureza, quando, em contrapartida, nas épocas de predomínio camponês a natureza e a cultura amalgamavam-se), rearranjam-se e se reúnem na sociedade urbana. [...]. “O urbano poderia ser definido como, a) lugar de expressão dos conflitos ...; b) lugar do desejo (onde o desejo emerge das necessidades, onde ele se concentra porque se reconhece, onde se reencontram (possivelmente) Eros e Logos. A natureza (o desejo) e a cultura (as necessidades classificadas e as artificialidades induzidas) aí se reencontram, no curso de uma autocrítica mútua que mantém diálogos apaixonados” (LEFEBVRE, 2001, p. 161).

¹²⁹ Lefebvre (2001, p. 28 a 33), faz esse retrospecto analítico para perspectivar tal processo em três períodos: 1) “A indústria e o processo de industrialização assaltam e saqueiam a realidade urbana preexistente, até destruí-la pela prática e pela ideologia, até extirpá-la da realidade e da consciência..., estratégia de classe... [...] o social urbano é negado pelo econômico industrial”; 2) “... a urbanização se amplia [enquanto] se generaliza a sociedade urbana... [enquanto] a sociedade inteira corre o risco de decompor se lhe faltarem a cidade e a centralidade [porque] terá desaparecido um dispositivo essencial para a organização planificada da produção e do consumo”; 3) “reencontra-se ou reinverte-se [...] a realidade urbana. Tenta-se restituir a centralidade. Teria desaparecido a estratégia de classe?”.

¹³⁰ “Há mais de 150 anos que a cidade industrial suscita temores pela desordem que ela parece introduzir na organização dos agrupamentos urbanos. O urbanismo foi, de certo modo, uma tentativa de responder em termos de uma dada razão e de uma dada estruturação, naturalmente sócio-histórico-culturais, problemas levantados pela introdução maciça da máquina na cidade do homem. Mas as soluções dadas pelo urbanismo sempre estiveram baseadas na ideia de modelo, ou de esquema ideal estabelecido aprioristicamente, a cujos ditames o projeto urbanístico tem procurado até agora submeter, por um verdadeiro ato de força, a realidade. [...]. Desses projetos o urbanismo do século XX pouco se desviará, pelo menos em essência. Assim, temos um modelo racionalista, que privilegia o rendimento; outro, tradicionalista, que adora valores afetivos; e um terceiro, antiurbano, que aspira reintegrar a cidade no campo”. (Excerto de apresentação editorial, quarta capa, ao livro de Françoise Choay, “O urbanismo: utopias e realidade – uma antologia”, editado em São Paulo, em 2005).

Tendo presente essa distinção, cabe perguntar: São Luís é hoje cidade ou sociedade urbana? Mais: em que medida se pode invocar, para pensar São Luís, esse *urbanismo*¹³¹ ora argumentado pelo pensador e a dialética de sua processualidade? Para uma e a outra, sancionemos um sim e um não, mitigados. Pensando os “períodos”:

1) a industrialização extirpou a cidade antiga? Extirpou, levando-a, a certo arruinamento, enquanto robustecia o tecido novo. Não extirpou, pois a industrialização, estruturalmente, não alcançou níveis de desenvolvimento que a isso determinasse;

2) houve risco de decomposição social-citadina, implicando a centralidade de seu papel planificador “da produção e do consumo”? Sim, há uma urbanização indutora de criação de outra e até de outras centralidades, de outras nucleações no tecido citadino e até de franjas miseravelmente segregadas. Não, a sociedade não se decompõe, por completo, senão que a cidade funcional-institucional, baldada a pressão para migrar e compor as novas centralidades urbanas, permanece como baluarte mais que simbólico, agora patrimonializado, sem barrar a lógica em curso das determinações mais gerais – a cidade capitalista – da própria expansão urbana;

3) Reinvertida a realidade urbana e desaparecida a estratégia de classe? Sim, ou o que seria o esforço *requalificador* da cidade, senão *aparência* de que ela revive; não, porque é outra a cidade no tempo, também sendo outra a estratégia de classe, mas a mesma classe, e suas determinações estruturais quanto basilares.

E matutando, ainda de forma trinitária, a reflexão urbanística:

¹³¹ Declaradamente, esse autor faz, “teoricamente”, a “crítica radical” do “urbanismo” que, em certo sentido, chamará de “ilusão”. Urbanismo? Uma superestrutura da sociedade neocapitalista, esboçando “uma estratégia global: fazer entrar para a prática a *sociedade burocrática de consumo dirigido* [...]”. Ele dirige o consumo do espaço e do habitar (LEFEBVRE, 1970, 1970, p. 150). E aqui convém anotar este argumento que Soja aponta qual sendo “a mais vigorosa afirmação teórica e política que já se fez, no marxismo ocidental, sobre a importância da espacialidade e a existência de uma problemática espacial intrínseca na história do capitalismo”: “Este espaço conflitivo dialetizado é onde se realiza a reprodução das relações de produção. É esse espaço que produz a reprodução, introduzindo nela suas contradições múltiplas”. (apud SOJA, 1993, p. 65). *Argumento de H. Lefebvre em The Survival of Capitalism*, Londres, Allison and Busby, 1976, p. 19.

a) “urbanismo dos homens de boa vontade, escritores”? Sim, em São Luís, o papel dos intelectuais parece ter decisividade no que se logrou até aqui quanto ao freio na dissipação completa da cidade colonial-antiga, afinal, a proteção em nome da humanidade é, significativamente, obra sua; não, o caráter inexorável das transformações impõe que a *filosofia* de “arquitetos e escritores” seja submetida às escolhas imperativas da sociedade de mercado e das mais que insinuações concernentes ao consumo da cidade;

b) O “urbanismo dos administradores ligados ao estado”? Sim, em São Luís, eles sempre estiveram a postos em favor das solicitações de *modernizar* a cidade, significando isto, a supressão de suas características de *velha, colonial*, posição alinhada, aliás, aos interesses dos proprietários imobiliários do solo; não, quando o arruinamento em processo passou a afigurar, com sua preservação/requalificação/reaproveitamento produtivo, uma possibilidade de ganhos num *mercado* cultural turístico de cidades;

c) então, um “urbanismo dos promotores de vendas”? Sim, porque essa vontade parece fazer-se determinante em toda ação concernente ao trato com a cidade insistente; não, porque o “racionalismo operacional” que freia e até faz “reviver” o antigo, em novos usos, exatamente, não tem aquele sentido de um desiderato “unitário” quanto aos proveitos possíveis da urbanização/urbanismo emergente.¹³²

Como se nota, para a análise sistemática que se busca, afigura-se essencial a distinção de “cidade” e “urbano”, essencialidade, segundo Lefebvre, aferida na contemplação filosófica, inclusive, quando trata o que chama de “morfologia material” e “morfologia social”. Assim, a cidade = “realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico; urbano = “realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas e reconstruídas pelo pensamento”. Mas logo alerta: essa distinção tem riscos, podendo parecer que o urbano, por exemplo, não teria solo e nem “morfologia material” e seria fruto de uma “transcendência imaginária”. E lembra que

¹³² Pensando nas raias da paradigmática valor/desvalor e uso/desuso, enquanto tem em mira a cidade norte-americana, e “tratando da economia no tempo não hora a hora ao longo do dia, mas em termos de décadas e de gerações”, diz Jane Jacobs que o “tempo transforma os prédios de alto custo de uma geração em pechinhas na geração seguinte. O tempo salda o valor inicial do dinheiro investido, e essa depreciação pode refletir-se nos rendimentos que se esperam de um edifício. O tempo torna obsoletas certas estruturas para certos empreendimentos, e elas passam a servir a outros. O tempo pode transformar o espaço adequado para uma geração em espaço supérfluo para outra. O que é lugar-comum nas edificações de um século torna-se aberração no seguinte”. (JACOBS, 2011, p. 209-210)

pode se usar/incorrer na distinção e na terminologia (cidade/urbano), com “o maior cuidado, evitando tanto a separação quanto a confusão: “A vida urbana, a sociedade urbana, numa palavra ‘o urbano’ não podem dispensar uma base prático-sensível,¹³³ uma morfologia.” (LEFEBVRE, 2001, pp. 54-55). E como se deve notar mais ainda – e reinvocando a já desposada definição de que cidade é a “projeção da sociedade sobre um local” –, incorporamos a proposição de se pensar a díade cidade-urbano, identificando seus “níveis de realidade” quanto “de análise”.¹³⁴

A cidade da qual cuidamos, analiticamente, em determinados níveis, é a “cidade moderna [que] intensifica, organizando-a, a exploração de toda a sociedade (não apenas da classe operária como também de outras classes sociais não dominantes)” (LEFEBVRE, 2001, 63 e 65). Níveis, cujo “mais elevado deles se situa ao mesmo tempo acima e na cidade”. No mesmo diapasão pode se perquirir: por que a cidade se torna “sensível”? Porque a estrutura social está presente nela e daí que ela significa uma “ordem”. Num nível específico a cidade contém “a projeção das relações sociais dominantes, instituições, as ideologias ...”. Neste nível, ela, cidade, se manifesta com sua dupla morfologia (prático-sensível ou material, de um lado, e social do outro)”. Veja-se aqui uma referência à cidade que se faz capital, São Luís, repositório de uma instituição poderosa – a cabeça política de Estado – imiscuída nas suas entranhas, pois enraizada no pedregulho de sua morfologia, e suas representações edificadas reais, palácios presidenciais, etc.; “Capital da Igreja”, porque sede de diocese, ressaltando suas igrejas monumentais, escolas, além de revelar, neles – símbolos edificadas – a ideologia religiosa, no caso da Cidade do Maranhão, mesclados com a autoridade “laica” em face do regalismo/padroado; cidade-sede da “municipalidade”, esfera estatal, mas com autonomia e organicidade próprias.¹³⁵

No “nível ecológico”, a cidade é uma espécie de “envelope” do lugar de vida “privada”, “ponto de partida e de chegada das redes que permitem as informações e transmitem as ordens (impondo a ordem distante à ordem próxima)”. Assim, sob a forma de significações, na forma de

¹³³ A aplicação desse conceito vem analisada no capítulo 2, quando insculpimos a concepção de Patrimônio Histórico, percorrendo a polissemia como que labiríntica de sua apreensão entre prática e teoria.

¹³⁴ Lefebvre (2001, p. 65) afirma “que a análise dos fenômenos urbanos [...] exige o emprego de todos os instrumentos metodológicos: forma, função, estrutura –níveis, dimensões – texto, contexto – campo e conjunto, escrita e leitura, sistema, significante e significado, linguagem e metalinguagem, instituições etc.” Mais: cada termo desses é polissêmico... “O teórico da cidade dirá que esses termos se definem como *forma de simultaneidade*, (grifo dele) campo de encontros e de trocas”. Sobre o fenômeno urbano acrescenta que ele “tomado em sua amplitude, não pertence a nenhuma ciência especializada” e que “sua realidade seria a de objeto virtual. Conceito sociológico” (LEFEBVRE, 1970, p. 57, 60 e 61).

¹³⁵ A cidade “tem um código de funcionamento centrado ao redor de instituições particulares, tais como a municipalidade com seus serviços e seus problemas, com seus canais de informação, suas redes, seus poderes de decisão [sobre este plano se projetando] a estrutura social” (LEFEBVRE, 2001, p. 66).

simultaneidade e dos encontros, na forma enfim de uma linguagem e de uma escrita ‘urbana’, são ordens aquilo que a cidade transmite. A ordem distante [que não é unitária, quase ou nunca] se projeta na ordem próxima. Existe a ordem religiosa, a política, moral, cada uma remetendo-nos a uma ideologia com suas implicações práticas [e] entre elas a cidade realiza – em seu plano – um sincretismo” – a espécie de *sincretismo*, assinale-se, ao qual tanto aludimos quando quase abusamos da expressão *culturas cruzadas* querendo apreender São Luís qual um organismo vivo e sujeito de um corpo e de um espírito que as virações fartas do seu tempo movem e significam.¹³⁶ Nesse diapasão Lefebvre fala em seguida em “semiologia da Cidade” (com maiúscula mesmo) dizendo de seu [semiologia] enorme interesse “teórico” e “prático”... “A teoria da cidade como sistema de significações tende para uma ideologia; ela separa ‘o urbano’ da sua base morfológica, da prática social, ao reduzi-lo a uma relação ‘significante-significado’ e ao fazer as extrapolações a partir das significações realmente percebidas...”, relação formal essa que, fetichizada, “comporta inconvenientes mais graves: ela contribui e mesmo aceita passivamente “a ideologia do consumo dirigido”. Consumo de signos, digamos, o que implica análise em base semiológica, ensejando distinguir suas dimensões e níveis múltiplos. Existem: a fala da cidade; a língua da cidade; a linguagem urbana; a escrita da cidade. Há os sematemas (*elementos* significantes: linhas retas ou curvas..., portas e janelas, cantos) e morfemas (*objetos* significantes:

¹³⁶ Frei Vicente de Salvador, escrevendo a “história do Brasil” em 1627, faz capítulo sobre uma espécie de prova que os colonizadores ibéricos lograram, contra ninguém menos que Aristóteles, que dizia ser inabitável a zona quente da Terra. São Luís, a primeira e a mais auspiciosa cidade portuguesa quase debaixo da linha do Equinócio, imersa no clima tropical, diga-se fora essa prova maior e isto seria lembrado no ato de tombamento da Unesco: “Porém a experiência tem já mostrado, que a zona tórrida é habitável, e que em algumas partes dela vivem os homens com mais saúde, que em toda a zona temperada [...]. A razão disto é porque ainda que a terra do Brasil seja cálida por estar a maior dela na zona tórrida, contudo é juntamente muito úmida, como se prova do orvalhar tanto de noite, que nem depois de sair o sol a quatro horas se enxugam as ervas; e se alguém dorme ao sereno, se levanta pela manhã tão molhado dele como se lhe houvera chovido [...], e esta umidade é causa de que o calor desta terra se tempere, e faz este clima de boa complexão, outra é pelos ventos leste e nordeste, que ventam do mar todo o verão do meio-dia pouco mais ou menos, até a meia-noite, e lavam e refrescam toda a terra. A última causa é pela igualdade dos dias e das noites, porque (como dizem os filósofos) a extensão faz intenção; donde se um pusesse ou tivesse a mão devagar sobre um fogo fraco de estopas ou de palhas se queimaria mais, que se depressa a passasse por um fogo forte, e por isto em Portugal, posto que o calor é mais remisso se sente mais, porque dura mais, e são maiores os dias no verão, que as noites, mas no Brasil, ainda que mais intenso, dura menos, e não aquece tanto que o frio da noite o não atalhe, que não chegue de um dia a outro. Donde se responde ao argumento de Aristóteles de que o sol aquece mais na zona tórrida, que na temperada *intensivè* mas não *extensivè*, e que esta intenção de calor se modera com os ventos frescos do mar, e umidade da terra, junto com a frescura do arvoredo, de que toda está coberta...”. (VICENTE, 2010, p. 73-74).

imóveis, ruas). Em síntese, a cidade tem [as] *dimensões simbólica, paradigmática, sintagmática*.¹³⁷

E de como São Luís se transmuta de cidade luminar e esperançosa em cidade de “coração apodrecido”?

Colhendo-a, dialetizada no *urbano* que exprime, e capturando-se o movimento de seu processo histórico em todos esses *níveis* e *dimensões*, podemos entendê-la em sua complexidade, e como se operam em seu corpo plural, por exemplo, no que importa mais de perto ao presente estudo, o que de há muito tempo, no plano prático-sensível, se tem por uma de suas também múltiplas identidades, o ser chamada de “Atenas brasileira”, referência autoincensatória que, sob todos os vieses, revela um componente discursivo ideológico de fração de classe e que se comunica ao conjunto de seus habitantes.¹³⁸ Contudo, podemos também exemplificar o fetiche – mais recentemente monumentalizado – de seu repertório de manifestações culturais, em rufos de tambor, de matrizes e linhagens em povos da floresta e dos eitos da agricultura escravista, sinalizando aquele repontar de ruralidade, entre as ruínas da cidade antiga esgarçando-se pelos repuxos do tecido urbano novo, típica da cidade em certo nível irresolvida, conforme a caracterização entre *cidade* e *sociedade urbana*, acima intentada. Aliás, e sempre exemplificativamente, o que dizer das profundas cirurgias-pontes e aterros que alteraram a morfologia do sítio e impactaram as relações sociais?

Todos esses signos – significados e significantes – que lhe marcam o corpo e a alma, enfeixam-se, potencializando o consumo da cidade, cuja história elaborou tudo isso em fontes distintas e até antagônicas –enquanto os *atenienses* iam ao Teatro ver ópera, deleite do ócio, os escravos dançavam, sob censura, nos terreiros da devoção. Interessante observar, que a cidade-produto posta à venda para turista, por tais referências e algumas outras, diferente, quiçá, do próprio turista, sua população a recepciona e consome, encapsulada em seus nichos de classe.

¹³⁷. *Simbólica*: os monumentos, como também os vazios, praças e avenidas, simbolizam o cosmo, o mundo, a sociedade ou simplesmente o Estado; *paradigmática*: implica em e mostra oposições, a parte interna e externa, o centro e periferia, o integrado à sociedade urbana e não-integrado; *sintagmática*: ligação dos elementos, articulação das isotopias e das heterotopias. (LEFEBVRE, 2001, p. 67 a 70).

¹³⁸ E “por que parcelas da sociedade maranhense e mais precisamente de São Luís erigiram para si esse semióforo”? “Falar de Athenas Brasileira é falar de conflitos sociais, de instrumentação econômica por parte dos detentores do poder político, das desigualdades de uma nação que nascia pautada na exclusão, na exploração do trabalho escravo, nas inúmeras diferenças que forçosamente criaram élan de pertencimento a um grande projeto de nação controlado por elites econômicas e políticas. Ao editarem o epíteto ateniense não vislumbraram o mosaico composto da diversidade sócio-cultural do Maranhão, encobriram segmentos sociais que ladeavam a reza do latim ao tambor de crioula, pratos ‘refinados’ da Europa ao lado de vendeiros, quituteiras, pregoeiros que não escondiam um outro Maranhão. Estavam porquê sempre estiveram ali”. (BORRALHO, 2010, p. 29 e 30).

Não é, pois, de idêntica forma, motivo e sensibilidade, que a cidade velha, lendária, literária, revolucionária, vendida e consumida aos embalos dos interesses predominantes de frações de classe, é apropriada pelos sujeitos de seu destino.

Ao referir-nos ao surgimento de São Luís no contexto transitivo entre o destroçamento da cidade medieval e a constituição da cidade moderna, assinalamos linhas atrás as marcadas diferenças na produção de sua origem, no que diz respeito à metamorfose e dinâmica campo-cidade. E logo relembramos que, estruturalmente engrenadas, é, contudo, *metropolitana* a cidade europeia e *colonial* a do Maranhão. Ora, a compreensão desse processo, em chave invertida, se faz essencial para apreender e analisar a centralidade de outra díade-vetor, o da *industrialização-urbanização*. E para explicitá-lo, por hipótese, Lefebvre traça “da esquerda para a direita, um eixo que vai do zero urbanização (a inexistência da cidade, a predominância completa da vida agrária, da produção agrícola, do campo) à urbanização cem por cento (absorção do campo pela cidade, predominância completa da produção industrial até mesmo na agricultura)”. Busca esse autor localizar e delimitar nessa escala do tempo-processo os pontos de “cesuras e descontinuidades”, localizando em primeiro lugar a *cidade política*, depois a *cidade comercial* e só à frente a *cidade industrial* (LEFEBVRE, 2001, p. 77-78) e, entre uma e outra, operando tais continuidades e rupturas. Transposta essa abstração para a zona da colonização e fixando-nos no aludido exemplo maranhense, encontraremos São Luís sendo assentada nas linhas estruturantes do capital mercantil em expansão, e já como projeção da *cidade comercial* metropolitana, imediatamente induzindo a atividade de agricultura em seu derredor, isto é, criando um *campo*, uma ruralidade.¹³⁹ *Campo* que organiza a produção agromercantil; cidade e campo nascendo numa processualidade unívoca, uma “cesura” coesiva, e não uma ruptura, tal ocorria na Europa. Daí convindo assinalar também que a *cidade política*, a São Luís capital de Estado colonial é que ordena os negócios, a produção, circulação e até a proteção militar da região. As transformações que adviriam mais tarde com a industrialização haveriam de se configurar, pois, na “Ilha do Maranhão” – tomando-se a abstração do “eixo” lefebvreano – como tendo partido do “zero urbanização”, mas sem nunca alcançar “a urbanização cem por cento”.

¹³⁹ Para além da atividade coletora, existem registros que dão conta de algum nível de atividade agrícola entre os tupinambás de Upaon-Açu, já no tempo anterior à colonização, o que não caracterizaria, contudo, uma espécie de sociedade agrária, ou modo de produção. Como anota Risério, uma característica da “póvoa” lusa no Ultramar é que não vem dos partos dos campos. “Se, historicamente, em termos planetários, o campo gerou a cidade, o que aconteceu aqui, na colonização europeia das Américas, foi uma *inversão*. Para lembrar a distinção de Pirenne, a cidade europeia é centrípeta; a americana, centrífuga. Aqui, a cidade antecedeu o campo... Coube à cidade, o papel de gerar o campo. De irradiar currais e plantações” (RISÉRIO, 2012, p. 71).

Contemplar São Luís, *forma e conteúdo* urbanos, com tais lentes, implica apreendê-la em suas *crises*, notadamente a partir do final do Oitocentos, quando tem insignificada sua capacidade de região agroexportadora e inserção nos fluxos de comércio com o mundo – função que explica, como já se disse tantas vezes, seu próprio erguimento seiscentista. Também abre o espectro para se entender o arruinamento da cidade colonial enquanto se transmutava em *sociedade urbana*, impactada por uma industrialização ainda que estruturalmente bloqueada.

Para pensar a obra humana abrindo “clareira” num ponto qualquer, Antonio Risério, além de tratar das percepções do urbano, da condição do urbanita (vivente do urbano), e também do conceito de cidade, traz para a discussão, Marx e Rousseau, e o faz citando Françoise Choay, uma autora de reconhecida elaboração no campo do patrimônio histórico enquanto expressão da urbano-industrialização.¹⁴⁰

Centro antigo em nova dinâmica urbana: que dizer sobre a referida “forma e conteúdo” enquanto se pensa os centros antigos arruinados nas garras e tensões do tecido urbano dilatado? Para articular respostas, uma vez mais recorremos ao filosofar lefebvreano e sua afirmação metodológica do pensar, que ensina apreender a “forma urbana” “em sua dupla existência, mental e social” (LEFEBVRE, 2001, p. 89 a 94) e que aponta a “análise espectral” com vistas à representação da “globalidade social” (“incerta, é uma *ideologia* e é *estratégia* de classe que utiliza e sustenta essa ideologia”) e sugere focalizar analiticamente a “*segregação*” (grifo seu) em seus três aspectos, “ora simultâneos, ora sucessivos: *espontâneo* (provenientes das rendas e das ideologias) – *voluntário* (estabelecendo espaços separados) – *programado* (sob o pretexto de

¹⁴⁰ “Em *A Regra e o Modelo*, Françoise Choay convoca Rousseau e Marx ao tablado, como polos opostos do pensamento acerca do fenômeno urbano no mundo industrial. E chama a atenção para o fato de que as posturas de ambos, diante do urbano e da urbanização, não são ‘epifênomenais’. Comprometem, antes, suas filosofias e suas concepções da humanidade e do mundo. A atitude que leva Rousseau “a denunciar ‘as grandes cidades onde reina uma horrível corrupção’ e a educar Émile longe dos ‘negros costumes das cidades’ radica-se no centro mesmo de seu pensamento. [...]”. ‘A cidade é o lugar das relações arbitrárias, o local da máscara, do parecer, da falsidade’, escreve Françoise. É bem verdade que Rousseau imagina que a liberdade humana pode ser preservada, numa cidade colocada sob a regência de um ‘contrato social’ aceito por todos: submissão à lei, não à vontade alheia. Seu modelo é a cidade antiga, que, por suas dimensões, não impedia o contato direto entre as pessoas”. (RISÉRIO, 2012, p. 176-177). “Também Marx é um crítico feroz da cidade industrial. Mas seu ataque às taras da metrópole, como diz a mesma Françoise Choay, ‘não significa condenação ou desconfiança diante do construir, nem recuo com relação ao espaço edificado’. Marx denuncia a miséria, a dor, o desamparo e a incomunicabilidade entre os seres humanos nas cidades modernas do Ocidente. Mas tais traços não seriam inerentes ao mundo urbano. Dizem respeito a um determinado momento histórico, sendo, por isso mesmo, superáveis. [...]”. ‘O privilégio concedido ao modo de urbanização do homem ocidental [...] radica-se em que, para ele [Marx], o homem somente se realiza ao sair de si mesmo, para a exterioridade, por meio de uma práxis que o força a violentar a terra e transformá-la em mundo construído’. Neste sentido, a grande cidade industrial aparece como um largo progresso na história da humanidade. Françoise está certa: o que Marx exalta é o processo de urbanização – em si e por si [chegando a antever] o dia em que não mais haverá diferença entre cidade e campo [e] como se vê no *Manifesto do Partido Comunista*, que ele escreveu em parceria com Engels (um dos fundadores da sociologia urbana), Marx foi dos primeiros e maiores profetas da globalização”. (RISÉRIO, 2012, p. 177-178).

arrumação e de plano)”.¹⁴¹ Nessa “análise espectral”, uma questão nodal nos clarifica e que diz respeito à análise da segregação expressa no critério “*ecológico*” – o “apodrecimento do coração da cidade”, além do critério “*formal*” e “*sociológico*”. Nessa chave esquemática podemos esquadrihar o processo de “apodrecimento do coração” ludovico – e isto é central neste desenvolvimento temático –, na busca de qualificar enquanto espaço segregado o centro antigo respectivo (aliás, com muito peso mesmo a ideia – ideologia – do antigo, decrépito, não moderno, sujo, fedorento, violento, prostituinte, ralés de mafuás, loucos, drogados, “catraieiros”, enfim, marginais em sua pura acepção). Metaforicamente toma a cidade como um texto a ser lido em várias chaves teórico-prático-metodológicas, para, capturando-a em sua *ciência*,¹⁴² afirmar que, como

texto social [a] cidade histórica [já modificada e objetada e que o conhecimento tem diante si, para decupá-la e recompô-la a partir de fragmentos] não tem mais nada de uma sequência coerente de prescrições, de um emprego do tempo ligado a símbolos, a um estilo. Esse texto se afasta. Assume ares de um documento, de uma exposição, de um museu. A cidade historicamente formada não vive mais, não é mais apreendida praticamente. Não é mais que um objeto de consumo cultural para turistas e para o estetismo, ávidos de espetáculos e do pitoresco. Mesmo para aqueles que procuram compreendê-la calorosamente, a cidade está morta. No entanto, o “urbano persiste”, no estado de atualidade dispersa e alienada, de embrião, de virtualidade. (...). (LEFEBVRE, 2001, p. 106).

Tendo-se em conta que “a forma urbana é sempre a forma do tempo histórico da cidade, mesmo que guarde uma relação com seus recursos naturais”, convém assinalar que as metamorfoses ocorrentes nos três primeiros séculos da formação de São Luís, configuram-se, enquanto transita – no que respeita ao controle do solo citadino –, a forma dominial, de tipo feudal, para a propriedade privada, tal sancionada desde então pelo Estado moderno nascente, nesse momento mais que simples larva da sociedade estamental em superação –aliás, contexto em que, das estruturas do pensar, nasce a concepção de *humanidade*. Dir-se-á que de terra dada pelo rei passa-se a terra aforada à municipalidade –no caso, na pessoa do respectivo Senado da

¹⁴¹ Acrescenta: “Lá onde uma ação preparada tentou reunir as camadas sociais e as classes, uma decantação espontânea logo as separou. O fenômeno da segregação deve ser analisado segundo índices e critérios diferentes: *ecológicos* (favelas, pardieiros, apodrecimento do coração da cidade), *formais* (deterioração dos signos e significações da cidade, degradação do ‘urbano’ por deslocação de seus elementos arquitetônicos), *sociológico* (níveis de vida e modos de vida, etnias, culturas e subculturas etc.)” (LEFEBVRE, 2001, pp. 97-98).

¹⁴² Esse pensador chama de “*ciência da cidade*” a que “tem a cidade como objeto” e que “toma emprestado seus métodos, démarches e conceitos às ciências parcelares”. “Por outras palavras, no que diz respeito à cidade, o objeto da ciência não está determinado. O passado, o presente, o possível não se separam. É um *objeto virtual* que o pensamento estuda. O que exige novas démarches” (grifos do autor) (LEFEBVRE, 2001, p. 106-107). Isso tudo, diz ele, lembrando que o humanismo clássico “está morto”.

Câmara.¹⁴³ No exemplo de São Luís, como se viu, doação emanada do capitão-mor da conquista de 1615, do que decorreu a elaboração da “traça” de Francisco Frias de Mesquita, elemento referencial maior do erguimento da cidade e evidenciação, já, de elemento urbanístico em seus atos fundadores – como se viu, em epígrafe, atrás, invocado, entre os motivos do tombamento mundial. Não se deixe de registrar – em sintonia com Santana – que o debate historiográfico em torno do caráter genético da formação social brasileiro quanto ao acesso à terra tem em Florestan Fernandes as referências “ao Brasil colônia como uma sociedade estamental e senhorial”, sendo a base material dela “formada pela fazenda e pelo trabalho escravo, e seu suporte social a dominação patrimonialista”.¹⁴⁴

Eis, pois, um manancial interpretativo a guiar-nos na evidenciação da política pública para a São Luís colonial patrimonializada. Se apodrecido – decompondo-se – está o velho Centro, doente se encontra e pede socorro essa parte do tecido urbano. E como terapia regeneradora de seu organismo e metabolismo, convém ler, qual âncora de análise, com essa sofisticada formulação, os esforços da política pública “revitalizadora”, “revivista”, como sentido de “recomposição”, aliás, consumista, estética etc., do Centro Histórico. Com efeito, atingiremos, iluminado, um/o ponto central da presente objetivação: essa cidade recomposta será outra, a tradicional não tem “retorno” – é o dialeto puro falando – “nem fuga para a frente”, pois no que diz respeito à cidade, lefebvreanamente, “o objeto da ciência não está determinado”.

¹⁴³ A organização administrativa da colônia, no argumento de R. Faoro, tinha muitas particularidades envolvendo uma teia complexa de estratos e hierarquias e São Luís, capital dos três níveis de governo, o exprime de maneira solar: “Um esquema vertical na administração pública colonial pode ser traçado, na ordem descendente: o rei, o governador-geral (vice-rei), os capitães (capitanias) e as autoridades municipais. A simplicidade da linha engana e dissimula a complexa e tumultuária realidade. Duas fontes de fluidez do governo: os órgãos colegiados e a hierarquia sem rigidez. [...]. O terceiro elo da administração colonial [...] se forma em torno do município. Será a vila a base da pirâmide de poder, na ordem vertical que parte do rei – vila administrada pela Câmara, ou Senado da Câmara [...] unidade de governo nascida das preocupações fiscais do soberano, com o estímulo de motivos militares e de defesa, sempre alheias ao espírito autonomista do *self-government* anglo-saxão...”, assinala Raymundo Faoro, que acrescenta, citando o autor de *A arte de furtar*, *ipsis litteris*: “Outra questão he, se devem os Conselheiros [do rei] ser letrados, se idiotas; isto é, de capa, e espada? [...] e eu digo: que não seja tudo letrados, nem tudo idiotas: haja letrados, Teólogos, e Juristas, para que não se cometão erros: e haja idiotas, que com sua astúcia, sagacidade, e experiência descubram as couzas, e dêem expediente a tudo” (FAORO, 2001, p. 203 a 212).

¹⁴⁴ Nas palavras de Raymundo Faoro: “O estamento burocrático comanda o ramo civil e militar da administração e, dessa base, com aparelhamento próprio, invade e dirige a esfera econômica, política e financeira. No campo econômico, as medidas postas em prática, que ultrapassam a regulamentação formal da ideologia liberal, alcançam desde as prescrições financeiras e monetárias até a gestão direta das empresas, passando pelo regime das concessões estatais e das ordenações sobre o trabalho. Atuar diretamente ou mediante incentivos serão técnicas desenvolvidas dentro de um só escopo. Nas suas relações com a sociedade, o estamento diretor provê acerca das oportunidades de ascensão política, ora dispensando prestígio, ora reprimindo transtornos sediciosos, que buscam romper o esquema de controle”. No Maranhão, pensando tal estrutura patrimonial do Estado e variáveis de mediação quanto à colonização local, anota Santana (2003, p. 69) ele se expressa num verdadeiro *senhorato*: possuidores de escravos e terras; comando das atividades agrárias e mercantis; influência local; vida de nobre.

Nesse passo de bastante abstração, chamamos a atenção, também no pensar lefebvreano, para esta “*démarche* indispensável” do exercício intelectual necessário na abordagem da cidade colonial, hoje bairro, um entre tantos, cidade da memória de muitos, até da Nação, em suas dimensões inextrincáveis morfo-prático-sensíveis: “discernir, sem os dissociar, os três conceitos teóricos fundamentais, a saber: a estrutura, a função, a forma.” São interessantes suas formulações sobre “programa político de reforma urbana” e “projetos urbanísticos”, isto, digamos, para pensar as tensões geradas entre novo e velho. E “por que limitar essas proposições – o debate sobre os rumos da cidade – apenas à morfologia do espaço e do tempo?” Isto é: “Por que não opor à cidade eterna as cidades efêmeras e aos centros estáveis as centralidades móveis?” (LEFEBVRE, 2001, p. 110 a 114).¹⁴⁵ Seria, no caso de São Luís, estabelecer, por exemplo, o que é o *centro* São Francisco/Renascença e sua expressão *moderna* no próprio espaço do *centro antigo*; e por que se resolveu criar outra cidade, deixando a velha para trás? Na formação social urbana movida pelas relações de troca, reais e simbólicas, podemos arriscar dizer que foi criada, uma, para um tipo de consumo, o outro, para outra espécie desse consumo. Por que o Shopping Center mais vistoso da cidade nova *renascida* reproduz em imagens e alegorias o próprio Centro Histórico, como cenário para o consumo real do folguedo junino?¹⁴⁶

Mas, nas metamorfoses citadinas, como e para que foi constituído um *centro*? Ainda tratando da “forma urbana” e incorrendo na referida tríade – funções, estruturas e formas – explica que as estruturas são duplas: morfológicas [...] e sociológicas [...]. E acrescenta que a forma, sentido “geométrico ou plástico, trata-se de uma disposição espacial: quadriculada ou geocêntrica” (LEFEBVRE, 1970, p. 109-110). E as funções, em geral, a expressão ordenada dos fazeres, sociologicamente manifestados. Essa aparente abstração conceitual traduz-se em concreção quanto, caracterizando o *fenômeno urbano* sanluisense, capturamos e analisamos – em sua historicidade –, o processo que moveu a criação da Casa das Tulhas¹⁴⁷ e a constituição dela em referência de centralidade na São Luís do tempo da passagem do século XVIII para o XIX e suas projeções significativas no cenário atual, objetado pelas políticas públicas do patrimônio

¹⁴⁵ E acrescenta: “As formas de tempo e espaço serão, salvo experiência em contrário, inventadas e propostas à práxis. Que a imaginação se descobre, não o imaginário que permite a fuga e a evasão, que veicula ideologias, mas sim o imaginário que se investe na apropriação (do tempo, do espaço, da vida fisiológica, do desejo)”.
¹⁴⁶ Nas celebrações juninas de 2012 – do 4º Centenário – um *shopping center* do outro lado do Anil, figurou os cenários de sua Vila Junina com gigantescos painéis reproduzindo casarões e outros motivos do Centro Histórico. E apresentou a cidade e as festas do ciclo em mídias avançadas para o consumo seletivo da classe média, habitual frequentadora do referido espaço de compras. Os turistas – sobretudo estrangeiros – foram conferir ditas manifestações no Centro Histórico real.

¹⁴⁷ A Casa das Tulhas foi idealizada nas últimas décadas do Setecentos e finalmente tornada realidade nas primeiras décadas do Oitocentos.

histórico. Uma ideia, essa, que é verdadeiro vetor para pensar a constituição do *centro* de São Luís, hoje o Centro Histórico – e no centro dele a dita Casa das Tulhas. E por que essa dupla centralidade da Casa das Tulhas, inclusive, suas implicações na reconfiguração morfo-estrutural do velho sítio citadino? Lefebvre acentua que “Descobrimos o essencial no fenômeno urbano na *centralidade*” (grifo autoral). “Mas na centralidade considerada com o movimento dialético que a constitui e destrói, que a cria ou a estilhaça. [...]” Ora, em qual medida a velha Tulhas assim o foi/é? E por que São Luís criou novas Tulhas na periferia de hoje? Ele nos convida a buscar respostas do tipo trazendo à análise a noção (que já vimos atrás e temos presente) de *sociedade urbana*, ou como escreve quase sempre, simplesmente o *urbano*. Aliás, nesse propósito de compreender a constituição de tais centralidades, ele concebe que

o urbano é uma forma pura: o ponto de encontro, o lugar de uma reunião, a simultaneidade. Essa forma não tem nenhum conteúdo específico, mas tudo a ela vem e nela vive. [...]. O urbano é cumulativo de todos os conteúdos, seres da natureza, resultados da indústria, técnicas e riquezas, obras da cultura, aí compreendidas maneiras de viver, situações, modulações ou rupturas do cotidiano. (LEFEBVRE, 1970, p. 112).

O *urbano* tende à *centralidade* e à *policentralidade*. A Casa das Tulhas considerada com aquele movimento dialético que a constitui em vária temporalidade, fixada nos delineios formais da morfologia ou traça urbana, referencia, em seus dois séculos, uma multiplicidade de sentidos enquanto “ponto de encontro” e lugar da realização daquela referida simultaneidade dos viveres citadinos em fluxos. Tomando-a, por exemplo, como lugar expressivo da realização plena da cidade comercial – onde se articulam os tratos e contratos – vamos verificar que ela, enquanto dito “ponto de encontro”, atua na mediação fundamental entre o *atacado* movido pelos circuitos e fluxos da economia e cultura do mundo maior e o *varejo* das cotidianidades. A Tulhas, sinal da compulsão das forças geradoras do *urbano* é a mesa em que se repartem “conteúdos” apropriados naquela cumulação, por exemplo, de “seres da natureza”¹⁴⁸ (esplendor e força manifesta e

¹⁴⁸ O que quer dizer Lefebvre com essa expressão “seres da natureza”? O conjunto de sua concepção nos autoriza a tomar essa referência enquanto embasada na afirmação marxiana de que a “natureza é, para a humanidade, uma questão de utilidade, e não uma força em si mesma”. Conhecer suas leis é “sujeitá-la às necessidades humanas, como um objeto de consumo ou meio de produção”. “A indústria é a relação histórica concreta [...] com o homem” (YOUNG, 1988, p. 277). Pensando a “natureza humana”, Marx o faz superando a distinção aristotélica do homem enquanto realidade e potencialidade. “Por mais degradada e alienada que a existência humana real possa ser, o homem preserva sempre um potencial de emancipação e criatividade. Especificou, também, as condições sob as quais a potencialidade humana é atrofiada e desperdiçada: a divisão do trabalho, a propriedade privada, o capital, a opressão do Estado, a falsa consciência ideológica. Sua abolição é uma condição necessária para a emancipação universal” (MARKOVIC, 1988, p. 279). Citações necessárias para que não se incorra nas visões correntes de “seres da natureza” tais os silfos, salamandras, ondinas e gnomos.

dadivosa do ambiente local que conforma o sítio citadino) e “resultados da indústria” e “obras da cultura” (a produção da riqueza social e os interesses que mobilizam). Policentralismo? Sim. O antigo Centro da cidade, consoante a pluralidade de suas funções, além da Casa das Tulhas, forjou outras centralidades, por exemplo, a do poder político em sua significação ampla –o atributo e feição de *capital* articulam com as transas em tulhas, sob a égide do Capital, a própria forma e conteúdo dessa urbanidade se metamorfoseando no tempo.

Nesse *urbano* tendente à forja de outras centralidades, ainda podemos pensar o sentido do papel da Casa das Tulhas no processo que vai configurando e reconfigurando o sítio – as “topias” (LEFEBVRE, 1970, p. 166-67) – em sua metamorfose. A casa e as tulhas que a animam, e à própria cidade, produzem o espraçamento do espaço urbano a partir de sendas insinuadas no rural que os antecede. Expansão do espaço urbano para além da traça seiscentista de Frias e que desloca a centralidade dessa tulharia, enquanto outras são engendradas, consoante a prefalada dialética do cria/estilhaça e constrói/destrói. Não se deixa de observar que, no caso de São Luís, quanto aos impulsos da origem, estes são exógenos, mas o espaço que dilata o é pelos caminhos para o sertão de baixadas e valões acima.

Volvamos agora aos parágrafos iniciais desta seção e relembremos a associação/distinção de industrialização/urbanização, do método de análise de Lefebvre, para examinar com algum vagar o caráter da industrialização em São Luís, na perspectiva de que “a industrialização pressupõe a ruptura [do] sistema urbano preexistente; ela implica a desestruturação das estruturas estabelecidas”.

Desde quando se pode dizer que São Luís é cidade industrial? Bandeira Tribuzzi, num esforço de caracterizar, em suas linhas mestras, a formação do Maranhão a partir de meados do Setecentos, acentua que, “posto que expansiva de 1756 à abertura dos portos (1808)”, a economia maranhense “sofreu todos os danos infligidos à economia periférica pelo imperialismo da fase mercantil, inclusive a elevada vulnerabilidade a nível de preços e mercados para sua produção tendente à monocultura”. Assim, examinando o contexto mais específico do chamado “Período Imperial”, acrescenta que o processo econômico local não sofreu então “mudanças qualitativas importantes [continuando a se basear] na expansão quantitativa da massa de mão-de-obra escrava [e] na ampla disponibilidade de terra [fortemente freada essa expansão] na proibição imperial inglesa do tráfico de escravos, em 1850”. Há um espasmo virtuoso da produção do algodão entre os anos de 1854 e 1869, conjuntura internacional favorável à economia dessa pluma, marcada,

entre mais, por uma guerra interna noutra região produtora, o sul dos Estados Unidos, na Norte América. E a configuração estrutural local da estagnação? Lembra Tribuzzi:

... o modelo econômico latifundiário escravista, ao longo do século XIX, percorreu seu caminho a desdobrar suas próprias consequências: livre da intermediação da metrópole colonial, criou riqueza malgrado os tropeços e suas próprias deficiências para enfrentar o mercado internacional competitivo; mas a estrutura altamente concentrada da renda e o monopólio do trabalho escravo ordenavam a produção para a monocultura; mantinham a tecnologia produtiva em níveis primitivos [...]; criavam uma propensão ao consumo ostentatório com que se dilapidavam as receitas de exportação, apesar da permanência do estreitíssimo perfil quantitativo da demanda diversificada, o que, impedindo a constituição de um mercado provincial, competia por sua vez à manutenção da monocultura e dependência do mercado externo”. (TRIBUZZI, 1981, pp. 17 a 21)

Para ele, desse “florescimento algodoeiro [que] canalizou para Portugal volume considerável de rendas” – mais de sua era expansiva (1756-1808) que da segunda metade do Oitocentos – ficou “a marca arquetonicamente apreciável, mas economicamente pouco significativa, da área colonial de São Luís e Alcântara”. Ante o quadro de esgotamento da produção e comercialização algodoeira, esboça-se uma reação do empresariado local lançando capitais na agroindústria açucareira, enquanto na última década do XIX ter-se-ia o incremento de uma “vertigem industrial”, ancorada na fabricação têxtil, centrada em São Luís e Caxias.¹⁴⁹ Tempo industrial marcado nas décadas seguintes por sazonalidades algo positivas e animadas pelas duas “guerras mundiais” e totalmente esgotado já por volta de 1950.¹⁵⁰ E sobre essa

¹⁴⁹ “Com todos os percalços de uma Agricultura em crise grave – e uma vez mais reduzida à rigidez monocultora do algodão, pelo fracasso da tentativa Agro-Industrial do açúcar, de tão curta duração – e de uma indústria que representava esforço superior à sua real capacidade financeira, o Maranhão ingressou no século XX sem boas perspectivas. A extensividade primitiva de sua pecuária, a desorganização rural e a persistência da monocultura algodoeira não permitiram sequer que se ampliasse a incipiente integração à economia nacional” (TRIBUZZI, 1981, p. 25).

¹⁵⁰ “... um ponto que tem sido o grande obstáculo ao desenvolvimento autossustentado do Maranhão: a extrema concentração de propriedade fundiária e renda pessoal, o que leva à estreiteza do mercado consumidor regional. Aí reside a principal barreira ao nosso crescimento. Uma vez que modificações na estrutura da propriedade são, sempre, um problema político, porque conduzem a mudanças na estrutura de poder, as resistências a transformações são, e têm sido, imensas, com escassas possibilidades de resultados positivos imediatos” (MOREIRA, 1995, p. 14). Expondo sobre o contexto dessa “vertigem”, Itapary (p. 22) afirma que “em menos de uma década, conseguiram [as indústrias têxteis de São Luís] mobilizar Rs. 8.880.090\$000 de recursos para emissão de capital, montante absolutamente incrível para a época. Depois de trinta anos do início do movimento industrial, surgido, praticamente, em 1890, tais empresas empregavam 3.537 operários na operação de 2.336 teares e 71.608 fusos e contribuíram para os cofres públicos com impostos totais de Rs. 1.012.988\$544 sobre o valor bruto da produção que atingiu, em 1921, Rs. 11.776.640\$515”. A propósito de um Brasil bastante atrasado em relação à Europa – que fizera sua “revolução têxtil há mais de um século” –, recorta esse autor (p. 20) uma judiciosa observação do escritor Eça de Queiroz, em carta a um intelectual brasileiro, no ano de 1888: “Percorri todo o Brasil à procura do novo e só encontrei o velho, o

observação do “arquitetonicamente apreciável”, devemos acentuar que sem dúvida contém ela, voluntária ou involuntariamente, o sentido nuclear do dizer que se vulgariza, consistente na asseveração de que “São Luís foi salva pelo atraso”. Claro, São Luís, o hoje Centro Histórico, acervo que é objeto de patrimonialização cultural, “salva” como potencial de realização de negócios no mercado das cidades turísticas.

Analisando a industrialização sanluisense no período transitivo (1870-1960) e imbricações dela no processo de urbanização de São Luís, Santana ressalta a sua impactação estrutural no corpo da cidade até mais ou menos 1950, quando as fábricas começam cerrar suas portas.¹⁵¹ Observa que o resultado dessas décadas de maior dinamismo industrial, que “alguns analistas” apontaram também como “voos no vazio”, configurou “certas dimensões materiais e sócio-políticas [deixando] marcas históricas que, nas suas implicações territoriais” (SANTANA, 2003, p. 114), ajudarão explicar as metamorfoses citadinas atuais, inclusive aquelas objetadas pelo conjunto da política pública para o patrimônio histórico da cidade.¹⁵² Essas indústrias e produção têxteis – com auge entre 1890 e 1940 – induzem, pois, a desconcentração do núcleo colonial da Praia Grande.

Antigamente, isto é, antes de termos a ideia da montagem desta fábrica, talvez aqui não se consumisse num ano o capital que presentemente se despende por semana; e é por isso que o povo tem afluído de todos os lados. Assim, vemos este lugar ir progredindo, enchendo-se da vida satisfeita de uma população alegre e laboriosa que todos os dias aumenta; e, se ligarmos a ele a resolução

que já é velho há cem anos na Europa – as nossas velhas ideias, os nossos velhos hábitos, as nossas velhas fórmulas e tudo o mais velho, gasto até o fio, como inteiramente acabado pela viagem e pelo sol”.

¹⁵¹ Tribuzzi (1981, p. 28), entende como um novo momento da economia do Estado a partir do final da década de 1950, a “ampliação” do sistema rodoviário, multiplicando “os pólos de comercialização no interior do Estado e [quebrando] o oligopólio e oligopsônio da Praia Grande.” Em que momento do século XX teria se configurado o declínio e bloqueio do ciclo industrial têxtil de São Luís? Por volta de 1950, significado, inclusive, no deslocamento do eixo varejista da Praia Grande para a Rua Grande. E tem a ver, segundo Santana (2003, p. 142) com a consolidação do sudeste industrial se fazendo centro dinâmico “em detrimento de outras regiões”, pois no Brasil, “centralizadores e excludentes, os investimentos industriais privilegiavam a Região Sudeste...”. Essa movimentação de eixo impõe uma desvalorização imobiliária perceptível com os sinais de pauperização da moradia alugada nos velhos casarões da primeira (p.149). Pensando com Florestan Fernandes, em *A revolução burguesa no Brasil*, e José Paulo Netto, em *Capitalismo monopolista e Serviço Social*, essa autora sanciona que o capital monopolista determinará a nova fase industrial de São Luís a partir dos anos 1970 em torno da economia mínero-metalúrgica-exportadora.

¹⁵² Pertinente exemplificação faz essa autora, quanto à “forma urbana”, havida pela polarização das fábricas têxteis implantadas em São Luís desde o final do Oitocentos (p. 125), assim também seu registro da ação dos primeiros Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs), concernentes a “novas propostas de racionalização e administração dos usos e espaços citadinos [desempenhando] papel central nas utopias, realizações e vicissitudes do urbanismo do século XX”, de certo modo exprimindo o modelo da *cidade radiante* de Le Corbusier, enquanto “ruptura com a herança histórica das antigas cidades (medievais ou coloniais) que resistiam em desafiar o tempo”. (p. 132-133).

tomada pela Companhia Ferro-Carril do Maranhão, estendendo a sua linha férrea até cá, por meio de tração a vapor, e cujos trabalhos já se acham iniciados, devemos convir que uma nova era de prosperidade e bem-estar se vai implantar entre nós e que não será para admirar ver convertido este aprazível terreno, em pouco tempo, numa risonha e pitoresca vila suburbana.¹⁵³

Se a cidade colonial e escravista era a cidade da concentração da população e das atividades laborais num núcleo urbano central, a implantação das fábricas têxteis, a frequência das epidemias e os riscos da contaminação, a população escrava liberta, o serviço de bondes, a construção de residências de famílias ricas afastadas do centro principal, cada um a seu modo, atuaram sobre o arranjo territorial e concorreram para a segregação dos diferentes segmentos de classe presentes no espaço citadino de São Luís. (SANTANA, 2003, p. 138).¹⁵⁴

Na fala dos protagonistas do ano de 1891 e na análise da pesquisadora social de 2003, e autora, com quem dialogamos neste cometimento, depreendemos o sentido das transformações urbanas – e até suburbanas – na cidade, nessas décadas, passando a “adquirir uma plasticidade própria de adaptação aos processos produtivos e urbanos em curso”. Nessa dinâmica se configurando o referido estiramento do “tecido urbano”, resultando no crescente isolamento – espécie de singular segregação ou *bairrização* – da área colonial da Praia Grande. Com efeito, cada vez mais, o discurso e a prática do “moderno” se insinuando e as percepções da cidade antiga e decadente se acentuando em muitos espíritos, sobretudo no de seus administradores.

Mas, na perspectiva do conceito de *urbano* de Lefebvre, a partir de que momento podemos considerar São Luís um centro urbano? É de 1902, segundo R. Palhano, um relatório denominado “Saneamento das Cidades e sua aplicação à capital do Maranhão”, apresentado ao governo estadual, por “pressupor a existência de poder público realmente ordenador do desenvolvimento urbano”, e teria sido o primeiro plano diretor da cidade, “técnico e erudito ao

¹⁵³ Discurso proferido pelo empresário Antonio Cardoso Ferreira, secretário da Diretoria da Companhia do Rio Anil, no dia do lançamento da pedra fundamental desse empreendimento, em 23 de agosto de 1891. O presidente, Henry Airlie, acrescentaria: “quiser trabalhar, achará trabalho, ganhará dinheiro, não só para suprir o sustento necessário para o corpo, mas também para comprar livros para a educação e adorno dos espíritos [*havendo*] entre nós muitas empresas que nos tornarão mais independentes, abrirão portas para o progresso, mais e mais facilidades para a educação industrial e artística do povo do Estado” (Citados em ITAPARY, 1995, p. 29 e 30). Uma curiosidade: na cidade que se fundou, nos marcos da colonização, fixando-se um padrão de posse antecedido por uma procissão de padres católicos, também essa solenização, sob os auspícios e inaugural da era republicana no Maranhão, foi aberta com um ato processional. No caso, presidida pelo mais alto dignitário da Igreja maranhense naquele momento, o monsenhor doutor João Tolentino Guedelha Mourão, vigário-geral e provisor do bispado. Mourão, maranhense de Passagem Franca, com ascendência na freguesia antiga de Ipueiras (CE), um intelectual que enfrentou grandes debates político-eclesiásticos e deputado federal de 1897 a 1904. Santana sanciona a análise de que os impulsos dessa industrialização do final do Oitocentos como estratégia das classes senhoriais de investir nela como forma de manter privilégios em face da crise agrária e que não se coadunaria com a dinâmica da economia industrial-urbana.

¹⁵⁴ Citando dados de M. C. P. Melo, aponta que São Luís tinha, em 1900, aproximadamente, 19,3% da população nesse ramo econômico, percentual que alcançaria 20,1% em 1920.

mesmo tempo, além de surpreendentemente atualizado em relação às questões urbanas da época [trazendo] para São Luís a experiência das principais cidades europeias e norte-americanas”. (SANTANA, 2003, p. 128).

São diversas as questões que ainda podemos tomar para análise da *cidade* e da *sociedade urbana* na orientação teórico-metodológica que vimos seguindo neste passo. Com a “perspectiva ou prospectiva” dos autores referenciados, vimos tentando tecer complexos tecidos com longas linhas – traços para conclusões, sínteses, ideias e argumentos confluindo nas ditas costuras, aliás, nas sobreditas “cesuras” – atinentes a São Luís enquanto depositária da *cidade colonial* objetada. Também, em perspectivar, prospectar, a *sociedade urbana* que a conforma, elegendo a centralidade da política pública de requalificação em curso. Aqui, no ponto mais próximo existencial-presencial de Lefebvre em relação ao tempo presente, os anos 1960, ele cravou pistas seguras para enfrentarmos a discussão que alcança as emergências relacionadas às junturas e à conjuntura do fim do século XX. Incorre em sintetizar, sem pretender sínteses acabadas. Contudo, “no quadro do conhecimento”, propõe uma convergência que somente “uma prática pode realizar entre”, além de outros, “os elementos teóricos trazidos pela arte, concebida como capacidade de transformar a realidade, de apropriar ao nível mais elevado os dados da ‘vivência’, do tempo, do espaço, do corpo e do desejo”. Convergência da qual é possível definir as condições preliminares de sua realização, entre elas “não mais considerar separadamente industrialização e urbanização”; considerar que é essencial “não mais visar ao crescimento econômico pelo crescimento, ideologia ‘economista’ que acoberta intenções estratégicas [cabendo a isso se] subordinar aos conceitos virtualmente mais poderosos de desenvolvimento, de racionalidade concreta que emerge dos conflitos”. (LEFEBVRE, 2001, p. 124). Assim instrumentado, trazemos à interpretação o objeto *cidade histórica patrimonializada* para o consumo cultural. E com essa construção objetual-analítica, reitera-se, ora avultando a ideia/conceito/concreção de CIDADE, ora, idem, do URBANO, SOCIEDADE URBANA, clamando para que se examine a “produção da cidade”, assim articulando explicações e previsões. E claro, examinando, ainda mais de perto, as determinações que movem a *cidade* do presente, e a *sociedade urbana* que ambienta as ações requalificadoras do Centro Histórico de São Luís, num tempo em que a indústria já ensejou “uma ampliação virtualmente ilimitada do valor de troca”, e no limite, a própria cidade se tornando uma mercadoria.

No fenômeno urbano que enreda cidades antigas em geral, a exemplo de São Luís, em que a dinâmica do “moderno” arruína o “antigo”, que dizer dos novos papéis que se lhes impõe as mutações nos domínios do capital? Patrimônio edificado decaído mas legal e positivamente protegido, assim também o patrimônio “imaterial”, resplandecendo, nas brechas, expressões culturais que reivindicam primitividade: um novo consumo na economia-mundo extremamente competitiva? Uma “volta à cidade” do passado? E a mediação estatal?

Estas são questões às quais buscamos respostas no corpo deste estudo, importando, neste passo, estabelecer explicações à luz das transformações mais gerais, e teorias, do âmbito da reestruturação produtiva do capitalismo atual, que deliberadamente transformam os velhos centros numa espécie de “cidade-espetáculo”.¹⁵⁵ Tendo a São Luís atual sob foco em sua análise, e as metamorfoses dessa cidade engendradas por “inéditos movimentos de interação entre economia, cultura e gestão da cidade”, Santana identifica, da respectiva processualidade, *três dimensões*:

1) alterações na constituição produtiva da cidade onde se destaca a tendência de subordinação da produção de bens materiais às atividades imateriais e culturais, especialmente pela incorporação da cidade e de seus bens culturais tradicionais nos circuitos massivos da comunicação e da atividade turística; 2) investimentos públicos e privados, mediante obras de revitalização urbana na antiga área central e obras dirigidas para a modernização da infraestrutura e espaços públicos urbanos; 3) ampliação ou introdução de novos mecanismos jurídico-políticos de orientação territorial e de gestão da cidade. (SANTANA, 2003, p. 211).

Essas dimensões identificadas pela autora estão prefiguradas nas atuais ações de política pública para o Centro Histórico e é interessante que se realce a formulação que ela traz de Cocco (2000, p. 107-145),¹⁵⁶ a qual concede uma chave de compressão de tais ações no contexto do que seria a superação do “espaço funcional fordista” e de construção, neles, de outras mediações que expressem, por exemplo, “inter-relações comunicacionais mais intensas”. Isto é, as forças moventes da chamada *revolução industrial* impactando as metamorfoses urbanas, transmutando-

¹⁵⁵ “A aspiração de colocar a cidade no novo mapa do mundo é perseguida por hábeis gestores do city marketing que fabricam também uma nova cidadania, um novo modo de ser e viver na cidade. É o que chamamos de cidade-espetáculo”. (SÁNCHEZ, 1999, pp. 26-29).

¹⁵⁶ Refere-se a um “retorno à cidade”, o qual não se deve a nenhum “movimento cíclico ou pendular da história, mas a uma transmutação da cidade da produção [porque] o trabalho ao invés de se encolher, se expande à sociedade e à vida como um todo através de novas atividades, novos serviços... Voltamos aos territórios, mas a territórios diferentes. E voltamos exatamente na medida em que estes perdem as características funcionais e operacionais da época industrial. Por causa disso, esse retorno coincide com a volta à cidade, ou seja, ao território mais humanizado”, ao já referido “espaço das interrelações comunicacionais mais intensas” (apud SANTANA, 2003, p. 214).

se pela *revolução informacional* em curso. Esta, articulando-se, e se movendo, em redes de *cooperação*, agregação produtiva, aquela, em funções produtivas centralizadas e segregadoras na esfera urbana.¹⁵⁷ No que concerne às ênfases analíticas que segue quanto à situação urbana brasileira e suas metamorfoses no presente (Santana escreve em 2003), pensando com Arantes e Vainner sobre o florescimento cultural urbano contemporâneo, acentua duas premissas destes de que

(1) a proliferação urbano-caótica mundial seria a contra prova da falência da ideia de planificação global da cidade (considerada pelos modernos a mais acabada expressão de organização racional do espaço habitado coletivo, a um só tempo triunfo da modernidade capitalista e prefiguração da socialização que ela parecia antecipar), e (2) a ideologia do plano estaria sendo substituída por uma outra, a ideologia da diversidade, das identidades locais, em que os conflitos seriam escamoteados por uma espécie de estetização do heterogêneo, logo recobertos pela transformação da superfície desencantada das cidades em cenários fascinantes de uma sociabilidade viva que há muito teria deixado de existir”. (SANTANA, 2003, p. 215-16)

Premissas, digamos, que nos municiam com indicações pertinentes na aferição e construção das respostas aqui buscadas para a pergunta de pesquisa, vestibular, sobre o *querer* o mundo, pela Unesco, *proteger* a Cidade do Maranhão.

De fato, difícil pensar as várias políticas do tratamento do acervo tombado de São Luís que não como parte de um esforço imagético gigantesco sobre suas histórias e tantas outras representações manifestas. Uma espécie de esteti(espetaculari)zação produzida de uma cidade antiga que *é* – nas suas tantas insistências em se mostrar larvar quanto ruína – um espetáculo de passado, pleno de *valor de ancianidade*, como diz Ruskin, em passagens tantas vezes brandidas neste estudo. Assim, uma cidade com uma espécie de ativo/atrativo – seu acervo – a oferecer no cenário do mercado de cidades turísticas. O patrimônio histórico-cultural – em sua diversa expressão, material e imaterial – é algo que qualifica São Luís na definição de seu lugar na competição entre cidades. O tombamento nacional, e ainda mais o mundial, deve ser compreendido nessa perspectiva de reposicionar São Luís competitivamente na região em que se insere, também nas esferas nacional e internacional. Ainda que no presente contexto brasileiro a dinâmica industrial, “o papel de regulação”, “dos serviços”, “da tomada de decisões”, estejam significativamente concentrados na região sudeste, notadamente em São Paulo, pode-se pensar

¹⁵⁷ Esse conceito de *revolução informacional*, a autora que seguimos o tem de J. Lojkin, em *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 1995.

São Luís – com Milton Santos – quando ele assinala a relevância de “região do fazer”¹⁵⁸ e nesta a cidade encaminhando novos papéis e ressignificando sua inserção como objeto de consumo, “tanto para o capital como pra determinadas faixas de consumidores” (SANTANA, 2003, p. 218) – no caso, do turismo cultural e correlatos.

¹⁵⁸ Santos (Apud SANTANA, 2003, p. 217) aponta que “... na superfície da terra, na crosta de um país, no domínio de uma região, nos limites de um lugar – seja ele a cidade – reorganiza-se o espaço, recriam-se as regiões, redefinem-se as diferenciações regionais. É dessa maneira que se estabelecem novas dinâmicas regionais, criando, sobretudo nos países onde as desigualdades sociais são grandes, aquelas áreas que são apenas regiões do fazer, do fazer sem o reger”, o que de certo modo até desconstrói o conceito de região.

2 SÃO LUÍS - PATRIMÔNIO: CONCEPÇÕES DECISIVAS

“Patrimônio cultural – os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais [...] que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor...; os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as áreas que incluam sítios arqueológicos, de valor universal...”¹⁵⁹

Linhagens da construção conceitual de Patrimônio da Humanidade – Histórico, Cultural e Memorial.

Cidade, monumento, história, memória, cultura, identidade, artefato, mercadoria, preservação-proteção, restauro: ponhamos interrogações e articulemos respostas sobre essas categorias conceituais em suas diversas conexões e ao final teremos uma chave mestra para entendermos o que embasa as concepções que levaram a Unesco a inscrever São Luís na lista do Patrimônio Mundial. Categorias, todas, com que, qual artista de cinzel à mão, tocaremos a pátina da Cidade do Maranhão.

Para seguir com maior clareza, fixemos as raias tentaculares desta inicial, longa e imprescindível citação:

A cidade é um artefato cultural complexo e multifacetado, produto da superposição de camadas temporais, manifestas em sua estrutura física. É um dos objetos mais apropriados pelo homem, cenário dos avanços e mudanças da sociedade e agrega valores de uso, histórico, de antiguidade, de arte e tantos outros quantos cada cidadão na sua vivência cotidiana a ela atribuir. Nas palavras de Peixoto (1996), a cidade é uma ‘sobreposição de inúmeras camadas de material, acúmulo de coisas que se recusam a partir (...), horizontes de pedra, onde o mais moderno convive com a decadência, o futuro com a antiguidade. Um solo arcaico, juncado de vestígios e lembranças’. Por ser o grande depositário das realizações materiais e imateriais do homem ao longo da história, a cidade, em seus edifícios, ruas e bairros e também nas suas manifestações culturais, materializa o valor de antiguidade e a ideia de envelhecimento e decaimento, fundamentais para identificar a passagem dessas realizações humanas pelo tempo. É precisamente nesse ponto que se situa a importância da marca deixada pela pátina na cidade. A cidade pode ainda ser entendida como um conjunto de lugares – produtos das relações sociais constituídos por uma

¹⁵⁹ Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural. Conferência Geral da Unesco – 17ª sessão. Paris – 16 de novembro de 1972. (Em IPHAN, 2004, p. 178).

rede de significados tecidos pela cultura civilizadora ao longo da história (Carlos, 1996). O espaço transforma-se, pois, em lugar, na medida em que adquire significados atribuídos pelo homem, conferindo-lhe uma identidade (Tuan, 1983; Carlos, 1996). O conceito de lugar, por agregar essa dimensão histórica produzida pela sobreposição e/ou justaposição das relações sociais nele e com ele desenvolvidas, passa a ser parte inerente das discussões de pátina na cidade. Heath (2001) já aponta uma relação entre pátina e lugar ao conceituá-la como uma gradual apropriação dos objetos por uma cultura local, gerando um processo de alteração de significados dados com o tempo por meio da sobreposição dos ajustes humanos cumulativos, que ocorrem em resposta às forças sociais, econômicas e tecnológicas, diferenciando assim um local de outro. Isso também leva à conclusão de que a pátina é um processo dinâmico, pois, ao ser retirada, ela se regenera e, por esta razão, é imprescindível que as ações de revitalização e reabilitação urbana a considerem... (ZANCHETTI et al, 2008, p. 4-5)

Trabalhando as categorias acima apontadas, de práxis e de conhecimento, para examinar e situar São Luís enquanto construção e representação de um patrimônio, e já identificadas e caracterizadas as linhas estruturantes dessa cidade em sua concreção histórica, permitem-nos elas, agora, nos parâmetros de método e conteúdo em que o presente estudo incorre, contemplar a velha cidade como fonte de conceitos e sujeito de debates de sua experiência na ordem cultural humana. Permitem-nos, também, conhecer ainda mais o processo de sua construção material e imaterial, a conformação da morfologia urbana transmutando-se em arte e as representações projetadas das estruturas mentais da fração da humanidade que a povoa. Além de com elas poder-se abrir as cortinas das eras, para, baldado o fardo do próprio *tempo histórico*¹⁶⁰ pelos vestígios ofertados na respectiva espacialidade – e a par com a análise já articulada no capítulo 1 –, contemplar a produção da cidade em *monumento* em sua vária significação.

Mais: cortinas do tempo abertas, pôr-nos a sintonizar a polifonia como que babélica das representações valorativas que produz e restam imantadas sobre si. No capítulo primeiro, pois, a cidade erguida em sua materialidade, propulsão pela forja do capital: mercantil, primeiro; depois, das formas com que este se houve nas últimas centúrias. Neste, o que pensam, e pensa, de si, nas interfaces da *aventura* humana. No terceiro, sua *patrimonimentalização*, assim dada pelo que elaborou no tempo e herdou para os inventários do presente.

¹⁶⁰ Inspiramo-nos nessa ideação analítica em István Meszáros, para quem o “tempo histórico” assinala uma espécie de limitação à reprodução *ad infinitum* do sistema do capital, porquanto enseja vislumbrar sua crise e finitude. (cf. MÉSZÁROS, 2007).

O que é patrimônio histórico e por que é tema recorrente nos dois últimos séculos, ganhando relevância no debate da vida social e certa centralidade nas políticas públicas?

Numa primeira aproximação, sigamos com José Reginaldo Gonçalves dos Santos, o qual ressalta “os limites do patrimônio” e o que para nós constitui uma baliza para o trato dessa categoria analítica. Começa ele por chamar atenção da “febre” atual pelo patrimônio – potencializada pela expansão do conceito e prática do “intangível”. Em que pese a proeminência do Estado no assunto, o “mercado” vai assumindo papel relevante nesse campo, como espécie de “parceiro”, deixando de ser “inimigo”. A condição de “inalienável” transforma os bens em “mercadoria”. O patrimônio teria nascido do saque: antes deste, disse alguém, “não havia patrimônio no Egito” (SANTOS, 2007, p. 240 e 241).

Esse autor faz então uma distinção essencial com a qual podemos melhor iluminar, e examinar, a categoria *Patrimônio* e seus nexos profundos com a elaboração da cidade de São Luís no tempo. Distinção que consiste na delimitação entre as “representações da categoria patrimônio nas grandes civilizações, nas chamadas ‘culturas primitivas’, e as transformações que ela sofre nos contextos históricos e culturais da modernidade”. Isto é, o patrimônio enquanto categoria universal, pois que presente em toda coletividade humana, e o patrimônio qualificado cultural e historicamente. Na *experiência São Luís*, aqui objetada, qualificação conforme os transees constituintes da *mercadoria*, nas forças e ondas profundas da modernidade que lhe é contemporânea. Forças que se movem sobretudo pelos impulsos da especialização e do predomínio da economia monetária e assim do movimento e complexidade “da divisão social do trabalho”. Daí afirmar que “aparentemente” tais transformações têm sua fonte motriz no “íntimo envolvimento” com o mercado e os princípios e regras de funcionamento deste. Mercado que é decisivo para “entendermos os processos de expropriação, de classificação e de exibição dos patrimônios [acentuando que as] relações e valores tradicionais são transformados no mundo do mercado e podem assumir a forma de mercadorias peculiares” (SANTOS, 2007, p. 241-242). E aqui ele chama atenção para a aparente contradição entre “bens inalienáveis” e essa outra categoria “mercado”, para explicar que, neste, não se compram objetos mas “experiências”, por “intermédio de imagens sensíveis do passado histórico, das culturas populares”, nativas e regionais, dos primitivos, das civilizações tradicionais etc. Observa que o trânsito da inalienabilidade para a alienabilidade do patrimônio – no contexto da modernidade – se realiza através de “diversas formas de relação mercantil”, por exemplo, aquisições para museus e roubo/tráfico, com efeito sobre as diversas maneiras de percepção dos objetos. A condição de

mercadoria não se revela apenas na possibilidade de ser vendido o objeto. Veja-se um prédio tombado – o que ressalta em São Luís –, não se pode vendê-lo, mas sua “condição de objeto de consumo turístico”, pode, a imagem que projeta (SANTOS, 2007, p. 244).

Diz mesmo esse autor que “os objetos classificados como ‘patrimônio’ são, ao mesmo tempo, condição e efeito da chamada indústria turística”. Resta desestabilizada a forma de se perceber o patrimônio como algo “organicamente ligado à história e à identidade nacional” – neste contexto de sua predominância – “e supostamente articulado em contraposição ontológica ao mercado”. Enfrenta ele a discussão da questão do mercado-patrimônio-ressonância, implicada na relativização mesma da concepção de patrimônio nas sociedades modernas.¹⁶¹

¹⁶¹ Lima (2007, p. 231 e 233), examinando a questão do Patrimônio e sua relação com preservação/tombamento, identifica conflito entre as concepções e práticas destes e “as formas de viver no tempo”- e aqui cita a “teoria do conflito” de George Simmel). E indaga, metodologicamente (para balizar sua análise): para que serve o tombamento? “Ouro Preto – e poderia ser São Luís – foi conservada porque foi tombada ou foi tombada porque foi esquecida no tempo, conservando um passado (GONÇALVES, 2001), que só mais tarde seria resgatado como ícone patrimonial dos tempos modernos?” Assinalando que tudo isso revela um “mal estar na cultura”, articula resposta – enquanto sugere novas buscas – afirmando que (inclusive o Registro Imaterial) “são males patrimoniais necessários, mas insolúveis na dinâmica das culturas”.

3.1 Patrimônio e mercadoria, cidade, memória, história, identidade, tempo, lugar, bens culturais, tombamento, valor de troca, valor de uso, valor cultural, patrimônio histórico, monumento e romantismo

Patrimônio, mercadoria

Abordando a noção de patrimônio e cultura na dinâmica dos processos de politização, mercantilização e construção de identidades, Mônica Roitman e Alicia Norma González de Castells, fixam três lembranças relevantes no presente desenvolvimento temático: a) Discutindo patrimônio e mercado e citando Natália Vieira, quando se referem às “city marketing” – em que os “lugares de memória” passam a “ser âmbitos lucrativos”...; b) A relação patrimônio e propriedade privada desse tipo de bem – citando Roberto dos Reis Silva – e lembrando que isso constitui um “campo de disputa e se situa em permanente tensão com o mercado”; c) Aludindo a estudo de Laura Cardini, quanto lembram que patrimônio é concepção em disputa, em que intervêm distintos sujeitos sociais, incluindo o Estado, que não pode ser concebido sem considerar sua dimensão histórico-social e de processo dinâmico e em permanente construção e reformulação” (ROITMAN e CASTELLS, 2007, pp. 64, 65 e 67).

De sua parte, tratando do tema, e com o pressuposto de que a “crise do conceito de progresso” teria estabelecido novas atitudes em relação ao passado, presente e futuro, Henri-Pierre Jeudy observa que “o culto ao patrimônio, bem como a ânsia da conservação dos objetos do passado, pode ser interpretado como um mecanismo de proteção diante a uma ordem simbólica ameaçada”, enquanto Françoise Choay atribui esse *culto* e sua maior difusão hoje em dia à “discussão do patrimônio cultural inserido nos meandros da indústria cultural e da espetacularização de tudo, como mais um produto a ser consumido”. (Apud NOGUEIRA e REIS p. 7).

A chamada indústria do turismo é uma forma de organização desse mercado “consumidor” e desde já acentuamos que ela é marcante no que São Luís tipifica nesse processo de produção – em mercadoria – e “consumo” da cidade “histórica” culturalmente patrimonializada. Como assinala Alexandre Correa, numa cidade assim portadora de um pujante acervo arquitetônico, além de contar com uma natureza singular, a preservação desse patrimônio tornou o Maranhão “um dos focos privilegiados do interesse turístico nacional e internacional”, sobretudo com a divulgação midiática intensa “de imagens e sonoridades peculiares”, fazendo do

Estado um “novo campo de expansão do capital de serviços hoteleiros turísticos” (NOGUEIRA e REIS).

Mercadoria: não se há de falar nela impunemente sem localizar histórica e teoricamente a sua configuração e quem o faz de forma insuperada é o historiador Karl Heinrich Marx. Este autor, em sua elaboração, afirma que a “mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer”, após afirmar que a “riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar” (MARX, 2013, p. 113). Acrescente-se que ele também assinala nesse propósito definidor que toda “coisa útil, como ferro, papel etc., deve ser considerada sob duplo ponto de vista: o da qualidade e o da quantidade”, sendo cada uma dessas coisas “um conjunto de muitas propriedades e pode, por isso, ser útil sob diversos aspectos”. Diz que é “um ato histórico” descobrir esses diversos aspectos – compreensão de grande proveito na linha de reflexão deste estudo –, também o sendo, “encontrar as medidas sociais para a quantidade das coisas úteis [*e que a*] utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso”, que “se efetiva apenas no [*próprio*] uso ou no consumo” (MARX, 2013, p. 114). Valores de uso que “formam o conteúdo material da riqueza qualquer que seja a forma social desta [*e que na sociedade capitalista*] constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais [*stoffliche Träger*] do valor de troca”.

Nessa perspectiva de argumento e com considerações que pressupõem as ideias de falsa aparência e fetichismo, anotam ainda Nogueira e Reis (p. 7) que a “verdadeira riqueza, que vem a ser a aparência objetiva, consiste da capacidade dos seres humanos de produzirem as coisas, no movimento real da sociedade. Em cada mercadoria há uma centelha de vida, ou seja, o trabalho aí investido”. Clamam pela natureza intrinsecamente humana do valor de troca, fenômeno que movimenta as coisas e realçam a “mercadoria como a forma elementar da riqueza na sociedade capitalista em seu duplo caráter de valor de uso e de valor de troca”, e, antes de tudo, “valor enquanto produto da divisão social do trabalho...”.

A propósito de outras possibilidades de proveito ligadas ao sentido de tombamento, preservação e requalificação (de centros históricos, por exemplo), lembra Fonseca a evidência de “no século XX [ser essa discussão feita] em torno da transformação do patrimônio em objeto de consumo cultural” (FONSECA, 1997, p. 60). Em arrimo, com inteira pertinência, é de se lembrar da enorme afluência mercadológica atual, por exemplo, de material historiográfico em todos os cantos do Ocidente, e das simbologias do passado, daí que, num olhar em volta, o constatamos,

das bancas jornaleras às casas de cinema, que estamos vivendo uma época consumidora de História.

Nessa construção conceitual e seu balizamento, que dizer sobre o Patrimônio Cultural, ele próprio objetado na dinâmica do sistema do capital? Ele não está imune “aos domínios e contradições” desse sistema, tendo “em vista a essência da estrutura da mercadoria e seu domínio sobre todos os campos da vida material e imaterial”, segundo Nogueira e Reis, que advertem para a complexidade dessa compreensão:

No entanto, deve-se ressaltar e analisar profundamente os paradoxos que se vislumbram nessa constatação, na medida em que essa condição instituída de patrimônio como bem público, baseada em princípios e critérios pré-estabelecidos, é determinada a posteriori dos respectivos usos originais, de qualquer ordem. Trata-se de um novo uso. Ao mesmo tempo, independente de haver se tornado patrimônio, protegido pelo poder público, um bem cultural pode ser absorvido pela dinâmica do consumo e entretenimento característico da indústria cultural. Como de fato acontece.

Desde que analisado na perspectiva da Teoria Crítica marxista, o conceito de patrimônio cultural pode, ou deve, inclusive, ser inserido na questão da luta de classes, na medida em que também se constitui como uma forma de apropriação e expropriação de práticas e objetos materiais. Apesar da legislação consagrada hoje, em todos os níveis de governo e políticas culturais, atribuir como prerrogativa de qualquer cidadão, ou grupo social, solicitar que determinado bem seja considerado patrimônio local ou nacional, não é difícil demonstrar a influência do capital, também nesses assuntos. É mais um campo de lutas, entre diversos atores sociais, instituições do Estado, organizações civis, e o poder econômico, especialmente no embate entre os interesses do público e do privado. (NOGUEIRA e REIS, p. 8 e 9)

Contradição e paradoxo, esses, em cuja raiz está o imperativo de que o patrimônio cultural se expressa por certa insistência à perenidade, enquanto a dinâmica do capitalismo tem entre seus traços essenciais o de ser destrutiva, além do que as ideias e práticas cultural-patrimonializadoras, sejam construções históricas “concomitantes ao desenvolvimento da sociedade capitalista, de contraposição à propriedade privada”, embora sua invenção não seja assim intencionada. Ora, que mais desafiante paradoxo da contemporaneidade que os arranjos “da convivência entre a demanda colocada mundialmente pela preservação de bens culturais e ambientais, e o caráter destrutivo da chamada civilização moderna, aparentemente tendo chegado já nos limites da barbárie” (NOGUEIRA e REIS, p. 9).

Sobre o que sugere o par conceitual correlacionado *Patrimônio* e *Cultura*, convém tratar, junto, de um terceiro conceito, o de *objeto*, imbricado profundamente com o significado de

cultura material. Em certo sentido, na dinâmica e nas concreções do tempo e do espaço, a história é o processo constituinte de todas as coisas enquanto fruto das interações entre saber e trabalho humano. *Objeto* é uma espécie na ordem das coisas. Conforme anotou Nogueira e Reis, em sua “acepção imediata e material, *objeto* é qualquer coisa que se configure como presença sensível aos sentidos”, nesse passo fixando uma quase sutil diferença entre *objeto* e *artefato*: este, para eles, é uma especificação de objeto material “a partir de sua contribuição para a compreensão e interpretação de uma realidade sócio histórica”. E é nesse propósito que os chamados *bens culturais* são uma espécie de *objeto*, aqueles que são portadores de uma função que lhe foi socialmente atribuída. Atribuição essa elaborada nas formas do pensar e de certa percepção sobre o passado próprios do contexto da modernidade. Aliás, contexto sob o qual, permeando sua historicidade, configurou-se, sistematicamente, o mencionado conceito de *cultura material*, articulado interdisciplinarmente, em cujo escopo, segundo D’Assunção Barros, Gaston Bachelard sugerirá que “a imaginação de um movimento reclama a imaginação de uma matéria” e que esta e a “imagem” podem “ser examinadas nas suas inter-relações”, e ainda, que a “partir de um enfoque que não deixa de ser similar, os objetos e artefatos são encarados como complexos de tendências ou ‘redes de gestos’ ...”.¹⁶²

Cabe acrescentar que a menção a contexto da modernidade se faz necessária para realçar – e já se o fez noutro lugar deste estudo – que as noções, conceitos e inclusive a definição e força jurídica dos bens culturais constitutivos do Patrimônio são obra do século XVIII ocidental para esta parte. Era o tempo da formação das identidades nacionais no bojo da ascensão da burguesia europeia ao topo do poder, representando São Luís, nesse tempo, diga-se, uma referência muito relevante da elaboração material das forças de produção que marcam esse contexto – situada essa cidade, contudo, nos confins equinociais. Como também acentuado, a cidade historicamente

¹⁶² Expressão de Leroi-Gourhan, “simultaneamente um antropólogo da cultura material e do imaginário que se dedicou mais particularmente às culturas paleolíticas”, segundo o próprio Barros. (Apud José d’Assunção Barros, <http://campodahistoria.blogspot.com.br/2011/01/historia-da-cultura-material.html> ac. 01.10.13, às 17h30). Aduz Barros que tais “divagações podem parecer demasiado abstratas à primeira vista, mas devemos aprender com elas”. E referindo-se mais precisamente ao ofício do historiador, lembra ainda que as “relações entre os objetos da cultura material e o imaginário podem ser exploradas criativamente” por eles e por estudiosos de outros campos historiográficos. Dá exemplo da espada que, independente “de ser um símbolo bélico [...] também se abre imagisticamente para o gesto do ‘ordenamento social’”. Ela estende-se para o gesto que corta, que descrimina, que separa, que compartimenta — que ordena o social, enfim”. Assim é que, nesse sentido, “o símbolo incorpora com a sugestão do ‘ordenamento social’ mais esta outra função representativa, para além do enfrentamento do inimigo. A espada torna-se um símbolo polissêmico, representação da força mas também, da justiça”. Enfim, essas interrelações se evidenciam ainda mais, conforme se as examine com chaves analíticas da chamada história econômica e os objetos da cultura material sejam relacionados às esferas da produção, da circulação e do consumo. A captação dessa “teia de relações humanas”, não deve operar-se de maneira que sua história seja “um mero inventário descritivo de bens diversos e de suas formas de consumo”.

produzida como artefato, cuja materialidade avulta no valor de uso que contém e que guarda relação com os valores da era moderna e respectiva associação com o movimento do *romantismo*, no bojo dos desdobramentos da chamada “revolução industrial”, “a aceleração dos mecanismos de proteção de acervos e monumentos”. Romantismo que na Europa oitocentista tem, em John Ruskin, sociólogo e escritor inglês, a sua referência mais destacada e algo que voltaremos a objetar.

Cidade, patrimônio

Já articuladas, atrás, tantas variações conceituais quanto a *Cidade* – pois objetamos uma delas que repousa no padrão da multissecularidade, São Luís–, puxemos mais algumas variáveis nesse esforço de inventariá-la no cipoal inteligível de aproximações contido em sua polissemia, entre o concebido e o concreto, agora num escopo que a tradição acadêmica do presente vem chamando de pensar antropológico. E pensar sobre a *cidade moderna*.

Perguntemos de novo: que é cidade? Por que *moderna*? Moderna, porque expressão de uma temporalidade determinada. “A concepção simmeliana de cidade moderna [...] orienta a concebê-la a partir das formas e dos gestos humanos na condição da fugacidade e da efemeridade do tempo que ritma o viver urbano” (ROCHA e ECKERT, 2007, p. 343).¹⁶³

Pensando com Simmel, tais autoras afirmam que “há, nas formas da cidade, na emergência das relações sociais interativas que criam e agem, uma adjudicação de sentido, de modo que na contingência do tempo, algo se eterniza”, do que “a cidade é concebida como um fenômeno que encerra um espaço humanizado singular que acomoda os valores éticos e morais coletivos profundamente enraizados no trajeto antropológico”. Lembram que para ele há nisso “a reconciliação entre as oposições mais prementes do viver urbano: a cultura objetiva e a cultura subjetiva – uma reconciliação no tempo e no espaço social da cidade, enfocadas enquanto formas simbólicas que encobrem uma construção de sentido para o mundo”. Nisso também as abordagens sobre os bens patrimoniais tangíveis e intangíveis refletem “sobre a vida e sobre a matéria, atribuindo-se ao desejo de conhecer dos habitantes da grande cidade o ato de interagir com sua história [do que] a vontade de viver a cidade moderna, urbano-industrial, comporta, para os seus habitantes, o ato de narrar suas histórias vividas neste espaço...”. Essa cidade guarda uma dimensão patrimonial intangível irradiada de sua condição de “território enraizador da

¹⁶³ Essas autoras estão tomando Georg Simmel, em seu texto *A metrópole a vida mental*, publicado em O. Gilberto Velho, o Fenômeno urbano, Zahar, Rio de Janeiro, 1979. Para elas, Simmel é “o maior estudioso da cidade moderna em suas dinâmicas sociais de destruição e de transformação”.

pluralidade e da heterogeneidade étnica, social e cultural humana, herança de seus mitos de origem”, quiçá, também de seus mitos de finitude – no caso de São Luís, já o invocamos noutra parte, até mais, as tão canonizadas lendas sobre a hecatombe do fim ante o despertar vingador e devastador da Serpente que morderá o próprio rabo... Também a sua refundação mítica pela volta de dom Sebastião, o Encoberto, que tornará guiado por seu boi com a estrela na testa.¹⁶⁴ Todos esses elementos conferem significado e força coesiva entre seus moradores, na perspectiva identitária comum, sobrevivendo e se reconstituindo em meio às transformações urbanas em curso, no referido tempo veloz e fugidio de sua concreção reiterada. Com efeito, singularidade identitária realimentada, ganham também as políticas cujo fim é a valorização do patrimônio, afinal, coletivo, herança a salvaguardar, mas também a compartilhar – do que as dissipações possam redundar no desenraizamento e perda irretornáveis.

O exame atento desse argumento, aliás, faz parecer que a cidade de São Luís foi o objeto da observação simmeliana, pois, como já vimos, e continuamos a ver, a história da cidade – e suas *histórias* –, cabem perfeitamente nesse esquema explicativo, porquanto, torna-se ele um instrumento valioso para capturar em sede elucidativa elementos importantes para se entender as referidas histórias. Assim, logo se nota, que, tanto objeto quanto conceito, São Luís, *in casu*, em profundidade, é a cidade substantiva no plano mais geral e mais específico da modernidade ocidental, naquela busca de vinculá-la, nas asas da própria modernidade, aos “sentidos do mundo”. Do que pensamos poder aduzir que disso decorre também o afã de produzir-se daí sua proteção em nome da *Humanidade*. Ora, ela é, não só metaforicamente [tal lembra Simmel] mas, de fato, uma ínsula, uma ilha. Talvez aqui cresçamos em nossa contribuição em pensar as Políticas Públicas para São Luís e o seu próprio destino. Ela também se configura historicamente como espécie de entidade cultural naquele sentido simmeliano da cidade que ergue e desergue, funda e refunda e vive o mútuo rebater do antigo e novo. O moderno? A razão? Seus mitos têm razões que a própria racionalidade do tempo objetivo aconchega e até vende.

Pensando a cidade como corpo físico portador de memória, ditas autoras escrutinam a cidade ocidental, desde os gregos – Polis – para afirmar que a cidade de hoje adere às motivações

¹⁶⁴ Sérgio Ferretti, em *Dom Sebastião, o santo e o rei na Encantaria e no folclore maranhense*, assim resumiu a lenda: “Afirma-se que as dunas de areia da Ilha dos Lençóis têm semelhanças com o campo de Alcácer-Quibir, onde el rei dom Sebastião desapareceu. Lençóis é considerada uma ilha encantada, que serve de morada a dom Sebastião. Seu reino está oculto no fundo do mar, próximo aquela ilha. O rei vive em seu palácio submerso e seu navio nunca encontra a rota para Portugal. Dizem que nas noites de sexta-feira dom Sebastião aparece na praia na forma de um touro negro, com uma estrela de ouro na testa. Se alguém conseguir atingir a estrela e ferir o touro, o reino será desencantado, a cidade de São Luís irá submergir e aparecerá uma cidade encantada com os tesouros do rei.”

simbólicas de diferentes civilizações modeladas “nos arranjos espaciais” e mimetizando diversos problemas morais e políticos encerrados em eixos de construção de sentidos que compreendem a “alma individual”, a “cidade ideal” e o “discurso filosófico”. Perpassada e perpassando a chamada Idade Média, e a Renascença, essa cidade antiga que luzirá nos Tempos Modernos é já um corpo ou “conjunto de valores ético-morais espacialmente delimitado em termos de um território de vida coletiva”.¹⁶⁵ Cidade que é já “lugar onde se depositaram lentamente diferentes instituições humanas e para as quais foi atribuída uma pluralidade de sentidos acerca da natureza dos vínculos sociais”.

Neste passo, ao modo de exemplificação, trazemos e enquadrados em tal escopo conceitual-analítico, São Luís, e suas metamorfoses parteiras, ainda no Seiscentos, já nos clarões da *era moderna*, e que se projetam e ressignificam nos séculos que virão. Tempo da formação dessa cidade e no qual se elabora uma tessitura das aludidas instituições humanas, inclusive naquele momento que para muitos não passa de relato inverossímil ou “pré-história”, aquela espécie de “assembleia constituinte” de maioraes e franceses para pactuarem social e politicamente a vida local – fixando-se uma “instituição humana” (um estado colonial-feitorial), valores “ético-morais” e fiando-se “vínculos sociais”. Ora, isso foi determinante nos passos seguintes da cidade, e os feitos que morfologicamente marcam/modelam a *urbs* nascente os tem refletido e com o tempo-memória ganhou duração na explicação/história da cidade e que a constitui enquanto aquela singularidade acima lembrada. A fundação do forte, das igrejas, a abertura e apropriação das fontes de água, as roças de cultivar, todas são marcas cuja inerência se revela nos ditos vínculos sociais forjados já na origem e que vão se projetar no corpo citadino pelos tempos afora/agora, entre guerras e outras exasperações, mas que todas incapazes de romper/remover os elãs profundos coletivamente urdidos entre a alma e o dito corpo físico da cidade, o espírito e a matéria de São Luís, enfim, o que se vem hoje a chamar e ter como seu patrimônio intangível e tangível.

Da cidade pós-moderna atual, dizem, ainda citando textualmente Simmel (1979: 67), que veicula discursos sobre processos relativos à acumulação de capital financeiro e cultural e que segue espaço-tempo desterritorializado, “sede das trocas monetária, da divisão do trabalho,

¹⁶⁵ A cidade, na Renascença, configura-se “enquanto lugar onde a memória histórica de uma comunidade aponta para a captura de sua alma, expressão do *genius loci*” e citando livremente Norberg-Shulz, anota essa autora a concepção da arquitetura ocidental renascentista como expressão e organização do medieval espaço da espiritualidade transmutando-se em espaço como ordem concreta e geométrica – dir-se-á, das igrejas aos palácios de governo/capital, isto é, o palácio real a função de “centralidade organizadora” (ROCHA e ECKERT, 2007, p. 345).

da crescente racionalização do mundo social” (ROCHA e ECKERT, 2007, p. 345-46). Vejamos nesse diapasão o que mais aponta Simmel:

Paralelamente a sua crescente extensão, a cidade oferece cada vez mais nitidamente as condições necessárias à divisão do trabalho: um meio que, por sua dimensão, pode acolher uma infinidade de produtos diversos, ao mesmo tempo em que a concentração dos indivíduos e sua luta para adquirir uma clientela força-os a especializar-se, de modo que dificilmente alguém possa ser despojado pelos demais. O que conta, antes de tudo, é que a vida nas grandes cidades transformou o combate pelo sustento em um combate pelo homem, e que o combate desta luta não provém mais da natureza, mas do homem. Aí reside não só a origem da especialização que acabamos e evocar, mas a de uma outra característica mais profunda: o vendedor não pode deixar de provocar o comprador necessidades novas e cada vez mais particulares. A necessidade de especializar os produtos e os serviços para descobrir uma fonte de lucros ainda não esgotada, uma função para a qual não é fácil encontrar um substituto, leva à diferenciação, ao refinamento, ao enriquecimento das necessidades do público, que devem conduzir a olhos vistos, por sua vez, a diferenças pessoais crescentes. (SIMMEL, 2011, p. 336).

Essa formulação permite pensar a mercadorização dos bens culturais nas cidades históricas objetadas nos processos mais recentes de patrimonialização. Permite vislumbrar a força operante no coração e na dinâmica da estrutura social no sentido de ajustar a “oferta” de seus bens – manifestações tradicionais, por exemplo – às exigências desse “consumidor” – o turista. Daí que a “reinvenção das tradições” e daí também, o exemplo agora corrente como nunca (em São Luís) da glamourização do *boi*, o repontar do *cacuriá*, as *caixeiras* do Divino: é preciso ter coisa nova a vender no repertório do tradicional, redescobrir a culinária, inventar comidas, os saberes e fazeres comuns mas milenares, tal a elaboração náutica veleira. O mercado é voraz, é competitivo.

Mas dessa cidade, emerge a velha cidade e sua “atmosfera estética” refletindo o seu repositório de homens e coisas, assim relativos ao trabalho, por exemplo, também aos monumentos que evocam o passado de um povo. Neste sentido, cabe indagar: tendo-os por seus bens culturais irrenunciáveis, por que São Luís canta e dança e rufa e literatiza? São operações do trabalho da e com a memória, porque nisso “se desvenda a expressão de seus mitos de fundação”, além de brandir suas lendas, saberes, fazeres, histórias, tradições e até suas utopias (*e aqui vale que se atente para o erudito inventário de distinções entre memória e história que faz P. Nora e que destacamos a seguir*). Essa leitura colabora na construção de respostas a esta indagação: como funcionam as políticas públicas em relação ao patrimônio material (existente) e imaterial (reconhecido)? As políticas públicas “permitem o conhecimento dos habitantes citadinos de seus

percursos históricos e promovem a consciência do viver social – uma consciência coletiva que não só depende da memória construída, mas contribui para a memória social e coletiva dos cidadãos”. Política pública para o antigo que tem seu modo de significar em proveito de seus projetos os modos da abordagem memorial, os rumos a seguir e o jeito de andar.

Lembrando que a cidade moderna, como parte do dispositivo simbólico humano, é um fenômeno de “domesticação do tempo e do espaço através dos símbolos”, acercam-se da passagem em que Píndaro diz que “o homem é um ser que esquece”, sobretudo de si mesmo, e o em que W. Benjamin fala do “fantasma do esquecimento”, para acentuar que “em certos centros urbanos o ato de restaurar e de conservar edificações são formas encontradas por seus habitantes para domesticar a passagem do tempo, fazendo da cidade um ‘cemitério de civilizações’ [e noutros centros] a adesão ao ritmo de inovações e de modernizações impõe a destruição de antigos casarios, velhos bairros e paisagens de arrabaldes, na busca de recriar o caos primordial onde se celebra, com vigor, o renascimento de um novo corpo coletivo” (ROCHA e ECKERT, 2007, p. 347). Daí que considera, nessa linha de argumento, que a cidade é um lugar de figurações de utopias que encerra a ideia de Civilização [...], território de transmissão de saberes e fazeres...”. Para elas, são as transformações provocadas pela trama espacial urbana e seu processo violento de destruição, que faz seja destacado, nas agendas das instituições culturais, o debate ligado às políticas de preservação patrimonial. E os bens culturais constituintes de uma cidade não se configuram apenas em “espaço edificado, mas nos saberes, fazeres e tradições” protagonizados ordinariamente por seus habitantes. Também não se configuram somente na paisagem urbana, senão em seus “territórios-mitos”, estabelecendo “hierarquias e configurando a cidade qualitativamente em lugares carregados de sentido” (p. 349). Entrementes, referem-se, de passagem, tendo presente a era da globalização, ao imperativo de “pensar os gestos de fundação da cidade na Grande Tradição Ocidental e o lugar que aí ocupam os postulados do individualismo moderno” em face dos valores éticos e morais que sustentam a ideia de uma personalidade urbana livre”. E como pensar, realçando, a dimensão ético-estética¹⁶⁶ (valores, crenças, tradições, as visões de mundo e os estilos de vida) dos estudos da memória nos grandes centros urbano-industriais? E em relação a São Luís, certamente um grande ajuntamento humano, contudo conformado naquele padrão de centro urbano marcado pelas incompletudes ou bloqueios da emergência da industrialização em larga escala, como pensar essa dimensão? O bloqueio

¹⁶⁶ Camillo Site (1843-1903), contemplando a cidade sob suas inspirações estetizantes, recorta de Aristóteles a afirmação de que uma “cidade deve ser construída de modo a proporcionar a seus habitantes segurança e felicidade” (apud CHOAY, 2011, p. 205-06).

estrutural pelo fenecimento de sua experiência moderno-industrial teria determinado um outro encaminhamento no relativo a seu lastreio ético-estético, intensificando o rebrotar em sua malha das tradições originais de certa e insistente ruralidade, dado novo timbre a seus tantos saberes, reacendido o modo de se enxergar letrada, culta, inclusive o de ter um falar distinto, literário, que a identifica? O cultivo da narrativa-mestra da fundação francesa para se reivindicar singular? Sim, enquanto realização daqueles sentidos da política que racionaliza as relações da cidade com o grande mundo, aqui, com proeminência, o dos possíveis *consumidores culturais* de sua singular diversidade de saberes.

Rocha e Eckert (2007, p. 359) sugerem-nos, entre tantas, mais uma pergunta de pesquisa que instiga: “Reformar prédios abandonados frente às dificuldades de um país marcado pela desigualdade [não seria] contraditório se não atentarmos para as razões simbólicas de um povo durar na sua cultura singular”? De quebra, sempre objetando em sua análise o Ocidente, indicam que a civilização dessa zona do mundo se inscreve humanitariamente em tais produções arquitetônicas, pois estas “permitem fazer durar os códigos e sentidos de existência que futuras gerações certamente merecem herdar”. E assim concluem afirmando que a cidade ocidental tem seu destino na História enquanto “lugar de uma elaboração ética progressiva da vida social”. Assim sendo, preservar e “valorizar bens culturais e patrimoniais só tem sentido se os pensarmos enquanto corpo de memórias coletivas negociadas e não a concebemos como mero território de reativação de tradições perdidas e da nostalgia do passado”. Este entendimento nos ajuda a examinar – em São Luís – os encaminhamentos concernentes às escolhas *negociadas* quando da tomada de decisões sobre as iniciativas na Praia Grande, nos tombamentos etc. Sim, a patrimonialização tem sentidos e hoje parece ter a sanção popular e de setores poderosos – estes, sem dúvida, com um cálculo de ganhos imediatos a auferir (v. capítulo 3).

Patrimônio, memória, história, identidade, tempo, lugar

Mourejando no terreno de certo modo movediço da pluridisciplinaridade, Izabela Maria Tamaso busca caracterizar distinções possíveis entre os patrimônios em relação à história, à memória e à identidade. Chama a atenção para o aumento do interesse geral pelo patrimônio, tal o faz Reginaldo Santos, confluindo para a intensificação, nos anos 1990,¹⁶⁷ das demandas e dos

¹⁶⁷ Ressalta PAULA et al (2012, p. 9), que as “diferentes leituras, apropriações, usos e entendimentos que se fazem e se fizeram do Patrimônio ajudam a revelar a intensa carga de sentidos que evoca. E é em torno dessa constelação de significados que muitas vezes se desenrolam os conflitos e se elaboram consensos”. Tratar de “Patrimônio” equivale a encetar uma viagem por uma espécie de “polifonia” (“muitas vozes”, do grego) ou “vozes entrelaçadas” dos

atos de patrimonialização mundial pela Unesco: do ponto de vista dos demandantes – e num contexto de ultrapassagem das economias agrícolas e industriais –, uma estratégia de reação local “às transformações das estruturas da economia mundial, caracterizada tanto pela crise das sociedades industriais, quanto pelo crescente consumo e pela expansão dos lugares de lazer” (TAMASO, 2012, p. 21).

Ajustando-se às linhas determinantes estruturais da economia mundial e de outros fluxos, na experiência de patrimonialização em curso – e em foco no presente estudo –, a “cidade histórica” de São Luís apresenta-se como lugar pleno de significados e possibilidades de se reerguer, no sentido caracterizado por Paulo Peixoto, logrando, com as ações concernentes ao patrimônio histórico, “um triunfo para fazer face à erosão do seu tecido econômico e à perda de competitividade”, apresentando como recursos de atratividade o próprio patrimônio, sua cultura, seu passado (apud TAMASO, 2012, p. 10 e 14). Isto diz para acentuar a ideia de que “as ‘ilhas’ de passado surgem em meio às cidades do mundo todo, como ‘um espectro que agora ronda o urbanismo’ e multiplica os investimentos no mercado de antiguidades”. E, citando Michel de Certeau, esse espectro ou “fantasma é esconjurado sob o nome de ‘patrimônio’, cuja estranheza ‘é convertida em legitimidade’” (TAMASO, 2012, p. 22).¹⁶⁸ Observa que os “bens culturais constituídos como patrimônio não são representados e apropriados igualmente pelos diferentes grupos, fato que gera conflitos políticos, sociais, econômicos e culturais, engendrados por grupos antagônicos na luta simbólica ou material pelo espaço urbano” (TAMASO, 2012, p. 24). E pensando com Jeudy¹⁶⁹ (1990), acrescenta que o “patrimônio de toda a espécie, ao acumular, contraria a transitoriedade das coisas. Salvando da erosão e do descarte [...] procuramos o equilíbrio entre o efêmero e o permanente”.

Quanto à distinção que indica fazer, ela chama a atenção para a produção do obscurecimento dos dissensos “culturais e patrimoniais, por meio das falaciosas e naturalizadas equivalências entre história, patrimônio e memória, patrimônio e identidade” (p. 25). Nesse sentido, questiona a naturalização e “relação de imediatidade” entre os termos identidade e patrimônio, que mais serviriam à metalinguagem das políticas urbanas, qualificando-as na “concorrência entre cidades”, que objetam os centros históricos enquanto elementos a “vender”

diferentes “sujeitos envolvidos em cada objeto selecionado [tudo se convertendo] num conceito em aberto, vivo, em construção e constante mutação. Como tal, inevitavelmente está sujeito a muitas reapropriações e redefinições”.

¹⁶⁸ As diversas citações trazidas por outros autores e referências outras de M. de Certeau são hauridas de sua obra “A invenção de cotidiano, artes de fazer”.

¹⁶⁹ JEUDY, Henry-Pierre. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

(TAMASO, pp. 25 e 26). De igual modo, com arrimo em Massey¹⁷⁰, critica a relação naturalizada dos bens patrimoniais com lugar, cultura e povo. Lembra, a propósito, que lugar é uma construção singular que se encaixa em relações sociais mais amplas e “centro de uma mistura distinta das relações sociais mais amplas com as mais locais [interagindo] com a história acumulada desse lugar e ganhem um elemento a mais na especificidade da história”. E aí que os patrimônios não são *naturalmente* lugares de memória e referências identitárias preserváveis de um povo, de sua herança cultural (TAMASO, pp. 27 e 28). No que diz respeito à relação patrimônio, história e memória, reconhece a interligação dos três termos (“todos nos conectam ao passado”), mas alerta para a necessidade de se buscar criticamente a diferença entre eles. E criticamente, buscamos em Pierre Nora, este cotejo, dialogal, pondo à luz solar a distinção entre história e memória e, a um só tempo, os elementos de suas maranhas e de sua inextricabilidade:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência de que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é efetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque experiência intelectual e laicizante, demanda análise, discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem, que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe confere uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.

No coração da história trabalha um criticismo destruidor de memória espontânea. A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir. A história é deslegitimação do passado vivido. No horizonte das cidades de história, nos limites de um mundo completamente historicizado, haveria dessacralização última e definitiva. O movimento da história, a ambição histórica, não são a exaltação do que verdadeiramente aconteceu, mas sua anulação. Sem dúvida um criticismo generalizado conservaria museus, medalhas e monumentos, isto é, o arsenal necessário ao seu

¹⁷⁰ MASSEY, Doreen. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antonio Augusto (Org.) *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papirus, 2000, p. 176-185.

próprio trabalho, mas esvaziando-os daquilo que, a nosso ver, os faz lugares de memória. Uma sociedade que vivesse integralmente sob o signo da história, não conheceria, afinal, mais do que uma sociedade tradicional, lugares onde ancorar sua memória. (NORA, 1981, p. 9).¹⁷¹

Izabela Tamaso, citando livremente o próprio Nora, lembra que os “lugares de memória” são criação das sociedades pós-industriais, que teriam perdido “a memória como suporte de continuidade e preservação do social [e que eles] recuperariam a sua existência” (TAMASO, 2012, p. 28-29). E ressalta, ainda com esse autor francês, que, “uma vez patrimonializado, o bem cultural deixa de se submeter à dinâmica da memória, pois fica menos sujeito às revisões e aos escrutínios”. Quanto a história e patrimônio, em que pese a vinculação estreita entre ambos, assinala que se distinguem por terem diferentes propósitos e citando Lowenthal¹⁷² (1998b, p. 119), lembra a diferença crucial: “história é um esforço para compreender o passado em seus próprios termos, enquanto o patrimônio compromete-nos com um credo presente” (apud TAMASO, 2012, p. 31).¹⁷³ Pensando a relação entre história e bens patrimoniais a autora ressalta que estes últimos atendem aos dois objetivos correlacionados: auxiliar a preservação dos bens

¹⁷¹ Essa formulação de Pierre Nora teve muito impacto no campo historiográfico e das chamadas ciências do homem como um todo. E é oportuno conferir como ele próprio, passados alguns anos, fedebecou a recepção dela em seu amplo leitorado e até discipulado: “Uma expressão inusitada [lugares de memória], forjada pelas necessidades da causa, escapou de seu inventor para se tornar, com uma velocidade recorde, uma locução do vocabulário comum. Ao mesmo tempo, a noção, teorizada aqui [na obra] há oito anos no primeiro volume, gerou, na França como no estrangeiro, múltiplos canteiros, e ao lado de cópias mais ou menos fiéis e de utilizações abusivas, aplicações frequentemente fecundas”. (NORA, 1997, v.2: 2219 – grifos meus). Em que medida as aplicações da noção de “lugares de memória” teriam sido pouco fiéis e abusivas? Nora destaca a tendência a reduzir os lugares à materialidade e ao monumental. Reafirma a proposta inicial, mas surgem nuances: “O lugar de memória supõe, para início de jogo, a justaposição de duas ordens de realidades: uma realidade tangível e apreensível, às vezes material, às vezes menos, inscrita no espaço, no tempo, na linguagem, na tradição, e uma realidade puramente simbólica, portadora de uma história. A noção é feita para englobar ao mesmo tempo os objetos físicos e os objetos simbólicos, com base em que eles tenham ‘qualquer coisa’ em comum. [...] Cabe aos historiadores analisar essa ‘qualquer coisa’, de desmontar-lhe o mecanismo, de estabelecer-lhe os estratos, de distinguir-lhe as sedimentações e correntes, de isolar-lhe o núcleo duro, de denunciar-lhe as falsas semelhanças e as ilusões de ótica, de colocá-la na luz, de dizer-lhe o não dito. [...] Lugar de memória, então: toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer.” (NORA, 1997, v.2: 2226 – grifos meus). Citado em GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a

memória e o patrimônio cultural. <http://www.seer.furg.br/hist/article/view/3260/1937> ac. 30/07/2013, 22h03

¹⁷² LOWENTHAL, David. *The heritage crusade and the spoils of history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 119).

¹⁷³ Essencial agregar a seguinte adução dessa autora nesse propósito distintório/relacional entre patrimônio e história: “Os historiadores dependem de que suas fontes estejam abertas ao escrutínio acadêmico e às análises comparativas, enquanto o patrimônio se fecha para qualquer reavaliação, uma vez que não é um relato plausível e nem mesmo testável sobre o passado, mas antes uma ‘profissão de fé’. O patrimônio não é equivalente à história nem mesmo quando a imita. Ambos reconstróem o passado em termos do presente, mas enquanto a história torna o passado compreensível, o patrimônio tende a torná-lo agradável. Podemos relativizar esta afirmação de Lowenthal com exemplos de museus do Holocausto! Mas não podemos desconsiderar que na maioria dos casos, o patrimônio seleciona, higieniza e opera uma curetagem nas informações e bens culturais, para atender à demanda nacionalista ou turística, ou ainda à onda universalizante da UNESCO”. (TAMASO, 2012, p. 31).

culturais e estimular a valorização de diferentes formas de vida. Assim, o patrimônio sociocultural assume papel relevante no atendimento a estes objetivos, uma vez que por meio dele é possível pensar concretamente formas diferentes de vida: outras maneiras de habitar, vestir, crer, educar, comer, celebrar, criar”. Observa, por fim, que a “narrativa patrimonial” tem suas lógica e agenda próprias – diferente do discurso histórico e da narrativa da memória; que os processos de patrimonialização são conflituosos, nele presentes lutas materiais e simbólicas; que “as identidades [e diferenças] culturais devem ser sempre observadas como processos de produção social que envolvem relações de poder” (TAMASO, 2012, p. 39-40).

Nota-se que tais formulações são, no geral, denotativas de passado, mas há um ponto de inflexão notável quando se aponta o patrimônio sociocultural como meio para pensar “formas diferentes de vida”. Aqui, sugere-se um protagonismo no presente, apontando sentido de transformação no porvir. Chamemos, pois, a esta conversa, Eclea Bosi, com pincelos dialéticos pertinentes no que se poderia apontar sobre “a memória como elemento do porvir” (PIRES, 2011). Essa autora, sem que o faça com esse propósito, concede-nos chaves interessantes para entender os movimentos no campo das disputas implicadas nas políticas de patrimônio histórico-cultural e de suas significantes ao nível das relações envolvidas em ambientes sociais/culturais tipo São Luís do Maranhão.

“Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturado com as percepções imediatas, como também empurra, ‘descola’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora” (Apud PIRES, 2011).¹⁷⁴

Rita Pires chama-nos atenção de que Bergson “classifica a memória em dois grandes grupos: de um lado está a memória-hábito, memória dos mecanismos motores, que é automática, e do outro a memória-lembrança ou memória-imagem, ligada à razão e ao espírito [duas memórias que] de certa maneira, são conflitivas na medida em que uma se move para a ação, necessária à sobrevivência do dia a dia, e a outra, a *memória-sonho*, como qualifica Bosi (2003), é responsável pelo devaneio, pela evocação espontânea de imagens e pela poesia.”¹⁷⁵. E José Antonio Marina, referindo-se à memória, em *Teoria da inteligência criadora*, diz não ser ela um

¹⁷⁴ BOSI, Eclea. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê, 2003, p. 36.

¹⁷⁵ “Na tábua de valores de Bergson, a memória pura, aquela que opera no sonho e na poesia, está situada no reino privilegiado do espírito livre, ao passo que a memória transformada em hábito, assim como a percepção “pura”, só voltada para a ação iminente, funcionam como limites redutores da vida psicológica. A *vita activa* aproveita-se da *vita contemplativa*, e esse aproveitar-se é, muitas vezes, um ato de espoliação. (BOSI, 2003, p. 39, apud PIRES, 2011).

“armazém do passado mas um limiar do porvir. Não se ocupa de restos, mas de sementes [...] criamos grandes novidades com materiais velhos” (Marina, 1995, p. 138, apud PIRES, 2011).¹⁷⁶ Esse autor, acentua Rita Pires, em comento, “não aceita a ideia de que a memória está armazenada, como que empoeirada, à espera de ser buscada por uma lembrança. Para ele, a memória é dinâmica, possui certo frescor”. “Em síntese, a memória, embora relacionada com fatos passados, presentifica-se e torna significativo o presente sempre que evocada” (PIRES, 2011). “A memória é a gaveta dos guardados”. Assim arremata suas observações essa autora, como a que nos sugerir, na objeção que abraçamos, que a memória individual ou coletiva, quando se trata do povo todo de um lugar – e São Luís é o objeto – é uma fonte primordial (“gaveta”) de onde emanam elementos que mobilizam e informam as decisões da política do patrimônio que lhe é afeto.

Mas, enfim, o que significaria esta nossa época – segundo pós-guerra europeia – de tanto vigor patrimonialista e sedução memorialista, propensão a preservar, em que se alça a *memória* a uma centralidade parece nunca vista, inclusive quanto às políticas públicas? Uma pista podemos ter em Schimdt e Speranza, quando lembram que se

os projetos modernistas apostavam no futuro como “o lugar onde se quer chegar”, na contemporaneidade, o olhar parece estar voltado mais para o passado, para aquilo que fomos e que já não somos mais, evidenciando uma espécie de cultura da saudade (grifo autoral) [o qual] parece estar ligado, por um lado, à frustração com as grandes utopias futuristas e, por outro, com uma certa necessidade de ancoragem diante da aceleração do tempo e da compressão do espaço permitidas pelas novas tecnologias comunicacionais e informacionais. (SHIMIDT e SPERANZA, 2012, p. 255-56).

E porque instituições, pessoas e coletividades parecem buscar mais ansiosamente entender *o que foram* e *o que são*? Pensemos com Andreas Huyssen,¹⁷⁷ para quem o “ênfase sobre a memória é energizado subliminarmente pelo desejo de nos ancorar em um mundo caracterizado por uma crescente instabilidade do tempo e pelo fraturamento do espaço vivido”. Esse autor parece abstrair algumas determinantes que se movem no corpo social e marcam as iniciativas das políticas públicas atinentes, a já tão identificada pragmática da corrida da cidade no mercado turístico, por exemplo, quando pensamos São Luís.

¹⁷⁶ MARINA, José Antonio. *Teoria da inteligência criadora*. Lisboa: Caminho, 1995.

¹⁷⁷ HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 20. Citado em SCHIMIDT e SPERANZA (2012, p. 256).

Mas são muito ilustrativas as inferências e rebatimentos que faz desse feixe de ideias a própria Izabela Tamaso, ao examinar vários aspectos do tombamento, destruição e restauro, que sucessivamente afetou a antiga cidade e capital de Goiás, em anos recentes. Trata-se de um estudo do processo atinente com observações metodologicamente hauridas por um estudo de caso, contudo, com anotações que iluminam criticamente os processos e usos do tombamento de maneira geral, pelo menos nas condições conhecidas no Brasil. Com efeito, discute ela aspectos relacionados às percepções de perdas de bens nas dimensões privada e coletiva – analisando a enchente de Goiás, em 2001 –,¹⁷⁸ aludindo ao que identifica como a “emergência das águas” fazendo *emergir*, na percepção de muitos, a diferença entre o “tempo social” e o “tempo monumental”. Este, relacionado à vida coletiva, pública, “da nação”...; aquele, à esfera da vida privada, familiar (TAMASO, 2007, p. 201-02).

Buscando um enquadramento analítico na literatura respectiva, em especial, sobre memória, tempo e lugar, assevera que a patrimonialização mundial de Goiás configurou-se, “em princípio”, “categoria de forte coesão social” e sobre esta afirmação faz sobressair três observações atinentes e orientadas nas formas de pensamento de três estudiosos: a) “A valorização dos monumentos obnubila a experiência social” conforme M. Herzfeld (1991); b) “Há o triunfo do lugar sobre o tempo”, M. Certeau (1994); c) não de qualquer lugar, e sim dos lugares que compõem as ‘paisagens de poder’ das cidades com valores patrimoniais”, S. Zukin (2000) – todos citados em Carvalho (2007, p. 203). Para Zukin, as paisagens são a “ordem espacial imposta ao ambiente – construído ou natural”; “é sempre socialmente construída: é edificada em torno das instituições sociais dominantes (a igreja, o latifúndio, a fábrica, a franquia corporativa) e ordenada pelo poder dessas instituições”. A restauração da cidade teria se preocupado mais com os objetos que com as pessoas; “restauração dos objetos”, seguida da “desapropriação dos sujeitos” (CERTEAU, 1997, p. 196-197, apud CARVALHO, 2007, p. 204).¹⁷⁹ Pensando com Zukin, diz que as paisagens do poder se moldam “em torno da

¹⁷⁸ “Um contexto social de crise [...] permitiu uma interpretação antropológica do confronto entre usos plurais da categoria ‘patrimônio’ – em meio à diversidade dos artefatos, privados e públicos, sagrados e profanos, pessoais e coletivos – e a lógica de conservação patrimonial” (CARVALHO, 2007, p. 199).

¹⁷⁹ “De um lado, os monumentos, as paredes, a Casa de Cora, a Cruz do Anhangüera [patrimônios monumentais]; de outro, as fotografias de família, as pessoas, o sangue [tempo social]. O divisor de águas: a lama e as Águas do Rio Vermelho, que fizeram emergir o sistema de exclusão inerente à lógica da conservação patrimonial” (CARVALHO, 2007, p. 201-202). Alude, assim, ao que se vem chamando de “gentrificação” (p. 213) no trato da Goiás restaurada aos usos e desusos do patrimônio. E a propósito do processo dado em São Luís – onde não houve enchente! – a desapropriação *gentrificadora* parece ter outro caráter, uma vez que as mudanças sociais ao longo do tempo é que foram afastando os sujeitos das suas casas antigas. E isso em se tratando das populações originais da área e não dos rehabitantes pobres que fizeram o cortiçamento no tempo de sua decadência.

organização do consumo” da memória histórica (que a patrimonialização ensejou), cuja materialidade mais importante residia no casario com o valor aumentado pela condição de patrimônio nacional/mundial (CARVALHO, 2007, p. 205-209). Interessante sobre a lógica sócio espacial das casas de “parede-meia” e seus entrelaçamentos com vizinhança e rua & casas que, em geral, segundo Nora, é lugar de memória familiar. Remete-nos à “lógica da economia da restauração” de que fala Certeau, em seu *A invenção do cotidiano*, “a ‘separar dos lugares aqueles que lá vivem’, subtraindo ‘a usuários o que apresenta a observadores’ [operação que] retira de sua utilização cotidiana (de ontem e de hoje) o objeto que oferece à curiosidade, à informação ou à análise” (CARVALHO, 2007, p. 209-10). Para Zukin, (2000b, p. 107), os valores de mercado são forças “a favor da mudança, do deslocamento e da modernização” que a noção “de *lugar* pode deter em nome da estabilidade e da tradição”. Lembra que Paulo Peixoto (2004), em *A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização*, observa que os vilaboenses,¹⁸⁰ numa espécie de “processo ficcional de identidades” aceitaram (após a enchente) receber dinheiro do Monumenta/BID para desmodernizarem muitos prédios privados: “Do moderno para o antigo, do local para o mundial, as fachadas de Goiás foram, pouco a pouco, sendo conformadas ao padrão próprio do consumo visual global...” –,¹⁸¹ “atualização” que H. P. Jeudy (2005, p. 16) chamaria de “engodo do que se guarda e se transmite [aniquilando] as diferenças entre passado, o presente e futuro, graças ao simulacro dessa atualização”. Certeau (1997, p. 196) o dirá que “restauração urbanística [porque] também uma restauração social”. (*E interpele-se, aqui, ao modo de realce, para as possíveis respostas intentadas neste estudo: em São Luís a restauração urbanística é também social?*)

Izabela volta a pensar com Peixoto e afirma que “este jogo representacional e cênico dos processos de patrimonialização não se concretiza, sem exclusões, sem dominações, sem exuberâncias” (e porque está analisando Goiás destruída, ressaltando o patrimônio privado-familiar) assinalará que os “objetos e relíquias fazem a ponte entre o ontem e o hoje, simbolizam os laços de continuidade no tempo”. E por “favorecerem o acesso ao passado, parte integrante do

¹⁸⁰ Patronímico dos goiasescos de origem na antiga capital goiana, antes chamada de Vila Boa de Goiás. Tal São Luís, cidade inscrita na lista do Patrimônio Mundial, sobre a qual, logo após os atos de tombamento, desabou um verdadeiro dilúvio, arrasando-lhe o núcleo a proteger. É muito interessante esse estudo sobre a reconstrução de um acervo salvaguardado justamente porque existia enquanto sujeito de um valor de antiguidade ante o imperativo que lhe foi imposto de fazer de novo o que o tempo levou, irreversivelmente.

¹⁸¹ Observa que após a enchente, algumas casas impactadas pela inundação, que tinham suas fachadas descaracterizadas com alpendres e vitrôs, aceitaram retornar ao estilo colonial.”. Afinal, entenda essa complexa dialética sistematizada por J. Holston: “As fachadas são as paredes exteriores do domínio privado, de um lado, do outro, paredes interiores do âmbito público” (apud CARVALHO, 2007, p. 210).

nosso sentido de identidade (Lowenthal, 1998a), as relíquias e os objetos do cotidiano propiciam, juntamente com a casa, ‘a comunicação silenciosa que marca nossas relações mais profundas’ (BOSI, 1983: 361).¹⁸² A enchente abalou e até rompeu a “segurança ontológica” dos vilaboenses, pois lhes privou da “confiança de que os mundos natural e social são como parecem ser, incluindo os parâmetros existenciais básicos do *self* e da identidade social” (GIDDENS, 1989, 305, apud CARVALHO (p. 213-14). Tenhamos também esta lembrança pertinente de D. Lowenthal (1998a) sobre os “talismãs de continuidade”, tais os móveis de família, os quais Jean Baudrillard (1993, p. 23) chama de “móveis monumentos”, assim também outros objetos antigos carregados “de valor de célula-mãe” ((Apud CARVALHO, 2007, p. 215).

Interessante essa vertência de análise sugerida por Izabela Tamaso no estudo acima porque nos permite examinar nos escombros (literalmente) de uma cidade tombada o que significa a “proteção” no plano dos fatos que lhe concede organismos internacionais quanto nacionais. A tragédia da velha Goiás, que numa noite foi arrancada, tragada e levada por um Rio Vermelho valente, pôs a nu, no micro e no macro, os limites da política pública (incluída a ação de agências tipo Unesco) num caso cheio de singularidades e por isso mesmo revelador de situações capazes de contrastar em certo sentido as visões edulcoradas que criou em torno desses processos de salvaguarda, notadamente o que concede o título de Patrimônio Mundial.

As particularidades e questões apontadas pela autora – e o grande arrimo autoral que traz ao embasamento de sua análise – levaram-nos a capturar, da ausência dos artefatos que as enchentes espumantes levaram e da lama que a “tromba d’água” deixou, as vibrações sugeridas pelos “tempos” monumental e social, os quais o “tempo bom” das meteorologias talvez jamais revelassem de maneira – isto mesmo, repita-se – *escombrosa*. Talvez nada como essa hecatombe tenha tido a agregar e ensinar nas pedagogias do patrimônio, quanto esse episódio para além – e muito – da fenomenologia da natureza.

Muita ironia, não fosse o timbre de uma processualidade historicamente real: foi preciso a destruição fática de uma cidade protegida para se tomar o pulso e aquilatar a lógica da chamada “conservação patrimonial”.

Não se extrapole o que foi excepcional com o que seja o normal no encaminhamento dessa política pública? Extrapole-se. O que não parece devamos extrapolar é a consideração reducionista da explicação unívoca dos acontecimentos. (*E São Luís, cuja imersão nas águas do Golfão ainda depende dos movimentos da “Serpente” e do desencantamento do “Escondido”*

¹⁸² E arremata dizendo que os objetos “nos dão um assentimento à nossa posição no mundo, à nossa identidade”.

sob os Lençóis, quando seus “tempos” se desencontrarão?) Em São Luís não houve uma catástrofe assim, ensejando que ela discuta os sentidos da aplicação da política pública respectiva, segundo a dinâmica dos bens públicos e dos bens privados, tal em Goiás. Em São Luís, a velha São Luís, o Centro Histórico tombado, em que pese todo o esforço restaurador e requalificador do seu relicário, público quanto privado, mais este que aquele, parece não existir vislumbre de que suas famílias proprietárias o tenham como uma espécie de “patrimônio afetivo”. Daí que o eventual destroçamento de suas “reliquias” e pertencas profundas seriam irrelevantes. Uma prova também reveladora das intencionalidades/racionalidades da conservação patrimonial? Os habitantes da edificata monumentalizada pela proteção da Unesco, Iphan e Município, migrou para erguer cidades novas ainda que elas apenas aquele tecido urbano esticado atrás caracterizado. Claro que levaram a habitar sua memória a cidade do passado de cada um, e de todos. Cada um tem sua “cidade da memória”, que tem fragor de ideologia e força de identidade. Contudo, outra e reiterada lógica desliza assim sobre e com as subjetividades, impulsionando a cidade, em sua concreção, moldando-lhe o porvir. E como se verá na terceira parte capitular deste estudo, a lógica do *moderno* pauta mais a cidade que a lógica do *antigo*.

Bens culturais, tombamento, valor de troca, valor de uso, valor cultural, identidade

A ideia e o que se torna evidenciado como Patrimônio Cultural, são tidos e havidos, em geral, como Patrimônio Histórico e assim o são porque os bens culturais são espécie de criação, ou coisa cuja materialidade se dimensiona numa “acumulação incessante de objetos criados no passado”. Ora, a história do homem é a história dele e das coisas que cria no seu universo existencial. Dizendo em outras palavras, é a história dele, pela experiência cognitiva e prática, artefatando a engenharia do viver, daí que os objetos que pratica, individual e/ou socialmente, são bens materiais expressos numa dimensão intangível e num corpo tangível. Nessa perspectiva, aludindo a um objeto quando tratado como indício de traços culturais a serem interpretados, lembra Ramos¹⁸³ o ato e efeito de buscar-se a história *dos* objetos, num processo que implica o estudo da história *nos* objetos. Aparentemente sutil a diferença entre esse *dos* e esse *nos*, ela, porém, denota, a força de sua materialidade-historicidade, fonte de percepções várias. O assim chamado Patrimônio Histórico e Cultural, ou que se o chame somente Patrimônio Histórico ou

¹⁸³ Francisco Régis Lopes Ramos.

Disponível em : www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo4/.../a_danacao_do_objeto.pdf...ac. 30/09/13, 10h30.

Patrimônio Cultural, conduz do passado, e presentifica, os objetos artefatados, de modo e forma que soem em falas e vibrem em simbólica. Por isso são *bens culturais* e clamam por proteção, requalificação, isto é, por políticas públicas atinentes na ordem social vigente.

Em São Luís – e em qualquer lugar – o Patrimônio Histórico-Cultural exprime a identidade coletiva das gerações construtoras da cidade. Aí os artefatos, suportes de memória, têm a grandeza monumental da própria cidade-herança do passado – no caso a região e bairro da Praia Grande – contudo, assim se apresentam, mas também basta uma unidade de pedra em paralelepípedo do calçamento de suas ruas ou uma unidade de azulejo colonial de suas fachadas, para significar processos sociais-culturais e, assim, plenos de materialidade e historicidade em relação aos quais seus moradores tecem relações identitárias. Assim também, expressivos dessa identidade, o tambor batido e a música que os rufos entoam. Valendo destacar, todavia, que tais sentidos de identidade não são igualmente elaborados e expressos numa formação social marcada pelas desigualdades inerentes à sociedade de classes. Uma pedra de cantaria de um balcão de mirante, por exemplo, não infundirá e expressará força identitária entre os da condição do operário-escravo que com sua força ergueu e assentou essa pedra e a *sinhá dama* proprietária que nela pisou nos fins da tarde ou nas noites de lua.

Analizando o modo específico de construção do universo simbólico dos patrimônios – e estes como “uma questão de valor”,¹⁸⁴ portanto fato jurídico e fato social –, Fonseca trabalha a distinção, no diapasão jurídico, entre coisa e valor e o faz enquanto revisita o artigo 10, III, da Constituição brasileira de 1934, que assenta a primeira referência do ordenamento jurídico brasileiro à proteção “de monumentos de valor histórico ou artístico...” (FONSECA, 1997, p. 32 e 33)¹⁸⁵ e também o texto do decreto-lei nº 25, de 1937, que regulamentou esse instituto, aludindo

¹⁸⁴ A autora orienta, aqui, a distinção entre coisa e valor elaborada em *A história da arte*, de Giulio Carlo Argan (1992b, p.13): “Uma vez que as obras de arte são coisas às quais está relacionado um valor, há duas maneiras de tratá-las. Pode-se ter preocupação pelas coisas: procurá-las, identificá-las classificá-las, conservá-las, restaurá-las, exibi-las, comprá-las, vendê-las; ou, então, pode-se ter em mente o valor: pesquisar em que ele consiste, como se gera e transmite, se reconhece, e se usufrui”. (Apud FONSECA, 1997, p. 30).

¹⁸⁵ Rigorosamente, a primeira referência vem na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1891, exatamente o último dos últimos dispositivos – art. 8º das Disposições Transitórias – assim textuado: “O Governo Federal adquirirá para a Nação a casa em que faleceu o Dr. Benjamin Constant Botelho de Magalhães e nella mandará colocar uma lápide em homenagem á memória do grande patriota – o fundador da República. Parágrafo único. A viúva do mesmo Dr. Benjamim Constant terá, enquanto viver, o usufruto da casa mencionada”. In: CUNHA, 2001, p. 77. Já o art. 10, III, da Constituição de 1934, dispôs competir, “concorrentemente à União e aos Estados”, “proteger as bellezas naturaes e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte”. (CUNHA, 2001, p. 94). Antes, por Circulares de 1883 (25/11) e 1884 (19/08), do Gabinete Imperial, requisita-se de todas as comarcas um “levantamento” completo do que é cada uma, incluindo-se a “origens”, “costumes”, “história”, “cemitérios”, “igrejas”, “associações”, “núcleos indígenas”, além de “inscrições de qualquer natureza, existentes em edifícios, igrejas e outros lugares, assim como as inscrições sepulcraes dos

às categorias jurídicas de “bens móveis e imóveis”. É de “valor cultural” atribuído ao bem que se trata nesses textos legais, daí sua proteção estatal. Já a distinção bens materiais (coisa com valor econômico, apropriável individualmente) de bens imateriais (“não econômicos” e inapropriáveis individualmente),¹⁸⁶ ressalte-se que no caso destes últimos, sua relação com os indivíduos “se expressa juridicamente em forma de direitos: à liberdade, à vida, à instrução [além dos] direitos culturais”, inscritos no artigo 215, da Constituição Federal de 1988, reconhecidos pela Unesco desde 1948 (Declaração Universal dos Direitos do Homem). Cita Clóvis Bevilacqua, para quem esses bens imateriais “são irradiações da personalidade que, por não serem suscetíveis de medida de valor, não fazem parte de nosso patrimônio”. Falando mais especificamente sobre o instituto do tombamento, observa, no entanto, que ele afeta o direito de propriedade da coisa tombada – que em certo sentido passa a ser “propriedade da nação” – ainda que não lhes retire o caráter de mercadoria apropriável. Mas é inegável que o direito de propriedade reste, aqui, mitigado por essa espécie de “função social”, pois esse bem – *cultural* – agora se insere numa ordem coletiva de interesses ou que se o chame de *interesse público*, da *nação*, da *humanidade*. Claro que isso configura um espaço de conflito aberto entre interesses públicos e privados, do que o exercício da tutela estatal sobre os bens culturais privados não lhes retire a propriedade individual, o que diferencia, por exemplo, o instituto do tombamento em relação ao da desapropriação. Ora, aduz Fonseca, a proteção estatal incide sobre a coisa – o Centro Histórico de São Luís, por exemplo nosso. – mas o que é protegido –, para permanecer, é o valor cultural ínsito nesse bem e somente deste apreensível. E o conflito aqui se expressará, em geral, na não confluência do interesse privado do proprietário individual da coisa – o dono – com o interesse do *proprietário* coletivo do valor. Dito de outro jeito: o universo da coisa é o mercado das trocas economicamente valoradas e o do valor cultural é a “economia das trocas simbólicas”. Em sua feição material e

fundadores das igrejas e capelas, guardadas a ortografia e a disposição das linhas em que se acham dispostas, com a indicação de qualquer emblema, armas, etc. e também de outras inscrições de letreiros em pedras, representados por letras, figuras a qualquer objeto” (ANDRADE, 2001, p. 47/49).

¹⁸⁶ Nesse diapasão e noutro passo de seu estudo, citada autora lembra que no “caso do patrimônio, os valores não econômicos a serem protegidos (valores culturais) estão inscritos na própria coisa... Sobre o mesmo bem, enquanto bem tombado, incidem [...] duas modalidades de propriedade [*a de*] valor econômico, alienável, e a dos valores culturais [não regulados] por um mercado específico [*a definir*] no nível da ‘economia das trocas simbólicas’”. E esclarece (pensando sociológica e juridicamente): “E se os valores que se pretende preservar [...] são apreendidos na coisa e somente nela, não se pode deixar de levar em consideração o fato óbvio de que os significados nela não estão contidos. Nem lhe são inerentes: são valores atribuídos em função de determinadas relações entre atores sociais, sendo, portanto, indispensável levar em consideração o processo de produção, de reprodução, de apropriação e de reelaboração desses valores enquanto processo de produção simbólica e enquanto prática social”. (FONSECA, 1997, p. 35-36).

expressão de valor cultural a coisa é, na essência, prática social e produção simbólica (FONSECA, 1997, pp. 35-36). Não passa-lhe despercebido que o bem cultural compreende o valor “utilitário e econômico” – de uso e de troca – e o valor simbólico. O valor de uso, por exemplo, de uma casa de moradia, se expressa no habitar, e o de uma igreja, no culto que hospeda; já o valor de troca é determinado pelo mercado (FONSECA, 1997, p. 38).

Por que a distinção é relevante? Justamente porque essa esfera de coisas/interesses se move no tempo e no espaço sob impulsos diversos e com resultantes também diversas. Tome-se um sobradão desses de São Luís, usado como residência de uma família da aristocracia do algodão, lá por volta do ano de 1800; ele está de pé ainda hoje, foi tombado, está protegido, mas é usado atualmente como escritório de negócios comerciais ou mesmo uma escola – vê-se, pois, que essa diversa utilidade, em contextos temporais diferentes, mudou, e muito, os sentidos de uso e os atributos culturais-simbólicos que lhe possam conferir. Quanto ao valor de troca, esse também pode ser alterado, mas seus impulsos necessariamente não são determinados por esses outros usos, senão pelas referidas forças do mercado. E é aqui que a patrimonialização potencializa aquele conflito já aludido, pois se constitui fator de “desequilíbrio” no chamado livre jogo do mercado, em particular, no caso do patrimônio paisagístico-arquitetônico, como que congelando estoques imobiliários. Em certo sentido, diga-se, subtraídos da especulação – que, no exemplo que objetamos, move São Luís, e em geral, as cidades erguidas sob o jugo das forças operantes do sistema do capital.

Outra interpelação pertinente: um bem qualquer se valorizaria – uso e troca – por ser tombado? E em que nível haveria a “democratização da política de preservação”? Ainda examinando a composição do aludido conflito, convém acentuar que este se aguça, tendo a coisa tombada essa especificidade da dupla apropriação – na esfera privada e na pública – do que o exercício dos direitos sobre ela tendem a limitarem-se, um ao outro. Ora, o universo da prática social referida ao livre jogo de mercado dos valores de troca das coisas/mercadorias, tem impulsos distintos dos que movem as citadas “trocas simbólicas”, por sua vez consistentes – acentua Fonseca – naqueles já citados “valores atribuídos” de caráter imaterial. E mais há que se perguntar: um desses universos resultaria em sobredeterminar o outro? Caso transponhamos a questão para o ambiente em que se dá a implementação das políticas públicas para o patrimônio histórico e cultural em São Luís, naquilo em que essa política recai sobre coisas de propriedade privada, em tudo ou quase tudo se notará as manifestações de tal conflito, sobrepujando, no limite, os interesses privados em detrimento do interesse coletivo

Nessa linha inculpitória de conceito, afirma essa autora que “patrimônio constitui um discurso de segundo grau [porquanto] às funções e significados de determinados bens é acrescentado um valor específico enquanto patrimônio...” (FONSECA, 1997, p. 36). E quem o acrescenta? O Estado, por seus agentes, como se verá mais adiante, operando a atribuição de valores culturalmente relevantes, que constituam –na experiência Brasil– sinal e símbolo da nação –em certa escala, também das unidades federadas, estado e município. Essa característica patrimonial sobreposta implicará na distinção entre um bem cultural e um bem patrimonial, sendo este, aquele cujos sentidos e valores foram fixados no âmbito da ação dos mencionados agentes. O que é, em seu conjunto, a política pública para o patrimônio e sua preservação, senão, primordialmente, a ação de sujeitos produzindo/atribuindo tais valorações. O bem patrimonial conota alguns significados, referidos num determinado universo cultural; significados no plano da recepção positiva dos atores sociais e cujo valor reconhecido justifique a sua preservação. Pode-se perguntar de São Luís, por exemplo, se todo o seu acervo patrimonializado por obra de tantas e quantas iniciativas de agentes institucionais, é havido numa recepção positiva por parte dos vários setores e classes sociais: seriam esses e não outros os bens a proteger? Ora, é sem dúvida diversa a percepção simbólica, por exemplo, do Palácio dos Leões, e assim do Tambor de Mina, conforme seja esse ator social um membro da intelectualidade branca ligada ao poder local ou um brincante vaqueiro de boi da Baixada. Com efeito, se um e outro têm percepções diferentes é porque a recepção dos significados do seu simbolismo igualmente o é. E, se estão em lugares diferentes e até antagônicos na estrutura de classes, também claro que cada um assim o recepcionará e projetará as valorações sobre eles.

Patrimônio histórico, monumento, memória, romantismo

Entre outras formas de conectar o universo de sentidos que essa expressão vocabular articula, tome-se, de Françoise Choay, a ideia de que, para a “tribo midiática” – “patrimônio” –, e seu adjetivo – “histórico” –, formam uma “palavra-chave”, que “remete a uma instituição e a uma mentalidade”.

Em sua análise sobre essa questão-tema, e com foco analítico centrado no “patrimônio histórico representado pelas edificações”, levanta o pressuposto questionador de que o patrimônio, para além da “simples aprovação” que “deve merecer de nós”, “se constitui num elemento revelador, negligenciado mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra”. (CHOAY, 2006, p. 11/12).

Examinando tal objeto de estudo, enquanto o coloca “no centro de uma reflexão sobre o destino das sociedades atuais”, observa também essa autora a “retumbante” força da palavra e domínio do patrimônio e sua trajetória significativa e prática em tempo recente, inscrevendo, contudo, um “concertamento” de “práticas de conservação” que apresentam “algumas dissonâncias”. Dissonâncias, entre outras, tais os “custos de manutenção”, e, mencionando a Europa, as pressões contra a “inflação patrimonial” por lá, ao lado das ameaças que a atividade turística vem causando pela super utilização dos “bens” dados ao consumo nesse ramo de atividade. (CHOAY, 2006, pp. 11, 15 e 22). Ao contrário do que convencionalmente se possa supor, é insistente o debate sobre o “antigo” dar lugar, ou pelo menos compartilhar, com a “modernidade” – no caso do patrimônio edificado – do que lembra ela, por exemplo, que a “sedução de Paris deriva da diversidade estilística de suas arquiteturas e de seus espaços” e que os próprios arquitetos de hoje invocam o direito de também agregarem sua arte às milenares linguagens da cidade. Observa que no caso da França – e pode-se dizer também do Brasil – há intensa busca dos proprietários em usar seus bens como querem, mas a legislação os tutela como bens de “interesse público”, com claro assentimento popular.

Do monumento, diz que sua especificidade deve-se “precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória”, a qual é mobilizada pela “mediação da afetividade” – e aqui confluindo em Pierre Nora – fazendo vibrar o passado no presente, passado “invocado, convocado, de certa forma até encantado” e que é “localizado e selecionado para fins vitais” (CHOAY, 2006, p. 18).¹⁸⁷ Para os que os fazem e para os destinatários das lembranças que veiculam,

o monumento é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança. O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento.¹⁸⁸

¹⁸⁷ Entre esses “fins vitais”, por exemplo, menciona a manutenção e preservação da identidade comunal étnica, religiosa, nacional.

¹⁸⁸ “O monumento [histórico] é uma interpelação da memória; não apresenta nem carrega em si uma informação neutra, mas uma memória viva, pois o sentido inicial do monumento é o de rememoração [...] faz o passado vibrar no coração do presente, é um universal cultural cuja função é mobilizar a memória coletiva... O ‘fato patrimonial’, como apontou Poulot (1993), é dotado de três características: o destino das obras e objetos, a representação da coletividade e a interpretação do passado. A essência do monumento está exatamente nessa relação entre o tempo vivido e a memória, em que o restante é contingente enquanto ele é um valor universal” (MENEGUELLO, 2012, pp. 104-105).

Convém avançar o argumento e seguir a observação dessa autora de que foi a partir do *Quattrocento* que se promoveu a progressiva extinção da função memorial do monumento, “o ideal de memória” dando lugar ao “ideal de beleza”, assim também a fotografia, “monumento da sociedade privada”, com seu “singular poder de jogar com dois planos da memória: abonar uma história e ressuscitar um passado morto”, além de contribuir “para a semantização do monumento-sinal” (CHOAY, 2006, p. 22).¹⁸⁹ E detecta a gênese desse conceito no momento em que se conserva um edifício por ser ele unicamente o testemunho da história e uma obra de arte (CHOAY, 2006, p. 28).¹⁹⁰

Desde quando as sociedades resolvem preservar os vestígios do passado? No horizonte dessa autora, sabendo da salvação de certa herança helenística por reinos e impérios que os venceram, tal o Romano, não se deve confundir isso com a atitude da modernidade ocidental, pois naquele tempo pretérito “nenhum princípio proibía a destruição dos edifícios e objetos de arte antigos. Sua preservação se deve a causas aleatórias” (CHOAY, 2006, p. 33).¹⁹¹ Já a grande recepção dos acervos da Antiguidade pelos “renascimentos” fora operada sua remanescência “em nome das humanidades”¹⁹² e enquanto os proto-humanistas os cristianizavam. Para ela, “o objeto que chamamos de monumento histórico [está] ligado às noções de história e de arte por uma relação generativa”, emanada da seara de historiadores e historiadores da arte enquanto verificando as posturas de humanistas e artistas do Trezentos e Quatrocentos, sendo a cidade de Roma o cenário de constituição original desse objeto. Transcorrerá a década revolucionária francesa¹⁹³ e adentrará o século XIX e deste chegar-se-á ao XX (anos 1960), percorrendo uma

¹⁸⁹ “Eles [monumentos] só se constituem signo quando metamorfoseados em imagens, em réplicas sem peso, nas quais se acumula seu valor simbólico assim dissociado de seu valor utilitário”.

¹⁹⁰ Cita L. B. Alberti, e sua *De re aedificata*, como aquele que celebra a arquitetura enquanto algo que pode “ao mesmo tempo fazer reviver o passado e conferir autenticidade ao testemunho dos historiadores”.

¹⁹¹ Pensando com Paul Veyne (e sua *Elegia erotique romaine*, Paris, Le Seuil, 1984) em termos da “epistemologia da diferença”, a autora é insistente na admoestação para evitar-se o anacronismo de se tomar os sentidos do patrimônio e sua preservação em comparação aos da modernidade, ainda que se considere e não se negue que “Roma oferece um espetáculo ambíguo, sobre o qual o olhar do século XX fica tentado a projetar os valores e atitudes da sociedade ocidental, pós-medieval ou mesmo atual. Roma conhece colecionadores de arte eruditos [...], refinados [...], vorazes [...], desconfiados [...], apaixonados [...]. Roma conhece um mercado de arte, especialistas, falsários, corretores. Roma espoliou a Grécia em escala equivalente à das pilhagens napoleônicas. [...]. Roma assistiu à construção [...] do primeiro museu de arquitetura em escala natural”.

¹⁹² Neste passo Choay pensa com E. Pandofsky, para quem houve mais que a Renascença pós quatrocentista.

¹⁹³ A noção de patrimônio é [...] datada, produzida, assim como a ideia de nação, no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa, e foi precedida, na civilização ocidental, pela ‘autonomização’ das noções de Arte e História. O histórico e o artístico assumem, nesse caso, uma dimensão instrumental, e passam a ser utilizados na construção de uma representação de nação. Já dizia Guizot, no século XIX, que o solo da França é simbolizado por seus monumentos”. (FONSECA, 1997, p. 31).

temporalidade repleta de processos afins, ao fim da qual o monumento histórico sendo consagrado em nível mundial – e o marco disso é a Carta de Veneza.¹⁹⁴

Convida-nos essa autora, assim, a esmiuçarmos alguns aspectos correlacionados e marcantes desse tempo da história do monumento histórico. Um deles, a emergência da era industrial “como processo de transformação [e de] degradação do meio ambiente”, que impõe, por sua ruptura com os modelos tradicionais de produção, um marco abismal em relação ao passado mais distante, no momento mesmo em que a categoria do *moderno* se ergue em contraponto ao *antigo*. No dizer dela, uma era que marca a fronteira que limita, “a jusante, o campo temporal do conceito de monumento histórico”, podendo este, ao contrário, estender-se, indefinidamente, “a montante, à medida que avançam os conhecimentos histórico e arqueológico”. Outro aspecto ou fator que, junto a esse, ela circunscreve em seu contributo para a fixação do monumento histórico é o romantismo, nesse contexto em que se opera (e seu lugar de fala é sobretudo a Europa) a inversão “da hierarquia dos valores atribuídos aos monumentos históricos e privilegia, pela primeira vez, os valores da sensibilidade, principalmente estéticos”, mais salientando a distinção já operada na Renascença “entre valor informativo e valor hedônico das antiguidades que, num caso, dirige-se à razão historiadora e, no outro, à sensibilidade estética”. (CHOAY, 2006, pp. 127 e 130)

Tomemos, agora, essa distinção e busquemos identificar, na história das ideias sociais e práticas memoriais correntes em São Luís no século XIX, a sua manifestação mais apreensível. Logo identificaremos um esforço dirigido à “razão histórica”, de galgar-se, a montante, a história da cidade e da província, com claro sentido de monumentalizar seu passado, do que é um exemplo evidente o esforço de haver-se em Portugal (pelo menos em cópia) exemplares de grandes documentos manuscritos sobre o antigo Maranhão – e maranhenses foram formalmente incumbidos dessa tarefa. É no terceiro quartel desse século, pois, que o governo comissiona dois notáveis letrados da terra – primeiro Gonçalves Dias, depois João Lisboa – para, no velho reino metropolitano, identificar os referidos documentos. E tudo isso ocorre quando, a jusante, inebriada na “sensibilidade estética”, vibram os valores hedônicos, plasmando os espíritos artísticos, pela manifestação, Província e Império afora, da estética do romântico. Note-se que o movimento do romantismo europeu – e aqui retomamos um ponto que já tocamos na seção 2 do capítulo 1 – tem uma recepção no Brasil enquanto forja este seu cânon mítico fundador nacional,

¹⁹⁴ Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios. II Congresso internacional de arquitetos e técnicos dos monumentos históricos. ICOMOS – Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios. Veneza, Maio de 1964. In: Iphan (2004, p. 91-95).

exatamente elaborando a identidade romântico-indianista com a qual o próprio poeta de Caxias, e dos Timbiras, funda, literariamente, a *nação* brasileira. E com o detalhe esquecido e que não se deve continuar esquecendo (também já por nós aqui mencionado), do Maranhão, e sua capital, em processo de franca aglutinação na brasilidade. Outra manifestação indiciária de vibração estética na capital maranhense oitocentista é a monumentalização da coroação de Pedro II, a cidade erguendo, solene (1841), a que o povo passou a chamar e significar como Pedra da Memória, devendo-se mencionar também o monumento erguido à memória de Gonçalves Dias, que a morte trágica ceifou a Canção e a vida voltando do Exílio e diante de Upaon-Açu.¹⁹⁵

Trabalhando o contexto em que se constituíram as noções e práticas do patrimônio histórico, com emergência e centralidade na França insurgente (desde 1789) e a propósito da “destruição” revolucionária nesse final setecentista, Choay observa e pergunta: “deviam eles [revolucionários] forçosamente admitir que uma nação pode se sentir no direito de destruir as bases materiais de sua história? Postular começos absolutos e pensar que uma nova visão do mundo pode ser institucionalizada sem qualquer base real é o mesmo que se instalar no coração da utopia, que abole o tempo, em proveito do puro instante, e não da eternidade, como ela pretende. [Ora] indivíduos e sociedades não podem preservar e desenvolver sua identidade senão pela duração e pela memória” (CHOAY, 2006, p. 112-113). E não é mera coincidência que, sendo o 19, dito, o “século da História” para a Europa, para o Brasil, em particular, esse é o século instituinte de sua *fundação* historiográfica, onde o índio *bom selvagem* e o luso comungam a romântica unificadora da nação.

Analisando o monumento histórico no cenário europeu em face da evidência de que “a experiência da obra de arte como tal só pode ser difícil, precária e renascente”, lembra que aquele, tal esta, dirige-se à sensibilidade e ao sentimento por vias várias. Alude à pictorização – valor suplementar – e iconização dos monumentos e à urdidura de redes de laços afetivos múltiplos em torno da evocação deles, assinalando que, enquanto “emoção estética” e “para além do imediato e puro prazer visual,

¹⁹⁵ A coluna e estátua erguidas em São Luís a Gonçalves Dias, foram concebidas como “monumento intencional” na paisagem da cidade hoje monumentalizada em seu conjunto, o que J. Ruskin chama de “monumento não intencional”. É o mais belo monumento intencional de São Luís e o mais imponente que se ergueu a um poeta brasileiro até hoje. “Teve sua pedra fundamental lançada a 10 de Agosto de 1872 e foi solenemente inaugurado a 7 de Setembro de 1873. Todo de mármore branco, mede, da base ao ápice, 15,5m, dos quais 2,8m são da estátua, cujo pedestal é um estipe estilizado. Da mão direita, estendida para baixo, pende uma coroa de louros: a esquerda, à altura do peito, segura um rolo de papéis; aos pés do poeta, a lira e a máscara. Na base do pedestal, as efígies destes luminares: Odorico Mendes, Sotero dos Reis, João Lisboa e Gomes de Sousa. [...]. Trabalho do escultor português Pedro Carlos Quadrio dos Reis, executado em Lisboa, nas oficinas de Germano José Sales.” (MORAES, 1985, p. 265-266).

a imagem pitoresca pode também gerar um sentimento de perturbação ou de angústia, em que se compraz a alma romântica, quando ela transforma em estigmas as marcas deixadas pelo tempo nas construções dos homens. Entendidas como símbolo do destino humano, estas adquirem um valor moral: emblema duplo da *arché* criadora e da transitoriedade das obras humanas. A ruína medieval, menos antiga, mais difundida e familiar, é uma testemunha mais dramática que a ruína antiga. O castelo fortificado reduzido a suas semelhanças, a igreja gótica da qual resta apenas o esqueleto revelam, mais do que se estivessem intactos, o poder fundador que os mandou construir; mas os musgos corrosivos, as ervas daninhas que dismantelam os telhados e arrancam as pedras das muralhas, os rostos erodidos dos apóstolos no pórtico de uma igreja românica lembram que a destruição e a morte são o término desses maravilhosos inícios.

Lendo esse fragmento de F. Choay sobre as percepções do monumento noutro contexto interpretativo, também de tempo e de lugar, difícil não tomá-lo como uma das chaves para compreender a cidade de São Luís elaborando sua monumentalização histórica. Trata-se de uma das mais “retratadas” entre as cidades antigas brasileiras, e além disso, contemplá-la, hoje, com muitos sinais ruinosos, tetos encardidos pela passagem de centenários chuvarais e insolações, é dar-se conta, entregar-se àquela espécie de êxtase existencial, entre a “perturbação” e a “angústia”. Quanto à referida “emoção estética”, antes, no tempo dos literatos românticos, por exemplo, e hoje, nada indica que suas manifestações não sejam lavradas, sobretudo, ao nível da sensibilidade dos setores locais intelectualizados e ainda mais pela contemplação dos que vêm de fora a visitá-la. Assim, percepções que se elaboram, a um só tempo, num certo padrão de refinamento espiritual, pela sobredita “emoção” e pela informação histórica dos sujeitos. Expressão, noutras palavras, dos já referidos valores cognitivo e artístico, ou das atividades da razão e atividades da arte, saberes e prazeres, e em tudo um certo antagonismo, aliás, algo nuclear e presente “no coração do debate filosófico ocidental” (CHOAY, 2006, p. 132).¹⁹⁶

O século XIX e a era industrial cujo advento se faz então inexorável, ensejam diferentes percepções sobre o monumento histórico, as quais se expressam inclusive no romantismo

¹⁹⁶ Na caudalosa escritura de São Luís elaborada desde o exato dia da incensação do Forte, configura-se monumental o dilúvio estético-poético que canta a cidade em todas as formas que essa linguagem concede criar. Jomar Moraes exalta essa “cidade dos poetas” – lembrando que entre eles há “poetastros e poetinhas” – e que “a joeira dos tempos, lúcida e implacável”, distinguirá poesia de mera “versalhada”. Já no Seiscentos, a cidade abria devassa contra poeta – a exemplo de Tomás Beckman, num tempo em que as “devassas janeirinhas” investigavam “homens versistas, fazedores de sátiras e pasquins contra o decoro dos que governam”. Aliás, no Setecentos, um bispo chamado exatamente de *Belas* (Antonio de Pádua e), desancou um Ouvidor com as Artes de versejar – agente do rei que carregava o chapéu às mãos, cruzadas, atrás: “Manuel, minha canseira, / [...] / Mas ainda tens uma asneira. / E asneira do diabo! / Ela de ti dará cabo, / Se a não deixas de repente. / Será pois ação de gente / Trazer o chapéu no rabo?” (MORAES, 1985, p. 167-168).

enquanto “poesia do antigo”, além de reforçar as práticas de sua proteção. Forja e expressa, ademais, sobre e pelo monumento, outra consciência, decorrente esta de uma nova determinação temporal que se impõe, consoante a evidência de que o “mundo acabado do passado perdeu a continuidade e a homogeneidade que lhe conferia a permanência do fazer manual dos homens”. Fratura de tempo que “relega o campo dos monumentos ao canto de uma finitude inapelável [do que a] partir de 1820, o monumento histórico inscreve-se sob o signo do insubstituível [danos] irreparáveis [e] perda irremediável” (CHOAY, 2006, p. 135-136).¹⁹⁷ Sobretudo na França, essa outra consciência se aspergirá na literatura, especialmente em Victor Hugo e Honoré de Balzac, grandes vozes do tempo. Sintetizando os sinais do tempo, Hugo dirá que a “indústria substituiu a arte” e Balzac secundará que, “trabalhando para as massas, a indústria moderna vai destruindo as criações da Arte (...). Nós temos produtos, não temos mais obras”; na Inglaterra, afinando esse coro, dirá William Morris, que, além do mundo físico, é também “organizado [...] nosso mundo interior e espiritual” (apud CHOAY, 2006, p. 137-138).

Convém sempre lembrar, que tudo isso gera nesse tempo um intenso debate acerca do permanecer e do perder inescapavelmente, debate implicado nas ações de conservação e restauro de obras, em especial quanto ao protagonismo dos arquitetos. Tempo no qual se destacará o inglês J. Ruskin, acima anotado, que tanta influência terá nesse ambiente “romântico” que, ao reverso, acabará por nutrir e celebrar o culto da modernidade. O núcleo de seu argumento relaciona-se à inalterabilidade das heranças do passado, bens e monumentos: “... Podemos saber mais da Grécia e de sua cultura pelos seus destroços do que pela poesia e pela história. [...]. A restauração é a destruição do edifício, é como tentar ressuscitar os mortos. É melhor manter uma ruína do que restaurá-la.” Ainda no século XIX, atina com a matéria virtual, para afirmar o valor dos vestígios pétreos, que está “nas vossas mãos ver numa poça de água a lama do fundo ou a imagem do céu lá no alto”.¹⁹⁸ Veja-se que Ruskin faz do monumento histórico (arquiteturado) um suporte para a memória – espécie de “lâmpada da memória” – e assim “único meio do qual dispomos para conservar vivo um laço com o passado ao qual devemos nossa identidade, e que é parte de nosso ser”.¹⁹⁹ Assim, interpela os monumentos mais pela abordagem afetiva que pela memória objetiva da história. Também lança o foco sobre as arquiteturas para além dos palácios:

¹⁹⁷ Anota, a propósito, a afirmação de John Ruskin, para quem o “caráter particular do mal produzido por nossa época é sua total irremediabilidade”.

¹⁹⁸ Citado por CHEVROT, Georges. As pequenas virtudes do lar. Título Original: Les Petites Vertus Du Foyer, Paris, França. Tradução de Henrique Elfes. Quadrante. São Paulo, 1990, p. 52.

¹⁹⁹ “Quantas páginas de incertas reconstruções do passado não poderíamos economizar em troca de umas poucas pedras deixadas em pé uma sobre as outras” (John Ruskin).

“arquitetura doméstica”, malha formada pela residência dos humildes, do que seria o precursor da inclusão dos “conjuntos urbanos” no campo da herança histórica a ser preservada, além de, juntamente com o citado W. Morris, formular por primeiro a ideia de uma proteção internacional dos monumentos históricos. Sobre tais conjuntos urbanos antigos afirmou, a seguir, o italiano Gustavo Giovannoni, que uma “cidade histórica constitui em si um monumento, tanto por sua estrutura topográfica como por seu aspecto paisagístico, pelo caráter de suas vias, assim como pelo conjunto de seus edifícios maiores e menores...” (CHOAY, 2006, p. 139, 141 e 143).²⁰⁰

²⁰⁰ Lembra ela que há distinção entre a abordagem francesa e inglesa dessa questão. Aquela seria mais fatalista ante a inexorabilidade da destruição nas levas do tempo industrial; esta, refratária ao pensar e agir ruskiano e não se conforma – tal se pratica na América – em querer-se construir um mundo sem lembrança e ruína.

3.2 Patrimônio urbano histórico e estética, cidade obra de arte, patrimônio histórico-cultural, indústria cultural, proteção, restauração/restauro, indústria patrimonial, turismo, patrimônio natural, centro histórico, valor de conhecimento e valor artístico

Patrimônio urbano histórico, monumento, estética

Grandes e influentes figuras estarão no centro desse debate e protagonismo europeu – no Oitocentos, mais francês e inglês –, os já bastante mencionados J. Ruskin, Viollet-le-duc, W. Morris, A. Riegl, C. Boito, entre outros. E o que essas sociedades particulares encaminham acaba por se projetar a outras partes. As reformas “modernizadoras” produzidas sob E. Haussmann,²⁰¹ em Paris, por exemplo, é vetor paradigmático para muito do que se faz pelo mundo no campo do patrimônio (proteção, restauro), inclusive no Brasil. E feriu particularmente os românticos, tal Victor Hugo, que “escarneceu cruelmente dos largos espaços haussmannianos e da monotonia das novas avenidas da capital” francesa (CHOAY, 2006, p. 176). E é dessa época a noção de “patrimônio urbano histórico”, isto é, desde quando se passou a pensar “a cidade histórica [como] um objeto de conservação por inteiro, e não redutível à soma de seus monumentos”. A cidade então deixara de ser a *ville* medieval ou a emulação de um nome, comunidade ou genealogia, para ser objetada enquanto “espaço” urbano, em que pese, para essa autora, a “história das doutrinas do urbanismo e de suas aplicações concretas não se [confundirem], de modo algum, com a invenção do patrimônio urbano histórico e de sua proteção”. Todavia, é na dialética do destrói-preserva, sob a pressão do movimento dessa nova organização espacial, em sua contramão, que “as formações antigas” das cidades adquirem a identidade conceitual de patrimônio urbano histórico (CHOAY, 2006, p. 179).²⁰² Dialética “da história e historicidade que”, segundo fórmula, se processa, sucessivamente, em três “figuras ou abordagens da cidade antiga: memorial, histórica e historial”. *Memorial*,²⁰³ a cidade antiga em seu papel de monumento, não intencional; *histórica*,²⁰⁴ a cidade velha, ou pré-industrial, algo museal, possuidora da dignidade de objeto histórico,²⁰⁵ instaurado no centro do processo das

²⁰¹ Georges-Eugène Haussmann foi prefeito de Paris (Departamento do Sena) entre 1853 e 1870.

²⁰² Essa autora indaga porque a enorme distância temporal entre a “invenção” do monumento histórico e a da cidade histórica... E responde que por “sua escala, sua complexidade”, a escassez de registros cartográficos confiáveis, e outras preocupações dos estudos históricos em se tratando de cidades, observando que somente no final do século XX viria o florescimento de trabalhos sobre a morfologia das cidades pré-industriais e das aglomerações da era industrial... Eis que desse movimento advieram os estudos urbanos e daí “uma verdadeira história do espaço urbano”.

²⁰³ Mais referenciada na obra do inglês J. Ruskin.

²⁰⁴ Com maior expressão na obra do arquiteto vienense Camillo Sitte..

²⁰⁵ “Seu papel acabou, sua beleza plástica permanece” (do Städtebau, de Sitte). Apud Choay (2006, p. 191).

transformações urbanas; *historial*, a cidade “que está engajada no devir da historicidade” – ou os conjuntos urbanos antigos – integrada numa concepção geral da organização do território, com os atributos, simultâneos, de valor de uso e valor museal, isto é, o sobredito “patrimônio urbano” pensado no contexto da mutação das escalas urbanas (CHOAY, 2006, p. 180 ss). Como se denota, três abordagens que contemplam tais formações histórico-morfológicas, das noções de cidade, *stricto sensu*, às de centros urbanos; em certo sentido, dos fazeres e da arte dos arquitetos às planilhas dos urbanistas – naquela evocação analítica necessária de H. Lefebvre, c. 1, seção 5.

Ora, todas e tais transformações nas concepções e práticas ocorrem tendo em vista as mutações emergentes no quadro da vida social, notadamente impactado pelas acelerações da vida industrial; no limite, as exigências do padrão de expansão do capital. Esta espécie de síntese e superação que a abordagem *historial* faz em relação às anteriores, com vetor na obra de G. Giovannoni, encorpa-se por sustentar “uma concepção dual da mutação imposta ao espaço urbano pela era industrial, e como pode tirar de suas análises morfológicas uma lição de conservação e nunca deixar de tratar a cidade ‘como um organismo estético’.”²⁰⁶ Esta afirmação é do dito Giovannoni, o qual também diz que “uma cidade histórica constitui em si um monumento”, mas – como observa Choay (2006, p. 200), que o vem citando –, “ao mesmo tempo é um tecido vivo: tal é o duplo postulado que permite a síntese das figuras reverencial e museal da conservação urbana”. Giovannoni é contemporâneo e bebe-se em sua doutrina quando da formulação das primeiras cartas internacionais tratando de patrimônio artístico e histórico – Atenas –, princípios que F. Choay sintetiza em três expressões, a saber: a) “todo fragmento urbano antigo deve ser integrado num plano diretor local, regional e territorial, que simboliza sua relação com a vida presente”, enquanto “seu valor de uso é legitimado, ao mesmo tempo, do ponto de vista técnico, por um trabalho de articulação com as grandes redes primárias de ordenação...”; b) “o conceito de monumento histórico não poderia designar um edifício isolado, separado do contexto das construções no qual se insere [*do que seu ambiente resulte*] dessa dialética da ‘arquitetura maior’ e de seu entorno [a cidade]. Entorno do monumento que mantém

²⁰⁶ Diz Choay (2006, p. 203) que G. Giovannoni “foi praticamente o único teórico do urbanismo do século XX a eleger como centro de suas preocupações a dimensão estética do estabelecimento humano [sabendo] articular a propedêutica do esquecimento [Viollet-le-Duc] a uma concepção crítica e condicional da preservação dos conjuntos urbanos antigos na dinâmica do desenvolvimento”. Ainda segundo ela, patrimônio urbano que é “base fragmentada e fragmentária de uma dialética da história e da historicidade [consoante] as complexas abordagens de Riegl e de Boito, para os quais cada objeto patrimonial é um campo de forças opostas que cumpre levar a um situação de equilíbrio, singular em cada caso”. O pensamento desse teórico/prático do urbanismo antecipou as políticas europeias de proteção patrimonial que teriam lugar a partir de 1960, com forte influência no Brasil das décadas seguintes.

com ele uma relação essencial”; c) “os conjuntos urbanos antigos requerem procedimentos de preservação e de restauração análogos aos que foram definidos [*que*] tenham por objetivo essencial respeitar sua escala e sua morfologia, preservar as relações originais que neles ligaram unidades parcelares e vias de trânsito” (CHOAY, 2006, p. 200). Ressalte-se que de um modo geral isto lembra o processo dado em São Luís a partir dos anos 1950-60, quando se resolveu alargar a cidade para os outros lados dos esteiros do Anil e Bacanga, de maneira articulada com o Centro Histórico, após, contudo, os rasgos haussmannianos no tecido colonial levados a efeito no tempo do Estado Novo e que discutimos nutro passo deste estudo.

Nesse diapasão de mudanças da face europeia e do mundo compreendidas entre os séculos XIX e XX, um questionamento, de permeio, se impõe, segundo F. Choay: “Estariam as metrópoles contemporâneas condenadas a um nível zero da beleza urbana [incorrendo no esquecimento estético]?” Pode-se conceber e preparar o advento de uma arte urbana ajustada ao devir da sociedade industrial?” Nas respostas possíveis, ter-se-á os incrédulos que o negarão e mesmo agirão despojados do espírito estético – e as metrópoles atuais são disso uma prova: Nova Iorque, São Paulo, São Luís (do outro lado do Anil); mas há deles, tal G. Giovanonni, como se viu acima, que o preconizam. Viollet-le-Duc joga com o esquecimento.²⁰⁷ A cidade antiga – e os estudos sistemáticos o vão como que confirmando – é percebida como irradiação de beleza tirada das suas disposições espaciais e, claro, hauridas de sua morfologia. E é dessa percepção o sentido da cidade antiga como objeto que ensina, daí que já no final do século XIX despontam na arquitetura os “neo” – clássico, barroco – e no Brasil, o neocolonial, por exemplo. Em São Luís, o *colonial*, em espécie, terá a seu lado o *neo*, dele mesmo, nos diálogos das artes de fazer citadino e nos agregados que o enrugamento secular produziu em sua morfologia. Sim, as cidades justapostas, e imbricadas, de que se tem falado.

São Luís-monumento, cidade obra de arte, patrimônio histórico-cultural, indústria cultural

Outra pergunta se impõe, no presente estudo: de qual maneira todas essas transformações ressoam na cidade de São Luís do Maranhão, criada na franja colonial da Europa pós-mar e projeção dos interesses materiais e de suas inspirações culturais mais amplas? Em

²⁰⁷ Eis a apologia do esquecimento em Viollet-le-Duc: “A todos aqueles que nos dizem hoje ‘Tomem uma arte nova que seja de nosso tempo’, nós respondemos ‘Façam que esqueçamos esse enorme acúmulo de conhecimento e de crítica; dêem-nos instituições monolíticas, costumes e gostos que não se liguem ao passado (...). Façam que possamos esquecer tudo o que foi feito antes de nós. Teremos, então, uma arte nova e faremos o que jamais se viu; porque se para o homem é difícil aprender, é muito mais difícil esquecer’”. Apud Choay (2006, p. 189).

primeiro lugar, convém observar que São Luís foi projetada menos com inspiração esteticizante que com objetivos pragmáticos – o pragmatismo imposto por seu papel estratégico de feitoria e cabeça militar de estado colonial. Todavia, o erguimento de palácios, igrejas, conventos e até fontes, foram-lhe conferindo aquela beleza sobre a qual se movem as percepções contemporâneas que afirmam a sua proteção enquanto patrimônio histórico da humanidade. Uma São Luís, obra de arte, naquele sentido articulado por Choay, que afirma:

[A cidade] no mais das vezes, caracterizada pela qualidade e pelo número de tesouros de arte, monumentos históricos com seu cenário pintado e esculpido, museus e coleções que ela, à maneira de um imenso museu a céu aberto, encerra. Por isso, a noção de cidade como obra de arte é aplicável a categorias heterogêneas de cidades, capitais e de interior, gigantes e minúsculas, transbordantes de vida ou adormecidas, e muitas vezes sem que a própria configuração desse continente seja levado em consideração (CHOAY, 2006, p. 192).

Tomando essas linhas de interpretação e com elas articulando as aproximações do nosso objeto, pergunte-se também mais e colha-se ainda mais elementos para entendê-lo: qual relação têm essas matrizes e possíveis determinantes nesse campo com as concepções que orientam o tombamento de São Luís? (Aliás, antes mesmo do tombamento, das políticas anteriores?). No geral, tenha-se presente esta outra formulação de F. Choay:

Monumento e cidade histórica, patrimônio arquitetônico e urbano: estas noções e suas sucessivas figuras esclarecem de forma privilegiada o modo como as sociedades ocidentais assumiram sua relação com a temporalidade e construíram sua identidade.

No século XV, a emergência de um patrimônio histórico, sob a denominação de antiguidades, ilustra o desdobramento do projeto humanista. Em face dos edifícios e dos objetos que o uso cotidiano transformou em meio ambiente, familiar, presente desde sempre, as antiguidades funcionam como um espelho. Espelho que cria um efeito de distância, de afastamento, propiciando um intervalo onde haverá de instalar o tempo referencial da história. Espelho que mostrara também à sociedade humanista uma imagem desconhecida, por definir, de si mesma como alteridade. [...].

No século XIX [...], a consagração institucional do monumento histórico dá a este um estatuto temporal diferente. [...]. Relíquias de um mundo perdido, devorado pelo tempo e pela técnica, os edifícios da era pré-industrial tornam-se, segundo o termo de Riegl, objeto de um culto. Finalmente, são investidos de um papel memorial impreciso, e para eles novo, semelhante, de modo discreto, ao do monumento original. No solo desestabilizado de uma sociedade em processo de industrialização, o monumento histórico parece lembrar aos membros dessa sociedade a glória de um gênio ameaçado. (CHOAY, 2006, p. 205-206)

Pode-se dizer que o tombamento de São Luís enquadra-se e tem nessas ideias o seu suporte, identificáveis na letra e nos termos dos documentos mundiais e dos que regulam as políticas públicas de patrimonialização no Brasil. São Luís é uma cidade ocidental-latina por gênese e sendo assim, desde cedo, é percebida em sua *antiguidade*, e manifestação *humanista*, isto é, enquanto uma relíquia cheia de sinais de um “mundo perdido” que impõe cultuar. “Mundo perdido”, entenda-se, as linhagens sobressalentes de sua ocidentolatinidade – e linhagens realçadas que, nessa dinâmica de monumentalizar, podem até resultar na ocultação das outras matrizes essenciais de sua formação histórica.

Já no século XIX São Luís era percebida em sua antiguidade, o que o atesta a *literatura* sobre a cidade, sobretudo a *romântica*, como se viu (e sobre o que ainda se falará, à frente) e que contribui decisivamente para fixar os sentidos dessa antiguidade e da posterior monumentalização dela como “cidade histórica”. Contudo, a São Luís do século XIX, da segunda metade em particular, adentrando, a jusante, o século XX, é uma cidade movida pela vontade de descolar-se das suas amarras pré-industriais e de alcançar uma inserção de vulto ao nível do mundo industrial, realidade que conhecerá, ao menos como ensaio cheio de impactos, mas que se esgotará em ciclo curto em face do processo mais abrangente das determinações econômicas que, em nível nacional, deslocam para o sul do Brasil o motor da economia/poder, consoante vimos na capítulo 1, seção 5. Mas esse surto industrializante, ainda que de fôlego curto, fixará a percepção da cidade antiga-relicária, histórica, e historial, tal assinalado acima. Isto é: o imperativo da reelaboração da cidade antiga em cidade *moderna* do contexto industrial, fixando-lhe um passado como que irrevogável, e os objetos que remanescem e o caracterizam – seus “edifícios da era pré-industrial” – servindo àquela mencionada objetificação de culto. Aliás, de culto, porque se tornaram eles tais fontes “memoriais” imprecisas, mas também objetos de novos usos, pretendendo semelhança a seu destino original. Tal é o esforço em São Luís de dar-se ao complexo acervo edificado da cidade antiga um repertório de novas funções e usos, em tudo revelando-se uma certa compulsão de “reviver” a cidade e seus modos de ser originais. Convindo realçar, ainda, que o ensaio de industrialização impacta, desestabilizando (CHOAY, 2006, p. 206) o solo social sanlusiense, contudo, como será um processo bloqueado, isto implicará, sim, numa espécie de congelamento da relíquia, e, em certo sentido, no seu salvamento, pois a “destruição” que a inexorabilidade industrial traria não se consumou. Enquanto o solo desestabilizava, a cidade do passado, tida por filha de um tempo glorioso, ao revés, afirmava-se enquanto monumento histórico, afastada, em seu exemplo, aquela ameaça de

devoramento pelo furor que move a cidade industrial. E daí repetir-se o tão repetido bordão de que a cidade “foi salva pelo atraso”. Ora, essa ideia de salvamento, sugere que a cidade transpôs uma circunstância de sua construção, ainda que não fosse tal seu destino buscado, sobrevivendo um benefício não previsto. Claro que, para os contemporâneos do fracasso da sonhada industrialização, o que seria no futuro o monumento elevado a patrimônio histórico, não passava de sinal da decadência da cidade.

Esse culto da cidade-monumento edificada passou recentemente por transformações e a que devemos distinguir entre elas é a que se liga com a indústria cultural. Lembra Choay que isso ocorre num contexto em que a “mundialização dos valores e das referências ocidentais contribuiu para a expansão ecumênica das práticas patrimoniais”, tudo a partir das balizas estabelecidas pela Convenção de 1972 que, sob a chancela da Unesco, fixou o conceito de patrimônio cultural universal, tal epigrafado – “valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência”. Indústria cultural que se manifesta aliada “ao desenvolvimento da sociedade do lazer e de seu correlato” (CHOAY, 2006, p. 210), o turismo cultural, arrebanhando, além de especialistas e eruditos, um público de milhões de pessoas, em escala mundial. E já então a prática do patrimônio convertida em política de Estado e a palavra *cultura* adquirindo sentidos e latitudes nunca vistos e (pensando a França) perdendo “seu caráter de realização pessoal [tornando-se] empresa e logo indústria” (CHOAY, 2006, p. 210-11). Como exemplo dessas transformações, destaca a criação de um “mercado internacional dos centros e bairros antigos” e cita discurso de um ministro da Cultura francês que, em 1986, afirmou que “nosso patrimônio deve ser vendido e promovido com os mesmos argumentos e as mesmas técnicas que fizeram o sucesso dos parques de diversões”, e, como outro agente público discursou, “passar do centro antigo como pretexto para o centro antigo como produto”. Nada à-toa que nesses anos pós-72 tenham ocorrido em São Luís as mais significantes iniciativas concernentes à sua proteção e restauração. Podemos até afirmar que foi a aplicação dessa “lei” turisticante que acendeu a percepção de que a velha capital maranhense fora “salva pelo atraso”: sua vaga industrializante não fora intensa o suficiente para varrer seus monumentos e assim “preservara”, até sem querer, um “patrimônio” que agora abraça um mundo de novas possibilidades de usos e fruições. E como secunda a própria Choay, a “metamorfose de seu valor de uso em valor econômico” se dá graças à “engenharia cultural” que organiza e move sua exploração enquanto atividade que multiplique esse valor. *Valorização* que é expressão “inquietante por sua ambiguidade”, enquanto remete, a um só tempo, “a valores do patrimônio”, e contém “a noção de mais-valia”: “mais valia de

interesse, de encanto, de beleza, mas também da capacidade de atrair...”. Ora, as conotações econômicas disso são solares, atestando o antagonismo entre “dois sistemas de valores e dois estilos de conservação” (CHOAY, 2006, p. 212).

Proteção, restauração, indústria patrimonial, turismo

É de grande relevância no presente estudo o exame da ambivalência articulada por essa autora, já tão citada, e tão necessária neste deslinde teórico-referencial, pois ela se manifesta plenamente no conjunto da política pública para o patrimônio histórico praticada em São Luís nas últimas três décadas, configurando num dos polos uma tendência dominante “apoiada na indústria patrimonial e pela evolução da economia urbana”. Releva sobretudo compreender como as operações destinadas à valorização do monumento histórico repontam a ambiguidade entranhada na noção mesma de patrimônio, destacando-se entre elas a *conservação e restauração* de acervo edificado, a *mise-em-scène* de sua objetificação, a *animação cultural*, a *modernização*, *boutique de souvenir*, *acesso*. Isto é, a conservação/restauração torna-se fundamento dessa valorização, os sistemas de iluminação dos monumentos os realçam e revelam, deles, outra “poética ou transcendência”, espécie de “divindade gloriosa” parecendo irradiar a eternidade (CHOAY, 2006, p. 215). Parte da ambiguidade que aponta, lembra que, sobretudo pensando o interior dos monumentos, a intervenção da fada elétrica os constrange, pois essa “operação elimina o plano e a disposição que os ancoravam na duração”. Já a animação cultural que consiste no aproveitamento de espaços monumentais históricos para outros usos (exposição, concertos) pode, em decorrência dessa relação antagônica – e a depender se a nova animação não obscurece o diálogo com o ambiente monumental a ser fruído –, ser ele (o monumento) engrandecido ou depreciado. O que dizer da operação de modernização? Neste caso, diferente de querer-se dá “impressão de novo” ao “velho” é pretender “colocar no corpo dos velhos edifícios um implante regenerador”.²⁰⁸ Trata-se aqui de um debate e escolhas cruciais quando se trata de São Luís,

²⁰⁸ É oportuno refletir aqui com a afirmação de “cidade-ruína” como “a expressão do conjunto de intenções e de comportamentos do homem brasileiro diante do Tempo... [...] os habitantes valorizam o presente reformulando o passado” (ECKERT e ROCHA, apud LIMA F.º, p. 233). Agora é M. Lima F.º que acrescenta que nesse “vai e vem temporal, o movimento que impulsiona para a modernidade rompe com o passado, destrói os patrimônios, torna inóspitas as relações sociais, individualiza o que foi marcadamente holista por excelência. A volta ao passado parece querer ressemantizar e fazer marcar o passado no presente: é preciso proteger, contaminar-se de um passado que nós mesmos destruímos – daí a busca por objetos, coleções, ruínas. Talvez daí se compreenda uma ambiguidade nas narrativas patrimoniais...”. “Contraposição de proteção por proteção sem convencimento ou algo que o valha ou que faça sentidos”? É “pura fumaça de retóricas para amenizar nossas sangrias patrimoniais” (LIMA F.º, 2007, p. 233-34). E não somente nas narrativas, aduzimos, mas também manifesta nas opções e na prática das políticas atinentes ao patrimônio.

cabendo especular sobre o sentido das ações requalificadoras: o que seria da restauração e revitalização de São Luís não incluísse, por exemplo, a iluminação de seus monumentos, interna e externa, e o reaproveitamento dos espaços que estavam ruinosos, novos arranjos de estacionamentos, a exemplo do que se planeja para o antigo Campo de Ourique/Deodoro no chamado PAC Cidades Históricas? Ora, é da qualidade metódica desta pesquisa ter presente aquela determinante de destruição capitalista inerente. Aliás, Lefebvre concede-nos um suporte de argumento relevante para enfrentar esse debate ao apontar, tratando do fenômeno urbano, que este é

simultâneo e cumulativo: simultâneo porque é ponto de convergências díspares, memórias cruzadas, camadas do passado, como um corte estratigráfico revela a erosão do tempo, marcando a ausência, mas ao mesmo tempo, demarcando o que ficou; cumulativo porque demonstra vários conteúdos, culturas, técnicas, estilos – formas urbanas, acrescenta Lima (2007, p. 234, citando livremente o autor francês de *A revolução urbana*).

Ainda pensando sobre esse arsenal de ambiguidades, acentue-se que a restauração com vistas à reutilização de bens edificados – a exemplo dos sobradões de São Luís – implica reconhecer que essa é uma forma complexa de assegurar a valorização do patrimônio, pois o monumento/objeto é “poupado aos riscos do desuso para ser exposto ao desgaste e usurpações do uso [sendo] necessária uma imaginação que não possa ser substituída pela mera nostalgia” (CHOAY, 2006, p. 219-220). Ora, a integração do monumento na vida contemporânea²⁰⁹ é que impõe os novos usos, ou os velhos usos com jeito de novos, e isso, como já se viu longamente, são concepções e práticas muito discutidas nestes dois últimos séculos. Mas Choay lembra que “a prática da reutilização deveria ser objeto de uma pedagogia especial”, isto é, para cada caso de reutilização, uma avaliação cuidadosa das funções atuais a que se destina. Acentua a impropriedade de reduzir-se casarões residenciais, por exemplo, tal “casca vazia de seu conteúdo” subtraído por “curetagem”, o que considera procedimento inadmissível, pois a morfologia da malha urbana precisa ser preservada, assim também o seu ambiente interno. Aqui, sem dúvida, uma opção que se deslinda, andando sobre o fio da navalha, por exemplo, em cada ação/intervenção no campo das políticas do patrimônio em São Luís. No caso, em que pese as

²⁰⁹ Pensando a patrimonialização em face das questões trazidas pela globalização do capitalismo financeiro, Cristina Meneguello, num diálogo pertinente com Antonio Augusto Arantes (1984, p. 9) em torno da pergunta: “para quem se preservam áreas e imóveis, por que e em nome de que passado?” Responde esse autor, para ela, em “texto fundador”: “a preservação deve ser pensada como trabalho transformador e seletivo de reconstrução e destruição do passado, que é realizado no presente e nos termos do presente” (MENEGUELLO, 2012, p. 105).

diversas ações intencionadas e intentadas quanto à referida “pedagogia especial” qualificadora das requalificações/reutilizações, parecendo que todos os seus casarões foram curetados por parteiros amadores e não pelos técnicos e pedagogicamente habilitados.²¹⁰

E o que pensar com essa autora sobre essa integração contemporânea das cidades e dos centros históricos? Remanesce – agora nas garras da indústria cultural – o sentido de conservação museal deles, mas as concepções integradoras de Giovannoni tendem a prevalecer e é muito evidente que orienta a política pública levada a efeito em São Luís, a qual, ao fim e ao cabo, serve ao conceito de “desenvolvimento” tão assinalado em tudo. Ora, pensando a perspectiva da valorização, desenvolvimento é conceito que rivaliza com o de proteção e, em geral, o suplanta. Nesse sentido, comentando recomendações de Nairóbi²¹¹, que considera “a exposição de motivos e argumentação mais complexas em favor de um tratamento não museal das malhas urbanas contemporâneas”, sustenta que

O valor social do patrimônio menor e das malhas históricas, já reconhecido por Giovannoni, é avaliado à luz de interesses imobiliários e turísticos, cujo extraordinário desenvolvimento ele mal podia imaginar. Além disso, pela primeira vez, a conservação viva dos conjuntos antigos é apresentada como um meio de lutar não apenas pela proteção de particularismos étnicos e locais, mas também contra o processo planetário de banalização e standardização das sociedades e de seu meio. [...]. Ora a cidade histórica, assim como o monumento individual, é transformada em produto de consumo cultural – reutilização ambígua, no melhor dos casos lúdica, e que dissimula sua natureza museal –, ora pode ser destinada a fins econômicos que se beneficiam simbolicamente de seu *status* histórico e patrimonial, mas que a ela não se subordinam. (CHOAY, 2006, p. 223-224).

Todo o esforço de reviver São Luís move-se pela busca da valorização de seu centro histórico em proveito da indústria turística e cultural, requalificando-o, e reutilizando, para cumprir essas novas funções de produto para o consumo cultural, daí recriar-se uma ambientação que atraia o visitante em busca da emoção, digamos, de sentir-se vivendo num teatro, num café, ou numa taberna, de uma praça, beco, ou calçada oitocentista da antiga capital. Mas esse ambiente e sua “atmosfera convivial”, e assim seus visitantes – consumidores –, pertencem ao

²¹⁰ Aqui a pertinência, até indispensabilidade, de programas de educação patrimonial. Pensando essa necessidade e propondo encaminhamentos no âmbito do ensino da História, por exemplo, realizando oficinas educativas com estudantes, e até seus pais, Áurea Pinheiro assinala que tal pode ser feito com vistas ao “patrimônio cultural”, permitindo a todos que “reconheçam, nos bens culturais locais, aspectos de suas identidades e passem a perceber a sua responsabilidade com a valorização do Patrimônio, fortalecendo a cidadania e a inclusão social” (PINHEIRO, 2010, p. 152)

²¹¹ Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. Conferência Geral da Unesco – 19ª sessão. Nairóbi – 26 de novembro de 1976.

tempo presente e assim querem encontrá-los, dotados de equipamentos e linguagens modernos que articulem, no contraste, semioticamente, a contiguidade passado e presente.

Choay utiliza a expressão “indústria patrimonial”, tal utiliza indústria cultural ou turística, e o faz para significar seu grande impacto na sobrevivência econômica de cidades, regiões e até países, fazendo delas um empreendimento. Com efeito, empreendimento que atrai investimentos e que, no caso dos imobiliários, tende a afugentar e até excluir dele sua população adaptada a fazeres diversos daqueles que se vai empreender. No caso de São Luís, é visível que o centro histórico, e nele, a Praia Grande, fora, de há muito, despovoada de sua população residente original, e mais recentemente, em função do processo de restauração/revitalização, de um segundo despovoamento. Autora vê efeitos perversos na “banalização” da industrialização-consumação patrimonial como que desenfreada, notando que, “culto ou indústria, as práticas patrimoniais estão ameaçadas de autodestruição pelo favor e pelo sucesso que gozam, sobretudo pelo fluxo transbordante de visitantes do passado”. Perversidade inquietante, ainda mais, porque à “obra desagregadora do tempo, das estações e dos usos [...] acrescenta-se a destruição cultural” (CHOAY, 2006, p. 227-28)²¹² que suprime a autenticidade pela prática das restaurações amiadadas na insistência do uso sistemático. Nesse sentido, citando a França, enquanto pensa as cidades e centros históricos antigos medievais e seus “parques patrimoniais”, lembra que “as infra-estruturas de transporte e de alojamento dos visitantes tendem a se restringir por falta de espaço ou a degradar lugares e paisagens”.

Transpondo esse motivo de análise para o cenário sanluisense, temos que, em princípio, essa ameaça do uso sistematicamente destruidor do acervo não se configura assim tão intensamente, pois a infraestrutura de hospedagem dos visitantes e os impactos conexos disso, por exemplo, em geral estão fora dos limites do sítio tombado, na metrópole expandida. Isto é, os visitantes-turistas, e sua própria população em grande parte, respectivamente, hospeda-se, e mora, na cidade nova. Há turistas que se hospedam nas malhas das muitas pousadas de sobradões requalificados do Centro Histórico, mas não parece ser a maioria deles. Já os demais, pousam em sofisticados e modernos sistemas de hotelaria em zonas “nobres” da cidade moderna. E grande parte da população, em espaços marcados por diversa segregação, conforme apontamos no capítulo 1, 5.

²¹² Lembra que essa banalização secundária decorrente da valorização dos centros históricos, tende a contrariar o espírito dos formuladores de Nairóbi. Essa banalização consiste, no limite, na eliminação das diferenças locais e em incorrer-se numa igualação das várias cidades ao ponto de “turistas e empresas multinacionais nelas se sintam em casa”.

Restauro, patrimônio urbano, patrimônio natural, turismo, centro histórico

Questão das mais complexas no contexto das ações relativas às políticas do Patrimônio e do próprio *urbanismo*²¹³ contemporâneo é o chamado *restauro*,²¹⁴ havendo, inclusive, muitos documentos mundiais concernentes ao tema, que expressam um debate que vem de longe, como já nos apontou, em chave analítica, afim, Françoise Choay.

Retomemos alguns elementos dessa discussão, agora, com Zueleide de Paula, a qual articula as ideias/conceitos de patrimônio histórico, monumento e restauro – pensando entre outros com P. Bourdieu, além de M. Certeau e sua *arte de fazer* – timbrando o pressuposto de que já se forma implicitamente o campo dos patrimônios, envolvendo várias áreas do saber: História, Antropologia Cultural, a Arquitetura, a Geografia (PAULA, 2012, p. 196) e já alertando que o patrimônio pode ser aniquilado por um debate e o fomento “puramente mercadológico do turismo contemporâneo”. Lembra que no século XIX ainda não se formulara o conceito de patrimônio tal se conhece hoje e que isso veio com as transformações a partir da expansão industrial-urbana, quando é posta “em pauta a materialidade oriunda do passado como representação para o presente e o futuro” (p. 197-98). Examina a obra dos doutrinadores do restauro, a partir de Ruskin (p. 200), para quem o passado é indevolvível, isto é, não se deve restaurar e salvaguardar para que a obra tenha “direito” de “vir a ser uma ruína” e até aceitava a restauração desde que francamente quem o decide saiba que está destruindo o bem – e nesse momento da “modernidade” a discussão está na *arte de fazer* dos arquitetos e não dos historiadores.²¹⁵ Acentua ela que restaurar, então, pertine à obra de arte e a mais nada, não. Discute Viollet-le-Duc, o *papa* da restauração (ao contrário de Ruskin) e muito seguido até hoje (p. 202-03). Refere-se a Riegl e à sua distinção entre os monumentos intencionais e os não-intencionais (realçando que estes são os que “a relevância é determinada pelo tempo, pois sua significação no presente em relação ao passado é que o torna monumento” (p. 204), também lembrando que para esse

²¹³ Neologismo (1910) ferido pela pena de P. Clegert. Segundo Françoise Choay, “o dicionário Larousse define-a como ciência e teoria da localização humana”. (CHOAY, 2011, p. 2).

²¹⁴ Cujas referências maiores são a “Carta do Restauro”, adotada pelo Governo da Itália, em 1972, posteriormente recepcionados os seus termos em vários textos de convenções e resoluções no âmbito internacional.

²¹⁵ É relativamente recente a participação de historiadores nas questões atinentes ao patrimônio/restauro, antes terreno exclusivo de arquitetos, além de urbanistas e restauradores; no máximo, até o século XIX, historiadores da arte. “Somente mais tarde, no decurso do século XX”, seriam eles envolvidos nesses diálogos, para eles tornados “um campo de conformação” – segundo Maristela Bresciani, em a *arte de fazer* do historiador – do “próprio solo do trabalho intelectual”. Apud PAULA (2012, p. 199).

doutrinador o valor artístico opõe-se ao valor histórico, fundamentando-se este na rememoração de um passado determinado ((PAULA, 2012, p. 205).

Interessante a perspectivização de patrimônio, passado, arte, história, memória e restauro, sobretudo a dialogia entre arquitetos e historiadores, trazida por Cesare Brandi,²¹⁶ o qual intentou acordar as divergências de Ruskin e Duc (p. 212-13),²¹⁷ assinalando que a prática do restauro – sempre partindo do presente para o passado – “é prenhe do que a qualifica, sobretudo, como ação do presente em relação ao passado, mas indubitavelmente marcado pela pátina do tempo histórico, memorial e de sociabilidades que não podem ser ignoradas” (PAULA, 2012, p. 213). Brandi alude também ao “restauro de repristinação”, isto é, aquele que quer abolir o lapso de tempo entre a conclusão da obra e o presente (p. 210). Referindo-se (p. 223) às atuais políticas públicas patrimonializantes visando o turismo, afirma, com Heloísa Barbuy, que o “passado como elemento marcador de plasticidades urbanas no presente é materializado no modo como as políticas públicas passaram a ressignificar os ‘Centros Históricos’, a conduzir as políticas de revitalização/reutilização, visando o uso desse passado e desses espaços para fins turísticos. A cidade-exposição atingiu a condição musealizante²¹⁸ (BARBUY, 2006)”. Significativa a consideração final dessa autora assinalando a cidade enquanto “tábula rasa em que muitos querem escrever [...] por meio da produção de lugares incomuns, bem como da sacralização daqueles já existentes”. E também que “nessas espacialidades, de um modo ou de outro, estão inscritas as vivências humanas, seja na construção do culto ao sacralizado, seja na transgressão e no rompimento com o sacralizado e na criação de lugares insólitos, como declara Certeau” (PAULA, 2012, p. 225). Enfim, relembra, que a

²¹⁶ Brandi (1906-1988), italiano, nome destacado no campo da restauração de obras de arte. Publicou *Teoria da restauração*. Referência do chamado “restauro crítico”.

²¹⁷ “Não será, então, necessário insistir mais para afirmar que o único momento legítimo que se oferece para o ato de restauração é o do próprio presente da consciência observadora, em que a obra de arte está no átimo e é presente histórico, mas é também passado e, a custo, de outro modo, de não pertencer à consciência humana, está na história. [...]. Na atuação prática, essa exigência histórica deverá traduzir-se não apenas na diferença das zonas integradas [...], mas também no respeito pela pátina, que pode ser concebida como o próprio sedimentar-se do tempo sobre a obra, e na conservação das amostras do estado precedente à restauração e ainda das partes não coevas, que representam a própria translação da obra no tempo”. (BRANDI, 2004, p. 61, apud PAULA, 20012, p. 212-213)

²¹⁸ Acrescente-se a observação de que o “uso do patrimônio e da musealização caracteriza [...] as mais diferentes espacialidades. Outro exemplo de uso do patrimônio e da musealização pode ser observado na Europa [com suas cidades vivendo] hoje em constante competição e buscando superar a si mesmas no que toca à boa recepção de visitantes. Houve uma refuncionalização das espacialidades urbanas, de lugares, de estéticas urbanas, de tradições e práticas culturais, de usos do passado, além de uma ressignificação do presente, agora ‘preservado’ em sua existência e em sua projeção” (PAULA, 2012, p. 24). Enfim, o enquadramento de “monumentos intencionais” proposto por A. Riegl.

cidade tem inúmeras formas de receber seus usuários e de integrá-los em sua tessitura, mas também se dá o inverso, já que ele se constitui dessa interação, mesmo no rompimento e no estabelecimento de novos lugares, por iniciativa de seus usuários. Afinal, a cidade é um lugar de memórias, de lembranças da infância vivida, das sensibilidades sentidas, das experiências cotidianas, mas é preciso lembrar que também é lugar de construção/reconstrução e de ruínas, mas no mundo contemporâneo, lugar também de visita. E se a patrimonialização está presente e se faz necessária, ‘permitir’ a presença da passagem do tempo, do envelhecimento das *idades novas*, significa igualmente estabelecer uma relação de pertencimento, de reconhecimento em relação a essa espacialidade, a esses lugares de identidade para uns, de memória ou lembrança para outros (PAULA, 2012, p. 226, grifos autorais).

De vida, para todos, podemos acrescentar. Como se vê, um feixe sistemático de questões que repontam em significantes quando se toca com o cinzel de Michelangelo o corpo morfo-histórico-arte da cidade, filha complexa do tempo, e se o provoca – parla!

“Ruínas” – é antecipar Olavo F.^o, o arquiteto-poeta-esteta das formas ludovicicas, atinando que falam as alvenarias cozidas em sernambi quando nuas e ao relento na edilícia ruínosa beijada pelas brisas ligeiras de Upaon-Açu dos maranhões.

Valor de conhecimento, valor artístico

Em meio a inquietações, que são tantas neste debate, cabe volver à distinção já conhecida entre o *valor de conhecimento-histórico* e o *valor estético-artístico* do monumento-patrimônio histórico, para então perguntar-se, nesse turismo patrimonial de massa, como ficam os “que esperam dele uma iniciação à alegria do conhecimento histórico e aos prazeres, além daqueles para quem a visita ao monumento é um fim em si mesmo”. Valor histórico e valor artístico, um e outro, são manifestações de algo cuja recepção requer certo recolhimento no tempo e o silêncio, além de ser “a experiência estética resultado de um percurso iniciático” (CHOAY, 2006, p. 230-31),²¹⁹ daí que estão ameaçados por essa visita em grandes fluxos e de mera distração, que implicará em mais prática de conservação, em si também uma perversão destruidora.²²⁰ Mas as perversões desastrosas decorrentes desse “consumo patrimonial” podem ser enfrentadas, numa “conservação estratégica”, desde que se siga a advertência de Giovanonni,

²¹⁹ Isto também implica na perda do “diálogo, em presença da obra, entre práticos e não-práticos, que supõe uma linguagem comum e as mesmas referências”. Cada vez mais isso fica à mercê de “ressemantizadores”, dos que, por exemplo, tratam os edifícios antigos como *textos* (grifo da autora).

²²⁰ Ponto muito interessante para novas reflexões, neste passo de sua exposição em *A alegoria do patrimônio*, a autora faz interessantes observações sobre o papel da fotografia – cita W. Benjamin –, nesse contexto reproduzindo imageticamente os monumentos e assim garantindo certa “conservação estratégica” deles pelo não contato sistemático de turistas com ele.

que, segundo Choay, “os centros e bairros antigos só poderão ser conservados e integrados à vida contemporânea se sua nova destinação for compatível com sua morfologia e com as suas dimensões [assim] representam atualmente um recurso raro, objeto de uma demanda ao mesmo tempo social e societal” (CHOAY, 2006, p. 236-237).

Entre tantas e novas interpelações, volte-se a uma, essencial: por que o culto ao patrimônio histórico avultou em tão grande escala? Parece que não o explicam somente as novas “funções econômicas e dos recursos de entretenimento” que adquiriu na “sociedade de lazer”. E para além dos *valores* inventariados por Riegl e do valor econômico do patrimônio histórico induzido pela indústria cultural que ele não alcançou. Choay sugere que se busque compreender a “inflação do patrimonial” enquanto comportamento narcisista relacionado a uma identidade humana genérica, vislumbrada num vasto espelho de tempos múltiplos encerrados na era eletrônica. Clarificando sua hipótese, enquanto acentua a chegada, após 1950, das memórias artificiais e a instantaneidade dos sistemas de comunicação que permite “exercer uma atividade ubiqüitária”, afirma, textualmente, que tal

Simbolizou-se pela noção de instrumento a atividade técnica que, desde a época da pedra lascada até a das máquinas (inclusive), acompanhou a antropologização de nossa espécie, ou ainda, nas palavras de Marx, a transformação de terra em mundo humano. Mas os instrumentos eletrônicos ou eletrônicos são de outra natureza: eles requerem [...] uma interiorização, uma integração e uma assimilação que escondem sua necessária mediação e fazem deles próteses de um novo tipo. [...]. Sejam claros, porém. Concentrando-me aqui na técnica, não ignoro de forma alguma a circularidade da relação que a liga ao conjunto das práticas humanas, psicossociais, socioeconômicas, econômico-políticas, que, por sua vez determinam e condicionam sua evolução. Para mim, trata-se apenas de apontar um aspecto essencial da dinâmica societal. [...].

Além disso, as próteses que nos libertam do liame local livram-nos da duração para nos instalar, ao mesmo tempo, na instantaneidade. O tempo orgânico da rememoração, do cálculo, do questionamento, da espera, das marchas e contramarchas nos é recusado. Por sua vez, de uma outra maneira, o tempo cósmico das estações é esmagado pelas idas e vindas dos transportes aéreos de um hemisfério terrestre a outro, quer se trate de derramar os milhares de turistas nas praias ou os legumes nos mercados. (CHOAY, 2006, p.240-246).²²¹

²²¹ Explica que o adjetivo freudiano “protético” “permite salientar a multiplicação das mediações e das telas que, por força do uso das novas próteses, se postam entre os homens e o mundo, assim como entre os próprios homens. Ele aponta também para a extensão da perturbação que a humanidade enfrenta atualmente”. Perspectiva freudiana – acrescenta, em nota [p. 248], essa autora – secundada por Pierre Legendre, cujo narcisismo constitui o núcleo de sua antropologia geral, sendo desse “narcisismo incontornável que deriva o papel das ‘antiguidades’ e dos monumentos históricos na formação da identidade ocidental antes da inflação patrimonial”.

Choay faz essa análise tendo como pressuposto a “era pós-cidade”, entendendo a superação de termos tais “cidade”, “urbano” e “urbanismo”, pois agora “a urbanização propaga-se segundo as linhas de força traçadas pelas redes dos grandes equipamentos [tendentes] a eliminar as cidades e a uniformizar os territórios” (CHOAY, 2006, p. 236). Também vislumbra que a “correlação entre a revolução protética e a função narcisista do patrimônio construído esclarece, além disso, as dificuldades suscitadas pelo ‘valor de ancianidade’ de Riegl”, formulação elaborada no fragor da revolução industrial, quando esta deu “valor e um sentido novos a todos os edifícios que a precederam” e uma nova função retrospectiva ao monumento histórico. Observa essa autora que A. Riegl foi “o primeiro historiador a interpretar a conservação dos monumentos antigos a partir de uma teoria dos valores”, mas silenciou sobre o “valor nacional” e justamente porque ele raciocina com o “monumento histórico” e não com “patrimônio”. E valor nacional pertine a esta outra noção. No caso da França revolucionária “o valor nacional que legitimou todos os outros” (CHOAY, 2006, p. 117).

E estes outros: o valor cognitivo; o valor econômico; o valor artístico. Sobrepujando, porém, na França, no Brasil, o “valor nacional”, e sendo este uma construção ideológica, é cuidar de assim examiná-lo em face da prática patrimonial em curso e sem nunca elidir a força dessas outras valorações enquanto manifestação e seus variados níveis de determinação no movimento de transformar terra em mundo humano.

E pensando-se São Luís e o sentido de ruptura mental que sua história encerra, e ao mesmo tempo projeta, na dimensão do tempo cósmico, de cidade filha da zona tórrida e triunfo contra as apreensões aristotélicas da impossibilidade de viver gente sob a linha equinocial, é de nos debruçarmos com o necessário rigor, para examinar-lha enquanto submetida às mutações do tempo presente e de suas acelerações infoviáticas, das miniaturizações, enfim, tudo nos instalando na instantaneidade radical. E não deixar de ter presente, como alerta essa autora, as “práticas humanas” e suas sobredeterminações insistentes no plano da sociedade realmente dada a existir.

3.3 Patrimônio e esquecimento, representação, identidade nacional, arte, preservação, patrimônio artístico e identidade coletiva

São Luís, memória, esquecimento, patrimônio, representação

E como nesse horizonte permeado de temas se há de vislumbrar São Luís em sua ação patrimonializadora monumental? Em primeiro lugar, reafirmar sua condição de cidade do trópico, feito nicho significativo da cultura ocidental, plenamente ajustada, desde o seu erguimento, às linhas de força do desenvolvimento econômico capitalista, inserta tecidualmente na dinâmica, já, das primeiras levas de circulação mercantil-colonial no tempo do Quinhentos/Seiscentos. Especialmente seu patrimônio edificado reponta o referido valor ancestral de ocidentalidade, pedra angular de sua monumentalidade tombada e sobre a qual se orienta toda a política pública referida à sua integração nessa espécie de mercado mundial de centros históricos. Assim é que ela se reconstitui e articula enquanto parte viva na dinâmica dessa “era pós-cidades”.

Mas São Luís tem mais que obras edificadas em sua malha urbana a serem refletidas no “espelho” patrimonial. Seu tecido histórico é uma mistura de objetos mutuamente entranhados, hauridos de valores e signos que ultrapassam a força centrípeta da própria ocidentalidade, agregados entre eles os elementos de vária alteridade que já o impregnou nas origens – ora, no cenário de Upaon-açu, insinuou-se em suas tabas e ocas, e avassalou-lhe, gentes e culturas de outras ilhas atlânticas, e, tal lembramos, já, de ilhas de outros mares.

O que aguarda o futuro das malhas antigas urbanas, tipo a de São Luís, tendo em vista o adensamento ameaçador desses fluxos de visitantes e usos que suas novas funções engendram – que M. Parent, como veremos, já detectara no seu diagnóstico dos anos 1960? Seguir a sugestão de Choay concernente à sua reapropriação pelas populações que não a consomem, mas a habitam: o da “tomada de consciência geral” (CHOAY, 2006, p. 235), seguida de uma ação que lhe seja conforme?

Operando com a ideia do “espelho” do patrimônio, agora ela propõe que se o traspasse e com essa metáfora da transposição do espelho, esboça duas orientações (CHOAY, 2006, p. 253-255) a assumir, sugeridas em representações: 1) a “competência de edificar”, evocando inclusive a mítica auroral de Dédalo, “herói tutelar dos arquitetos”,²²² acrescentando que é também o mais

²²² Seu labirinto “é o edifício humano por excelência e o mais capaz de captar a duração e de obrigar o espaço a retardar, aí, o seu desdobramento, orientando-o para o sentido”.

capaz de servir de iniciação à alteridade humana, além de ser “o mais temível, que aprisiona ou liberta, e cujo poder criador só pode ser experimentado quando se entrega a ele, de forma indissociável, a inteligência e o corpo”; 2) evocando Ruskin, lembrar a díade *trabalho* e *memória*; o patrimônio arquitetônico é obra da dita competência de edificar do trabalho humano em gerações sucessivas, portanto herança intangível, investida de certa sacralidade, de vocação antropogenética, para a rememoração no agora. E a memória que vibra nessa herança já não visa reforçar “a identidade particular de uma comunidade humana particular, como faziam os monumentos intencionais, mas uma identidade genérica”; atina que a “memória artificial” obstaculiza a “memória orgânica”, algo que somente seria superado através da dura dialética da memória e da história, pela “prática deliberada do esquecimento”.²²³

Ora, a concepção embasante da proteção nacional e mundial de São Luís como Patrimônio Histórico da Humanidade parece articular-se com esse sentido maior da edificata humana dedálica, pois seus “cacos” de culturas diaspORIZADAS foram aí justapostos e, assim, da dialética de trabalho e memória –e de insistência e mudança–, vai reconstituindo novas sínteses ao nível de sua morfologia urbana e das formas de rememoração dos elementos com os quais tece sua história particular no concerto do mundo. Claro, todas essas representações fluem dessa dialética, afinal manifesta no movimento da sociedade real – ao fim e ao cabo, da pressão destruidora, e determinante, do capital. E a cidade de pé, e caminhante, antes que “pó aos pósteros”, urde o seu destino. Daí ser pertinente ir confluindo e conformando essa análise, no presente passo, com o argumento dessa autora – neste momento em que se mundializa a noção de identidade – acerca da sobredita competência de edificar, a qual,

ao longo dos milênios, contribuiu, num mesmo movimento, para ancorar os homens no meio natural ao qual pertencem como seres vivos, fazendo-os recomeçar sempre a instituição de sua comunidade – parece-nos, atualmente, um

²²³ “Prática do esquecimento” tal formulou Viollet-le-Duc. Aliás, parece que citando F. Choay, Fonseca (1997, p. 81) anota que é de Viollet-le Duc a doutrina que funda “o senso prático de que a restauração se justifica porque o interesse atual da conservação deve prevalecer sobre o respeito absoluto pelo passado”. Uma ampliação vertiginosa do debate sobre “a memória, a história e o esquecimento”, em chave analítica algo diversa, encontra-se em Paul Ricœur. Memória, história e esquecimento, os quais “considera níveis intermediários entre tempo e narrativa”. Tem centralidade no manancial obrado – conforme preludia –, a “condição histórica”, enquanto livremente exegeta “A segunda consideração intempestiva de Nietzsche”, num parâmetro de reflexão cingido entre “cultura histórica e modernidade”, sobretudo no que aponta a pergunta “que suscita o humor intempestivo de Nietzsche”, isto é, “como sobreviver a uma cultura histórica triunfante? [e ao abuso] da cultura histórica dos Modernos que ocupa lugar comparável ao da retórica dos Antigos instalada na escrita”? (RICCEUR, 2007, p. 303-304). Diz do *esquecimento* aquele nível ou dimensão que, nas “camadas profundas da experiência”, “prossegue silenciosamente tanto sua obra de erosão como sua obra de manutenção”, diverso dos “níveis de vigilância onde a atenção à vida trama seus ardis”. (RICCEUR, 2007, p. 451)

dos meios mais substanciais à nossa espécie para defendê-la contra a perda do mundo concreto e sua relação com o corpo humano e, por consequência, a um só tempo, contra a desnaturação da sociedade humana e sua desinstitucionalização. No antigo toscano, a palavra terra significava tanto o solo terrestre como a cidade.

Tecendo seu argumento com representações de labirintos e espelhos, pois, Choay aponta que o patrimônio arquitetônico e urbano “pode ser decifrado como uma alegoria do homem na aurora do século XXI”. Da alegoria ao mundo real – por um corpo-[humano]-a-corpo [patrimonial] – dir-se-á que todas as redes técnicas e organização espacial, assim como todas as próteses eletrônicas e informáticas que as acompanham, podem assumir uma função libertadora tendo em vista uma vida mais humana...” (CHOAY, 2006, p. 257-258).

Na cidade concreta, e um excelente exemplo é mesmo São Luís: ancoragem de gentes que edificou seu labirinto entranhando-se num ilhéu-terra-cidade em meio a mares solares e valentes e que elaborou sua institucionalização para rumar, íntegra – ou ainda que estropeada –, ao futuro, tem esse assentamento humano o desafio de conectar-se às referidas “próteses” do mundo novo, e de suas novas espacialidades, às engrenagens da cidade antiga, reinventando suas articulações, sem perder o compromisso com o tempo e sem recusar a transformação.²²⁴

Patrimônio, identidade nacional, São Luís

Conforme se está vendo, e verá, a noção de patrimônio se estabelece junto com o sentido de nação e nacionalismo. No Brasil, Fonseca e praticamente a unanimidade dos estudiosos da matéria, assinalam que sobrelevou também nessa questão do patrimônio a preservar o chamado valor identitário nacional, no caso, uma espécie de emulação dos interesses e concepções dos agentes da esfera de poder dominante. Eric Hobsbawm oferece a melhor pista para entendê-lo quando fala da relação entre história e as ideologias políticas. Diz: “A história é a matéria-prima para as ideologias nacionalistas, étnicas ou fundamentalistas, da mesma maneira como as papoulas são a matéria-prima para os viciados em heroína. O passado é um elemento essencial, talvez até mesmo o elemento essencial nestas ideologias. Quando não existe um passado adequado, ele sempre pode ser inventado”²²⁵. É o caso do Brasil, continuação da Europa

²²⁴ Num ver-sejar de enorme força sobre a cidade colonial de São Luís e a cidade moderna que se nutriu em sua volta, José Chagas, em *Os azulejos do tempo*, enquanto lembra ser “Preciso é que se pense São Luís, e não viver só de memoriza-la”, é mordaz com as artes e traquinagens que a moderna vem fazendo com a antiga: “Há uma São Luís que é um lixo só,/ mas há outra, a seu lado, que é só lixo, / [...] / uma é a neta de esquecida avó,/ a outra é velha oculta em torvo nicho;/ uma é cheia de charme, de xodó/ e humilha a outra, pondo-lhe rabicho”. (CHAGAS, p. 249).

²²⁵ Cf. *O Estado de São Paulo*, 16.1.94. Especial Domingo, p. D6. (Apud Fonseca, 1997, p. 46)

fora do lugar de suas origens: sem o passado de Portugal e de outros países dessa região e no afã de negar a dinâmica dos ancestrais na terra das palmeiras, esgrime até hoje a invenção de uma espécie de mito fundador focado na eurocentricidade. Daí que o que é patrimonializável diz respeito a essa cultura de matriz euro românica. Nesse sentido, o “mito do bom selvagem”,²²⁶ por aqui, pegou, sobretudo como invenção literária – sobre o que já tratamos, acima.

São Luís do Maranhão, uma certa Lisboa projetada no Além-Mar, é um *colosso* de tal eurorromanicidade, plenamente ajustável aos desígnios dessa construção ideológica que desde o Oitocentos se vem chamando de “nação brasileira”. E não há dúvida que sua patrimonialização tem nesse fator o seu móvel principal. Claro, como a ideologia que o conforma, tudo aconchegado aos interesses atuais em jogo quanto a inserção da cidade no “mercado” da indústria cultural-turística, tal se vem apontando nas seções anteriores.

Sendo São Luís um lugar de dilatada diversidade cultural, e assim as percepções de história e arte, tão essenciais nas escolhas e contingências que determinam as políticas de tombamento no Brasil, cabe ainda interpelar: qual história e que arte se estar a proteger na capital do Maranhão? Que noções e que escolhas da experiência humana se quer proteger nesse *assentamento*? Para quem? É possível falar em “democracia” no processo das escolhas atinentes? Agora é Fonseca, propriamente, que aponta uma interessante pista quando lembra que as noções predominantes de história e arte e os valores que quer preservar “só fazem sentido para um pequeno grupo”, enquanto que “as classes cultas fazem [a leitura] da cultura popular, em geral a partir de uma perspectiva folclorizante que enfatiza o exotismo ou a discutível categoria da autenticidade” (FONSECA, 1997, p. 39). Democracia na abordagem da prática patrimonial? Trata-se de conceito polissêmico, conquanto se deva ainda perquirir: como haveria de ser praticada se o arsenal de novos usos é determinado por aquelas noções de história e arte da esfera culta – antes de tudo restrita pela condição privilegiada de classe – que operou a política atinente desde a sua concepção? Em São Luís foram mobilizados moradores, usuários de ruas, becos e bibocas, num processo de debate, pode ter tido algum peso nas decisões, e teve, mas parece não haver dúvidas quanto ao imperativo das macrodeterminações, oriundas, mais proximamente, da

²²⁶ Noção afigurada em certo imaginário europeu pós “descobrimentos” modernos de que as zonas povoadas por nações ancestrais seriam portadoras de uma natureza insuperavelmente boa comparada com os padrões corrompidos da civilização. No caso do Brasil, os que para alguns seriam os “bárbaros”, para essa percepção, seriam os “civilizados”. “Mito” forjado no calor de utopias iluministas e em torno de uma alteridade plena de estado de natureza habitando este lado do Atlântico.

atuação do Estado por seus agentes, e num plano mais amplo, daquelas já tão faladas forças fortíssimas, contudo, invisíveis, operadas pelos braços longos do mercado.

Tudo, porém, que trata do tombamento de São Luís, parece exprimir um certo consenso, especialmente sobre os ativos tombados. Todavia, pensando com R. Chartier, para quem “todo receptor é um produtor de sentido”, Fonseca (1997, p. 40) acentua que “esse consenso não significará necessariamente que todos fazem a mesma leitura” desses bens objetados pela patrimonialização. Pensando em formações sociais de duração mais longa, tal a própria São Luís – quando comparada com as cidades irmãs brasileiras – evidenciam-se as mudanças ocorrentes, nos contextos que se reconfiguram no passo do tempo, quanto à percepção/recepção dos citados bens tombados, valendo-se sempre lembrar, que, ainda que tombados, eles permanecem em movimento. Pode-se aqui anotar, exemplo entre muitos, que era outra a percepção em relação à Sé da Vitória sanluísense, no primeiro quartel do século XX, quando alteraram-lhe o frontão, adicionando um segundo campanário. São essas percepções mutáveis no tempo, e assim também num mesmo contexto, conforme os já referidos lugares sociais que os atores ocupem, no caso de São Luís, tudo se configurando de maneira mais acentuada, por aquela também já mencionada maior diversidade social e cultural de sua população.

Mas não se deixe de acrescentar que tem evidente centralidade a compreensão de que esses bens tombados estão em “movimento”. Aliás, já considerado acima que essa dinâmica ocorre ao impulso de contradições deflagradas, a prática concernente ao patrimônio vai pondo, dispondo e repondo, num *crescendum*, questões as mais variadas que remetem ao protagonismo mais amplo das relações sociais na sociedade de classes, articuladas nas diferenças de raiz econômica. E muito mais complexa é sua dinâmica em São Luís, que, para além da predominante divisão de classes inerente ao regime do capital que a produziu desde os primeiros instantes de sua constituição sócio-espacial, tem uma estrutura social sobre a qual se irradia, apresenta e se move com outras diversidades, que se expressam sobretudo culturalmente. Diversidades de extração étnica e também de grupos sociais outros que se configuram no cotidiano da cidade, assumindo práticas que os distinguem, por exemplo, quando saem, uns, representando danças e ritos de suas tradições, e outros, tribos pichadoras, saem a “violentar” o famoso patrimônio com o qual parece não se identificarem, portanto não o apreciariam, senão como destino de sua arte grafiteira, em geral, signo de algum protesto, além de propugnação de sentidos novos do conviver social. Tudo isso demonstrando a observação *charto-fonsecana* acima recortada sobre o “processo de recepção” dos bens tombados e as diferenças de modos sobre como se dão a

apropriação e seus usos e desusos, conforme a origem de classe dos ditos grupos sociais, enfatizando sua perspectiva de análise de que o “vértice da recepção é indispensável, tendo em vista o caráter dinâmico e ativo de qualquer apropriação social” (FONSECA, 1997, p. 41).

Em São Luís, parece muito evidente os diversos modos de como se produz a “estética da recepção”²²⁷ do universo do acervo tombado por parte de seus moradores e o “consumo” dos respectivos bens: a elite culta local – bastante limitada em número de atores e com poder quase sem limites – tem um nível de fruição refinado, fonte ela própria, e instrumento, daquelas já referidas noções de história e percepções sensíveis de certa arte, as quais, ao fim e ao cabo, definiram e determinaram as escolhas da própria política pública que a tudo enreda quando se trata de patrimônio cultural.

Pergunta insistente, nisso tudo: um legítimo descendente de trabalhador/a escravizada/o das senzalas (do sobradão exemplificado) tem diante dele idêntica atitude mental? Ou até do século XX, tempo das primeiras intervenções patrimonializadoras, quais percepções têm sobre esse acervo os “cortiçados” que foram removidos para ensejá-las? Admiram-no por ser uma “legítima expressão da arquitetura colonial luso-brasileira”? A “Lisboa tropical”? O acervo parece patrimonializado para turista ver: também estes o recebem conforme suas condições de classe?

Acentue-se a observação sobre o caráter dinâmico e ativo da apropriação social do patrimônio, para ressaltar que, segundo Fonseca (1997, p. 41) apenas “quando esse aspecto é devidamente incorporado à política estatal é que se pode falar em uma política pública”. A distinção proposta encontra um razoável aporte analítico, que é central no deslinde do presente objeto de estudo, isto é, a patrimonialização de São Luís enquanto política pública, constituinte, em sua força mobilizadora de meios e representações afetas a diversa inspiração, de enorme centralidade na vida social dessa cidade e do próprio Estado do qual é a capital.

Patrimônio, história, arte, monumento, memória

Como se nota, no ocidente, as noções de história e as percepções artísticas embasam toda a questão do patrimônio, não sendo à-toa que o órgão de Estado para cuidar dele no Brasil articula desde a denominação oficial adotada, de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan. História, que denota “reelaboração do passado”, e arte, “enquanto fruição *in praesentia*” (FONSECA, 1997, p. 49). Isto é, na relação passado-presente, porquanto de tempo-

²²⁷ Categoria analítica do campo da literatura e suas práticas.

espaço, movimentam-se as forças afetas à dita questão. O próprio conceito de patrimônio é historicamente elaborado nos dois últimos séculos passados, os quais, tendo em vista a antiquíssima “idade” ainda que presumível do mundo, não deixam de ter significante de tempo presente, daí dizer-se que se vive numa espécie de *era contemporânea*. Para essa autora, arqueologia, etnografia, paisagismo, entre outras referências desse campo de estudos e prática, “são tributárias das noções de História e Arte” (FONSECA, 1997, p. 50). Valendo mais acrescentar, e até reiterar, que tal movimento e as forças de seu impulso, nutrem-se das valorações atribuídas a determinados bens, no processo histórico, por grupos sociais, daí dizer-se que há bens com “valor histórico”, outros, com “valor artístico” e daí também tratar-se de *monumento*, e de *monumento histórico*. Essa diferença não é simples truísmo: como chama atenção Haroldo Leitão Camargo – com o qual engrossamos esse feixe de conceitos –, monumento é “aquilo que traz à memória, tudo o que lembra, ou o que faz recordar” (CAMARGO, 2000). E identifica

uma noção-tipo de monumento, cuja intenção é apenas a de perpetuar a memória. Lápides tumulares, obeliscos, arcos do triunfo, exercem uma função precisa para as sociedades que os construíram, não procuram informar de forma neutra, mas excitar e emocionar, atuar sobre a memória para evocar um passado especificamente dado”. Já do monumento histórico estaria ausente a “intencionalidade de criá-lo como tal. A ele, ao monumento histórico, são atribuídas características que estariam ausentes entre executores e destinatários da obra.

Neste caso, a atribuição de valor lhe é posterior.²²⁸ Ressalte-se ser essa uma distinção indispensável para sobraçar o tempo histórico da cidade, e numa temporalidade pretérita, e sem incorrer em anacronismo, caracterizar a cidade-monumento de São Luís antes mesmo da criação do conceito de patrimônio histórico e artístico. Afinal, quando nela se edificou, por exemplo, parte de seu casario “colonial”, não se o obrou calculando nenhuma monumentalização-patrimonialização futura. No entanto, é a percepção de suas “experiências humanas distantes da sua no tempo”, o valor-fator central desse processo, com tudo o que traz ao presente, em modos de reapropriação, tal lembra no trecho epigrafado, Alain Touraine (cf.). Reapropriação de experiências humanas, ressalte-se por ele, que assinalariam a *modernidade* de São Luís. Aparente contradição explicável nos termos deste estudo. Aliás, em arrimo desse argumento e para

²²⁸ Essa distinção, já vimos, mas havemos por bem trazê-la de volta neste passo, foi elaborada por Alois Riegl, secundado em Françoise Choay, autores sobre os quais Haroldo Camargo desenvolve seu argumento.

iluminar ainda mais as percepções de espaço-tempo que se vem delineando, recorte-se a colocação de Anthony Giddens, em seu “As consequências da modernidade”, quando diz que nas “sociedades pré-modernas, espaço e tempo coincidem amplamente [...] dominadas pela ‘presença’ – por atividades localizadas [e que o] advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros ‘ausentes’, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face” (apud FONSECA, 1997, p. 80). E mais tenha-se presente a orientação de Jacques Le Goff, que desenvolve seu conceito de documento identificando seus nexos profundos de significado com a noção de monumento. Diz: “A memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos”. Diz mais que “estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador” (LE GOFF, 2003, pp. 525-526), acentuando que na raiz indo-europeia *mem* há remissão da palavra latina *monumentum*; *mem* que exprime uma das funções essenciais do espírito humano (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa ‘fazer recordar’, de onde ‘avisar’. ‘iluminar’, ‘instruir’.” Um sinal do passado, isto é o *documentum*. E como se vê, em tudo, aquela operação da coisa valorada posteriormente pois, como explica esse autor francês, “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores”. Vale dizer, que tudo que se faz em São Luís quanto à sobredita monumentalização/patrimonialização, sobretudo a formulação e implementação da política pública respectiva, se o faz nesse labor de “desenvolvimento temporal do mundo”.

Preservação, patrimônio histórico e artístico, identidade coletiva

Pensar o patrimônio histórico e artístico e o monumento implica tratar de proteção e preservação dos bens gravados com esses atributos de valor. E sendo “a preservação de monumentos uma atividade necessariamente seletiva” (FONSECA, 1997, p. 51), conquanto, em regra, exercício de política estatal, espaço de cruzamento de interesses de variada espécie, há que se aludir ao potencial de conflitualidade que sua adoção pode ensejar, posto, inclusive, que a própria seleção do/s acervo/s a proteger não está infensa às idiossincrasias que marcam as “relações de poder” entre os agentes da condução da política, ou destes com o corpo social.

Na experiência sob exame, nota-se que isso é algo que em São Luís traduz-se em dificuldades evidenciadas, por exemplo, nas previsíveis desintonias e tensões entre as esferas político-administrativas pela qual age a gestão pública. Mas que interesses se movem nesse ambiente, e que nem sempre são confluentes? Interesses de variada extração, inclusive aqueles que, em determinadas circunstâncias e conjunturas, opõem entre si as iniciativas dos três níveis da ação político-administrativa e de gestão pública, a saber, município, estado-membro da federação e a União federal. Nesse sentido, e movendo-se na seara das disputas, convém desde já que se retome a noção já sistematizada de que as escolhas de bens a preservar têm relação de inerência com a atribuição de valor a eles enquanto monumento histórico e artístico – e “diversidade de valores a um mesmo bem”, agravadas aquelas tensões, claro, numa sociedade de classes, a qual, no limite, move-se por antagonismos de monta e sobretudo por saber-se, tal coloca Antonio Augusto Arantes, que tanto “a cultura quanto a economia produzidas pela prática preservacionista são resultado de uma dialética entre conservar e destruir” (apud FONSECA, 1997, p. 80). E tudo isso ocorrendo, repita-se, no curso daquela operação de “desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade” lembrada por Le Goff.

Assim vistas em sua dinâmica e sendo as práticas relacionadas ao patrimônio no mundo ocidental, em certo sentido – tal já se viu –, emanções da ideologia construtiva da chamada identidade nacional, vê-se que a criação e preservação de acervos não são imperativo que nasça, em geral, da esfera da vida individual, mas sim de interesses que cada vez a modernidade traduzirá como da *coletividade*, da nação, repontando como política de Estado. Assim, os bens pertencem ao patrimônio comum de todos e esse sentido de propriedade coletiva será o fundamento das ditas políticas, sancionadas para o conjunto da sociedade que o vincula. Ação de Estado que enseja, segundo Vera Milet, o aparecimento da preservação enquanto “fato social” (FONSECA, 1997, p. 54), já configurados aqueles prefalados valores de patrimônio-monumento “histórico” e “artístico” – “história” e “arte” que são conceitos “solidários” com a invenção do próprio monumento histórico, como defende F. Choay, na ótica e no contexto por ela acima referenciada.²²⁹

Mas essa autora chama também a atenção que somente isso não foi suficiente para assentar o juízo e as práticas da preservação, atinando, em mais acurada análise, o processo de fortes rupturas encaminhadas no contexto euro-mediterrânico entre o chamado Renascimento até

²²⁹ Remetemos, aqui, à discussão atinente à ideologia nacional-romântica do que estamos chamando de tempo gonçalvino.

meados do século XIX, do que são exemplos-limite as rupturas na igreja de Roma e a Revolução Francesa, eventos movidos por um furor enorme no sentido de destruir símbolos de certa “antiguidade” e de constituição de outros. Não é mera coincidência, pois, tal se tem visto em farta recorrência, ser a França o ambiente em que tais fatos foram particularmente acentuados, e ser esse o lugar das primeiras políticas sistemáticas, de Estado, concernentes à preservação do patrimônio histórico e artístico como valor da identidade e unidade nacionais – sem esquecer o protagonismo de papas romanos que desde pelo menos o Quatrocentos proveram medidas de preservação dos bens materiais em seus domínios, especialmente de Roma, sua cidade-capital, inclusive os remanescentes do tempo pré-cristão helenizado.

Lembra Choay que uma é a preservação patrimonial, de embasamento laico, e outra, aquela praticada pela igreja dominante na formação social europeia, cujo lastreio é a mística de motivação religiosa e fortemente marcada pelo sentido de culto comum/nitário. E não é somente insinuação que a ideologia “nacional” mais que subjacente é outra mística identificadora que se imporá desde então.

A ameaça da destruição em massa de símbolos monumentais já nesses séculos também chamados de “idade moderna” é, de fato, esse fator decisivo, contudo, deve-se lembrar que, aquele descolamento do tempo e espaço de que fala Le Goff, produz “a percepção da alteridade de uma civilização em relação às outras [quando], pela primeira vez, uma cultura distante mais de um milênio no tempo é considerada ancestral da presente”. No que Choay caracteriza como olhar “distanciado e esteta, liberto das paixões medievais”, atrás anotado e até citado em Fonseca (1997, p. 54) e o que, histórica e mais amplamente, a historiografia europeia designou de “renascimento” (p. 61). É central nisso o sentido de (“posse coletiva”) “como parte do exercício de cidadania que inspirou a utilização do termo patrimônio” (FONSECA, 1997, p. 58). Com efeito, patrimônio, com valor “histórico” e “artístico” atribuído, de propriedade do conjunto de todos os cidadãos. Na dita França, centro em que parecem mais intensas essas transformações na base material da sociedade e nas formas de pensamento,²³⁰ atendendo ao interesse material, prático, do Estado sob a Revolução, de enquadrar os bens confiscados do clero e da nobreza em patrimônio da nação, e uma motivação ideológica, a necessidade de ressemantizar esses bens. Bens que, para a Comissão de Artes que a Revolução criou (1793), consoante registram Chastel

²³⁰ Também terra de F. Choay e de outros maiores na análise e constituição da própria categoria Patrimônio. Palco de atuação de Michel Parent, encarregado de visitar São Luís, em nome da Unesco, ainda na década de 1960, e formular as primeiras propostas concernentes ao tombamento do conjunto urbano em prol do turismo, como se verá no capítulo 3.

& Babecom (1984: 18) “a história consulta, as artes estudam, o filósofo observa e os olhos se comprazem em fixar” (apud FONSECA, 1997, p. 58). E que passaram ao âmbito do interesse político, além do cultural, implicando na noção moderna de que o patrimônio instaura, junto, uma espécie de “poder de cultura”, donde a dita noção começa “a aparecer através da preocupação moral e pedagógica”. O patrimônio como matéria de interesse político e se inscrevendo como preocupação do Estado Nacional, cumprirá várias funções simbólicas, tanto as já reiteradas de objetivar a identidade/entidade-corpo da nação, quanto como espécie de “provas materiais” da história nacional, que instauram o mito fundador, consagram versões de ocupação do território e por fim legitimam o poder atual (FONSECA, 1997, p. 59). Daí aquele aludido sentido “pedagógico”, uma vez que tudo isso se inserirá no horizonte dos processos concernentes à instrução dos cidadãos.

Patrimônio, França, romantismo

Ainda tendo por referência esse lugar de tanto debate e prática no campo do patrimônio quanto a França, com projeções intensas sobre o processo brasileiro, já bastante observado o respectivo cenário oitocentista quanto ao debate e constituição da conceptualística do patrimônio, devemos acrescentar o surgimento de outras percepções significantes, notadamente do que traz em seu bojo a chamada Revolução Industrial, de rupturas “no modo de produzir e de viver artesanal, e o Romantismo [privilegiando] os valores da sensibilidade e o lugar do sujeito na percepção do mundo” (FONSECA, 1997, p. 61).

Tratamos de ambiente francês, mas não são de monta as diferenças do que ocorre em toda a banda ocidental da Europa, Itália, Alemanha e Inglaterra, com uma ou outra diferença na abordagem da questão, notadamente no que respeita ao papel do Estado. A França centralizadora, e a noção de patrimônio nacional no centro da política, projetaram para o Brasil, com muito maior força, seus modos de fazê-lo. Consta que na Inglaterra, por exemplo, as transformações movidas pela Revolução Industrial teriam sido mais agudas e assim os ingleses – quanto às percepções que enredam as noções de passado e de patrimônio – tenderam então a ficar mais afeitos às projeções vindas da América do Norte, a qual, para Ruskin, em recorte de Choay, era “um mundo sem uma lembrança nem uma ruína” (apud FONSECA, 1997, p. 63). E já no século XX, tal se viu analisado parágrafos acima, “o patrimônio se tornará objeto de consumo cultural”.

Lembra essa autora que a Revolução Industrial – no chamado período romântico – traz uma nova e drástica mediação em relação ao passado, agora “irremediavelmente perdido” e que somente se poderia “revivê-lo” através da “memória afetiva e da sensibilidade estética” (FONSECA, 1997, p. 61). Eis a fonte da atitude romântica.²³¹

²³¹ Do sentimento de *reverência* ante o monumento do passado passa-se a ter *nostalgia*. Desde a Revolução Industrial considerava-se “que os monumentos legados por esse passado estavam fadados à deterioração, ao desaparecimento e à morte. Esse era o ciclo irremediável da natureza e também das coisas e dos homens. As ruínas, assim como outros sinais do tempo (as pátinas, o musgo, a vegetação selvagem que toma conta das edificações abandonadas) seriam um documento dessa realidade, prova de sua autenticidade, daí sua importância no imaginário romântico”. E em São Luís esses sinais aceleram o poetar e também despertam, nos menos afetos à nostalgia, sentimento de certa indignação com o que consideram abandono do antigo, geralmente com o afã de se inculpar a gestão pública. (FONSECA, 1997, p. 61).

3.4 Patrimônio e valor histórico (e de ancianidade, de novidade, e de desenvolvimento), humanidade, valor de conhecimento, valor estético, movimento, desenvolvimento, valores éticos, ambiência, artefato, patrimônio imperial, memória social, tradição afro e direitos culturais

História, valor histórico, de ancianidade, de novidade, de desenvolvimento, humanidade

Essa espécie de representação imantadora da pulsão do conhecer e força mobilizadora de tão polissêmicas possibilidades de perguntar e de perguntas já feitas tantas vezes aqui e tantas vezes por fazer, com respostas já dadas e outras por oferecer, impõe-nos mais estas: o que é, enfim, “histórico”? Valor “histórico”? Cidade “histórica”?

Articulado nos parágrafos imediatamente acima, e com vistas ao conceito de monumento, em torno do próprio aporte de Aloïs Riegl, já se delineou, ainda que com ligeiras menções, algo que diz respeito às formas de responder, e algumas respostas, sobre os sentidos da História e do “histórico”. No que pertine ao objeto aqui examinado, em sua pura especificidade, e para alcançá-lo em seus mananciais de significados, é preciso delimitar com essa finalidade o/s sentido/s e uso/s dessa partícula vocabular que em certo sentido é mais que um adjetivo. Volva-se, pois, ao dito Riegl, e sua afirmação de que “histórico é “tudo aquilo que foi, e não é mais hoje em dia. No momento atual [1903], nós acrescentamos ainda a esse termo a ideia de que aquilo que foi não poderá jamais se reproduzir, e que tudo aquilo que foi constitui um elo insubstituível e intransferível de uma cadeia de desenvolvimento” (CUNHA, 2006, p. 2).²³² A noção que se expressa nesse “tudo”, tem tudo a ver com uma visão tida por inovadora à época em foi formulada, isto é, de que as próprias noções de “histórico” (assim também de “artístico”) estavam presas modelarmente a uma espécie de “normativa” e cânone”, ao contrário da compreensão encorpada desde esse tempo.

No entendimento e proveito que dá a essa formulação de Riegl, observa Fonseca que ela se afirma “na concepção moderna de história”, segundo a qual “a ideia de desenvolvimento, de evolução, leva à superação da noção de cânone e à afirmação do valor específico de cada período, em função do ponto de vista contemporâneo a cada momento histórico” (FONSECA, 1997, p. 67). Haveria nesse “tudo” uma implicante de relativismo quanto à “avaliação” de tempo, lugar e sujeito, com forte impacto no campo das políticas de preservação e no despertar da “consciência

²³² “Aquele que já foi não pode mais não ter sido: doravante, esse fato misterioso, profundamente obscuro de ter sido é o seu viático para a eternidade”, anotou Vladimir Jankelovich – em Paul Ricœur (2007, p. 13).

historiográfica”, naquela perspectiva já anotada em linhas antecedentes. Claro, a ampliação, quase ao infinito, do que tem “valor histórico”, alargará, idem, os horizontes da ação relativa ao patrimônio, pois todas as realizações “de todos os povos, por menores que sejam”, têm o citado predicamento de valor e portanto podem ser alvo da proteção. E dessa compreensão ampliada do conjunto da experiência humana – ressaltada a noção de “humanidade” – mais tarde serão criados os programas internacionais de proteção atinentes ao patrimônio mundial comum, nos impulsos da construção, que não para, da vida material.

Do contexto das transformações aqui referidas e até protagonizadas por Riegl,²³³ é fundamental a recuperação de outras distinções conceituais que elaborou, para se avance no presente estudo sobre a cidade de São Luís nas garras da patrimonialização. Trata-se de examinar, quanto aos bens culturais, o que chama de “valor de ancianidade” e de “valor de novidade” – “valor de ancianidade” que ele distingue de “valor histórico”, do qual deriva (FONSECA, 1997, p. 68). “O valor de antiguidade para Riegl revela-se imediatamente, ao primeiro contato, com uma obra na qual fica claro seu aspecto não moderno, isto é, tal valor surge do contraste, da diferença, que pode ser percebida não apenas pelas classes mais instruídas ou cultivadas, mas inclusive pelas massas” (CUNHA, 2006, p. 2). Avançando na compreensão desse conceito, acrescenta que, “por sua descrição, o valor de antiguidade, à primeira vista, se assemelha àquela sensibilidade dos românticos, entretanto, ainda que aparentemente próximos, Riegl diferencia claramente o gosto moderno pelo monumento antigo do apreço barroco pelas ruínas”. Para explicitar esse estranhamento, lembra não haver, na concepção de Riegl, “nada mais estranho à sensibilidade moderna que o gosto romântico, [e] para o qual [a]

“ruína deveria simplesmente levar à consciência do espectador o contraste, essencialmente barroco, entre a grandeza do passado e a decadência presente. Ela exprime o pesar dessa queda, e a nostalgia correlativa de uma antiguidade que desejariam ver conservada: trata-se, por assim dizer, de um deleite voluptuoso na dor, que, mesmo atenuado por uma certa inocência pastoral, faz o valor estético do pathos barroco” (Apud CUNHA, 2006, p. 3)

Como já lembrado, a passagem do século XIX para o XX é tempo de transformações acentuadas, sendo que para Riegl, o momento “da passagem do valor histórico – predominante até o XIX – ao de antiguidade”,²³⁴ em que este predominará. Notando-se, a propósito, aquela dinâmica que parece característica dos “tempos de mudanças profundas na sociedade” (CUNHA,

²³³ Riegl, austríaco, historiador da arte da Escola de Viena.

²³⁴ As expressões “ancianidade” e “antiguidade” são variações adotadas por tradutores.

2006, p. 3) como aquele *fin-de-siècle*, nos quais “valores novos e antigos [convivem], até que os primeiros se [imponham] definitivamente sobre os últimos”. Para ele, textualmente, “o valor histórico está indissociavelmente ligado ao fato individual, devia se transformar progressivamente em valor de desenvolvimento” (apud FONSECA, 1997, p. 68) consoante o sentido já plasmado acima. Volte-se à semelhança acima apontada entre o “valor de ancianidade” e a “sensibilidade dos românticos”, para lembrar a força que tem o acervo de São Luís, monumento-cidade gigantesco, em seu conjunto expressão de uma obra de arte exponencial, nuançada, com forte acento de pluritemporalidade. Este argumento de Cláudia Reis articulado na essência de A. Riegl, ajuda a perceber/pensar tudo isso:

O prazer estético proveniente da contemplação de um monumento não se esgota na constatação de sua vetustez, de seu aspecto antigo, mas se completa com o conhecimento, ainda que superficial, do estilo empregado, da época em que foi construído, o que implica um conhecimento de história da arte e, portanto, o prazer proveniente desse conhecimento não é um prazer imediato, ao contrário, é reflexivo e científico, extrapola o valor de antiguidade e caracteriza o valor histórico. Ademais, o valor histórico vem do reconhecimento de que um determinado monumento representa um estado particular e único no desenvolvimento de um domínio da criação humana, ou seja, o monumento passa a ser identificado como documento histórico e, por essa razão, deve ser mantido o mais fiel possível ao estado original, como no momento preciso de sua criação, implicação direta no método de conservação adotado, que deve, por oposição ao postulado pelo valor de antiguidade, buscar a paralisação do processo de degradação sofrido pela obra, ainda que admita as transformações já impostas pelo tempo como parte da história do próprio monumento. (CUNHA, 2006, p. 3)

Valor de conhecimento, valor estético, monumento, desenvolvimento

Entre tantas outras leituras que essa fala sugere, chave para entender o complexo de questões que o tombamento de São Luís põe, deve-se reinvocar aquela outra díade acima esboçada, relativa aos “valores de conhecimento” e “valores estéticos” presentes nos bens culturais e hauridos pelos sujeitos que a contemplan. Ora, quando o objeto do tombamento²³⁵ é um bem com conteúdo formal-material singular, tais valores ressaltam ao olhar, imagine-se o quanto complexo é toda uma cidade tornada um monumento e o potencial de valores múltiplos

²³⁵ E acrescentemos uma dose complexificante nessa elaboração sobre tombamento o que nos diz Lima f.º (2007, p. 234) pensando a “cidade nova” de Goiânia e já com suas compulsões patrimoniais – que também podemos dizer de Teresina e São Luís: “o passado agoniza nos estacionamentos da cidade... E assim, para lembrarmos Sahlins, poderíamos dizer que o tombamento, esse mito de origem do pensar patrimonial brasileiro, implode-se nos eventos históricos da cidade, que se transfigura. Mas, como qualquer bom mito, suas estruturas arcaicas permanecem apesar do roer do tempo. E, assim, de vez em quando, sua eficácia tece narrativas e ações concatenadas. E, como não poderia deixar de ser, o rito acontece para reificar o mito”.

que projeta. Mais: quando esse monumento-cidade é completamente uma cidade do passado que se tornou apenas parte de uma cidade imensamente maior, num espaço que protagonizou/protagoniza uma “revolução urbana”. Essa complexidade de certo ajuda a elaboração teórico/prática do que no urbanismo se chama de Preservação Integrada.²³⁶ Quanto à relação do “valor de ancianidade” e o “romantismo”, é oportuno lembrar ainda que São Luís é uma fonte das mais importantes da expressão literária que exprime esse movimento estético, conforme já acentuamos.

Aloïs Riegl como que antevirá o que a segunda metade do século XX traria para o campo do patrimônio – cujo debate se expressará, a partir da década de 1930, nas famosas Cartas do Ciam (Veneza, Atenas, e noutras), quando elabora uma terceira forma conceitual, que chamará de “valor de contemporaneidade” que, na caracterização apresentada por Cláudia Cunha, apresenta-se “dividido em dois tipos: valor de uso prático, ou apenas valor de uso, e valor de arte, sendo que este divide-se em valor de arte relativo e valor de novidade”. Como qualquer objeto que contém “o valor de uso, o monumento deve atender às necessidades materiais do homem, enquanto o valor de arte atende às necessidades do espírito” (CUNHA, 2006, p. 4). Ainda aqui, como se vê, uma dupla atribuição do monumento, consistente no reiterado e transcendente “valor artístico” e agora no valor “terreno”, “de uso [...], relativo às condições materiais de utilização prática dos monumentos [...] esse valor de uso é igualmente inerente a todos os monumentos históricos, quer tenham conservado seu papel memorial original e suas funções antigas, quer tenham recebido novos usos, mesmo museográficos” (CUNHA, 2006, p. 4). “O valor de arte relativo refere-se à capacidade que o monumento antigo mantém de sensibilizar o homem moderno [...] ainda que tenha sido criado” movido por pulsão criativa “radicalmente diferente da nossa [e] a despeito de sua aparência não moderna, torna-o capaz de satisfazer” o senso artístico moderno. Já a aparência nova do monumento, mais apreensível ao nível das camadas menos cultivadas da população [...] o valor de arte predominante é o “valor de novidade” (CUNHA, 2006, p. 4). E nesse passo, acentua, seguindo e segundo Riegl, que “o valor de novidade atende àquela atitude milenar que atribui ao novo uma incontestável superioridade sobre o velho, tal atitude ‘está tão solidamente ancorada [na sociedade] que não poderá ser extirpada no espaço de alguns decênios’, e de fato, até nossos dias ainda permanece.”

²³⁶ No capítulo seguinte veremos uma explicação do processo da política pública de requalificação de São Luís a partir desse suporte conceitual.

Imersa em idêntico corpo conceitual e explicitando-o em face do “patrimônio em processo” no Brasil, Fonseca indicará que as percepções mais afetas ao antigo (ou “valor de ancianidade”) se dá em nível das “camadas mais cultas”, enquanto “o valor de novidade, envolve setores mais amplos da sociedade e termina por atingir de modo mais extenso outras esferas das políticas públicas e da própria noção de desenvolvimento”. Como se vê, repontando aqui a noção de “desenvolvimento” já colocada como força movente no contexto das transformações do século XX e de suas novidades. E lembre-se que tais mudanças, parteiras de novas concepções, ocorrem enquanto se amplia exponencialmente “o consumo cultural de massas” (FONSECA, p. 69-70), tendo a atividade turística muita expressão nesse sentido. Turismo de massa que agudizou os conflitos entre os valores “de uso”, “de novidade” e “de ancianidade”, este último particularmente afetado pelo uso turístico enquanto fator de destruição não natural dos bens, algo, aliás, apontado por Eric Hobsbawm, naquela sua formulação sobre a “invenção das tradições” que as nações modernas operam – e no caso de São Luís suas tradições somente ainda mais *inventadas* justamente por não terem *desinventadas* por completo na marcha travada de seu processo de industrialização-urbanização.

Essa autora identifica, porém, um limite (compreensível) na utilização desses pressupostos de Riegl, pois para ela este não viu “os problemas que a mercantilização dos bens culturais acrescentaria” às tantas questões do quadro sobre o qual se debruçou (FONSECA, p. 71). Não alcançou ver “a conversão de obras de arte em mercadorias, o desenvolvimento do mercado de antiguidades e a valorização do solo, edificado e *aedificandi*, sobretudo nas grandes cidades [que] tornaram evidente a importância, hoje, de se considerar o valor de troca na dinâmica dos valores atribuídos aos bens culturais” (grifo autoral). Esse conjunto de emergências repõe permanentemente e ressignifica esses valores delineados, na medida em que avançam as ações na política pública que tenha o patrimônio “histórico” no epicentro – e não é outra a matéria das mais discutidas e ansiadas no cenário de Upaon-Açu nas últimas décadas. Esse “valor de desenvolvimento”, cujo nexos essencial é sua dimensão utilitária, avulta da política pública concreta, suas aspirações, suas tensões, no debate sobre antigo e novo, até nos limites da restauração.

Nos passos argumentativos de Riegl, assegura Cunha (p. 4) que a “grande contribuição dessa obra do historiador da arte vienense reside no fato de se apresentarem através dos diferentes tipos de valor atribuídos aos monumentos [...], os contrastantes meios para sua preservação”. Valores atribuídos na conformidade da percepção e recepção, e na especificidade de tempo e

contexto, “múltiplas possibilidades” que impõem “ao sujeito da preservação a necessidade de fazer escolhas, as quais devem ser, necessariamente, baseadas num juízo crítico”, e daí a construção conceitual do segundo pós-guerra expressa no chamado “restauro crítico”.²³⁷ Acentua mais, examinando em perspectiva, que “o pensamento riegliano insere definitivamente as práticas da restauração no debate sobre a cultura, considerando-a deliberadamente como “ato de cultura”, no que converge com Londres, que, ademais, propõe se examine a questão dessas “práticas” não somente em termos de “ato de cultura”, mas de “direitos culturais”. Diferente do convencimento da defesa da preservação como “persuasão ideológica” – tal se viu quando se associou ao sentimento “nacionalista” –, para ele os bens culturais haveriam de ser preservados em face do conhecimento de seu valor histórico-cultural na experiência da “humanidade”, daí certa dificuldade de mobilizar as massas menos cultas em sua defesa, mais afeitas, diga-se, às sensações do citado “valor de novidade”.

Patrimônio, humanidade, valores éticos, valores estéticos, ambiência

“Humanidade”? “Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural da Humanidade”? Ou somente da Europa?

Articulados em John Ruskin, Aloïs Riegl e em Giulio Carlo Argan,²³⁸ a força do sentido e da ideia de humanidade –e a recepção/percepção sobre eles – serão fundamentais às práticas da patrimonialização dos bens culturais atualmente. Noção de humanidade e também identificada com “uma demanda social fundada em valores éticos e estéticos para justificar a preservação dos bens culturais” (FONSECA, 1997, p. 72). E para caracterizar as *colas* vitais entre história, arte e patrimônio vale lembrar o que ensina Argan quando diz que a “presença de arte é sempre caracterizadora de um contexto cuja historicidade manifesta”. Tendo presente, aliás, “que é o contexto que determina as ideias de espaço e tempo, estabelecendo uma relação positiva entre indivíduo e ambiente...”. Para ele, esse permeio de historicidade e percepção artística em relação à ambiência coletivamente dada como que equilibra o viver social, pois estaria “em andamento um fenômeno de rejeição da história pelo pragmatismo que caracteriza o mundo moderno.”²³⁹ E

²³⁷ “Restauro crítico” é formulação posterior a A. Riegl, mas que, para essa autora, teria nele a sua antecipação. Formulação, segundo ela, expressa nas propostas defendidas por “figuras tais como Roberto Pane, Renato Bonelli e Agnoldomenico Pica, e, contendo, paralelamente, a marca da contribuição teórica de Cesare Brandi”. (CUNHA, p. 4)

²³⁸ Giulio Carlo Argan (1909-1992), italiano, historiador e crítico de arte. Sua obra mais conhecida é “A história da arte como história da cidade”. Foi prefeito da cidade de Roma.

²³⁹ Citado em Rita Pires – disponível em <http://www.revistaproa.com.br/03/memoria-e-patrimonio-reflexoes-em-torno-dos-comercios-tradicionais-curitibanos/> ac. 24/10/13, às 8h12

dessa maneira, “descaracterizar o ambiente destituindo-o de suas presenças artísticas tradicionais é uma maneira de favorecer as neuroses coletivas” (solapar a “segurança ontológica”, conforme a formulou A. Giddens).²⁴⁰ Vai adiante e secunda suas afirmações dizendo que tais neuroses e “rejeição da civilização histórica” vão “desde o pequeno vandalismo e o banditismo organizado até os fenômenos macroscópicos de violência e de terrorismo”, sendo sabido de todos que esse “é o preço a ser pago pelo não desejado triunfo da sociedade de consumo”.

Cidade, artefato

É presente no debate de arquitetos e urbanistas a evocação de Vitruvius, no seu Tratado de Arquitetura, Livro I, Capítulo I, quando sugere uma associação entre a arquitetura e a música: "Igualmente convém [ao arquiteto] que saiba música para dominar as suas leis harmônicas e matemáticas e, além disso, possa corretamente efetuar os cálculos de direcionamento das balistas, catapultas e escorpiões." Nesse horizonte, o ponto de interseção – e depois de ruptura de concepção e prática – entre essas expressões da arte, vem a ser a elaboração harmônica de ambas; o *belo* é o elemento essencial que o espírito capta/extrai/recepciona da contemplação da obra. Os “tempos modernos” produziram a ruptura formal na elaboração musical, as dissonâncias e decacofonias. Assim, igualmente, no campo da criação arquitetônica. É só comparar a expressão de uma obra (edifício ou cidade) da época de Vitruvius e da cidade clássica da chamada *renascença* na Europa mediterrânea, por exemplo, com a paisagem de arranha-céus de metrópoles como Nova Iorque e São Paulo. No caso de São Luís, basta olhar o cenário elaborado nas suas “eras de antigamente” e a paisagem da região metropolitana que, ironicamente, também foi batizado de “Renascença”. Em síntese, na primeira configuração, estamos falando de uma cidade-harmônica, cidade-obra de arte, cidade-tonal; na segunda, da cidade-dissonante, atonal. Nesse propósito, Marcos Virgílio afirma que, no

limite, a música do final do século XIX e, sobretudo, as vanguardas do início do século XX colocam em xeque a associação entre a arte e o "belo". Em música, essa disposição se traduz na adoção de procedimentos de composição cada vez mais distantes do tonalismo - até sua total negação ou dissolução atonal ou

²⁴⁰ Em lavratura própria desse conceito de Anthony Giddens – formulado em *As consequências da modernidade* – Abrahão Damião assim o apresenta: “Existem alguns aspectos de confiança e segurança observados no desenvolvimento da personalidade e da identidade dos indivíduos que parecem se aplicar a todas as culturas (GIDDENS, 1991). Essa segurança, a segurança ontológica, é uma forma, mas uma forma muito importante de sentimentos de segurança no sentido mais amplo do termo. É a crença que a maioria dos seres humanos tem na continuidade de sua auto identidade e na constância dos ambientes de ação social e material em que vivem. Uma sensação de confiança inquestionável nas pessoas e coisas ao redor. Trata-se de um fenômeno emocional em vez de cognitivo, e está enraizado no inconsciente não em formas racionais de ação (FREUD, 1986)”. (DAMIÃO, 2011, 61)

dodecafônica; em arquitetura, em paralelo, a desvinculação da "fachada" e dos cânones do "academicismo" e dos "historicismos" permitiram o surgimento de uma arquitetura descompromissada com a simetria e as relações proporcionais rígidas (o que permitiu, por exemplo, o desenvolvimento do arranha-céu norte-americano). Em lugar das regras estritas de composição "harmônica", o livre jogo de peças (módulos).(VIRGÍLIO, 2013).

E esse autor, citando o músico Arrigo Barnabé, chama a atenção das “possíveis correspondências entre o modulador de Le Corbusier e a série dodecafônica de Schoenberg”. E também menciona Giulio Carlo Argan (*História da arte como história da cidade*) para lembrar que “... A cidade ideal, mais do que um modelo propriamente dito, é um módulo para o qual sempre é possível encontrar múltiplos ou submúltiplos que modifiquem a sua medida mas não a sua substância...”. E Simon Marchán Fiz, em certa abstração no debate entre “modernos” e “pós-modernos”, assinala que a “*homogeneidade, reflexo mais visível nas histórias do Movimento Moderno,*²⁴¹ *que da sua realidade, se diluiu na heterogeneidade de uma dispersão de opções que praticam a coexistência, sancionam as diferenças e com frequência nos submergem no desconcerto*”. Aliás, em tal debate, são apontados “os dois principais alvos da crítica ao Movimento Moderno: o funcionalismo e o determinismo histórico”. O Movimento Moderno “que a chamada crítica pós-moderna faz referência [e que] se resumiria a um conjunto enumerável de princípios formais, sociais e técnicos identificáveis dentro da produção arquitetônica [de] entre início e meados do século XX” e que seriam estes:

um método de desenho baseado nos princípios do funcionalismo, em um determinismo programático e em um expressionismo técnico e estrutural; uma convicção no potencial da tecnologia e da industrialização; uma preferência estética por formas abstratas relacionadas ao processo industrial, desprovidas de ornamentação ou referência histórica; e uma crença positivista, utópica, em soluções universais para o problema da habitação e da moradia urbana. (PASSARO)²⁴²

²⁴¹ Par vocabular elaborado no debate do mundo dos arquitetos e urbanistas, com grandes referências nos CIAM's e que, segundo Beatriz Brasil, dentre “todas as vanguardas artísticas, a que mais influenciou o Movimento Moderno, foi o Cubismo [o qual iniciado] através da pintura de Paul Cézanne [...] tinha como princípios básicos a geometrização das formas, a abstração, rompendo totalmente com a perspectiva e dando importância a todos os pontos da pintura, valorizando-a como um todo”. Na arquitetura, acrescenta, tais “princípios foram incorporados e rompeu-se com a ornamentação, procurando dar valor estético ao conjunto e fazendo com que todas as fachadas fossem importantes num projeto. As obras passaram a apresentar forma cúbica e o expectador teve a oportunidade de apreendê-la de uma só vez”. (BRASIL, 2009) Beatriz. In: <http://arquitetandoblog.wordpress.com/2009/04/17/movimento-moderno-origem-desenvolvimento-e-crise-beatriz-brasil/> Ac. 13/06/2013, 9h52.

²⁴² Essa enumeração Laís Bronstein recorta de “VVAA. Beyond the Modern Movement. Editorial. The Harvard Architecture Review, vol I, 1980. pgs.4-5. Edição monográfica sobre o tema do pós-moderno em arquitetura”, ressaltando que tais “princípios, advertem os autores, são retirados a partir da crítica mais consolidada em relação ao tema, que lê o Movimento Moderno sob uma ótica extremamente simplificadora”.

Quanto à crítica ao determinismo histórico que faz o “Movimento Moderno”, em particular, anota essa autora que a “concepção racionalista da história, a devoção a um ‘espírito dos tempos’ refletiu-se mais claramente na arquitetura pela sua associação inequívoca ao progresso tecnológico”. Ora, quando trazemos esses elementos em debate para examinar a processualidade ocorrente em São Luís e entender as pressões que a impeliriam a transformações tidas por “progresso”, vamos ter que pela década de 1930, assumem objetividade política os primeiros brados e tomam-se as primeiras medidas de preservação com caráter coercitivo, como também estarão em curso as demandas por rasgar ruas largas, modernizar a cidade (cf. capítulo seguinte). Todo o discurso e prática de preservação já estão se dando no contexto da adoção do que esse autor/a chama de “modelos inspirados” na Carta de Atenas e seus impactos na esfera urbana, traduzidos na divisão da cidade “em zonas monofuncionais através de um novo traçado viário e em esquematismos que [ignoram] o tecido existente”. Alude também que a “dissociação disciplinar entre arquitetura e urbanismo foi um fator que contribuiu para a transformação do conceito de espaço público”. Seria, enfim, conforme lembra, “a consagração do chamado ‘modelo progressista’ de urbanismo, na definição dada por Françoise Choay”. (PASSARO).

E cidade-artefato, naquele sentido proposto por Carlo Argan, isto é, a cidade realmente existente? “Assim como o conceito de cidade no Movimento Moderno estava diretamente relacionado com a emergência de uma sociedade industrial, a passagem para um novo estágio do capitalismo, caracterizado sobretudo pelo advento de novas tecnologias e de novos meios de produção, revelará um distinto enfoque nos temas urbanos”. Em São Luís, porém, o anseio insistente por industrialização nos moldes dos ensaios que conheceu no seu passado, parece repontar como a redenção dos movimentos e sentidos da cidade, notadamente de suas elites econômicas e políticas.

No presente cometimento, afigura-se muito relevante voltar-se à ideia de Carlo Argan quanto à cidade realmente existente. No foco:

Bastante heterogêneas em suas formulações, as inúmeras teorias surgidas a partir dos anos 60 apresentam seu ponto comum na recuperação, ou simples alusão, sob variados aspectos, da “cidade existente”.²⁴³ [...]. Desta maneira, a cidade é

²⁴³ “Cidade real”. Para o autor, a cidade real vem a ser a constatação da vulnerabilidade dos modelos ideais, já que sua forma é resultante de um processo alheio à idealizações prévias. Cf. ARGAN, Giulio C. *Città ideale e città reale*.

revista como um **artefato**: um produto de determinada cultura arquitetônica, uma construção histórica e essencialmente artística. Encarada a partir de toda sua complexidade, é esta cidade que fornece os pontos de partida para o trabalho do arquiteto, conferindo ao programa funcional um papel menos determinante.²⁴⁴

Diga-se que não somente de arquitetos, ou que sejam de urbanistas, mas também para o trabalho de outros atores sociais com papéis a desempenhar no estudo da cidade contemporânea; da cidade do tempo presente. No debate cujas bases vêm aqui rapidamente delineadas – para aquilo que orienta esta reflexão –, essa contemporaneidade, ou seria a chamada pós-modernidade, tem na década de 80 do século passado um ponto de fixação de rumos e também uma inflexão. Conforme acentua Laís, “o redescobrimento [*então*] da história da cidade como pré-condição de projeto estava subentendido, assim como as relações não somente funcionais e socioeconômicas, senão também filosóficas e principalmente artísticas, que deveriam influir na intervenção urbana” – aliás, diz que a “cidade [...] seria uma complexa composição de arranjos espaciais, que por sua vez corresponderiam a diferentes funções e modos de vida, relacionados a distintos momentos de [sua] formação”. Composição essa que “também deveria estimular novas soluções relacionadas ao clima cultural de cada época, atuando como um verdadeiro campo experimental”. E completa, citando Kleihues (1987), para quem “a evolução das cidades dentro de uma lógica exclusivamente funcional negou qualquer perspectiva de pluralidade e interlocução entre seus distintos requerimentos [*evocando o*] o século XIX, onde cada edifício difere-se do que lhe é contíguo, mas ao mesmo tempo estabelece uma correspondência dentro dos padrões de escala, gabarito e alinhamento...”[19]. Uma espécie de “reconstrução crítica” (teria inspirado SL?). Numa certa aproximação com a formulação de Argan, retoma-se, pois, “a **cidade existente** como objeto de reflexão e interação, de seu **traçado**

Em: Storia dell'arte come storia della città. Editori Riuniti, 1984. (versão portuguesa: *História da arte como história da cidade.* São Paulo: Martins Fontes, 1992)

²⁴⁴ “A argumentação de Giulio Carlo Argan acerca do debate inteligível entre cidade real e cidade ideal, se posiciona na defesa da compreensão de cidades que já não podem mais ser entendidas como mero invólucro de obras de arte, mas ser em sua constituição física e fenomenológica, uma obra de arte resultante de ações coletivas e humanas, complexamente emaranhadas. A cidade como resultado da criação coletiva, do tecer diário estético humano. Nada mais exemplar da cidade como obra de arte para o autor do que o jogo cênico dos habitantes nos espaços públicos e propriedades privadas, além dos signos e imaginários aflorados no transeunte ao percorrer ruas, becos, praças e casas... Signos que se fazem presentes no perceber de jogos de sombras, perspectivas e gentes das cidades, e que se infiltram no imaginário daquele que a percorre e vivencia. Ideário cuja postura faz remeter ao postulado do filósofo Gaston Bachelard na obra *A poética do espaço* (1), que a partir de bases na fenomenologia e no psiquismo, aborda questões que estão atreladas ao vivenciar e observar do espaço.” (CAVALCANTI, 2008). (V. *Nauro Machado, Anexo 2*).

histórico como base constante para futuras intervenções, aliados a uma arquitetura com **ênfase estética** (arquitetura como arte) e dotada de **identidade** e **significados** (arquitetura como linguagem)...” (*grifos autorais*). Ora, Kleihues está pensando e agindo sobre a Berlim alemã, mas o debate e algumas de suas inspirações se difundem pelo mundo.

Outra figura de proa nesse diálogo e elaboração de conceito e prática na perspectiva da “reconstrução crítica” é Aldo Rossi, autor de *L’Architettura della Città*. Lembrando a proeminência do pensar pós-moderno de todos eles, Laís afirma que a

faceta rossiana da *reconstrução crítica* continuava presente através dos componentes subjetivos da sua teorização, que por sua vez correspondiam com a apelação poética do racionalismo invocado nos textos de Kleihues. O mecanismo de analogia do processo compositivo [dele], e seu conceito de *locus* se traduziam na importância conferida pela IBA para a arquitetura como imagem e como geradora de sensações. Estes procedimentos se colocam como uma crítica a negação da dimensão de significados por parte da arquitetura moderna. [...]. A *reconstrução crítica* foi, na sua intenção original, um incentivo a experimentação e uma chamada a convivência de variadas concepções de projeto e convicções ideológicas dentro de um tecido urbano existente. [...]. Também é um procedimento em consonância com as ideias de fragmentação e pluralidade defendidas por teóricos da pós-modernidade em outros campos da cultura.

Essa reconstrução crítica, em sua prática “não se relacionou com uma postura historicista, entendida como a recuperação de alguma ideologia anterior, e sim como a reutilização de códigos já vistos agora desprovidos dos condicionantes históricos que proporcionaram seus respectivos surgimentos. Seria uma crítica a noção de ‘forma pura’, a recuperação de uma condição anterior em que a forma estaria associada a um significado”. É observável essa “reconstrução” em São Luís – ela não parece carregada dessa intenção ideológica e nesse sentido (reacionário) de “reviver” a cidade. É o que se pode chamar com mais pertinência de *requalificação*.²⁴⁵

Patrimônio imaterial, memória social, romantismo, São Luís

²⁴⁵ A propósito e para marcar um questionamento em situações de estudo futuras, caberia indagar a esta altura: o que é de proveito em nossa busca essa ideia de reconstrução crítica teoricamente vinculada ao “pós-moderno”? Afiguraria uma linha referencial-teórica para com a qual devamos costurar as leituras da cidade velha de São Luís: a força de seus elementos compósitos, linguagens, heranças, rugosidades (físicas e mentais), vozes incessantes do fundo dos tempos...? E as obras de arte arquitetônicas e suas gentes acelerando as pulsações poéticas dessa verdadeira República dos Becos, para lembrar Luís Augusto Cassas? E servindo de moldura para o repontar de tudo isso? Mas ora, digamos, até a cidade moderna – a Renascença dos Shopping – faz as representações do antigo – fazem danças os brincantes ante o cenário imaginado, sob o reinado *moderno* das forças impulsantes do mercado, da sociedade de trocas, das emoções hedonistas... (V. anexo, “Velhas Ruas”, de Nauro Machado).

No Brasil e no Mundo é um debate recente a patrimonialização dos chamados bens intangíveis ou imateriais. Tomando-se como referência as decisões internacionais de organismos tais a Unesco, vemos que o conceito de patrimônio com essa adjetivação se expressa claramente apenas por volta do ano de 2003, nos termos *da Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*, de Paris, 17 de outubro. Termos emanados – contextualizemos –, de dispositivos de documentos transnacionais atinentes, e anteriormente adotados no campo dos Direitos Humanos, a começar da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.²⁴⁶ Já na primeira entre as *considerações* tomadas para *convencer* sobre a decisão em pauta, está a “importância do patrimônio cultural e garantia de desenvolvimento sustentável” e também “a profunda interdependência que existe entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural e natural”, secundando-se-as com a definição instrumental (artigo 2) de que entende-se “por ‘patrimônio cultural imaterial’ as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural” (IPHAN, 2004, p. 371 a 373).

A conversão em conceito-norma, por Convenção, desse palavreado atinente às acepções de cultura e aos chamados *direitos culturais*, além da *cultura popular* e *tradições*, ocorre em meio a intenso debate na sociedade e entre os povos, tudo suscitado por uma vaga de globalização que, a um só tempo, sugere a intensificação de certa unificação babélica do ecúmeno e implica certa posição de realce das singularidades *culturais* locais. Como se vem caracterizando, ocorrendo igualmente em meio a um crescente engajamento dos profissionais ligados aos estudos antropológicos, etnográficos, além de historiadores, na construção de significados nesse campo de prática e semântica relacionadas aos fazeres e saberes constitutivos de heranças profundamente enraizadas no *chão* da história humana. Em se tratando de Brasil vai ficando evidenciado que a prática e a teoria do patrimônio imaterial se configuram quanto mais se vai conhecendo a trajetória da construção das políticas públicas relacionadas em nível de Iphan,²⁴⁷ conforme veremos com mais vagar no capítulo 3.

²⁴⁶ Outros o antecedem e são referentes da dita Convenção, tais, entre mais, o *Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*, de 1966, o *Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos*, de 1966, a *Recomendação da UNESCO sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular*, de 1989, a *Declaração Universal da Unesco sobre a Diversidade Cultural*, de 2001, e a *Declaração de Instambul*, de 2002, aprovada pela Terceira Mesa Redonda de Ministros da Cultura.

²⁴⁷ No Brasil, medindo-se a ação do Iphan entre a direção Melo Franco (anos 30/40) até Aloisio Magalhães (70/80) nota-se a passagem “da ênfase de ‘patrimônio histórico e artístico’ para ‘patrimônio cultural’; no mundo, a Unesco

Na Antropologia, o tema Patrimônio, para Jane Felipe Beltrão e Carlos Caroso, “proporciona o conhecimento de linguagens diferenciadas e remete à memória social, através da qual se constroem e se reconstróem as identidades de grupos, de sociedades, de nações e de povos”. Aludem que essa construção prático-teórica timbra “a pilhagem de bens culturais que povos [etnias] e suas frações sofreram ao longo do tempo, dilapidados de suas informações e de elementos outros de suas culturas de origem: quilombos, aldeias e templos religiosos são exemplos desses espaços destituídos até mesmo (ou mesmo pela) violência institucional e física” (BELTRÃO e CAROSO, 2007, p. 45, e 53-54). Nessa evolução, ter-se-á a passagem de “cultura tradicional e popular para ‘patrimônio imaterial’ e nesse sentido os bens patrimoniais passam a ser considerados evidência testemunhal da identidade dos povos” (ROITMAM e CASTELLS, 2007, p. 71-72). A noção clássica de patrimônio excluía os setores subalternos, agora com portas abertas para que se veja e salvguarde os elementos que os singularizam.

Indaga-se: para além da abordagem tratada no discurso oficial e na prática de decisores das políticas concernentes, essa visão, salvguarda e singularização, constituiriam um novo e valorativo olhar sobre o fenômeno humano? Como se demonstra, desde que se tenha presente o cálculo e as determinações que movem a pragmática econômica do referido processo concorrencial no “mercado de cidades históricas”, por exemplo, impõe-se um *não* como resposta.

Como se vê, campo novíssimo esse do patrimônio imaterial, sua forja está imersa em caldo discursivo não tão novo assim e está em pleno desenvolvimento, especialmente no meio antropológico. A propósito, tratando o que chama de “Caminhos e descaminhos do patrimônio imaterial”, Bartolomeu Medeiros relata experiências no trato da questão do patrimônio imaterial na constituição do Inventário Nacional Referências Culturais (INRC), do Iphan e lembra que o conceito de cultura é sempre ponto de difícil sutura em termos inter e multidisciplinares, como sói ocorrer em grupos encarregados desse tipo de tarefa, acentuando que “o conceito de cultura é a mola mestra do fazer antropológico” (MEDEIROS, 2007, p. 135). Toca em questões relativas à prática em torno da criação e os direitos sobre a mercantilização dos bens culturais intangíveis das comunidades tradicionais populares – produção, divulgação, comercialização e também sobre se “se pode prescindir do intangível ao tratarmos do edificado?” ou se “é legítima a separação dos

vai constituindo e promulgando um conjunto de convenções e normas que vão levando do ‘patrimônio material’ (pedra e cal) para o intangível (‘patrimônio imaterial’). Patrimônio vai passando de tema de historiador e arquiteto para tema de antropólogo. Na visão desses autores as obras de Gonçalves e de Arantes desnaturalizam o patrimônio da visão (naturalizada) nacionalista tradicional e na sua relação com o caráter arbitrário das nações modernas enquanto ‘comunidades imaginadas’ [...] sugerindo a ilusão de homogeneidade e de coesão para os Estados-nações” (LIMA F.º e ABREU, 2007, p. 23).

dois ‘patrimônios’, ocasionando duas políticas distintas, duas estruturas administrativas?” Lembra que hoje os critérios de seleção dos bens já ultrapassam os sentidos da herança “ibérica” (p. 137 a 138-39). Ultrapassa?

O argumento seguinte – qual canto – do arquiteto Olavo Pereira da Silva Filho, um poeta das formas e dos arcanos do coração pulsante, contemplando, órfico, a cidade de São Luís, qual um cinzelador que já vai tocar o corpo sacro da obra a restaurar, ajuda-nos a entender o quanto é complexa a abordagem da questão do chamado patrimônio imaterial, ao ponto de, no limite, entendermos os que afirmam que, de fato, não haveria a distinção entre material e imaterial quando se trata de patrimônio:

Vista da linha d’água, a silhueta dos telhados enegrecidos de musgo e a cor quente do sol poente instigam a esse entendimento da cidade em promontório, nascida de uma praça de guerra. A rota marítima projeta essa percepção urbanística. Mas, São Luís, na poesia de Odylo Costa, filho, ‘não se oferece. A gente tem de aprendê-la e decifrar-lhe o segredo – como um adolescente que descobre o amor’.

Vista dos mirantes, a paisagem dos telhados e quintais do centro antigo de São Luís do Maranhão, densamente contidos em coordenadas cardeais do xadrez setecentista, confirma a correlação socioeconômica dos habitantes dessas estruturas de pau, pedra e barro. [...]. A perspectiva retilínea de linhas vigorosas – presa à codificação das projeções do lote, arbitradas de gabaritos – consagra espírito dos assentamentos. No que a luz dos sobrados aflora em harmonia imediata, o norte, o vento, as sombras vão se firmar irremovíveis a cada caminhada. O frade camuflado será lembrado como um achado arqueológico. A frontaria da Sé, a orientação cardeal. O costado da Sagração, referência geológica. A mó do Bacanga, o mais rudimentar soque do arroz. Perspectivas que podem ser apreendidas como rotas históricas de fácil entendimento, mesmo pelo visitante mais apressado.

Mas, para uma melhor apreensão da cidade do passado, há de se sair das visadas lineares, percorrer os interiores, garimpar o sarnambi das alvenarias, desencantar-se nas marcas dos azulejos removidos, sentir a luz vazada das venezianas, tatear a cantaria cinzelada... Será preciso percorrer as escadas, chegar aos balcões e mirantes e descortinar a continuidade dos telhados e empenas em telhas. A geografia agrega particularidade a essa paisagem cultural impregnada de cheiros de mar, texturizada de limo úmido, regada de luz ortogonal. (PEREIRA F.º, 2010, p. 16)

Citação longa, admita-se, mas indispensável, absolutamente significativa para se entender o que move o ser humano, e até um *técnico* das formulações de políticas públicas, tal esse, quando se trata de tocar a materialidade plena de sentidos, de falas estridentes saídas do aparente silêncio das pedras, pedras-alvenarias de sarnambi e das cantarias lapidadas por mãos de humana sensibilidade... Deixar-se tocar pela luz ortogonal de cujo sol poente os telhados

arrancaram certa calidez para esperar o orvalho que virá após o arrebol. Sol de todos os viventes, ainda que daqueles tantos aconchegados em rancharia de pindoba, antes – e até depois – que a cidade substituísse por completo a taba.

Vemos que, ainda fosse somente o patrimônio arquitetônico dito de pedra e cal o objeto das salvaguardas, em tudo que as tradições estudiosas denominam de *cultura material*, há a fala daqueles para quem a vida e labor não bastaram – afinal, “a arte existe porque a vida não basta”. E aqui já se diga, querendo sintetizar uma ideia, que as políticas patrimoniais existem e sustentam porque há artistas além do frio projeto dos birôs e pranchetas – artista no sentido daquele indivíduo cuja alma incandesce o corpo para suscitar o Belo que existe em tudo.

Examinando a questão do Patrimônio Cultural num quadro de referências ainda mais amplo no que respeita à memória social, tendo presente as “tensões e disputas” desabrochadas no contexto do que denomina de “uma nova ordem discursiva”, Regina Abreu, recupera a dialética discursiva dos tempos linear (do Ocidente moderno, documentos escritos, calendário...) e cíclico (das sociedades totêmicas, mítico-religiosas, narrativas...). Essas dimensões não são excludentes entre si, convivem; lembra Michel Pollack o campo da memória social “como de permanentes disputas que incidem diretamente sobre a dinâmica entre a lembrança e o esquecimento”, tal já aludimos acima. Exemplifica esse processo com a “tortura” que fez com que das cerca de mil línguas faladas por “diferentes sociedades indígenas” neste continente antes de Cabral, fossem reduzidas a cerca de 180 hoje em dia. Uso da força e violência para fazer falar a língua “nacional”, isto é, “para fazer lembrar, é preciso fazer esquecer” (ABREU, 2007, p. 264 a 266). A noção de Patrimônio que nos é dado habituar pertence à concepção de tempo linear; no sentido da cíclica não há essa noção: os objetos são como as pessoas (cita a cultura Waapi), corpos vivos, nascem e morrem. A noção de patrimônio é dinâmica.

Afirmando o que já referimos atrás de que depois da Revolução Francesa é que – a noção de patrimônio – se desenvolve tal conhecemos e ganha corpo com a ideologia do “Estado nacional, a aceleração da vida cotidiana, o surgimento das metrópoles, rapidez das comunicações e do transporte urbano...”, acentua que tais são “movimentos que acirram o desmapeamento de indivíduos projetados para um incerto futuro numa sociedade incapaz de processar, no tecido social, um capital de memória [e daí que, citando livremente P. Nora] para sociedades sem memória era preciso que fossem criados os lugares de memória” (ABREU, 2007, p. 268). Pois é, o Patrimônio Nacional é o lugar de memória por excelência, objetificando a Memória Nacional enquanto se materializa em prédios, edifícios, monumentos, que podem ser olhados, visitados,

fotografados. Ao se objetificar, estancando um tempo veloz, separava-se-o da vida cotidiana daqueles seres projetados para o futuro, do que o dito Patrimônio Nacional (no caso) será o passado heroico da “nação moderna” e de seus vultos destacados que serão lembrados qual veneração cívica e, claro, os fatos, os edifícios, os vultos a escolher seriam somente os da própria elite identificados com o ideal de “agregar o conjunto da nação em torno dos ideais de modernidade e de civilização” (ABREU, 2007, p. 269). Sabemos que essas percepções e práticas se manifestam no Brasil com cem anos de atraso com relação à França, pois as elites daqui, os intelectuais etc., até o alvorecer do século XX, estão mais preocupados com a *modernização* das cidades do que com a recuperação de fragmentos do passado, notadamente do colonial. Tempos depois somente [pós década de 20] é que a ideia de que a nação moderna deveria respeitar e cultivar o seu passado tivera lugar e para a afirmação dessa ideia. Afirmação para a qual concorreria em muito, observa Abreu (2007, p. 269), a derrubada do Morro do Castelo, na capital da República, o Rio de Janeiro, pelo prefeito Pereira Passos, como que despertou, a contrário senso, dita percepção. E relembremos aquela iniciativa do Império (1883-84), referida, de radiografar as comarcas Brasil em busca, entre mais, dos sinais de origem e de outras marcas e referências de seu passado. Observa mais que já naquela passagem de século, intelectuais já mencionavam e até trabalhavam em prol da preservação, pelo registro, de valores imateriais relacionados ao folclore, o qual, no entanto, não guardava relação com o sentido de Patrimônio (cultura material) hoje prevalecente. Cabe enfatizar que São Luís tem a seu favor as políticas públicas do Iphan, desde o início, pela expressão de seu patrimônio material constituinte do erguimento da nação, não apenas pela densidade das expressões essenciais de base de sua composição étnico-cultural luso-indioafro; aliás, como se precisava expressar o sentido de unidade nacional, é que insignificou-se o fato da capital e, o próprio Maranhão, terem constituído parte de seu acervo separado do Brasil, como Estado distinto; assim o Pará.

Retomemos ao momento da história brasileira, significado na constituição dessa espécie de cânone literário-nacional, referido mais de uma vez, para reiterar, com ênfase, aquele papel que tem nesse processo o Maranhão e, em particular, São Luís, polo produtor e irradiador de cultura letrada. Importante atentar para o que diz Ricardo Leão sobre o assunto, como ponto de partida conceituando que

cânone [*literário*] é uma lista de textos, autores e obras, coadjuvada por uma elaborada narrativa historiográfica que, apesar de sua pretensão em ser verídica [...] traz consigo motivações que, pelo fato de incluir excluindo, trai e solapa toda a sua pretensão histórica enquanto verdade absoluta, natural e indubitável

[criando] um vínculo social que permita a sua necessidade, de modo que sua existência prevaleça como discurso partilhado na tradição e na educação dos cidadãos que, ao reconhecer a instituição do cânone como representante de sua identidade cultural e nacional, passem a admiti-la como definição de “nacionalidade” ou de “consciência nacional”.

O cânone, portanto, estabelece entre os cidadãos um vínculo de sujeição a uma identidade nacional ou supranacional – se levarmos em conta um *cânone ocidental* –, por meio do qual somos unidos a uma ideia de cultura partilhada, de identidade comum... (LEÃO, 2011).

O argumento desse autor remete-nos ao núcleo gerador do sentido de *ateniense* à cidade de São Luís oitocentista e sua projeção intensa no século seguinte, ainda que, tal se já o disse atrás, a “Atenas Brasileira” seja aquela cidade profundamente desigualada inclusive pela condição de analfabetismo de expressiva maioria de sua população. Contudo, o tropos de *ateniense* assentou seus efeitos e não há dúvidas que assinala uma das dimensões mais insistentes para fixar a importância da cidade no concerto da história-cultura humana-ocidental – com decisivas acatações, inclusive, é certo, quanto ao tombamento mundial. Na esteira, aliás, do tombamento como *patrimônio nacional*, décadas antes.²⁴⁸ E é *canônica* a afirmação até hoje amplamente nutrida de que Antonio Gonçalves Dias é a máxima expressão dessa emersão romântico-nacionalizante, aberto o prosclínio poético sob os incensos rousseananos ao chamado mito-*indianismo* fundador. É seu a *Canção do tamoio*, e *Os timbiras*, por exemplo, em que o poeta, rapsodo, e órfico, e como que nacionalheiro, celebra a “vida, amores, costumes dos índios, dentro de um projeto épico, lírico, dramático” (NEJAR, 2011, p. 97), além de afirmar o poeta, “com autoridade”, que “a coisa que mais podemos dispensar é a colonização portuguesa em literatura” (apud NEJAR, 2011, p. 98). Imaginemos isso sendo dito no olho do furacão de uma cidade lusitana colonial, *lisboense* mais que qualquer outra, nunca uma *Atenas*, a não ser a parença com a helênica pela apartação insistente entre a Ágora das filosofias e as misérias da escravidão, em São Luís simbolizadas nas cafuas e na abjeta ritualística dos *tigres* pelas ruas da cidadela gonçalvina. E o que se diria da *Canção do exílio*, lírica extasiante, poema maior da

²⁴⁸ “No plano da produção intelectual, durante tempo considerável, ao longo do Oitocentos, a ‘guerra’ entre Atenienses e Fluminenses estava longe de uma solução definitiva. São Luís era uma capital literária certamente muito mais relevante que São Paulo. Fazia frente a Recife e Salvador. Se empatava com a Corte, não dependia tanto dela. Estava mais próxima de Portugal ou França. Ou mesmo dos Estados Unidos da América, ou da América Latina: Sousândrade no inferno de Wall Street, ou nas arestas das culturas andinas de Lima ou Santiago, ou na civilização meridional do Prata, não eram apenas marcas de uma geografia poética, mas afirmação de uma disposição cosmopolita, de uma cumplidade contemporânea no mundo, de um extravasar das fronteiras. O naufrágio de Gonçalves Dias poderia ser tomado como emblema da derrota dessa outra potencialidade histórica. Aos Fluminenses, as batatas. E com elas a institucionalização do cânone nacional, para o bem e para o mal”. (HARDMAN, 2011, p. 16).

língua pátria, todo ele qualificando, “em termos de exaltado valor, a terra natal”, conforme acentuou J. G. Merquior (apud NEJAR, 2007, p. 99).

Ora, se “o Romantismo foi um movimento crítico, na estética, também foi um modo de ver o homem e a natureza, recuperando-os, ao operar também no juízo da civilização, tantas vezes corruptora” (NEJAR, 2011, p. 94). Do que o Romantismo²⁴⁹ gonçalvino – quanto o de José de Alencar e até de Machado de Assis, “episodicamente” –, retornava a visão do “bom selvagem” haurida de viajantes de séculos pretéritos. Acrescenta que nosso “Romantismo tendia mais para o francês e o alemão [...], acrescido ainda dos excessos apoteóticos do eu, que se realça diante da natureza dos trópicos” (NEJAR, 2011, p. 95). Sim, o núcleo irredutível dessas ideias está “no conceito irredutível de natureza e civilização”.

²⁴⁹ Na perspectiva de Carlos Nejar, pensar em romantismo é ter presente que se trata de “fruto” da Revolução Francesa (1789) e da Revolução Industrial e os caudais principiológicos de liberdade, igualdade e fraternidade... E secunda a observação quanto ao fazer literário, citando livremente Sílvio Romero, afirmando que para este “a história literária é um sistema de eliminação, mas não deixa de ser também um sistema de adição sobre o que não pôde ser eliminado, como o amadurecimento do ambiente, a propagação da cultura, a busca de identidade que já se entretencia no século XIX, em porfia barroca a linguagem, ora acolhendo estilos do civilizador [...]. É um respirar orgânico, o achamento da história”. (NEJAR, 2011, p. 91).

3.5 Patrimônio e tradição afro, direitos culturais, natureza, identidade e teoria jurídica

São Luís, tradição afro, romantismo, patrimônio, direitos culturais

Volvamos à interpelação insistente: “São Luís foi salva pelo atraso”? Muito pertinente voltar-se a Eric Hobsbawm e sua observação de que “ao colocar-se conscientemente contra a tradição e a favor das inovações radicais, a ideologia liberal da transformação social, no século passado, deixou de fornecer os vínculos sociais e hierárquicos aceitos nas sociedades precedentes, gerando vácuos que puderam ser preenchidos com tradições inventadas” (HOBSBAWN e RANGER, 1984, p. 16). Assinalam o surgimento nesse contexto (está estudando a anglo-germânia) ou “época romântica”²⁵⁰ de movimentos e grupos tradicionalistas em geral compostos por intelectuais e pretendendo a “restauração” de tradições de antanho. Aduzem que não “se pode negar que os costumes pré-industriais não são adaptáveis a longo prazo a uma sociedade que tenha passado por um determinado grau de revolução...”.

Ora, o grau de *revolução* – diríamos liberal-industrial – que São Luís conheceu, não teria tido a intensidade destruidora suficiente e assim concedido lugar às permanências de certas tradições, as quais seriam recepcionadas pelo tempo presente de novos usos do patrimônio? Arrematam esses autores que não “nos devemos deixar enganar por um paradoxo curioso, embora compreensível: as nações modernas, com toda essa parafernália, geralmente afirmam o oposto do novo, ou seja, estarem enraizadas na mais remota Antiguidade, e o oposto do construído, ou seja, serem comunidades humanas ‘naturais’ o bastante para não necessitarem de definições que não a defesa dos próprios interesses” (HOBSBAWN e RANGER, 1984, p. 22). Isto é, conduz ela inextricavelmente os componentes históricos da conservação e tradição, no entanto, suas determinações, para os proveitos de interesses emergentes do presente, inscrevem-se e se impõem ainda enquanto tradição, mas “tradição inventada”.

Já se disse à exaustão que o século XX amplia o conceito de patrimônio ao extremo, deslocando aquele sentido de relação em simbiose que tinha com a ideologia nacionalista. Enquanto isso, no plano historiográfico, por exemplo, se saía da história factualizada ao extremo e eram trazidos ao palco outros objetos de estudo além de somente reis e batalhas “memoráveis”. Agora também vêm as pessoas comuns, filhas de certo anonimato. Os estudos etnográficos têm

²⁵⁰ Diz Fonseca (1997, p. 81), em nota, que o “Romantismo incorporou a Idade Média, como tema e como motivo, a seu repertório estético”.

importante contributo na constituição dessa valoração patrimonial ampliada. Também isso ocorre, como já observado acima, no escopo da ampliação dos “direitos humanos” e entre estes, no segundo pós-guerra, os chamados “direitos culturais”. No Brasil esses direitos foram garantidos pela Constituição Federal de 1988, art. 215, mas sua efetividade encontra óbices muito difíceis de remover, entre os quais, sugere Fonseca (1997, pp. 77-78), a baixa absorção do sentido e da prática da cidadania. Com efeito, algo comum a sociedades caudatárias de antigos e novos jugos coloniais (caso da América ibérica), em que sobrepujam a dualidade de que “cultura” é a expressão da herança europeia, obscurecendo, ou simplesmente negando-se, o reconhecimento do que é próprio à parcela da população com outras identidades de origem, no caso do Brasil, de longe, os nativos indígenas e os negros. Tudo isso impede a efetividade do exercício dos direitos culturais assegurados na Constituição, salvo iniciativas de políticas públicas muito recentes, as quais não configuram ainda o alcance que deveriam ter, dada a pujança da diversidade cultural no Brasil, manifesta a partir de todos os poros dos estratos populares.²⁵¹ No entanto, é já visível a incorporação do tema no debate político da sociedade brasileira, além de um protagonismo muito propositivo e forte de órgãos e agentes estatais referidos ao patrimônio, naquele horizonte de certa forma antecipado, tal se vem acentuando – de agentes que perceberam esse avanço ainda pela fundação do Iphan. Mas, sobretudo, como fala Eunice Durham, em face da mobilização de movimentos sociais em prol da cidadania cultural de que, em democracias em certo sentido incipientes, tal a brasileira, tais movimentos é que “operam a transformação de necessidades e carências em direitos” (apud FONSECA, 1997, p. 77-78). Essa incipiência da democracia brasileira, anote-se, sendo lida à luz do sentido de “cidadania regulada” proposto por Wanderley Guilherme dos Santos. Nesse sentido, não seria também crível afirmar que isso configuraria uma “democracia regulada”, aliás, de povo como que viciado em ser mandado, docemente entorpecido por essa espécie de impero-atavismo-autoritário, afinal, tão brasileiro? E isso também não teria, ao reverso, facilitado aquele sentido *dirigista* que acabou por facilitar o protagonismo “progressista” do Iphan?

Ora, como no Maranhão, por exemplo, tão cheio de imagináveis, e até inimagináveis, bloqueios dos viços de cidadania, seria possível esses verdadeiros triunfos das políticas públicas do patrimônio, incorporando essa dimensão de respeito a “direitos culturais” de negros, pobres, excluídos de outros direitos...? Que “movimentos sociais”, desses próprios setores, de fato, se

²⁵¹ Em São Luís grandes manifestações de suas tradições seculares fora ou estão a caminho de ter o respectivo registro nos livros do Iphan como patrimônio imaterial – o Tambor de Crioula e Bumba Meu Boi já o foram.

jogaram em prol de tais direitos como intrínseca e legitimamente seus? E como o fizeram? Só o interesse da mercantilização turística o explicaria? São perguntas que levariam a desdobramentos vários a presente discussão.

Como parte da discussão presente, é ainda Cecília Fonseca que diz que no “Terceiro Mundo a luta de grupos étnicos discriminados nos Estados nacionais por seus direitos como cidadãos, levaram a mudanças na composição dos patrimônios históricos...” Em que essa questão se faz sentir no contexto sob estudo? No que diz respeito à condição de São Luís de cidade-palco dos entrecruzamentos das linhagens culturais eurocêntricas dilatadas neste trópico e de outras tantas dilatadas desde a África, e do entorno caribenho, além de sua ancestralidade indiodescendente –o que faz dela, cidade, um festim explosivo de formas culturais em estado seminal, assim também de ritmos, cores, falares, cantares, dançares.

História, natureza, patrimônio, identidade, teoria jurídica

Em determinado ponto na Introdução deste estudo, no propósito de evidenciar a ênfase de nosso recorte temático mais na dimensão do “cultural” que do “natural”, fizemos loas de que “a noção de patrimônio natural deve ser contextualizada no interior de uma noção de historicidade” (ALMEIDA, 2012, p. 362). Em certo sentido é como que um rebatendo no outro, conforme se puxe os fios mais profundamente enraizados no chão da própria História.

Difícil, aliás, pensar São Luís abstraindo por completo sua condição de lugar/espço, na borda de uma baía de águas salgadas, num *promontorium* sob cujos pés golfam rios doces que descem de sertões distantes. Portanto, aduzamos notas nesse diapasão, com suporte em reflexões anotadas por Eny Berço de Carvalho, a qual foca o que chama de *História Ambiental*,²⁵² pressupondo um contexto de diálogos pluridisciplinares, fronteiriços, assim instigantes. Dialoga especialmente com Ost, que enraíza o debate do patrimônio inclusive no lugar mesmo de sua gênese formal, o Direito. Começa por lembrar a oportuna afirmação do historiador ambiental Donald Worster (1991, p. 198-199)²⁵³ sobre como a percepção e construção da História saiu da mera “política do passado” e alcançou a geração de historiadores que apontam para se “ir ainda mais fundo, até encontrarmos a própria terra, entendida como um agente e uma presença na história” (p. 414-15), rompendo-se com a perspectiva durkeimiana de explicar os fatos sociais e a

²⁵² Esse texto é sobre percepções de meio ambiente e de patrimônio ambiental, mas traz essa importantíssima contribuição ao nosso desenvolvimento do conceito/categorização de patrimônio.

²⁵³ WORSTER, Donald. *Para fazer história ambiental*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

sociedade por eles próprios, mas por sua interação com “a ‘natureza’ tal como se conhece, unindo, assim, o que jamais esteve separado, salvo nas análises humanas”, isto é, propõe-se “entender a antropossociedade dentro do ecossistema do qual se faz parte e, assim, entender melhor ambos”.²⁵⁴ Em particular, no que respeita ao patrimônio, diz que este é uma categoria que pode auxiliar a conexão ser humano e natureza, em várias escalas, racionalidades e identidades, para tanto evocando o pensamento do jusfilósofo François Ost,²⁵⁵ o qual defende o patrimônio “como uma categoria capaz de ser atribuída, de modo jurídico, ao que se denomina genericamente de meio ambiente”. Mas é muito mais ampla e para nós de maior proveito esta afirmação textual de Ost e melhor ainda para discutir a questão do conceito jurídico de patrimônio em grande abrangência:

[...] “uma interpretação favorável ao patrimônio” como um regime jurídico para o “meio” capaz de enfrentar os problemas colocados, porque aposta na fecundidade do regime que dela se deduz. A prospectividade – o movimento dialético, se preferir – é, com efeito, o caráter dominante do conceito. Do local (a “minha propriedade, a “minha herança), conduz ao global (o patrimônio comum do grupo, da nação, da humanidade); do simples (tal espaço, tal indivíduo, tal facto físico), conduz ao complexo (o ecossistema, a espécie, o ciclo); de um regime jurídico ligado em direitos e obrigações individuais (direitos subjectivos de apropriação e obrigações correspondentes), conduz a um regime que toma em consideração os interesses difusos (os interesses de todos, incluindo os das gerações futuras) e as responsabilidades colectivas; de um estatuto centrado, principalmente, numa repartição-atribuição estática do espaço (regime monofuncional da propriedade), conduz ao reconhecimento da multiplicidade das utilizações de que os espaços e recursos são susceptíveis, o que relativiza, necessariamente, as partilhas de apropriação. (Apud CARVALHO, 2012, p. 419)

Vai além Bergo e concede esta chave relacionando a categoria MEIO com a categoria PATRIMÔNIO: “A ‘patrimonialização’ do meio é uma aposta na ‘territorialização’, ou seja, na atribuição de significados para o ambiente como processo social que vai além do significado pecuniário. Portanto, aposta que o meio não é apenas mercadoria, mas agrega outros significados

²⁵⁴ Postura de pensamento que se referencia na perspectiva de superação da visão disjuntiva/mecanicista do paradigma fundador das ciências modernas, isto é, o princípio da redução-disjunção, o que leva, por exemplo, “à grande disjunção natureza-cultura, objeto-sujeito” (MORIN, 1999, apud Carvalho, 2012, p. 406). Visão de mundo racionalizadora, simplificadora e *maquínica* [tal] afirma Simon Schama, em Paisagem e Memória: “[...] se toda a história da paisagem do Ocidente de fato não passa de uma corrida insensata rumo a um universo movido a máquina, sem a complexidade de mitos, metáforas e alegorias, no qual o árbitro absoluto do valor é a medição e não a memória, no qual nossa inventividade constitui nossa tragédia, então realmente estamos presos no mecanismo de nossa autodestruição’.” (apud CARVALHO, 2012, p. 405).

²⁵⁵ Notadamente sua obra *O patrimônio: um estatuto jurídico para o meio*. In: _____. *A natureza à margem da lei: a ecologia à prova do direito*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995. p. 351-387.

que, entre outras coisas, constituem as identidades. Tal caracterização do patrimônio, como capital simbólico não está isento de críticas, mas pode ser defendida” (CARVALHO, 2012, p. 417-418). Mais à frente, e ainda com Ost, assinala que “uma identificação com a valorização do meio é necessária para uma ‘abordagem patrimonial’ [implicando que] os agentes envolvidos na utilização de um local devem ter uma preocupação em manter o ambiente para as futuras gerações e que estejam dispostos a fazer concessões e ‘sacrifícios’, devido a tal princípio moral”. Chama atenção de que a noção de patrimônio não é ambígua, mas complexa (Carvalho, 2012, p. 420-21). E que patrimônio é aqui pensado – e sobretudo em nossa abordagem ludovicense e iphânica, isto é, relativamente não “ambiental-natural”, em que pese estar nas intuições de Franco/Mário de Andrade – sobretudo em seu aspecto coletivo e simbólico, não no pecuniário e individual – do conceito romano original. A leitura que Bergo faz do argumento de Ost sobre a natureza complexa do patrimônio, aponta que a “teoria jurídica” é a melhor para lidar com ela – “noção complexa que não separa sujeito e objeto”, além de abrir “a possibilidade de lidar com situações multifacetadas”.

Por que complexa a noção de patrimônio? Bergo de Carvalho recorta e expõe a dialética de quatro pares interagentes. 1) Pensando a “dialética sujeito objeto e a dialética ser e haver”, “segundo Godard (apud Ost 1995, p. 380) [afirma] que “os bens patrimoniais constituem o que podemos designar por recursos identitários, simultaneamente garantia material da perenidade do grupo em questão e suporte simbólico da sua identidade”, ou seja, na palavra do próprio Ost (1995, p. 381), “patrimonializar um espaço, um bem, é reconhecer que nele são inscritos não apenas interesses de consumo, mas igualmente valores identitários (valores que dão sentido à existência, asseguram a sua identidade e o seu desenvolvimento)”. 2) Mais e quanto à solidariedade entre ativo e passivo acresce Ost que “patrimonializar um bem é inscrevê-lo numa lógica de solidariedade entre ativo e passivo [o que impõe] senão conservar o bem em estado original, pelo menos garantir as suas faculdades de regeneração, se se tratar de um recurso renovável”. 3) E mais ainda (e a nós mui pertinente e até epigrafável) sobre o “interesse privado e os interesses gerais: a sobreposição de propriedade ‘privada’ (ou de soberania ‘nacional’) e de patrimônio ‘comum’ tem por efeito ‘inscrever em filigrana, no âmago do bem patrimonializado, a presença do interesse de outrem, um outrem que, em alguns casos, se alargaria as dimensões da humanidade’.” (OST, apud CARVALHO, p. 421). 4) Presente e local vs. global e futuro: “o bem inscrito no registro do patrimônio comum ultrapassa, daqui para a frente, o aqui e agora: [...] Eles revelam de uma outra escala que, abarcando o horizonte do presente e do local, os transcende

simultaneamente”. É “translocal e transtemporal implicado numa transpropriação”, acrescenta Carvalho, agora, e ainda, pensando com Edgar Morin.

“Patrimônio”? “Histórico”? “Da humanidade”?

Seguidas essas tantas linhagens que tecem a conceituação de Patrimônio e seus quase indetermináveis alinhavos com tessituras de concepções afins – e sem ousar dar “ponto final” no trato temático – façamos um “ponto período” no propósito desta seção. E nada melhor fazê-lo, ante tantos e quase inextricáveis discursos relacionados, voltando à origem histórica do próprio conceito na tradição que raiou sobre este trópico, e frutificou, oriundo, notadamente, da Roma antiga.

Dicionarizando, já em 1712, o vocabulário presente na língua correntemente falada em Portugal, de matriz latina, já então vulgarizada e corrompida ao longo de dois milênios, ensina o padre-doutor Raphael Bluteau, que “patrimônio”, “em rigor de direito são os bens deixados dos pais”. Chama a atenção para a diferença existente entre patrimônio e *herança*, citando Marco Túlio Cícero,²⁵⁶ e que também “não deixa por isso de significar os bens, que vem por parte da mãe... [*refere-se à tradição católica e seu Patrimonium da Igreja, a ela deixado como a mãe comum dos pobres*]. Cousa da pátria, ou dos pays.” Essas referências ainda não exprimem do sentido e prática em relação ao Patrimônio dos quais tratamos aqui. Mas podemos identificar nessa matriz a elaboração conceitual atinente, havida nos dois séculos posteriores, por exemplo, como vimos, a que nutre a ideia de nação.

E “patrimônio histórico”? Recortado por Marcos Montysuma, reiteram Rebello e Leite (2010, p. 1),²⁵⁷ que nos últimos séculos se firmaram a compreensão de ser a sua definição – “associada ao conceito de história” – o que fisicamente se relaciona “aos edifícios, monumentos, locais [e de maneira mais abstrata] algo ligado a todo o conjunto cultural de práticas, hábitos e costumes que geraram o ambiente humano que conhecemos” (Apud MONTYSUMA), 2012, p.

²⁵⁶ “Patrimonium, & hereditas differunt; illo namque verbo res ipse, hoc jus patre relitum intelligitur”. (CÍCERO, *lib. I. Offic.* Apud BLUTEAU, ..., p. 323). Acrescenta Bluteau, que “todos os bens, que possui a Igreja, lhe foram deixados como a mãe *commua* dos pobres, para os Eclesiásticos serem os dispensadores deles, considerando, que os pobres são os membros místicos do corpo do Filho de Deus e que a estes miseráveis devem os Eclesiásticos uma parte das suas rendas”.

²⁵⁷ REBELLO, Yopanan C. P.; LEITE, Maria Amélia D. F. D’Azevedo. O tempo, a memória e o método. Revista Arquiteturas e Estruturas. Disponível Urbanismo www.revistaau.com.br/arquitetura-urbanismo/158/imprime48784.asp ac. 22/04/14, 13h50.

382). Observa que história aí é compreendida não como conteúdo de uma área de conhecimento, mas como *conceito*, propriamente, que se junta a patrimônio designado como uma *expressão*, descolada esta da significação etimológica original.

Patrimônio “da” humanidade? De certo modo subsumido em nosso recorte temático, mas de tratamento indireto quanto ao tombamento de São Luís, cremos oportuno mencionar aqui pelo menos mais um aspecto (além do apresentado acima, com Bergo de Carvalho), de importância crucial quanto ao patrimônio em sua dimensão “natural” e conforme vem tratado na Carta da Unesco, de 1972, que o define e em seu nome pratica as inscrições no Patrimônio Mundial.

Montysuma (2912, p. 384-85) pensa a Amazônia e chama a atenção para o sentido unescamente convencionado de “patrimônio da humanidade”: se é da humanidade, não poderiam outros povos que “tratam” e “convencionam” sobre a matéria, virem aqui reivindicar seus usos e sobretudo abusos? Transpondo para o campo geral do patrimônio cultural e natural, tal a expressão dos documentos internacionais, a proteção da Unesco sobre São Luís, por exemplo, poderia também ser tomada nessa chave? Montysuma admoesta tratar-se de assunto que muito ainda dará o que falar e tratar:

qualquer decisão, deliberadamente cheia das boas intenções que este mesmo mundo exterior decida tomar em seu nome, a pretexto de lhe preservar por preservar; preservar para servir de laboratório ao mundo acadêmico/científico; preservar como patrimônio da humanidade, ou dentro de qualquer outro prisma, deve necessariamente considerar o princípio da autodeterminação. As culturas ali ocorrentes operam numa lógica, ou em lógicas que fogem ao que o resto do mundo pensa. E não podemos, em nome de qualquer que seja a política, corromper tal princípio. E se a região pode ser pensada como patrimônio, é sobretudo integrada por gente que necessita dela sob seus desígnios, sem nenhum paternalismo.

Esse autor está se referindo à Amazônia e sua fabulosa monumentalidade natural e cultural. E demonstrou atrás, em sua análise, orientada em diversos estudos, a existência de um mundo habitado há cerca de milhares de anos, vivendo e manejando terra e floresta. Realça – e aqui cruza o trajeto de Risério e Anna Roosevelt, que atrás anotamos – a realidade historicamente ocultada do “papel ativo dos povos indígenas, sincronizados ou não conosco [...], compreendidos como edificadores daqueles ambientes florestais que, mesmo na invisibilidade proporcionada pela sombra das florestas atuam, inclusive, na fertilização dos solos que as sustentam”. Saber-se a Amazônia – expressão de *região* na acepção do natural e do legal – uma “hileia” coberta de

“florestas antropogênicas”, e não o “vazio” de povos, de culturas, de humanidade, que marcada propaganda divulga, tem potencial de mudar completamente as percepções e atitudes ignorantes que o conjunto do próprio Brasil possa ter sobre ela. E que setores econômicos e outras nações já o sabem, e até reivindicam a “proteção” da região, em nome “da humanidade” – “patrimônio da humanidade”.

Importa interpelar em nossa chave de estudo: essa que postula atualmente a “proteção” da Amazônia, trata-se da mesma “humanidade” em nome da qual a cidade de São Luís do Maranhão é “protegida”?

4 SÃO LUÍS - A POLÍTICA PÚBLICA DO PATRIMÔNIO: PROCESSOS E PRÁTICAS (ou) O Patrimônio Politicamente Tombado)

“Por isso devemos zelar por essas cidades [...] e evitar a visão fatalista do tudo se transforma, enquanto ao necessário fim das coisas”.

(SILVA F.º, 1998, p. 13).

4.1 Monumentalizar e tomar: a configuração da política pública do patrimônio

Discutindo o papel dos intelectuais criadores do Sphan, lembra Maria Cecília Londres da Fonseca²⁵⁸ que eles se ajustam ao Brasil pós-30 e suas reformas, as quais têm um cunho desviante da ideologia liberal e com efeito idealizam a nação como “indivíduo coletivo”, e não mais como “coleção de indivíduos”. Ora, é sabido que o Estado (“Novo”) assume aquele caráter de “organizador da vida social” do que sói afirmar que intelectuais tenham um papel relevante como agentes dessa organização e é ajustado a tal figurino que se instaura o órgão que cuidará da política pública do patrimônio no Brasil. E podemos dizer que o papel desses intelectuais se nutre do e acentua aquele caráter de liberalismo limitado²⁵⁹ da formação político-social brasileira.

Mas como intelectuais “modernistas” brasileiros hegemonizando o encaminhamento do órgão público que conservará as tradições, isto é, o patrimônio histórico e artístico? Lembra ela que a temática do patrimônio no Brasil surge assentada no “caráter ao mesmo tempo universal e

²⁵⁸ Tomamos aqui essa autora como referência, em sua obra *O patrimônio em processo*, na qual trabalha o conceito geral de patrimônio no escopo da produção do simbólico. Atribui o Iphan e suas políticas fundadoras a intelectuais “modernistas”, ditos de vanguarda. Entre outras, aponta uma questão central: o desafio de, numa sociedade tal a brasileira, saber-se o que é, efetivamente, uma política pública de patrimônio. Enuncia como objetivo do seu estudo “o processo de construção do patrimônio histórico e artístico no Brasil, considerado enquanto uma prática social produtiva, criadora de valores em diferentes direções...”. Analisa o papel, nessa construção, não somente da política institucional e de seus agentes, mas também a participação da sociedade, como os seus diferentes grupos dela se apropriam. Busca construir – diz – sua perspectiva –, operando metodologicamente o conceito bourdieiano de *campo* – para examinar algumas dicotomias evidentes tais público e privado, tradição e modernidade, cultura e política, Estado e sociedade. Tem como ideia-força a compreensão das formas de pensar e agir dos grupos intelectuais imiscuídos no Estado na etapa original Sphan (de Melo Franco) e no CNRC (Aloísio Magalhães). Trabalha a perspectiva “primordialmente histórica” distinguindo categorias universais tipo memória, tradição, monumento, e de formulações particulares – como patrimônio e preservação...”. (FONSECA, 1997, p. 19).

²⁵⁹ Ideia esposada entre outros por Emília Viotti da Costa em seu *Da monarquia à república*, quando reflete sobre a escravidão como óbice à livre realização do ideário liberal no Brasil, limite que se projeta na formação brasileira para além da monarquia escravista, modelando a República. (COSTA, 1999, p. 29-31).

particular das autênticas expressões artísticas e a autonomia relativa da esfera cultural em relação às outras esferas da vida social” (FONSECA, 1997, p. 98-99), pressupostos do Modernismo que os criadores do SPHAN puseram em curso sob o Estado Novo. A particularidade brasileira, no caso, remete ao acervo da tradição do barroco colonial, avultado a partir de Minas Gerais, cuja preservação fora convertida por essa época numa bandeira a unificar praticamente os chamados modernistas e tradicionalistas, significando a verdadeira expressão artística a identificar o passado da nação. Mas a hegemonia, como se viu, foi de intelectuais que assumiam, então, “posturas claramente inovadoras”, ao contrário de outros países, notadamente da Europa, em que as políticas do patrimônio estavam identificados com uma concepção passadista e conservadora de cultura” (FONSECA, 1997, p. 105). Tem-se em Mário de Andrade, por exemplo, uma grande referência das maiores e mais acatadas nesse contexto, havendo quem sustente que suas posições chegam a ser prenunciadoras de preceitos da Carta de Veneza, de 1964,²⁶⁰ além de para ele ser a defesa do “patrimônio histórico e artístico” uma forma de alfabetização (FONSECA, 1997, p. 111). Entendia ser papel do poder público tornar acessível à população inteira idêntica fruição estética a que só tinha acesso a elite, através da divulgação das produções artísticas em todos os campos.

Por essa época, todas as iniciativas do SPHAN nascente e tendentes à preservação – além do conceito de monumento articulado pela Carta de Atenas (1931) – esbarravam no direito de propriedade, ferreamente assentado no sistema constitucional, que, enfim, seria substituído em 1934, a nova Constituição acolhendo o princípio da “função social” dela e desde quando abertas ficaram as oportunidades de se avançar nessa questão. O instituto do tombamento foi uma espécie de solução negociada com vistas às políticas de preservação que então ganhavam corpo. E nessa fase, muitos tombamentos impulsionados pela iminência de desaparecimento do bem, o que ajuda explicar a preferência aos remanescentes da arte colonial (FONSECA, 1997, p. 117). Ameaça de destruição em face da rápida urbanização afigurada a partir dos anos 1930.

Há que se examinar melhor, nesse ponto, sobre as percepções relativas aos monumentos históricos e artísticos que evocavam o tempo colonial nas diversas regiões brasileiras. Afinal, a década de 30, além de reivindicar, sinalizava uma ruptura com o Brasil antigo, e nessa perspectiva, a influência da presença portuguesa – tida por arcaica – ia sendo “substituída pela francesa, pela inglesa, e já então pela norte-americana”.

²⁶⁰ Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios. II Congresso internacional de arquitetos e técnicos dos monumentos históricos (Icomos).

E como os modernistas dos anos 20 – acentuadamente a classe média nascente – enfrentariam essa questão tendo que revalorizar um passado “primitivo” tal o colonial brasileiro? E como ficaria São Luís, e sua essência “colonial” sobrepujando em tudo, particularmente na arte arquitetural e até nos modos de sua condição literalmente insular em relação ao mundo lusitano, apesar da emergência do mito fundador francês então em forja avançada? Na compreensão desse processo, parece avultar a embasante conceitual de “civilização” e “cultura material”²⁶¹ de valor histórico²⁶² que se trará ao centro das decisões atinentes ao patrimônio a preservar e aqui se terá elementos para afirmar a superioridade portuguesa e já então associada à identidade da nação – no caso, em relação às tradições culturais da terra, indígena e afro, que teriam deixado poucos vestígios materialmente aferíveis. E as obras arquitetônicas sobrepujarão por melhor identificáveis e socialmente reconhecíveis.²⁶³ Identificáveis com o padrão de percepção dos arquitetos modernistas que vislumbravam afinidades dos princípios construtivos coloniais com os da arquitetura modernista. E reconhecíveis também pela comum recepção delas enquanto portadoras de beleza. Afinal, apesar do sempre invocado valor histórico, “a constituição do patrimônio no Brasil foi realizada a partir de uma perspectiva predominantemente estética” (FONSECA, 1997, p. 127). É recentíssima a presença de historiadores e cientistas sociais no Sphan, hoje Iphan.

Dos anos 1930 aos 1960, ainda que atuando em cenários politicamente diferenciados, tal o Estado Novo, o regime constitucional de 1945-64 e as décadas do Regime de 64, a atuação do órgão federal de proteção do patrimônio não passou por mudanças de monta, fato que, para alguns, revela a desimportância do tema e da própria cultura entre as opções dos atores sociais (FONSECA, 1997, p. 157).²⁶⁴ Aquela influência de intelectuais de inclinações modernistas no sentido vintano seguiria a dar sentido às ações do Sphan, até após a ditadura de 64, e o cenário

²⁶¹ Conceito que no âmbito do discurso cultural brasileiro do tempo foi fixado por Afonso Arinos de Melo Franco. Fonseca lembra, a propósito, uma série de conferências sobre o tema proferidas por Franco para o corpo técnico do próprio Sphan, nos idos de 1941. (FONSECA, 1997, p. 118).

²⁶² Valor histórico inerente à percepção do “histórico” tal o que se refere ao protagonismo da dominação que o vincula.

²⁶³ “Diante do conjunto de bens produzidos pelos diversos grupos sociais e apesar da evolução da ‘noção’ que o patrimônio vem adquirindo, a arquitetura ainda constitui o principal testemunho da ‘memória’ e da ‘história’ das cidades. Talvez por isso, não é qualquer edificação que pode ser vista como no Brasil, onde o destaque é para os ‘as grandes edificações’, as habitações da ‘elite’, enquanto os resquícios das classes populares não têm a ‘necessidade’ de serem registros de passado das moradias populares que se deseja ocultar (SILVA, 2010, p. 55). Essa autora cita Florestan Fernandes (1993, p. 275), para quem houve uma “política de patrimônio que preservou a casa-grande, as igrejas barrocas, os fortes militares, as câmaras e cadeias, como as referências para a construção de nossa identidade histórica e cultural e que relegou ao esquecimento as senzalas, as favelas e os bairros operários”.

²⁶⁴ Fonseca cita, nesse passo, Joaquim Falcão.

chamado de “pós-modernidade”, com as implicantes desse debate permeando uma parcela do mundo intelectual e artístico brasileiros. A Constituinte de 86/88, mais pela ação de setores do próprio Estado que da sociedade em seus outros níveis de articulação, inscreve dispositivos muito importantes – 215 e 216 – sobre o patrimônio. Fonseca acentua que a exceção mobilizadora veio dos “movimentos negros” e do Partido dos Trabalhadores. E neste, pela “atuação marcante” do deputado Florestan Fernandes, parlamentar do único partido, o próprio PT, que antes, em 1984, formulara uma “proposta específica para a cultura, no documento Política Cultural, de autoria de Marilena Chauí, Antonio Candido, Lélia Abramo e Edécio Mostaço” (FONSECA, 1997, p. 156). A ação do Sphan ficou por mais de quarenta anos sem se renovar, porém, “tecnificou-se”, na expressão de Antonio Augusto Arantes, mantendo-se ele um órgão respeitado, mas sem força, de pouca capacidade de articulação política, que tivesse implicação, por exemplo, numa alocação de recursos orçamentários mais vigorosa (ARANTES, 1987). Fonseca acentua, porém, que essa relativa respeitabilidade, associada à falta de força, pode ser explicada num contexto em que pelo menos um inimigo do Sphan atua em sentido contrário a ele: a especulação imobiliária. E lembra que os adversários das ações de proteção já não “são mais os vigários obtusos e os prefeitos ‘modernosos’” (1997, p. 158), mas essa poderosa força ligada a um determinado padrão de expansão das cidades brasileiras no período e as opções construtivas em voga.

A partir de 1950/60, a ideologia *desenvolvimentista*²⁶⁵ expressa no modelo de desenvolvimento então intentado no Brasil, atrelou o nacionalismo aos valores da “modernização”, com consequências sombrias, nesse novo reino da especulação imobiliária urbana. É o cenário em que aparece a Unesco (ainda nos anos 60) em socorro do Sphan, impelido a assumir novas posturas no coração da máquina de governo e sua relação com a sociedade. O órgão respeitado por praticamente todos os setores da organização da cultura, com reconhecimento e apoio desse e de outros órgãos internacionais, agora teria que atuar num palco de disputas mais complexas, com o exercício do diálogo mais amplo com a sociedade e o próprio Estado, do qual é parte.

Referindo-se a esse “diálogo” e a esse tirocínio “negociador” – Fonseca, que vimos seguindo de perto neste passo – afirma que se buscaria a conciliação de interesses com interlocutores, demonstrando e persuadindo-os da relação entre valor cultural e valor econômico,

²⁶⁵ “O desenvolvimentismo foi uma resposta aos desafios e oportunidades criados pela Grande Depressão dos anos 30. Os projetos nacionais de desenvolvimento e industrialização na periferia nasceram no mesmo berço que produziu o keynesianismo nos países centrais”. Eis a concepção dita que se utiliza neste estudo. Disponível em: http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID_S=72 ac. 08/05/2014, 20h14.

isto é, de “que os interesses da preservação e os do desenvolvimento não são conflitantes mas, pelo contrário, são compatíveis”, a exemplo da consideração dos “bens culturais enquanto mercadorias” (1997, p. 159-160). É desse contexto, as Normas de Quito (1967) e, no Brasil, o Compromisso de Brasília (1970) e o Compromisso de Salvador (1971), reuniões de governadores com decisões relativas ao Patrimônio, donde o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), em 1973. Dessa tomada de posições resultou a criação de órgãos de articulação em nível estadual e depois municipal, conservando-se, porém, o já tradicional órgão federal senão uma referência maior, como carro-chefe de toda a política. Mas estava em curso, de fato, a descentralização e daí uma intensificação de iniciativas em vários lugares. Interessante observar que o citado PCH tinha já como objetivo “criar infraestrutura adequada ao desenvolvimento e suporte de atividades turísticas e ao uso dos bens culturais como fonte de renda para regiões carentes do Nordeste, revitalizando monumentos em degradação”.

Em 1975, uma entidade paraestatal, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC),²⁶⁶ adensa o debate das políticas culturais, com forte impacto nas ações do Iphan, constituindo-se num vetor de crítica e deslocamento de conceitos referidos a certa visão do “nacional” como expressão da monumentalização luso-brasileira-colonial, abrindo também a uma patrimonialização de bens da “cultura popular”,²⁶⁷ algo que se colocava de maneira mais insistente a partir dos os anos 60/70. PCH, CNRC e Iphan ganham força junto com as ideias de avançar as políticas do patrimônio e consoante as impulsões do desenvolvimentismo nacional-autoritário de Geisel, convertem-se em proposições e políticas públicas reais. Ficara para trás tudo o mais em função de nova articulação do binômio cultura/desenvolvimento, além do conceito de bens culturais e produto cultural, alargando o sentido de patrimônio histórico. Fonseca observa que o conjunto dessa política arrimada em novos conceitos e na resultante de geração de valor econômico, no limite, articulava “uma mediação politicamente relevante entre cultura popular e o interesse nacional”. Avultou o sentido histórico e artístico das manifestações populares, fundadas em tradições pré-industriais, que noutra forma de dizer mais consentânea ao jargão dos especialistas, passou do patrimônio de “pedra e cal” para essas outras expressões de bens culturais mobilizáveis. Desde então, de preservação do patrimônio cultural enquanto

²⁶⁶ Entidade idealizada por Aloísio Magalhães, artista plástico e agitador cultural de muita influência nos anos 70, começo dos 80, tendo então ocupado a presidência do Iphan. A articulação político-cultural do CNRC resultou na criação da Fundação Pró-Memória, e mais tarde no próprio Ministério da Cultura.

²⁶⁷ Aqui tomada em oposição à cultura erudita, isto é, referida àquele saber não havido de escolas e academias, por exemplo, no Brasil, o que opõe “música clássica” de origem europeia e “música popular”, de raízes brasileiras; as chamadas artes plásticas e as artesanias. Oposição que denota hierarquia de valor entre uma e outra.

expressão de coisa erudita para as fruições de poucos, passou-se a praticá-la como algo com outras funções, além da cultural, mais expressivos de um exercício cidadão inclusivo das camadas populares. De tudo se extrairia valor econômico, eis a inspiração aloisiana, que disseminava a ideia de “dinamização da memória nacional” ao invés de simplesmente coletar e preservar (FONSECA, 1997, p. 172 e 179).

É importante realçar que a trajetória do Sphan/Iphan,²⁶⁸ entre as décadas de 1930 e 1980, e de certo modo a expressão mais visível do que operou, foi liderada por duas figuras emblemáticas do debate das políticas públicas de cultura no Brasil: Rodrigo de Melo Franco de Andrade (cujo papel já está caracterizado no presente trabalho) e Aloísio Magalhães. Este entra em cena após Andrade, tendo passado pelo citado CNRC, Pró-Memória, MEC e Iphan, lugares donde fixou conceitos e assentou diretrizes até hoje claramente identificáveis. Aquela sobrefalada mediação política entre cultura popular e interesse nacional, pensando o desenvolvimento brasileiro, exprime o essencial dessa orientação. Mas essa orientação emanava de um governo ditatorial e em franca deslegitimação popular e aí mais uma vez – a primeira fora com o próprio Andrade no Estado Novo – um intelectual bem articulado domina o cenário das políticas ligadas ao Estado no campo da cultura. E o setor mais impactado pela dita orientação será é o do patrimônio cultural (histórico e artístico), pois cedo Magalhães assumiu posições tidas por inovadoras no campo da constituição das referências sobre a memória nacional e os sentidos de proteção dos bens culturais para além dos tombamentos, focando a “produção” desses bens e sua oferta acentuadamente no mercado da chamada indústria do turismo. Embasando sua concepção de produção artística no campo da pintura, por exemplo, lembrava ele que “uma cultura é feita de elementos compostos do passado que são vistos pelos homens transitórios do presente e que desenham o caminhar projetivo”. E para onde se inclinava essa direção “projetiva” dele? “A aceleração do nosso processo de desenvolvimento é inevitável, é inevitável a cópia e absorção de modelos [mas é] imprescindível que ao lado deste desenvolvimento exista sempre, constantemente, o aferimento dessas modificações, dessas alterações rápidas, o aferimento disso à luz dos valores próprios da nação, dos segmentos que são criados ao longo do processo histórico...”²⁶⁹ Como se nota,

²⁶⁸ Criado originalmente com a denominação de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelo Decreto-lei nº 25, de 30/11/1937, denominação primitiva do atual Iphan.

²⁶⁹ Discurso de Aloísio Magalhães recepcionando o general João Figueiredo, ocupante da presidência da República, em 12 de novembro de 1979 (cf. <http://aloisiomagalhaesbr.wordpress.com/historia-da-arte/xxiii-coloquio-do-comite-brasileiro-de-historia-da-arte/> ac. 12/11/13, 15h39).

em uma época na qual nem se ouvia falar em globalismo/globalização, tão em foco atualmente [Magalhães], lúcido, já antevia a necessidade das trocas de bens simbólicos e materiais, assim como a adaptação dos mesmos ao nacionalismo brasileiro. Para Aloísio, o artista não copia, ele modifica, soma, subtrai [e não] o faz indistintamente. Rafael copiou Perugino, Tiziano copiou Giorgione, Miguel Ângelo e Leonardo copiaram os gregos e o próprio Magalhães se inspirou em Klee e Escher.²⁷⁰

E não é de outro, senão Klee, a famosa pintura *Angelus Novus*, na qual Walter Benjamin viu a figuração do “progresso na história”. Relevante tentar seguir em direção as raízes dessa linhagem do pensamento de Magalhães, que bebeu, em pessoa, nessas fontes e nos debates europeus, em sua formação artístico-intelectual.

A questão é que talvez essa obra de Klee não tivesse alcançado tanto reconhecimento como uma das obras de arte mais significativas do começo do século XX se não tivesse fascinado tanto Walter Benjamin. O olhar alerta e furioso do anjo, suas asas abertas que nos lembram também garras afiadas e os dentes à mostra de modo que mais parecem presas, para Benjamin, configuram uma poderosa imagem da história. Os seus olhos enxergam a imensa série de massacres e catástrofes promovidas pela humanidade ao longo do passado. Impotente, ele não pode voltar para redimir os mortos e limpar essas ruínas sob as quais jazem incontáveis cadáveres. Um vento misterioso o arrasta em direção ao futuro. Através dos olhos de *Angelus Novus*, Walter Benjamin, na obra *Magia e técnica, arte e política*, viu uma poderosa imagem da história caracterizada pela mistura dos tempos e pela barbárie que existe por trás das conquistas da civilização europeia. (AZEVEDO, 2009).

Aloísio Magalhães (que deflagrou, em pessoa, como se verá, um dos principais programas dessa política para a Praia Grande, em São Luís) tinha forte predileção por Paul Klee e este parece repontar de sua alma inquieta como tocador de projetos intensos e criativos realçados em sua passagem pela máquina de governo. Aquele sentido de tombamento dos bens culturais, qual congelamento, dará lugar a esses novos sentidos e práticas das políticas públicas para o patrimônio e no caso de São Luís, Magalhães será um puxador das mobilizações. E todas essas transformações a partir dos anos 80 levam ao ajustamento das citadas políticas às exigências dos fluxos do mercado cultural-turístico, seu novo motor, inserto (ou integrado desigualmente) num mundo “globalizado”. E nada mais sendo que o pressuposto em curso de que desenvolvimento econômico e cultura não são mutuamente excludentes, a conformação do que Magalhães chamava de “dinamização da memória nacional”, assim articulada a partir da percepção que expôs, metaforizando o tempo e o bodoque, de que “a previsão ou antevisão da trajetória de uma cultura é diretamente proporcional à amplitude e

²⁷⁰ Disponível em: <http://aloisiomagalhaesbr.wordpress.com/historia-da-arte/xxiii-coloquio-do-comite-brasileiro-de-historia-da-arte/> ac. 12/11/13, 15h39.

profundidade de recuo no tempo, do conhecimento e da consciência do passado histórico. Da mesma maneira como, analogicamente, uma pedra vai mais longe na medida em que a borracha do botoque é suficientemente forte e flexível para suportar uma grande tensão, diametralmente posta ao objeto de sua direção” (apud FONSECA, 1997, p. 203-204). Essas formulações de Magalhães, lembra, repontariam mais tarde nos artigos 215 e 216 da CF.

Pode-se falar de participação democrática no encaminhamento das políticas públicas do Patrimônio a partir de Aloísio Magalhães? Relembre-se que a chamada transição democrática no Brasil, em sua fase militar, foi o cenário dessas mudanças, que ocorrem permeadas de grandes debates e aflorações outras das bases da sociedade, haja vista o processo constituinte e o desaguar dos movimentos sociais e suas demandas marcando sobretudo a década de 80. Como que quase tudo “politizou-se”²⁷¹ nesse contexto que pretendeu refundar a República, as políticas públicas no campo cultural e, em particular, as do patrimônio, tiveram suas reorientações. Com efeito, o discurso de “instrumentalizar a cultura visando a fornecer indicadores para o ‘desenvolvimento harmonioso’ [do qual falara Magalhães], já na segunda metade da referida década [deveria ela ser agora colocada] a serviço da correção das desigualdades econômicas e sociais que caracterizavam a sociedade brasileira” (FONSECA, 1997, p. 192), em sinal da referida politização. Sinal reiteradamente evidenciado também quando se torna então recorrente a busca da democratização da política cultural pela participação comunitária nas decisões da área, aliás, consoante as próprias *Diretrizes* que o MEC promulga em 1981.²⁷²

Volte-se a uma pergunta-chave: por que essa política pública de proteger/tombar/preservar? Como se viu, antes ela é a produção e fixação, pelos estados nacionais, de uma identidade nacional. Qual o argumento legitimador dessa ação estatal? A de que os valores culturais têm uma dimensão universal, portanto, de interesse público em detrimento do interesse particular, isto é, noção de um interesse para além de governo e do próprio Estado. Depois, deslocados os sentidos primeiros de “identidade nacional”, idem, de “interesse nacional”, sobrevém, como já se viu, a afirmação de novas identidades coletivas e coletivamente elaboradas, tudo isso se operando num contexto em que avulta a consciência dos direitos culturais, inclusive de minorias excluídas que o processo da modernidade insignificou. Note-se que, a diminuição da ênfase nessa espécie de valor de nacionalidade, abrirá desde então o campo para atuação de estados e municípios construindo suas próprias políticas públicas,

²⁷¹ Para Gabriel Cohn, esse percurso marcou a passagem da “subordinação do processo cultural à ‘segurança nacional’ à consideração da sua dimensão política” (apud FONSECA, 1997, p. 193).

²⁷² Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC.

assentadas na aferição dos valores da localidade, da municipalidade. De maneira geral, as lutas do tempo final dessa transição (segunda metade dos 1980) adensam e aprofundam a prática dos direitos humanos no Brasil e logo a relação cultura e desenvolvimento agregará a *cidadania* como mais um elemento que a pauta dos movimentos sociais põe como central. Todavia, observa Fonseca, ainda nessa fase das demandas de tombamento, e pelo menos a chegada dos 1990, não se verifica mobilização de grupos sociais em busca de tombamento, continuando esse proceder endógeno ao Iphan, ou no máximo, iniciativa de outros entes federativos, segmentos estatais ou de agentes públicos isoladamente. Essa autora, escrevendo em 1997, assevera que o “boom de associações que ocorreu no Brasil a partir da segunda metade da década de setenta ainda não chegou ao patrimônio”, salvo exceções e com características muito peculiares, caso da Serra da Barriga, em Alagoas. Esse tempo também marca importantes deslocamentos no escopo das percepções/noções e força social operativa de *valor histórico* e *valor artístico*, notando-se nisso rupturas significativas em relação a fases anteriores da atuação do órgão federal central com essa atribuição – o próprio Iphan. Particularmente quanto ao valor histórico, esta concepção se alargará muito – já se o disse – em função da ruptura com a história meramente factualista que impunha um padrão de escolha dos bens a tomar, excludente, em geral, de referenciais dos interesses populares historicamente dados. Pode-se até dizer que a história dos anônimos, para cuja compreensão se faz necessário ler os “desertos”²⁷³ deixados pela dita historiografia factual, heroizadora. Ora, a chamada Nova História, pós *Annales*,²⁷⁴ com muita influência no Brasil, enseja leituras em chave multidisciplinar, o que concede a abertura para se fundamentar o tombamento não mais de um palácio ou outro monumento, isoladamente, mas fazê-lo de conjuntos urbanos inteiros e entorno, paisagens, além de plúrimas linguagens arquitetônicas e urbanísticas.

²⁷³ Expressão de Luís Fernando N. Franco, do Iphan, trazida por Fonseca (1997, p. 225).

²⁷⁴ Movimento de ruptura no campo da historiografia, centrado na França, com forte influência na elaboração respectiva a partir da quarta década do século passado. Sua referência articuladora maior é uma publicação feita em Estrasburgo, intitulada *Annales d'histoire économique et sociale*, tradução direta e deliberada de outra revista, alemã, *Vierteljahrschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte*. “O título não era apenas um meio de identificação [do movimento] com uma corrente antiideográfica paralela na Alemanha; era também um programa. Esse título evidenciava que aquela publicação enfatizaria o econômico e o social, implicitamente por serem mais duradouros, mais importantes e mais fundamentais que o político e o diplomático, foco normal da maior parte dos textos históricos”. (WALLERSTEIN, 1996, p. 18). Um dos seus líderes, da chamada de segunda geração, diz, foi Fernand Braudel, que formulou o modo de se pensar a construção social do tempo e das temporalidades. “Tempos sociais de *structure*, *conjuncture* e *événement*”.

Está nesse escopo, pois, a noção de Centro Histórico,²⁷⁵ tão relevante no tratamento do patrimônio quando se trata de São Luís. O tombamento de sítios urbanos inteiros, e não mais somente de monumentos isolados e bens móveis, passa a orientar cada vez mais as ações do Iphan, com aquela noção de que protegê-lo se justifica desde que ele constitua uma “criação notável e representativa da vida e da organização social de um povo, em determinada fase de sua evolução”. Aliás, essa visão de Franco, repita-se, articula a visão dos modernistas, sintetizadas em Mário de Andrade. Até a articulação de cidades e entornos, paisagens e condições naturais, a exemplo de São Luís, Alcântara e a baía de São Marcos. Aliás, articulação de patrimônio cultural e patrimônio natural (CHOAY, 2006, p. 14). Centro antigo, a cidade de ontem, colonial, agora feito *patrimônio histórico* é o objeto maior da política pública de hoje, sobre a qual incidem as ações da proteção oficial, traduzidas em restauro, requalificação – e como se diz vulgarmente, em *reviver*.²⁷⁶ Revisitemos e “revivamos” esse processo, na espécie.

²⁷⁵ Citando direta e indiretamente Arantes (2000, p. 31), Geórgia Silva diz que este “reconhece que [a] estratégia de exaltação do centro antigo não se dá por acaso, haja vista que ‘rentabilidade e patrimônio cultural se dão as mãos nesse processo de revalorização urbana sempre, evidentemente, em nome de um alegado civismo’. É a partir desses aportes que se toma, numa perspectiva geral, o momento histórico da emergência do centro antigo como estratégia da produção do espaço nos circuitos de acumulação capitalista, espaço esse que, além de produto, se torna produtivo na lógica de reprodução do capital [acrescentando que, como] os centros antigos deixaram de ser interessantes para as classes dominantes, assistiu-se ao êxodo de instituições, bancos, repartições públicas para áreas consideradas atualmente mais atrativas. Consequentemente, essa conjuntura fez com que as áreas consideradas centrais tradicionais fossem desprestigiadas pelo poder público, que reduziu a aplicação de recursos em serviços básicos para realizar benfeitorias em outros lugares propícios à maior especulação imobiliária. Com pouca vitalidade, o centro antigo passou a ser visto como um problema dado à criação de novas centralidades. De acordo com cada situação específica, os padrões de uso e ocupação daquelas áreas urbanas antigas foram sofrendo alterações e modificações e, nesse sentido, tornaram-se um entrave para a cidade, já que a rede intraurbana ficou subutilizada, com pouca manutenção...” (SILVA, 2010, p. 35 e 39).

²⁷⁶ Acrescente-se àquelas indagações anteriores mais esta: como estava a questão da preservação do patrimônio em São Luís, nesse cenário de 70-80, que se pode caracterizar como de transições, nas políticas públicas no campo da cultura, além da mudança do sentido de nação? Pista, com mais perguntas, de Lucia Lippi: “... se todos os meios, princípios e objetivos da cultura moderna – que tanto almejamos e queremos redistribuir para todos – são internacionalistas, cosmopolitas, não estarão os defensores da nação fora do tempo? Se a nação religou os homens na modernidade, o que os religará agora? Qual é o sentido da construção de uma ideologia nacional nos tempos atuais? Em nome de que valores, princípios, interesses os intelectuais se lançariam em um esforço de construção simbólica de âmbito nacional? [...]. Pode o indivíduo moderno hoje, solto das amarras do pertencimento à nação, viver uma totalidade que dê sentido ao esforço cotidiano de viver? [...]. O retorno da religiosidade, da espiritualidade, do misticismo parece ser um indício de que os seres humanos não permanecem muito tempo presos numa jaula de ferro”. (Apud FONSECA, 1997, p. 227-228). O culto do patrimônio expressaria uma outra mística?

3.2 A construção da política pública do patrimônio: do Iphan para o Maranhão

“... mais do que nunca, enquanto nos engajamos no irreversível processo de avanço da tecnologia e da modernização das economias em escala mundial, devemos também, destemidamente, pesquisar e preservar as peculiaridades locais, as tradições sociais populares, a personalidade de nossa gente, a cultura de nosso povo, como antídoto elementar à universalização indiscriminada de uma cultura globalizada.”²⁷⁷

Já foi ressaltada a primeira ação do Iphan no Maranhão, concernente ao tombamento e proteção de bens historicamente referenciados, já em 1940, no primeiro grande esforço de uma ação coordenada, do tipo, com abrangência em todo o território nacional. Há referências ainda nos séculos passados sobre cuidados e preservação de cidades e outros bens artísticos em Portugal, no Maranhão e no Brasil. Nada, porém, que denote o sentido de “uma política” sobre eles. De São Luís, em 1940, foram tombados o “Sambaqui do Pindaí”²⁷⁸ (19/01/1940), a “Capela de São José [da Quinta] das Laranjeiras” e Portão da [dita] Quinta (16/04/1940) – (PEREIRA, 1997).²⁷⁹ Outros, como se verá, o foram da década de 1950 em diante. O próprio Centro Histórico da cidade também o foi, em seu conjunto, tudo confluindo para a patrimonialização mundial de 1997.

Essas ações governamentais relacionadas ao patrimônio histórico-cultural são, pois, no primeiro momento, expressão de decisões tomadas em nível nacional, do Iphan, e somente mais tarde o Estado-membro e o município serão instados a criar órgãos em suas burocracias para partilhar o encaminhamento de tais ações na área. E não se deve esquecer que tais decisões federais emanam impositivamente de um ambiente político-institucional francamente centralista – o Estado Novo – o que faz lembrar, com Ana RUA, a contrário senso, que, em regimes democráticos a implementação das políticas públicas é, em geral, mais complexa (RUA, 2011, p. 13). E complexa, antes de tudo, quando envolve mais de um nível de governo ou diferentes regiões e os vários setores de atividade afetos, caso da patrimonialização histórico-cultural e seu imperativo de ser sustentável, isto é, de atender expectativas de ganhos reais (dos

²⁷⁷ Roseana Sarney, em Prefácio (SILVA F.º, 1998, p. 9).

²⁷⁸ O primeiro tombamento de um bem isolado no Maranhão recai nesse sambaqui, na zona rural de São Luís, hoje pertencente ao município de Paço do Lumiar, em Upaon-açu. “Tombamento Federal do Sambaqui do Pindahy, Processo 211-T-39; Inscrição nº 6, Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, fls. 02, 19/01/1940” (UNESCO, 1998, p. 104).

²⁷⁹ Também a Fonte do Ribeirão e o Altar-mor da Sé – e até Alcântara (1948).

empreendedores empresariais lucrativos) e simbólicos (reprodução da mítica cultural e suas manifestações).

As transformações sociais verificadas no Brasil naquela década inaugural do getulismo põe a questão da defesa desse patrimônio em pauta, na medida em que se afiguram os imperativos e as percepções de ruptura calcadas em certa ideia de *modernização*, com forte impacto sobre as cidades brasileiras. Não esqueçamos que a defesa da preservação do patrimônio nacional e a própria criação de órgãos estatais para encaminhar-lhe as políticas atinentes é demanda elaborada, por exemplo, entre os já referidos “modernistas” da Semana de 22.²⁸⁰ Mas anote-se que já na Europa liberal oitocentista é, lá, questão recorrente no debate cultural, em geral, e, em particular, também no debate do que se poderia chamar, naquele tempo, das “políticas públicas” respectivas.

Situada e mantida na periferia do capitalismo,²⁸¹ São Luís foi alcançada por essas primeiras medidas protecionistas do patrimônio –o tombamento–, mas ao que parece somente décadas depois seriam seus dirigentes públicos demandados a formular e implementar uma política a ele concernente. Internamente, em que pesem os sinais de certo apego e identificação extremados de parte de seus moradores em relação a sua antiga e dantes “esplendorosa”²⁸² cidade, parece inexistiam, antes e então, pressões demandantes dessa política. Uma vez deflagrada, com as implicantes estruturais – “macro urbanas” – que lhe são próprias, além da ação da esfera pública, outros atores assumem o protagonismo dela, sobretudo os que são imediatamente afetados – a parcela de proprietários/usuários diretos do espaço – e, em especial, quando se trata do tombamento de parte do referido Centro Histórico. Protagonismo que se afigura, em certo sentido, conflitivo com a vontade estatal.

Utilizando-se um termo exógeno, mas em voga na literatura, que vai se afirmando também entre nós, que Frey (2000, p. 226) lembra como *policy cycle*, ou elemento caracterizador de dado conjunto de ações de política pública, em que momento se pode afirmar o incremento em São Luís dessa política para o patrimônio histórico? E o que dizer sobre o que ele chama de

²⁸⁰ Vem das manifestações desse movimento cultural a objetivação, na década seguinte, da criação do Sphan e da política pública que decorreu de sua criação. Mário de Andrade, por exemplo, tem participação relevante nessas iniciativas.

²⁸¹ Expressão consagrada por Roberto Schwarz, em sua obra clássica *Um mestre na periferia do capitalismo* (1990).

²⁸² Não é de hoje que a população sanluisense, mais acentuadamente sua parcela culta, cultiva evocações de pertencimento a uma cidade que outrora vivera uma “época” de glória e “agora” estaria vivendo um tempo de *decadência*. Este, aliás, um conceito utilizado pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida para examinar o discurso sobre as percepções concernentes à crise da lavoura maranhense nas primeiras décadas do século XIX.

“civic cultura” (FREY, 2000, p. 235) ou “cultura política”, no caso ludovicense, seria um tipo “paroquial” ou tipo “súdito”? Tida por “cultura” a São Luís secular por uma parcela de sua gente, em que/como enquadrar o sentido de pertencimento/tradição dessa cidade, enquanto inspiração, formulação/implementação de tal política pública? Grosso modo, como vai ficando dito em várias partes do presente estudo, sua política de patrimonialização ganha significado a partir da década de 1940, acentuando-se nos 70 e com bastantes resultados já pelo final dos 80. Nesse lapso temporal intensificam-se as inquietações sobre o arruinamento do conjunto predial secular, fixam-se os primeiros atos de tombamento, vários esforços e programas, enquanto que, no essencial, percebe-se mudanças nas percepções medianas da população de que o “antigo” deve ser preservado e até mesmo que pode ser rentável à cidade, com implicações na autoestima dos seus moradores. A construção, por exemplo, no meio do sítio e “traça”²⁸³ de Frias, do edifício BEM (Banco do Estado do Maranhão), à rua do Egito com Afogados, no começo dos anos 1960, seria hoje consentida pela população, a mídia e outros atores coletivos?

Diga-se mais sobre o caso específico de São Luís, que a década de 40 colhe a cidade em processo de crise econômica e, e certo modo, também de valores, decorrente do chamado “rodoviarismo” do período getulista – no caso do Maranhão, ferrovias, idem – implicando no esvaziamento de cidades portuárias, sendo a capital maranhense exemplo evidente disso, acentua Silva (2010, p. 20). O centro velho, tão filho genuíno das interações com o mar, dará lugar em movimento a outras zonas que se vão configurando, consoante as mudanças no padrão e dinâmica da acumulação capitalista do tempo. Tudo implicará no despertar de novas percepções sobre tais “centros velhos”, sobretudo traduzidas numa espécie de “estetização do patrimônio cultural” (Hang, 1997, apud SILVA, 2010, p. 21) via “revitalização”, expressão de sentido ideológico que somente se aprofundará pelas décadas seguintes, chegando ao tempo presente; sob vários aspectos uma época de transformações mais profundas no campo mesmo da produção material e mental sob o signo neoliberal (v. cap. 1). Dito de outra maneira: aquela parte da cidade como que morreu no sentido da produção de valores correntes no mundo mais vigoroso das trocas. Contudo, como que renasce, agora como espécie de dinâmica absolutamente sutil “de vida social congelada numa espécie de cartão postal” (Zukin, 2000, apud SILVA, 2010, p. 32). Ou ainda, nesse inventário de sentidos, como alude Fortuna, a “reconversão” das cidades dominadas com base em seu passado, cultura, etc.” (FORTUNA et ali, 2003, apud SILVA, 2010, p. 32).

²⁸³ Conceito corrente entre os geógrafos e historiadores-arquitetos para designar os planos originais de cidades intencionalmente criadas como tarefa de especialistas, caso de São Luís, com sua “traça” desenhada, quando de sua fundação, pelo engenheiro militar Francisco Frias.

Pensando, pois, o Brasil do tempo do varguismo, anos 1930, vê-se as mudanças ideológicas se afigurarem numa consciência coletiva da necessidade de tombar e conservar, mas em São Luís, consoante o estado dos estudos feitos até aqui, e a despeito do lastro cultural que a cidade sempre exibiu,²⁸⁴ essa atitude não se manifesta de maneira tão clara em nível de parcelas mais amplas da população. Acrescente-se que tal consciência amplamente expressa serve de arrimo à política pública respectiva e que ainda estava por se fazer questão enquadrável entre as preocupações de governo, pois visíveis quanto invisíveis, os atores sociais de maior peso de decisão no contexto, não colocavam à mesa a dita agenda.

Mas não deixa de constituir marco significativo nessa questão a atribuição dada aos estados-membros pela inovadora Constituição brasileira de 1934, que dispôs, no artigo 148 que cabe “à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das Ciências, das Artes, das Letras e da Cultura em geral, proteger os objetos de interesse e o Patrimônio Artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual”. Tendência aparentemente correta essa dos constituintes em conferir tais atribuições aos entes federativos menores, se se pensar em lugares tal o Rio de Janeiro, antiga capital da República, talvez São Paulo, mas algo irreal em lugares mais afastados do hoje centro dinâmico do país, tal o Maranhão, engalfinhado noutras batalhas políticas e, claro, noutras agendas.

Desse modo, recepcionada a preocupação com o patrimônio –mais “artístico” que outra coisa– pela legislação do Estado Novo nascente, repita-se, de feitio extremadamente centralista, o próprio governo federal torna efetivos os primeiros mecanismos burocráticos com vistas à política pública do patrimônio, justamente a criação do Sphan, em 1937, acima mencionada. Desde então, como já se viu no caso dos tombamentos, as cidades velhas do Maranhão, São Luís e Alcântara em primeiro lugar, não sairão mais da mira dessa política. Assim é que os setores locais serão doravante movidos, em crescendo, por esse nível de interesse preservacionista, tornado como que *urgência* da nação, aliás, algo desencadeador de múltiplas conflitualidades no seu tratamento, conforme evidenciem a exasperação da ruína iminente de seu portentoso conjunto colonial em face de transformações mentais e materiais que retiraram dele a funcionalidade historicamente dada em outras épocas. Trata-se de casario em grande parte pertencente a proprietários privados, e assim sem maior interesse em sua recuperação pura e simples, a eles preferindo ganhos talvez mais fáceis da alienação de terrenos aproveitados em novas e lucrativas funções após a demolição deles. Quanto às praças, palácios, igrejas e outros

²⁸⁴ Concretamente ou como representação com fortes sinais de idealização gloriosa.

monumentos de uso coletivo, como se verá mais à frente, foram objeto das ações mais imediatas desde aquela década.

Analisando esse contexto de mudanças francamente em curso no Brasil e no Maranhão à luz das teorias explicativas do processo das políticas públicas em geral, nota-se que, de fato, é complexo o enquadramento das que sejam relativas ao patrimônio, pois elas não seriam propiciadoras daquelas funções “distributivas” e “redistributivas” das quais fala Theodor Lowi²⁸⁵ em seu modelo explicativo acerca do formato das políticas públicas. Contudo, pensando as políticas públicas nos formatos –ainda propostos por Lowi– das “políticas regulatórias” e das “políticas constitutivas” é possível notar que no Maranhão as medidas federais é que parecem desencadear irreversivelmente outras percepções sobre o trato patrimonial, impondo seu enquadramento entre as políticas mais gerais da institucionalidade. Sim, a teoria da neo-institucionalidade²⁸⁶ no campo das políticas públicas ajuda a discernir o processo que se observará no Maranhão nesse tempo considerado.

A propósito desse enquadramento e daquelas mudanças acima referidas na percepção preservacionista de seu patrimônio histórico ocorrentes em São Luís, é ainda Souza, que pensa o modelo de “arenas sociais” e pelo qual vê

a política pública como uma iniciativa dos chamados empreendedores políticos ou de políticas públicas. Isto porque, para que uma determinada circunstância ou evento se transforme em um problema, é preciso que as pessoas se convençam de que algo precisa ser feito. É quando os policy makers do governo passam a prestar mais atenção em algumas questões e a ignorar outras [consoante os] três principais mecanismos para chamar a atenção dos decisores e formuladores de políticas públicas: (a) divulgação de indicadores que desnudam a dimensão do problema; (b) eventos tais como desastres ou repetição continuada do mesmo problema; (c) feedback ou informações que mostram as falhas da política atual ou seus resultados medíocres. (SOUZA, 2006, p. 32)

Da década de 30 até o presente, as ações do Iphan ampliaram-se muito – conforme se detalhará à frente – envolvendo depois os demais níveis de governo –município, estado federado e até a esfera internacional. Disto resultou um complexo repertório de formulações de políticas para a área, cuja implementação, entre sucessos e impasses, conheceu e conhece alterações que

²⁸⁵ Aqui estamos seguindo T. Lowi, na já aludida sistematização de Celina Souza (2006, p. 28).

²⁸⁶ “A institucionalização e implementação dessas políticas representam a incorporação de novidades ao conjunto de processos e procedimentos que conformam a administração pública tradicional. O caráter de novidade gera a necessidade de avaliação e construção de uma base informacional sobre a integração da política no ambiente institucional em que se insere. [...]. As instituições reduzem a incerteza ao fornecer uma estrutura para a vida diária, como modelos morais ou cognitivos para interpretação ou ação”. (ROCHA, 2004, s.p.)

precisam ser caracterizadas e devidamente analisadas em proveito de novas ações. Ações, vale dizer, envolvendo os governos dos citados três níveis e entes federativos – e com sensíveis impactos junto à população – as quais, a seu modo, produzem diversas formas de engajamento na formulação e consecução delas.

A fala que epigrafamos de que “São Luís foi salva pelo atraso”, e que permeia a análise do capítulo 1, como se viu, é uma orientação de rumos para se pensar a cidade plurissecular – e bem que se poderia substituir esse “atraso” por “descaso”. Fundamental também para analisar o contexto atual da velha cidade, desde que se admita fazê-lo tendo presente uma compreensão complementar àquela, qual seja, de que São Luís igualmente busca superar esse descaso/atraso, pelas políticas públicas relacionadas a seu patrimônio histórico-cultural, particularmente aquelas que foram levadas a efeito nas últimas décadas. Política pública de patrimonialização de acervos, percebidos estes como “depositários únicos” de “vozes sociais”, que de outra forma “correriam o risco de desaparecer” (PAULA et al, 2012, p. 8).

Como já ficou referido, ainda que processo recuado no tempo, a década de 1970 é um marco dos mais relevantes no encaminhamento das medidas de preservação e aproveitamento do “centro histórico” de São Luís, momento também de aparente mudança de atitude de seus moradores em relação às perdas que se iam verificando no passar dos dias. É o tempo em que é intensificada a dilatação urbana a partir da malha original da cidade, em face da pressão demográfica e imobiliária e da requalificação de sua calha portuária (que vai para o Itaqui), enfim, tempo do “milagre” econômico, momento de certa euforia de progresso brasileiro, inclusive no Maranhão. Sem embargo, relembre-se, é nessa época (1972) que a Unesco promove o tratado internacional denominado “Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial cultural e natural”, sob cujo escopo serão mais tarde feitos os chamados tombamentos “mundiais” (REIS e MULLER, 2005, p. 5), entre eles o que mais tarde inscreveria São Luís.

O tombamento mundial de São Luís é, pois, filho desse contexto novo de ressemantizações e instauração de conceitos mais amplos no campo do patrimônio cultural, forjados, recorde-se, e repita-se, a partir da quebra de certas reiterações no plano “das ciências históricas, com a crítica à história factual” (FONSECA, 1997, p. 69). O sentido de patrimônio como sinônimo de algo morto, sem fala, sem “consciência”, está, desde então, francamente superado, tal se demonstrou, à exaustão, no capítulo 2. Em São Luís, cuja expressão do patrimônio material edificado é grandiosa, assim também as manifestações de seu patrimônio imaterial, subterrâneas e emersas, abrir-se-á um candente debate em torno de toda e qualquer

mexida nesse repertório patrimonial: a) o edificado, mais expressivo da lusitanidade –com um timbre de origem francófona insistente, que é mais ideologicamente plasmado que real;²⁸⁷ b) o imaterial, suas tabas, cafuas²⁸⁸ e outras espécies de africanidades caribenhas²⁸⁹.

Cidade de médio para grande porte na escala das metrópoles brasileiras, “São Luís Patrimônio Cultural da Humanidade” tem todas as carências e dramas das irmãs nacionais. Assim sendo é imperativo que as escolhas políticas em torno da questão da proteção de seu acervo patrimonial, contemplem essas novas significantes e que o valor histórico de reiteração e lembrança se traduza no valor de desenvolvimento acima aludido, sobretudo para que a São Luís que extravasou para fora da cidade original traçada por Francisco Frias e foi para além das pontes dos rios Anil e Bacanga, identifique-se nas linhagens amplas e profundas projetadas pela cidadela revivida, literalmente, e sinta que o “Monumento da Humanidade” lhe pertence. Pertencimento referido na força inclusiva das exigências do conjunto da cidade e metrópole do presente, ativa e carente. Com efeito, a operação soerguedora intentada do patrimônio tombado, não consistirá apenas em polir velhas soleiras de mármore, alvejar lioz e cantaria e lustrar balcões do casario da rica, excludente e passada baronia da cidade-capital-porto.

Para pensar essas questões e temas, cabe uma aproximação com Le Goff e sua orientação “de uma unificação do saber e da práxis” (LE GOFF, 1996, p. 139),²⁹⁰ enquanto “um dos possíveis pontos de chegada” de sua teoria. Sentido que atenta para a nova síntese que a versão social do materialismo histórico, em Marx, realizou e assim se expressa: “Os seres humanos são parte integrante da natureza e a objetividade do seu mundo social é resultado de uma atividade prática, dotada de sentido coletivo, na apropriação da natureza não-humana através do trabalho produtivo...” (KILMINSTER, 1996, p. 601). Nessa perspectiva, cabe ter presente, também, a orientação de Henry Lefebvre, já mui referenciada no capítulo 1, de que, para além da cidade, o fenômeno urbano é um movimento próprio da industrialização²⁹¹ do último par de séculos nesta região do mundo. Orientação que ajuda a elucidar as entranhas, os “valores de ancianidade” (RIEGL, apud FONSECA, 1997, p. 68) e a dinâmica da “Cidade do Maranhão” e seus nexos

²⁸⁷ Para um exame com mais vagar dessa perspectiva é muito relevante o argumento de Maria de Lourdes Lauande Lacroix, em sua obra “*A fundação francesa de São Luís e seus mitos*”, de 2002.

²⁸⁸ Espécie de cárcere, lugar de segregados. Em São Luís, lugar de reclusão de negros/escravos havidos por rebeldes.

²⁸⁹ Expressão que utilizamos para aludir às manifestações das culturas cruzadas que repontam o ambiente ilhéu e do entorno de São Luís.

²⁹⁰ Na elaboração dessa perspectiva analítica Le Goff está pensando com Karl Marx.

²⁹¹ Perspectiva amplamente desenvolvida por esse autor, notadamente em suas obras *Direito à cidade* e *A revolução urbana* (v.).

estruturais profundos com a metrópole de hoje, conurbada,²⁹² em escala de baixa intensidade, com velhas vilas de Upaon-Açu²⁹³, de que são exemplos Vinhais Velho, Paço do Lumiar, Ribamar e Raposa. Diga-se que, com a cidade de Alcântara, tem São Luís uma conurbação singular, espécie de ligação, cumplicidade e integração na antiguidade quattrissecular de ambas, tendo a separá-las, e uni-las, no plano físico, a baía de São Marcos.

²⁹² O termo *conurbação* “foi criado por Patrick Geddes, para designar as aglomerações urbanas que invadem uma região toda, pela influência de uma grande cidade. Em *Cities in Evolution* (1915), ele diz (p. 34) que ‘é necessário um nome para designar essas regiões urbanas, essas agregações à cidade’. [...]. Ele irá empregar esse neologismo para designar a grande Londres e as regiões que a cercam, especialmente, Manchester e Birmingham”. (CHOAY, 2011, p. 2).

²⁹³ Designação tupi. Reza a Constituição do Maranhão, art. 8º: “A cidade de São Luís, na ilha de Upaon-Açu, é a capital do Estado”.

3.3 São Luís *colonial* no século XX e a emergência da política pública: bota abaixo ou salvaguarda?

“Monumento Cultural da Humanidade”.

Toda pessoa que sabe ler e que anda pelas ruas de São Luís, logo será tocada pelo mote promocional maior da cidade, inscrito na lataria dos ônibus de seu transporte coletivo interno: “Monumento Cultural da Humanidade”. Esta expressão sempre aparece associada a um exemplar da estamparia de azulejo colonial, que, aliás, com muita graça, caracteriza também a lataria dos táxis. Trata-se de título ou epíteto, e representação iconográfica, dos maiores que a cidade ostenta atualmente, e de maneira clara, exprime uma ação da política de patrimonialização dos últimos 70 anos. Política pública que tem centralidade e não pouco impacto na vida local. Política cuja construção analisaremos nas linhas a seguir, tendo presente a plúrima orientação conceitual atrás esboçada.

Estabelecidas, pois, referidas balizas conceituais, façamos novas perguntas pertinentes, que nos conduzam à análise sobre os caminhos e a implementação da referida política pública para o patrimônio em São Luís do Maranhão e das aproximações conceito/contexto respectivas: seria São Luís uma invenção das políticas de patrimonialização do Brasil? Ou seria endógena a propulsão de seus moradores aos cultivos das coisas antigas? Quando nessa cidade o “antigo” se torna “agenda” (RUA, 2011, p. 8) e se afigura um “issue”?²⁹⁴ E que ideias e seus referentes embasam os projetos e as ações oriundas da esfera pública para a velha “cidade do Maranhão” quanto ao patrimônio histórico, seu tombamento, preservação, requalificação, aproveitamento, enfim, sua reabilitação? Que fatores condicionam, quer propiciando, quer limitando, a implementação da política pública para esse setor? Há uma catástrofe iminente a ameaçar um valor essencial da cidade? Uma possibilidade de negócios? Essas ações tomadas separadamente ou em conjunto constituem uma política pública para o setor? E a que ordem de “necessidade” e “interesse geral” responde essa política pública para o patrimônio, nacional quanto local, material quanto imaterial? Quais atores sociais envolvidos em sua decisão e movimento? Do ponto de vista dos possíveis resultados a alcançar, tal política estaria ajustada ao referido interesse geral ou atenderia ao que Rua (2011, p. 11) categoriza como “elitismo” e “modelo de classes”?

²⁹⁴ Para essa autora, “issue” é expressão não traduzível literalmente do inglês, significando “um item ou um aspecto de uma decisão, que afeta os interesses de vários atores e que, por esse motivo, mobiliza as suas expectativas quanto aos resultados da política e catalisa o conflito entre os atores” (RUA, 2011, p. 7).

Apontadas e caracterizadas algumas ações concernentes aos primeiros atos de tombamento do acervo histórico-patrimonial brasileiro, e em particular, de Upaon-Açu e entorno – de bens isolados e somente depois alcançando conjuntos mais amplos, tais os centros antigos e estruturantes de velhas cidades, a exemplo de São Luís e de Alcântara, que tiveram seus Centro Históricos tombados, decorridos algum tempo desde o primeiro ato de salvaguarda do dito acervo local – o “Sambaqui do Pindaí” – percebe-se uma processualidade na política brasileira de tombamento que vai sendo formulada segundo mudanças outras nas formas de pensar e nas transformações operadas no cenário social mais amplo, assim entendidas, mudanças nos fluxos da economia, das estruturas mentais e da organização política. Com efeito, tomando-se por base de observação o tempo que vai dos anos 30 aos 70, ver-se-á na capital maranhense os sinais dessas mudanças passando por novas abordagens –todas antecipadoras, diga-se de passagem, das ações atualmente em curso. Do que, cabe acrescentar ainda mais perguntas: o que chama a atenção dos decisores maranhenses e os move em relação à política pública do patrimônio a partir dos anos 1930-40 é somente a ação federal para o setor? A cidade de São Luís, por exemplo, tem noção das ameaças sofridas por esse patrimônio em sua integridade? Havia, já, algum tipo de formulação para seu equacionamento? A política de patrimonialização ludovicense é implementada consoante quais condições?

Pereira, em estudo de 1997, dá pistas em busca de respostas qualificadas:

A partir da década de vinte, o Serviço de Profilaxia, criado em 1918, passou a combater esse modo de habitação²⁹⁵ retirando aos poucos a função de moradia. Nessa mesma época, a nossa arquitetura foi questionada. Ela deixou de representar um poder aquisitivo, um símbolo de riqueza de outrora, para ser considerada simples antro de doença, e representante vivo do nosso atraso em relação a outras capitais brasileiras, que desde o começo do século haviam demolido parte dos casarões, para dar lugar a prédios mais modernos e avenidas largas, verdadeiros símbolos do progresso. Para muitos estudiosos da época, o atraso de São Luís estava bem representado no estilo de construção que as pessoas insistiam em reproduzir nas suas fachadas. Neste momento de discussões sobre moradia, chegou a São Luís uma empresa carioca de construção que pregava que para existir o novo era necessário destruir o velho. (PEREIRA, 1997, s.p.).

É fácil notar dessa pista sobre a cidade e o pensar do tempo, que parecem de outra ordem as preocupações de seus moradores em relação a seu acervo arquitetônico edificado e não

²⁹⁵ Diz essa autora que desde o começo o século XX os já seculares casarões de São Luís perderam sua função original na cidade e agora, favelizados, simbolizavam uma parte da cidade que certa aristocracia local desprezava.

necessariamente a sua preservação. Ora, com “essas percepções subjetivas” animadas por um sentido de progresso que naquele instante contrastava com a visão da prediaria decadente, por que o governo remaria contra a maré assumindo a formulação de política para a área, podendo, ao invés, tratar do “novo”, do “progresso”? Souza vem em socorro uma vez mais em sua formulação quando lembra que

a visão mais comum da teoria da escolha pública, de que o processo decisório sobre políticas públicas resulta apenas de barganhas negociadas entre indivíduos que perseguem seu auto interesse, é contestada pela visão de que interesses (ou preferências) são mobilizados não só pelo auto interesse, mas também por processos institucionais de socialização, por novas ideias e por processos gerados pela história de cada país.

No caso da preservação de São Luís nessa época, parece não ser pauta da sociedade e, portanto, e a princípio, do governo local, mas este, em sua dimensão institucional, será induzido pela nova legalidade vinda de cima, a assumi-las em seu âmbito. “A teoria neo-institucionalista nos ilumina é no entendimento de que não só os indivíduos ou grupos que têm força relevante influenciam as políticas públicas, mas também as regras formais e informais que regem as instituições”. Nesse sentido, por vontade de particulares ou orientação da racionalidade mercadista, salvo algum setor intelectualizado, possivelmente seria diverso o destino desse patrimônio cultural de outras eras.

Assim, somente o “governo em ação”, com sua força reguladora e de sanção impositiva, o fará porque está cingido naqueles “processos institucionais de socialização” acima aludidos, arrostando conflitos de variada índole. E também assim é que, implantada a política patrimonial brasileira desde os anos 30, sua força se fará um vetor quanto à defesa do patrimônio ludovicense, levando a que o governo local tivesse suas próprias políticas para o setor. Foi o que aconteceu, não sem grandes percalços, mas ironicamente facilitadas num ambiente de baixa demanda por reconstrução da cidade para novas funções, traduzida na situação de “descaso/atraso” que Luiz Phelipe Andrès e toda uma geração de formuladores dessa questão, dizem, que teria “salvo” a São Luís antiga, em meio às pressões de aceleradas mudanças no perfil urbano das cidades brasileiras das décadas sucessivas desde os anos de 1930. A propósito, volvamos a Lana Pereira: “Já os estados que ficaram de certa forma estagnados economicamente, conseguiram manter os núcleos e acervos urbanos, quase que íntegros”.

Lembra Rua (2011, p. 14) que uma política pública não medra, se, para sua implementação, não preexistirem determinadas condições que lhe assegurem o devido êxito. São elas, em livre resumação: 1) “circunstâncias externas à agência implementadora não devem impor restrições que a desvirtuem”; 2) “programa deve dispor de tempo e recursos suficientes”; 3) além de não tais restrições, “em cada estágio da implementação, a combinação necessária de recursos deve estar efetivamente disponível”; 4) a política “deve ser baseada numa teoria adequada sobre a relação entre a causa (de um problema) e o efeito (de uma solução que está sendo proposta)”; 5) mínimos fatores intervenientes entre essa causa e efeito; 6) havendo mais de uma agência implementadora, a relação de dependência entre elas “deve ser mínima em número e em importância”; 7) “completa compreensão e consenso quanto aos objetivos a serem atingidos”; 8) avançando “em direção aos objetivos acordados, deve ser possível especificar, com detalhes completos e em sequência perfeita, as tarefas a serem realizadas por cada participante”; 9) “perfeita comunicação e coordenação entre os vários elementos envolvidos no programa”; 10) “atores que exercem posições de comando devem ser capazes de obter efetiva obediência dos seis comandados”.

Vale examinar com maior vagar alguns elementos ligados à formulação e implementação de políticas para o Centro Histórico, especialmente para a Praia Grande, à luz de pelo uma dessas indicações pré-condicionais da autora, a que alude à ideação da existência de somente uma “agência” implementadora de uma dada política; ou quando mais de uma, a mínima relação de dependência entre elas.

No caso de São Luís, aliás, do conjunto da política pública para o setor no Brasil, sua formulação em geral promana do órgão central, o Iphan, e a implementação em ações compartilhadas com as outras esferas e outros níveis de governo. Ora, lá nas suas origens estadonovistas, essas decisões e ações sobre a patrimonialização cultural foram formuladas e implementadas diretamente pelo governo federal, pois estados federados e municípios estavam destituídos de suas autonomias e assim, em certo sentido, a tudo se encaminhava tal existindo somente um nível de governo, do que abstraído qualquer sentido de dependência de um agente implementador em relação ao outro. Já pelos anos 1950 em diante, e sobretudo nos 70, pela razão já apontada – o tombamento amplo –, a política pública respectiva ganha o grande palco. E no grande palco, incorpora em sua dinâmica os “jeitos” próprios de como, no plano local, são construídos os consensos e dissensos em torno do destino coletivo. Aqui convém referir ao que anota o sobre citado Frey (1989, p. 235-244), aludindo ao que chama de “estilos políticos” e

“policy analysis” na afiguração das políticas públicas, enquanto chama a atenção para a ocorrência da mistura desses “estilos” na construção intergovernamental de tais políticas, sejam municipais, estaduais ou federais, e o “caráter fluido” das primeiras enquanto institucionalidade, porque ainda fluidas são as suas práticas de viés democrático. Para São Luís, ademais, repita-se, a singularidade de ser o repositório do acervo de uma antiga capital de Estado colonial e de governo geral e hoje de Estado federado, além de sua condição essencial de sede de uma municipalidade.

Como se verá, à larga, feito o tombamento do Centro Histórico, dentro dele, a primeira e prioritária área contemplada com projetos restauracionistas e conservacionistas foi a Praia Grande, por tudo o que é e representa esse hoje *bairro* como vetor estruturante da velha cidade. Bairro primitivo, com cerca de cem anos em franca decadência e relativo abandono de seus proprietários imobiliários e da autoridade estatal, de repente vê-se sob o foco de uma política apontando para a sua revalorização, agitam-se e movem-se, em face da novidade, uma variada ordem de interesses, entre favoráveis e contrários, e, ao que parece, referidos a expectativas diversas de ganhos privados. Daí que o debate público e as ações estatais atinentes são assim marcados e cada uma das esferas/agências da implementação (municipal, estadual ou federal) impactados de modo diferente por interesses em geral conflitantes, e de caráter “político”, sobretudo a partir de 1982, com a redemocratização sob a forma de eleição para governador, e de 1985, de prefeitos das capitais –nunca, em São Luís, nestas quase três décadas, coincidente a opção popular-eleitoral com aquela que assoma ao governo estadual.²⁹⁶

Mas remonta a 1955 – ano de sua inscrição entre os bens tombados pelo Iphan como Patrimônio Nacional – o ano desde quando se vem desenvolver ideias e planos sobre o velho Centro e a Praia Grande. Num balanço sobre iniciativas que vão consubstanciando a formulação de uma política pública para essa zona patrimonializada, seguindo o estudo de Lana Pereira, com breve caracterização delas, podemos assim sintetizá-las, em linha cronológica: 1959, “Plano de Recuperação para a cidade de São Luís”, elaborado por Dora Monteiro e Silva e Antonio Pedro Gomes; 1966, “Proteção e Valorização do Patrimônio Cultural Brasileiro no Quadro de Desenvolvimento Turístico e Econômico”, para as cidades de Alcântara e São Luís, proposta apresentada por Michel Parent, arquiteto francês e consultor da Unesco; 1969, “Relatório da Sudene recomendando Medidas Urgentes de Proteção do Patrimônio Arquitetônico de São Luís”;

²⁹⁶ Este estudo não buscou uma aferição sistemática desse fator de dificuldade, no entanto, da análise da implementação do conjunto de ações indicativas da discutida política pública, não é difícil detectar que ela existe, em que pese minorada pelo protagonismo dos agentes que “tecnicamente” tocam as medidas.

1972, “Bandeira Tribuzi propõe a implantação de um Centro Administrativo e Cultural na Área Tombada de São Luís (Projeto Praia Grande)”; 1972, além de organizar “medidas urgentes para proteção do Patrimônio Arquitetônico de São Luís”, a Sudema solicita o tombamento do Centro Histórico até as ruas do Passeio e Rio Branco, e a isenção do Imposto Predial nesta área, o que não foi aceito e “também a criação do Museu Histórico e Artístico, Artes Sacra e Arte Popular”; 1973, “Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste”, da Secretária de Planejamento da Presidência de República; 1974, Apresentação do Estudo/Seminário “Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico de São Luís”, por Alberto J. da Cruz, em Salvador, Bahia; da Prefeitura de São Luís, o “Projeto Mirante”, “objetivando devolver os nomes antigos das ruas e praças que havia sido substituídos, e concedendo incentivo fiscal ao proprietário que recuperasse a fachada de seu imóvel”; 1975, “Programa Plurianual de Valorização do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado”, publicação da Seplan-MA e Func; “Plano Diretor de São Luís”, destacando áreas de importância para a Preservação do Patrimônio Arquitetônico, no Centro Histórico de São Luís; 1976, estudantes da Universidade Federal do Ceará fazem levantamento físico de diversas edificações do Centro Histórico de São Luís e Alcântara; 1979, “Renovação Urbana da Praia Grande” proposta de John Gisiger. Essas iniciativas desdobraram-se em muitas outras concernentes à sua implementação nos três níveis de governo, destacando-se a ação da esfera estadual, que, sobretudo em torno da proposta de renovação de Gisiger, estabelece um grupo tarefa (1979) integrado pelos três níveis de governo – e que detalhará mais à frente – além de outros organismos, tipo a Universidade Federal do Maranhão.

Estudo mais circunstanciado mostrará o percurso das decisões de chegada quanto à implementação dessa política de renovação da Praia Grande, sabidamente uma engenharia de ação integrada de construção complexa, mas sob vários aspectos exitosa, especialmente dada uma variável que acaba por sobrepujar nessa dinâmica – assim entendemos: a subida de um maranhense à presidência da República e o que esse fato significou em termos de destravamento de recursos financeiros para obras e dos consensos induzidos na esfera local quanto a certa inexorabilidade de consecução delas.

Esse imperativo de implementação por agências integradas pode corroborar o que Rua classifica como “formulação em processo” (RUA, 2011, p. 14), isto é, a formulação e a implementação da política pública se fazendo na medida das junções encaminhadas ao nível, por exemplo, do mencionado grupo tarefa intergovernamental com atuação no/na Praia Grande.

Como lembra Beyme, no já citado e anotado Klaus Frey (1989), a “análise de políticas públicas não dispõe de uma teoria uniforme. No entanto, com a combinação moderna de métodos e um foco novo e peculiar, ela está contribuindo permanentemente para a formação teórica, que também modifica nosso conhecimento sobre a política processual tradicional”. Laborando nessa perspectiva, podemos vislumbrar que o estudo da política pública concernente à patrimonialização histórico-cultural sob foco, implica incorrer num cometimento de análise aplicada com grande possibilidade de se fixar uma contribuição ímpar, sob vários aspectos, pelas singularidades dessa antiga capital da América portuguesa, ontem e hoje, ser uma cidade feita em torno de um *porto* e ao modo de uma espécie de portal que é boca de fluxo das maquinações do capitalismo em suas múltiplas formações. Ou também ímpar por configurar uma teia institucional complexa na qual são forjadas e implementadas as citadas políticas, enredando uma tetra institucionalidade, que abarca, num só movimento e dialética, as dimensões intercambiantes que vão do local ao internacional.

Num exame que alcança esse conjunto de significados, denotativos de um processo complexo de formulação e implementação de políticas públicas qualificadas pelas demandas da área sob foco, diz Pereira F.º, que os

três anéis de proteção – estadual, federal e internacional – são atestados públicos de reconhecimento” do acervo maranhense e que “repercutem sensivelmente na gestão pública”. [...]. Diferenciados entre si em áreas, mas não em finalidade, determinam uma escala de significados e compromissos para as ações oficiais. [...]. A sobreposição de tombamentos pode representar um esforço administrativo, notadamente onde são frágeis as tramas da organização do solo. Entretanto, ela cria a figura da dupla autoridade de decisão e, quando não coincidentes em relação ao que e como preservar, gera os mais sérios transtornos quanto aos direitos e deveres dos cidadãos. (PEREIRA F.º, 1998, p. 240-241)

Vê-se que o tombamento de São Luís e as políticas conformadas na consecução desse mandamento, agora estadual, federal e internacional – Unesco –, além das grandes responsabilidades da municipalidade, enseja um tratamento analítico de muita qualidade, do que os autores mencionados e trazidos a este diálogo prospectivo podem contribuir muito mais. Referimo-nos sobretudo ao citado Klaus Frey, com certa insistência, especialmente por seu esforço de caracterização e enquadramento teóricos da questão das políticas públicas em contextos democráticos não consolidados, “de insuficiente determinação político-ideológica, como, por exemplo, educação defeituosa, influência da mídia, predomínio de outras lógicas da

política (clientelismo, paternalismo, nepotismo etc.), cultura e sistema político” (FREY, 1989, p. 245).

Trata-se aqui, tal já se afirmou atrás, de elaboração em campo de aproximação de argumentos da tessitura teórica que foi possível dispor com as observações ainda tateantes do campo empírico a tratar em bases e fontes ainda mais amplas. É esforço que vem encaminhado nas partes seguintes.

A exemplo de toda cidade velha, no Brasil ou em qualquer parte do mundo, São Luís, capital do Maranhão, desafia os governantes por políticas públicas atinentes ao patrimônio historicamente elaborado em eras pretéritas. Patrimônio cujas expressões remanescem no tempo atual.

Essa velha cidade, como já se viu, é uma espécie de burgo colonial assentado numa ilha atlântica.²⁹⁷ Ao cabo de quatro séculos engendrou-se numa complexa aglomeração urbana, expressando temporalidades justapostas e imbricadas em suas feições constitutivas e deixando evidentes os variados elementos de sua cultura material e imaterial, partes inseparáveis da dinâmica de sua vida hoje em dia e que a singularizam em muitos aspectos. De tudo isso, avulta o portentoso conjunto arquitetônico de feição colonial²⁹⁸ edificado, que conforma o centro original dela, com funções a requerer, na atualidade, novas demandas e sentidos, cujo equacionamento reclama a ação das políticas de governo.

Como se viu até aqui, em três séculos, São Luís “modernizou-se” em determinado sentido, alterando-se urbanisticamente e agregando valores estéticos e os estudiosos sobre a cidade indicam que já em torno de 1920 está configurada sua estagnação estrutural nas linhas de força da economia-mundo, consoante apontamos no capítulo 1.

Tal se viu, desde a última década do Oitocentos, a cidade fora impactada por uma espécie de “ciclo” de vitalização industrial, dinâmica que resultou em aumentar, nas décadas inaugurais do século XX, uma percepção de decadência e atraso, sendo o sítio antigo das origens e primeiros séculos o sinal mais eloquente disso. Percepção que as mudanças de 1930 aguçariam,

²⁹⁷ Nos propósitos da presente análise nunca será demais reiterar que São Luís foi construída como que lugar de experiências tendentes à perenidade, nela chegando ao tempo presente vestígios apreciáveis das elaborações de seu passado de maior glória, além de um abrangente acervo de representações sobre seus bons sucessos – e também dos sinais de seus declínios. Entre os sucessos, sobressai aquele predicado de co-capital da América portuguesa, já tantas vezes aludido (Salvador e Rio de Janeiro também o foram: Salvador (capital do Estado do Brasil de 1549 a 1763) e o Rio de Janeiro (idem, de 1763 a 1815; sede do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves, de 1815 a 1822; capital do Império do Brasil e da República, de 1822 a 1960).

²⁹⁸ O colonial, propriamente, assim também uma espécie de tardo-colonial e neocolonial. Há certo ecletismo no que se chama *colonial* em São Luís.

em particular na época do Estado Novo, e sua visão de progresso e desenvolvimento localmente traduzida, fazendo com que o conjunto arquitetônico dos séculos antactos “passasse a ser visto como prova do atraso social e cultural [e] empecilho para a evolução urbana na cidade” (IPHAN, 2006, p. 59). Diga-se que é dos anos 1920 a implementação de uma lei municipal tendente a modificar seu aspecto colonial, exigindo “a construção de platibandas nas edificações”, sendo também dessa década a alteração do frontão da catedral da Sé, quando adquire a segunda torre sineira. A propensão dessa “remodelação” (LOPES, 2008, p. 28)²⁹⁹ da cidade prossegue e, de fato, acelerará, quando a interventoria federal estadonovista em São Luís (anos 1930-1940), fará alguns “rasgos” na trissecular malha urbana, numa espécie de aplicação tardia do espírito haussmanniano – já praticado no início do século na capital do Brasil, o Rio de Janeiro. É quando se abriu, por exemplo, em meio ao casario colonial, a avenida Magalhães de Almeida, alargando a trafegabilidade entre a margem esquerda do Anil e a direita do Bacanga, via rua do Egito e praça João Lisboa, antigo Largo do Carmo.³⁰⁰ A rua do Egito, até o Carmo, tornou-se uma espécie de *boulevard* com *modernos* sobrados residenciais, “bangalôs, feios, pobres e [hoje] arruinados” (LACROIX, 2012, p. 350). Foi o Estado Novo que fomentou o levantamento do edifício (“arranha céu”) da Associação Comercial, xis com a colonial Sé e na *plaza mayor* seiscentista. Demoliu a igreja da Conceição dos Mulatos com o argumento de liberar melhor o fluxo dos bondes³⁰¹ – e há protestos (LOPES, 2008, p. 31). O argumento higienista move esse furor, pois então aquela sobradesca deixada pela “nobreza” da terra já fora, em parte, reocupada, é *cortiço* e até zona meretrícia a prefeitura oficializou ali por perto, aguçando a percepção de que os casarões coloniais eram sinônimo de insalubridade para o higienismo estadonovista. Tanto que foi nomeado prefeito um médico para tocar mais essa “urbanização” “moderna” e agora

²⁹⁹ Lembra esse autor que a própria Prefeitura declara então ser sua política de melhoramento “uma obra de remodelação e reforma urbanística da velha cidade”.

³⁰⁰ “Para a referida remodelação, a Comissão do Plano da Cidade deu prioridade à abertura de quatro avenidas: 1) da interseção da rua Senador João Pedro com Oswaldo Cruz, cortando os campos da Companhia Fabril Maranhense, atravessando a Quinta do Barão [...]; 4) um prolongamento da Praça João Lisboa até a Av. 5 de Julho (Beira-Mar), acompanhando mais ou menos a diretriz da Tarquínio Lopes; da parte sul, da Praça João Lisboa até o Mercado em construção, cuja praça constituiria uma rótula do sistema viário, articulando as zonas comercial, industrial e residencial [...]. Previu um novo cais do Tesouro [...], o prolongamento da Pedro II, cortando a sede do Arcebispo” (LACROIX, 2012, p. 345).

³⁰¹ Essa menção a bondes nos faz lembrar as acelerações aparentes do tempo sob o ritmo do capital e uma passagem que os menciona na obra de W. Benjamin (1985, p. 115): “Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos viu-se abandonada, sem teto, numa paisagem diferente em tudo, exceto nas nuvens, e em cujo centro, num campo de forças de correntes e explosões destruidoras, estava o frágil e minúsculo corpo humano”. (Apud MARGENS, 2010). Imagine-se a agressão significada na destruição dessa Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Homens Pardos para colocar trilhos da “modernidade”. Não sendo por outra que Michel de Certeau diz ser a cidade “ao mesmo tempo a maquinaria e o herói da modernidade”. (CERTEAU, 2001, p. 161).

“sanitarista” da capital – e fala-se que com apoio dos “formadores de opinião” (LOPES, 2008, p. 31).³⁰² Desse tempo também o protagonismo descaracterizador de centenas de edifícios, com a finalidade de adaptá-los às atividades comerciais varejistas, em geral os pavimentos térreos de muitos e representativos sobrados e solares. Mas, ainda assim, das ações remodeladoras que do século XIX ao XX, notadamente de 1918 a 1929, se levou a efeito em São Luís, “a urbanização se deu por processos cumulativos e complementares, consolidando-se em intervenções parciais no espaço urbano...” (LOPES, 2008, p. 29).

Como se nota, esse surto remodelador aguçou enormemente a discussão da cidade sobre o que fazer com o seu patrimônio colonial. O interventor-prefeito que colocou o dito plano em curso, José Octacílio Saboya Ribeiro, enfrentou dura resistência, até porque teria atacado de maneira severa aqueles que se opunham à “modernização”; taxou-os de “boateiros, escritores de banca de café, discursadores de ponta de calçada, desocupados intrigantes e uma classe conservadora resistente a vários impostos lançados com acusações tendenciosas...”, sendo que a própria Associação Comercial [suposta beneficiária] protestara contra o administrador municipal (LACROIX, 2012, p. 344-345).³⁰³ Em 1942 o interventor na cidade [agora Pedro Neiva de Santana] chegou a oficiar a Getúlio Vargas que concluíra “uma avenida diagonal cortando todo o centro da cidade, partindo do paredão ao Cais da Sagração, margem do Anil até as proximidades do rio Bacanga”, a qual considera “de grande vulto e destinada a modificar por completo a feição colonial de São Luís” (LACROIX, 2012, p. 350). Contudo, desse debate intenso sob a poeira desse “bota abaixo”, de longe chegava a notícia da criação do Sphan e já em 1943 em São Luís era criada, por decreto, a Comissão do Patrimônio Artístico e Tradicional do Município, imediatamente sugerindo ao prefeito “a proibição da demolição de casas de mirante ou revestidas de azulejos; a retirada da tinta de revestimento das peças de cantaria lavrada das ombreiras, lumieiras e sacadas de prédios e a fixação de zonas de arquitetura tradicional característica, a fim de poderem ser devidamente conservadas na execução do plano de reforma urbana”.³⁰⁴ Sugestões aparentemente acatadas pois já no dito ano de 1944 era promulgado decreto impedindo a demolição ou deformação “de parte da cidade colonial”. Mas é desse tempo, lembra essa autora,

³⁰² Opinião pública? Sim, manifestada sob a medida das liberdades do estado de exceção então vigente.

³⁰³ Burnett (2007, p. 175-176) realça o papel hegemônico dessa entidade nas primeiras cinco décadas do século XX, com ascendência sobre o próprio governo municipal: “A vitória das reivindicações da AC reduz significativamente o poder da Câmara Municipal sobre a legislação urbanística e afirma o pragmatismo dos que vêem a cidade com os olhos da conservação, pelo Legislativo, do organismo urbano colonial...”.

³⁰⁴ Relatório da Administração Municipal (1944), citado em Lacroix (2012, p. 350-51).

o “desmonte do paredão [cortina]” do Forte São Felipe, construído pelos portugueses no século XVII”.³⁰⁵

Diante de tudo isso, cabe perguntar: tal se viu acima, não foi o próprio varguismo triunfante que criou o Iphan e as políticas públicas protetoras do patrimônio histórico-cultural no Brasil? Em que momento é possível aferir uma atitude concernente à defesa do patrimônio histórico de São Luís, tanto por parte de seu povo quanto de suas administrações? Em que tempo e termos se dá a transmutação da ideia “centro antigo” de São Luís para Centro Histórico, conceito do campo patrimonial cultural?

É real que o Iphan e essa política de Estado são obra do ciclo do varguismo e que São Luís, já então, era vista como uma espécie de relicário nacional a proteger, tanto que alguns elementos de seu conjunto monumental foram tombados, como se viu linhas atrás, mas isoladamente tombados, já em 1940 e anos seguintes. No entanto, isso parecia mais evidente por parte dos intelectuais sphanianos de longe que espírito e percepção da população sanluisense e sobretudo de sua elite governante. Mas a década de 50 mostra certa inflexão nesse sentido e em nível local intensifica-se o debate em torno da preservação da cidade, enquanto se verifica (1955) o tombamento nacional dos conjuntos “Praça Benedito Leite”, “Praça João Lisboa” e “Praça Gonçalves Dias”, à instâncias do próprio prefeito da cidade, que o solicita, em 1954, “alegando sempre a importância daquele conjunto arquitetônico para a memória colonial da cidade e também do Brasil [*apontando*] para o constante perigo da especulação imobiliária que ameaçava os sobrados e ruas do centro antigo de São Luís” (IPHAN, 2006, p. 60). Não parou mais a cidade de prestar atenção aos novos valores relacionados a seu patrimônio e, após muitos estudos, idas e voltas, a cidade velha seria tombada, o conjunto, em 1974.

³⁰⁵ Em São Luís o poeta forâneo Hindemburgo Dobal, impactado por esse desmonte, escreveu tempos depois este poema, também título um livro – *A cidade substituída*: “Ao lado do silêncio / das torres de Santo Antonio, / um poeta anônimo prepara / um sermão inútil. / Denuncio a mim mesmo / a indiferença do Maranhão. / Falo às paredes, aos peixes, / a quem jamais repetirá as minhas palavras. / Condeno em silêncio / os que se uniram ao tempo / contra a beleza desta cidade. / Nesta praça esquecida / não dura mais a memória / de Antonio Vieira e de Antonio Lobo. / Toda memória vai-se perdendo. / Sem música, sem palavras, / preparo um réquiem. / Pranteio esta cidade, / substituída por outra / estranha ao seu passado”. (DOBAL, 2005, p. 176). Este comentário aduz grande sentido à matéria poética lavrada pelo vate, na praça antonina que o tempo ludovico vai levando: Ambientada na paisagem árida do sertão ou na cidade igualmente áspera (“com sua couraça de vidro, sua indiferença de mármore”), a poesia de H. Dobal trata, antes de tudo, da solidão essencial do ser humano. Não por acaso, o poeta diz que a cidade se movimenta no “suado compasso das solidões justapostas”. Tendo como pano de fundo essa solidão essencial, Dobal considera a passagem do tempo e, partindo dela, procede em seus poemas a um reiterado balanço de perdas e danos existenciais. Os amores que se vão, os artifícios para prolongar a vida e — apesar de tudo — a inevitabilidade do fim. E a solidão. Os campos calcinados. O sol. As cores do crepúsculo. (MACHADO, 2008)

No encaminhamento dessas decisões é ilustrativa a reação contrária de um segmento da elite negociante de São Luís contra o tombamento do conjunto do antigo Largo do Carmo, um típico “cartão postal” da capital:

... Da leitura atenta do memorial incluso, colhe-se, para logo, a certeza de que a DPHAN [...] agiu impatrioticamente em São Luís ao efetivar sem prévio exame e demorado estudo o tombamento da Praça João Lisboa, o que, sem dúvida, representa absurda limitação ao embelezamento e progresso imobiliário daquele logradouro público. É certo, bem o sabemos, que o Patrimônio Histórico, artístico e tradicional de um povo deve ser preservado a todo custo. Mas, no caso vertente, o que se verifica é um inominável abuso de poder, com o adotar-se uma medida que sobre ser antipática e atentatória ao progresso da cidade, não assenta em legítimas razões históricas e estéticas. Na verdade, a Praça João Lisboa na atualidade nada encerra de portentoso em matéria de arquitetura ou arte decorativa tradicionais. Tudo ali, [...] está desfigurado, confuso, amalgamado, a ponto de não poder se reconhecer, no risco e linha de seus edifícios, o que é fatura antiga, colonial, tradicional, e o que é moderno, recente, satisfatoriamente reformado. (Apud IPHAN, 2006, P. 61).³⁰⁶

Exame mais aproximado desses fragmentos de discurso de gestores e atores sociais outros indicam várias questões a enfrentar quanto ao passado/futuro da cidade, que para alguns não progrediria materialmente enquanto atada pela cidadela colonial em pleno século XX, com aspectos de feiúra (espécie de valor negativo) e assim postulavam que ela fosse embelezada consoante a estética e linguagens de novas inspirações e criações arquitetônicas e, no limite, outros costumes e traquejos da vida urbana nos meados do século XX (trata-se do *valor de novidade* de que fala A. Riegl, v. capítulo 2). A ação de militantes intelectuais, escrevendo em jornais locais, em sodalícios culturais, a exemplo da Academia de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico, são vozes que, nesse ambiente e temporalidade, far-se-ão ouvir e para tanto os respalda ser a cidade, já, um celeiro de tradições a conservar e um teatro vivo de manifestações seminais da formação do que hoje se tem por povo brasileiro –tradições puxadas das profundezas ibéricas, da indianidade e, em especial, do antiquíssimo mundo afro.³⁰⁷ A voz dessa militância

³⁰⁶ Trata-se de carta de protesto ao DPHAN (Departamento do Patrimônio Artístico Nacional), encaminhada pela Sociedade Líbano-Maranhense, em 6 de fevereiro de 1957. Consta que o interesse dessa entidade era a demolição de prédios antigos de sua sede para a construção de “arranha-céu” na moldura do “largo” seiscentista.

³⁰⁷ O protagonismo letrado na vida social de São Luís é algo muito significativo em todos os momentos. No século XIX, ainda imersos na ideia de um norte imperial próspero e com economia e luz próprias, literatos e publicistas em geral projetam para si e para longe a imagem de São Luís, qual uma Atenas brasileira, tal a grega, acropolitada nas lides ilustradas e por todos os lados pululando a escravidão, isto é, os *instrumentum voccali* sobre os quais filosofou Aristóteles. Sobrevinda a Abolição, a República e a estagnação, esses intelectuais, numa nova geração, a bordo dessa nau incensatória quanto ilusória, transpõem-se para a capital da República a cantar os valores da terra e postular sua integração ao Brasil. Tal lembra Rossini Correa, o Maranhão se integraria ao esforço de uma unidade nacional republicana “[...] aceitando o brasileiro, na condição de Atenas, isto é, concedendo-se um estatuto de Atenas,

parece produzir eco e se traduzir em iniciativas reais por parte de quem incumbe adotá-las. João Ricardo Costa Silva atribui a ela, pela infusão de ideias e valores relacionados ao conhecimento e às artes, papel relevante, quiçá decisivo, nas percepções cidadinas de certa recusa quanto ao *centro antigo* transmutando-se para uma atitude de valoração positiva da área como Centro Histórico: “... para se perceber sobre o processo de institucionalização do Centro Antigo de São Luís, como sendo um bem de valor patrimonial, faz-se necessário investigar a mudança valorativa sobre o conjunto arquitetônico colonial, não somente pelo viés da ação do poder público, pois em que pese a atuação do SPHAN através dos tombamentos individuais efetivados, já havia na sociedade quem defendesse a preservação dos ‘vestígios’ do passado da cidade”.³⁰⁸ Nessa dimensão, reafirme-se, o protagonismo dos ditos intelectuais. E ainda recorra-se a Wilson Bello que, pensando o processo das concepções governamentais e suas articulações com a vida social mais ampla, acentua que não há que se

... negar o papel do pensamento na manutenção tanto das estruturas sociais quanto da dominação que se estabelece dentro delas, mas sim de acentuar também, além da sua contribuição para a reprodução do meio social e além da sua lógica interna, o seu lado ativo (Marx, 1845b, p.1), estruturante, de instrumento de construção da realidade. Esse lado ativo, poucas vezes realçado na literatura acadêmica — e.g. Sikkink (1991) — e expurgado dos tratados marxistas sob a acusação de idealismo, é o que torna a análise da produção intelectual relevante para o estudo das políticas públicas. (BELLO fº, 2004, p. 108)

Pertinente essa orientação, quando este estudo – que objeta e opera no campo das concepções – se fundamenta na força das formulações e das ideias e estas de algum jeito modelando as opções de planejadores sociais. E ainda mais quando se sabe que a atividade relacionada à prática do patrimônio cultural, movida porém em suas determinações essenciais pelas forças cogentes do mercado, navega num mar fluido tangido pela simbólica das representações.

colocou-se na selvagem América, protegida pela cultura clássica da Europa” (apud LOPES, José A. Viana. São Luís: história urbana. São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem. Ed. Bilíngue. Sevilha (Espanha): Consejería de Obras Publicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivenda [Junta de Andalucía], 2008, p. 24. Publicação interinstitucional coordenada em nível local pelo dito José Antonio Viana Lopes e realizada em cooperação com o governo federal brasileiro – Ministério das Cidades, da Cultura e Iphan –, além da Prefeitura de São Luís. Viana Lopes secunda Correia, lembrando que disso decorreu que , “pela primeira vez, São Luís orgulhava-se de ser brasileira”.

³⁰⁸ João Ricardo Costa Silva, em O processo de patrimonialização do centro histórico de São Luís: práticas patrimoniais desenvolvidas pelo poder público. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0397.pdf> ac. 24/01/2014, 23h55).

Os anos 1950 são o tempo por excelência da chegada do automóvel e do complexo industrial petrolífero, que logo terá enormes impactos nos centros urbanos brasileiros – e São Luís mal acabara de ter literalmente rasgada sua *traça* urbana por uma linha férrea de trens pesados. E também em pouco tempo, muitos se darão conta de que as cidades velhas não oferecem as condições de mobilidade que essa era de progresso material alcançou.

Em nível nacional é um debate também aceso, ganhando maior teor e significação a cada dia. Ilustrativo nesse contexto, e afeto à geografia urbana, a publicação pelo baiano Milton Santos de sua tese doutoral, em Paris, tratando do centro da cidade de Salvador, em 1959, recebida e orientada para o imperativo de promover e de mobilizar a

opinião pública mundial, esclarecendo-a quanto às origens, à formação, ao crescimento, às possibilidades e aos destinos da cidade. Destinos que precisam ser bem interpretados e compreendidos, para evitar que as nossas metrópoles, convertidas em ruínas e cemitérios, passem a ser meros aglomerados de ‘frios cubos entregues a bestas menos destruidoras que o homem’ [enquanto acentua que] reconstruir a cidade, reintegrando-a na sua função primordial de ponto onde se concentram os destinos da civilização, e onde esta triunfa do próprio tempo, pelo agrupamento de várias camadas representativas de cada época, é a grande tarefa de nosso século” (AGUIAR, 2008, p. 11/12).³⁰⁹

Milton Santos vai ao ponto e qualifica essa discussão dizendo que, “no quadro geral dos centros urbanos e no esforço de reconhecimento das formas particulares” de sua organização, as opções das políticas públicas para centros de cidades podem se distinguir pelo

sentido e ritmo da evolução da região e da cidade; os dados do sítio; as formas atuais de organização e da vida urbana, incluindo, de um lado, o dinamismo atual (forças de transformação), e, de outro lado, as forças da inércia, representadas pela resistência, maior ou menor, que oferecem as estruturas provindas do passado”.

[No caso] de Salvador e de outras grandes cidades que marcam uma espécie de traço de união entre o mundo rural, a cuja vida preside e do qual ela comercializa os produtos, e um outro mundo, industrializado, que lhe compra essas mercadorias. Essa constante da história urbana desde a fundação da cidade coloca em relevo o seu papel de porto, cuja atividade se reflete nas diferentes

³⁰⁹ Esse trabalho de Santos tem muito a ver com São Luís sem que seu autor trate da capital maranhense e o próprio Aguiar a esqueça para asseverar que Salvador “em quatro séculos”, tivera o papel de “base de vigilância e sentinela do imenso litoral brasileiro, sede de administração e elemento polarizador da vida da colônia, porto de exportação de todo aquele vasto *arrière-pays* (grifo do autor) e mercado consumidor da produção sertaneja ou da orla marítima” (AGUIAR, 2008, p. 13). Ora, empolgado o prefaciador, comete um equívoco, pois, claramente, Salvador não teve essa influência no litoral norte e amazônico, fazendo aquele papel na vida colonial na dita região, a cidade de São Luís. Claro, em tudo Salvador maior, mas São Luís tendo as mesmas prerrogativas e referenciais culturais de capital de Estado colonial por longo período.

etapas da valorização do território; e, em última análise, é a principal responsável pela elaboração do organismo urbano. [...]. Enfim, forças de transformação e forças de resistência entram em luta e dão como resultado seja a criação de uma paisagem inteiramente nova, seja a transformação ou adaptação da paisagem antiga, que, então, se degrada. (SANTOS, 2008, p. 29/30).³¹⁰

Aconchegue-se a evolução de São Luís a essa formulação analítica mais geral e também mais particular então proposta por Santos e logo se verá a validade de se debater essa cidade e seu rumo a partir desses elementos, a exemplo do porto, e sua função historicamente preponderante nas formas de articulação da vida urbana, da cidade larvar ao tempo presente. Porto que prepondera nessa ambiência determinada, secularmente, pela dinâmica da economia agrícola exportadora; que prepondera, com vetores de negatividade, quando outras vias de fluxo de riquezas se configuram, já no século XX, do que os tão brandidos sinais da estagnação; prepondera, hoje, e desde os anos 70, quando o trissecular ancoradouro da cidade é deslocado, em novo arranjo urbano, para longe da “grelha” colonial. É de se notar que já desde os anos 50 São Luís redimensionara seus velhos caminhos em estradas integradoras de várias sub-regiões da própria ilha, até de vilas velhas, a exemplo de Ribamar, Vinhais e Paço do Lumiar. No entanto, é a partir dos anos 1960 que a cidade se dilatará por sobre seus rios-mãe com a construção das grandes pontes em direção ao São Francisco (e praias do mar aberto) e ao Anjo da Guarda,³¹¹ inauguradas no alvorecer da década de 1970. Essa dinâmica da cidade “liberta/aberta” aos outros lados embutia a perspectiva do abandono ainda maior do centro antigo, com o adensamento rumo às praias e ao novo porto, o do Itaqui, grandes conjuntos habitacionais e logicamente antigas/novas funções se expandindo/articulando, a exemplo da chamada Cidade Industrial. São Luís, o aglomerado urbano, alcançará em 2010 a casa de 1 milhão de habitantes, com um visivelmente grave quadro de apartação social. Brevíssima caracterização faz Viana Lopes dessas últimas décadas:

Com a implantação do complexo portuário ludovicense, conformado pelos portos de Itaqui, Terminal da Alumar e Terminal da Ponta da Madeira, a movimentação de cargas passou de 448 mil toneladas, em 1980, para mais de 38 milhões de toneladas em 1993, chegando aos 65 milhões de toneladas em 2002. [...].

³¹⁰ No caso de São Luís, essa degradação tem seu ponto mais grave por volta do final dos 1960 aos 70, conforme afirma Burnett (2007, p. 184-185).

³¹¹ São Francisco e Anjo da Guarda, zonas do “outro lado do rio Anil e do rio Bacanga, que se transformam em grandes bairros a partir da década de 1970. Dir-se-á que um “chique”, e outro, “brega” – nessa linguagem repleta de semântica apartatória.

De 1971 a 1999 foram construídos 55 conjuntos habitacionais. [...].

Neste período, ocorre o deslocamento do centro de consumo das elites para os bairros novos de São Francisco e Renascença. Este processo culminou com a transferência do poder estadual para a área de expansão no Calhau, instalando-se no Palácio Henrique la Roque. Esse modelo de expansão possibilitou também a permanência de vazios urbanos intra-estruturados, com retenção especulativa do solo e, por outro lado, o aumento da situação de informalidade da ocupação do solo urbano, com a favelização [...], consolidando-se um padrão de segregação tipo centro-periferia, no qual se estabelecem regiões para os diferentes grupos sociais, com as elites próximas ao centro e ao litoral e as classes populares na periferia, ouvindo reggae.

São Luís hoje é uma cidade com segmentos urbanos globais, que participam dos fluxos informacionais do mercado financeiro e da rede mundializada de distribuição de mercadorias – com porto e aeroporto internacionais, com internet, TV a cabo e flat's [...] e com muitos segmentos urbanos desconectados, excluídos do acesso aos serviços básicos e às oportunidades de trabalho. (LOPES, 2008, p. 38)

São dados que, recortados em plano, ainda assim atestam o vultoso impacto de tudo isso sobre a Ilha e em particular, o centro antigo. Contudo, o maior significado dessas mudanças recentes é uma espécie de refundação da cidade para o futuro – repontando sempre aquela insistente ideia de modernidade –, esvaziando-se as pressões sobre “remodelar” o centro-cidade erguido nos 350 anos anteriores e aí, sim, abrindo-se a oportunidade de um maior ânimo de sua liderança social-política em recepcionar as propostas, que aparentemente nunca faltaram, do órgão federal do patrimônio concernentes à sua *proteção*. Sim, até aqui, recorde-se, a defesa da cidade, de seus valores de antiguidade e estéticos, fora tido como ativismo de intelectuais,³¹² manifestações românticas e com alguma desconexão com o que seriam os necessários, irreversíveis e pragmáticos fluxos do mundo. E cada vez mais se reconhece e confere sentido e razão à inquietação intelectual, em particular o descortino e as frentes de luta que abriu e liderou, para salvar Alcântara e São Luís, o historiador vianense Antonio Lopes da Cunha,³¹³ militância que passa pelo Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (recriado em 1925) e pela criação, no plano institucional, da Comissão de Patrimônio Artístico Tradicional de São Luís e promulgação de decreto (nº 476), que “proibia a demolição de sobrados e casas com mirante ou azulejos nas fachadas” (LOPES, 2008, p. 46).

Desde as primeiras manifestações reivindicativas da proteção/restauração da velha São Luís, naquelas décadas recuadas, até a década de 60, as demandas atinentes como que remaram contra as marés adversas, em praticamente todas as possibilidades de abordagem. São, pois, muito

³¹² Lopes (2008, p. 45) acrescenta que as ideias preservacionistas, em São Luís, surgiram e ganharam importância fora do âmbito do poder público, a partir do olhar de intelectuais interessados nos vestígios da cidade, que ganhou um novo status, uma nova identidade, a ser defendida e preservada: *São Luís, Cidade Colonial*” (grifo autoral).

³¹³ Antonio Lopes falecera em 1950 quando suas bandeiras em defesa do patrimônio histórico ganhavam ventos mais fortes em sua agitação.

significativas as medidas que se praticou em atenção às salvaguardas da cidade, ainda que, como já caracterizado, a ação protetora federal tenha incidido sobre monumentos (edificações) e vestígios (sambaquis) isolados. Diz Bello F^o, que fez uma espécie de “arqueologia” das ideias que embasaram e nortearam os planos governamentais do tempo:

Referidas práticas patrimoniais efetivadas pelos diversos tombamentos do órgão federal de gestão do patrimônio a partir da década de 1940 consolidaram uma forma de atuação que possibilitou que o conjunto arquitetônico colonial fosse alçado a Patrimônio Nacional. A institucionalização do Centro Histórico tem seu ápice com o tombamento federal do conjunto urbano feito pelo IPHAN em 1974. Essa ação legitimou as intervenções urbanísticas de revitalização do sítio histórico na década seguinte pelo poder público.

A inflexão em favor das políticas públicas visando à preservação de São Luís se configura a partir da segunda metade dos anos 1960 – a “missão Parent” – desde quando têm lugar algumas iniciativas de monta, haja vista o referido tombamento do conjunto da cidade colonial, logo em 1974,³¹⁴ passo decisivo, nas trilhas concebidas da referida “missão”, para todas as ações subsequentes e que culminaram com a inscrição no Patrimônio Mundial em 1997. Quais iniciativas? E que/quais concepção/ões a/s orientou nessa fase?

3.4 A Missão Parent

“Tratou-se da implantação de uma grande universidade, sem a qual o desenvolvimento do Maranhão seria impossível. O governo do Estado parece hostil à instalação global da universidade no interior da cidade antiga, com a conservação estrita de sua decoração original e reforma apenas do interior das residências. Essa opção se choca, de fato, com os critérios racionais atuais das organizações de ensino, especialmente as de ensino científico e com as dimensões exigidas pelos laboratórios”.

(MICHEL PARENT, 1966/67).

A primeira delas remonta aos anos de 1966, envolvendo o governo brasileiro e a Unesco, quando, em missão desta, visita São Luís um alto emissário – Michel Parent³¹⁵ –, “como especialista

³¹⁴ Tombamento federal do “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de São Luís, incluindo os bairros da Praia Grande, Desterro e Ribeirão, e complementando as áreas já tombadas [...] no Centro Histórico [...] o que resultou na adição de 60 hectares de zona urbana central sob proteção federal e quase 1.000 edificações de interesse histórico [e tombamento estadual] da área urbana, com 160 ha, no Centro Histórico (adjacente ao núcleo tombado pelo Governo Federal [...], englobando área com cerca de 2.500 imóveis...”. (ANDRÊS, 1998, p. 105/106).

³¹⁵ Michel Parent era então técnico do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Inspeção de Sítios na França. Segundo Cláudia Feierabend Baeta Leal, em *As missões da UNESCO no Brasil: Michel Parent*, tornar-se-ia, “pouco depois, membro do Comitê que elaborou o texto da Convenção do Patrimônio Mundial, de 1972, vindo a ser, por um breve período, presidente do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO. Entre 1981 e 1987, Parent foi

enviado no âmbito do programa ‘Turismo Cultural’” do citado organismo internacional, para conhecer, “periciar” e relatar as condições do patrimônio local. De sua visita, Parent elaborou o relatório

[Protection mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique] “Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico [...], o qual teve grande importância tanto no âmbito da preservação do patrimônio cultural brasileiro quanto entre os demais consultores da UNESCO que o seguiram em visitas ao Brasil e na elaboração de propostas para a então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), atual IPHAN, no que diz respeito à proteção das cidades brasileiras. (LEAL, p. 1).

Parent visitou várias cidades, em todas as regiões do Brasil, orientado pelas referências constituídas pela própria DPHAN sobre elas. Aponta essa autora que dito relatório, além de “fornecer uma visão das ações, iniciativas e perspectivas da Unesco no que concernia ao conhecimento e preservação dos bens culturais em uma abrangência mundial [*fora contributo*] para se entender a relação estabelecida por meio da noção de ‘turismo cultural’ entre o órgão brasileiro responsável pela proteção do patrimônio cultural, o IPHAN, e a Unesco...”. O governo brasileiro buscava redimensionar sua política para o setor – até então focada mais para a dimensão do preservar –, numa perspectiva de ação voltada, ao mesmo tempo, à preservação do patrimônio cultural e à aceleração da economia do turismo.

Essa missão de Parent em São Luís e Alcântara³¹⁶ se afigura essencial para o conjunto da política pública do patrimônio havido nessas cidades desde então. No Relatório que emitiu à Unesco e ao governo brasileiro, nota-se os lineamentos conceituais e de práticas que consubstanciariam, desde aqueles anos, os grandes documentos emanados desse organismo cultural e de outras organizações multilaterais – as chamadas *cartas patrimoniais* o revelam. Aliás, como se anotou, a ele é atribuído partilhar, logo após a missão brasileira, a elaboração da Carta do Patrimônio Mundial, de 1972, do que essa espécie de “aprendizado” certamente o influenciou para perfilar sua abordagem sobre a questão.

presidente do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), tendo ainda recebido a Medalha de Honra da Europa Nostra, em 1999, em reconhecimento à sua contribuição eminente, durante mais de cinquenta anos, à defesa e conservação do patrimônio (EUROPANOSTRA, s./d.)”.

³¹⁶ Da leitura do Relatório de Parent, infere-se que ele visitara as cidades com funcionário da DPAHN, inclusive o diretor, Rodrigo Melo Franco de Andrade, além do presidente do Icomos, Sr. Miran Latif. A missão foi cumprida em duas etapas: novembro/dezembro de 1966 e abril/junho de 1967.

Muito importante também o cotejo das diretrizes e propostas de Parent com o teor de vários documentos e medidas atinentes que se fez no Brasil e em São Luís nesse campo, nos anos e décadas seguintes, até hoje. Logo haveremos de perceber a relação. Com efeito, o exemplo mais próximo é o ativismo seguinte (1973) de Viana Lima e o tombamento do conjunto do centro velho em 1974. Proteção do *conjunto* urbano-arquitetônico, e não mais de bens ou grupos isolados deles (tal se fizera nos anos 40 e 50), está, aliás, prefigurado no citado Relatório.³¹⁷

Parent tem presente uma “conjuntura mundial” de “oportunidades excepcionais” para o Brasil, em face, por exemplo, do “estado concorrencial dos investimentos”, os quais quer partilhar, inclusive em programas de cooperação com a Unesco; o perito, em preliminar, invoca uma fala do embaixador do Brasil junto a esse órgão no sentido de que qualquer “planejamento global para a conservação dos bens artísticos e determinados patrimônios naturais [deve ser realizado] por meio da integração nos projetos de desenvolvimento do país”.³¹⁸ No propósito de identificar, caracterizar e enquadrar em estatuto mais profundo as concepções que movem a política pública do patrimônio em São Luís, convém destacar alguns pontos mais do Relatório Parent, conforme e além do que já se apontou acima. Tenhamos presente que o Relatório Parent é a verdadeira *constituição* da política pública do patrimônio para São Luís, pois contém os lineamentos desde então observados, os quais, por sua vez, exprimem a fortuna concepcional sobre a questão em nível internacional, além das diretrizes que a ordem econômica mundial punha na mesa dos Estados através de órgãos multilaterais tipo a Unesco.³¹⁹

A) turismo e turismo cultural – esta é uma das possibilidades de “desenvolvimento” apontada por Parent – e que, de fato, o moveu nessa missão de “perito” – que acrescenta o fato de “o turismo se apoiar na qualidade e na multiplicidade dos bens culturais e naturais de preservação e plano de expansão...”. Preocupa-o, sobretudo quanto ao Brasil que tem baixa atividade turística, que, “na ânsia de satisfazer a uma grande clientela, fonte de lucros, o turismo pode, ele próprio, acrescentar danos aos demais fatores de degradação, e, tanto material como psicologicamente,

³¹⁷ Relatório que, por sua estimável importância, chegamos a cogitar a anexação ao presente texto, em suas partes relativas ao Maranhão, além da parte conceitual mais geral e das conclusões. Não o fizemos porque o Iphan o publicou, há pouco, e disponibilizou, na rede mundial de computadores.

³¹⁸ Observa Cláudia Leal que a “vinda de Michel Parent ao Brasil enquadrou-se exatamente [no] contexto de ênfase na relação entre turismo, desenvolvimento econômico, preservação e valorização do patrimônio cultural; da busca de cooperação entre os dois organismos voltados para a preservação do patrimônio cultural – DPHAN e UNESCO –; e de esforços por parte do governo brasileiro nesse sentido...” (LEAL, p. 18). Carlos Chagas Filho era o embaixador e todos os países-membros da Unesco estavam empenhados nessa discussão – 1967 foi declarado o Ano Internacional do Turismo.

³¹⁹ Utilizamos para as citações recortadas o texto do Relatório publicado pelo Iphan, na série “Pesquisa e Documentação do Iphan”, em 2008. Páginas indicadas entre parêntesis.

contribuir para degradar os bens naturais e culturais...”; mas é a oportunidade do Brasil, com riscos, pois tem “um espaço natural rico de lugares espetaculares”, uma “vida cultural vigorosa e complexa nascida da confluência histórica de três correntes: América indígena, Europa latina e África negra”, além da “capacidade virtual de seus habitantes de empenhar em combates vitais todas as forças de seu espírito”. Pensa o Brasil das diferenças sociais abissais e o que significa a dinamização do turismo em face dessa situação: “tantas empreitadas nas quais, se uma fabulosa quantidade de energia foi gasta sem que ele tenha conseguido até o momento abrir de forma decisiva seu horizonte no plano econômico, o Brasil, pelo menos, definiu sua própria cultura” e que tem entre seus aspectos concretos “a prática recorrente dos ritos, decorrentes de crenças e costumes ancestrais...”, mas cultura brasileira que também se caracteriza por “sua aptidão para a modernidade” e “entre essas duas tendências, pelo menos aparentemente contraditórias [...] existe esse importante repositório cultural, no marco da vida passada, das cidades de arte, dos bairros antigos, antes aristocráticos e hoje populosos, outrora testemunho de esplendor e hoje em um estado de degradação paralelo à degradação econômica daqueles que ali vivem”. Do que salienta que “seria enganoso determinar para esse repositório cultural uma vocação ‘turística’ sem levar em consideração todos esses fatores”. Parent adverte que

não seria vantajoso um planejamento parcial em um contexto sócio rural ou urbano degradado. É importante, portanto, que a infraestrutura turística não apareça, em momento algum, como álibi ou prolongamento de dominações econômicas externas ou internas. Ao contrário, importa que o turismo não constitua um fim em si mesmo, nem mesmo um meio de satisfazer simultaneamente a curiosidade e o conforto de não-brasileiros ou de uns poucos brasileiros desconectados da realidade nacional, mas que o modelo técnico da infraestrutura associe o modo de conhecer a cultura brasileira à maneira de vivê-la e, desse modo, possa integrar a tradição, a ciência e a salvaguarda dos valores do Brasil antigo ao desenvolvimento do Brasil futuro. (IPHAN, 2008, p. 50/51).

Alude ao papel da Embratur, empresa pública criada no contexto de suas missões. E comentando uma possível integração de meios financeiros e ações entre esta e a DPHAN, diz que conviria a esses órgãos “estivessem imbuídos de que é inútil desenvolver estruturas comerciais de turismo, se o capital cultural de base capaz de suscitá-lo desaparecesse”. Aqui uma preocupação que reponta em várias passagens do Relatório, hoje em dia tão recorrente em certo discurso de planejamento governamental, a *sustentabilidade*. Neste caso, “capital cultural de base” entendido mais a autenticidade da manifestação cultural que sua expressão econômica. De São Luís, um

exemplo somente: faça-se transbordar a cidade de turistas para ver o Bumba e reinvente-se o folguedo que o enreda, cassando-lhe a autenticidade. Deixe-se de apresentar o grupo de boi em sua força e imantação tradicionais e se faça apenas a *representação* desse auto. Acentua ele a importância de no Conselho da Embratur ter assento o diretor da Dphan, além de lembrar que a publicidade respectiva “é bastante insuficiente atualmente” e ser “desejável reservar uma parte substancial do capital destinado à Embratur à infraestrutura turística de cidades e estações turísticas que seriam simultaneamente selecionadas em um plano de renovação urbana e de salvaguarda do patrimônio cultural”. Note-se a recorrência das transformações urbanas em seu discurso, a um só tempo, (a) significada na degradação do patrimônio natural e histórico e (b) na oportunidade de se por de pé políticas de proteção articuladas com as novas demandas colocadas pelo estágio de desenvolvimento brasileiro.

B) “culturas tradicionais” – Parent detecta e ensaia caracterizações acerca dos expulsos da roça se entranhando na cidade, cheios de cultura de raiz. Parece que São Luís, Salvador e Olinda/Recife (em especial) o incensaram com as essências de seus tantos terreiros míticos e místicos e vê nessa força uma expressão que nenhum planejamento pode olvidar – e daí que sugere o tempo todo que a prática de um turismo de desinformados sobre o Brasil, pode colocar esse patrimônio em risco: é preciso se *preparar* para conhecer o Brasil. Pois “se constatamos que um planejamento inteligente e cuidadoso pode reinserir um patrimônio arquitetônico no âmbito de uma política de desenvolvimento turístico, é infinitamente mais delicado revelar as formas exteriores de uma cultura de caráter sagrado a visitantes não preparados” (IPHAN, 2008, p. 51). “... fora desse contexto do sagrado o Brasil não é o Brasil, apreendendo-se dele apenas a capa cosmopolita”. Sua proposição tem presente que “iria contra os objetivos fundamentais que a Unesco se atribui caso fossem vulgarizados, em nome do desenvolvimento turístico, os ‘quinze minutos’ de candomblé e de macumba, ou se fossem comercializados objetos rituais. A preservação do patrimônio cultural é, também, a preservação de todas as autenticidades”. Ele captura alguns elementos essenciais da formação brasileira para fundamentar suas observações e vai ao ponto sobre a dinâmica das forjas das culturas tradicionais. Vale citá-lo por inteiro:

Esta metáfora muito banal, que associa os ciclos da cultura espiritual aos da cultura agrícola, pode ser entendida aqui em seu sentido próprio. A monocultura fez suas devastações, não apenas no plano da dependência econômica, mas ao esgotar as terras destituídas das vantagens da alternância. A prática das queimadas para criar terras agrícolas exterminou grande parte da floresta tropical sem permitir o enraizamento de uma verdadeira cultura agrária. A decadência

agrícola e a degradação do antigo quadro da vida urbana têm causas e seguiram percursos paralelos: (a) desde o século XVII, a especialização e exigência de lucro imediato – critérios das agriculturas coloniais; (b) no século XX, abandono dos antigos centros urbanos coloniais pela classe dirigente e proprietária em prol dos grandes centros comerciais e industriais (para não dizer de um só: São Paulo, que produz sozinho quase a metade da renda nacional). A população rural, que abandonou terras e uma economia degradada acaba, seja nas favelas das grandes cidades industriais, seja precisamente nos antigos bairros aristocráticos tão degradados quanto a economia rural, testemunho igualmente sintomático de uma evolução regressiva onde se esperava um progresso decisivo.

A magnitude do problema da salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro é tal que passa, obrigatoriamente, pela transformação econômica do país inteiro.

“Metáfora”? Será que haveria um conjunto de chaves analíticas tão evidenciadas para se entender o processo de formação histórica maranhense (Alcântara e São Luís), suas “decadências” e o desembarque em suas ruas coloniais de hoje, das encanterias, do balançar dos boieiros índio-vaqueiros, dos cazumbás das baixadas? É muito significativo esse enquadramento que faz no plano macro processual da vida colonial-mercantil, em cujas estruturas espoliadoras se engendrou essas cidades, seu esplendor, ruína – aliás, transpostas aos *reviveres* de agora. Em sua “economia política” do fim do Setecentos, Sabino já ia fundo na prospecção da “crise” que a dificuldade de arrebatar aos gentios novas terras fecundas para a lavoura no grande derredor de São Luís e do próprio Estado do Maranhão e Piauí do qual era a capital. Nada em São Luís se ergueu e plasmou – na dimensão material-arquitetônica quanto em seus labores intangíveis – que não tenha em sua forja a substância da força física, arte, engenho e impulsão do espírito dos imigrados/desterrados, enfim, desenraizados de toda espécie. Ou os ritos de sua fundação – mais que símbolo, realidade – não constituem a força feitorial fortificada aniquilando ocas e tabas de sua ancestralidade? Ferindo o coração essencial da alteridade?

O “perito” manifesta-se preocupado ante a possibilidade de continuação, “por outros meios e para outros fins”, “da política da primeira metade do século XX”, isto é “o cosmopolitismo, que, por toda parte onde pôde, destruiu a riqueza da cultura passada ao mesmo tempo em que suas opressões, com o único benefício de um vazio ele próprio mais constrangedor do que fecundo”. Mas para ele, o “Brasil percebe tanto mais intensamente o vazio a preencher porque sua cultura tradicional ferida ainda está viva e, porque, devido a um traço dominante da psicologia nacional, ele sente, com particular impaciência, a aspiração a uma cultura do século XX fundada sobre uma alta tecnologia”. Nesse passo de seu argumento, aqui, Parent parece afastar-se do entendimento da dinâmica da inserção brasileira dependente naquela parcela de

século com essa inferência sobre “psicologia nacional” e destruição de opressões – estava convencido de certa lendária em voga de que o Brasil operara o fim de qualquer racismo, na engenharia da mestiçagem. Teria lido, assim, por exemplo, essa espécie de “descriminalização” das manifestações rituais de índios, negros e pobres em geral que chegaram até perto do tempo presente? Certamente que sim. E com isso, contorna o enfrentamento das contradições da república larvar e já totalmente refém de uma fração dominante – de pura linhagem colonial – que não desaprendeu da opressão.

Quanto à diáde “tradição e modernidade”, acentua, com certo entusiasmo, que o “Brasil é um dos países cuja modernidade é das mais empreendedoras” (IPHAN, 2008, p. 52), para em seguida observar que existem “aparências que poderiam levar a conclusões menos otimistas: o sucesso de determinados grandes espetáculos que oferecem, do Brasil para o Brasil, a imagem que um exotismo pueril dele transmitiu, inicialmente, para o exterior. A degradação de algumas grandes festas populares também seria motivo de preocupação”. Chega a propugnar ajuda financeira a animadores teatrais e a criação de “uma política de animação do patrimônio monumental”; alude a grandes espetáculos, por exemplo em Olinda ou em Ouro Preto e em Olinda, mas também de Alcântara e pode-se dizer a própria São Luís. Mas tudo de maneira que se assegure produção qualificada e repercuta

na manutenção das tradições culturais populares: por um lado, por meio de oficinas relacionadas com o desenvolvimento do teatro, seria possível manter a qualidade plástica das festas populares atualmente ameaçadas; por outro lado, existe e poderia se desenvolver um repertório de expressão essencialmente visual e de essência tradicional; esse repertório manifestaria e legitimaria seu caráter de espetáculo e polarizaria a atração das massas de turistas, evitando que viessem sem preparação e que desnaturassem manifestações de caráter especificamente sacro.

É de se indagar: os criadores do famoso Boizinho Barrica³²⁰ teriam feito uma leitura imediata do relatório de Parent? Parece. E, como se verá adiante, na poética, na música e no teatro de expressão maranhense, repontam espetacularizadas “grandes festas” das tradições

³²⁰ A rigor, um grupo de dança – Companhia Barrica – com artistas locais que adotou a estética do tradicional folguedo do Bumba Meu Boi e, a partir dela, promove as demais festas populares das tradições maranhenses. Isto é, não é um grupo de boi no sentido próprio da tradição: não é o Bumba-boi, mas uma representação dele. Seu material de divulgação informa que seus artistas são, a maioria, sobretudo os fundadores, filhos do tradicional bairro da Madre Deus ou a ele ligados, porém nos dias de hoje há brincantes de todas as partes da cidade, sendo eles cantores, dançarinos, compositores, músicos, artesãos, atores e poetas. Criado em 1985, sob a liderança do compositor José Pereira Godão, e com uma expressivo acervo editado de produções midiáticas, tem, hoje, grande visibilidade, do local ao internacional.

populares locais. Mas há uma perceptível perda de autenticidade delas em função dessa transposição espetacular para os palcos. É que ultimamente tem se visto, no caso do Bumba Meu Boi, com sua “parintinização.

C) patrimônio arquitetônico – Parent destaca algumas questões relativas, mais especificamente, ao estado da arte da arquitetura³²¹ no Brasil, para apreciar a monumentalidade de sua expressão contemporânea, Brasília acima de tudo. Gosta da ideia de que um arquiteto, a exemplo de Lúcio Costa, “ser ao mesmo tempo alto funcionário do ‘Patrimônio histórico’ e um dos autores de Brasília confirma que o arquiteto brasileiro pode ser, simultaneamente, um defensor atento de seu patrimônio antigo e o criador de um Brasil futuro” (IPHAN, 2008, p. 54). Mas anota que percebeu e o afligiu que “nos lugares onde o desenvolvimento da urbanização moderna ameaça mais diretamente o patrimônio antigo, ela não seja feita em proveito da qualidade, mas – porque faltam os meios –, em benefício da arquitetura moderna mais banal e mais medíocre”. Preocupa-o – e fica bem delineada – a questão grave habitação popular. E é severo na crítica à especulação imobiliária e inação dos arquitetos em face disso. “É de se prever que, no dia em que o Brasil resolver o problema [...] da disponibilidade dos terrenos, as novas gerações de arquitetos saberão criar uma arquitetura de habitação digna do povo brasileiro – um dos mais deserdados do mundo sob esse aspecto”. Considera que as opções dos arquitetos ferem as condições mais permanentes da realidade brasileira, pois “a placa de vidro, por exemplo, não é decididamente o material de eleição para um país tão quente e luminoso”. E aqui ele chama a atenção para algo que as cidades coloniais brasileiras o ensinaram: a arquitetura criativa adaptada ao trópico.³²² E lembra que “a contribuição da arquitetura urbana do século XVIII se manifestará como um precioso componente da arquitetura brasileira de amanhã. E como seria grave deixar

³²¹ “... desde a origem do mundo até o século XV da era cristã, inclusive, a arquitetura é o grande livro da humanidade, a expressão principal do homem em seus diversos estados de desenvolvimento, seja como força, seja como inteligência. [...]. A arquitetura começou como qualquer escrito. Em primeiro lugar foi alfabeto. Colocava-se uma pedra, e isso era uma letra, e cada letra era um hieróglifo, e sobre cada hieróglifo repousava um grupo de ideias, como o capitel sobre a coluna...” (HUGO, 2005, p. 324-325).

³²² Sobre a história da arte arquitetural – do morar, do industrial, do orar – e de como o cenário da pura ruralidade da América indioafroportuguesa se inventou em *urbanizar*, cf. SILVA F.º, 2007, em sua obra de genuína originalidade, intitulada “Carnaúba, Pedra e Barro na Capitania de São José do Piauí”. Se não a mais completa, trata-se da mais consistente pesquisa, do mais erudito e belo texto e da mais sensível e luminosa imagem acerca da arquitetura rural e urbana que se praticou sob os céus dos maranhões e brasis equinociais. Livro que Márcio Tavares d’Amaral diz exprimir um “ato de inteligência e beleza”. “Detalhada, erudita, escavada longe na pedra, estaqueada nas carnaubeiras que sustentam cidades, amassada no barro de paredes e lembranças”. Obra apresentada em 3 volumes: 1. “Estabelecimentos rurais”; 2. “Arquitetura urbana”; 3. “Urbanismo”. Na inspiração de V. Hugo (cf. nota anterior), sendo a arquitetura o “grande livro da humanidade”, sem vãs incensações, há que se aludir sobre Olavo F.º ter capturado, dele, as mais caprichadas páginas, feitas com as tintas filtradas pelas manchas de cores intensamente solares do trópico. Trabalho ganhador do prêmio Rodrigo de Melo Franco, do Iphan, 2008.

que essa riqueza fosse dilapidada hoje!” No que se refere a São Luís, pode-se acrescentar que todos os grandes estudos sobre sua arquitetura, tanto residencial, quanto à utilitária de qualquer espécie, mas notadamente aquela, constitui, em si, um valor inestimável. Olavo Pereira da Silva, filho, é um deles. Aludindo as “técnicas” construtivas, afirma que “para proteção das chuvas, vidraças de subir. Para a ventilação permanente, venezianas em caixilharias de guarda-corpo. [...] nas prumadas das janelas, em ovais, retângulos ou circulares e providos de grades de ferro batido se encaixam óculos de ventilação permanente, inclusive os de arejamento dos soalhos” (SILVA Fº, 2008, 63).

Convém não esquecer, que um dos elementos a ensejar o tombamento mundial de São Luís foi essa capacidade de se forjar uma cidade no trópico adaptada ao modo de morar da metrópole.

D) *relação natureza e cultura brasileiras* – Na percepção desse europeu viajando o país em missão de pesquisa na década de 1960, no Brasil se configurou um desastre ecológico gigantesco – quando esse debate nem entrara na pauta de quase ninguém por estas bandas. Impressiona-se com a evidência de que aqueles que foram se fazendo brasileiros pela colonização não quiseram/souberam colocar o meio natural a seu serviço sem destruí-lo. Começa por ressaltar que o “amor que une o Rio de Janeiro à sua localização geográfica é do tipo que sufoca o objeto amado. O crescimento do Rio sobre si mesmo tem levado ao cisalhamento do seu relevo, ou mesmo de seu nivelamento, enquanto as últimas ilhas verdes estão sendo aniquiladas” (IPHAN, 2008, p. 55). “Contudo, o Brasil inteiro vive o drama do Rio”. O desastre ecológico se revelaria na evidência de que, “no século XX, o Brasil descobre que, com exceção da Amazônia, sua imensa floresta tropical desapareceu quase totalmente”. E isso ocorreria diante “da dificuldade de integrar o homem a uma ecologia natural tão forte”, do que se destrói “os ciclos orgânicos e ignora-se, por conseguinte, que não há vida humana possível sem a integração do homem a essa ecologia geral”. Acentua que se trata de um “deplorável mal-entendido, e que se perpetua”: “Do primeiro colono a todas as ondas sucessivas da imigração, do escravo ao agricultor livre, que, por falta do ganho mais elementar, dos mais elementares recursos básicos, só é capaz de sobreviver ao dissipar sua verdadeira riqueza potencial, perpetuando esse catastrófico ‘arboricídio’”.

Reconheça-se muito certo o diagnóstico de Parent, tanto que o estado ecologicamente desastroso que gerou suas observações, feitas há quase cinquenta anos, não só se comprovou, como agravou-se muito nesse intertempo. O que se precisaria reparar, no entanto, é a inconsistência dessa ideia de *ignorância* e “mal-entendido” apontados como decisivos no referido

e “deplorável” desastre. Como ele tem a perspectiva de análise do processo de reocupação humana do imenso país tropical enquanto *colonização*, convém se examine as forças que impulsionam esse deslocamento e o sentido de sua realização no tempo. Ora, os assentamentos humanos aninhados neste imenso país tropical, arrostando sua natureza valente, não são resultado de uma ação aventureira qualquer do espírito humano, cheia de fortuidade, mas imperativo de um regime de exploração econômica e dominação política extremamente racionais. Têm esse regime e essa dominação um sentido de concreção, que se realiza exatamente pela despotencialização, isto é, extração, das riquezas naturais. Nesse sentido, as chamadas “cidades coloniais” não seriam mais que póvoas nascidas da perpetração mais torpe a que o “perito” do patrimônio cultural chamou de “arboricídio”. Aqui, para a compreensão adequada desse processo, tenha-se presente o argumento do historiador da colonização moderna, Fernando Antonio Novais, sobre o sentido da colonização dos chamados Tempos Modernos e lembrar – o que já se demonstrou no capítulo 1 – que toda a colonização mercantil atendeu ao imperativo de constituir uma acumulação primitiva de capital no centro europeu; esta a lei que determinou, e ainda determina, o devassamento ecológico dos quais, repita-se, as cidades coloniais – tal São Luís – são as marcas ou cicatrizes; cicatrizes que arrebentam, volta e meia, em novas feridas. Aliás, mais que fato simbólico, em São Luís, a avenida com que se quer “marcar” os 400 anos da cidade é via que, a olho nu, fere de morte o já combalido e insustentado ecossistema da Ilha,³²³ atendendo claramente a uma demanda de expansão do sítio na lógica dos mercados, imobiliário e de consumo em geral. A forma de colonização mercantil de ontem sobre o meio natural e as formas neocoloniais ditas globais de hoje, baseadas na exportação de *commodities* obedecem, em temporalidades seculares distintas, determinações macrossistemicamente iguais – extrair o máximo de riquezas dos nichos naturais submetidas à exploração –, deixando para trás, além das cicatrizes, os “buracos”, ou novos desertos, donde se extraiu/exauriu tudo o que o dito “ciclo orgânico” (a camada de húmus = vida) foi capaz de dar: para não sair dos exemplos maranhenses que enchem suas calhas portuárias, a monocultura da soja e o plantio/extração do eucalipto. E nada mais significativo no presente que as crateras que vão sendo deixadas pelas serras desmanchadas no Pará de hoje de

³²³ “Seguindo determinações do Ministério Público Federal, desde o dia 16 de Março, as obras da Via Expressa ainda seguem paralisadas, dependendo da inspeção de arqueólogos na área do Vinhais Velho, pela Secretaria de Estado de Infraestrutura (Sinfra). [...]. Segundo Gilberto Leda, assessor de comunicação da SINFRA, se desconhece qualquer embargo. ‘O Governo do Estado, através de arqueólogo contratado pela própria SINFRA, detectou material de valor arqueológico no Vinhais Velho. No trecho onde há achados, o próprio Estado suspendeu os serviços, até que o projeto de resgate dos mesmos seja aprovado pelo Iphan’”. (IMIRANTE, 2012).

onde se extraiu o ferro, o ouro, o manganês e outros minerais. Tudo para a grande exportação do porto da atual São Luís, fator macroeconômico que, no limite, determina a vida da cidade contemporânea – e algo totalmente insustentável porque o sentido é o da extração, e da exportação do extraído, como matéria-prima, despojando a população de hoje deles e muito mais ainda a de amanhã. É tão atroz a extração do potencial do “ciclo orgânico” aludido por Parent, que siderúrgicas maranhenses utilizam para fazer o primeiro preparo do minério de ferro para exportar queimando uma “biomassa” essencial, o carvão vegetal – visse hoje em dia esse desdobramento da tragédia que detectou nos anos 60, Parent classificaria – quem sabe? – o aniquilamento desses biomas inteiros para fazer carvão, como o verdadeiro atestado do “arboricídio”.

De certo ele apresenta uma visão do desastre e lá numa ou noutra linha do Relatório – já se o viu acima – ele aponta rumos. Assim, ele sugere que “unicamente uma profunda reforma das estruturas agrárias poderá salvar a floresta e revitalizar a agricultura. Nesse caso, assim como nas demais áreas da salvaguarda dos conjuntos arquitetônicos urbanos, a proteção do patrimônio passa por uma decidida reforma das estruturas” (IPHAN, 2008, p. 56). Parent está produzindo um Relatório, de certa forma pragmático, com vistas a articular políticas internacionais de financiamento para o Brasil e precisa apontar certas questões. Contudo, o Brasil vive, então, sob uma ditadura, e é como falar de “corda em casa de enforcado” que menciona, por exemplo, a reforma agrária. Por isso também não deixará de acentuar que “esse processo que leva ao caos” se traduz numa infraestrutura “frágil” – para turista, no que o importa. E ressalta que “neste caso ainda [da infra] é chocante o paralelo entre a história da terra do Brasil e a história da sua cultura urbana”. Mas recairá na análise pueril quando atribui o caos e essa fragilidade infra estrutural, “menos a escolhas técnicas ou à brutalidade dos agentes naturais do que ao fato de que, com grande frequência, o equilíbrio natural foi destruído pela mão do homem...”. Teria iluminado de forma mais consistente o relatório de sua “perícia”, tivesse reconhecido que a “mão do homem”, de há muito tempo, não se move sobre a natureza pela simples compulsão de haurir dela a própria sobrevivência; nos últimos séculos ele o faz sob a impulsão, social e materialmente induzida, de acumular riquezas (capital), sentido maior que é incompatível com a condição humana. Afinal, “o capitalismo é intrinsecamente inapto a construir um mundo de justiça e liberdade” (apud SANTOS NETO, 2010, p. 44). Ora, se esse sistema não é dotado dessa aptidão, claro que o “caos” acima aludido tem sobretudo o nome de opressão e morte – e em ambiente assim, não medra o que se deve chamar de cultura – de paz – ou de qualquer maneira adjetivada que seja.

A preocupação digamos “ecológica” dele é recorrente e diz mesmo quanto a proteção desse patrimônio que a ele “pareceu importante insistir, ideologicamente, sobre a necessidade da proteção do conjunto da natureza brasileira” – “os grandes sítios naturais de caráter espetacular devem ser preservados”, até as praias, mesmo as distantes dos grandes centros, deveriam ser recenseadas e dotadas de certos tipos de infraestrutura leve com base em disposições gerais que deixariam sempre uma área *non aedificandi* na própria faixa litorânea”. Não era corrente então o uso do conceito, repitamos, mas ele está falando do que hoje se chama de *sustentabilidade*. Claro que muito do que indicou nesse diapasão não logrou bons sucessos, pois indicações aparentemente – volte-se a dizer – desconectadas do mundo e das forças reais que o movem em sentido contrário – aquelas inerentes aos ciclos reprodutivos da economia e dos modos de viver socialmente sob a égide imperativa do capital.

E serviria para quê a proteção do chamado patrimônio cultural da humanidade? Quem sabe esteja aqui, de certo modo, a inquietude dele quanto à “cultura urbana” como que feita de gente desterrada à força do “arboricídio” e da morte do “ciclo orgânico” que outrora germinou vida em abundância. Sim, contemplatesse Parent, hoje, São Luís, perceberia “brincantes” dos cultivos agropastoris semeando paz em meio a urbs de alma cisalhada e corpo e face rugosos pelas violências inerentes ao colonizar.

Importa lembrar que se fala muito no sentido de monumentalizar/patrimonializar esses relicários chamados “cidades coloniais” – a exemplo de São Luís –, em sinal de coesão fraterna da humanidade; um imaginário de humanidade, digamos. Nesse sentido, ainda que uma idealização, somente assim se alcançará, com reformas estruturais – e Parent o admite –, inclusive das chamadas estruturas mentais, que qualifique a vida social na reconquista da *aptidão* que o saque desigualado do homem sobre a natureza historicamente se consumou em desfavor da maioria do ser humano.

Além do alcance da política de proteção e examinando as condições em que se dá a política pública para o patrimônio cultural brasileiro, acentua a boa qualidade do quadro de pessoal da DPHAN, mas lastima a míngua de recursos orçamentários para prover a assistência ao grande número do acervo já tombado – mais de mil unidades entre sítios e edifícios. Entende como “anormal” ser o governo federal o único a provê-la, sem o concurso dos outros níveis de responsabilidade estatal, os quais deveriam equitativamente arcar com os custos devidos. “Mas acontece frequentemente que as municipalidades que herdaram os mais pesados encargos do patrimônio antigo são, ao mesmo tempo, as cidades mais degradadas no plano social. Assim, as

verbas municipais são alocadas para urgências prioritárias das quais a salvaguarda do patrimônio está excluída” (IPHAN, 2008, p. 62). Ele vislumbra já naqueles anos, para sua consecução, o imperativo da articulação entre as diversas esferas de realização das políticas públicas quando aponta que “diante das grandes mutações urbanas que se preparam hoje, paralelamente ao seu próprio trabalho, o ‘Patrimônio’ deve ser cada vez mais chamado a cooperar com os demais serviços públicos” (p. 63). Observa que, os recursos financeiros e o quadro de especialistas contratados são poucos, mas, diferente da França – e esta é exemplo seguido por quase todos – em se tratando de Brasil, a figura do tombamento do patrimônio histórico na dimensão do “instrumental legislativo é excelente”, inclusive restringindo o poder discricionário do presidente da República, quando dispõe que essa autoridade “só pode anular o tombamento caso fique comprovado que ele é contrário ao interesse público” (p. 64), acrescentando um dado relevante em favor do procedimento brasileiro de sua “legislação infinitamente mais forte [que a francesa] em que o tombamento feito contra a vontade do proprietário, obriga à indenização, perante os tribunais civis, que avaliam o prejuízo causado”. E não é despropositado assinalar que essa legislação brasileira não derivou de processo legislativo liberal comum, mas de um Estado (o “Novo”), nesse ponto agindo em consonância com uma fração de protagonistas intelectuais como que esclarecida e que, tal se afirmou tantas vezes, idealizou e pôs de pé a “repartição” estatal do patrimônio brasileiro, no contexto da transição das décadas de 1920 a 1930. Não seriam mentes liberais no sentido genuíno da expressão, ao contrário do que provavelmente ocorria na França. Mas Parent focalizará como central sair-se dos tombamentos de bens isolados para os de “amplos conjuntos”, ainda que tendo presente a referida incipiência de meios de conduzi-los no plano institucional e os riscos decorrentes dessa espécie de tombamentos “extensivos”. Assevera que o caminho é o das salvaguardas e restaurações integrais e, ademais, tendo em vista a rapidez da degradação de Salvador por essa época, afirma a urgência de assim agir-se no Brasil “para permitir grandes operações de renovação urbana de caráter social e cultural” (p. 64). E, técnico que é, e em missão tal, ressalta que para “atingir esse objetivo”, o órgão do “Patrimônio” “não pode agir sozinho [precisando] unir esforços aos do Banco Nacional da Habitação, da Embratur (novo órgão nacional de turismo), dos estados, dos serviços de Planejamento federal, e, enfim, aos da cooperação internacional”. Veja-se nisso a perspectiva de revitalização integrada dos conjuntos e com requalificação para a função de moradia (realocação de antigos moradores) e exploração turística, além do encaminhamento do tema enquanto elemento do “planejamento” do

desenvolvimento nacional. E, claro, dos tombamentos mundiais, que a partir daí, no âmbito da Unesco, e local, encaminhar-se-ão céleres nas décadas seguintes.

São Luís: ‘a cidade dos pequenos palácios’

Da visita in loco que Parent fez a São Luís e Alcântara, delineou sobre essas duas cidades observações/recomendações muito importantes e que mais tarde (parecem) decisivas nas ações de políticas públicas patrimonializadoras a elas concernentes. Contextualiza São Luís a meia distância entre Olinda/Recife e Belém do Pará e a posição de bem abrigada em seu nicho insular, logo dizendo que a “situação excêntrica do Estado do Maranhão e de sua capital [...], merece uma atenção particular em um estudo relativo à expansão cultural integrada no plano de desenvolvimento do Brasil”. Capta as linhas essenciais da formação histórica da cidade daí que registra que ela “deve sua presente homogeneidade urbana ao fato de ter-se desenvolvido durante os séculos XVII e XVIII e de seu declínio coincidir com o surgimento da era industrial”. Realça as “características portuguesas muito acentuadas” ((IPHAN, 2006, p. 109), e o fato de ter sido ela “construída em uma planta ortogonal e encostada no antigo forte [francês], possuindo numerosos edifícios religiosos [e] sua originalidade é antes a quantidade de residências de boa qualidade, cujas fachadas são cobertas de azulejos: tanto que São Luís também foi chamada de ‘a cidade dos pequenos palácios’”.

Pragmático, como se tem visto, o visitante logo dirá que a “restauração do bairro antigo é compatível com a manutenção de grande parte da população que ali vive”, revelando uma preocupação já então recorrente em todo formulador de políticas no campo do patrimônio dos centros históricos. Nesse sentido diz que seria adequado “realizar previamente, como em Salvador,³²⁴ um inventário detalhado que permita o tombamento global e a delimitação do bairro a ser prioritariamente preservado”. Aliás, prioridade absolutamente levada em conta, pois, ainda que sem inventário – somente realizado após o decreto da Unesco – ocorreu, logo após, o tombamento do conjunto da antiga área da Praia Grande, agora feito “bairro”. Imbuído de certa compenetração quanto ao caminhar dos planos do governo local, afirma que a “salvaguarda de São Luís se inscreve em um plano de desenvolvimento da capital do Maranhão e do conjunto do estado que suscita em especial o interesse dos órgãos de descentralização econômica do Brasil,

³²⁴ Parent diz que entregou a “ficha padrão” utilizada no inventário do bairro do Pelourinho ao “secretário de Obras Públicas que, juntamente com o governador do Maranhão, está particularmente atento à salvaguarda de São Luís, assim como ao seu desenvolvimento” (p. 109).

como a Sudene”.³²⁵ Anima-o a informação mobilizadora de propósitos do governo estadual de então de o “Maranhão [estar] em via de se tornar o primeiro estado petrolífero do Brasil, antes mesmo da Bahia. Ele deve, então, instituir o mesmo mecanismo de atribuição de *royalties* em favor da educação (5%) e da cultura (5%) como nesse último Estado”. Como se vê, o “perito” francês não hesita de formular propostas e esse é mesmo o seu papel. No caso, o Maranhão não se tornou “estado petroleiro” para obrar seguindo o exemplo da Bahia, contudo, as medidas de salvaguarda da capital foram delas adotadas, ainda que aparentemente poucos os recursos financeiros locais para as provisões respectivas – sempre altas – e nem desencadeando aquele propósito de “educação” do povo propugnada por ele, e que, afinal, reponta do conjunto de seu Relatório, como atrás já se delineou.

Como se observou acima, Parent revela uma boa apropriação dos propósitos governamentais em voga sobre a cidade-capital e parece fixar suas recomendações em parâmetros delineados nos planos gerais atinentes aos reclamos maiores dessa velha urbanidade ao tempo de sua visita-trabalho. Quando sugere que um “amplo projeto urbanístico consiste em deslocar o porto de São Luís para a península vizinha, em sua ilha, onde haveria espaço para se desenvolver no seu entorno uma zona industrial [e que uma] longa ponte atravessará a baía, ligando, desta maneira, a nova São Luís à antiga”, ele tem presente o plano que vem dos anos 50 de fazer o porto do Itaqui, enquanto que o chamado “aterro do Bacanga”, assim também a “ponte do São Francisco” são, já, empreendimentos que andam.³²⁶ Parent é categórico ao afirmar que a “função cultural e turística da velha São Luís poderá então firmar-se, mas se uma função precisa e permanente não for definida para o antigo assentamento, ele se encontrará, certamente, em grande risco” (IPHAN, 2008, p. 111). Com efeito, mais revela de suas reuniões de trabalho com a equipe governamental (e o próprio governador José Sarney) quando relata certo detalhamento de propostas para o centro histórico, assim no caso da discussão sobre a universidade e o campus universitário (da federal) em processo de implantação em São Luís; da forma como aludiu à

³²⁵ À guisa de conclusão de seu estudo sobre os planos de desenvolvimento do Maranhão, observa Bello F.º que “As teorias utilizadas pelos *planejadores* estaduais são, em regra, as que aparecem nas formulações dos *planejadores* da esfera federal de poder ou dos profissionais de instituições estrangeiras e internacionais com alguma ligação com a promoção do *desenvolvimento*”. (BELLO F.º, 2004). Conclusão desse autor que vai ao encontro das recomendações de Michel Parent sobre São Luís e Alcântara.

³²⁶ Historiando o planejamento econômico no Maranhão como obra político-governamental, aponta Wilson Bello (2004), particularmente sobre a capital do Estado, o propósito da sua expansão urbana desde a década de 1950: “(c) construção de ponte sobre o Rio Anil”; “(d) urbanização da área, à direita do Rio Anil até o Oceano, para expansão da cidade” (mencionando plano do tempo de José de Matos Carvalho, p. 79/80); “(g) expansão da cidade de São Luís, pela urbanização da área à direita do Rio Anil até o Oceano;” (recortando discurso de candidato a governador, de Newton Bello, ano de 1959, p. 78).

permanência de *população* no bairro a salvaguardar, ele dirá que a requalificação do centro histórico chame a este, por exemplo, a universidade que está nascendo na capital-ilha.³²⁷

Tratou-se da implantação de uma grande universidade, sem a qual o desenvolvimento do Maranhão seria impossível. O governo do Estado parece hostil à instalação global da universidade no interior da cidade antiga, com a conservação estrita de sua decoração original e reforma apenas do interior das residências. Essa opção se choca, de fato, com os critérios racionais atuais das organizações de ensino, especialmente as de ensino científico e com as dimensões exigidas pelos laboratórios.

Poder-se-ia, contudo, considerar a possibilidade de separar as diversas funções universitárias de maneira a dar uma aparência viva, permanente e moderna, à cidade antiga estritamente conservada: as faculdades de Direito, de Letras, de Arquitetura e as residências estudantis poderiam, pelo menos em parte, integrar-se na cidade antiga. A essa conversão de uso se associaria o uso administrativo, comercial e turístico, enquanto a faculdade de Ciências e seus laboratórios seriam implantados perto, do outro lado da baía, nas cercanias do novo porto e da zona industrial.

Antes que decisões precisas sejam tomadas tanto no que se refere aos levantamentos arqueológicos e sociológicos quanto às funções e à conversão de uso urbano de São Luís, é difícil dedicar-se a uma apreciação rigorosa das necessidades financeiras no plano cultural e turístico. (IPHAN, 2008, p. 111)

Fácil de constatar que essas propostas vingaram apenas em parte – a Ufma instalou-se quase por completo do “outro lado” do Bacanga –, mas depois se veria algumas delas retomadas quando da implantação da Uema em tempos mais recentes. Quanto à função administrativa, comercial e turística, o centro velho sob salvaguarda as mantém, em certo grau de articulação com o uso do grande conjunto urbano que a cidade do presente traduz atualmente. Em que pese os vários estudos e discussões que ajudaram a forjar as decisões da atual e respectiva política pública, os pretendidos “levantamentos arqueológico e sociológico” parece não se deram na medida necessária às decisões aludidas. Afinal, tão notado já foi, tais políticas promanam como que, por inteiro, da vontade do órgão federal e das conjunções e injunções deste, sobretudo no que diz respeito ao provimento de recursos financeiros para fazer frente às iniciativas, ainda que não seja a “fundo perdido” (caso do Prodetur). Para ele a infraestrutura hoteleira é insuficiente ou até inexistente, pois a cidade é “capital de Estado que, em um futuro próximo estará dotada de uma universidade importante, capital de uma região petrolífera primordial e cidade de arte...”, e que não possui “um único hotel aceitável” – em que pese registrar que há um em construção em zona de praia. Propugna, nesse propósito, a restauração de “inúmeras casas antigas” para esse

³²⁷ A iniciativa de criação de uma universidade em São Luís, ainda no século XIX, deve-se a Joaquim de Sousa Andrade (Sousândrade, poeta de *O Guesa*), que foi o primeiro intendente da cidade (1890), governando com grande ênfase à Educação escolar, na perspectiva do povo amplo. (MARQUES, 2008, 439-440 e 648).

fim: “... a Embratur estude, juntamente com o ‘Patrimônio’ [Dphan] e as autoridades locais, um plano de conversão para o turismo de um certo número de casas antigas na velha São Luís, deixando para fora da cidade a eventual implantação de hotéis novos, perto das admiráveis praias...”.

É bem clara a indicação de Parent quanto a relação das atividades culturais da cidade e o turismo. E afirma que percebeu que se quer sair da “letargia” e “que o fator cultural, devido à própria tradição e à qualidade da velha São Luís, será determinante”. Menciona o Teatro Arthur Azevedo “um dos mais belos edifícios da cidade antiga [que] deve ser restaurado prioritariamente”. Alude à boa reputação literária da cidade em sua história, em que pese ter decaído um pouco nos “últimos vinte anos”, mas tem potencial de “renascimento e crescimento”. Quanto ao teatro, identifica o “problema de sua animação permanente”, o qual deverá “ser resolvido”, observando também que “São Luís é muito ativa musicalmente, e seria desejável que as sociedades musicais pudessem receber uma das casas antigas da cidade”. Essas propostas foram, ou ainda são, objeto das políticas públicas praticadas em São Luís. Todavia, desafios tais os da “animação permanente”, e não somente da atividade teatral, que preocupa o “perito”, parece que permanecem centrais como tarefa a cumprir e aqui é preciso lembrar que, afora os visitantes em turismo, os moradores da imensa urbe de hoje são disputados por outras possibilidades de “animação” que desconhecem os reclamos do Centro Histórico. Ora – não se deixe de repetir –, essa região da cidade quatrisesecular sempre foi lugar das parcelas minoritárias e privilegiadas da cidade, as quais, na dinâmica urbana atual, buscam outros destinos na geografia de tais animações, mas raramente o aristocrático bairro de ontem. ...

Alcântara: “... cataclisma telúrico...”

E sobre Alcântara, que prospectou e prescreveu Parent? “Pareceu-me, porém, que o principal trunfo do Maranhão não é São Luís, mas Alcântara, a cidade esquecida, a cidade adormecida, a dez minutos de avião e a uma hora de barco de São Luís, na baía de São Marcos, na embocadura do rio Mearim”. Chama-lhe a atenção certa singularidade entre o apogeu e a queda dessa cidade. Após o círculo virtuoso de sua economia agroexportadora do último quartel do Setecentos, ela como que hibernou: “... foi um rápido desmoronamento. O resultado disto foi um fenômeno curioso que faz pensar no efeito de algum cataclisma telúrico que teria, ao mesmo tempo, arruinado e preservado uma cidade do século XVIII intacta de qualquer modificação ou expansão posterior: Alcântara é um pouco a Pompéia ou a Herculano brasileira”.

[...] as vantagens do isolamento e as da proximidade da capital, ela própria uma cidade de arte e em plena transformação econômica e urbanística: nada é mais justamente tentador para o visitante do que atravessar esse braço de mar além do qual repousa o mistério da “cidade ideal”, dessa utopia materializada que foi Alcântara, que a decadência econômica, algumas décadas após seu nascimento abateu, tão de repente que ela praticamente se “congelou”, sem deixar marcas de uma decrepitude progressiva. (IPHAN, 2008, p. 112).

Como se vê, ele vincula o destino de Alcântara ao da São Luís salvaguardada, ambas com destinos turísticos intercambiáveis sob quase todos os aspectos. Ressalta o potencial enorme da antiga capital da Cumã colonial, “um conjunto de grande pureza, de uma unidade ímpar”, razão porque seu texto não deixa de trair um lamento por ser ela “negligenciada de maneira sistemática nos guias e reportagens sobre o Brasil”.

Analisando o impacto desse documento sobre o conjunto da política atinente ao Patrimônio Histórico e Natural, Leal acentua, quanto a São Luís, que Parent propôs “tombamentos complementares” ou “extensivos”. Mais focado nas “formas de proteção, utilização e promoção dos bens [...] no planejamento urbanístico de conjunto, baseado em um forte controle administrativo, ainda que descentralizado; na revitalização global dos sítios, com a identificação das construções cuja restauração fosse mais urgente e a reconversão dos usos desses edifícios” (LEAL, p. 4-5). Do que viu – de São Luís, Salvador, Olinda – disse ser um “cenário que ainda permanece como o mais fecundo e homogêneo do continente americano”. Essa autora observa que a perspectiva do conjunto do órgão patrimonial brasileiro – ainda sob a direção de Franco de Andrade – apontava mais para o interesse da “conservação e recuperação de monumentos e proteção da natureza”, “do que propriamente pela criação de relações mais íntimas entre o turismo e o patrimônio cultural brasileiro” (LEAL, p. 8). E lembra, citando-o, que Michel Parent – em que pese as intenções dos promotores de sua missão – que igualmente tinha suas reservas quanto uma possível absolutização desse sentido, quando alertou que,

[...] importa ao turismo não constitua um fim em si mesmo, nem mesmo um meio de satisfazer simultaneamente a curiosidade e o conforto de não-brasileiros ou de uns poucos brasileiros desconectados da realidade nacional, mas que o modelo técnico da infraestrutura associe o modo de conhecer a cultura brasileira à maneira de vivê-la e, desse modo, possa integrar a tradição, a ciência e a salvaguarda dos valores do Brasil antigo ao desenvolvimento do Brasil futuro (PARENT, 2008).

Logo a seguir a missão Parent ocorreu a Convenção sobre o patrimônio mundial (Paris, 1972), e no plano local/brasileiro, o “compromisso dos governadores” acertado em duas reuniões, em Brasília e Salvador (1970 e 1971), com a participação do Maranhão – e a maior inovação é, de fato, o tombamento tendo em vista o conjunto do centro antigo, tomado em sua monumentalidade, a ele se atribuindo o conceito de “patrimônio cultural”.

Considere-se, por fim, que o diagnóstico desse “técnico” da Unesco é uma espécie de lineamento, ou casulo larvar, de tudo o que veio a ser concebido e praticado, a seguir, no campo do patrimônio em São Luís. Os planos, os projetos e as ações sucessivas têm nessa contribuição sua fonte principal de conceito e rumo. É o que se examinará nas linhas seguintes.

Nas trilhas do francês de Parente, Viana Lima, o português

Projeto Viana Lima: Michel Parent foi secundado por outro enviado em missão ao Brasil e ao Maranhão, o arquiteto português Alfredo Evangelista Viana de Lima, cuja visita a São Luís ocorreu no ano de 1973. Se ao primeiro coube delinear rumos para se pensar a inserção de São Luís e Alcântara no âmbito do planejamento nacional em curso referido ao desenvolvimento do Turismo, ao segundo coube, conforme Luiz Phelipe Andrès,³²⁸ “elaborar minucioso e detalhado conjunto de diretrizes para a preservação de São Luís e Alcântara” (UNESCO, 1998, p. 56).

Naquele momento, ainda nos idos de 1973, já estava evidenciada a necessidade de remover os elementos poluidores da paisagem urbana, como as fiações elétrica e telefônica aéreas, postes, transformadores e grandes placas que o comércio desde então utilizava e descaracterizava as belas fachadas das edificações. Viana Lima analisou e diagnosticou, por exemplo, as questões de trânsito de veículos na área e fez várias proposições de intervenções urbanas”. “... importante sua determinação em tratar a preservação do patrimônio arquitetônico com uma visão abrangente e de conjunto do ponto de vista da espacialidade urbana, dos usos, com evidentes preocupações ambientais. Não obstante as qualidades técnicas do trabalho, verificaram-se deficiências já duas primeiras etapas.[É] que ele trabalhou tecnicamente com perfeição, mas através de rápidos contatos com alguns profissionais vinculados às instituições locais. (...). Portanto, é seguro afirmar que também não contou com a participação da sociedade civil ou da comunidade do Centro Histórico. (ANDRÈS, 2012, p. 67-68).

³²⁸ Perfilado em nota, na parte 1, Introdução, acrescenta-se que a partir de 1979, o engenheiro L. P. Andrès assumiu posição de agente central na articulação de toda a política pública referida ao Patrimônio Histórico de São Luís. As citações dele neste desenvolvimento temático – metodologicamente – são tratadas e inseridas enquanto testemunho/depoimento, e também, como texto autoral, sobretudo o que se recorta do livro *São Luís Reabilitação do Centro Histórico – Patrimônio da Humanidade* (2012), uma vez que nesse estudo ele submete ao diálogo da elaboração acadêmica, o conjunto da política em implementação. Com efeito, insculpindo-a, discursivamente, a partir da linha teórico-metodológica que entende seja orientadora das ações centrais, ao menos no tempo em que atuou no referido processo com as responsabilidades já apontadas. Trata-se *São Luís Reabilitação do Centro Histórico*, de um texto-testemunho, crítico-interpretativo, que alcançou se tornar uma Dissertação de Mestrado.

De fato, a missão desse segundo enviado da Unesco em São Luís, parece configurar um fator que previne positivamente o espírito dos locais quando às ocorrências em relação à sua cidade. João Ricardo acentua que com base nas pesquisas e na “vinda de Vianna de Lima, o IPHAN fez a sua maior ação até [então] ao consolidar sua política de proteção do conjunto arquitetônico com o tombamento federal da cidade...” (COSTA SILVA, s. p.) e anota, com Viana Lopes, que “[...] a demarcação dos limites para área de tombamento federal foi feita pelo arquiteto português [...] e no ano seguinte o IPHAN” praticou o mencionado tombamento do conjunto histórico de São Luís, o qual “foi o ápice das políticas patrimoniais que vinham sendo implantadas, construindo um valor enquanto patrimônio para todo o conjunto urbano tombado. Surgia o Centro Histórico de São Luís, através da atuação do IPHAN”.

Como fica cada vez mais evidenciado, a missão de M. Parent gerou resultados imediatos tanto em nível federal quanto local. E entre os deste nível, há iniciativas nesse tempo que vão sinalizando o favorecimento das políticas públicas do Patrimônio e que se deve significar: em 1969, iniciativa da Sudema (Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão), órgão estadual, formula e postula do governo do Estado “Medidas Urgentes de Proteção ao Patrimônio Arquitetônico de São Luís”, entre elas o tombamento do Centro Histórico acima anotado, além da “isenção de Imposto Predial para todos os prédios inscritos nessa área, criando-se consequentemente uma taxa para conservação do patrimônio cultural”; em 1971, a criação de uma Fundação Cultural estadual para cuidar da política respectiva, marcadamente a administração de equipamentos de ação nessa área localizados na capital, a exemplo do Teatro Arthur Azevedo e Biblioteca Pública Benedito Leite, entre outros, além da criação do Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão (1973), da Escola de Música (1974) e do Arquivo Público (1974). De iniciativa municipal: em 1972, abre-se o Anel Viário – concluído em 1985 –, “obra essencial à preservação do Centro Histórico [circulando] todo o centro urbano da capital, constituindo-se na principal para o fluxo intenso de veículos pesados e carros particulares que demandam a área tombada”; em 1974, o “Projeto Mirante [...] reabilita os nomes antigos das ruas e praças que haviam sido substituídos” – enquanto concedia benefício fiscal aos moradores/proprietários do Centro Histórico que recuperassem a fachada de suas casas. Emanada do Governo Federal (Seplan-PR), Programa Integrado de Reconstrução de

Cidades Históricas do Nordeste (1974), a restauração de alguns edifícios do acervo tombado, na área da Praia Grande e adjacências.³²⁹

Esse conjunto de iniciativas marcantes articuladas em nível local, todas, são adotadas com bastante debate nos círculos cultos de São Luís e tudo ainda marcado por reações adversas, mas políticas em franca consolidação. Lembre-se que, quando do rebatizamento das vias públicas seculares, as tricas respingaram até pela imprensa nacional, estando os jornais da Ilha repletos de perorações sobre o tema. Quanto à renúncia fiscal e aos próprios subsídios, indicam a flexão do poder público ante os interesses privados, os primeiros a se manifestarem contra o que sempre consideraram uma invasão estatal restritiva do que seria o seu livre direito dominial.

Todas essas medidas, que, aliás, denotam, já, uma articulação, voluntária ou induzida, entre os três níveis da administração pública, ainda não constituem um corpus ordenador de ações cujo desempenho impliquem o envolvimento de atores e grupos sociais diversos. Até nesse ponto, a concepção e implementação da política pública do Patrimônio adstringe-se a decisões vinculadas às esferas concêntricas da referida Administração, aparentemente sem a audiência de outros setores envolvidos, até por afetados. Contudo, as ações, em *crescendum*, logram fazerem-se legítimas, por incontestadas em sua essência. Entre 1975 e 1979, enquanto os tombamentos federais de bens eventualmente fora do conjunto continuam a ser feitos – a exemplo do Palácio Gentil Braga – algumas ações afiguram aquela articulação intergovernamental referida. Assim é que em 1975, o Estado adota seu Programa Plurianual de Valorização do Patrimônio Histórico e Artístico e o município de São Luís, em seu Plano Diretor, distingue um “tópico” sobre o patrimônio arquitetônico da cidade-capital (UNESCO, 1998, p. 105). E dando conformação em nível local a necessária legislação, é promulgada a lei estadual que trata da matéria, suplementando o ordenamento jurídico federal, passando a ter o Maranhão uma base na qual ancorar suas políticas de preservação.

Mencione-se nesse tempo a estada em São Luís de um arquiteto norte-americano, John Ulrich Gisiger. Visitando o Brasil por vias, roteiros e meios inconventionais de transporte, percorrida a bacia amazônica, chegou à baía de São Marcos a bordo de uma canoa costeira e avistou Upaon-Açu e a cidade *maranhão*, tendo ante ela o encantamento dos artistas maiores – sem o saber previamente, descobrira e captara pela imantação do espírito aquela “cidade de arte” da qual falara o francês Michel Parent onze anos antes. Ainda que seu rumo fosse vagar pelos *brasis* afora, resolveu Gisiger ficar na cidade. E foi alojar-se literalmente dentro da obra de arte –

³²⁹ As citações em aspas nesse parágrafo as fizemos de Unesco (1998, p. 104/105).

num mirante, de sobrado setecentista, s. no Largo do Carmo (ANDRÈS, 2012, p. 67-68). Intelectuais da Academia flagram essa espécie venturoso flaneur, na praça João Lisboa, desenhando a cidade, do que logo saiu nas páginas de jornais e foi parar na Secretaria de Planejamento do Estado, que tinha um sociólogo à frente, que o contratou. Constitui, então, a sua contribuição elaborando uma proposta, amalhando dados, e, pouco a pouco, “obtendo a adesão e colaboração informal de outros poucos arquitetos, engenheiros e urbanistas que atuavam na cidade [conseguiu] elaborar um diagnóstico preliminar e algumas proposições sensatas e importantes [plano que] atendia parcialmente às duas etapas da Conservação Integrada: a ‘análise e avaliação’ e a ‘elaboração de soluções e propostas alternativas’”. Terçando metodologia que lembra Kevin Lynch em *A Imagem da Cidade*,³³⁰ avaliou e contextualizou

o conjunto do centro de São Luís na ótica da necessidade de conservação [...], avaliando o patrimônio imobiliário, tratando de questões tão atuais como circulação de veículos e de pedestres... Igualmente fazia proposições de formas de aproveitamento da beira-mar reconhecendo o papel importante das atividades portuárias na vida do Centro Histórico [neles considerados] os aspectos da identificação de valores, a análise de tipologias e morfologias e análises funcionais e sociais (ANDRÈS, 2012, p. 70).

Um francês, um português e um norte-americano, em missões de trabalho (os primeiros, Parent e Lima) ou em aventuras do espírito (Gisiger, o último): estes profissionais deram a São Luís, por seus diagnósticos, imagens que sobre essa cidade construíram, propostas de intervenção e outras murmurações, um referencial de concepções essenciais – elaboradas em vagas experienciais diversas da cultura ocidental –, caldeadoras da autoestima da população local. Conceitos assim constituintes de lineamentos basilares do conjunto das políticas públicas

³³⁰ Kevin Lynch, urbanista, e sua principal obra, *A Imagem da Cidade*, firmaram forte influência sobre os planejadores urbanos no século XX, a arquitetura de um modo geral e até na psicologia ambiental. “Uma imagem clara da paisagem urbana constitui uma base preciosa para o desenvolvimento individual. A necessidade de reconhecer e padronizar os ambientes tem raízes profundamente arraigadas no passado e é de enorme importância prática e emocional para o indivíduo. (...). Uma boa imagem requer a identificação de um objeto, o que implica seu reconhecimento enquanto entidade separável. A isso se dá o nome de identidade, no sentido de individualidade ou unicidade. (...). Sobre a construção da imagem, as imagens de grupo, consensuais a um número significativo de observadores, é que interessam aos planejadores urbanos, assim como a imaginabilidade, a característica, num dado objeto físico, que confere alta probabilidade de evocar uma imagem forte em qualquer observador dado. Esses objetos parecem repercutir, de modo bastante curioso, os tipos formais de elementos imagísticos nos quais Lynch divide a imagem da cidade: vias, marcos, limites, pontos nodais e bairros. Existem outras influências atuantes sobre a imaginabilidade como o significado social de uma área, sua função, sua história ou mesmo nome. No design atual, a forma deve ser utilizada para reforçar o significado, e não nega-lo”. Assim – Vias, as ruas, calçadas, ferrovias, entre outros caminhos; Limites, os contornos perceptíveis, tais como muros, construções e a costa; Bairros, seções relativamente grandes da cidade, distintas por alguma característica que as identifica; Pontos nodais, os de convergência de pessoas, tais como cruzamentos ou praças; Marcos, objetos peculiares que podem servir como ponto de referência. (Cf. <http://othaudoblog.blogspot.com.br/2013/03/resenha-imagem-da-cidade-kevin-lynch.html> ac. 26/01/2014, 20h53)

atinentes, e de um modo geral, das práticas patrimoniais ocorrentes na capital do Maranhão. E concepções, relembre-se, muito ajustadas ao debate e às opções que mundialmente aquela própria década de 70 propunha, a partir de várias reuniões e convenções internacionais, e até nacionais, conforme se viu no capítulo anterior. Com ou sem efeito, chegado àquele fim de década de 1970, e já não inexpressiva a mobilização de pessoas e espíritos, inclusive quadros técnicos locais e marco jurídico-regulatório fixado, o que faltava para os passos e ações indispensáveis quanto à revitalização/reabilitação/requalificação de São Luís? Faltava sanar o déficit de participação de outros atores sociais apontado pelo testemunho-estudo de Luiz Phelipe Andrès e anotado acima, além da chamada “vontade política” decisora. Faltas que, para ele, afiguram-se limite a vencer na implementação das ações da política pública em curso.

es de proteção cultural no centro antigo de São Luís.
 ARIES IN THE HISTORIC CENTRE OF SÃO LUÍS DESIGNATED FOR CULTURAL PROTECTION.

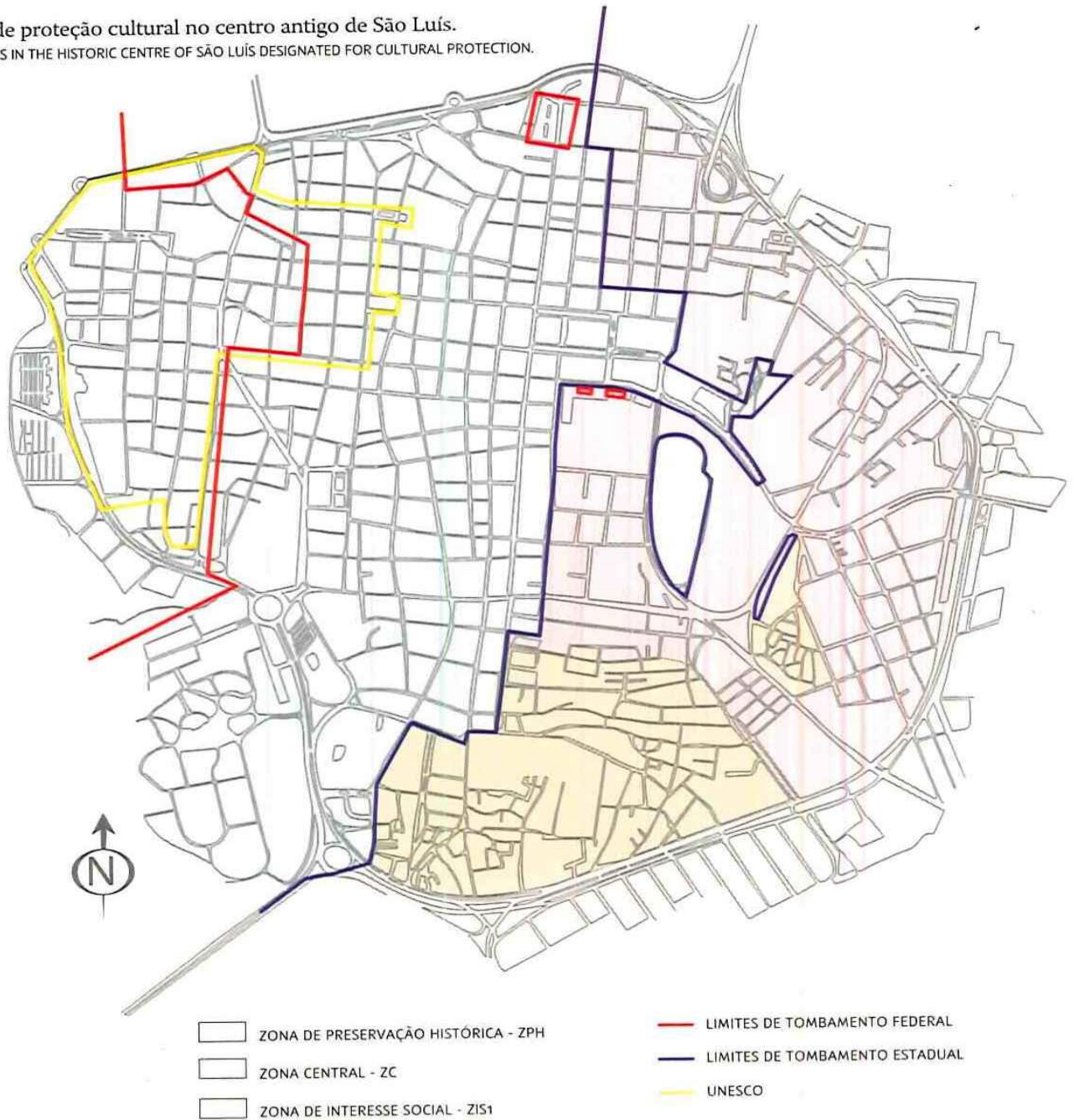


Figura 2: e o mapa das salvaguardas oficiais.

(Fonte: Guia de Arquitetura e Paisagem: São Luís – Andalusia, 2008)

3.5 A cidade de arte de Andrès

“Ninguém pode ser arquiteto sem ser metafísico”.
 “Achamos interessante e útil constatar que as características particulares das arquiteturas nacionais provêm não só de sua adaptação aos locais e aos climas, mas de sua conexão com o clima mental particular no qual se desenvolveram”. “A arte de um país exprime suas virtudes políticas e sociais”.

(John Ruskin, em *The Poetry of Architecture*, 1837).³³¹

Para uma abordagem com foco mais aproximado no objeto *política pública* para o patrimônio, em construção na capital maranhense, já delimitada sua/s concepção/ões na que temos como sua fonte primordial – a missão/relatório Parent – o desafio, agora, é o conhecimento, pela mais adequada caracterização possível, de um amplo conjunto de iniciativas transcorrentes em São Luís nas três décadas a partir de 1979/80. Para este cometimento, tomaremos como referência primordial de análise o testemunho, sobretudo, mas entre outros, do principal líder e condutor maior da execução dessas ações em suas etapas que consideramos decisivas e aqui apresentaremos a seguir. Mas esclareça-se que, conferindo ainda mais relevância ao testemunho – quiçá espécie de testamento – atinente a seu labor e paixão nesse envolvimento técnico-profissional, é o fato de que ele se fez autor de uma obra escrita sobre o que viu/leu, ouviu e fez em prol da implementação das ações concernentes à política pública do patrimônio em São Luís, propiciando para um público ampliado, tal já se anotou, uma visão academicamente referenciada do dito conjunto de iniciativas.

O título da obra é *São Luís: Reabilitação do Centro Histórico – Patrimônio da Humanidade* e nela Luís Phelipe Andrès apresenta e examina criticamente o processo de implementação da política pública para o patrimônio em São Luís, com chaves conceituais da teoria-metodologia do campo de conhecimento – *urbanismo* – e que orientam e moldam, na prática, a consecução dela. Trabalha a perspectiva da conservação urbana integrada, visão e

³³¹ Citado em Choay (2005, p. 121). Antologizando a obra de John Ruskin, essa autora relembra que, aos olhos dele, “a arte é a revelação de uma verdade transcendente, mas exprime também a vitalidade de uma sociedade”, enquanto assinala que ele “analisa impiedosamente as consequências do sistema industrial e a decadência do trabalho humano que, baseado em noções de lucro, e de produção, deixou de ser a realização de uma função vital” – daí “a pobreza da arquitetura e do planejamento urbano”. (CHOAY, 2005, p. 122).

prática que tomam a cidade, em concreção holística, moldada em princípios da história, ecologia e sustentabilidade (ANDRÈS, 2012, p. 19).

Referindo-se ao planejamento e gestão com vistas aos procedimentos de implementação de uma política pública atinente à conservação integrada de centros históricos, observa que essa prática supõe o conhecimento prévio – historicização – do “objeto/sítio [...] através de inventários e pesquisas”. Com efeito, ter-se-á o que Jukka Jokilehto e Silvio Zancheti apontam como elemento nuclear da prática de uma conservação integrada, isto é, “garantir desenvolvimento sustentável pela manutenção das estruturas físicas e sociais, integrando-as com os novos usos e funções” (apud ANDRÈS, 2012, p. 25).³³² Menciona, nesse passo, algo sobre essa articulação implicar aquela dimensão de confluência de vontades do aparato de leis locais – nos três níveis – aí incluídas as ambientais.

O esforço e a contribuição efetiva desse autor estrutura-se na análise do processo de reabilitação do centro histórico de São Luís a partir da aplicação do citado conceito de *conservação integrada*, para tanto chamando ao seu procedimento de pesquisa as “etapas” propostas pelos aludidos autores (Jokilehto e Zancheti) com vistas a um planejamento urbano do tipo.³³³ Acentue-se que para a formulação e implementação desse planejamento e do conjunto de uma política pública para sítios e acervos históricos, são quatro essas etapas, categorias ou instâncias a considerar, quais sejam, análise e avaliação, elaboração de soluções e propostas alternativas, negociação e implementação e monitoramento e controle (ANDRÈS, 2012, p. 30).

Essas etapas são indispensáveis em qualquer planejamento nessa área, mas, quando o objeto é um sítio urbano “histórico” a reabilitar – implicando em proteger/preservar/restaurar – temos que a primeira sobreleva em relação às demais, pois implica o momento de constituição do conhecimento “do acervo no tempo e no espaço”, e esse conhecimento não é uma prospecção qualquer, descritível por quaisquer e simples meios de apreensão da realidade, porquanto trata-se de História e do seu conhecimento; história do objeto, tempo e espaço, morfologia e representação.

Sobre São Luís já se fez atrás – e alinhavou respostas – muitas interpelações relativas à sua fazição histórica e patrimonial, escrutinando nas malhas constitutivas de seu tecido social-

³³² Ainda pensando com esses autores, no esforço de “fazer da sustentabilidade uma utopia plausível”, Andrés aponta como central nessa prática a participação comunitária, dado essencial para que as propostas atinentes se firmem “articuladas no tempo e enraizadas na estrutura cultural, econômica e política da sociedade...”.

³³³ Jukka Jokilehto e Silvio Zancheti o formulam em *Reflections in Urban Conservation Planning*. Disponível em: <http://urbanconservation.org>.

citadino-urbano. Como não conhecê-lo, como obra do labor humano, sendo isto a condição que se põe como ponto de partida em qualquer planejamento? Ele lembra e interpela com Lúcia Hidaka: “se o espaço é fruto da sociedade, e vice-versa, uma ação que destrua as formas adquiridas pelo espaço e as que se fazem presentes nele, não está acabando com tudo aquilo de importante que ele representa e pelo qual deveria ser conservado?” (HIDAKA, 2003, p. 1).

Convém ter presente neste passo que aqueles anos finais da década de 1970 marcam mudanças interessantes na orientação da política geral do Iphan, e no próprio Brasil, conforme já se examinou, tudo impactando diretamente as iniciativas em São Luís. Nesse sentido, o ano de 1979 assistirá São Luís mobilizada em busca de avanços qualitativos na questão do Patrimônio Histórico, com um novo governo (liderado por João Castelo) que adotou e passou a agir com a prioridade da preservação do Centro Histórico da capital.³³⁴ Essa mobilização levou à realização daquela que certamente é, até aqui, a mais relevante reunião de atores sociais para assentar opções de caminhos a seguir na política pública do Patrimônio em São Luís, chamada de I Encontro Nacional da Praia Grande, evento fomentado pelo Sphan/Minc, cujo diretor, Aloísio Magalhães, o presidiu, de todo ele participando ativamente.³³⁵ Para Upaon-Açu acorreram “técnicos e representantes de órgãos voltados para a proteção e preservação dos bens culturais em todo o país, com o intuito de debater e avaliar a proposta de revitalização [elaborada] por John Gisiger...” (UNESCO, 1998, p. 56). Dir-se-á que “o ser humano é história e dos encontros aparecem as respostas” e, de fato, desse Encontro da Praia Grande,³³⁶ respostas concretas foram dadas e elas se configuraram na elaboração daquele que até hoje é o instrumento central donde emanam formulações para essa política, o Programa de Preservação e Revitalização do Centro

³³⁴ “Para isso, organizou uma equipe técnica, inicialmente sob a coordenação da Seplan [*que passaria depois à*] (Secretaria de Cultura) para sistematizar e elaborar as pesquisas, estudos, projetos, promover a divulgação dos trabalhos e a articulação junto à comunidade, aos diversos níveis de governo e segmentos organizados, preparar e acompanhar propostas de financiamento e captação de recursos [*com vistas*] à revitalização do Centro Histórico...” (UNESCO, 1998, p. 56).

³³⁵ Andrès depõe sobre um episódio entre pitoresco e emblemático – “mas que envolve aspectos conceituais determinantes para marcar a natureza institucional do processo nos anos subsequentes” – e que teria ajudado a mover o Brasil rumo ao Maranhão, com o próprio Aloísio Magalhães à frente. Correu o país a conversa de que um “gringo” norte-americano [*John Gisiger*] estava em São Luís engajado num projeto de “Renovação Urbana da Praia Grande”, isto é, da própria cidade de São Luís secular-colonial. O pasmo nacional decorreria de Gisiger, “tentando transmitir uma ideia de revitalização havia denominado seu trabalho com o equivocado título de Renovação Urbana...”. Chegados todos a São Luís, e diante de uma maquete do Centro Histórico artisticamente elaborada e expressando a proposta, “restaurou-se”, em primeiro lugar, a compreensão das corretas intencionalidades de seu autor ... E assim, seu plano, o mais recente, acabou adquirindo centralidade enquanto referência de discussões e decisões. (ANDRÈS, 2012, p. 73).

³³⁶ Ocorrido em outubro de 1979, dele participaram dezenas de especialistas locais e de outros estados brasileiros, além de dirigentes “de sindicatos e diversas entidades com atuação social na área”, trabalhando eixos tais: “aspectos socioeconômicos”; “infraestrutura urbana”; “patrimônio arquitetônico”; “turismo”.

Histórico de São Luís – PPRCHSL. O Grupo de Trabalho que o sistematizou foi definido nas reuniões do Encontro, com a tarefa institucional de coordenação e implementação das ações respectivas. Aliás, interinstitucional, uma vez que, constituído pelo governo estadual, o GT contou “com representantes de diversos órgãos da administração estadual e municipal, além do Iphan e da Universidade Federal do Maranhão e de diversas entidades de classe” (UNESCO, 1998, p. 60-61).³³⁷

Tendo trabalhado sobre um já expressivo conjunto de ideias, proposições e certamente os referenciais analítico-avaliativos das experiências levadas a efeito desde pelo menos a década de 1940, agora tudo processado em sede de mais amplo compartilhamento de concepções e decisões, do Encontro e do GT interinstitucional saiu delineado o dito Programa, que marcou “o início de novas e decisivas etapas de negociação e implementação” concernentes ao Patrimônio em São Luís. Então assim estruturado e assim organizado em 11 subprogramas, o PPRCHSL, em linhas gerais, alcançaria as seguintes “políticas estabelecidas durante o seminário e sempre com o propósito de assegurar uma determinada filosofia de atuação” (ANDRÈS, 2012, p. 73-74): 1) manutenção do uso residencial da área; 2) geração de emprego e renda; 3) centros de profissionalização; 4) centros culturais e suas manifestações; 5) restauração/preservação do patrimônio arquitetônico e requalificação para usos reintegrados à dinâmica da cidade; 6) revitalização do comércio varejista, a exemplo do artesanato, vinculado ao turismo cultural; 7) readequação de “redes de utilidades: esgoto, água, telefone, drenagem, eletricidade, transportes, praças...”; 8) atividades portuárias tradicionais; 9) incremento de atividades associativas, inclusive como meio de garantir-lhes participação em decisões locais; 10) avaliação crítica do Programa; 11) compromisso político da administração pública de incluir suas propostas nos planos de governo municipal e estadual.

Há de tudo nesse feixe de linhas de trabalho: das práticas patrimoniais, propriamente, alcançando políticas sociais mais amplas e até mecanismos de condução implementadora da política pública e de sua avaliação. Implementação em cuja dinâmica mobilizou-se praticamente toda a estrutura do corpo social, com seus subprogramas, em sua diversidade, alcançando diversamente cada parte de seu organismo. Isto é, cada “política” dessas configurou um subprograma, por sua vez com seus desdobramentos no tempo e ante as contingências. Na

³³⁷ Lembra ele que esse programa é o que também se conhece como “Projeto Praia Grande/Reviver” e que compreendeu cinco etapas distintas.

conclusão de Andrès – na atitude critico-especular que lhe ensinou a pesquisa empírica e aplicada –, todos eles mantidos enquanto durou a dinâmica articulada naquele outubro de 1979.

Uma leitura mais interpelativa dos documentos e outras falas elaboradas em torno e perpassando o objeto dessa política pública – a “cidade colonial” de São Luís – e tomando como norte sua enunciação programática/subprogramática, permite identificar e caracterizar as concepções que, em determinado nível, moveram-na ao sucesso ou mesmo ao insucesso. Também permite identificar a força de algumas dessas concepções em atravessar conjunturas político-administrativas-sociais e sua afluência até o tempo presente, do que com elas resta permitido também estabelecer diálogos múltiplos e os nexos pertinentes com o debate amplo e interdisciplinar sobre a inserção das chamadas cidades históricas no conjunto complexo das sociedades urbanas-mundo.

Uma vez elaborado o PPRCHSL, e nos moldes que a pedagogia participativa naquele contexto permitiu mobilizar, a cidade dispunha de um mecanismo mais amplamente articulado e o fato assegurava partir para a efetividade das novas ações propostas, cada setor de governo fazendo sua parte e os vários setores e agentes procedendo consoante o Programa comum. De imediato, no nível político-administrativo, já em 1980, o Iphan redimensiona sua atuação no Maranhão, instalando uma Diretoria em São Luís. E em 1986, o governo da cidade institucionaliza uma Comissão do Patrimônio Histórico, organismo precursor da atual Fundação Municipal que trata dessa área. A política federal de acautelamento se ampliou desde então na cidade, contemplando outros bens do acervo da cidade velha, com tombamentos isolados. O governo do Estado, por sua vez, promove, em modo de ampliação, o tombamento do Centro Histórico, alcançando a ampliação da proteção federal, e mais tarde, idem, o governo municipal o faz do perímetro urbano circunscrito no chamado Anel Viário. Enfim, os mecanismos jurídicos indispensáveis à patrimonialização histórica estavam estabelecidos, um Programa bem estruturado de revitalização estava à mão, as determinações intergovernamentais entrosadas, faltava a sobredita efetividade da implementação, uma vez mobilizados os meios financeiros necessários. De 1979 (PPRCHSL) a 1997 (Patrimônio da Humanidade), a São Luís dos três primeiros séculos como que renascerá.

A primeira etapa de consecução desse Programa é, propriamente, a que se caracteriza pelo momento de sua construção, conforme assinalado linhas acima, e da implementação das primeiras intervenções diretas no sítio a revitalizar/requalificar. Sendo o Centro Histórico imenso, múltiplas as opções de começo das obras e finitos os recursos financeiros, impunha-se a eleição de prioridades. E

a Praia Grande³³⁸ é essa prioridade “em virtude de este bairro ostentar a mais grave situação de degradação, não obstante ser aquele que concentra os mais imponentes conjuntos de arquitetura urbana” (ANDRÈS, 2012, 85). E ser o núcleo original/estrutural da cidade colonial, isto é, repositório dos mais relevantes sinais de sua origem e formação histórica nos quase quatro séculos seguintes. Essa escolha revela em plenitude os sentidos e as linhas de força, convergentes, das políticas públicas de proteção de monumentos históricos ao redor do mundo e também, relembre-se desde já, deflagra em sua processualidade a manifestação das contradições estruturais que governam as sociedades sob o reinado do capital em transe. A Praia Grande se configurou muito cedo como zona de trocas comerciais, naquela segunda metade do século XVIII, tornando-se uma “praça de comércio” movimentada, das mais expressivas do norte da América portuguesa, em conexão com diversos continentes e diversas cidades. A formação dessa zona e praça moldadas e dinamizadas pelos negócios, localizadas aos pés da cidade alta dos poderes enfeixados (governo régio, quartel, catedral), concede-na a força vital do ordenamento citadino que evoluirá no entorno. Basta lembrar, objetivamente, que por essa praça passou quase tudo que entrou em e saiu de São Luís em três séculos. Pessoas e coisas, corpos e pensares.

Corroborando esse arsenal de sentidos sobre a Praia Grande, Antonio Bernardino Pereira do Lago, graduado funcionário de governo, em 1822, escrevendo sobre a construção da Casa das Tulhas, diz que seu erguimento se deu para

evitar os antigos monopólios e fomes de gêneros de primeira necessidade [do que], no 1º de setembro de 1820 se criou, na cidade, um terreiro público, ou casa de tulhas, em que o lavrador guarda os seus gêneros, e os vende quando lhe faz conta, havendo assim sempre, não só fartura e o preço cômodo do gênero, mas também o lavrador não ser, como era, obrigado a vendê-lo pelo preço que queriam os monopolistas, por não ter onde o guardasse. (LAGO, 2001, p. 59)

Essa judiciosa avaliação de Pinto do Lago contém indicações muito significativas sobre as contradições que movem o processo construtivo da cidade, tal esse, que é central, e que revela o conflito insanável do sistema do capital em relação ao interesse coletivo essencial – no caso dos compradores da feira – exemplificado na construção de monopólios para potencializar os ganhos

³³⁸ Na construção da cidade essa referência vem do Setecentos e quer dizer a zona de contato - praia/calha – do platô habitado original, com os fluxos de pessoas e coisas chegando e saindo pelo mar. César Marques apurou a utilização escrita dessa expressão já em 1780 (op. cit., p. 818-820), mas certamente já deveria então ser de uso comum por mareantes e pela população. As expressões Feira da Praia Grande, Mercado da praia Grande, Praça do Comércio e Praça da Praia Grande, nominações que se vão elaborando no tempo e nas percepções comuns, designam um conjunto referido a espaço e usos, centrados na também chamada Casa das Tulhas, sua expressão arquitetônica maior, e tudo debaixo da denominação geral de Praia Grande.

dos respectivos agentes. E aí também se nota o governo certamente agindo em prol dos consumidores, que, aparentemente, nisso saem ganhando.

Por volta do ano de 1982, as ações da primeira etapa estavam concluídas e os resultados se mostravam positivos e com bastante impacto na comunidade nacional e, sobretudo, na comunidade local, o que, do ponto de vista da percepção popular, fortaleceu a construção das etapas seguintes. O engajamento de múltiplos setores sociais na operação de tudo foi considerado um elemento essencial aos bons resultados imediatamente colhidos e garantia da “conservação integrada”, naquele sentido, do qual falam Zanchetti e Jokiletho, de que as “propostas [*e as ações*] devem ser articuladas no tempo e enraizadas na estrutura cultural, econômica e política da sociedade urbana” (apud ANDRÈS, 2012, p. 92). Este depoente/autor avalia que “a atuação da mídia foi sempre um apoio no propósito de reverter os prognósticos pessimistas, ou negativos sobre as possibilidades de recuperação. Procurava-se estabelecer assim um novo patamar na percepção coletiva de valores em relação ao acervo”.

Mas o PPRCHSL não teria sequência em igual ritmo e determinação nos quatro anos seguintes, por reorientação de prioridades do governo estadual. Todavia, o protagonismo em prol de sua implementação fermentou inúmeros eventos, discussões e detalhamento de propostas, constituindo, mesmo, tal avalia o depoente/autor que vimos seguindo, uma “segunda etapa” do Programa, sucedendo-lhe a “terceira”, como se verá, mais robusta e impactante. No Inter tempo de 1982 a 1987, com efeito, várias ocorrências pertinentes tiveram vez e lugar, a exemplo do valioso “achado”, tratamento e transcrição do acervo de 28 mil páginas de manuscritos da Câmara Municipal de São Luís,³³⁹ a publicação de duas obras de referência sobre o Patrimônio cultural de São Luís,³⁴⁰ além das intervenções relativas à recuperação do Sítio do Físico³⁴¹ e do desenvolvimento do Projeto Embarcações do Maranhão.³⁴² Nesse período, segundo ele,

³³⁹ A de São Luís é uma das dez primeiras Câmaras Municipais da América Portuguesa. Instalada em 1619, sinaliza a constituição jurídica do atual município de São Luís desde então. Para se tenha uma ideia de sua importância, nos seus primeiros anos de atuação, e antes que fosse criada a Câmara de Belém do Grão-Pará, tinha o Senado da Câmara de São Luís jurisdição em igual território do Estado do Maranhão colonial (v. capítulo 1), isto é, da capitania do Ceará ao conjunto da Bacia Amazônica, nesta, limitando-se com municípios da América espanhola.

³⁴⁰ “Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão”, do citado arquiteto Silva F.º; “Azulejos Portugueses em São Luís do Maranhão”, da arquiteta Dora Monteiro e Silva de Alcântara. Obras que mais tarde seriam como que incorporadas ao dossiê de tombamento enviado à Unesco.

³⁴¹ “Conjunto de ruínas remanescentes de um antigo curtume e fábrica de pólvora, instalado [...] no início do século XIX [...] complexo industrial às margens do Bacanga, a apenas 6 km do Centro Histórico...” (ANDRÈS, 2012, p. 95).

³⁴² “A beleza singular das embarcações, os conhecimentos tradicionais utilizados na sua fabricação, que estavam ameaçados de desaparecimento, além de sua importância econômica e social me despertaram para a necessidade de uma pesquisa sobre o tema”. A execução desse Projeto resultou num outro, consistente “na criação do Estaleiro-Escola do Sítio Tamancão”, depõe L. P. Andrès, seu idealizador e executor.

aprofundaram-se as pesquisas em todas as frentes, sobretudo as de base socioeconômica, ampliou-se ainda mais o engajamento da sociedade e da comunidade de técnicos ligados à área da preservação/restauração do Patrimônio Histórico, do que tudo resultaria na reelaboração, pelo Grupo de Trabalho sob sua coordenação, de uma segunda versão do Programa, concluída em dezembro de 1986.³⁴³

Uma das mais referenciadas entre as etapas do PPRCHSL (1987-1991) é a que se popularizou com o nome de Projeto Reviver, agora sob a coordenação geral de Luiz Phelipe Andrès, respaldado na dinâmica do Grupo de Trabalho, cuja participação na construção do governo que então se instalava fora decisiva para sua incorporação prioritária no Plano Diretor respectivo (ANDRÈS, 2012, 99). O projeto Reviver beneficiou “107.000 m2 de área urbana tombada [...], abrangendo 15 quadras e 200 edificações...”. Em resumo, acentue-se que as intervenções encetadas contemplaram da “recuperação integral da infraestrutura urbana com a renovação das redes de água, esgoto e drenagem”³⁴⁴ à “construção das novas redes subterrâneas de energia elétrica e telefonia”, além de “praças, jardins e alargamentos das calçadas de cantaria, voltando às dimensões originais conforme a documentação fotográfica do final do século XIX” e “recuperação de becos e escadarias e pavimentação das ruas com paralelepípedos” (ANDRÈS, 2012, p. 100). E foram muitos os projetos específicos executados no período, como parte da política pública maior, conforme se apontará vários deles, mais à frente. E todos atestando o esforço dos idealizadores-condutores dessa política de induzir um protagonismo de plena usufruição dessa área pelos moradores da cidade. E de fato, a partir da implementação das obras mais abrangentes e perceptíveis dessa fase, do ponto de vista da tomada de consciência popular, segundo Andrès, “o exemplo dessas obras exerceu um papel didático no seio da comunidade... A mídia veiculou um sentimento de orgulho com a reabilitação daquela área tão degradada”

³⁴³ Segunda versão “contendo um elenco de subprogramas abrangendo os aspectos infraestruturais urbanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, preconizando prioritariamente em suas políticas o incentivo à preservação dos hábitos da vida comunitária tradicional, através das condições e ofertas habitacionais, a revitalização das atividades econômicas e socioculturais; à restauração dos bens culturais tombados e da arquitetura vernacular...” (UNESCO, 1998, p. 106).

³⁴⁴ Uma curiosidade: as obras de intervenção no subsolo da cidade colonial revelaram um gigantesca obra de drenagem e esgotamento pluvial feita há mais de duzentos anos. “Na verdade, um surpreendente complexo de túneis [de] natureza construtiva extremamente sólida, os detalhes dos arcos em abóbada de berço foram fabricados com lajota de cerâmica [numa] época em que carroças representavam o maior peso sobre o pavimento das ruas [150 anos depois] suportando cargas de dezenas de toneladas dos pesados caminhões que invadiram as ruas...” (ANDRÈS, 2012, p. 100). Essa “descoberta” teve imensa repercussão, ainda maior porque assanhou toda a lenda ludovica da cidade das encanterias – reinos subaquáticos, subterrâneos, serpentes adormecidas sob o chão de Upaon-Açu e outras mais. Acrescenta esse depoente, que foram “recuperados 1.500 metros” lineares de tais galerias e são grande atração turística.

(ANDRÈS, 2012, p. 109). Credita-se ao sucesso relativo dessa fase o já mencionado esforço de conjugação de objetivos e prioridades dos três níveis de governo quanto a essa política pública, mas aponta ele uma deficiência, sensível:

O aspecto mais deficiente foi o desempenho sofrível do setor privado, que compareceu de forma muito tímida na instalação de pequenos bares e restaurantes. Nem a clara manifestação de compromisso do poder público, realizando maciços investimentos na infraestrutura e mudando radicalmente a fisionomia do bairro histórico, foram suficientes para motivar uma contrapartida de investimentos do setor privado.

Outra deficiência na busca de cumprir as políticas foi mais uma vez o adiamento dos projetos de habitação. Ainda nesta etapa, nenhum apartamento foi construído para atender ao propósito de assegurar a manutenção do uso residencial da área (ANDRÈS, 2012, p. 110).

Pleno de significados esse registro do coordenador do Programa sobre o “desempenho sofrível” do setor privado e da não viabilização do repovoamento da área reabilitada. Ele denuncia os limites estruturais do esforço requalificador, porquanto as forças mais potentes que movem a cidade do presente agem noutras direções. Por exemplo: a atividade imobiliária especuladora – seguramente a maior dessas forças – teria interesse confluyente com as linhas essenciais desse esforço de proteção e reabilitação do centro colonial? Claro que não, tal se depreende do conjunto deste estudo. Outro exemplo está na evidência de que a dinâmica das novas funções da cidade antiga reinventada parece não se ajustarem ao dia-a-dia da vida comum de uma zona residencial; falta *liga*, *elã*, alma, circuitos próprios da sinergia do habitar comunitariamente. É como se estivesse implícito que por mais que se planeje e induza a reinvenção do *que foi*, esse antigo-novo cenário é percebido assim mesmo, como *cenário* a ser exibido (ele, propriamente) e prosclênio de algo a se mostrar no sentido da intenção de *exibir* ao outro. O sanluisense médio da imensa cidade de hoje, também se faz consumidor, como que turista *em visita* ao Centro Histórico. Ora, o Centro, feito cidade-mercadoria para o consumo cultural, não se faz rotina e muito menos a cidade comum da vida do sanluisense mediano, daí não transfundir com ele sangue, quicá, algum afeto. *Reviver* é mesmo uma metáfora.³⁴⁵ E por que

³⁴⁵ Ajuda-nos nessa compreensão Martin Heidegger, em seu *Construir, habitar, pensar*: “Ao que parece, só chegamos ao habitar através do construir [*bauen*, ‘cultivar’]. O construir tem o habitar como fim.[...]. Habitar e construir estão um para o outro na relação de fim e de meio. Só que, enquanto nosso pensamento não for mais além, entendemos habitar e construir como atividades separadas, o que sem dúvida exprime algo exato; mas, ao mesmo tempo, pelo esquema fim-meio, fechamo-nos o acesso a relações essenciais. [...]. Construir é, em seu ser, fazer habitar. Realizar o ser do construir é edificar lugares mediante a agregação de seus espaços. [...]. Em que consiste, pois, o ser da habitação? Ouçamos de novo a mensagem da língua: o velho-saxão *wuon* e o gótico *wunian* significam morar, residir, exatamente como a antiga palavra *bauen*. [...]. Os mortais habitam embora acolham o céu como céu. Deixam que o sol e a lua sigam seus cursos, e os astros seu caminho, deixam às estações do ano suas bênçãos e seus

o point da cidade atual não é o adro das igrejas e o Largo do Carmo, mas sim o circuito feérico da Lagoa da Jansen/Holandeses, Praça de Alimentação de Shopping?

Uma quarta etapa do PPRCHSL continuou, após 1991, contemplando outras intervenções, entre as quais convém destacar a restauração integral do Teatro Arthur Azevedo,³⁴⁶ um Projeto Piloto de Habitação popular, além da construção do Mercado do Peixe. O Teatro está localizado no Centro Histórico, mas fora da Praia Grande, e o Mercado do Peixe na zona da Praia Grande ampliada, isto é, na zona do Portinho, junto ao bairro do Desterro, doravante constituindo aquela desejável articulação de espaços e funcionalidades da cidade colonial concebida para “reviver” o passado consoante as emergências do presente – e no caso fica destacável a participação, nas decisões, de entidades de pescadores e armadores.

Registre-se que, transcorrida a primeira década de sua implementação, o PPRCHSL, a partir de 1991, é reconfigurado institucionalmente, do ponto de vista de seu gerenciamento, passando as tarefas atinentes ao Grupo de Trabalho das origens – vinculado à Seplan/GE – ao Departamento de Projetos Especiais da Secretaria de Estado da Cultura, mantendo-se o corpo técnico e criando-se o Conselho Deliberativo do Projeto Reviver – CDPR, com as já conhecidas entidades da sociedade civil e de órgãos governamentais, desativando-se, porém, a Comissão Técnica do Patrimônio, “que reunia os três níveis de governo para análise de projetos no Centro Histórico [representando] um retrocesso nos mecanismos de monitoramento legal do perímetro tombado” (ANDRÈS, 2012, p. 112-113). O que teria determinado essas alterações no perfil gerencial do Programa? Note-se que, desde 1979, e mais precisamente a partir de 1986/87, as iniciativas e ações governamentais no campo do Patrimônio Histórico alcançaram vultosa escala de importância, além da mobilização crescente de muitos recursos financeiros, do que não se recuse admitir a tendência de politicamente cada nível de governo conferir certa autonomia na consecução de seus projetos. Tendência provavelmente acentuada com a plena redemocratização formal das escolhas eleitorais a partir de 1989, em geral definindo prefeito, governador e presidente da República de orientações político-administrativas divergentes, com fortes implicações na implementação de políticas públicas, tal essa, de índole multidisciplinar.

rigores, não fazem da noite o dia nem do dia uma corrida sem tréguas. [...]. Por mais dura e penosa que seja a falta de habitações, por mais séria que seja como entrave e como ameaça, a verdadeira crise da habitação não reside na falta de alojamentos. A verdadeira crise da habitação reside no fato de que os mortais estão sempre procurando o ser da habitação, e de que *precisam, antes de tudo, aprender a habitar*. (HEIDEGGER, 2005, p. 346-349).

³⁴⁶ Uma das maravilhas arquitetônicas de São Luís, inaugurado em 1817, então denominado Teatro União, evocando o recente episódio da elevação do Brasil a Reino Unido.

A percepção de que um certo desalinho ocasionado com as mudanças de governo se fez sentir na implementação dessa política, tem-se num depoimento do engenheiro-mor.-coordenador, quando, referindo-se às ações da quinta etapa do PPRCHSL, lembra que esta “se caracterizou pelo fato de ter sido a mais duradoura (8 anos) devido à reeleição ao governo do Estado, ocorrida em 1998, fato que assegurou maior continuidade das ações empreendidas e que ao final se traduziu na maior etapa de obras e maior volume de investimentos” (ANDRÈS, 2012, p. 113). E em que aspectos essa nova etapa (1995/2002) inovaria/retrocederia em relação ao que se vinha praticando? Mudou alguma concepção e mudaram, de fato, os modos de implementar-se a política?

[...] se verificou nesse período o fato novo de que as obras foram custeadas pela primeira vez com recursos obtidos de financiamentos do BID pelo Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste – Prodetur. Característica que induziu novos procedimentos técnicos exigidos pelos contratos com organismos internacionais, tais como a obrigatoriedade de realizar estudos de viabilidade econômica e de impactos ambientais. Mas outras ações foram empreendidas... (ANDRÈS, 2012, p. 113)

Atualmente [1998], a Coordenação do Patrimônio Cultural – CPC/SECMA, em estreita articulação com os demais órgãos estaduais e de outros níveis de governo [...], dá continuidade ao [PPRCHL], através da implantação de mais uma etapa de intervenções que deverão assegurar a recuperação dos bairros do Desterro e Portinho e a revitalização das atividades portuárias ligadas ao tráfego de passageiros, cargas e à pesca artesanal, com extraordinária influência na vida do Centro Histórico. Essa opção de continuidade em direção à zona portuária busca aprofundar o compromisso com as políticas de preservação adotadas no início do Programa. Além disso, a governadora Roseana Sarney, reconhecendo a amplitude e a integridade do Centro Histórico de São Luís, decidiu promover novos e significativos investimentos com recursos próprios do Estado nos bairros situados na zona tombada estadual [...], em particular no renomado bairro da Madre de Deus, celeiro de muitas das mais populares manifestações artísticas e folclóricas do Maranhão. (UNESCO, 1998, 94).

Essa etapa é precedida por uma nova perfilação das ações a implementar, assim de novas articulações e projetos, agora sob a égide, como citado, inclusive de organismos emprestadores dos recursos sob determinadas condições. Reafirma-se as linhas do PPRCHSL e balizam-se as principais diretrizes para seu prosseguimento, as quais vêm a seguir indicadas, resumidamente:³⁴⁷

1) garantir a aplicação de US\$ 53 milhões (Prodetur) na recuperação e ampliação da infraestrutura urbana dos bairros Desterro e Portinho, além da recuperação de edificações de valor histórico e a revitalização de atividades portuárias; 2) buscar novo financiamento do BID

³⁴⁷ Pela grande relevância neste estudo, reproduzimos, em anexo, mais inteiramente, o teor dessas diretrizes, as quais orientam o Programa nas etapas seguintes.

para o subprograma de habitação social no Centro Histórico; 3) formar parcerias com a iniciativa privada, entidades de classe e ong's, com vistas à manutenção e dinamização de atividades em sincronia com as novas exigências do processo de revitalização (UNESCO, 1998, p. 107-108).

De fato, nessa etapa tecnicamente chamada de “quinta”, a política pública encaminha ações, as quais, sob muitos aspectos, caracterizam a ampliação do conjunto do Programa. O objetivo do presente estudo, como se está vendo, não alcança o detalhamento mais “técnico” de como esses muitos projetos foram desenvolvidos, senão a conformação deles na questão do Patrimônio Histórico local e as articulações determinantes das escolhas de que são resultado, claro, no contexto de fluxos e relações que os processos de urbanização impõem a qualquer metrópole do Brasil e do Mundo.

Reitere-se, pois, a abrangência das ações implementadas nessa fase cinco, que, de 10,7 hectares das intervenções anteriores – até o chamado Projeto Reviver – estendeu-se a 50 hectares, aproximadamente, com dispêndio de 75 milhões de reais.

Observa-se que grande parte das intervenções realizadas nos sobrados permitiu a geração de focos de revitalização no contexto da malha urbana com instalação de novos usos capazes de atrair vida e movimentação para o Centro Histórico. Ao mesmo tempo, passaram a sediar instituições que asseguram pelo uso a própria manutenção das edificações. É o caso da opção preferencial pelas escolas que têm a capacidade de garantir a presença da classe estudantil na área, mas de adaptação para centros culturais, especialmente aqueles que se dedicam a preservar as manifestações da cultura popular.³⁴⁸ [...].

Tanto o governo estadual quanto o municipal intensificaram os investimentos em programações de apoio aos eventos tradicionais como Carnaval, festas juninas e natalinas, realização de shows musicais e espetáculos teatrais, que não só colocaram em uso os teatros João do Vale e Alcione Nazaré como ocuparam as praças e escadarias que passaram a ser anfiteatros naturais e propícios a estas apresentações. (ANDRÉS, 2012, p. 132-133)³⁴⁹

De fato, ainda que apontadas como elemento mobilizador no mercado turístico, parece que somente com esta última virada de século, objetiva e pragmaticamente, as manifestações culturais se tornam alvo da política pública do patrimônio, ainda que os espaços garantidos pelos

³⁴⁸ Não esqueçamos as indicações de M. Parent relativas à necessidade de promoção de festivais de juventude nas áreas requalificadas.

³⁴⁹ Esses espaços do centro colonial de São Luís se tornaram “paisagens” esvaziadas “do sentido de lugar das praças públicas...” – antes do chamado “declínio do homem público” – espécies de “não-lugares”, do medo: pensando com Augé (2001, p. 73), para quem “[...] um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico, definirá um não-lugar”, Andrade (2007, p. 24) acentua que as “os espaços públicos, tais como as praças são, nessa cidade contemporânea, demasiadamente marcados pelas paisagens do medo ou mesmo da violência...”, ensejando a mutação do lugar em mera localização, nessa formulação seguindo a ideia de que “[...] se pensarmos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar” (Tuan, 1983, p. 6, apud ANDRADE, 2007, p. 24).

restauros requalificadores as tenha em mira. É que o *intangível* e seu outro jeito de ser monumentalidade só agora se rejubilam com a pedra e cal.

Todas essas apreciações sobre o andamento do PPRCHSL, e até avaliações das ações implementadas, atestam o andamento de processo que tem como imperativo um certo tipo de *sustentabilidade* das iniciativas no tempo, isto é, dessa característica de requalificar o Centro Histórico em perspectiva de sua *revitalização*, aqui entendida como algo incongruente com um simples viver de novo, um *reviver*. Mais: revitalizar como qualificação para os desafios e exigências do tempo presente, arranável o conviver, em nova estação da história, com as cidades de São Luís de vária temporalidade, que, imbricadas, o mundo tombou “para o benefício da humanidade”. E nunca deixemos de assinalar que a cidade dada a tombamento é recepcionada pelo tempo presente, consoante as determinações deste, suas crenças e idealizações, além de seletividade.

Do ponto de vista da concepção da política pública em curso não se vislumbra alterações que a distancie daquelas linhas longamente fixadas já nos anos 1960, com Michel Parent. A forma de implementação mais centrada na Administração Direta estadual, por sua vez, precisaria de uma avaliação sistemática para aferir seus novos resultados em cotejo com a experiência das etapas anteriores, examinando-se até em que dimensão teria havido o “retrocesso” apontado por L. P. Andrès, sobretudo no que pertine à dinâmica da “conservação integrada”.

Na sexta etapa (2003/2006), as seguintes ações devem ser apontadas e observamos que, comparando-se com o grande volume de ações do PPRCHSL dos anos anteriores, a partir de 2002 há “diminuição no ritmo e uma queda nos investimentos em obras com recursos do governo estadual [mas] do ponto de vista da gestão [é inaugurada] uma nova fase”, considerando-se a ampliação dos compromissos da Prefeitura de São Luís no processo de reabilitação da área (ANDRÈS, 2012, p. 136), até então “liderado pelo Estado”. Com efeito, assinala-se a ocorrência de algumas iniciativas da municipalidade nesse período, intervenções restauradoras nas principais praças, largos e até num bairro do Centro Histórico, com recursos próprios, tal vem apontado em linhas a seguir.

No depoimento de Andrès, desde então, “o processo de gestão compartilhada foi transferido para o âmbito municipal, que, para tanto, criou o núcleo gestor do Centro Histórico envolvendo todos os níveis das administrações federal, estadual e municipal”, além das representações da chamada sociedade civil. E é nesse contexto que o município fortalece equipes técnicas próprias e cria um órgão para tratar institucionalmente das ações dessa política pública, a

Fundação Municipal do Patrimônio Histórico, além de um Fundo de Preservação para “canalizar” recursos para tal finalidade. Mas aí o PPRCHSL já vai se transmutando, de ação contingente nas escolhas administrativas, em imperativo essencial das políticas públicas da cidade.

Todavia, a mais impactante de todas as medidas geradas pelo PPRCHL foi a inscrição da cidade na lista do Patrimônio Mundial, da Unesco, em dezembro de 1997. Sob a coordenação de Luiz Phelipe Andrès, mobilizada a equipe multidisciplinar do Programa³⁵⁰ e potencializada a candidatura ao título pela decisão política da governadora do Estado, articulada com as autoridades da República, elaborou-se o dossiê respectivo, subido a Paris, e defendido, em junho, na 22ª Reunião Internacional do Bureau do Comitê do Patrimônio Mundial, na sede da Unesco, “aprovada sem restrições”, conforme depõe Andrès (2012, p. 113-114), encarregado presencial de proferir a defesa, em nome do proponente, o Maranhão – e claro, do Brasil. A decisão homologatória, e final, emanada do Comitê do Patrimônio Mundial, deu-se em 6 de dezembro do dito ano, em Nápoles, na Itália. O fundamento que embasou a decisão foi o atendimento, conjugado, dos critérios III, IV e V, da Convenção que estatui a inscrição na lista do referido Patrimônio Mundial (v. Introdução e Considerações Finais).

De efeitos mais que simbólicos, esse ato constitui uma referência grandiosa em todo o processo e referenciamento da questão do Patrimônio Cultural em São Luís, animando exponencialmente as percepções positivas da população em relação ao Centro Histórico e, sob todos os aspectos, lançando a cidade sob as luzes do mundo e fazendo crescer, em idêntica intensidade, as possibilidades de concretização, entre outras, das políticas públicas diretamente relacionadas ao acervo agora acautelado, na prática, e *latu sensu*, por quatro níveis político-administrativos de governo. Essa patrimonialização cultural-mundial, que aditou o título e a qualidade de monumento histórico nacional de São Luís, imediatamente previne a própria população e suas lideranças nas diversas esferas sociais, a pública ainda mais, para um novo marco no trato de questão assim complexa, de maneira que, daí por diante, muito disso implicará num maior comprometimento com as demandas dessa política. A cidade buscou esse reconhecimento e o mundo marcou-lhe com esse gravame, honroso quanto oneroso, que somente o têm mais sete coirmãs brasileiras. Mas sim, São Luís colonial, com suas artes, e na pragmática, ficou mais vendável no mercado das cidades históricas.

³⁵⁰ Serviram como consultores os arquitetos Dora e Pedro Gomes de Alcântara, Olavo Pereira da Silva Fº, Ronald Almeida Silva, os historiadores Jean Pierre Halévy, Rafael Moreira e Mário Meirelles, além da participação da CR/Iphan do Maranhão (ANDRÈS, 2012, p. 113).

Transcorridas mais de duas décadas e tomando-se o conjunto das medidas levadas a efeito no PPRCHSL, desde 1979, e ainda trazendo à análise e seguindo algumas pistas de L. P. Andrès, que a avaliou consoante o paradigma acima lembrado, cabe realçar alguns aspectos significativos. Uns, por negativos: “o programa foi menos eficiente no ‘monitoramento’ e ‘controle’ [...] e negativo, quase sempre [*naqueles aspectos*] que se referem à garantia de investimentos do setor privado [*e também na*] dificuldade de instituir um fundo de preservação que pudesse conjugar recursos provenientes do poder público e do setor privado” (ANDRÈS, 2012, p. 154). Outros, positivos, entre os quais aponta a “continuidade administrativa obtida através de sucessivas negociações, além da capacidade que o Programa teve de se inserir no planejamento oficial do governo do Estado e assegurar recursos para investimentos públicos”.

E porque monitoramento e controle não tiveram o êxito esperado? Um deles, a atribuição de fiscalizar sancionada nos três níveis federativos, nem sempre entrosados para exercê-la, a contento, acentuando esse autor que, em certo momento, houve um Convênio entre eles, do que resultou uma Comissão Técnica do Patrimônio, desaparecida depois. Disto decorre dificuldades “de aplicação do aparato legal”, diz, considerado satisfatório. Ora, as competências tripartidas de monitorar/fiscalizar já derivam das igualmente distintas jurisdições/obrigações de tomar iniciativas, daí que essa distribuição diferenciada de responsabilidades de governo rebate negativamente sobre o planejamento e a implementação da política “sob a égide da Conservação Urbana Integrada” (ANDRÈS, p. 156), o que supõe a construção de instrumentos de atuação interinstitucionais que não se sujeitassem às injunções das alterações tão comuns nos processos sucessórios seguidos de descontinuidades administrativas. Esse autor aponta como aspecto deficiente nesse monitoramento e controle a falta de balizamento e “avaliação financeira e econômica dos resultados dos investimentos realizados”. Lembra também outro flagelo que ronda a aplicação das ações dessa política pública, qual seja, a judicialização – demandas que se arrastam, “trabalhando em favor do infrator”. Contudo, em contraponto positivo, isto é, favorável ao controle, fortalece-se a atuação da Curadoria do Patrimônio e do Meio Ambiente, no âmbito do Ministério Público, o que, de certo modo, no jogo dos interesses terçados nesse campo, a coletividade está melhor representada nos embates judiciais, que, em regra, opõem os ditos interesses coletivos a interesses particularistas e da ordem privada, em geral. Também aponta uma deficiência estrutural relacionada ao “funcionalismo público que é, via de regra, numeroso e mal remunerado, geralmente privado de treinamento e reciclagem, trabalhando sem perspectiva de progresso na carreira”.

Como se nota, a experiência do PPRCHSL engendrou um mecanismo essencial no horizonte de efetivação desse monitoramento, atuando segundo o paradigma de Zanchetti e Jokiletho, de acordo com o qual esse mecanismo requer o conhecimento total “do objeto / sitio [...] através de inventários e pesquisas [*sendo*] preciso fazer estes registros antes, durante e depois da implementação de qualquer ação na área”. Na experiência maranhense aqui examinada, isso foi intentado, tem saldos positivos, mas, no geral, parece fenecer. A constituição do acervo de memórias e referenciais técnicos sobre o atual ciclo dessa política pública – Centro de Documentação do Solar dos Vasconcelos – é disso um exemplo. E até se pode vincular seus impasses à referida e recorrente “desintegração” que marcou as ações praticadas sobretudo na etapa mais recente do Programa, além daquela também mencionada falta de engajamento de sentido “profissional” que, estruturalmente, caracteriza o Serviço Público.

Na pesquisa sistemática e no depoimento de seu coordenador principal, ainda que com tais deficiências, de algum modo arrostadas no curso da implementação da política, o Programa atesta resultados de perceptível impacto positivo e assim nada desprezíveis.

Sendo um trabalho de planejamento e gestão desenvolvido no âmbito da administração pública, é notável a longevidade e continuidade do Programa dentro de estruturas que, normalmente, tendem a favorecer a descontinuidade.

Os trabalhos cumpriram com razoável regularidade as etapas de amadurecimento desejáveis a um programa dessa natureza, tais como: estudos e análises; proposições e elaboração de projetos; debates e negociações; obtenção de decisão política e a implementação de obras. (...).

O Programa realizou obras consistentes, estruturais e de infraestrutura, sem fazer concessões a soluções superficiais, como pintura de fachadas, havendo sempre a preocupação em se manter a diversidade de usos e respeitar a vocação econômica e social das áreas de intervenção, portanto compromissado com a sustentabilidade dos empreendimentos”

[Não] houve inversões de recursos públicos em imóveis particulares [mas alguns deles] foram adquiridos por desapropriação ou negociação amigável, para viabilizar projetos estrategicamente importantes para a revitalização da área. Em alguns casos, foram posteriormente terceirizados com os contratos de cessão de uso. Como exemplos, os casos da fábrica Cânhamo e da fábrica Rio Anil, de diversas praças e de alguns restaurantes no bairro da Praia Grande. [...]. (ANDRÈS, p. 2012, p. 157)

Nas linhas que seguem, resumidamente, apontamos as principais iniciativas, projetos que as exprimem e respectivas ações que especificamente marcam as mais de duas décadas de

realização do PPRCHSL.³⁵¹ E também, algumas questões/interpelações relacionadas a essa implementação, dada por etapas e projetos distintos e articulados. Questões que se busca caracterizar à luz das concepções de cidade, urbanização, patrimônio e desenvolvimento, entre mais, delineadas nos capítulos precedentes. Uma questão que se afigura central: em que medida a política pública do patrimônio encetada na cidade de São Luís, tomando-se a dinâmica de sua implementação, afasta-se ou aproxima-se do paradigma geral da cidade mercantil? Em afastando-se, ela revelará a força do valor artístico da cidade, de sua dimensão estética, na qual timbram os valores do espírito? Aproximando-se, ela exemplificará a incompatibilidade intrínseca da preservação/revitalização para proveitos distintos daquele que lhe sanciona a dinâmica imperativa do mercado?

1) Uso residencial.

Quando se fala em São Luís de requalificação do Centro Histórico – objetivamente o bairro da Praia Grande – com a garantia de mantê-lo habitado, recepciona-se uma diretiva estratégica de Michel Parent (v. seção anterior). Trata-se de questão debatida em todo o mundo, ante a evidência de que um monumento ou sítio histórico protegido e ao mesmo tempo morto é garantia de novas degradações; ademais, a cidade de São Luís tem graves problemas na alocação espacial de seus moradores, constituindo as estruturas de equipamentos públicos dessa zona revitalizada, eventualmente, um atrativo para fixar moradores. Habitação de cunho popular, diga-se, pois a parcela econômica e socialmente privilegiada há muito reelaborou seu viver urbano para além da margem direita do Anil, em edília verticalizada e condomínios praianos. Em São Luís é objetivo intentado, mas não de todo alcançado, pois a expansão urbana em espacialidades dilatadas para longe, é operada por um padrão centrífugo e segregador (v. cap. 1, 5). A cidade expandida sob a força compulsiva da especulação imobiliária –se não foi capaz de virar suas setas invasoras e subversoras para o centro citadino secular, que vive/revive, mas permanece deslocada da economia das trocas reais– parece não parar de avançar destrutivamente sobre os mangues e nascentes naturais da *urbs*, que fenecem.

³⁵¹ Nessa enumeração, grosso modo, continuamos a seguir/incorporar o depoimento/texto dissertativo de L. P. Andrès, assim como o endereçário e dados quantitativos que dispõe (ANDRÈS, 2012, p. 114-133). Este depoente organiza sua explicação chamando de “etapas”, grosso modo, e cronologicamente, alguns quadriênios governamentais no Estado do Maranhão, em vista de serem assim construídos os Planos Diretores que foram, nesse tempo, conformando em projetos, as diretrizes e propostas do PPRCHSL: 1979/83, liderado por João Castelo Ribeiro Gonçalves; 1983/87, Luiz Alves Coelho da Rocha; 1987/1991, Epitácio Cafeteira; 1991/1994, Édison Lobão; 1995/2002, Roseana Sarney; 2003/2006, José Reinaldo Tavares.

Na etapa seis: projetos de habitação no Centro Histórico, com quatro imóveis concluídos, 23 apartamentos e 15 pontos para lojas. Nessa etapa, ainda que não uso residencial, mas de hospedaria, a Pousada do Largo do Comércio – reforma e adaptação do maior sobrado do bairro Praia Grande –, com 2.646 m² de área construída e 42 apartamentos, área de lazer. Diz Andrès, que a obra foi concluída, mas emprestada a outro órgão estadual, a Defensoria Pública.

2) Emprego e renda

As proposições subprogramáticas aludidas nos eixos dois e quatro, isto é, a restauração de monumentos históricos com expressão artística – os sobradões, solares, igrejas, e sobretudo os palácios e outros edifícios que servem à funcionalidade pública da cidade-capital de Estado – são inerentes à requalificação de centros antigos e em geral e no caso de São Luís encaminhada como reforço do repertório de atrativos mobilizadores da atividade turística relacionada, capaz de empregabilidade e de outros arranjos geradores de renda; aqui também, em tudo, articula-se pelas orientações já plasmadas por Michel Parent e sua missão fundada pelo interesse do desenvolvimento dessa “indústria” como estratégico para o Brasil. Aliás, atividade, desde os anos 1960, fortemente mobilizadora de financiamentos de agências internacionais.³⁵² As funções de capital foram e continuam a ser elemento vitalizador da cidade, ontem quanto hoje, parte significativa delas sediada no Centro Histórico, fator de certo dinamismo intra-bairro, mas arrostando pressões mais que suspeitas sugerindo sua migração para outras zonas “modernas” do sítio urbano estendido. Parte das funções do poder público estadual até já migrou para a cidade nova, a exemplo de importantes secretarias, parte do Poder Judiciário e todo o Legislativo; do município, ainda estão a funcionar no Centro Histórico, a prefeitura e a câmara municipal. A requalificação do Centro Histórico precisa reocupar funcionalmente tanto espaço monumental disponível e disponibilizável quanto mais avançam as restaurações, constituindo um desafio à parte se contrapor –as forças comprometidas com seu “reviver”– aos reclamos mudancistas, em regra obscuros, para novas e caras estruturas edificadas distantes, e como se vê, desnecessárias;

³⁵² “... a política neoliberal implantada no país, a partir da década de 90, acabou por incorporar os centros antigos à vida contemporânea, ao transformar os patrimônios em mercadoria. Assim, a crescente valorização econômica dos bens culturais promoveu a consagrada união entre turismo e o legado cultural... Em suma, a tese da valorização da ‘cultura’, ao vincular-se aos processos preservacionistas, procura mostrar as ações das forças supranacionais, as causas determinantes da incorporação de um modelo ocidental de mundo e as consequentes absorções do centro antigo, advindas dessa modelação. Como se pode imaginar, substanciam essa visão as interferências das agências financiadoras como o Banco Mundial, o BIRD, o BID, ou ainda das agências culturais como a UNESCO. Além disso, são notáveis as mobilizações de instituições e organizações não-governamentais em favor do patrimônio e dos valores culturais...”. (SILVA, 2010, p. 41-42)

volvam-se tais verbas às operações de revitalização do núcleo citadino secular que a Humanidade tombou. Do desfecho de opções tais, ter-se-á sempre a medida das reais intenções e compromissos, da sociedade e de seus governos, com os propósitos da patrimonialização cultural enquanto política pública.

3) Centros profissionalizantes

Projeto compreendendo parceria do governo estadual e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) garantiu a restauração de um outro edifício ruinoso e sua ocupação com um Restaurante Escola desse último, aberto ao público. Medida de muito alcance e destinado a formar profissionais para atuar em todas as funções concernentes a restaurantes e hotelaria. Segundo o depoente que vimos seguindo, esse espaço revitalizado, inaugurado em 1988, atraiu para o Reviver, além de turistas, a “população ludovicense que há muito havia deixado de frequentar” a área pelo estigma de local sujo e perigoso (ANDRÈS, 2012, p. 107).

É da quarta fase e de grande envergadura a recuperação das instalações antigas da “Fábrica Rio Anil”, fora do Centro Histórico, mas área de valor histórico proeminente, pois um marco da industrialização do Maranhão, intentada desde os séculos XVII e XVIII. O espaço restaurado e requalificado, segundo ele, destinou-se a hospedar, desde 1994, um Centro Integrado de Ensino, com orientação profissionalizante, dispondo da segunda “maior biblioteca pública estadual [além de] salas de aula convencionais, laboratórios, teatro com capacidade para 300 lugares, ginásio de esportes, refeitório, dormitório, ambulatório médico e áreas de lazer e convivência” (ANDRÈS, 2012, p. 111). Acentue-se que exemplo de requalificação de um sítio industrial-monumental, num bairro populoso e com carências recorrentes.³⁵³ A Escola de Música do Estado Lillah Lisboa ganharia então um sobradão arrojado na área.

³⁵³ O Anil – planta, industrialização, rio e bairro - constitui uma referência destacada da estruturação urbana de São Luís, tendente à expansão subindo o curso desse que mais parece um braço de mar ou esteiro, num consórcio de águas na baía de São Marcos. Até o século XIX, começo do XX, sendo uma região da ilha pródiga de riachos doces, dela se captava a água potável para abastecimento da população. Ainda nas primevas eras atraiu aquela que talvez seja a primeira tentativa de “indústria” em São Luís e no Maranhão: o plantio e a exploração racional do *anil*. Trata-se de produto de muito valor nas relações comerciais do tempo colonial, também produzido nas Índias e noutras áreas da dominação europeia. “Anil – (Planta *Indigofera tinctoria*. V.) – Chamada pelos naturais *caauçu*, foi por eles cultivada desde tempos imemoriais, sem dúvida depois da Provisão Régia de 24 de abril de 1642, facultando aos moradores do Brasil a cultura desta planta em terras impróprias para a de cana-de-açúcar, ficando, todavia, obrigados a plantar de mandioca outra igual porção de terreno, podendo até embarcar aquele produto para o reino, pagos os direitos competentes” (MARQUES, César. *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Fon-Fon e Seleta/Sudema, 1970, p. 84). As estruturas restauradas em 1994 pertenceram à Companhia do Anil – de Fiação e Tecidos – que foi ali estabelecida entre o final do século XIX e o começo do XX.

Na quinta etapa: a) Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão, s. à rua da Estrela, “conjunto de sobrados”, com 3.030 m², onde antes funcionaram as instalações da multinacional norte-americana Ullen Company, depois pela Cemar, estatal de energia elétrica do Maranhão b) Escola de Música do Estado / Solar Lilah Lisboa, s. à rua do Giz com a da Estrela, com 1.200 m², c) Centro de Capacitação Tecnológica – Cetecma, num sobradão “imponente” s. rua Portugal.

Na etapa seis, a Universidade Virtual do Maranhão – Univima, em sobrado restaurado, s. à rua Portugal, ao lado do Centro do Capacitação Tecnológica, significando um arranjo de exemplar de convivência da linguagem científica mais avançada num cenário e ambiente de uma arquitetura multissecular; Centro Estadual de Educação Profissional de São Luís, sobradão, s. à rua Formosa com 28 de Julho, 1900 m² – acomoda, idem, um “polo de ensino” do Ifma; o Projeto Escola de Enfermagem do SUS, s. à rua da Estrela, nº 415, com outra saída/entrada à r. do Giz.

4) Centros culturais e suas manifestações

Quase um lugar comum nessa política pública a conversão de espaços degradados em Centros de Cultura, refletindo a diversidade das manifestações locais. Ruinosos galpões industriais, sobradões, solares e até convento, ganham assim usos diversos daqueles que motivaram suas origens. O Centro de Criatividade Odylo Costa F.º é um deles, resultado da transformação de galpões de armazéns comerciais em Centro Cultural de múltipla finalidade, desde teatro, cinema, exposições de artes plásticas, “salas para aulas de dança, gravura, artes plásticas, cerâmica”, além de restaurantes e com pátio central para apresentações. Lembra Andrès que, com o concurso de artistas, usuários e intelectuais, essa obra foi estruturada para “ter papel estratégico na reabilitação” da Praia Grande, pois de um “conjunto de ruínas escuras e ameaçadoras” fez-se um “centro educacional, polo de vida e movimentação econômica e cultural [cujo] funcionamento ininterrupto contribui significativamente para a animação da área com a presença cotidiana de centenas de alunos em seus cursos” (ANDRÊS, 2012, p. 106) – aliás, abordagem que reponta as linhas traçadas por Michel Parent. E tudo rebatizado com a designação acima aludida. Outros grandes e notáveis sobradões em ruínas foram restaurados e adaptados para a instalação do Museu de Artes Visuais, um, s. à rua Portugal, e outro, à rua da Estrela, “integrados num só complexo museológico pela adaptação de um pátio interno que une os dois quintais [dando] aos imóveis nova dignidade e a finalidade de se tornarem mais um equipamento cultural atrativo para a área...”, depõe o engenheiro-mor do PPRCHS.

De grande porte a restauração e requalificação do Convento das Mercês,³⁵⁴ orientadas por uma concepção de aproveitamento e sustentabilidade pluricultural de seus espaços e de revitalização do próprio bairro colonial em que se acha, o do Desterro, com criação da Escola de Música do Bom Menino, além do Museu do Negro, na Cafua das Mercês, que lhe é adjacente.³⁵⁵ O que se chama de “bairro” do Desterro é um setor da Praia Grande, ordenado no entorno da igreja seiscentista de São José do Desterro e do próprio Convento dos mercedários. E muito relevante contextualizar esse antigo “depósito” ou “mercado” de africanos desembarcados como escravos, afinal, trato substantivo da economia e das relações sociais de então, e tráfico intensificado depois de 1750. Na conformação física indicativa da formação social de São Luís, além da própria cidade em pedra e madeira erguidas pela energia e força física do corpo indioafro escravizado, o edifício da Cafua, e sua solidez de cárcere, indicam um contraponto em relação ao “mercado-feira livre” da Praia Grande, a alguns quarteirões dali. E na cidade arquitetônica e culturalmente requalificada, uma referência inapagável do elemento motor do erguimento da cidade, a mão de obra cativa. E em tudo a afirmação de um núcleo que se urbaniza sob a égide do jogo do mercado e na tensão de suas contradições enquanto transita a economia dita mercantilista para o jogo liberal desatado dos monopólios, como denota o propósito da política régia de criar a Casa das Tulhas, no limiar no Oitocentos.

Na quinta etapa: a) Memorial do Centro Histórico, Solar dos Vasconcelos, colonial e de beleza ímpar, com 1.430 m², lugar que sedia a Superintendência do Patrimônio Cultural, órgão da Secma, as atividades diretivas e executivas do PPRCHSL, além da guarda e exposição do acervo documental-iconográfico relacionado à sua consecução, b) Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão, projeto com funcionamento num sobradão, na Praia Grande, s. à rua do Giz com Humberto de Campos, erguido no ano de 1800, tendo servido de residência, comércio, sede um jornal oitocentista chamado *O Globo*, agora, requalificado, mantendo exposição de fósseis e réplicas de dinossauros “que viveram” onde está a Alcântara de hoje “há cerca de 80 milhões de

³⁵⁴ O Convento das Mercês foi reaproveitado e passou a abrigar a Fundação da Memória Republicana, como centro de pesquisas e exposição permanente do acervo relativo ao período do maranhense José Sarney à frente do governo da República, com seus pátios e auditórios servindo às mais diversas programações culturais. “O fato de servir como sede de uma Fundação cultural equaciona de forma sensata o problema de como assegurar a conservação e manter os grandes monumentos arquitetônicos” (ANDRÊS, op. cit., 2012, p. 104).

³⁵⁵ Sobre a Cafua anote-se que se trata de local onde “funcionou o mercado de escravos de São Luís, uma verdadeira praça de leilões de negros. Eles desembarcavam no Portinho e seguiam para o sobrado onde ficavam amontoados em pequenos quartos para depois serem expostos com uma placa pendurada no pescoço indicando o seu preço, à espera de um comprador. A Cafua foi adquirida pelo Governo Estadual em 1970, restaurada e aberta às visitas dois anos mais tarde, quando foi inaugurado o Museu do Negro...”. (Disponível em: <http://passeiourbano.com/2011/05/15/cafua-das-mercês-museu-do-negro/> ac. 03/02/2014, 10h24)

anos”, c) Teatro João do Vale, s. à rua da Estrela, com 1.210 m². Ainda nessa etapa, obras que articulam a dinâmica dos centros culturais, propriamente, com outras funções: a) Casa do Maranhão, projeto sediado no sobrado público que no Oitocentos sediou o Tesouro Provincial, agora expõe os ícones da cultura índia e afro que enraizou-se no Maranhão, além de painéis dos cenários maranhenses plurirregionais, b) Casa de Nhozinho, sobradão, s. à r. Portugal, expõe obras da invenção artesanal popular maranhense, inclusive a utilitária nos labores tradicionais do campo, c) Mercado das Artes, num antigo armazém junto ao cais do Porto antigo, com 1.200 m², conjunto de mercado de artesanato sem atravessador e de agência de fomento, o “Banco do Empreendedor, em parceria com o Sebrae”, destacando-se o Projeto Morada das Artes, que, como se viu, reaproveitou os “trapiches ou conjunto de galpões porto antigo...”, “construídos 8 apartamentos no andar superior, e 8 ateliês, salão de exposição e hall no térreo”, garantindo a artistas plásticos morar, confeccionar suas telas e ensinar, tudo articulado num macro espaço, além de expor e comercializar suas obras de arte sem atravessadores.

Na etapa seis, a Sede da Aliança Francesa do Maranhão, s. à rua do Giz, sobrado cedido pelo governo estadual ao Consulado Francês no Maranhão, funcionando como Centro Cultural Franco-Brasileiro, aberto ao público em geral, com aulas de línguas, biblioteca e cinemateca, além de vibrar a evocação histórica do protagonismo francês nas origens da cidade; ainda nessa etapa, o Estaleiro-Escola, situado no Sítio Tamancão, na margem oposta do esteiro do Bacanga – frente a frente com o Centro Histórico –, com 3 mil m², espécie de repositório de experiências náuticas, centro de ensino, tem o objetivo “de preservar as tradicionais técnicas de construção de embarcações artesanais do Maranhão” (ANDRÈS, 2012, p. 135-136) inclusive ofertando “serviços de manutenção da frota existente”. Trata-se de restauração e readaptação de outro galpão de antiga indústria – no caso, de descascagem e soque de arroz –, com singular acervo arqueologicamente aferido de maquinário movido à “energia das marés”, projeto articulado, no âmbito do CNPq, entre outros órgãos de pesquisa e fomento, aberto ao público para visitas turísticas guiadas;

5) Restauração/preservação do patrimônio arquitetônico e requalificação para usos reintegrados à dinâmica da cidade

Além de sua exponencial arquitetura de antigos usos residenciais, São Luís chegou ao tempo de sua patrimonialização no último quartel do Novecentos, apresentando também uma prediaria que revela ao presente o seu esforço de tornar-se uma cidade industrial no sentido típico: processo industrialista bloqueado, relembre-se, conforme demonstrado no capítulo 1, 5.

Muitas construções sólidas, artisticamente expressivas, algumas delas, porém, semiarruinadas ou mesmo em literal estado de ruína. Nesse sentido, o antigo entorno portuário com seus “armazéns” inutilizados. A política pública que se engendra nas orientações de outubro de 79 dedica a esses seculares “galpões” uma especial atenção. Tem-se nesse acervo – constituído por “exemplares ímpares de arquitetura industrial dos meados do século XIX [com] elementos arquitetônicos de força e beleza” (ANDRÈS, 2012, p. 76-77) – um potencial imenso de reaproveitamento, para “usos contemporâneos”, de seus espaços revitalizados. O Ceprama e o Centro de Criatividade Odylo Costa F.º são disso bons exemplos.

Nesse sentido, seguindo a diretriz deste subprograma, na quinta etapa, algumas iniciativas para fixar/articular a presença da Administração Pública: a) Instituto Osvaldo Cruz, casarão, s. à rua Formosa, com 1.200 m², adjacências do Convento das Mercês, serviço público estadual de assistência médico-laboratorial; b) Viva Cidadão / casa da cidadania, reabilitação de galpões do porto da Praia Grande, “antes em desuso ou servindo de depósito de sucatas”, agora propiciando o atendimento ágil e articulado em vários serviços públicos dos três níveis de governo e de empresas privadas, com graus de satisfação aferido e atestado com o selo ISO 9001, c) Casa da Cidade, solar, s. à praça João Lisboa, onde há cem anos funcionou a Câmara Municipal, agora restaurado e sediando a Junta Comercial do Estado, d) Delegacia Especial do Centro Histórico e Batalhão do Turismo, num “sobrado em desuso”, no coração do Centro Histórico.

Em tal diapasão, a etapa cinco objetou também a restauração de igrejas, cujos projetos se afastam do “caráter eminentemente econômico e social”, neste acaso assumindo estas intervenções uma “natureza mais erudita”, restaurando imóveis do Centro Histórico tombado que abrigam “acervos de grande valor histórico e artístico”, a exemplo das obras de arte sacra: a) da Sé, e Palácio Episcopal, com recursos da lei Rouanet, e também participação do Iphan, que financiou e executou a restauração do retábulo do altar-mor, remanescente do Seiscentos, ainda o templo da Companhia de Jesus, b) Igreja do Desterro, no bairro assim chamado, 466 m², restauro predial e de peças sacras.

Na etapa cinco, concernente ao subprograma cinco, “recuperação do patrimônio ambiental”, incorporação e transformação de terrenos/espços vazios – antes “baldios” e indutores de degradação – tornando-os “praças públicas e espaços de convivência [...], cenário e

palco de festas populares”:³⁵⁶ a) Praça Poeta Nauro Machado, sobre a ruína de um dos símbolos mais eloquentes da Praia Grande, a sede da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755 a 177...), 2.200 m², secundando intervenções já operadas em 1982, e agora uma aprazível ruína “à Caracala”, com escadaria intercambiando ruas altas e baixas e outras praças, calçadões e pátios; b) Praça Poeta Valdelino Cécio, 600 m², articulada por escadaria com a referida Nauro Machado; c) Praça da Seresta, outra ruína de casario colonial que se transformara em terreno baldio e estacionamento precário, pequena em suas dimensões mas enorme na simbólica, sobre o que registra o depoente que já em 1987 fora reformada para usos culturais, ganhando pórtico e púlpito. Novamente objeto de intervenções por volta do ano 2000, é palco de apresentações de danças típicas, em especial do Tambor de Crioula,³⁵⁷ d) Praça dos Catraieiros, ao largo do ancoradouro histórico da cidade, evoca e homenageia os mareantes, remadores menores, e agregados que, em quarenta décadas, fazem ponto no local; e) Praça da Praia Grande, 918 m², a exemplo da Catraieiros, articula os acessos à referida Casa do Maranhão e Morada das Artes, servindo de palco a grandes apresentações de grupos folclóricos, f) Praça do Pescador, consistente na urbanização de grande espaço que medeia a área edificada da Praia Grande/Complexo Praça do Comércio e Casa do Maranhão, e a praia, propriamente, intervenção “feita em comum acordo com os armadores de pesca, trabalhadores do sindicato dos pescadores e donos de bares e restaurantes”, do que resultou um novo perfil de barraqueamento, com quiosques higiênicos para comidas e bebidas típicas, pontos de táxi, lazer noturno (preciso perguntar ao Luiz o exato lugar...).

Na etapa seis, obras emergenciais de estabilização de dez sobradões ameaçados de ruir, ação do Iphan, com recursos do MinC.

6)) Revitalização do comércio varejista, a exemplo do artesanato, vinculado ao turismo cultural

Apontado em quase tudo como objeto-foco a alcançar pela consecução da política pública do patrimônio, esse campo de atividade produtiva, tal se tem visto, mobiliza com

³⁵⁶ Consciente ou não trata-se de recompor aquele sentido da cidade-comunidade que a dinâmica urbana sob o imperativo do capital subtraiu, ensejando o que Cammille Sitte (1992) chamou de “agorafobia” em sua obra referencial *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*, na qual “propugnou a importância da praça como espaço público e como lugar da arte, uma relação harmônica entre espaços construídos e os vazios urbanos, nestes se valorizando as dimensões estéticas espaciais e as espirituais dos usuários, numa perspectiva de proporcionar maior interação entre sujeitos e espaços”. (ANDRADE, 2007, p. 21)

³⁵⁷ Acrescenta Andrès (2012, p. 131) que na vizinhança dessa praça “se situam uma livraria e cyber-café, uma escola de teatro, outra de capoeira, um clube de xadrez, dois dos imóveis do programa de habitação, uma pousada turística, restaurantes, alguns bares e um antigo cabaré denominado Base da Faustina, o qual, até hoje, voluntariamente contribui com sua conservação”.

centralidade os esforços de todos no processo de requalificação da cidade histórica. Afinal, para quê proteger/restaurar o seu acervo e sua monumentalidade arquitetônica, senão para mostrá-la ao apreço oneroso de outrem? No mundo todo, o patrimônio historicamente elaborado em eras pretéritas é buscado como uma espécie de impulsão contemporânea pelo passado, quiçá o reforçamento da “segurança ontológica” (Giddens) de indivíduos e coletividades no mundo em que cada vez mais (forçando a paráfrase) “tudo que é sólido desmancha no ar”.

Outras ações havidas nessa primeira etapa, na Praia Grande, focaram mais especificamente a “praça de comércio”, propriamente, e seu entorno, com epicentro na tradicional Feira da Praia Grande. Coração pulsante da cidade através dos séculos, esse local foi estruturado urbanisticamente na segunda metade do Setecentos, passando por reformas requalificadoras no século seguinte. Mas zona que sofreria mais imediatamente os impactos das transformações referidas quando passa de “porta de entrada”, sensacional e positivamente dinâmica, a “zona dos fundos”, algo lúgubre, degradada. A nova requalificação intenciona devolver-lhe o ritmo e a graça. O Sindicato do Comércio Varejista (“dos Feirantes”) teve decisiva participação em todos os encaminhamentos atinentes às obras da Feira, através de sucessivas reuniões gerais com os associados, no próprio Mercado, o que ensejava o deslinde de apreensões cotidianas sobre o andamento de tudo, desde a não incomum mingua de verbas, ao cumprimento de prazos e à garantia de que direitos de uso dos permissionários fossem devidamente garantidos. Anota mais Andrès, à vista das atas respectivas, o papel proeminente do presidente desse Sindicato, Venceslau Marques, que concebia a obra como algo que “iria assegurar ao mesmo tempo a recuperação de um importante exemplar do patrimônio histórico e a revitalização de uma atividade que abastecia a população de São Luís de gêneros de primeira necessidade, sendo geradora de emprego e renda para dezenas de famílias” (ANDRÈS, 2012, p. 87). Como se vê, uma percepção legitimadora, mas de certo modo ingênua, pois, não é de se supor que os estrategistas da política pública para o patrimônio acreditassem que a “revitalização” faria renascer a dinâmica varejista de ontem, nos moldes do que se conhecera nos séculos pretéritos. Ora, na São Luís metropolizada dos anos 1980, acentuando-se nos anos seguintes, o comércio dos gêneros “de primeira necessidade” engendrou novos conceitos, lugares e práticas. Com efeito, o próprio Mercado Central da cidade de ontem – agora convertido em “centro histórico” –, habilitava-se, então, mirando o comércio dos “secos” produzidos pelas artesanias, para o turismo, enquanto era destituído do feirame dos “molhados”, agora transferido para as refrigeradas estufas dos supermercados. E potencializando a revitalização desse conjunto, foi retirada de sua condição

baldia e “urbanizada”, para a circulação e lazer de pessoas, a doravante conhecida “Praça da Praia Grande” –, a área alargada defronte da Casa das Tulhas. Dando funcionalidade e fluxo à área, nessa etapa foi recuperado e reaberto ao público o “beco da prensa”, artéria secular, de menos de dois metros de largura, que atravessa o conjunto da Praia Grande, permitindo os pedestres que descem do centro histórico chegarem mais facilmente ao atual Anel Viário, na beira-mar, junto ao moderno Terminal da Integração, que articula o sistema rodoviário de transportes urbanos, entre a “cidade colonial” e seus novos bairros.

Na terceira etapa, a restauração da antiga “Fábrica de Cânhamo” com vistas a um novo aproveitamento, no caso, como centro de exposição e comercialização de artigos do artesanato estadual. E a exemplo do Convento das Mercês, com espaços livres e adaptados para grandes manifestações de arte e cultura, a exemplo da apresentação de grupos de Bumba Meu Boi e assemelhados. A restauração dessa fábrica constituiu um vetor de revitalização real de todo o seu entorno, localizado que é entre a Praia Grande, o Portinho, Desterro e o bairro Madre Deus.

O Mercado do Peixe vem na quarta etapa e foi concebido feito para organizar a comercialização de pescados e outros gêneros do mar, foi erguido no Portinho, espécie vila imemorial de pescadores, à margem direita do esteiro do Bacanga, maior referência desse comércio de “molhados” da capital através dos séculos. Quanto ao projeto habitacional, este se configurou, ainda que tímido para a importância que sempre se lhe atribuiu: foi restaurado e adaptado um sobradão para esse fim – projeto piloto – visando famílias de trabalhadores e outras entre “antigos moradores do imóvel na época em que ele foi invadido e transformado em cortiço”, cuidando-se de reservar salas térreas para uso comercial, função tradicional do bairro (ANDRÈS, 2012, p. 110).

7) Readequação de “redes de utilidades: esgoto, água, telefone, drenagem, eletricidade, transportes, praças...”

Subprograma dos mais complexos e a exigir, em seus desdobramentos, muita tecnologia e inovação, pois tocando nas estruturas vitais do corpo citadino secular: prospectar antigas redes de água e de esgotos, e reconstruí-las, assim substituí-las por novas e inteligentes redes de comunicação, também de energia, tudo em padrão avançado e operadas as devidas adequações a um sítio urbanizado sob vários aspectos intocável em suas estruturas. Ora, um Centro Histórico requalificado, para os usos e fruções de hoje, haveria de associar a engenharia de seu “valor de ancianidade” ao “valor de novidade”, este quase uma compulsão dos

contemporâneos (de que nos fala... Riegl ou Ruskin?). Nesse sentido, como exemplo, lembre-se que, em geral, admira-se a beleza dos postes e lampiões coloniais, enquanto se quer que eles iluminem com a intensidade que lhe propicia a energia elétrica; que seja, aliás, sua luz amarelada, a vapor de sódio, aparentando as tochas dos lamparinhos de antanho –sim, fruir ambientes da colonialidade trai certo encanto, doce autoengano. Todavia, os “encantados” são pessoas reais, em viagens para além de imaginárias, com dispêndios concretos, e interesses insondáveis, cuja atenção de quem recebe implica ação da administração dos públicos interesses.

Essa intervenção subsolar implicou o restauro, reabertura e requalificação de logradouros, tal a reconstituição, nessa terceira fase, da escadaria da rua Humberto de Campos, “parte de uma estratégia pioneira de retirar a circulação de veículos do coração do Centro Histórico e criar uma área mais humanizada (civilizada) onde os pedestres pudessem caminhar em segurança e usufruir com calma e tempo as qualidades do extraordinário conjunto de arquitetura urbana...” (ANDRÈS, 2012, p. 103).

Na quinta etapa, na consecução da diretriz 1, dos protocolos com o Prodetur, acima referida, a opção é “de continuidade em direção à zona portuária [que] buscou aprofundar o compromisso com as políticas de preservação adotadas no início do Programa. Em especial com os princípios de fidelidade à vocação social e econômica de cada segmento da área tombada”. Aqui, depõe L. P. Andrès, recursos do Prodetur foram utilizados para viabilizar a primeira etapa “do Plano da Ilha de São Luís, beneficiando neste primeiro momento a bacia do Centro Histórico, com a construção de redes coletoras, estações elevatórias e de tratamento de esgotos sanitários...”³⁵⁸ Com recursos próprios de sua contrapartida – e consoante o compromisso assentado no subprograma 11 –, o governo estadual faz diversas intervenções articuladas com as financiadas pelo Prodetur, “de valor estratégico na busca da reabilitação da área”: 1) cais da Praia Grande –terminal hidroviário do Centro Histórico, obra nova sobre o sítio antiquíssimo do ancoradouro e rampas da cidade, restabelecendo as condições de embarque e desembarque na área, sobretudo a ligação com a cidade histórica de Alcântara; 2) rede elétrica subterrânea – ampliação do procedimento já em parte realizado noutra etapa, liberando “as fachadas dos casarões” e devolvendo “a harmonia do conjunto arquitetônico”, com mais de 1.048 domicílios atendidos na área ; 3) rede telefônica, idem; 4) renovação do sistema de abastecimento de água, de esgoto e de drenagem: restauração da pavimentação poliédrica de ruas e calçadas no padrão do século XIX – 68 mil metros quadrados de calçamento e 28 mil de calçadas; 5) estação de

³⁵⁸ ANDRÈS, op. cit., 2012, p. 114-115.

tratamento de esgotos do rio Bacanga – crucial na revitalização do canal do Portinho, essencial à atividade pesqueira artesanal, impactando social e ambientalmente a vida de cerca de 140 mil moradores assentados na bacia do dito rio – a “urbanização” da zona do dito canal é um objetivo a alcançar; 6) ampliação do número de edificações recuperadas para novos usos, sobretudo no que o Programa aponta nos subprogramas três e quatro; 7) projetos para instalação de centros culturais; 8) Espaços da Cultura Popular, pensados para abrigar e articular o protagonismo das artes; 9) Administração Pública; 10) Restauração de igrejas; 11) Espaços de Arte de Rua e de Convivência Comunitária; 12) Projeto Documenta Maranhão.

Na sexta etapa, já o governo municipal centrando as ações, como referido : 1) Praça Maria Aragão – margem esquerda do rio Anil, no Centro Histórico, área inóspita, nesta obra, concebida por Oscar Niemeyer, no coração colonial da cidade, terçam e congraçam diversas linguagens arquitetônicas. Essa nova praça é um prolongamento da parte baixa do antigo Largo dos Amores, também chamado de praça Gonçalves Dias, e, reformada com palco, concha e anfiteatro niemeiryanos, deu à metrópole atual, em plena zona colonial, um espaço para grandes eventos artísticos e cívicos –o ato celebrativo maior dos 400 anos da cidade, por exemplo, aconteceu nesse lugar, na noite de 7 para 8 de setembro de 2012; 2) Praça Gonçalves Dias – área abrangida no tombamento mundial e talvez a referência cidadina mais postalada de São Luís, esse Largo é adornado por sobrados oitocentistas e igreja estilo, além de conter o memorial com estátua-monumento do poeta Gonçalves Dias, erguida em 1869?; 3) Praça Benedito Leite – a exemplo da Gonçalves Dias, uma praça-monumento trisseccular da cidade colonial, ao lado da Sé, no lugar onde ergueu uma das primeiras igrejas da velha capital e bispado; 3) Avenida Pedro II, o logradouro mais antigo da cidade, pois lugar de suas construções originais em pedra e cal, e também o que foi objeto do maior número de intervenções ao longo de quatro séculos;³⁵⁹ 4) Bairro de Desterro, em 2005.³⁶⁰

³⁵⁹ “Daria um livro”, como se diz popularmente, a história dessa via sanluisense – dir-se-á, ludovica, pois a única configurada pelo forte franco-tupinambá. O desenho básico dessa “praça” que chegou ao tempo presente foi traçado pelas reformas do governo pombalino de Joaquim de Melo e Póvoas (1761-1779), orientada na “grelha” de 1615 do engenheiro Frias de Mesquita. Sua atual silhueta edificada, expressa todas as linguagens da arquitetura-arte praticada na Europa-Maranhão-Brasil desde o Seiscentos. Em 400 anos, foi conhecida por várias denominações, sobrevivendo a atual, que lembra o imperador do Brasil, Pedro II, ironicamente uma homenagem dada por republicanos. Nela estão os dois palácios de governo, do Estado e Prefeitura Municipal. É o palco-cenário de alguns dos acontecimentos políticos mais relevantes da história política da América portuguesa – foi de sua rampa e guarnecidos por seus baluartes na baía de São Marcos que partiu a missão que, pelo Grão-Pará, subiria o vale amazônico até os arredores da atual Quito, no Equador, estabelecendo a autoridade maranhense e portuguesa sobre essa imensa região do planeta.

³⁶⁰ “O campo etnográfico nos permitiu identificar as dimensões das múltiplas tessituras construídas por sobre o bairro do Desterro, que extrapolam sua conformação física, seus limites geográficos e se estendem por diversos níveis das

8) Atividades portuárias tradicionais

Concertou-se um subprograma totalmente voltado às medidas relativas à atividade portuária, algo estruturante da vida de São Luís, das origens ao tempo fluente, capaz ainda de criar oportunidades laborais interessantes. As transformações que impuseram a transferência para outra zona da cidade-município o seu porto marítimo, explicam, em parte, a indução ao estado de decadência da Praia Grande durante parte do século XX. Mas em que pese a mudança da atividade náutica, grossa, para o outro lado do Bacanga, o velho ancoradouro ainda tem papel relevante no bairro requalificado, pois a relação de seus fazeres, repertorizados, move necessidades absolutamente atuais –como a quatro vezes secular organização do transporte entre a Capital e Alcântara, idem, com as comunidades da Baixada, com gentes e coisas ancorando e zarpando de sua calha. Claro, a grande Feira dos Molhados dos sanluisenses já mudou de endereço, mas a Casa dos Secos e das Tulhas ainda está aberta às trocas com os visitantes de longe, assim ressignificados os fluxos de valor na zona-porto antiga. Acima de tudo, a relação íntima de São Luís com as águas do Golfão do Maranhão é um fator de sua economia real e simbólica, indissociáveis. Os baluartes da Praia Grande, o Cais da Sagração, e as canoas veleiras e costeiras que com eles vivem acumpliciados pelo butim comum de valiosas tradições mareantes, são elementos constituintes de sua gênese e que tornam São Luís o poema de pedra que qualifica, antes de mais nada, o seu destino historicamente dado e seu patrimônio politicamente tombado. Esse macro ambiente imerso entre águas doces de dentro e mares salgados de fora em que está situada a cidade é um elemento que a singulariza e universaliza. Que a singulariza na dimensão das utopias e a universaliza nas levezas aladas das ucronias. De fato, a Cidade do Maranhão, elaborada entre e sobre as tabas e ocas na Upaon-Açu dos tupinambás, mercantil-racional e sebastianista, move-se às impulsões dos pretéritos e devires, na mediação cultural entre um quase-lugar e um quase-tempo (v. capítulo 1, 3).

políticas locais de preservação patrimonial. O resultado final – um lugar comum – como muitos podem considerar, pela obviedade do sinal escolhido para o símbolo, uma imagem presente no cotidiano do bairro, já muito utilizada para comunicar visualmente as atividades culturais do local, guarda a força que a categoria patrimônio lhe confere. A imagem do patrimônio conota estabilidade, uma noção de continuidade, de uma referência que acalma e aplaca as inseguranças provocadas pela violência e abandono. As glórias do passado são materializadas na escala monumental da arquitetura. Esse projeto nos permitiu avançar mais um passo na tese de que a categoria e as noções de patrimônio têm sido construídas como unificadoras de uma rede de significados simbólicos e vêm sendo sintetizadas, em São Luís, em uma ideia de identidade ludovicense”. (NORONHA et al, 2012).

9) Incremento de atividades associativas, inclusive como meio de garantir-lhes participação em decisões locais

Na quinta etapa, esta iniciativa ajusta-se ao sentido desse incremento, exemplificando a enorme capacidade de se produzir e articular uma teia de instituições e funções, capaz de protagonizar um presença absolutamente entranhada na vida e demandas do bairro. Trata-se da montagem do Centro de Educação e Cidadania (Ceduc), num sobrado de três pavimentos, s. à rua da Palma, com cerca de 1.000 m², espaço que abriga as ações de um dos projetos maiores da reabilitação do Centro Histórico,³⁶¹ articulando um arco de órgãos estatais, a exemplo da Universidade Federal do Maranhão e da prefeitura local e de entidades populares, a exemplo da União de Moradores do Centro Histórico, do Sebrae, Iphan e outros mais,³⁶² cada um engendrando seus arranjos de ação em projetos setorizados. Acrescente-se que a área se encontrava em ruínas e o foco da atuação plúrima dos organismos que articula, visam parcelas sociais fragilizadas e até historicamente excluídas do bairro e entorno, ensejando “formação profissionalizante”, “pré-vestibular”, além de agenciar o engajamento social popular nas iniciativas tais o Fórum de Desenvolvimento Territorial Sustentável, intergovernamental, do Projeto Turismo Sustentável, do Sebrae. De toda esse tessitura operando seus arranjos de inclusão na dinâmica da vida social mais ampla, e, em particular, das emergências e exigências “patrimoniais” requalificadoras e vitalizadoras da cidade colonial, aponta-se o fortalecimento de liames desta com o tecido urbano amplo da metrópole nova expandida, com bordas degradadas quanto esgarçadas. E nesse horizonte é preciso realçar o descortino do Ceduc em urdir tarefas e lançar suas redes aos moradores desenraizados do lugar da própria origem da cidade e ele próprio organizado numa zona degradada da cidade antiga que certa impulsão do “progresso” material, em sentido contrário, logrou abandonar e fenecer – configurando cenários reais do reino da meretrícia e de outras irrupções do viver nos submundos e às margens da cidade que se fez vocacionada às apartações. Pois esse núcleo articulador de Educação para a Cidadania chama, a si, p. exemplo, o Teatro das Memórias (Projeto de Ação Cultural no Centro Histórico de São Luís), espécie de grupo-oficina, com o objetivo de preservar o patrimônio cultural da cidade “por meio de ações culturais no Centro Histórico, agenciando a participação dos diversos atores

³⁶¹ Para Andrès (2012, p. 127), “é um projeto que realiza em muitos aspectos os princípios preconizados na CI”, Conservação Integrada.

³⁶² Uma particularidade neste caso: o financiamento não foi vinculado ao Prodetur, mas com recursos alocados pela entidade não governamental Fundação da Memória Republicana, “com a utilização de recursos provenientes das leis de incentivo fiscal”. O imóvel em apreço estava “em ruínas”.

sociais no processo [e com] ações coletivas em prol da conservação, preservação e promoção do patrimônio cultural de São Luís, com apoio da Vale [do Rio Doce], Sebrae, Ufma, ..." (ANDRÈS, 2012, p. 127-128). Assim também o Projeto Sustentar e o Instituto da Hospitalidade, tendo todos como público alvo "os residentes na área que tenham aptidão para pequenos negócios";

10) Avaliação crítica do Programa

Convém realçar, também, por indispensável, a estruturação de um subprograma com vistas à "sustentabilidade" das ações encetadas no âmbito do PPRCHSL e claro, alcançando seus resultados no tempo. Trata-se de um conjunto de medidas necessárias confluentes numa unidade de execução donde emanados o gerenciamento das atividades a conjugar, suas múltiplas e interdisciplinares dimensões de pesquisa, planejamento, execução, registro. Subprograma que visa garantir "as condições institucionais e o apoio logístico ao grupo técnico encarregado de sua implementação".³⁶³ Sendo uma política de implementação complexa pela diversidade de atores públicos envolvidos, além de agentes sociais interessados, em muitos níveis, convinha para tanto uma condução com grande capacidade de aliar conhecimento técnico, cálculo e liderança. Apoio logístico antes de tudo lastreado no mais elaborado conhecimento da história da cidade, idem, nos memoriais de sua quatrisesecularidade, sob o imperativo de sua leitura em contexto das emergências do presente. Com efeito, a memória arquivada do próprio Programa constituindo referencial indispensável dos passos a seguir. Nesse sentido, a prática das intervenções restauradoras sobre o corpo físico e até mítico da cidade é literalmente folhear o livro de tombo que ela de fato representa e dessa maneira a produção de novos conhecimentos sobre a *urbs* antiga socorre-lhe, em tempo real, nas fazendas de agora. E registre-se que dessa espécie de exploração "arqueológica" nos escaninhos e entrelinhas do seu passado social quanto cultural, garimpou-se o maior achado de caráter registral-documental sobre São Luís, mais que uma centena de livros do Senado da Câmara,³⁶⁴ com milhares de folhas manuscritas contendo informações do cotidiano institucional e comunitário local do Seiscentos ao Oitocentos; fonte

³⁶³ "Somente com a participação ativa e permanente do setor privado se podem conceber proposições que visam a preservação de um Centro Histórico com as dimensões, extensão territorial e diversidade encontradas na capital maranhense" (UNESCO, 1998, p. 81). Esta fala é indiciária – em tal contexto –, de uma concepção/aspiração da liderança dos agentes da política pública nesse sentido.

³⁶⁴ O feito deve-se ao engenheiro Luiz Phelipe Andrès e é fato que o inscreve como referência, também nesse particular, entre os denodados artífices da salvaguarda do patrimônio documental/arquivístico do Maranhão. Tal acervo fora dado como desaparecido por longo tempo, sinal de inaceitável desmazelo com uma parte essencial do Patrimônio Histórico da cidade. Sintomático que tenha sido recuperado por acaso, tal uma preciosidade que se amalha nos escombros de uma mina velha. Muito além do acaso, contudo, foi a presença no cenário das ruínas lusovicas de um engenheiro movido mais pela força estética que pela planilha. Teria sido mais difícil a inscrição da cidade no Patrimônio Mundial com esse repertório memorial sumido.

primária-memorial citadina, muito significativa, referente, *idem*, ao antigo Estado do Maranhão e ao reino de Portugal. Material devidamente recolhido e tratado, passando a integrar o acervo de referências institucionais do tombamento do Centro Histórico, hoje sob a guarda do Arquivo Público do Estado. Na compreensão de que o PPRCHSL mobiliza atores comunitários diversos e que de sua força integrada se alcançará a mais adequada implementação das propostas, esse subprograma foi estruturado com ações conexas e indissociáveis de outro voltado à produção de meios e materiais de divulgação e mobilização social. Enfim, como já demonstrado, certo nível de engajamento comunitário nas diversas fases da concepção e implementação foi decisivo para encaminhar a efetividade das soluções idealizadas, tecnicamente elaboradas e até politicamente resolvidas.

O Projeto Documenta Maranhão, na etapa cinco (1997/1998) enceta um plano editorial multimídia, publicando três livros, cd's e maquetes – entre eles a reedição de *Arquitetura Luso-Brasileira*, de Olavo Pereira da Silva –, além do dossiê então elaborado com vistas à candidatura da cidade ao título de Patrimônio da Humanidade.

11) Compromisso político da administração pública de incluir suas propostas nos planos de governo municipal e estadual

Em suas considerações gerais, Andrès mensura o investimento feito nos 27 anos do PPRCHSL (1979-2006) em Cr\$ 230 milhões de reais, ou U\$ 100 milhões de dólares, oriundos do “tesouro estadual”. E atribui essa alocação de recursos à atuação ativa do Grupo de Trabalho junto aos planejadores do Estado, na elaboração dos planos quatrienais, toda vez em que ocorreram as transições de governo à frente do Estado. O que atesta o acerto de ter-se um Programa devidamente estruturado e apoiado em largos círculos da estrutura social. Ainda que sozinhos já o seriam, mas, somados esses valores aos investimentos mais pontuais dos governos federal e municipal,³⁶⁵ tem-se que, com “a atuação do Programa, o Centro Histórico tornou-se uma das áreas que receberam a maior quantidade de investimentos de toda a capital maranhense” (ANDRÈS, 2012, p. 162). Mais ele lembra sobre tais êxitos, o valor não quantificável desta outra forma de agregação de valor: “A transformação de uma área degradada faz do Centro Histórico um espelho para os demais bairros, estabelecendo um novo referencial civilizatório para intervenções urbanas na capital”. Fatos e percepções cuja resultante, reitere-se, seja a

³⁶⁵ A criação, em 2004, da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico, atesta o direto e crescente envolvimento do município no protagonismo das políticas públicas em São Luís.

inevitabilidade de terem, governo e povo, a lembrança de que a política pública do Patrimônio, entre tantas outras importantes, tem seu espaço, e orçamento, assegurados, para além de programas emergentes, quanto contingentes.

Convém assinalar, por fim, que na última década outras ações marcaram essa política, naquele sentido de certa irreversibilidade que alcançaram as obras encetadas nessa espécie de ciclo até aqui geralmente chamado de Projeto Grande. Na última década, sobretudo a partir do ano de 2009, anuncia-se – e já há medidas visíveis – o chamado “PAC das Cidades Históricas”,³⁶⁶ iniciativa de grande envergadura e que em São Luís planeja investir, até 2015, acima de R\$ 133 milhões de reais. Recursos chancelados pelo Governo Federal e havidos em parcerias com outros entes públicos, inclusive para empréstimos com vistas à recuperação de imóveis particulares. Esse novo programa coloca-se

aberto a todas as cidades que possuam patrimônio protegido e que formulem planos de ação ela consistentes para enfrentar os problemas estruturais que afetam suas áreas históricas, para a promoção do desenvolvimento local a partir das potencialidades do seu patrimônio cultural, com a atuação integrada do setor público, privado e da sociedade, de forma a fortalecer a ação integrada de planejamento com os entes governamentais em prol da preservação”. [...]. Para reverter o subaproveitamento do potencial econômico e simbólico do patrimônio urbano para a geração de renda, de novos empregos, de agregação social e de afirmação de identidades, para posicionar o patrimônio cultural como eixo indutor e estruturante [...], além de promover ações de reabilitação de imóveis e requalificação de espaços urbanos tombados, também viabilizará ações de saneamento ambiental, de melhoria do transporte público e implantação de habitações sociais, intervindo em processos que aceleram a deterioração do patrimônio cultural. E assim, intervir nos processos de esvaziamento populacional e funcional de centros históricos, contribuindo para a reversão de quadros de subutilização imobiliária e da infraestrutura urbana instalada. (IPHAN, 2009).

³⁶⁶ Programa de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas: patrimônio, desenvolvimento e cidadania. É uma espécie de continuação do Programa Monumenta (que veio de 1999 mas em São Luís não avançou apesar de ser cidade prioritária entre seus objetos), postulando, porém, outras articulações intergovernamentais e quanto ao financiamento. “O PAC Cidades Históricas se beneficia, de todas essas experiências, mas possui um traço essencial: avança e inova com relação às políticas anteriores. Em primeiro lugar, o novo programa caracteriza-se por ser uma política transversal que envolve, o Ministério da Cultura, os Ministérios das Cidades, da Educação e do Turismo, além de agências como BNDES e Caixa Econômica Federal. Os Planos de Ação pactuados com os municípios serão executados pelos vários agentes governamentais e públicos. [...]. O PAC Cidades Históricas é o primeiro programa de preservação que atuará de modo amplo no território urbano, abordando o patrimônio das cidades como algo intrínseco à dinâmica urbana, inclusive, de sua articulação ao fomento às cadeias produtivas locais, em especial, àquelas vinculadas a atividades econômicas tradicionais.” (IPHAN, 2009).

Como se nota, esse novo Programa vem ajustado às linhas gerais das concepções que orientaram as iniciativas anteriores da política do patrimônio em São Luís, apontadas no Relatório Parent. Aponta, contudo, para um avanço quando pretende ser um programa de “preservação que atuará de modo amplo no território urbano, abordando o patrimônio das cidades como algo intrínseco à dinâmica urbana...”. Em que pese não tenhamos presente, ainda, uma avaliação dessa política pública para a cidade de São Luís levada a efeito no chamado Projeto Praia Grande, na temporalidade acima delimitada, é evidente que somente se consolidará se avançar de maneira concertada na referida “dinâmica urbana”. E é o que se atesta da simples verificação das ações que o PAC/CH está movendo na capital do Maranhão (cf. Anexo 3). São intervenções de grande envergadura, tais as que se planeja com relação à mobilidade urbana envolvendo, por exemplo, as praças João Lisboa/Largo do Carmo e Deodoro. O embutimento para o subsolo da fiação elétrica/telefônica da rua Grande é outro exemplo de ação impactante. Devolverá, em parte, o enlevo estético, após essa espécie de “desmascaramento”, pela visão do magnífico bulevar da primeira metade do século XX e seus palacetes, em rico painel das linguagens arquitetônicas de uma cidade que parece movida pela arte de edificar – e desafiadoramente colocada ante a desarte que arruína e como que desescreve o já mencionado livro metafórico de Victor Hugo.³⁶⁷

O PAC das Cidades Históricas destina para São Luís um significativo montante de recursos financeiros. É ação do governo federal, agora inserta na agenda emanada da lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010 (Plano Nacional de Cultural) e que “tem por finalidade o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo (até 2020) voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira”. Ação levada a efeito, no plano local, pela superintendência maranhense do Iphan, articulando a colaboração do município de São Luís e do Estado do Maranhão. E no referido Plano Nacional, iniciativas articuladas sobretudo nas intenções das Metas 6 e 10.

Todo o empenho da política pública relativa ao patrimônio histórico em São Luís, neste momento, relaciona-se, pois, a esse programa federal, com algumas contrapartidas e ações confluentes dos governos locais. Abrangente e tão significativo na vida da cidade esse

³⁶⁷ E contemplando, conforme Miguel Torga, a “imagem concreta do tempo sobreposto, cada época a devorar a precedente, e todas abraçadas no mesmo terror dum desabamento iminente e final”. Citado por Márcio Tavares d’Amaral, em Silva Fº., 2007, p. 13.

conjunto de obras públicas de intervenção na traça urbana esboçada por Frias de Mesquita, que certamente tornará mais distante – tal postulou certa teoria – o “direito” de morrer desse monumento citadino, tal fenece quase tudo que há sob os céus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O Homem sonha monumentos... Mas só semeia ruínas...
Para pousada dos ventos...”.

(Paulo Eiró).

A cápsula do tempo

No dia 8 de setembro de 2012, enquanto a cidade festejava os quatrocentos anos dos atos de tomada de posse da terra e das solenidades inaugurais do forte de São Luís IX de França, um veículo aéreo não tripulado pairava sobre a *urbs* e capturava, em escala centimétrica, imagens dela e do povo em movimento – inclusive a festejar em vários pontos do lugar. E tudo para se recolher na cápsula do tempo, uma nave ou ícone sensacional para navegar rumo ao futuro. Para quê? A geração dos 400 anos fazendo uma espécie de *voyeur* de si mesma para que as futuras gerações, dos 500 e outros anos, vejam como tudo era um século antes.³⁶⁸ E até acho que fui flagrado ali junto aos quatrocentos metros do manjar fantástico que uniu a casa do bispo aos palácios da governação.³⁶⁹

É de se perguntar: por que os sanluisenses de hoje já preparam e oferecem respostas sobre a memória de si ao amanhã? Digamos apenas que este é assunto para as teses do futuro. Por enquanto, cuido de repassar o que, de muitas maneiras, quieta e inquieta o presente dessa cidade, e de muitas, e de como vem ajustando contas com o passado, o que vive muito a fazer. Isto é, de como uma cidade desenterra, olha, toca, timbra, poeta, chora, salva e guarda, destrói, restaura, substitui, compra e vende, troca, frui, usa e consome, uma cidade insistente. Do que, um, o poeta,

³⁶⁸ Iniciativa de um grupo de estudantes e de pesquisadores de Engenharia Elétrica da Ufma, os quais desenvolveram a pequena nave Minivant SL 400, medindo 1,40m e pesando 1,200Kg, equipamento que possui GPS, permite a transmissão de imagens ao vivo, captura imagens em alta resolução a cada dois segundos, tem carga útil de 600g e autonomia de voo de até uma hora. O projeto foi desenvolvido em parceria com a prefeitura de São Luís. “Imagens da cidade, na festa de seu quarto centenário, a serem colocadas em uma cápsula do tempo, que será lacrada e enterrada no dia 11 de dezembro, no Palácio de La Ravardière”. Cápsula a ser aberta em 8 de setembro de 2112. (disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2012/09/10/interna_nacional,316521/imagens-de-sao-luis-serao-guardadas-em-capsula-do-tempo.shtml ac. 17/05/14 13h15).

³⁶⁹ Aqui nesta última nota e nas respectivas Considerações Finais, apresento-me na primeira pessoa. E já acrescento e quase finalizo: aqui tudo que obrei, o fiz, com o método do pesquisar e com a tática prudente das aproximações. Instalei-me no coração do objeto e nele mirando e tocando as essências de sua imanência, senti esse coração pulsar nas vibrações do tambor de etérea ancestralidade. Também o tambor do agora. O tambor tombado de crioula em patrimônio. Tambor da humanidade de todos os mundos.

diz que é a cidade substituída (DOBAL, 2005)³⁷⁰; outro, o urbanista, diz ser ela um palimpsesto (HARVEY, 1994, p. 1).

Foram tantas as perguntas nas páginas pretéritas deste texto e muitas e diversas respostas encaminhadas. Algumas, interpelações ao objeto e à fortuna crítica congruente na literatura afirm; outras, questões interlocutórias, para gerar tensão e ganchos explicativos necessários e mesmo essenciais.

Aqui um balanço, rápido, deixando outros ganchos para se continue tentando/ancorando respostas.

Proteger um sítio cultural e natural em benefício da humanidade? É fato. E se protege o que está na iminência de perder ante a recorrente ameaça de uma espécie de império do efêmero. E o perder insere-se na dimensão da infinitude das coisas nas garras do tempo, que não para. Todavia, o proteger não corresponde a uma compulsão do conservar, trata-se de uma escolha que foi se impondo como imperativa na marcha do tempo e da constituição histórico-cultural do que chamamos de sociedade.

Para amarrar algumas reflexões lançadas ao debate e sobretudo para este arremate aproximativo quanto ao mapear as construções da *ilha* no tempo, chamo à conversa, mais uma vez, Walter, o Benjamin, por suas *Teses*.

Numa apaixonante passagem de reflexão sobre essa obra, Olgária Matos (1989, pp. 31-21), assinala que

O tempo dos relógios é o 'tempo homogêneo e vazio' que é preenchido qual um recipiente, que vai acomodando, indiferente, acontecimentos que caem 'dentro dele'. O tempo do calendário, ao contrário, não se desenrola mecanicamente, pontua a existência com 'dias de recordação', momentos que capturam o tempo em 'pontos de concentração'. Nestes dias as coisas lembradas subitamente se tornam 'atuais', retornam à existência 'nos momentos de recordação'. Este é o caráter diferencial do tempo histórico; não a badalada regular do relógio que

³⁷⁰ Hindemburgo Dobal Teixeira, poeta, funcionário público federal, servindo em São Luís, quando chegou a essa cidade, em 1948, à primeira vista e contato, não teve a melhor impressão. Queixou-se a um amigo, Francisco Pereira da Silva, do Piauí, dramaturgo, que o escreveu em resposta dando dicas da cidade secular: “Meu querido Hindemburgo... São Luiz não é só terra de F. Oliveira, não, é uma terra muito boa e lindíssima... E depois, o que a gente come aí, não vale de tão gostoso? Cupuaçu, abricot, guajaru, bacaba, assaí, farinha d’água, munguzá de milho branco, camarão, peixe pedra (você já foi a São José de Ribamar), jabotizinho pequeno (porque infelizmente não me lembro mais do verdadeiro nome do bichinho), jaçanãs secas dos Campos de Perizes? E que me diz você do Campo de Ouriques, e tais e tais? [...]”. Em Silva (2005, p. 22). Reitere-se que a memória gastro e a história alimentar da cidade – de frutos de mar e de sertão havidas – é algo que causa impactação profunda não só em estômago e metabolismo de poeta e dramaturgo, mas é “ativo” essencial do patrimônio cultural da Cidade do Maranhão ofertando aos mundos novos as singularidades que lhe presenteou o pretérito.

nivela todas as ocorrências em um contínuo indiferente, mas a súbita pausa do colecionador; não o frio avanço do processo infinito, mas sua transgressão. (Apud MARGENS, 2010)

O proteger se interpõe em plena transcorrência dessa temporalidade mitigada entre recipiência e transgressão recordativa. Esse tempo-relógio é também o tempo domesticado pelas artes do capital oposto ao tempo tradicional. O proteger é portador da força que trava essa espécie de *continuum* ou “progresso” da história, identificado por Benjamin (v. nota) no vazio do tempo-relógio homogêneo e em seu lugar instalando o tempo-calendário e das tradições, aqui operando uma transgressão³⁷¹. Dir-se-á que aliada a esse “tempo homogêneo, está a ideia de progresso, esse cânone positivista” (MARGENS, 2010), pois como afirma o próprio W. Benjamin, na Tese 13, “a ideia de um progresso da humanidade na história é inseparável da ideia de sua marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo. A crítica da ideia do progresso tem como pressuposto a crítica da ideia dessa marcha”. Ora, se “o capitalismo instituiu este tempo abstrato, que os ideólogos da classe dominante trataram de legitimar como tempo do progresso da humanidade em si, torna-se necessária a crítica deste tempo e sua interrupção, para se criar a possibilidade de um futuro diferente”. Disto decorre propor que as formas de proteção patrimonial potenciam aludida transgressão e ruptura da tida e havida por inexorável marcha destruidora do *progresso luminoso* do capital em processo. E certamente daqui se extrai a distinção essencial, tal se viu, entre *reverência* e *nostalgia*, em face do acervo submetido à salvaguarda enquanto Patrimônio Histórico da Humanidade. Seguramente também a distinção entre o que seria um conteúdo *revolucionário* e *reacionário* nas percepções dos objetos elaborados no pretérito da humanidade e no exemplo da cidade-acervo, monumental e universal, de São Luís do Maranhão.

Quando a Unesco e o Iphan se lançam a proteger tantos vestígios tocados pela ação humana deixados aos inventários do tempo, sabe-se que isso conduz a múltiplas possibilidades. Contudo, concretamente, significa tocar matéria do passado e essa operação é complexa. Anota Olgária Matos que na “tese XIV, Benjamin trata a relação com o passado sob uma dupla possibilidade: uma, que se efetiva imediatamente - relação de identificação -, e outra, que extrai o

³⁷¹ “O tempo tradicional era o tempo marcado pelas festas rituais, pelos acontecimentos coletivos. Era um tempo concreto, vivido, percebido como duração real. O tempo do capitalismo é o tempo do sempre igual, o tempo mecânico, abstrato, vazio - é o tempo da linha de montagem e da jornada de trabalho”. “Para Benjamin, não há verdadeiro progresso na história; o progresso se funda sempre no seu eterno retorno, eventualmente sob um disfarce pior. A tarefa do revolucionário é, no interior desta história que se repete, romper a continuidade histórica, isto é, tanto a continuidade linear quanto o ciclo infernal do eterno retorno”. (Apud Matos, 1989, p. 46).

excedente de significado no interior desse mesmo passado, o que permaneceu virtual”. Explica, também, que a construção dessa “súbita pausa do colecionador”, aqui um transgressor, rumo ao pretérito, é plena de sentidos, senão prenhe de rupturas:

O “salto do tigre no passado” pode conduzir a saídas de sentidos contrapostos, conforme advenha “na arena onde manda a classe dominante” (identificação) ou “sob o céu livre da história”. Tal como a moda, a história é revivida, mas segundo essa duplicidade: como repetição ou como sentido inédito, como catástrofe ou como redenção. O que subjaz à abordagem de Benjamin é a crítica à noção de continuidade temporal: “A história é o objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio”, mas forma um tempo pleno de *Jetztzeit*, como interrupção do devir abstrato do tempo. A ideia segundo a qual a história é sempre escrita pelos vencedores é a ideia da “catástrofe” como continuidade da história: “A continuidade da história”, diz Benjamin, “é a dos opressores” e “a história dos oprimidos é uma descontinuidade”. (Apud MARGENS, 2010).

Volte-se a perguntar: afinal, o que objeta a política pública, senão a própria *cidade colonial* de São Luís, sinal eloquente do passado? Como estudar a política pública para a cidade do passado abstraindo os elementos intrínsecos de sua formação social? Ora, a política que enreda a proteção é obra do presente, que, numa arena de interesses em disputa, encaminha aquelas saídas por entre as contraposições. Estas, por sua vez, movem-se, e efetivam, na referida “relação de identificação” ou extraindo “o excedente de significado no interior desse mesmo passado, [do] que permaneceu virtual”. A política pública para o patrimônio engendra-se e se faz real, sobraçando, qual marés montantes, as forças dessas continuidades do tempo homogêneo, vazio e abstrato do relógio do capital. Com efeito, a contrapelo, dito “excedente de significado” – as tradições em sua força original, a solidez da pedra arquitetada erguida por energia vital de trabalhadores escravizados (São Luís), enfim, certa força encantatória da arte e da cidade-arte, isto tudo, deflagra uma descontinuidade que enche aquele “vazio” e interrompe o “devir abstrato do tempo”.

Na dinâmica do processo da política pública que se fez inerente à proteção do Patrimônio Histórico em São Luís, esse “salto do tigre no passado” se consuma mesmo à força advinda duma “arena” de classe dominante, pois se trata em geral de ação estatal operada em ambiente de baixos fluxos participativos populares. Assim, o salto “sob o céu livre da história” haverá que se nutrir de energias novas de resistências para seguir a missão – só aparente paradoxo – de insistir transgredindo a ordem do tempo que o relógio inventou e assim salvaguardando [seu patrimônio amealhado no passado] para uma “nova história que supõe um novo tempo, construído”. Elemento da construção que o próprio W. Benjamim faz presente numa de suas teses (a 14)

quando assinala que "a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de 'agoras'". Podemos dizer, então, com esse pensador, que se haverá invertido a sina do "eterno retorno"?

Diremos, por conseguinte, que a construção deste estudo também supôs/supõe um "salto sob o céu da história" e sobre um objeto historicamente dado e sobre sua temporalidade presente, plena e saturada de "agoras", impondo-se que se os abordasse – objeto e suas circunstâncias de "agora" – com instrumentais teóricos e metodológicos de aproximação. Instrumentais para a abordagem interdisciplinar, transdisciplinar e transtemporal, acentue-se. Senão, como haveria de se fazer a concertação de tantas coisas e noções para entender uma cidade que vem do passado anterior à existência das chamadas Ciências Sociais, por exemplo?

Pode-se perguntar de São Luís, também, se todo o seu acervo patrimonializado por obra de tantas e quantas iniciativas de agentes institucionais, é havido numa recepção positiva por parte dos vários setores e classes sociais: seriam esses e não outros os bens a proteger? E como o tombamento mundial se traduziu na percepção coletiva da cidade tão caracteristicamente diversa? E como ficou o coração dos nascidos na cidade velha que se apagava, e que dela se desenraizaram para outros pousos na *urbs* aglomerada?

As respostas a tais interpelações encontram-se esboçadas no corpo do desenvolvimento teórico-empírico-discursivo do presente estudo e relatório de pesquisa. Todavia, explícito nos termos destas considerações finalizantes algumas diretrizes que nos impulsionam a dar saltos "sob o céu livre da história", enquanto enfrentamos o desafio, qual fardo, de desincumbir-nos do exame dessas questões: a) há, sim, em São Luís, uma espécie de escolha legitimada popularmente quanto aos bens tombados, do que se pode dizer que o conjunto da política pública do patrimônio ali em curso também o é. De fato, as escolhas e as ações respectivas da política de salvaguarda são consentâneas, vindo, em geral, ao encontro de aspirações legitimamente assentadas nos elementos basilares do interesse coletivo genuíno. Ponto de desvio dessa conduta coletiva, é fato, reponta nos interesses particulares/privados que permeiam o conjunto da política, gravando-lhe, tal já se assinalou, com o interesse de classe. Com efeito, parte expressiva do acervo sob salvaguarda em São Luís é de propriedade privada, seus proprietários tendendo a ver a patrimonialização como algo contrário a seus interesses imobiliários, por exemplo.

A salvaguarda da cidade, para seu povo, antes de mais nada, é um imperativo do atual estágio de sua formação histórica no tempo. Mas proteger os palacetes das aristocracias pluritemporais? Sim, mas não somente, afinal, resistir a esse aniquilamento especulativo aponta a

superação daquela abordagem da cidade como *reverência* e não nostalgia ou reacionarismo. Tal qual agiram as gerações de intelectuais defendendo a proteção de seu patrimônio contra o “bota abaixo” “modernizador”, entendemos que a defesa do acervo é um imperativo dos lutadores sociais contra certa inexorabilidade da força operante do capital e das “necessidades” que cria.³⁷² E no caso de São Luís, como se evidenciou, as ações contemplam o sentido monumental de sua edificação em pedra e cal, mas tem cuidado adequadamente das manifestações ditas do “patrimônio imaterial”, primal, que a cidade em geral e sua gente em particular exprimem qual força encantatória.³⁷³ O que nos parece indispensável é a sustentação de níveis bem articulados de controle social no exercício do interesse coletivo referido ao patrimônio e as conexões que com ele a cidade dilatada em metrópole requer. O desenraizamento dos filhos da cidade antiga – agora somente um bairro na grande *urbs* – traduz sentidos diversos em suas condutas em relação ao patrimônio conforme o lugar social que o vincule numa formação social particular regamente movendo-se pelo imperativo da divisão de classes e das formas e modos de como dão impulso à vida citadina.

Deixemos esta interpelação ao futuro: qual espécie de *tempo* a cápsula 400 enterrou para os “agoras” de 2112?

Cidade-arte

Arte? Essa ideia no juízo e logo lembrei a pessoana máxima de que “a arte existe porque a vida não basta”.

³⁷² Cf. Lopes (2013): já finalizada a versão deste texto-tese para a defesa, vimos lançado em São Luís uma obra desse autor muito relevante quanto ao papel de intelectuais-historiadores na construção dessa política pública em São Luís. Trata-se do livro “São Luís, Capital Moderna e Cidade Colonial – Antonio Lopes da Cunha e a Preservação do Patrimônio Cultural Ludovicense”, no qual, “no âmbito do pensamento urbanístico maranhense da primeira metade do século XX”, investiga “se as ideias preservacionistas se afirmaram em São Luís, a ponto de ‘constituir domínios de objeto’ (FOUCAULT, 1999, p. 69), a ponto de constituírem um discurso”. Formula em sua pesquisa instigantes questões sobre a concepção e prática da preservação em São Luís, apontando possíveis limitações na análise que privilegia apenas a explicação da “estagnação econômica” da cidade e do Estado como condição processual do que teria decorrido o não aniquilamento da cidade colonial (“salva pelo atraso”). Assinala que “o primeiro texto de caráter mais abrangente, a reconhecer a especificidade do patrimônio cultural local e a citar a necessidade de sua preservação, foi o livro ‘O Torrão Maranhense’, escrito pelo pesquisador Raimundo Lopes da Cunha, em 1916”. E o recorte temporal de 1916 a 1944 é o que metodologicamente Lopes escolheu para elaborar sua dissertação, labor valioso que, com alegria, reiterando outras citações suas quanto ao protagonista intelectual no contexto, acolhemos enquanto confluência instigadora para desejáveis desdobramentos do presente estudo.

³⁷³ Força de encantação que se manifesta também nos signos dos assombros. Afinal, como se tratou de reinos heróicos e de trágicas carruagens de mulas-sem-cabeça, há que se lembrar da presença nessa cidade de tantas quimeras e gárgulas, adereçando a sobradesca e sobretudo as fontes de água pura. As tradições que permeiam as nervuras da cidade tombada, movem e revelam-na igualmente enquanto expressão de suas humanidades confluentes.

O assentamento humano tradicional inscrito pela Unesco como sítio cultural exemplar é uma cidade-arte, monumento erguido por sangue, músculo e suor de vidas roubadas. Engenho de cobiça e ganhos; vestígio que o passado presenteou à estética do futuro – que é o presente que partilhamos. Assim um patrimônio.

São Luís do Maranhão, criada para capital do país dos Maranhões e das Amazonas, é uma das primeiras cidades da América Portuguesa, erguida sob Felipe de Espanha, no lugar de uma França Equinocial, pedra de juntas e disjunturas culturais, matéria com que inventar e reinventar tradições. Seus materiais construtivos são, assim, a terra tupinambá, a guerra dos mercados, o suor das servidões, o cálculo dos ganhos, o tambor da ancestralidade, a poética da nação, muito pálio de procissão, utopistas niveladores, sol e vento animando o mar. Tulhas –e tulhas.

O tombar São Luís e suas tradições haverá de recusar a nostalgia em favor da reverência, no sentido que este visionário da cidade vislumbra quanto ao significado de tradição contraposto ao de tradicionalismo:

[...] enquanto a tradição pode inspirar e mover, o tradicionalismo busca imobilizar. Quando falamos de tradição, portanto, o mais correto é ter em mente uma determinada apropriação de realidades distantes no tempo, verificando o modo como esta apropriação de realidades distantes no tempo, verificando o modo como esta apropriação se dá em função de um presente social ou cultural – e com que objetivos se processa. (RISÉRIO, 2012, p. 272-73-74)

Conto a seguir uma história e nela há respostas talvez mais que vislumbradas. Parte da experiência sensível no contato que tenho com a cidade.

Corria o ano de 2011, tempo de início da presente pesquisa em campo aberto. Em contato inicial com o professor Luiz Phelipe Andrès, este me convidou, sem ainda muito dizer, para dar uma “volta” pela cidade. Levou-me em seu carro, pelas oito da noite, ao Largo do Carmo/Praça João Lisboa, com uma passagem pela Pedro II e avenida Beira-Mar – e aí já lembrei do Cais da Sagração. Ficamos algum tempo imersos em meio àquele bem-iluminado conjunto monumental, contudo, estava o feérico Largo de ontem deserto de pessoas e ralos automóveis apressados que o transpunham pelas tabelas da obrigação. Terraços de sobrados e palácios e adros de igrejas sem sinal de viventes; nem por ali, algum orante tardio ou burocrata ou comerciário. Tomamos o rumo do São Francisco pela ponte famosa – que depois li o poeta Chagas caçoando-lhe de

“rabicho” da colonial cidade. Já na Ponta da Areia, na avenida que homenageia holandeses, mostrou-me a outra cidade, a São Luís “moderna”, apartamental, hoteleira – e nos arredores da Lagoa da Jansen (diz-se o *point*, de hoje) o deslumbre da juventude, eletrizantes e eletrizados circuitos de compras, comidas rápidas, casas de show, carrões. Daí ao Shopping que leva o nome da cidade: aqui uma “praça” de alimentação, agitos em lojas franqueadas, *selfs* generalizados.

Não esqueço: numa rua estreita, interceptados os automóveis por um par de *frades de pedra*, vislumbrei, e divisei, à meia-distância, uma pequena fogueira ao pé de uma calçada. Não vi e nem ouvi, mas sabia que um tambor insistente logo viria bater por ali qual o coração da história de São Luís.

Luiz Phelipe enquanto dirigia contava sua própria história que é a de um juiz-forano que se apaixonara por São Luís, qual um mineiro se enamora por uma Ouro Preto à beira-mar... Logo notei que estava ao lado de um artista totalmente imerso no coração da obra. Um cálculo profissional de permeio o trouxe para Upaon-Açu, mas a força que o imantou foi a cidade-arte, a filha do sol e dos ventos do Norte. Nela o artista fixara a morada e dela captaria a alma que vibra em cada canto das cantarias, dos terreiros, becos e veleiros – e que, de faro fino, tal soube depois, fez o que Gonçalves Dias e João Lisboa não tiveram a bendita de alcançar, isto é, *achar*, entre os rejeitos do belo patrimônio ludovico, centenas de livros contendo, em suporte primário, as fontes da escritura primordial do viver na cidade.

O contraste que ali vi de dois mundos aparentemente inseparáveis, mas separados, um deles fervilhante de almas indiferentes à cidade quattrissecular a seu lado, foi uma impulsão decisiva para a busca de algumas respostas aqui sistematizadas.

Sim, diferente dos desenraizados forçados da Paris de Haussmann, os migrados para além do Anil e Bacanga, na São Luís de Andrès, o fizeram pela voluntária adesão ao viver na sensação do *moderno* e não na cidadela *antiga*.

Aí a tese se fez em mim centenas de interpelações. E já ali a maior evidência de que a cidade do capital na periferia do mundo se consome triturando o antigo. Restos ficam para trás. É a “cidade substituída” de Hindemburgo: o pó colonial, o pó da “província, o pó dos pósteros” – como proseia Nauro Machado. Pó dos pósteros, parece, tal Machado a consome poeticamente enquanto piscam as iluminuras de seu ser benjaminiano essencial.

E eu estava ali com um artista deslumbrado diante da cidade de arte, diante de sua Ouro Preto à beira-mar plantada –obrigado poeta! Estava exposto o drama, ao vivo. E em tonalidade

literalmente sombria, luz tingida de colonial luzeiro reaceso, uma explicação da Política Pública para a cidade colonial, seus motivos e desafios.

Mais: precisaria mais provar, mas a matéria da prova é fugidia ao ato das aplicações das ciências do social: só a alma sensível liga uma cidade (do passado) à outra (do presente) –é por isso que os poetas encontram em São Luís as vibrantes impulsões que a tornam perene na ambiência citadina de diversa temporalidade. É Martins d’Alvarez, pleno. Catulo da Paixão, *idem*. E daí certamente tanto Tributo a Tribuzzi.

E por falar nisso, saindo depois a flunar engonçado pelas velhas ruas, da cidade e do tempo, e à luz do dia, vislumbramos a resposta denunciadora das condições e do estado da patrimonialização no coração da humanidade sanluisense e na poética de José Chagas:

(...).

Ela se fez patrimônio
da humanidade cansada
as mãos de um povo inidôneo,
que da terra não quer nada.

Todos amam São Luís,
só da boca pra fora,
e o que só a boca diz
a alma não comemora (CHAGAS, 2012, p, 149).

E logo de tudo vi que a vida segue porque a arte existe.

O que é patrimônio histórico e por que é tema recorrente nos dois últimos séculos, ganhando relevância no debate da vida social e certa centralidade nas políticas públicas? Nessa construção conceitual e seu balizamento, que dizer sobre o Patrimônio, ele próprio objetado na dinâmica do sistema do capital? “Reformar prédios abandonados frente às dificuldades de um país marcado pela desigualdade [não seria] contraditório se não atentarmos para as razões simbólicas de um povo durar na sua cultura singular”? E porque instituições, pessoas e coletividades parecem buscar mais ansiosamente entender *o que foram* e *o que são*? Patrimônio histórico é concreção e vestígio da cultura material e as expressões que promanam dos elementos de sua imanência. O exame das concepções de patrimônio histórico elaboradas nos dois últimos séculos, leva-nos a diversas respostas, porque a dinâmica do seu tratamento não se nivela em toda parte do mundo. Assim, a Europa, por exemplo, tem percepções sobre o patrimônio distintas daquela que, também por exemplo, um aborígene da atual Amazônia brasileira possa ter. Essa

construção conceitual, e sobretudo a prática que a enreda, tem inerência com o presente estágio da dinâmica do sistema do capital e de suas manifestações. A patrimonialização dos vestígios do passado, que respondem sabidamente a impulsões geradas nas fontes do espírito, insere-se, com acento no exemplo estudado enquanto aplicação de política pública em São Luís, num contexto em que Estados ao redor do mundo disputam um crescentemente aquecido mercado turístico que objetam os respectivos acervos. Nesse sentido, podemos dizer que a salvaguarda de bens culturais operam com essa determinante, enquanto, todavia, advir possa, consoante acima já lembrei, aquela “nova história” no tempo construído e pleno daqueles “agoras” transgressores.

Então, para que serve o tombamento? Pensando a patrimonialização em face das questões trazidas pela globalização do capitalismo financeiro, Cristina Meneguello, num diálogo pertinente com Antonio Augusto Arantes (1984, p. 9) em torno da pergunta: “para quem se preservam áreas e imóveis, por que e em nome de que passado?” responde esse autor, para ela, em “texto fundador”: “a preservação deve ser pensada como trabalho transformador e seletivo de reconstrução e destruição do passado, que é realizado no presente e nos termos do presente” (MENEGUELLO, 2012, p. 105). É isso que se faz em São Luís. E o exame do que me propus inquirir fez em mim convicção reforçada, deslocando-me para além do lugar do posicionado meramente especular sobre o processo de suas políticas do patrimônio.

Tudo, porém, é assaz complexo quando se trata de conceber e implementar tais políticas. No caso de São Luís, os habitantes da edificata monumentalizada pela proteção da Unesco, Iphan, Estado federado e Município, migraram para erguer *idades novas* no entorno da cidade nuclear antiga. E o campo que a própria cidade mercantil gerou foi invadido e enroscado no tecido “urbano” do tempo sucessor e a dita cidade antiga se tornou uma mercadoria vendida por seus filhos nos fluxos dos ganhos amealháveis do presente. Habitantes que levaram como ativo de tradições a habitar sua memória a cidade do passado de cada um, e de todos. Cada um tem sua “cidade da memória”, que tem fragor de ideologia e força de identidade. Contudo, outra e reiterada lógica desliza assim sobre e com as subjetividades, impulsionando a cidade, quem sabe, uma “pós-cidade”, em sua concreção, moldando-lhe o porvir.

Que noções e que escolhas da experiência humana dada e fixada pela cidade de São Luís se quer e vai proteger? Para quem? Sendo São Luís um lugar de dilatada diversidade cultural e assim as percepções de história e arte, tão essenciais nas escolhas e que as contingências determinam, que ações por em prática? Volvamos à pista apontada por Fonseca, quando lembra que as noções predominantes de história e arte e os valores que quer preservar “só fazem sentido

para um pequeno grupo”, enquanto que “as classes cultas fazem da cultura popular, em geral a partir de uma perspectiva folclorizante que enfatiza o exotismo ou a discutível categoria da autenticidade” (FONSECA, 1997, p. 39). Democracia nas escolhas? Põe em questão essa autora. Conceito polissêmico, de complexa aplicação prática, pois muito do que se faz obedece àquelas noções de história e arte da esfera culta –antes de tudo restrita pela condição privilegiada de classe. Com efeito, difícil supor, por exemplo, que genuínos filhos de trabalhador/a escravizada/o das senzalas (do sobradão exemplificado) têm diante do próprio sobrado idêntica atitude mental que a dos filhos dos sobrados-casas-grandes. Seriam turistas em sua própria cidade? Difícil imaginar, inclusive pelo perfil que se tem de um turista: continuam a se inserir na cidade colonial como trabalhadores (ou que sejam ainda) protagonistas das exhibições das festas da tradição para turista do “além-mar”, para os filhos de outros *brasis* e para uma parcela do povo da própria São Luís moderna, enquanto no papel de turista eventual e consumidor dessa Lisboa de *aquém-mar* de entre o Bacanga e o Anil.

Pode-se, assim, falar num outro perceber das heranças ibéricas preponderantes em São Luís, como que uma Nova Lisboa? Das heranças ibéricas, propriamente, não. Mas outras vertências que a alma essencial da cidade elabora, sim. E muito aparece naquele tão referido cruzamento de heranças culturais, preponderando a emergência afro, mas a cidade com suas apartações reproduzindo-se em dinâmica de segregações e exclusões. Não se pode esquecer que esse patrimônio coletivo – nacional e até da humanidade internacional – nunca foi e ainda não é de todos.

Cidade-arte: não seriam universais, sem cor, sem etnia, sem classe, as manifestações da essência genial do ser humano? Não. A chamada parcela culta da cidade é também credora da ação positiva que as políticas públicas têm ensejado à cidade? Sim. E tem, em geral, sua própria visão do processo social do qual derivam tais políticas; também têm sua percepção própria do sentido de *humanidade*. E na cidade real, de apartações abissais, idem, os da outra classe do labor essencial, quando não violentados por perversões ideológicas da classe que expropria sua energia e mitiga-lhe a humanidade.

Nada é peremptório, todavia. As determinações estruturais articuladoras da cidade econômica e mercantil impõem à cidade do presente tornar-se uma vendilhã do próprio corpo, ofertando como adereço, no limite, e nos palcos iluminados da patrimonialização, a alma em canto e dança dos alijados dos banquetes dos reinóis de outrora.

O assentamento humano deste lado do Atlântico floresceu em diversa produção material no meio físico do Golfão Maranhense, acumulou camadas de fazeres e saberes, decaiu, prosperou, e até um certo modo de passo atrasado permitiu-lhe deixar de pé sinais de um fausto sazonal. Decaiu, mas a identidade bem cultivada da cidade culta atravessou camadas de tempo, garantindo a positividade que é um insumo indispensável na *oferta* da primeva capital da Amazônia, cidade-patrimônio cultural no presente contexto.

De Paris, disse Victor Hugo, que no século XV “era apenas uma bela cidade; era uma cidade homogênea, um produto arquitetônico e histórico da idade Média, uma crônica de pedra”...

A arquitetura então se desenvolveu com o pensamento humano; tornou-se um gigante de mil cabeças e mil braços e fixou de forma eterna, visível, palpável, todo aquele simbolismo flutuante. Enquanto Dédalo, que é força, media, enquanto Orfeu, que é a inteligência, cantava, a pilastra, que é uma letra, a arcada, que é uma sílaba, a pirâmide, que é uma palavra, colocadas em movimento, ao mesmo tempo, por uma lei geométrica e por outra, poética, agrupavam-se, combinavam-se, amalgamavam-se, desciam, subiam, justapunham-se sobre o solo, dispunham-se em andares no céu, até escreverem, sob o ditado da ideia imperante de uma época, estes belos livros...” (HUGO, 2005, p. 325-326).

São Luís é disso uma paráfrase?

Tomemos Antonio Risério, antropólogo que pisou o chão primal da indio/vodúnica Casa e cidadela das Minas na rua de São Pantaleão. E contemplou a cajazeira dos augúrios.

Toda iniciativa habitacional humana – por mais precária e provisória que seja, limitando-se a introduzir modificações mínimas no meio ambiente, a apenas arranhar de leve o mundo natural – procura sempre marcar sua diferença frente ao entorno. Pouco importa que isto se faça com riscos no chão, incisões em árvores ou a abertura de uma clareira. Um fogo aceso na noite, para além de seu propósito prático, é também signo da presença humana. (RISÉRIO, 2012, p. 175).

São Luís não é paráfrase de Paris. É singular. E eis uma pista para entender qual humanidade é sua parteira e qual Humanidade a quer Patrimônio entre suas artes e seus trastes. Ainda Risério: “*Na modernidade, Corbusier vai ver, na urbe, coisas que só a humanidade pode fazer*”. São Luís do Maranhão, iniciativa habitacional humana riscada sobre as tabas dos maraňaguas, é um patrimônio histórico da humanidade, real e titular, e reverenciá-la, antes que

tê-la em apelos nostálgicos, requer que a tenhamos salvaguardada às contemplações e usos do futuro, incerto, sempre. Que desde agora e no futuro se assanhe a pátina de sua perenidade escovando sua história a contrapelo, tudo para que o sentido essencial da cultura de sua gentilidade não fique ocultado e subjugado à indesejável estética da exasperação humana – há disso, hoje, na imperfeição não natural dessa cidade, profanada quanto sagrada, no altar do tempo que a contém em substância e querer – o altar da modernidade.

Que se diga, arrematando, de vez: não é xiste, às vezes parece teima e com certeza acontece nas liturgias públicas na cidade solar tropical de Upaon-Açu... Impressiona como em São Luís se tira fino em francesias. Na póvoa que o português Joaquim, *Póvoas*, encheu de afro para erguer monumentos, que inspirou o francês Parent e animou o português Viana, eis para a salvaguarda das artes de sua humanidade um artista chamado Luiz, *Andrès*.

SOL, TOMA CUIDADO!

REFERÊNCIAS

ABBEVILLE, Claude d. *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. Tradução Sérgio Milliet. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008 (Original: Histoire de la Mission des Pères Capucins em l'Isle de Maragnan et terres circonvoisines, Paris, 1614).

ABREU, Regina Maria do R. M. *Patrimônio cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva*. In: LIMA F^o., Manuel F.; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane. (org.). *Antropologia e Patrimônio Cultural – Diálogos e Desafios Contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 263-286.

ABRUCIO, Fernando Luiz. *Para além da descentralização: Os desafios da coordenação federativa do Brasil*. In: FLEURY, Sonia (Org.). *Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil & Espanha*. Rio de Janeiro: FGV editora, 2006.

AGUIAR, Pinto de. *Prefácio*. In: SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador*. 2^a ed. São Paulo: Edusp; Salvador: Edufba, 2008.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. *A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história de agricultura do Maranhão*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Editora Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, Jozimar Paes de. *O patrimônio natural é histórico*. In; 2012, p. 362-363). PAULA, Zueleide Casagrande de; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luís (orgs.) *Polifonia do patrimônio*. Londrina/PR: Eduel, 2012, pp. 357-380.

AMARAL, Márcio Tavares de. *A paixão minuciosa que resiste à ruína*. In: SILVA F^o., Olavo Pereira da. *Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí*. Belo Horizonte: Ed. do Autor, 2007. pp. 11-14.

ANDRADE, Carlos Sait Pereira de. *Sentidos e nexos conceituais da cidade contemporânea*. In: LIMA, Antônia Jesuíta de. (Org.) – *Cidades brasileiras: atores, processos e gestão pública*. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2007. pp. 13-26

ANDRADE, Manuel Correia de. *Pereira da Costa, o homem e a obra*. Recife: CEPE, 2001.

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho. Castro. São Luís: *reabilitação do Centro Histórico – patrimônio da humanidade*. São Luís: Foto Edgar Rocha, 2012.

APEM. *Catálogo dos Registros Gerais 1754-1828*. São Luís: Secma, 2009

ARANTES, Antonio A. *Documentos históricos, documentos da cultura*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 22, 1987, pp. 48-55.

ARAÚJO, Mundinha. *Em busca de Dom Cosme Bento das Chagas – Negro Cosme: tutor e imperador da liberdade*. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

AZEVEDO, Joachin. In: <http://lounge.obviousmag.org/ruinas/2012/09/angelus-novus.html> ac. 12/11/2013, 10h46

BARBUY, H. *A cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*. São Paulo: Edusp, 2006.

BARNABÉ, Arrigo. *Música e cidade*. Revista D'Art 10. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, Novembro de 2002, pp. 47-48.

BARROS, José d'Assumpção. Disponível em: <http://campodahistoria.blogspot.com.br/2011/01/historia-da-cultura-material.html> ac. 01.10.13, às 17h30).

BASTOS, Aureliano Cândido de Tavares. *A província*. Brasília: Edição Fac-Similar do Senado Federal. 1997.

BELLO F.º, Wilson de Barros. *História do planejamento econômico no Maranhão: uma arqueologia dos planos estaduais de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Papel Virtual Editora, 2004.

BELTRÃO, Jane F.; CAROSO, Carlos. *Patrimônio, linguagens e memória social*. In: LIMA Fº., Manuel F.; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane. (org.). *Antropologia e Patrimônio Cultural – Diálogos e Desafios Contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 45-56.

BENJAMIN, Walter: *Experiência e Pobreza*. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 115.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

BERREDO, Bernardo Pereira de. *Anais históricos do Estado do Maranhão*. 4ª ed. São Luís: APL, 1988. (Coleção Documentos Maranhenses).

BLUTEAU, Raphael.). R. *Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.

BONAVIDES, Paulo. *Teoria do estado*. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

BORRALHO, José Henrique de Paula. *Uma Athenas Equinocial: a literatura e a fundação de um Maranhão no Império brasileiro*. São Luís: Edifunc, 2010.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOTTOMORE, Tom. (ed.) *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988.

BRASIL, Beatriz. Disponível em: <http://arquitetandoblog.wordpress.com/2009/04/17/movimento-moderno-origem-desenvolvimento-e-crise-beatriz-brasil/> Ac. 13/06/2013, 9h52.

BRUGUIÈRE, André. *Anais (Escola dos)*. In: Dicionário das Ciências Históricas/André Bruguière (org.); trad. de Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1993.

BURNETT, Frederico Lago. *Da cidade unitária à cidade fragmentária: crítica à constituição da São Luís moderna*. In: LIMA. Antônia Jesuíta de. Lima (Org.) – Cidades brasileiras: atores, processos e gestão pública. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2007. pp. 173-198

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS – WWW.cmsl.ma.gov.br/. (acesso em 27/09/2009, 1h48)

CAMARGO, Haroldo L. - Resenha Crítica: "*Françoise Choay, A Alegoria do Patrimônio*." Tradução: Teresa Castro, Lisboa: Edições 70, Julho de 2000. www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos.php?cod=27 ac. 14/10/13, 00h05

CAMÕES, Luís Vaz de. *Os lusíadas*. Disponível: <valiteratura.blogspot.com/2011/04/camoes-epico-os-lusiadas.html> Ac. 07.01.2012, 2h33

CARREIRA, Antonio. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. São Paulo: Editora Nacional, 1988.

CARVALHO, Carlota. *O sertão. Subsídios para a História e a Geografia do Brasil*. 3ª ed. Teresina: Edufpi, 2011.

CARVALHO, Ely Berço de. *História, natureza, patrimônio e identidade: a educação ambiental e os professores de História da rede pública de ensino de Cuibá*. In: In: PAULA, Zueleide Casagrande de; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luís (Orgs.) Polifonia do patrimônio. Londrina/PR: Eduep, 2012. pp. 403-431.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. *O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier*. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005 Disponível em <http://www.sc.senac.br/biblioteca/arquivosSGC/CHARTIER%20E%20BORDIEU.pdf> Ac. 06/04/2013, 23h51

CARVALHO, João Renôr F. de. *Ação e presença dos portugueses na costa norte do Brasil no século XVII*. Teresina: Edufpi/Ethos Editora, 2013.

CARVALHO JÚNIOR. Dagoberto Ferreira de. *Passeio a Oeiras*. Recife: Editorial Thormes, 2005.

CATÁLOGO DOS MANUSCRITOS AVULSOS RELATIVOS AO MARANHÃO EXISTENTES NO ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. (BOSCHI, Caio C.; MORAES, Jomar. (orgs). São Luís: Funcma/AML, 2002.

CAVALCANTI, Ana Rosa Chagas. A arte diária da urbe inventada. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/07.084/3053> ac. 13/06/13, 00h26
 CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano, artes de fazer*. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011. v. 1.

CHAGAS, Eduardo F. *O método dialético de Marx: investigação e exposição crítica do objeto*. Disponível: http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6520_Chagas_Eduardo.pdf ac. 16/06/2013, 23h04

CHAGAS, José. *Os azulejos do tempo*. São Luís: Lithograf, s/d.

CHAGAS, José. *São Luís de Quatro Séculos*. In: ESTADO DO MARANHÃO), São Luís 400 anos. Encarte. São Luís: Gráfica Escolar, 2012. p. 149.

CHAUÍ, Marilena. *O mito de origem*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3ª ed. São Paulo : Estação Liberdade : Unesp, 2006.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo: Unesp, 1999.

COSTA SILVA, João Ricardo. *O processo de patrimonialização do centro histórico de São Luís: práticas patrimoniais desenvolvidas pelo poder público*. Disponível: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0397.pdf> ac. 24/01/2014, 23h55.

CUNHA, Cláudia dos Reis e. *Alois Riegl e o culto moderno dos monumentos*. 2006. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/05.054/3138> ac. 17/10/13, 22h45.

DAHER, Andrea. *Papeis da conquista do Maranhão*. São Luís: Edições AML, 2009

DAMIÃO, Abraão Pustrello. Confiança e segurança ontológica na sociedade de risco. In: Revista do Laboratório dos Estudos da Violência da Unesp/Marília. Ano 2011. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/viewFile/1676/1424> ac. 30/05/2014 23h21.

DIAS, Alfrancio Ferreira. *Dos estudos culturais ao novo conceito de identidade*. GEPIADDE, Ano 5, Volume 9 | jan-jun de 2011. pp. 151-166. Disponível - www.seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/.../1818 15/05/2014 13h37

DIAS, Maria Odila da Silva. *Aspectos da ilustração no Brasil*. In: A interiorização da metrópole e outros estudos. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2005.

DOBAL, H. *A cidade substituída*. Poesia reunida. 2ª ed. Teresina: Oficina da Palavra, 2005.

ESTADO DO MARANHÃO. Constituição do Estado do Maranhão.

http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70443/CE_Maranhao.pdf?sequence=15 Ac. 18/05/14 17h48.

EUGÊNIO, João Kennedy. *Ritmo espontâneo: organicismo em Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda. Teresina: Edufpi, 2011, p. 73.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001.

FERNANDES, Florestan. (org.) *Marx Engels – História*. São Paulo: Ática, 1989.

FERRETI, Sérgio F. *Querebentan de Zomadonu: etnografia da Casa das Minas*. São Luís, 1985? p. 225.

FONSECA, Maria Cecília Londres da. *O patrimônio em processo: trajetória da política de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ufrj/Iphan, 1997.

FREY, K. *Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil*. In: Planejamento e Políticas v. 1 – n.1 – jun. 1989. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2000.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*: edição comemorativa – 50 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GADELHA, Gustavo de Paiva. *Federalismo brasileiro: Da retórica à realidade*. Revista do TRT 13. Região, v. 15, n. 1, 2007.

GIOVANNONI, Gustavo. *Vecchie Città ed Edilizia Nuova*. Milão: CittàStudiEdizioni, 1995

GODELIER, Maurice. *O Ocidente é o espelho ou é a miragem da evolução da humanidade?* In: ARIZPE, L. As dimensões culturais da transformação global – uma abordagem antropológica. Brasília: UNESCO, 2001. pp. 73 a 88.

GONÇALVES, Janice. *Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural*. <http://www.seer.furg.br/hist/article/view/3260/1937> ac. 30/07/2013, 22h03

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Os limites do patrimônio*. In: LIMA Fº., Manuel F.; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane. (org.). *Antropologia e Patrimônio Cultural – Diálogos e Desafios Contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 239-248.

GUIA DE ARQUITETURA E PAISAGEM / SÃO LUÍS ILHA DO MARANHÃO E ALCÂNTARA. José Antonio Viana Lopes (org. geral). Ed. bilíngue. Sevilha: Junta de Andaluzia/Prefeitura de São Luís/Iphan, 2008.

HARDMAN, Francisco Foot. *Uma pesquisa de fôlego*. In: LEÃO, Ricardo. Os atenienses – a invenção do cânone nacional. Imperatriz, MA: Ética, 2011 pp. 15-16

HAMPSON, Normam. *Iluminismo*. In: OUTHWAITE, W.; TOURAINE, A. Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992, p. 79.

HARVEY, David. Disponível em:
<file:///C:/Users/Personal/Desktop/SOBRE%20ARGAN%20E%20HARVEY.pdf> ac. 09/05/2014, 23h52.

HARVEY, David. Espaços urbanos na “aldeia global”: reflexões sobre a condição urbana no capitalismo no final do século XX. Disponível em:
http://www.academia.edu/3681066/HARVEY_-_Espaços_urbanos_na_aldeia_global. Ac. 27/07/2014, à 1h12.

HEIDEGGER, Martin. *Construir, habitar, pensar*. In: In: CHOAY, Françoise. O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 2011, pp. 345-350.

HIDAKA, Lúcia Tone Ferreira. *Escritos Históricos da Cidade: a Análise Tipológica como suporte a Conservação da Herança Cultural*. <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.411.pdf> ac. 26/12/13, 21h48.

HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA, I. *Metodologia e pré-história da África* / editado por Joseph Ki-Zerbo – 2ª ed. rev. Brasília: Unesco, 2010, p. XXXII.

HOBSBAWM. Eric. J. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982a.

HOBSBAWM. Eric J. *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982b.

HOBSBAWM. Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUGO, Victor. *A cidade é um livro*. In: In: CHOAY, Françoise. O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 2011, pp. 345-350.

IMIRANTE. *Obras na Via Expressa ainda não foram retomadas*. [São Luís] domingo, 8 de abril de 2012. Disponível em: In: <http://radioieshua87.blogspot.com.br/2012/04/obras-na-via-expressa-ainda-nao-foram.html>, ac. 17/06/13, 21h57.

IPHAN – *Cartas Patrimoniais*. 3ª ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Iphan, 2004, p. 178

IPHAN. *Cidades históricas - inventário e pesquisa*: São Luís. Rio de Janeiro: Iphan, Senado Federal, 2006, p. 59.

IPHAN. As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent. Cláudia Feierabend Baeta Leal (org.). Brasília: Iphan, 2008. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3855> ac. 03/01/14, 20h03

IPHAN. PAC das Cidades Históricas: patrimônio, desenvolvimento e cidadania. In: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1332>. Ac. 09/07/2014. 11h51.

ITAPARY, Joaquim. *A falência do ilusório: Memória da Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil*. São Luís: Alumar, 1995, p. 14)

JACOBINA, Alberto Pizarro. *Dias Carneiro, o conservador*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF/Martins Fontes, 2011.

KLEIHUES, Josef Paul. *The critical reconstruction of the city*. Domus, jul/ago, 1987. Trata-se de autor e figura de referência da IBA – *Internationale Bauausstellung*[1] evento berlinense dos anos 1980.

KILMINSTER, Richard. *Práxis*. In OUTHWAITE. Willian e outros (editores). Dicionário do pensamento social do século XX. RJ: Jorge Zahar Ed., 1996.

KUMAR, Krishan. *Modernidade*. In: OUTHWAITE, W.; TOURAINE, A. Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. p. 473.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. “*A fundação francesa de São Luís e seus mitos*”. São Luís: ? 2002.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *São Luís do Maranhão: corpo e alma*. São Luís: Edição da Autora, 2012.

LAGO, Antonio B. P. do. *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. *As missões da UNESCO no Brasil: Michel Parent*. p. 1. Disponível: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0380.pdf> ac. 03/01/2014, 11h43.

LEÃO, Ricardo. *Os atenienses – a invenção do cânone nacional*. Imperatriz, MA: Ética, 2011

LEFEBVRE, Henry. *A revolução Urbana*. Belo Horizonte: Edufmg, 2002.

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. 1970.

LEFEBVRE, H. *Direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4ª Ed. Campinas: SP: Ed. Unicamp, 1996.

LE GOFF, Jacques. *Memória e História*. 5ª ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.

LIMA, Carlos de. *História do Maranhão – a colônia*. São Luís, Geia, 2006.

LIMA Fº. Manuel F. *Entre formas e tempos: Goiânia na perspectiva do patrimônio*. In: LIMA Fº. Manuel F.; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane. (org.). *Antropologia e Patrimônio Cultural – Diálogos e Desafios Contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 221-236.

LIMA Fº. Manuel F.; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane. (org.). *Antropologia e Patrimônio Cultural – Diálogos e Desafios Contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.

LIMA Fº. Manuel F.; ABREU, Regina Maria do R. M. de. *A Antropologia e o Patrimônio Cultural no Brasil*. In: LIMA Fº., Manuel F.; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane. (org.). *Antropologia e Patrimônio Cultural – Diálogos e Desafios Contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 21-44

LIMA, Roldão. [Tambor de crioula] *Histórico*. In: FERRETTI, Sérgio F. *Tambor de crioula – ritual e espetáculo*. São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2002.

LOPES, José Antonio Viana. *São Luís: história urbana*. In: São Luís – Ilha do Maranhão a Alcântara. Edição bilíngue. Sevilha: Consejería de Obras e Transportes, 2008. pp. 10-49.

LOPES, José Antonio Viana. *São Luís, Capital Moderna e Cidade Colonial – Antonio Lopes da Cunha e a Preservação do patrimônio Cultural Ludovicense*. São Luís: Editora Aquarela, 2013.

MACHADO, Carlos. *Gleba de ausentes*. Disponível em: <http://www.algumapoesia.com.br/poesia2/poesianet249.htm> ac. 17/05/14, 01h51

MACHADO, Nauro. *Província, o pó dos pósteros*. São Luís: Edição do autor, 2012.

MARGENS :: Reflexões Sociológicas. *Walter Benjamin: interrupção e história*. 14 de abril de 2010. Disponível em: <http://margensociologicas.blogspot.com.br/2010/04/walter-benjamin-interrupcao-e-historia.html> ac. 17/05/14 10h13.

MARIZ, Vasco; PROVENÇAL, Lucien. *Os franceses no Maranhão: La Ravardière e a França Equinocial*. São Luís: Instituto Geia, 2010

MARKOVIC, Mihailo. *Natureza humana*. BOTTOMORE. Tom. Editor. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

MARQUES, César: notas e apuração textual de Jomar Moraes. Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão: 3ª ed. São Luís: Edições AML, 2008.

MARX, K. H. *O capital: crítica da economia política*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 113.

MATTELART, Armand e NEVEU, Eric. *Introdução aos estudos culturais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MATOS, Olgária: *Os Arcanos do Inteiramente Outro: A Escola de Frankfurt, a Melancolia e a Revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1989. pp. 31-32.

MEDEIROS, Bartolomeu Tito Figuerôa de. *Caminhos e descaminhos do patrimônio imaterial*. In: LIMA Fº., Manuel F.; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane. (org.). *Antropologia e Patrimônio Cultural – Diálogos e Desafios Contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 21-44

MEDEIROS, Jonas. *A longa duração e a dialética entre consciência e inconsciente*. Publicado em 21/set/2007. Disponível: chacombolachas.wordpress.com/.../a-longa-duracao-e-a-dialetica-entre-consciencia-e-inconsciente/ Acesso: 28/09/2009, 01h34.

MEIRA, Ana Lúcia G. *Políticas públicas e gestão do patrimônio histórico*. Disponível em www.ufpel.tche.br/ich/ndh/.../historia_em_revista_10_ana_meira.pdf - Acesso: 24/09/09, 1h44.

MEIRELES, Mário Martins. *Melo e Póvoas: capitão-general do Maranhão*. S/d.

MEIRELES, Mário Martins. *O Brasil e a partição do mar-oceano*. São Luís: Edições AML, 1999.

MEIRELES, Mário Martins. *História do Maranhão*. DASP, 1960.

MEIRELES, Mário Martins. *História do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001.

MENDONÇA, Guilherme C. de. *A proteção do patrimônio cultural no Brasil*. In: Anais do I Congresso Internacional Sobre Patrimônio Histórico e Arqueológico. Teresina: Anpuh, 2008 (no prelo).

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina*. 2ª. ed. Brasília, Edições do Senado Federal, 2005. (3 vol.).

MENEGUELLO, Cristina. *Patrimônio industrial memória, acervos e cidades*. In: PAULA, Zueleide Casagrande de; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luís (orgs.) *Polifonia do patrimônio*. Londrina/PR: Eduel, 2012, pp. 81-113.

MONTELLO, Josué. *Os tambores de São Luís*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

MONTYSUMA, Marcos. *Amazônia, patrimônio e cultura*. In: PAULA, Zueleide Casagrande de; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luís (orgs.). *Polifonia do patrimônio*. Londrina/PR: Eduel, 2012, pp. 381-402.

MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MORAES, Jomar. *Guia de São Luís do Maranhão*. 2ª Ed. São Luís: Legenda, 1995.

MOREIRA, Lino. *Apresentação*. In: ITAPARY, Joaquim. A falência do ilusório: Memória da Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil. São Luís: Alumar, 1995, p. 14)

NEJAR, Carlos. *História da literatura brasileira*. Da carta de Caminha aos contemporâneos. São Paulo: Leya, 2011.

NOGUEIRA, Sônia Aparecida; REIS, Ronaldo Rosas. *Contradições e possibilidades do patrimônio cultural no mundo das mercadorias*. Disponível em www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/.../Sonia%20Nogueira.pdf ac. 20/06/13, 1h29

NORA, P. *Entre memória e história, a problemática dos lugares*. Trad. Yara Aun Khoury. Em: Revista de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, SP - Brasil, 1981 pp. 7-28.

NORONHA, Raquel; OLIVEIRA F.º, Hamilton de; RODRIGUES, Carlos Delano. *Lugares comuns: a marca territorial do Desterro, identidade e etnografia*. Disponível: http://www.casa.org.br/bibliotec_texto.Phd?id=401, ac. 07/05/2014, 20h34

NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogério Forastieri da. *Introdução: para a historiografia da nova história*. In: Nova História em Perspectiva. V. 1 (orgs). Fernando A. Novais e Rogerio Forastieri da Silva. São Paulo: Cosac Naify, 2011

COUTINHO (dom) Rodrigo de Sousa. *Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América*. In: SILVA, André Mansuy-Diniz (dir.). Dom Rodrigo de Sousa Coutinho: textos políticos textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811). Lisboa: Banco de Portugal, 1993, t. II, p. 47. Rodrigo de Sousa. *Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América*. In: SILVA, André Mansuy-Diniz (dir.). Dom Rodrigo de Sousa Coutinho: textos políticos textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811). Lisboa: Banco de Portugal, 1993, t. II, p. 47. In: POMBO, Nivia. Geração de 1790: Bonifácio, Cairu e Souza Coutinho: Percursos da ilustração luso-brasílica. Disponível em <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1569&sid=130> ac. 16/08/13 às 23h10.

PARENT, Michel. *Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico* (tradução de Rejane Maria Lobo Vieira) in: LEAL, Claudia F. Baeta (org.). As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent. Rio de Janeiro: IPHAN; Copedoc, 2008.

PASSARO, Laís Bronstein. *A cidade como artefato. Derivações urbanas da crítica ao Movimento Moderno*. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/viewFile/903/878> ac. 13/06/13, 1h05

PAULA, Zueleide Casagrande de; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luís (orgs.) *Apresentação*. In: Polifonia do patrimônio. Londrina/PR: Eduel, 2012. pp. 7-20.

PAULA, Zueleide Casagrande. *O patrimônio urbano e o restauro: a Casa da Criança de Vilanova Artigas*. In: PAULA, Zueleide Casagrande de; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luís (Orgs.) *Polifonia do patrimônio*. Londrina/PR: Eduel, 2012. pp. 195-229.

PEREIRA, Lana Lourdes. *Praia Grande: uma história de resistência* [Monografia de final de curso de História]. São Luís: Ufma, 1997, s/p.

PINHEIRO, Áurea da Paz. *Patrimônio cultural: memórias, ensino e identidade social*. In: PELEGRINI, Sandra C. A. et al *Turismo & Patrimônio em tempos de globalização*. Campo Mourão (PR): Editora da FECILCAM, 2010, pp. 141 a 160.

PIRES, Rita. Disponível em <http://www.revistaproa.com.br/03/memoria-e-patrimonio-reflexoes-em-torno-dos-comercios-tradicionais-curitibanos/> ac. 24/10/13, às 8h12

PIRES, Rita. Nota. Disponível em: <www.unesco.org.br>. ac. 24/10/13, às 8h12

POMBO, Nívia. *Unidade política e dependência econômica: dom Rodrigo e as concepções geopolíticas para a América portuguesa (1796-1803)*. Disponível em: www.snh2011.anpuh.org/.../1308181922_ARQUIVO_ANPUH_SP_201..ac. 13/06/13, 16h03.

PRIORE, Mary Del. *O bom e o velho medo*. In: Revista de História da Biblioteca Nacional, nº 77, fevereiro de 2012.

RAMOS, Francisco Régis Lopes.

Disponível em : www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo4/.../a_danacao_do_objeto.pdf...ac. 30/09/13, 10h30.

REIS, Aparecido F. dos e MULLER, Rosângela Carla de O. *A retórica da perda da identidade cultural e a globalização*. In: Revista Ágora, Campo Grande v. 1 nº 4, 2005. (Disponível: www.fes.br/revistas/agora/files/2005/AG-2005-6.doc. Acesso: 25/09/2009, às 18h20)

REIS, Flávio. *Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão*. São Luís [s.n.], 2007

REGIS, André. *Novo federalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

RICCEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Presentificação, impulsos globais e espaço urbano. O novo economicismo*. Disponível em: bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/poggiese/05torres.pdf ac. 10/05/14, 11h22

RIBEIRO, Darcy; MOREIRA NETO (Org). *A fundação do o Brasil. Testemunhos 1500-1700*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

RISÉRIO, Antonio. *A cidade no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2012.

ROCHA, Ana Luíza Carvalho da; ECKERT, Cornélia. *A cidade: sede de sentidos*. In: LIMA Fº, Manuel F.; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane. (org.). *Antropologia e Patrimônio Cultural – Diálogos e Desafios Contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 343-361.

ROCHA, R. *A avaliação da implementação de políticas públicas a partir da perspectiva neo-institucional: avanços e validade*. Cad. EBAPE.BR vol.2 no.1 Rio de Janeiro Mar. 2004.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512004000100006&script=sci_arttext ac. 08/05/2014, 23h34.

ROITMAM, Mônica; CASTELLS, Alicia Norma González. *Patrimônio e Cultura: processos de politização, mercantilização e construção de identidades*. In: *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Manuel Ferreira Lima Filho e ali (orgs). Blumenau: Nova Letra, 2007.

ROMANELLO, Jorge Luís; (Orgs.) *Polifonia do patrimônio*. Londrina/PR: Eduel, 2012. pp. 253-273.

RUA, Maria das G. *Análise de políticas públicas conceitos básicos*. In: *Estado e Democracia - Blog do Prof. Itamar Nunes da Silva: Análise*. Disponível: estadoedemocracia.blogspot.com/.../analise-de-politicas-publicas-conceitos.html ac. 26/09/2009, 23h58

RUA, Maria das G. *Análise de Políticas Públicas*. Em “Caderno de Textos” (disciplina “Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas”. Dinter/UFMA/UFPI, 2011, p.8

SALDANHA, Ana C. *Estado Federal e Descentralização: uma visão crítica do federalismo brasileiro*. In: *Revista Sequência*, nº 59, p. 327-360, dez. 2009.

SANTANA, Raimunda Nonata do N. *Urbanidade e segregação: usos do território, modos segregados de moradia e imagens urbanas em São Luís, cidade patrimônio cultural da humanidade*. In: LIMA, Antônia Jesuíta de. Lima (Org.) – *Cidades brasileiras: atores, processos e gestão pública*. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2007.

SANTANA, Raimunda Nonata do N. *Metamorfoses citadinas: constituição do urbano, disputas territoriais e segregação sócio-espacial em São Luís do Maranhão*. Rio de Janeiro: Ufrj, 2003 (Tese de doutorado)

SANTOS NETO, Antonio Fonseca dos. *História e natureza*. Teresina: APL, 2010.

SANTOS NETO, Antonio Fonseca dos. *Colonizar é...* In: *REVISTA CIDADE VERDE*. nº. 080, 23 / mar / 2014.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*, 2002, p. 140

SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador*. 2ª ed. São Paulo: Edusp; Salvador: Edufba, 2008.

SÃO LUÍS. *Texto e história*. Fotos de Albani Ramos / Texto de Sebastião Moreira Duarte. São Luís: Instituto Geia, 2007.

SÁNCHEZ, Fernanda. *Arquitetura e Urbanismo: espaços de representação na cidade contemporânea*. In Veredas, Rio de Janeiro, 1999, v. 41, 41, pp. 26-29.

SARAMAGO, José. *Palavras para uma cidade*. Disponível em (Blog) O Caderno de Saramago. Disponível em: <http://webinsider.globo.com/vernoticia.php?id=1339>. Acesso em 23/09/09, 22h05.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Brasil: nome da terra de Santa Cruz*. Disponível em: albertoluizschneider.blogspot.com/.../brasil-nome-da-terra-de-santa-cruz... Ac. 21/05/14, 22h57

SENADO FEDERAL. *Conselho aos governantes / Marquês de Pombal*. Brasília: Senado Federal / Conselho Editorial, 2010, pp. 648-656.

SHIMIDT, Benito Bisso; SPERANZA, Clarice Gontarski. *Processos trabalhistas: de papel velho a patrimônio histórico*. In: PAULA, Zueleide Casagrande de; MENDONÇA, Lúcia Glicério;

SILVA, Halan. *As formas incompletas – apontamentos para uma biografia*. Teresina: Oficina da Palavra, 2005.

SILVA Fº., Olavo Pereira da. *Arquitetura luso-brasileira no Maranhão*. 2ª ed. Belo Horizonte: Formato, 1998.

SILVA Fº., Olavo Pereira da. *Arquitetura tradicional luso-brasileira em São Luís do Maranhão*. In: São Luís – Ilha do Maranhão a Alcântara. Edição bilíngue. Sevilha: Consejería de Obras e Transportes, 2008. pp. 50-79.

SILVA Fº., Olavo Pereira da. *Varandas de São Luís, gradis e azulejos*. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2010.

SILVA Fº., Olavo Pereira da. *Carnaúba, pedra e narro na Capitania de São José do Piauí*. Belo Horizonte: Edição do Autor, 2007.

SILVA, Geórgia P. da. *De volta à Praia Grande: o “velho” centro com um “novo” discurso*. São Luís: Ufma/PPGPP, 2010 (Tese de Doutorado).

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 23ª ed. SP: Malheiros Editores, s.d.

SIMMEL, Georg. *As grandes cidades e a vida do espírito*. In: CHOAY, Françoise. O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 2011, pp. 329-338.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, Laura de Mello e. *O nome do Brasil*. Disponível em: http://historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/Nossahistdef_0.pdf ac 25/05/14 17h49. Artigo originalmente publicado em Revista de História, n.º 145, USP, 2001.

SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: uma revisão de literatura*. In Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006 [pp. 20-45].

SPRINGBORG, Patrícia. *Civilização*. In: OUTHWAITE, W.; TOURAINE, A. Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

TAMASO, Izabela M. *Relíquias que o rio Vermelho levou...* In: LIMA F.º, Manuel F.; BELTRÃO, Jane F.; ECKERT, Conélia. Blumenau/SC: Nova Letra, 2007. p. 199-220.

TAMASO, Izabela M. *Por uma distinção dos patrimônios em relação à história, à memória e à identidade*. In: PAULA, Zueleide Casagrande de; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luís (orgs.) Polifonia do patrimônio. Londrina/PR: Eduel, 2012. pp. 21-45.

TAVARES, Luiz F. F. *A ilha e o tempo (1612-2012)*. São Luís: Instituto Geia, 2012.

TOCQUEVILLE, Alexis. *A democracia na América*. Livro I – leis e costumes. 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TOFFLER, Alvin. *A terceira onda*. In: http://www.projeto.unisinos.br/humanismo/antropos/Terceira_Onda.pdf ac. 15/04/14, 17h01.

TORRÃO FILHO, Amílcar. *“Imagens de pitoresca confusão: a cidade colonial na América Portuguesa”*. In: REVISTA USP, São Paulo, n.57, p. 50-67, março/maio 2003 (pp. 50-67). Ac. 02/04/2013, às 15h20.

TORRES, Milton. *O Maranhão e o Piauí no espaço colonial; a memória de Joaquim José Sabino de Rezende Faria e Silva*. São Luís: Instituto Geia, 2006.

TRIBUZZI, Bandeira. *Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento*. São Luís: FIPES, 1981.

UNESCO. CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS – MARANHÃO Patrimônio Mundial. Coordenador Geral Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès. São Paulo: Audichromo Editora, 1998.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.

VARNHAGEN, F. A. In: ODÁLIA, Nilo (Org.). *Varnhagen*. São Paulo: Ática, 1979.

VELOSO, J. et al. *O poema encantado do Maranhão*. Disponível em: <http://letras.mus.br/beija-flor-rj/1978509/> ac. 25/05/14, 22h37

VICENTE DO SALVADOR, Frei. *História do Brasil*. Edição revista por Capistrano de Abreu. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

VIRGÍLIO, Marcos. *Arquitetura e música: uma relação esquecida?* In: Cidade Artefato... <http://cidadeartefato.blogspot.com.br/> Post 31 de maio de 2013. Ac. 12/06/2013, 22h13

VIVEIROS, Jerônimo de; MEIRELES, Mário. *História do Comércio do Maranhão* (4 vol.). São Luís: ACMA, 1992.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Annales*. In: OUTHWAITE. Willian e outros (editores). Dicionário do pensamento social do século XX. RJ: Jorge Zahar Editor, 1996.

YOUNG, Robert M. *Natureza*. BOTTOMORE. Tom. Editor. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p. 277).

ZANCHETI, Silvio Mendes et alli. *A pátina na cidade*. Olinda (PE): Centro de Estudos Avançados de Conservação Integrada, 2008. Disponível em: www.ct.ceci-br.org/ceci/en/...para.../2-cursos.html? Ac. 16/05/14, 20h04.

ZÉ DI; MALANDRO. *O rei da França na ilha da Assombração*. Disponível em: www.letras.com.br/samba-enredo/salgueiro-samba-enredo-1974 ac. 25/05/14 22h25.

APÊNDICE

(Caderno de Registros Texto-fotográficos)

Parte da presente elaboração sobre as percepções e sentidos do processo de sua patrimonialização histórica, apresentamos um roteiro de imagens fotográficas sobre a cidade colonial de São Luís, para tanto, tomando o texto intitulado “Velhas Ruas”, do poeta Nauro Machado. Fotos feitas pelo autor e as exceções estão indicadas ao pé de cada página/registro

Velhas Ruas

Não existe nada mais prazeroso do que andar pelas ruas de São Luís depois das sete horas da noite. Marco divisório do que tomba para a antecipação, imaginada embora, daquilo que nos virá após em trevas eternas, essa é a hora propícia ao recolhimento que Baudelaire disse vir “a uns trazendo paz, a outros a inquietação”.

E se a esse prazer concedermos o toque senhorial da mais augusta tristeza acrescentará à objetividade dos olhos postados sobre as coisas e os seres, a memória a desenraizar-se dessas pedras que vemos quase sempre em casas de “morada inteira” e que são como a própria história humana da cidade.

É um prazer supremo, se o julgarmos pela lógica hierarquizante a abrir-se sempre no conhecimento do mais alto – o que nos leva ao maior Bem -, andar depois das sete horas pelas velhas ruas de São Luís.

Os sinos, pois que há batendo ainda em algumas das nossas igrejas, nos trazem, embora em sombras de ecos ou sons de sombras, os vestígios cantadores daquelas andorinhas de antanho a revoltearem sobre os beirais da praça João Lisboa.

E se continuarmos olhando para o alto, veremos ainda, se for uma noite de verão, como agora, com a brisa que teima em vir de Beira-Mar, atravessando o cimento empedrado de estéreis corações, algumas estrelas a nos sorrirem compassivamente límpidas e livres das nossas misérias.

Nossa própria consciência fica mais leve. Imaginamo-nos crianças, andando sem mal nenhum pelas primícias do tempo, e com as mãos a apalparem os seios imaginários de outras circunferências lembrando o tamanho exato da própria esfera que dizem ser semelhante à do Criador.

Não temos mais, nessa hora, consciência nenhuma para o peso irremovível das nossas culpas. Paramos, embora andando, imunes à gravidade que nos seria fatal para o voo que necessariamente somos.

Abarcamos, já do alto, o espetáculo da cidade velha com a certeza das vozes ressuscitadas dos nossos avós. Escutamos a canção do vendedor de pamonhas, oferecendo-as quentinhas para a deglutição sonora dos nossos lábios extasiados.

Radiolas antigas, senão mesmo velhos e pesados rádios, imensos como caixões de misteriosos sons, nos trazem as valsas, os boleros e os tangos de antigamente e às vezes até mesmo a sonoridade milagrosa de um Chopin.

Fadas ebúrneas em riachos com peixes da cor esmeralda mais pura, se abrem para nossos olhos diante da morada inteira, são na verdade os encantados palácios daquilo que não se perderá jamais...

Entretanto, com o passar dos minutos, a realidade do mais bruto real cai verticalmente diante dos nossos olhos: caminantes de um mesmo círculo, nossos passos concretizam em sua pequenez a extensão desmesurada dos silêncios eternos, o pavor pascaliano dos espaços siderais, alcançando o verdadeiro coração da treva, na sístole e diástole do inominável Medo.

Eis, contudo, o milagre da poesia: sei, como antídoto passageiro a esse medo, que existem versos-símbolos capazes de sintetizar a ideia nodal do poeta enquanto forma vocabular. Consola-me assim aprender, dessas cápsulas que eu diria dilatadoras de um único centro, as imagens imantadas para a revelação do próprio universo.

Posso sim, trazendo a nomenclatura do verso para a nomenclatura das ruas, deduzir de uma única rua a totalidade de todas elas. E enquanto ando nesta rua, chamado dos Afogados, seguindo na direção de uma outra rua, chamada dos Prazeres, vou enfim sabendo que elas duas sintetizam para mim as outras ruas desta velha cidade de São Luís.

Trago pois meus passos para as pedras desta rua, chamada dos Afogados (e que sou eu, ó Deus, senão um afogado em mim mesmo?) e a estender-se por algumas dezenas de milhares de metros, talvez mesmo por algumas centenas de metros acumulados em milhares de outros na sucessão de outros tantos quilômetros de ruas.

E me vem a dúvida sobre a cidade em que realmente agora estou andando por esta rua. Será esta a minha real e mesma São Luís de antigamente? Pois São Luís, a de hoje, está refletida inteira nesta rua: de ambos os lados, sobre as janelas e portas de casas como ensandecidas juntas, na congeminação distorcida do alto e do baixo, as grades de amputados vão se estendem a cobrir o parapeito dessas corcundas jaulas.

Dir-se-ia que todos os habitantes da cidade estão enclausurados no círculo feito por quilômetros de grades fundidas com o ferro do inferno. Pois esta rua se estende verdadeiramente até chegar àquela outra, chamada do Passeio, desembocando além do cemitério final dos nossos vivos.

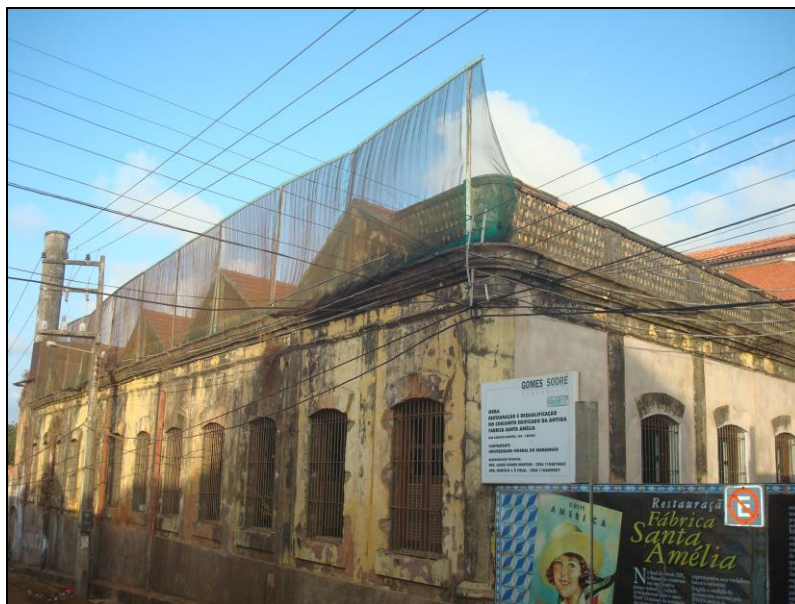
E os sinos, que ouvi batendo um pouco antes na hora do ângelus, me trazem agora com eles os chilreios daquelas andorinhas sobre as torres da igreja do Carmo, tangidos ambos, os sinos e as andorinhas, pelo vento a seguir desmesuradamente longe, sempre longe, no bíblico alento soprando para onde quer...

(Nauro Machado, *n'O Imparcial* – 2012, p. 158-160))



A pátina do tempo em sua manifestação plena e as leituras da política pública incidente sobre o acervo de São Luís...

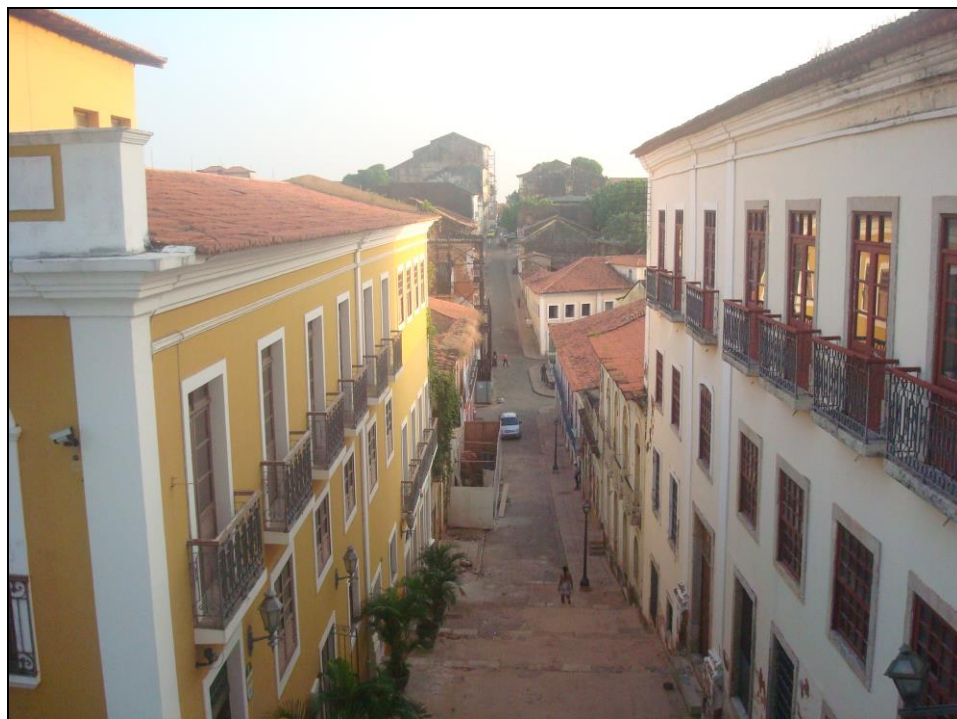






Reabilitando a cidade...

... de restauro em restauro



De Companhia Telefônica...

...a Restaurante-Escola

Na Praia Grande, a Cidade Colonial, agora o Centro Histórico



Seculares baluartes em meia lua guarnecem simbolicamente o promontório palaciano fortificado. É a cidade abrindo-se sobre a baía de São Marcos e os mares valentes que enchem o Golfão Maranhense

As cidades justapostas não sonegam a idade em suas faces expostas aos céus...



... e à indiscrição dos domínios solares e lunares





Praia Grande, Casa das Tulhas... Na cidade baixa das feiras e outros tratos





**Ruas velhas e becos com escadarias:
rua Portugal e beco da Catarina Mina**





O lugar da fundação do Forte de São Luís...
... e logo se tornaria sede de governo local e geral





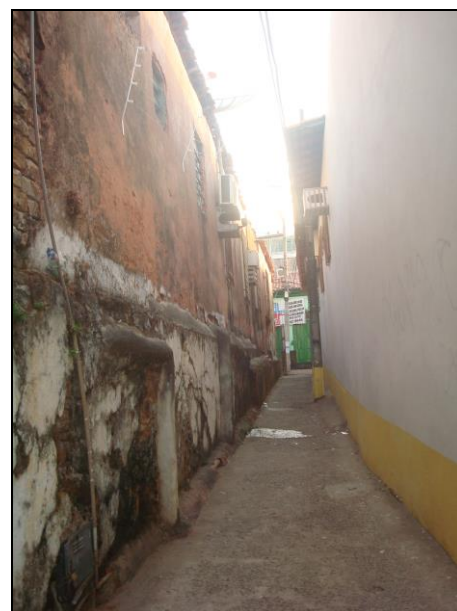
As cidades espraiadas: uma sacada da cidade colonial sobre a cidade nova da Ponta da Areia – entre uma e outra, de permeio, a cidade sonhada em palafitas. A fortaleza palaciana dos Leões é um gigantesco mirante das entradas da cidade



Mais becos... E muitos deles insondáveis



Beco da Prensa... Protege-lhe um frade de pedra. Ao fundo o rio Bacanga se funde em baía de São Marcos/Bacanga



Exemplo de beco inventado antes dos automóveis e das carruagens: ajustados ao tamanho das liteiras



Das ruínas ao teatro aberto de rua. A reabilitação da cidade em proveito da plenitude das artes. A cidade arte com o toque cênico dos artistas Érico Junqueira Aires e Luiz Phelipe Andrès





São Luís se enfeita para os santos juninos e todos os ritos da ancestralidade. Em tudo, insinuante, a flor de lis. Por que só a Faustina seria pecadora abaixo da linha do Equador do Maranhão





Ruas coloniais reluzindo as simbologias da modernidade... E a cidade não tombou apenas os solares e sobradões das moradas e palácios





**Pátina literalmente germinal:
poética da reverência, da saudade ou da denúncia?**





No primeiro plano, a cidade baixa insistente... E lá na cidade alta as insinuações de certa modernidade

No fim dessa rua, um convento... das Mercês. E fica no Desterro. Por lá pousou Vieira e sob seus arcos amargou a expulsão... E fez sermão aos peixes no de Santo Antonio



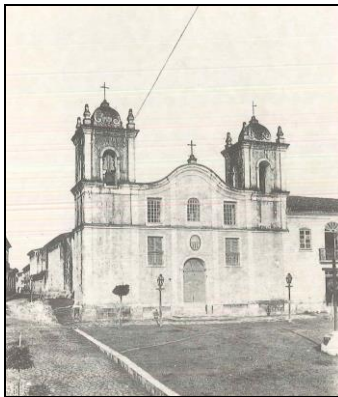


Ruas velhas que sobem e descem ladeiras. E também procissões





Século XX entre o “bota abaixo” e a salvaguarda...



... e as igrejas foram as maiores vítimas de certo furor modernizante. Uma dessas foi desmanchada para fazer trilho de bonde em seu lugar

Rugosidades num corpo urbano quatro vezes secular: aqui a cidade colonial rasgada para fazer caminho de automóvel entre o Anil e o Bacanga... Vitória temporária da voragem dos “modernos” que a cidadela dos letrados inibiu





A platibanda da modernidade contra as eiras e beiras da ancianidade... Rua de São Pantaleão, cenário do tombamento estadual

Mirantes e azulejos: simbólica forte da cidade. E as ogivais estão até nas estilosas igrejas dos não-católicos





A Rua Grande e as novas tulhas: metade palacetes e metade lojas. As cidades se reinventam. O PAC das Cidades Históricas está reinventando a cidade enquanto tradição...





Entre arcos e retas, sobradões e casas térreas... A pátina removida do teatro bisseccular parece impregnar as faces envidraçadas do moderno edifício-caixote dos escritórios de hoje. “Um tempo saturado de agoras”





No coração colonial pulsam na cidade alta os atos cívicos projetados aos sertões de dentro... Sertões das irredensões...





... e na cidade baixa os atos de comércio articulando os fluxos por rios, golfos, golfões e mares fechados e abertos



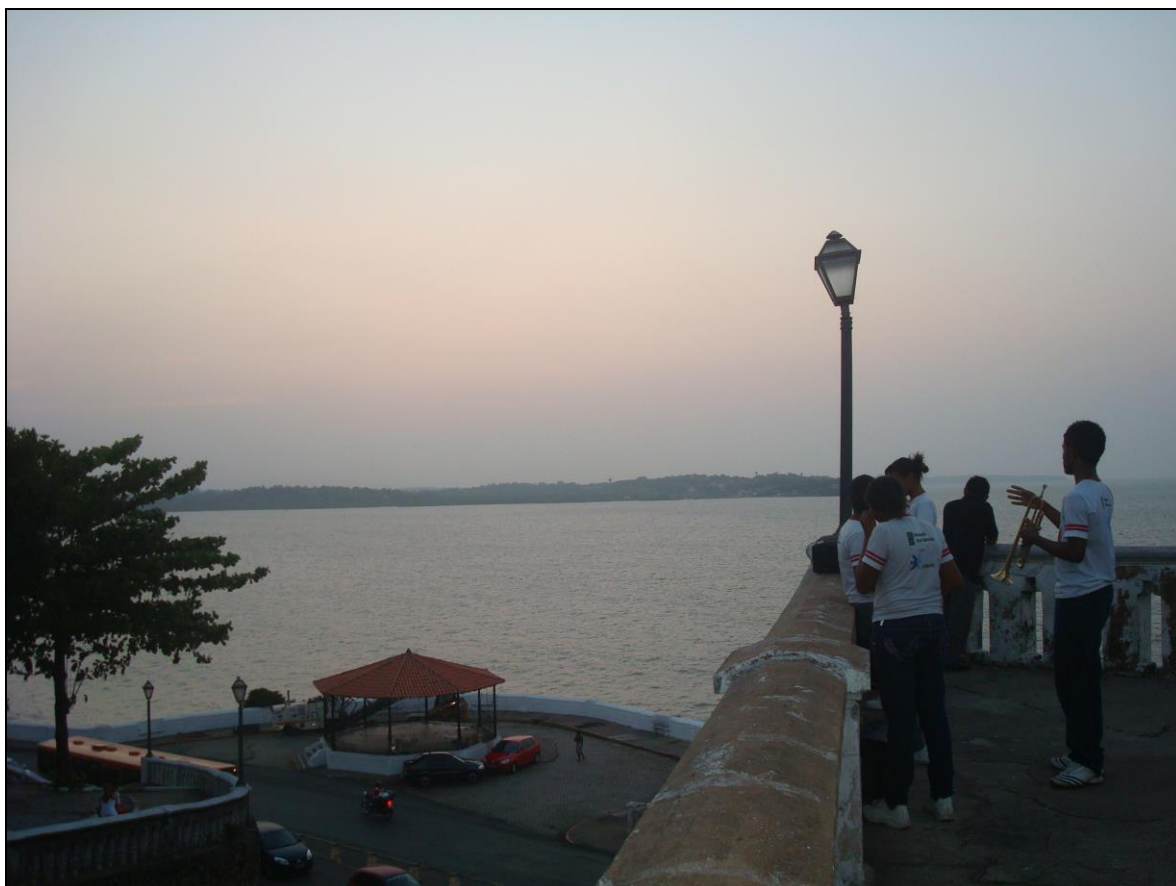


No coração do poder da cidade-capital... No pátio palaciano do bispo a hotelaria, a arquitetura e a engenharia ultra modernas da cidade turística



**O SOL, AMIGO FORTE DA CIDADE NESTE QUADRÃO EQUINOCIAL,
QUANDO ENTARDECE...**

**O arrebol do poente ante o mar tantas vezes navegado...
Pasto telúrico dos poetas...**



**Com os pés sobre um chão e um cais de profanações e
sagrações, a prova de que “a arte existe porque a vida não basta”.**



O entardecer sobre a baía em barcos, nas lentes de Gaudêncio Cunha, lá em 1908...

... e o entardecer na rampa e praça dos catraieiros do mar, no ano do jubileu quatrocentão. Sinal dos tempos, carros cruzam com barcos





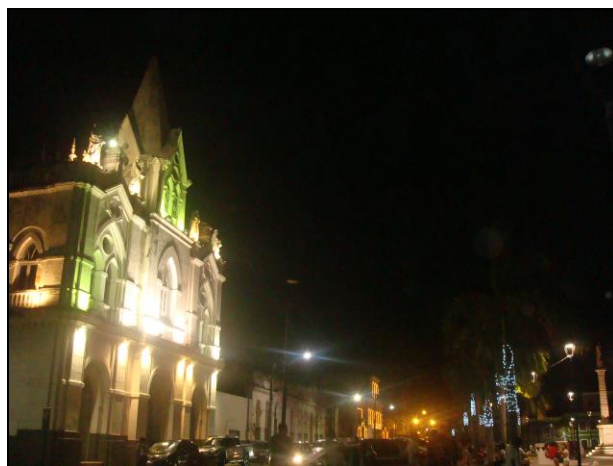


A NOITE CAL...

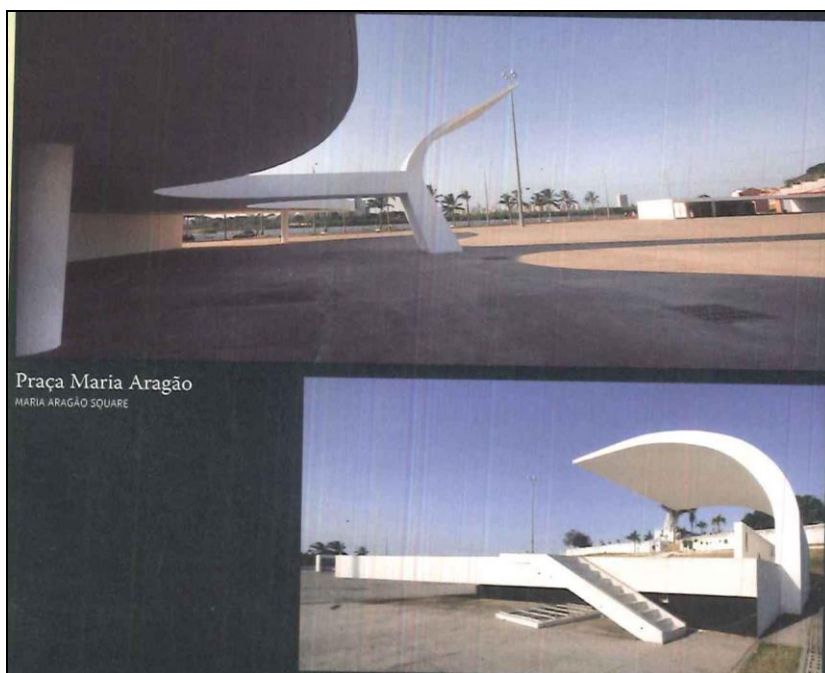
... e as memórias fazem rufar os tambores. Hora dos encantados



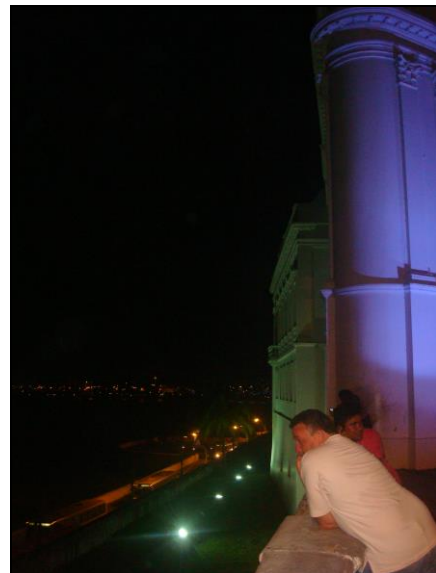
Monumentos intencionais na cidade que é um monumento não intencional.



Na cidade arteira por todos os séculos, diálogos de expressões de arte-arquitetura-monumento em diversas linguagens. De Pedro Carlos dos Reis a Oscar Niemeyer







Monumentos iluminados artificialmente: não teriam direito de adormecer na turva noite...?





**Ruas cheias em “serenata histórica” estetizando os memoriais dos tempos
idos...**

**... e nas escadarias e pórticos de ruínas requalificadas, teatralizam o tempo de
Ana Jansen, Antonio Gonçalves Dias, Ana Amélia, do Cativoiro, de Aluízio ...**



SÉ, SÍMBOLO AMADO PELO POVO



O frontão...



O átrio...



... e o pórtico secular dos fundos



...um perfil



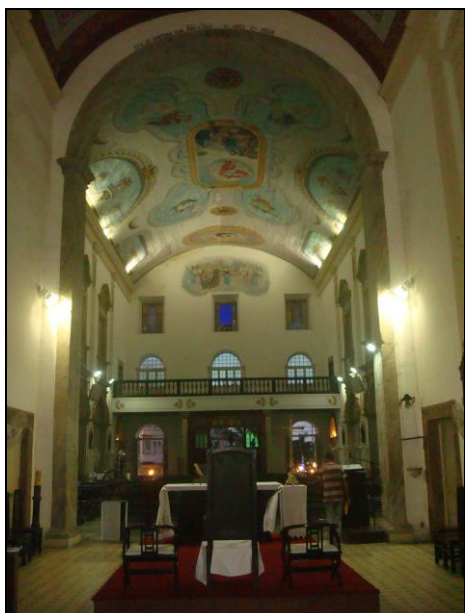
marquês de Pombal?

Sebastião: o mártir de Milão é o



São Luís Nono, Rei de França, o patrono

Ante retábulos, sob arcadas e sobre tumbas, aqui incensaram os primeiros bispos o norte da América lusa, sufragando o patriarcado lisboeta



Deuses ancestrais vindos das baixadas e de outros reinos



(Fotos: Edgar Rocha, em: Guia de Arquitetura e Paisagem: São Luís – Andaluzia, 2008)

)



Procissão de São Pedro sob nevoeiro denso





Tambores de São Luís... Nas mãos delas, são as caixas do Divino

O ENTORNO DA CIDADE COLONIAL É TAMBÉM ACERVO PATRIMONIAL TOMBADO

Alcântara e o “cataclisma telúrico” da Pompeia brasileira



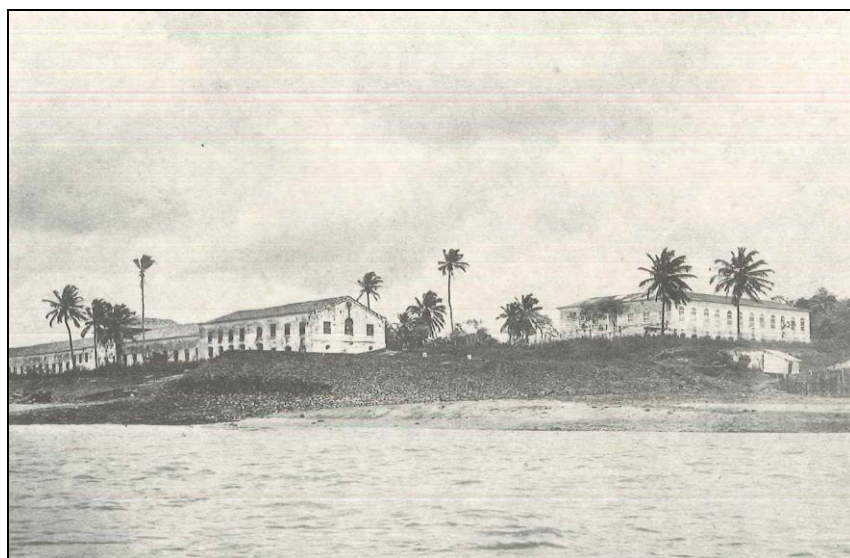




Mares e boqueirões assombrados nas rotas alcantarenses...



... e o Tamancão, em 1908, segundo a lente de Gaudêncio Cunha



Minganville, Freguesia de S. J. Batista, Vila Velha de Vinhais





1908



2012

**Cidade Monumento Histórico da Humanidade –
400 Anos? 400 décadas? 400 séculos? O tempo tem idade?**





A cidade negra celebra suas nações sincréticas enquanto desfila ante o palácio branco



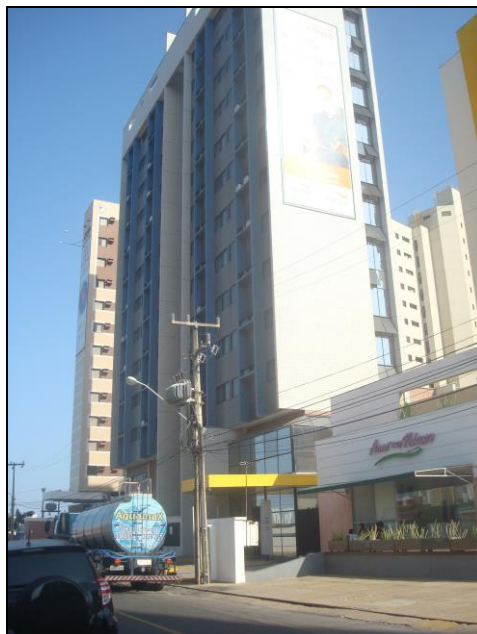
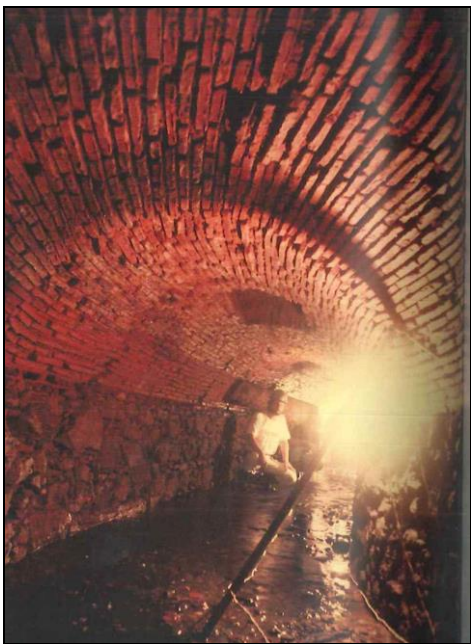
Nas celebrações jubilares, a festa municipal...



... e a festa estadual

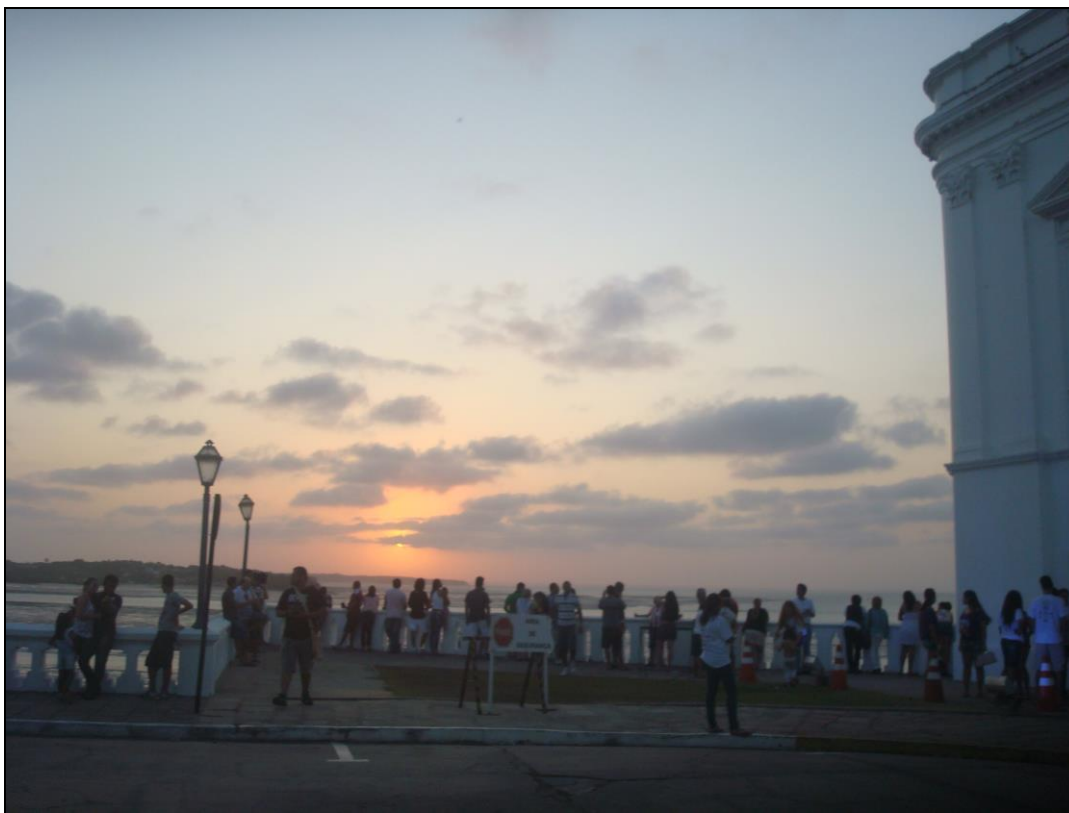
EM 400 E MAIS ANOS...

Saneamento oitocentista para turista ver na cidade colonial...



... e falta de água para turista beber na nova cidade de São Luís do século XXI

Por do sol é patrimônio em São Luís? “Sol, toma cuidado”!



Anexo 1

PPRCHSL Objetivos Centrais da Etapa 5

“1 – garantir, mediante a aplicação de recursos do PRODETUR/MA no valor de equivalente a US\$ 53 milhões, a recuperação e a ampliação da infraestrutura urbana dos bairros do Desterro e Portinho, a recuperação de edificações de valor histórico e a revitalização das atividades portuárias, tão ligadas à vida do Centro Histórico, buscando incrementar, simultaneamente:

- a) As formas tradicionais de geração de emprego e renda, através do incentivo à pesca artesanal e a produção de embarcações artesanais do Maranhão;
- b) O aumento da qualidade ambiental e de vida dos trabalhadores e das populações residentes nas áreas de intervenção;
- c) Maior oferta de pescado de qualidade e preços regulados, visando ao aumento das ofertas de proteína animal e de calorias compatíveis com as tradições culturais da culinária maranhense;
- d) O incentivo às atividades de turismo cultural e de lazer, vocação inequívoca do Centro Histórico de São Luís, que já passou a receber um contingente expressivo de visitantes nacionais e internacionais a partir do processo de revitalização iniciado em 1980.

OBS: Para viabilizar essas políticas e projetos, o Governo do Estado está negociando recursos do Governo Federal e externos (junto ao BID, com supervisão do BNB) através do PRODETUR – Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste, para o que deverá contrapartir com 50% do montante dos recursos acima mencionados.

- 2 – ultimar as tratativas formais para obtenção de outro financiamento do BID e do Governo Federal para implantação do Subprograma de Habitação Social no Centro Histórico de São Luís, no valor global de US\$ 10 milhões. Esses entendimentos encontram-se avançados devido à bem-sucedida experiência piloto já realizada, conforme relato anterior. Esse é o programa, se reveste da maior relevância para a revitalização socioeconômica do Centro Histórico, uma vez que deverá ensejar uma elevação considerável dos padrões de qualidade de vida da população residente e permitir, ainda, que outras famílias de média e baixa renda encontrem opções dignas e acessíveis de moradia, em áreas próximas aos locais de trabalho, dispondo de infraestrutura e serviços públicos adequados. Ao mesmo tempo, o Programa de Habitação, se bem conduzido, deverá ensejar uma forte participação das comunidades residentes e visitantes no processo de preservação e revitalização do acervo do Centro Histórico de São Luís.
- 3 – a formação de parcerias com a iniciativa privada e entidades de classe, visando a uma maior participação do setor privado e das organizações não-governamentais nas atividades de manutenção e promoção de eventos e ações de interesse comunitário, social e econômico, no âmbito do Centro Histórico de São Luís e demais centros históricos e sítios e projetos de interesse cultural do Maranhão (ex: Estaleiro Escola de Embarcações Artesanais no Sítio do Tamancão, São Luís; Restauração da Fábrica São Luís para o Programa de Oficinas de Artes e Ofícios de Meninos e Adolescentes; implantação do Projeto Sítio do Físico e do Centro Náutico Comunitário; Programa de Geração de Emprego e Renda no Centro Histórico de São Luís, com apoio do SEBRAE; Programa de Revitalização das Feiras e Mercados Populares etc.).”

(Fonte: Unesco/ANDRÈS, 1999)

Anexo 2

PAC DAS CIDADES HISTÓRICAS / SÃO LUÍS

Na cidade, além da recuperação de casarões do Centro Histórico, haverá outras intervenções, como a restauração de igrejas, do Forte São Luis, da Estação Ferroviária João Pessoa, revitalização do Mercado Central e da Casa do Maranhão, entre outras. A instalação elétrica da Rua Grande, por exemplo, passará a ser subterrânea, conforme termo de compromisso assinado nessa quinta-feira entre Iphan e Companhia Energética do Maranhão (Cemar). Veja, abaixo, a lista completa de imóveis que vão sofrer intervenções do "PAC Cidades Históricas":



Palácio das Lágrimas -UFMA - Palácio da Ciência
 Sobrado do FórumUniversitário -UFMA - Curso de Direito
 Palácio Cristo Rei -UFMA - Reitoria
 Sobrado da Rua da Estrela, 386 - FAPEMA
 Imóvel da R. 14 de Julho - Teatro Tablado -UFMA
 Sobrado da Rua da Estrela - Faculdade de História
 Fábrica São Luís - Câmara de Vereadores
 Mercado Central
 Estação Ferroviária - Centro Cultural
 Palacete da R. Formosa, 46 - Sec. Mun. de Turismo
 Sobrado da Av. Pedro II, 199/205 - Junta Comercial
 Praça João Lisboa e Largo do Carmo
 Igreja do Carmo
 Implantação da Praça das Mercês
 Praça da Alegria
 Sobrado da R. Portugal, 303 - Secretaria do Estado da Cultura
 Solar dos Vasconcelos - Dep. De Patrimônio Histórico
 Escola de Música do Estado do Maranhão
 Sobrado da Baronesa de São Bento - COTEATRO
 Museu Histórico e Artístico do Maranhão
 Teatro Artur Azevedo
 Sobrado da R. Portugal - Secretaria de Turismo
 Sobrado da R. Portugal - Casa de Nhozinho
 Antigo Galpão de Algodão - Centro de Criatividade Odylo Costa Filho
 Sobrado da Rua do Giz - Centro de Cultura Popular
 Sobrado da R. Portugal - Museu de Artes Visuais
 Sobrado da R. Giz - Centro de Arqueologia
 Sobrado da R. da Estrela - Biblioteca Escolar
 Teatro João do Vale
 Sobrado do Arquivo Público
 Antiga Alfândega - Casa do Maranhão
 Sobrado da R. de Nazaré, 316 - Secretaria de Direitos Humanos
 Fortaleza São Luís
 Sobrado do Centro Artístico Operário
 Sobrado à R. de Nazaré, 135 - anexo do Museu da Gastronomia
 Casarões na R. do Giz -Implantação do Polo Digital
 Igreja de Santana
 Igreja de Santo Antônio
 Igreja de São João
 Casarões na R. da Palma, 445 e 459 (habitação de interesse social)
 Fachada de Azulejo do Sobrado da Praça João Lisboa, 37
 Requalificação Urbanística da R. Grande (incluindo embutimento da fiação aérea)
 Sobrado R. Nazaré, 58 - Centro Educacional Guaxenduba
 Sobrado à Rua do Giz esquina com Rua 14 de Julho - Escola de Música da UEMA
 Sobrado da Praça Antônio Lobo - Casa do Estudante -UEMA

Infográfico: Editoria de Arte/O Estado do Maranhão. Em: <http://imirante.globo.com/mobile/noticias/2013/10/04/os-recursos-vem-em-boa-hora-diz-diretor-nacional-do-pac-cidades-historicas.shtml>. Ac. 09/07/2014, 23h29

Anexo 3

Para Sérgio Martins, um dos sentidos de atualidade da obra de Henri Lefebvre é sua aplicação na análise de processos em formações sociais tributárias, tais a “nossa”, que “convivem com as implicações do período industrial sem terem resolvido problemas precedentes” (Apud LEFEBVRE, 1970, p. 11). Para o próprio Lefebvre, “os países ditos subdesenvolvidos caracterizam-se atualmente por conhecerem simultaneamente a era rural, a era industrial e a era urbana. Eles acumulam os problemas sem acumularem as riquezas [...]”. “Esses momentos correspondem à triplicidade que se reencontra, acentuada diferentemente, em toda prática social: necessidade-trabalho-fruição” – necessidade: período agrário; trabalho: período industrial; “fruição: sociedade urbana? Não basta afirmar, é preciso demonstrar”. (p. 41).

Anexo 4

Nominata de protagonistas essenciais neste feito

Minhas professoras do Jardim de Infância e Alfabetização (Eurides Borges de Araújo, Teresina Moreira e Maria da Paz Almeida); Primário (Raimunda Saraiva de Matos, Carmelita Saraiva de Almeida, Maria da Luz Lopes, Oscarina Ventura, Maria Jacira Fernandes Silva, Clóris Labre da Silveira Dias); (Ginasial, Colinas) Maria Cesalpina Dias Carneiro, Rita Porto, Antonio Luiz de Macedo Costa, Maria das Graças Nunes Rocha, Zulmira, Raimunda Nonata Silva, Estela Rosa e Silva, Raimunda Costa, Maria do Amparo Santos, Maria da Paz Porto, Maria das Graças Lopes, João Francisco Borges, Maria Denise Santos, Francisca Abranches Gonçalves, Helena Coimbra Pereira Spíndola); Ginásial, Teresina (Adalgisa Arcoverde, Miguel Arcoverde, Izália Lustosa Nogueira de Araújo, Josias Soares Batista, Robson Santana Pacheco, Willian/Educação Física, Francisca Silva, Osvaldo e Jim Boavista); Científico, São Francisco (Maria Luíza, Maria Salomé Cabral, Luiz Ubiraci de Carvalho, João José Bastos Lapa, Cristina Oliveira, José Figueiredo de Mesquita, Regina Glória, Greenhalg/Matemática, Rosildo Montanha, Maria Ascensão; Científico, Liceu (Eurivan Sales Ribeiro, José Mangueira, Jofre do Rego Castelo Branco, Otávio da Costa Filho, Costinha/Matemática, Edite/História, José de Ribamar Meneses, Gonçalo Vilarinho, Jandira Cavalcante, Alzira/Português, José Geraldo Alencar; História, Ufpi (Ana Maria do Rego Monteiro, Padre Luís Soares de Melo, Maria Célis Portella Nunes, Luís Raposo, Rui Nogueira, Maria Mafalda Baldoíno, João Alfredo de Carvalho Lima, Sócrates Quintino da Fonseca e Brito, Vicente Ribeiro Gonçalves, Maria Nerina Pessoa Castelo Branco, Maria Cecília de Almeida Nunes, Carlos Said, Tânia Maria Pires Brandão, Raimundo Wall Ferraz, Ferdinand Paiva Dias, Fernando Couto Castelo Branco, Luís Soares de Araújo, Monsenhor Leopoldo Portela, Luís Pires de Freitas, Teresinha Rios Nogueira, Isabel Santos Araújo, Manelão/Matemática e Nilson/Matemática; Direito, Ufpi (Antonio dos Santos Rocha, Robert Wall de Carvalho, José Newton de Freitas Coelho, Luíza Marlene Eulálio Nunes, Joaquim de Alencar Bezerra, Raimundo de Carvalho Baptista, Manfredi Mendes de Cerqueira, Flávio Teixeira de Abreu, Adélman de Barros Villa, Fides Angélica Veloso Ommatti, Heli Ferreira Sobral, Franquimar

Freire de Farias, Celso Barros Coelho, José Emiliano Paes Landim, Paulo dos Santos Rocha, Geraldo Magela de Carvalho, Charles Carvalho Camilo da Silveira, Samir Haddad, Padre Baldoíno Barbosa de Deus e Hércules Quasímodo da Mota Dias; Especialização, PUC-MG (Déa Ribeiro Fenelon, Fernando Antonio Novais, Carla Junho Anastasia, Ilmar Rohloff de Mattos, Vera Alice Cardoso, Alcir Lenharo e Johnny Mafra; (Mestrado) Almeri Paulo Finger, Nelson Colossi, Peri Mesquida e Luís Botelho de Albuquerque; (Doutorado) Valéria Ferreira Santos de Almada Lima, Joana Aparecida Coutinho, Elisabeth Maria Bezerra Coelho, Franci Gomes Cardoso, Josefa Batista Lopes, Maria Ozanira da Silva e Silva, Washington Luís de Sousa Bonfim, Maria do Rosário de Fátima e Silva, José de Ribamar Sá Silva, Benjamim Alvino de Mesquita, Jorge Luiz Alves Natal, Flávio Farias, Maria de Lourdes Leitão, Sérgio Figueiredo Ferretti, Áurea da Paz Pinheiro, Solange Maria Teixeira, Raimunda Nonata do Nascimento Santana, Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos e Carlos Sait Pereira de Andrade).

Obrigado.